

Alexandre Alves Junior, Bárbara Michell, Carlos Santos (Organizadores)



HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS

Anais do I Encontro de graduandos e pós-graduandos

ONLINE

ANAIS DO I ENCONTRO DE GRADUANDOS E PÓS- GRADUANDOS EM HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS

Organização

Alexandre G. da Cruz Alves Junior, Bárbara M. de
Albuquerque Michell, Carlos Santos

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Roberto de Souza Salles

Vice-Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Luiz Cláudio Nobrega

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História: Ana Mauad e
Samantha Quadrat

E56 Encontro de Graduandos e Pós-Graduandos em História dos Estados Unidos (1. : 2013 : Niterói, RJ)

Anais do 1º Encontro de Graduandos e Pós-Graduandos em História dos Estados Unidos/ Organização de Alexandre G. da Cruz Alves Junior, Bárbara M. de Albuquerque Michell, Carlos Santos. Niterói: PPGH-UFF, 2013.

542 p.

ISBN: 978-85-63735-12-6

1. História dos Estados Unidos. I. Alves Junior, Alexandre G. da Cruz, org. II. Michell, Bárbara M. de Albuquerque, org. III. Santos, Carlos, org. IV. Título.

CDD 973

**I ENCONTRO DE GRADUANDOS E PÓS-GRADUANDOS EM
HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS – UFF
23-25 DE OUTUBRO DE 2013**

Realização:

Núcleo de Pesquisa em História Cultural

NUPEHC

<http://www.historia.uff.br/nupehc/>

nupehc@historia.uff.br

REDE PROPRIETAS

<http://www.proprietas.com.br/>

contato@redeproprietas.com

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense

PPGH-FF

<http://www.historia.uff.br/stricto/>

posgrad@historia.uff.br

Universidade Federal Fluminense

UFF

Área de História

<http://www.historia.uff.br/>

ggh@historia.uff.br

Organização:

Alexandre G. da Cruz Alves Junior

Bárbara M. de Albuquerque Mitchell

Carlos Santos

Cecília Azevedo

Fábio Guerra

Pedro Portocarrero

Roberto Moll

Rodrigo Farias

Tatiana Poggi

Tiago Gomes.

SUMÁRIO

ABERTURA	8
<i>História dos EUA no Brasil: uma nova onda.</i> Cecília Azevedo	8
1.RELIGIÃO E POLÍTICA	17
“IN GOD WE TRUST”: <i>A Religiosidade nas Visões de Liberdade dos Soldados Negros na Guerra Civil Americana (1861-1865).</i> Lara Taline dos Santos	17
<i>Os Estados Unidos e o Fim dos Tempos: Hal Lindsey e a “Jeremiad Fundamentalista”.</i> Daniel Rocha.....	29
<i>Entre Damasco e a Casa Branca: A ascensão dos fundamentalistas cristãos no cenário político norte-americano nos anos 1970-1980.</i> Alexandre Cruz	45
2. LITERATURA E SOCIEDADE.....	66
<i>Melancolia e Deslocamentos em Cidades da Planície.</i> Adolfo Frota.....	66
<i>Redes Intelectuais e Concepções de Modernidade nas Revistas Literárias Nova-Iorquinhas (1960-1975).</i> Iuri Pereira.....	80
<i>Fabricando Consentimento: A Política da Paranoia em ‘A Bright Room Called Day’ de Tony Kushner.</i> Vanessa Cianconi.....	104
3.LUTAS POLÍTICAS E CULTURA AFRO-AMERICANA	124
<i>Entre a Canção e o Ideal: as relações entre o movimento folk e os Direitos Civis.</i> Luiza Fernandes Brandão.....	124
<i>W. E. B. Du Bois e a Revista The Crisis: 1910-1920.</i> Carlos Nascimento.....	139
4. REDE BRASIL – ESTADOS UNIDOS	158
<i>A “Patrulha da Neutralidade” em águas do Atlântico Sul: aspectos do Porto do Recife, 1941.</i> Manoel Fonseca.....	158
5. MISSÃO, DESTINO E IDENTIDADE NACIONAL	175
<i>O Americanismo nas Páginas da Revista The Missionary Voice (1911-1932): breves apontamentos.</i> Jackson Pires	175
<i>O Projeto de Assimilação de Nativos Norte-Americanos a partir das Boarding Schools.</i> Yasmim Santos.....	190
6.HERÓIS E MITOS AMERICANOS NAS HQs.....	200
<i>O Herói e seu “Sonho”: O American Dream nas Histórias do Capitão América (1970-2008).</i> Fábio Guerra.....	200
<i>O Herói no Imaginário Americano: As Construções do Imaginário no Arquétipo do Herói.</i> Iberê Barros	224
<i>O Capitão América e os Estados Unidos após 11 De Setembro.</i> Rodrigo Pedroso	234
7. PARTIDOS, INTELECTUAIS E AÇÃO POLÍTICA	255
<i>Neoconservadores e a Construção da Nação na Commentary Magazine.</i> Roberto Moll	255

<i>A Dialética Como Mito? Edmund Wilson e a recepção das “Ciências Vermelhas” Britânicas entre os “Intelectuais de Nova York” nos anos de 1930.</i> Matheus Silva.....	268
<i>Estudando o Fenômeno Carter: Governo, Partido e Movimentos Sociais num contexto de crise.</i> Pedro Portocarrero.....	279
8. CINEMA E HISTÓRIA	289
<i>SEMENTES DA VIOLÊNCIA: Classe e Rebeldia no Cinema de Hollywood na década de 1950.</i> Carlos Santos.....	289
Carlos Vinicius Silva dos Santos	Erro! Indicador não definido.
<i>Bonnie e Clyde: Uma Rajada de Balas. História, Sociedade e Cinema Americano.</i> Otávio Cunha	304
<i>“Cortina Rasgada”: O Cinema e a Sociedade Americana da Guerra Fria nas Trilhas de Alfred Hitchcock.</i> Quezia Brandão.....	322
9.CINEMA, MULTICULTURALISMO E IMIGRAÇÃO.....	335
<i>O Multiculturalismo dos Estados Unidos no Filme Crash, No Limite.</i> Andréa Cotrim Silva	335
<i>Crise, Multiculturalismo e Cultura Política no Filme “Um Dia de Fúria”.</i> Michel Rocha.	353
10. ESTADOS UNIDOS E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS	368
<i>A Influência Liberal de Barack Obama: A construção dos discursos “Dnc Keynote Adress” e “A More Perfect Union” (2004 E 2008).</i> Bárbara Michell.....	368
<i>Mídia e Democracia na América.</i> Tatiana Poggi	386
11. RELAÇÕES INTERAMERICANAS E II GUERRA MUNDIAL.....	403
<i>Financiadores da Boa Vizinhança: Estado, Iniciativa Privada e as Relações Interamericanas durante a II Guerra Mundial.</i> Érica Monteiro	403
<i>HEALTH FOR THE AMERICAS: As animações dos estúdios Walt Disney voltadas para as famílias latino-americanas no contexto da Política da Boa Vizinhança (1940-1946).</i> Paula Broda.....	413
<i>Consenso e Entretenimento: A influência da Walt Disney na sociedade americana durante a Segunda Guerra Mundial.</i> Diogo Salles	429
<i>A Política de Boa Vizinhança Estadunidense na América Latina: O Caso dos Centros Binacionais.</i> Rodrigo Pinnow	441
12. POLÍTICA EXTERNA NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	456
<i>Entre Ruanda e Kosovo: A política externa dos Estados Unidos e a questão do direito de ingerência durante a gestão Bill Clinton (1994 e 1999).</i> Bárbara Lima	456
<i>O sionismo político pela ótica dos estrategistas norte-americanos (1945-1948).</i> Luiz Salgado Neto	474
MESA DE ENCERRAMENTO.....	493
<i>A Epopéia Americana: A Construção e a Monumentalização Histórica dos Estados Unidos no Filme “O Nascimento De Uma Nação” (1915) De David W. Griffith.</i> Wagner Pereira ..	493
<i>Martin Luther King e os Direitos Civis: A Visão Conservadora.</i> Rodrigo Farias	513

<i>As American Girls: Migração, Sexo e Status Imperial em 1918.</i> Thaddeus Blanchette. Ana Paula da Silva.....	524
--	-----

ABERTURA

História dos EUA no Brasil: uma nova onda. Cecília Azevedo¹

Este texto de abertura se limita a resgatar alguns dados a respeito da produção sobre história dos EUA a partir de um levantamento feito nos bancos de dados do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, nos da ANPUH – Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História, nos da ANPHLAC - Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas -, e em três periódicos nacionais para, de certo modo, justificar a eleição do recorte deste evento – História dos EUA.

Se pensarmos em todos os esforços no sentido de cruzamentos interdisciplinares que alimentaram os chamados *American Studies* e também no sentido de ultrapassagem do marco das histórias nacionais, este recorte parece um tanto tradicional e ultrapassado. Diante dessas tendências, por que então propor um evento com esse rótulo? História dos

¹ Professora de História da América na Universidade Federal Fluminense.

EUA ainda faria sentido, do ponto de vista político e acadêmico em nosso meio universitário? Como é fácil supor, minha resposta é sim, mas quero explicar minhas razões para isso, deixando claro desde já que elas estão certamente ligadas à minha trajetória e experiência e não a postulados teóricos ou qualquer proposição normativa em termos de fronteira e identidade disciplinar para a História.

Começo então pelo que considerei ser produção em “História dos EUA” no levantamento das teses e dissertações do PPGH-UFF, nos registros da ANPHLAC e da ANPUH e nas revistas acadêmicas. Considero todos os trabalhos e artigos que tinham nos EUA uma das referências da análise – por serem senão a origem, mas a referência de atores individuais e coletivos analisados, ou por serem um dos polos de empreendimentos de toda ordem – diplomático, militar, comercial, cultural, artístico, religioso. Além disso, avaliei o investimento de pesquisa e análise do funcionamento do universo político, social, cultural e econômico dos EUA, através de debate historiográfico e/ou recurso à documentação norte-americana. Muitos desses trabalhos, sem dúvida nenhuma, também devem ser qualificados como histórias transnacionais, ou de relações internacionais, mas por trazerem informações e análises substanciais sobre ações oficiais ou de atores coletivos e individuais não governamentais estadunidenses, foram incluídos no conjunto.

Antes de tratar do levantamento no banco de dados, convém uma recuperação sumária da História do PPGH-UFF. O nosso programa, primeiro do Rio de Janeiro, teve início em 1971, com o mestrado. O doutorado foi criado em 1985. É importante mencionar que até 1982, História da América era uma de nossas linhas de pesquisa e entre os docentes do Programa tivemos vários professores americanos que se tornariam referência, como Stanley Hilton e Richard Graham. Esses professores orientaram dissertações nos primeiros anos de vida do programa, cujas primeiras defesas ocorrem a partir de 1974, já que naqueles anos o mestrado tinha uma duração bem maior do que hoje.

Não poderia deixar de fazer também uma menção especial à figura de Gerson Moura, um pioneiro na pesquisa em arquivos governamentais nos EUA, produzindo uma obra que questionava determinismos e valorizava aspectos até então negligenciados das relações Brasil-EUA. Tive o privilégio de ser aluna de Gerson Moura no mestrado em 1984, antes de sua morte tão prematura em 1992. Sua obra inspirou vários de nós que nos tornamos professores da UFF: eu mesma, Andre Luiz Vieira Campos e Ana

Mauad partimos de seus textos em nossos trabalhos². E sua obra continua reverberando, já que neste nosso evento podemos constatar que a Boa Vizinhança e as relações culturais Brasil-EUA continuam atraindo grande interesse. No banco de dados da UFF, no entanto, não encontramos nenhum registro de dissertação orientada por ele, o que é difícil de compreender, já que Gerson atuou na UFF, em paralelo ao CPDOC, na década de 80.

Os números levantados no PPGH-UFF foram os seguintes: de 1974 a 2013, das 1350 teses e dissertações cujos resumos constam de nosso banco de dados, encontramos apenas 30 trabalhos – 19 dissertações e 11 teses - que tomaram como objeto principal ou secundário atores ou processos relacionados aos EUA³.

² Azevedo, Cecilia. Os Corpos da Paz no Brasil. São Paulo, Alameda, 2007; Campos, André Luiz Vieira. Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960 . Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006; Mauad, Ana M. Fotografia e cultura política: carnaval, samba e a política de boa vizinhança. *Imagenes de la ciudad: representaciones y visibilidades de la vida urbana entre 1870 y 1970*. 1ed.Córdoba: Ferreyra Editor, 2013, v. 1, p. 17-48; Mauad, Ana M.. America is here: the good-neighbor policy and the cultural influence of north America on Brazilian advertising images (1940-'950). *Transit Circle* (Porto Alegre), v. 2, p. 12-28, 2009; Mauad, Ana M.. Genevieve Naylor, fotógrafa: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n.49, p. 43-76, 2005; Mauad, A. M. As três Américas de Carmem Miranda: cultura política e cinema no contexto da política da Boa Vizinhança. *Transit Circle* (Porto Alegre), Rio de Janeiro, v. 1, p. 52-77, 2002.

³ São eles: William F. Buckley Jr., National Review e a crítica conservadora ao liberalismo e os direitos civis nos EUA, 1955-1968, de Rodrigo Farias de Sousa (Doutorado, 2013); Iraque em cena: Cinema: Opinião pública e o mito da guerra nos Estados Unidos da América, de Maria Clara Ferreira Leite Garcia (Mestrado, 2013); Para entender o fenômeno Carter: governo, partido e movimentos sociais num contexto de crise, de Pedro Portocarrero Pinheiro (Mestrado, 2013); Uma Pequena América no Oriente: fundamentos culturais do apoio ao sionismo nos Estados Unidos (1936-1948), de Luiz Salgado Neto (Mestrado, 2013); "Empreendimento Missionário e Americanismo: o modelo educacional granberyense e o universo político cultural de Juiz de Fora (1889-1930)", de Jackson Luiz De Oliveira Pires (Mestrado, 2013); Crise da Identidade: Uma análise dos argumentos de Dissent Magazine Sobre a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque (2000 - 2006), de Gabriel Romero Lyra Trigueiro (Mestrado, 2013); "O que fazer com Castro" Time, Life e a Revolução Cubana (1959-1962), Graciella Fabrício Da Silva (Mestrado, 2013); Indústria Cultural de Guerra em Hollywood Ideologias e contraideologias governamentais no cinema norte-americano pós-Guerra Fria, de Rogério Marques de Paiva (Mestrado, 2012); Orientalismo revisitado a cobertura da Veja ao islamismo e ao "mundo árabe" no pós-11 de setembro, de Felipe Vagner Silva de Farias (Mestrado, 2012); Das missões à comissão: ideologia e projeto desenvolvimentista na "Missão ABBINK" (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953), de Thiago Reis Marques Ribeiro (Mestrado, 2012); A economia dos negros livres no Rio de Janeiro e Richmond, 1840-1860", de Carlos Eduardo Valencia Villa (Doutorado, 2012); "Faces do extremo: Uma análise do neofascismo nos Estados Unidos da América 1970-2010", de Tatiana Silva Poggi de Figueiredo (Doutorado, 2012); Brasil e os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e seus subprodutos: Era Atômica e dos mísseis: Corrida Armamentista e Espacial, 1945-1960, de Tácito Thadeu Leite Rolim (Doutorado, 2012); A Rabeca de José Gerônico: Luiz Heitor Corrêa de Azevedo - Música, Folclore e Academia na Primeira metade do século XX, de Henrique Drach (Doutorado, 2011); O rato vai à guerra - Como o Mickey Mouse se tornou uma imagem de poder dos EUA, 1928-1946, de Katia Iracema Krause (Mestrado, 2011); Super-Heróis Marvel e os conflitos Sociais e Políticos no EUA (1961-1981), de Fábio Vieira Guerra (Mestrado, 2011); "Reaganation: a ascensão do neoconservadorismo e o nacionalismo nos Estados Unidos (1981 - 1988)", de Roberto Moll Neto (Mestrado, 2010); "O Mundo Negro": A constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970 - 1995), de Amilcar Araujo Pereira (Doutorado, 2010); Millennium. O imaginário social da Era Atômica (1945-1953), de Leslie Lothar Cavalcanti Hein (Doutorado, 2009); Discursos Americanos de Cooperação, de Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior (Mestrado, 2009); Medal of Honor e a construção da memória da II

Mesmo adotando um critério muito pouco restritivo, constatamos não apenas um número extremamente reduzido, mas uma distribuição temporal muito concentrada em anos mais recentes. O primeiro trabalho, sobre expedições científicas norte-americanas no século XIX, surge apenas em 1980⁴. O segundo, sobre o movimento estudantil e ocupação da Universidade de Columbia na década de 1960, só em 1997⁵. Sete anos mais tarde, em 2004, o primeiro trabalho sobre cinema⁶ e apenas em 2005, a primeira tese de doutorado, sobre tema correlato, relacionando Hollywood e o imaginário da guerra⁷. Entre 2005 e 2010, 10 trabalhos foram defendidos e entre 2011 e 2013, o número saltou para 16 trabalhos. Constata-se, então, que mais de 50% da produção do Programa em História dos EUA, conforme definimos, surgiu nos últimos três anos.

Em termos temáticos, à exceção de três que tratam de questões econômicas⁸, todos os demais trabalhos situam-se no eixo cultura e poder, explorando a indústria cultural americana, analisando formas e sentidos sociais e políticos difundidos pela música, cinema, histórias em quadrinhos, jogos eletrônicos, semanários e diários de grande circulação, relacionando identidade, memória e mitos nacionais. Ao lado dessa vertente, já mais consolidada, surgiram também trabalhos tributários da Nova História Política francesa, dispostos a mapear culturas ou projetos políticos de grupos específicos, seculares e religiosos, assim como de partidos, administrações e figuras

Guerra Mundial, de Christiano Britto Monteiro dos Santos (Mestrado, 2009); O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008), de João Márcio Mendes Pereira (Doutorado, 2009); Neofascismo em Cena: O avanço conservador norte-americano e o caso da National Alliance, de Tatiana Silva Poggi de Figueiredo (Mestrado, 2008), "Vaqueiros de Deus": a expansão do protestantismo no sertão cearense nas primeiras décadas do século XX, de Robério Américo do Carmo Souza (Doutorado, 2008); De Port Huron aos Weathermen: Students for a Democratic Society e a Nova Esquerda Americana (1960-1969), de Rodrigo Farias De Sousa (Mestrado, 2007); Imagens Vigiadas: uma história social do cinema no alvorecer da Guerra Fria, 1945-1954, de Alexandre Busko Valim (Doutorado, 2006); Ritos de Sangue em Hollywood: mito da guerra e identidade nacional norte-americana, de Ana Paula Spini (Doutorado, 2005); A Guerra do Pós-Guerra: O Cinema Norte-Americano e a Guerra do Vietnã, de Luciano Pires Mesquita (Mestrado, 2004); A Dança de Clio e Calíope: Uma Leitura Interdisciplinar dos Protestos dos Jovens Norte-Americanos nos Anos 60, de Eliane Borges Berutti (Mestrado, 1997) e Expedições Científicas Norte-Americanas na América Ibérica Meridional nos Meados do Século XIX, de Louis Andrew Bladgett (Mestrado, 1980).

⁴ Expedições Científicas Norte-Americanas na América Ibérica Meridional nos Meados do Século XIX, de Louis Andrew Bladgett.

⁵ A Dança de Clio e Calíope: Uma Leitura Interdisciplinar dos Protestos dos Jovens Norte-Americanos nos Anos 60, de Eliane Borges Berutti.

⁶ A Guerra do Pós-Guerra: O Cinema Norte-Americano e a Guerra do Vietnã, de Luciano Pires Mesquita.

⁷ Ritos de Sangue em Hollywood: mito da guerra e identidade nacional norte-americana, de Ana Paula Spini.

⁸ Das missões à comissão: ideologia e projeto desenvolvimentista na "Missão ABBINK" (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953), de Thiago Reis Marques Ribeiro (Mestrado, 2012); A economia dos negros livres no Rio de Janeiro e Richmond, 1840-1860", de Carlos Eduardo Valencia Villa (Doutorado, 2012) e O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008), de João Márcio Mendes Pereira (Doutorado, 2009).

políticas, recorrendo à produção intelectual, entrevistas, biografias e também documentos governamentais, agora já mais acessíveis através da internet, fator crucial para viabilizar e permitir o crescimento e a diversificação das pesquisas. Verifica-se, portanto, o interesse maior pela dinâmica e conflitos políticos e culturais da sociedade americana, descortinando-se linguagens e imaginários específicos de correntes conservadores, liberais e de esquerda.

Antes de passar à ANPHLAC e à ANPUH, vale dizer que no Rio de Janeiro centros acadêmicos e programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, como os da Cândido Mendes, IUPERJ e do Instituto de Relações Internacionais da PUC, com longa tradição na área, certamente atraíram e continuam atraindo interessados no estudo do sistema político e política externa dos EUA. Mas tais programas reivindicam abordagem interdisciplinar, conferindo títulos de mestrado ou doutorado em Relações Internacionais ou em Ciências Políticas ou Sociais.

Se fizéssemos um inventário nos Anais da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - certamente encontrariamos trabalhos focados nos EUA, em número, acredito eu, muito superior ao que se pode encontrar na ANPUH. O mesmo se poderia dizer em à ABRALIC – Associação Brasileira de Literatura Comparada.

A ANPHLAC, criada em 1992 com o nome de Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino-Americana e Caribenha, começou a aceitar trabalhos sobre relações culturais e políticas interamericanas envolvendo os EUA a partir de 1998, mas só em 2002 a Assembleia da Associação, não sem alguma resistência, decidiu formalmente incluir os EUA, mudando seu nome para Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas, embora a sigla permaneça a mesma. Do Encontro subsequente em 2004 até o último em 2012, o número de trabalhos envolvendo os EUA quadriplicou, chegando a 22, o que ainda é muito pouco, considerando-se o universo total de 200 trabalhos nesse encontro. No encontro de 2012, dez anos depois da inclusão formal dos EUA, fui eleita presidente da Associação, o que penso apontar para uma plena aceitação dos estudos de EUA na Associação.

Em relação à ANPUH, embora seja possível fazer uma pesquisa aprofundada utilizando o instrumento de busca dos Anais, digitalizados pelo Projeto Memória desde 1961, vale registrar que, desde a última década, são em número reduzido os Simpósios que tratam de temas das Américas, sendo a escravidão, abolição e pós-abolição, além

das relações interamericanas os principais objetos de estudo envolvendo os EUA⁹. Somente em 2011, tivemos um Simpósio focado em História dos EUA nos séculos XIX e XX que, na sua primeira edição, contou com mais de 40 inscritos.

Passemos às revistas. Fiz um rápido levantamento de artigos, utilizando os termos Estados Unidos, EUA, norte-americano, estadunidense e americano, em revistas com instrumento de busca em seus sites: a Revista Brasileira de História, publicada pela ANPUH; a História Revista, pela Universidade de São Paulo e a Estudos Históricos, pela Fundação Getúlio Vargas. Trata-se de uma amostragem pequena e concentrada no eixo Rio-São Paulo, mas não deixa de ser sugestiva por serem publicações antigas e bastante reconhecidas.

O baixo número de artigos localizados é desconcertante. Na Revista Brasileira de História, entre 1981 e 2013, encontrei apenas 6 artigos, sendo 2 escritos por brasilianistas, o mais antigo deles em 1998¹⁰.

A História Revista, da USP, criada em 1950, certamente a mais antiga, conta com um instrumento de busca, que aparentemente cobre o período mais recente da revista, pois, depois de uma triagem, computamos apenas 9 artigos, sendo o mais antigo uma entrevista com Warren Dean, de 1995¹¹.

⁹ É possível citar como exemplos os Simpósios “A Abolição da Escravidão e a Construção dos Conceitos de Liberdade, Raça e Tutela nas Américas”; “Relações Internacionais e Política Externa: História e Historiografia” e “Relações Internacionais dos Estados Americanos: História e Historiografia Contemporâneas”, no Simpósio de 2009.

¹⁰ Rodeghero, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Rev. Bras. Hist.*, 2002, vol.22, no.44, p.463-488; Ferreira, Roquinaldo. A institucionalização dos estudos Africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações. *Rev. Bras. Hist.*, Jun 2010, vol.30, no.59, p.73-90; Junqueira, Mary A. **Representações políticas do território latino-americano na Revista Seleções**. *Revista Brasileira de História*, 2001, vol.21, no.42, p.323-342; Pereira, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial e a construção política dos programas de ajustamento estrutural nos anos 1980**. *Rev. Bras. Hist.*, 2013, vol.33, no.65, p.359-381; Garfield, Seth. **A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra**. *Rev. Bras. Hist.*, Jun 2009, vol.29, no.57, p.19-65; Weinstein, Barbara. A Pesquisa sobre Identidade e Cidadania nos EUA: da Nova História Social à Nova História Cultural. *Rev. bras. Hist.*, 1998, vol.18, no.35, p.227-246.

¹¹ A entrevista com Warren Dean foi publicada no n. 133. Os demais artigos são: Azevedo, Cecilia. Guerra à Pobreza: EUA, 1964. n.153, 2005; Baitz, Rafael. Fotografia e Nacionalismo: a revista The National Geographic Magazine e a construção da identidade nacional norte-americana (1895-1914),n. 153, 2005; Domingues, Petrônio. A visita de um afro-americano ao paraíso racial, n. 155, 2006; Del Lago, Enrico. Patriarcalismo e paternalismo no Sul dos Estados Unidos antebellum e no Mezzogiorno italiano oitocentista: uma comparação entre proprietários de escravos e terratenentes, n. 156, 2007; *McManus, Sheila*. Construindo o Paralelo 49º: como o Canadá e os Estados Unidos usaram espaço, raça e gênero para transformar as terras dos Blackfoot nas regiões fronteiriças de Alberta-Montana, n. 156, 2007; Rocha, Alexandre Luís Moreli. As pressões dos aliados e a evolução da política externa portuguesa entre 1942 e 1943: da neutralidade à colaboração. n. 161, 2009; *Pereira, João Márcio Mendes*. Desenvolvimento como segurança, assalto à pobreza e ajustamento estrutural: o Banco Mundial durante

Na Revista Estudos Históricos, publicada desde 1988, localizei o maior número de artigos: um total de 21. Em diferentes edições, localizei 9 artigos, sendo 8 de brasileiros e um de Thomas Skidmore, que desde o título denuncia as dificuldades do relacionamento com os EUA¹². O registro mais antigo é de 1990, quando a Revista publicou um número dedicado à História e Ciências Sociais, do qual constam 4 artigos e 2 entrevistas discutindo a obra de brazilianistas¹³. Onze anos depois, em 2001, a Revista publicou um dossiê com o tema Brasil-EUA, reunindo mais 7 artigos, além da apresentação e dois ensaios bibliográficos, um deles retratando um diálogo entre Mauricio Tenório, Thomas Bender e David Thelell em torno da idéia da desestadunização da História dos EUA, que acho extremamente estimulante¹⁴.

Mesmo admitindo falhas neste levantamento muito superficial, podemos constatar que nos anos 90 a produção era muito pequena. Apenas nos anos 2000 parece despontar um novo interesse por esse campo de estudos, com a formação de uma nova geração de mestres e doutores e a publicação dos resultados de suas pesquisas.¹⁵ É preciso lembrar que é exatamente nesta década que a internet abre um novo horizonte

os anos McNamara (1968-1981), n.165, 2011; Mahl, *Marcelo Lapuente*. Orville Adelbert Derby: Notas para o Estudo de sua Atuação Científico-Intelectual em São Paulo (1886-1905), n. 167, 2012.

¹² Os Estados Unidos e a América Latina: um permanente mal-entendido?, vol. 13, n.24 (1999).

¹³ Trata-se do vol 3, n. 5. Os artigos e entrevistas são os seguintes: Moura, Gerson. Distância e Diálogo: História e Ciências Sociais nos EUA; Massi, Fernanda Peixoto. Brazilianismos, ‘Brazilianist’ e discursos brasileiros; Pontes, Heloisa André. Brasil com z; Moreira, Regina da Luz. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação; Warren Dean: um brazilianista e Uma entrevista com Howard Becker.

¹⁴ Trata-se do vol.1, n. 27. Entre ensaios bibliográficos e artigos, temos os seguintes: Garchet, Helena Maria Bomeny. Semper Dr. Morse - em celebração. Richard Morse (1922-2001); Almeida, Paulo Roberto. Os estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos: a produção brasiliense no pós-Segunda Guerra; Krinberg, Keila. Alforria, direito e direitos no Brasil e nos Estados Unidos; Izecksohn, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos na década de 1860; Felgueiras, Carmen Lucia Tavares. Os arquitetos do futuro: os Estados Unidos; Costa, Marcelo Timótheo da. E pluribus unum: a experiência americana de Alceu Amoroso Lima; Caiasa, Janice. Transporte coletivo nos Estados Unidos e a aventura própria de Nova York; Oliven, Rubem George. De olho no dinheiro nos Estados Unidos e Bender, Thomas. Caminhando para a “desestadunização” da história dos Estados Unidos: um diálogo.

¹⁵ Algumas publicações de pesquisadores já estabelecidos em universidades e centros de pesquisa também surgem neste momento. Como exemplo podemos citar: Oliveira, Lucia Lippi. . Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. 1. ed. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2000; Torres, Sônia. Raízes e Rumos. Rio de Janeiro, 7Letras, 2001; Pamplona, Marco Antônio. Revoltas, repúblicas e cidadania. Rio de Janeiro: Record, 2003; Meihy, J. C. S. B.. Brasil fora de si: experiências de brasileiros em Nova York. São Paulo: Parábola, 2004 Este último é autor de um dos raros trabalhos da década de 80: Introdução ao Nacionalismo Acadêmico, os Brasilienses. São Paulo: Brasiliense, 1984.

para os pesquisadores. A *Amazon*, surge em 1995, permitindo maior acesso e diálogo com a historiografia produzida nos EUA. O acesso a banco de dados, especialmente de periódicos acadêmicos é ainda mais recente. Na última década, vem se ampliando o acesso a fontes primárias, inclusive oficiais, disponibilizadas por órgãos governamentais, além da Biblioteca do Congresso, das Bibliotecas Presidenciais, etc. É certo que o custo ainda é alto e muitas barreiras à pesquisa ainda existem, mas todas as possibilidades que acabamos de mencionar não existiam no inicio da década de 90 e as bolsas para estudar no exterior também eram muito escassas.

Desse modo, assiste-se neste momento, a uma expansão das possibilidades de estudo de História dos EUA, que fica expressa na variedade de temáticas deste evento e dos encontros mais recentes das associações nacionais mencionadas. Mantem-se o interesse pelos olhares cruzados, em busca das representações e imagens recíprocas difundidas por diferentes canais e veículos – imprensa, cinema, literatura, música, relatos de viagem, manuais didáticos, ensaios filosóficos e acadêmicos, etc,

Os estudos de política externa, que tradicionalmente envolvem eventos como guerras, conferências, expedições, intervenções, ganharam nova roupagem, com base na história cultural, que só ganhou terreno no Brasil a partir de meados dos anos 90. As teorias pós-coloniais favoreceram pensar pluralidades e instabilidades na própria identidade, cultura e sociedade que se auto-denominam americanas, como também melhor qualificar as zonas de contato constituídas a partir de empreendimentos artísticos, intelectuais, educacionais, missionários, militares, conectando indivíduos e grupos diversos através das fronteiras nacionais, indicando sempre acomodações, interações e trocas que resultam em produtos, pensamentos e identidades híbridas, transnacionais.

Por conta disso, estamos também deixando de remeter intenções, projetos e ações desses diferentes agentes a um núcleo de sentido comum , dado e imutável – o destino manifesto, a ideia de missão, o *American way of life*, o imperialismo – todas essas referências passam a ser descontruídas e avaliadas segundo contextos e práticas específicas.

A eleição de objetos qualificados como estadunidenses, tais como o sistema político e partidário, o esquadrinhamento de diversos e conflitantes projetos nacionais e culturas políticas articulados a diferentes movimentos sociais e culturais, marca o amadurecimento da historiografia sobre os EUA produzida no Brasil. Tal movimento

contribui, como sugere Bender, para desparoquializar, desprovincializar a História dos EUA, sem fixar identidades ou reificar o nacional.

Mas ao reivindicar nosso interesse pela história dos EUA o fazemos movidos fundamentalmente por questões acadêmico-políticas brasileiras. Todos que nos dedicamos a essa história sabemos o quanto simplificações e estereótipos que marcam imaginário coletivo ainda não desapareceram na cultura escolar e acadêmica. O desinteresse, a resistência e mesmo o preconceito se revelam pelo fato de que temas relacionados a EUA em geral ficam de fora ou ganham espaço mínimo nos programas de história das Américas nos cursos de graduação em História do país, conforme será enfocado em um dos trabalhos que serão apresentados neste evento. Além disso, as traduções, pelo seu alto custo, são raras, fazendo com que barreira da língua dificulte ainda mais o ensino de história dos EUA.

Em função disso, prevalece ainda grande desconhecimento em relação aos conflitos e dinâmica cultural e política, às tradições partidárias, assumindo-se a falta de qualquer consciência ou consistência política do “americano comum”, para não falar do completo desconsideração ou desprezo pelas correntes minoritárias, pelas margens – pelos movimentos influenciados por longeva tradição de esquerda e pelas constantes renovações no campo liberal e conservador, ensejando criação de novos canais e formas de expressão políticas. Para além da nossa maior aproximação com universo afro-americano, pouco ainda conhecemos a respeito de movimentos de dissenso levados a cabo por mulheres, gays, migrantes, ambientalistas.

A nova geração de pesquisadores está enveredando por esse caminho, ao mesmo tempo em que testa e refina conceitos. E o que essa geração faz não é simplesmente dar notícia ao público brasileiro da historiografia americana. Ela contribui para seu alargamento, lançando um olhar próprio, ou mesmo trazendo à luz objetos e questões ainda não visitados ou não sistematizados de forma consistente pela própria historiografia produzida nos EUA. . E isso é verdade tanto para a história do tempo presente, quanto para história de períodos mais recuados.

Por todas essas razões, não tenho nenhuma dúvida que levantar hoje a bandeira da História dos EUA no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação em História, como em nossas associações profissionais no Brasil, faz todo sentido.

1.RELIGIÃO E POLÍTICA

“IN GOD WE TRUST”: A Religiosidade nas Visões de Liberdade dos Soldados Negros na Guerra Civil Americana (1861-1865). Lara Taline dos Santos

Mestranda UFPR
larataline@yahoo.com.br

Introdução:

A guerra civil americana foi deflagrada entre os anos de 1861 e 1865 envolvendo estados na porção norte contra aqueles situados ao sul dos Estados Unidos. A eclosão deste embate transformou a ameaça separatista em realidade com o desmembramento dos rebeldes em um novo país: Os Estados Confederados do Sul. Essa organização manteve-se apenas no período de guerra, entretanto seu impacto político e econômico para toda a federação foi incalculável. (IZECKSOHN, 2003, p. 47)

O conflito foi produto de profundas divergências - políticas, sociais e econômicas - que somaram-se a uma questão central: a escravidão. A antiga instituição escravista, herança do período colonial, constituiu o ponto de divergência mais profundo entre norte e sul, contribuindo para que outros aspectos de desacordo emergissem e acabassem por encaminhar o jovem país à secessão.

Os diferentes projetos de colonização – a quase inexistência de projetos e o mosaico de formas diferenciadas de conceber-se americano, muito calcado nos tipos humanos, políticos e religiosos diferenciados que já existiam desde a colônia e que

continuaram existindo após a independência em 1776 - evidenciam diferenças internas recobertas por uma capa de unidade que era a federação dos estados. Esses eram muito diferentes entre si, porém mantinham-se unidos porque gozavam de uma, relativamente, forte autonomia dentro da federação. Ou seja, só podiam ser “um só”, porque o tipo de organização adotada permitia que essas diferenças existissem, já que o pressuposto dessa organização era a autonomia dos estados. Este panorama também corrobora a hipótese de que no momento da guerra civil a questão da escravidão era tão forte que o princípio da autonomia dos estados da federação foi à breca quando o norte interferiu no modelo de organização política, social e econômica do sul.

Em fevereiro de 1861, South Carolina, Mississippi, Florida, Alabama, Georgia, Louisiana e Texas deixaram a União em resposta à uma política governamental compreendida como abolicionista. Meses depois, em 12 de abril de 1861, após a investida confederada contra os soldados da União que ocupavam o Forte Sumter em South Carolina, o então presidente Abraham Lincoln convocou cerca de setenta e cinco mil voluntários a apresentarem-se ao exército. Contrariando a expectativa republicana de que a causa seccional obteria pequeno apoio, poucos dias após a convocatória outros quatro estados - Virginia, Arkansas, Tennessee e North Carolina - retiraram-se dos Estados Unidos para formar os onze estados da Confederação. (HORTON, 2007, p. 16)

Com a eclosão e recrudescimento das batalhas, os exércitos do norte e sul rapidamente passaram a depender das tropas formadas por homens de cor. Os soldados negros, sendo grande parte ex-escravos fugidos de estados confederados e *border states*¹⁶, cunhavam suas próprias concepções sobre a liberdade e a escravidão. O passado de escravidão não impossibilitava o soldado negro de tomar atitudes e criar visões próprias sobre sua condição, nem tão pouco fazia de todos bravos guerreiros, paladinos da liberdade. Dessa forma, é preciso considerar que escravos e libertos produziam seus próprios valores, resultantes de experiências particulares e coletivas. (CHALHOUB, 1990, p. 20)

A elaboração de concepções que versavam sobre a liberdade e a escravidão passavam, não menos, pela vivência religiosa dos soldados negros. Entretanto, o estudo da religiosidade durante a guerra civil norte-americana, sobretudo entre os soldados

¹⁶ Os *border states* eram estados escravistas que não declararam secessão a União desde 1861. Eram eles: Missouri, Delaware, Maryland e Kentucky. Em 1863, West Virginia separou-se do estado confederado da Virginia e também tornou-se um *border state* ao declarar-se um novo estado escravista na União.

negros constitui ainda um ramo recente na historiografia norte-americana, tendo despertado a atenção dos historiadores sobretudo a partir da década de 1970.

Nas últimas décadas historiadores vem identificando o papel das diferentes abordagens e ações da fé religiosa durante a guerra civil. Para além do estudo da influência protestante, novas pesquisas passam lentamente a reconhecer as contribuições de católicos, menonitas, amish, judeus, quakers e outras religiões minoritárias em relação as guerra e a escravidão. (GOURLEY, 2002.)

A partir disso, a presente comunicação consiste em realizar alguns apontamentos acerca da influência e importância da fé nas visões de liberdade criadas pelos soldados negros durante este período conturbado da história dos Estado Unidos, a guerra civil. Atentar-se-á, não menos, para os usos feitos pelas autoridades nortistas e sulistas da religiosidade dos soldados negros, bem como para o posicionamento das igrejas com relação à escravidão e à guerra.

O debate religioso a respeito da questão escravista

As religiões protestantes foram especialmente relevantes na cultura política anterior à guerra. Presbiterianos, metodistas e batistas de partes diferentes dos Estados Unidos mantiveram-se divididos quanto a questão escravista, empreendendo um embate eclesiástico entre si. A polarização passava pela questão da santidade. Enquanto no norte o conceito ligava-se a ação social, no sul estava arraigado à ideia de piedade pessoal. (PALLUDAN, 1998, p.36)

As interpretações bíblicas também eram diferentes. Igrejas de ambas as porções do país utilizaram a Bíblia para responder o dilema escravista, porém de modos radicalmente opostos. No norte, apelou-se para uma leitura mais ampla das Sagradas Escrituras, cunhando concepções que versavam acerca do seu espírito para apontar a ilegalidade da instituição escravista. No sul, por outro lado, as interpretações eram mais literais, ligadas à letra da Bíblia. Clérigos baseavam sua argumentação na ideia de prerrogativa divina da escravidão, sendo que os senhores tinham obrigações cristãs para com os escravos, o que incluía um tratamento humano e o ensino religioso. (GENOVESE, 1999, pp. 14-43).

Entretanto, tais demandas foram sendo deixadas de lado em prol de uma exegese bíblica que vinha legitimar uma cultura racista que perpassou o período de guerra e permaneceu mesmo durante a Reconstrução. Desta forma identifica-se que

convicções religiosas concorrentes, mesmo que a nível local, ajudaram a moldar a percepção pública sobre o tema escravista. (NOLL, 1998, pp. 74-88)

Porém, a ausência de uma liderança, a ênfase no individualismo e o ataque entre as igrejas levaram o debate sobre a legitimidade e manutenção da escravidão a restringirem-se a esfera política. (GOEN, 1985) Sobretudo no norte, ainda no período anterior a guerra, abolicionistas tentavam persuadir as igrejas a agir junto aos grande proprietários de escravos e engajarem-se na luta pela emancipação. Mesmo com a oposição clerical à escravidão sendo progressivamente fortalecida desde a década de 1850 (FREDERICKSON, 1998, pp.110-130), os defensores da abolição obtiveram pouco sucesso. Características teológicas (ideia de responsabilidade pessoal), organizacionais (muitas igrejas - como a Batista - encontravam-se descentralizadas, enquanto episcopais e católicos romanos reprimiam os debates sobre a abolição) e demográficas (muitos religiosos eram imigrantes e não viam a abolição como uma demanda historicamente importante) foram capitais quanto ao fracasso do movimento abolicionista junto as igrejas nortistas no início do conflito.(MCKIVIGAN, 1984)

Usos políticos da fé no norte e no sul

Mesmo com as igrejas do norte não assumindo uma posição abolicionista incisiva desde o princípio, os republicanos tinham nos evangélicos dessa porção do país uma base de apoio consolidada, apoiando-se no clero para legitimar o conflito. Um movimento de "fervor revivalista" (SERNETT, 2002.) ganhou força nesses estados no início do século XIX, tendo como uma de suas características a oposição à escravidão. Os republicanos souberam trazer essa posição religiosa para dentro do campo político e ao final do conflito o clero nortista adotara a estrutura política do norte como sua, abraçando a causa abolicionista.

Por outro lado, inicialmente representantes e clérigos sulistas resistiram a entrada na política. Com o desenvolvimento do conflito contra a União a grande maioria das igrejas brancas cederam, deixando de lado divergências e fragmentações para apoiar a causa seccional e o nacionalismo sulista. (CARWARDINE, 1993) A igreja foi a "fonte de legitimidade mais importante" (FAUST, 1988, pp.22-23) dos Estados Confederados do Sul. Desta maneira, o apoio e defesa da escravidão acabaram por moldar a religiosidade da região no período de guerra.

Com o avanço das tropas da União os moradores de estados rebeldes passaram questionar-se sobre os reveses do exército da Confederação. Afinal, Deus estaria

punindo os rebeldes? (STOWELL, 1994, pp. 01-38) Alguns acreditaram que a derrota emblemática assinalava a necessidade de retorno a ideais de piedade e pureza, mas em momento algum a defesa da escravidão foi repensada. Comumente, o sistema escravista era entendido como um sistema de trabalho com vínculos válidos que criavam condições adequadas para o progresso dentro dos preceitos cristãos. Para a grande maioria dos membros da comunidade religiosa sulista a emancipação era parte da lógica econômica profana levada a cabo pelo norte. As demandas do capitalismo fazia-os escolher entre a ética cristã e o materialismo.(GENOVESE, 1999, pp.81-118) Por este motivo era recorrente os pregadores sulistas usarem em seus sermões uma interpretação rígida da bíblia, condenando o materialismo e definindo a vida pecadora em torno do pecado da cobiça.

Neste contexto é interessante assinalar que tanto políticos nortistas quanto sulistas apropriaram-se e utilizaram argumentos, linguagens, imagens e concepções religiosas para traduzir seus projetos políticos. Essas abordagens também afetavam os soldados que tinham suas vidas permeadas pela religiosidade. Em ambos os lados da contenda, diariamente soldados alegaram estar lutando sob a benção divina, tendo a religião um espaço importante na rotina militar e na vida pessoal desses homens, muitos ex-escravos. Naturalmente, os horrores da guerra tornaram alguns descrentes. Porém, o número de conversões foi muito superior.

A religiosidade nas visões de liberdade: fé nas fileiras do exército

Para muitos soldados brancos do sul, a realidade da guerra não alterou os sentimentos religiosos ligados a secessão, pelo contrário os reforçou. (WOODWORTH, 2001) Líderes religiosos sulistas compreendiam que a vitória na guerra passava necessariamente pela conversão das tropas. Virilidade e comprometimento eram conclamadas como virtudes cristãs do soldado que lutava não só pela causa da Confederação, mas também de Deus. A propagação dessas ideias foi grande entre os soldados do sul, em muito pela força e amplitude da imprensa militar religiosa.(BERENDS, 1998, pp.131-166) Desta maneira a religião tornou-se uma das principais armas do exército sulista, encorajando os soldados a lutarem contra todas as adversidades. (ROMERO, 1983, p.129)

No norte, igualmente, muitos recrutas entendiam a guerra em termos regionais. Sob a forte influência de capelões militares, soldados eram exortados a defender a União e a Emancipação.(ARMSTRONG, 1998) Entre os soldados negros essas pregações

eram ainda mais significativas e vinham acompanhadas de apelos a caridade, benevolência e paz. Condenando a escravidão e o racismo, pedia-se coragem, força e esperança para que os soldados de cor lutassesem contra essas provações em nome da liberdade para si e para seus irmãos escravizados no sul. (FORDHAM, 1975) Em tempos tão violentos quanto incertos, era preciso tranquilidade e confiança no plano divino de igualdade entre os homens.

Entre os negros escravizados do sul a religião configurava um fator de aglutinação. Comunidades de escravos uniam-se de forma mais ou menos independente em torno da fé religiosa antes da eclosão da guerra e continuaram o fazendo durante o conflito. (GENOVESE, 1974, pp.161-284) A religiosidade acompanhava, não menos, as centenas de negros que fugiam rumo ao norte em busca da liberdade e de oportunidades de uma vida melhor. Muitos escravos viam nos estados nortistas uma chance de viver em liberdade e ascender socialmente alistando-se nas forças militares. Assim, era muito grande o número de negros fugidos do sul ou dos *border states* a entrarem no exército da União. Muitos desses soldados relatavam suas experiências no exército através de correspondências. Cartas para familiares, amigos e oficiais de patente maior evidenciam que muitos erigiam concepções acerca da liberdade relacionando-as a religião e a providência divina.

Um desses soldados foi John Boston. Escravo fugido do *border state* de Maryland, no qual a escravidão só fora abolida em novembro de 1864, integrou o 14º Regimento do Brooklyn no estado nortista de New York. Em correspondência de 12 de janeiro de 1862, enviada do acampamento da tropa em Uptons Hills, no estado confederado da Virgínia, Boston relata para sua esposa sua nova condição de homem livre, soldado dos Estados Unidos:

My Dear Wife it is with grate joy I take this time to let you know Whare I am i am now in Safety in the 14th Regiment of Brooklyn this Day i can Adress you thank god as a free man I had a little truble in giting away But as the lord led the Children of Isrel to the land of Canon So he led me to a land Whare fredom Will rain in spite Of earth and hell Dear you must make your Self content i am free from al the Slavers Lash and as you have chose the Wise plan Of Serving the lord i hope you Will pray Much and i Will try by the help of god To Serv him With all my hart I am With a very nice man and have All that hart Can Wish But My Dear I Cant express my grate desire that i Have to See you i trust the time Will Come When We Shal meet again And if We dont met on earth We Will Meet in heven Whare Jesas ranes Dear Elizabeth tell Mrs Own[ees]That i trust that She Will Continue Her kindness to you and that god Will Bless her on earth and Save her In grate eternity My Acomplements To Mrs Owens and her Children may They Prosper through life I never Shall forgit her kindness to me Dear Wife i must Close rest yourself Contented i am free i Want you to rite To me Soon as you Can Without Delay Direct your letter to the 14th Reigment New york State malitia Uptons Hill Virginea In Care of M^r Cranford Comary Write my Dear Soon As you C Your Affectionate Husban Kiss Daniel For me.

(BOSTON, 1862, Disponível em: <http://www.freedom.umd.edu/boston.htm> Acesso em: 04/09/2013)

Boston, relaciona a liberdade à uma graça divina a ser alcançada com fé, boas ações, temor ao Senhor e oração. Utilizando analogias bíblicas, o soldado demonstra a crença no "Deus-pai" que guia seus filhos sofridos e escravizados a uma terra em que podem ser livres, uma terra prometida para aqueles que haviam passado pelo "inferno" da escravidão. Servir ao Senhor e acreditar na providência divina é, portanto, um plano sábio, pois Deus lidera e cuida dos filhos que tem fé. Boston, agora no seio do exército nortista, demonstra que é preciso buscar o caminho da Salvação e crer no plano divino, na promessa de vida eterna. Talvez ele jamais fosse rever sua esposa e os demais entes queridos que são citados ao longo da carta, mas isso não abala a fé dos que vivem e morrem na religião.

Desta maneira Boston - e podemos aventar que outros soldados ex-escravos também tenham o feito - cunha sua visão de liberdade com base na providência divina e não no combate contra os confederados. A liberdade é um dádiva de Deus, não uma conquista pessoal ou de um grupo.

Em correspondência do mesmo ano, o soldado William H. Johnson, integrante do 8º regimento de infantaria do estado nortista de Connecticut, estacionado em Albemarle Sound, no estado confederado de North Carolina, explicita que as primeiras vitórias da União se davam pelo comprometimento de seus soldados com a causa divina:

My last letter to you was written after our first victory, and I had just over looked the field of our operations. We had, in two days, reduced the enemy's fortifications, beaten him in a land engagement, 2,000 of his best troops were ours, and we were masters of Roanoke Island. You can estimate something of the importance of our victory, by a recent speech made by the rebel President, Jeff.Davis, in which he said that if he was defeated at Manassas, at Richmond, and elsewhere, he would fall back upon Roanoke Island, and hold it, against the combined forces of the world. And well might he say so, for it was a strong position, and determined troops, in a good cause, would have baffled us for weeks - yes, I may say for months; but their cause was that of the Devil, and they themselves were cowards - hence, our success is not to be marvelled at. We are now on the eve of departure for new conquests; we hope to meet the enemy again, fight, conquer him, end the rebellion, and then come home to our Northern people, to free men who look South with joyous hearts, and behold not a single Slave State - but only free territory, from Maryland to Texas. Our armies will defeat the rebels, and hang slavery; a just Administration will execute the monster, and the good news and glad tidings will be borne by the many gallant ones to all parts of the Christian world; but the glory will belong to God! The abolition of slavery is rapidly progressing, South - it is in the natural course of events, and must be; for wherever the Federal Army goes, the so - called master dies, and the slaves !

(REDKEY, 1992, pp. 17-18)

Durante a carta percebemos como o autor cria uma visão do exército federal como baluarte da luta contra o mal representado pelos rebeldes, aliados do demônio. O soldado exalta, ao longo da carta, a coragem e bravura dos combatentes da União, verdadeiros guerreiros da cristandade, em detrimento de seus homólogos do sul, covardes que facilmente abandonavam seus postos.

Desta maneira, cunha-se a concepção da Guerra Civil como uma luta entre o bem e o mal, cristãos e pagãos, Deus e o demônio, escravidão e liberdade. O soldado da União é bondoso, teme a Deus, defende o bom povo nortista. A causa da União é a causa do Senhor, por isso o soldado do norte é determinado, desejoso do combate, para que possa liquidar rapidamente o "monstro" da secessão e da escravidão. Porém, mesmo que as vitórias em campo de batalha sejam extremamente necessárias, é enfatizado que a verdadeira derrota só seria imposta ao sul por meio da luta política, pela via administrativa.

Johnson, assim como inúmeros soldados que lutavam pela causa federal, compreendia a guerra em termos de uma luta contra a escravidão; uma luta em nome daqueles que continuavam vivendo em cativeiro. Contudo, é interessante notar como o soldado leva a questão da luta abolicionista até os *border states*, mote delicado no contexto da guerra. A correspondência condena a ação rebelde dos Confederados, porém os *border states* constituem estados aliados, mantendo a escravidão de acordo com a legislação constitucional e a lógica federalista. Mesmo assim, Johnson deixa claro que a luta contra a escravidão e o mal que ela constituía deveria se estender por todos os estados que ainda mantivessem a lógica escravista, "desde Maryland até o Texas" (REDKEY, 1992, pp.1-18), não importando sua situação de alinhamento à União. Senhores de escravos deveriam ser mortos e escravos libertos em todos os estados, era esse o objetivo principal da luta da União.

Assim como Boston, Johnson credita as primeiras vitórias da União à Deus. Os valorosos soldados federais lutavam com afinco e valentia, porém a glória sempre é divina. Podemos aventar que esse tipo de concepção era recorrente nos ensinamentos cristãos que tiveram vários soldados antes do conflito ou mesmo nas pregações e conversões que ocorriam no âmbito militar.

Outro ponto amplamente difundido entre os soldados que exercitavam sua religiosidade era de que os senhores de escravos, ao manterem os negros cativos, levavam a cabo um desígnio diabólico. O soldado Spotswood Rice em correspondência enviada para suas filhas ainda escravas nas plantações de tabaco no *Border State* do

Missouri em 1864 - ou seja um ano após a emissão da Declaração de Emancipação oficial pelo Presidente Lincoln - explicita a ação maléfica dos senhores de escravos:

My Children I take my pen in hand to rite you A few lines to let you know that I have not forgot you and that I want to see you as bad as ever now my Dear Children I want you to be contented with whatever may be your lots be assured that I will have you if it cost me my life on the 28th of the mounth. 8 hundred White and 8 hundred blacke solders expects to start up the rivore to Glasgow and above there thaths to be jeneralized by a jeneral that will give me both of you when they Come I expect to be with, them and expect to get you both in return. Dont be uneasy my children I expect to have you. If Diggs dont give you up this Government will and I feel confident that I will get you Your Miss Kaitty said that I tried to steal you But I^{ll} let her know that god never intended for man to steal his own flesh and blood. If I had no cofidence in God I could have confidence in her But as it is If I ever had any Confidence in her I have none now and never expect to have And I want her to remember if she meets me with ten thousand soldiers she [will?] meet her enemy I once [thought] that I had some respect for them but now my respects is worn out and have no sympathy for Slaveholders. And as for her cristiananty I expect the Devil has Such in hell You tell her from me that She is the frist Christian that I ever hard say that aman could Steal his own child especially out of human bondage. You can tell her that She can hold to you as long as she can I never would expect to ask her again to let you come to me because I know that the devil has got her hot set againsts that that is write now my Dear children I am a going to close my letter to you Give my love to all enquiring friends tell them all that we are well and want to see them very much and Corra and Mary receive the greater part of it you sefves and dont think hard of us not sending you anything I you father have a plenty for you when I see you Spott & Noah sends their love to both of you Oh! My Dear children how I do want to see you.

(RICE, 1864, Disponível em: <http://www.freedom.umd.edu/rice.htm> Acesso em: 04/09/2013)

Rice evidencia a importância de se manter a fé em Deus, apesar de todas as adversidades da escravidão e da guerra. No exército da União, o ex-escravo encontrou a liberdade. Porém, percebe-se na carta a dificuldade em se lidar com a saudade, o sentimento de injustiça e com a preocupação com as filhas que ainda sofriam nas mãos da sua antiga senhora. Neste contexto, Rice encontra confiança e esperança na religião. Podemos pensar que a fé vinha confortar a vida de centenas de soldados que haviam deixado atrás das linhas confederadas parentes e amigos ainda na condição de escravos.

Ao reclamar a tutela sobre as crianças, Rice é acusado pela senhora de roubo. O soldado se revolta contra tal denúncia, afirmindo que Deus jamais permitiria tamanho erro. Um pai recuperar suas filhas é questão de justiça divina e acusações contra atos assim constituem um atentado aos princípios cristãos.

Assim, atenta-se para a construção da imagem do inimigo, os senhores do escravos. Para detê-los é preciso confiança em Deus, mas também no governo dos Estados Unidos, pois este posta-se ao lado da fé cristã. A manutenção da escravidão é escopo diabólico e é papel de negros e brancos lutarem por ela, ao menos na concepção de Rice. A correspondência evidencia esse pacto em prol da liberdade daqueles que

continuavam escravizados no sul. Porém, não sabemos até que ponto essa percepção era assumida pelos demais soldados negros, uma vez que o racismo e o preconceito também eram frequentes no âmbito do exército nortista.

Considerações finais:

A guerra civil mudou a forma com que inúmeros negros que integraram o corpo de soldados do USCT, USCI e USCHA¹⁷ relacionavam-se com a religião e os ajudou a forjar um entendimento próprio sobre a liberdade e a escravidão. O aparecimento de numerosas congregações e denominações religiosas negras durante o período de guerra evidenciam a relação mais profunda estabelecida com a religião.(HILL, 1998, p. 06)

Ambos os lados da contenda apropriaram-se de um discurso religioso para legitimar a defesa ou o ataque à escravidão. Norte e sul usaram, não menos, a religião no tratamento com as tropas, vendo na fé um fator de aglutinação entre os soldados e uma forma de manter a moral dos combatentes elevada, evitando deserções e angariando apoio na luta contra o inimigo. No norte a religião teve função ainda mais importante, haja visto seu papel fundamental na construção da imagem do confederado enquanto escravista, diabólico e inimigo da cristandade.

Para além do papel na cultura política norte-americana, a religiosidade teve grande importância como alento para os soldados em batalha. Os horrores da guerra, os sentimentos de saudade dos entes queridos que, não raro, continuavam escravizados no sul e nos *border states*, as lembranças do cativeiro e o medo de voltar a condição de escravo eram comuns entre aqueles soldados que haviam sido escravizados durante boa parte da vida. A religião trazia confiança em um futuro melhor; um futuro de liberdade e de paz.

Desta forma, centenas de soldados encontravam coragem para lutar não só pelo seu bem estar ou de suas famílias, mas pelo desígnio sublime da liberdade que deveria se estender a todos. Com fé e coragem os soldados poderiam levar a liberdade até seus irmãos que continuavam escravizados no sul, libertando-os dos propósitos maléficos dos traficantes e senhores de escravos confederados. A partir disso, cunhou-se uma visão da liberdade como um dom de Deus que deveria ser defendido e levado a todos. A liberdade era uma graça divina pela qual, para muitos, valia a pena lutar e morrer.

¹⁷ As tropas negras que integravam o serviço militar norte-americano eram designadas pela sigla USCT – *United States Colored Troops*. Os regimentos de infantaria compostos por negros que integravam o serviço militar norte-americano era designados pela sigla USCI – *United States Colored Infantry*. Os regimentos de artilharia pesada compostos por negros que integravam o serviço militar norte-americano eram designados pela sigla USCHA – *United States Colored Heavy Artillery*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARMSTRONG, Warren B. *For Courageous Fighting and Confident Dying: Union Chaplains in the Civil War*. Lawrence: University Press of Kansas, 1998.
- CARWARDINE, Richard J. *Evangelicals and Politics in Antebellum America*. New Haven: Yale University Press, 1993
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das letras, 1990.
- BERENDS, Kurt O., "Wholesome Reading Purifies and Elevates the Man": The Religious Military Press in the Confederacy". In: *Religion and the American Civil War*. Randall M. Miller (org). New York and Oxford: Oxford University Press, 1998.
- FAUST, Drew Gilpin. *Creation of Confederate Nationalism: Ideology and Identity in the Civil War South*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1988.
- FORDHAM, Monroe. *Major Themes in Northern Black Religious Thought, 1800-1860*. Hicksville, New York: Exposition Press, 1975.
- FREDERICKSON, George M. "The Coming of the Lord: The Northern Protestant Clergy and the Civil War Crisis," in *Religion and the American Civil War*. Randall M. Miller (org). New York and Oxford: Oxford University Press, 1998.
- HILL, Samuel S. "Religion and the Results of the Civil War," in: *Religion and the American Civil War*. Randall M. Miller (org). New York and Oxford: Oxford University Press, 1998 .
- HORTON, James Oliver. "Slavery during Lincoln's Lifetime". In: **Harold Holzer, Sara Vaughn Gabbard (Ed)**. *Lincoln and Freedom: Slavery, Emancipation and the Thirteenth Amendment*. Southern Illinois University Press, 2007.
- IZECKSOHN, Vitor. "Deportação ou Integração. Os dilemas negros de Lincoln". In: *TOPOI, Revista semestral do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ*. Vol. 11. Nº 20, 2010.
- _____, Escravidão, federalismo e democracia: a luta pelo controle do Estado nacional norte-americano antes da Secesão. In: *TOPOI, Revista semestral do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ*, nº 6, Janeiro-Junho de 2003, Volume 04. p. 47.
- GENOVESE, Eugene D. *A Consuming Fire: The Fall of the Confederacy in the Mind of the White Christian South*. Athens: University of Georgia Press, 1999.
- _____. *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*. New York: Pantheon Books, 1974.
- GOEN,C.C. *Broken Churches, Broken Nation*. Macon, GA: Mercer University, 1985.

GOURLEY, Bruce T. *Recent Historiography on Religion and the American Civil War.* 2002. Disponível em: <http://www.brucegourley.com/civilwar/gourleyhistor1.htm> Acesso em 21 de agosto de 2013.

NOLL, Mark A. "The Bible and Slavery," in *Religion and the American Civil War.* Randall M. Miller (Org.) New York and Oxford: Oxford University Press, 1998.

MCKIVIGAN, John R. *War Against Proslavery Religion: Abolitionism and the Northern Churches, 1830-1865.* Ithaca, New York: Cornell University Press, 1984.

PALLUDAN, Phillip Shaw. "Religion and the American Civil War," in *Religion and the American Civil War.* Randall M. Miller (org). New York and Oxford: Oxford University Press, 1998.

ROMERO, Sidney J. *Religion in the Rebel Ranks.* Lanham, MD: University Press of America, 1983.

SERNETT, Milton C. *North Star Country: Upstate New York and the Crusade for African American Freedom.* Syracuse, New York: Syracuse University Press, 2002.

STOWELL, Daniel W. "'We Have Sinned and God Has Smitten Us!': John H. Caldwell and the Religious Meaning of Confederate Defeat." In: *Georgia Historical Quarterly* 78, no. 1. Spring 1994.

WOODWORTH, Steven E. *While God is Marching On: The Religious World of the Civil War Soldiers.* Lawrence: University Press of Kansas, 2001.

FONTES

John Boston to Mrs. Elizabeth Boston, 12 Jan. 1862, enclosed in Maj. Genl. Geo. B. McClellan to Hon. Edwin Stanton, 21 Jan. 1862, A-587 1862, Letters Received, ser. 12, Adjutant General's Office, Record Group 94, National Archives. The envelope is addressed, in a different handwriting, to "Mrs. Elizabeth Boston Care Mrs. Prescia Owen Owenville Post Office Maryland." Published in *The Destruction of Slavery*, pp. 357–58, in *Free at Last*, pp. 29–30, and in *Families and Freedom*, pp. 22–23. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/boston.htm> Acesso em: 04/09/2013

[Spotswood Rice] to My Children, [3 Sept. 1864], enclosed in F. W. Diggs to Genl. Rosecrans, 10 Sept. 1864, D-296 1864, Letters Received, ser. 2593, Department of the MO, U.S. Army Continental Commands, Record Group 393 Pt. 1, National Archives. Service record of Spotswood Rice, 67th USCI, Carded Records, Volunteer Organizations: Civil War, ser. 519, Adjutant General's Office, Record Group 94, National Archives. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/rice.htm> Acesso em: 04/09/2013

William H. Johnson, 8th Connecticut Infantry, Albemarle Sound, North Carolina, March9, 1862; PSP , March27, 1862. In: *A Grand Army of Black Men – Letters from African-Americans Soldiers in the Union Army, 1861-1865.* REDKEY, Edwin S (org). Cambridge University Press, New York, 1992. Carta 7, pp. 17-18.

Os Estados Unidos e o Fim dos Tempos: Hal Lindsey e a “Jeremiad Fundamentalista”. Daniel Rocha

Doutorando em História pela UFMG
Bolsista da CAPES
E-mail: danielrochabh@yahoo.com.br

O mito americano, que tanto se aproveitou do acidente histórico, é peculiarmente vulnerável à história. Certamente que essa é uma das razões pelas quais os americanos sempre recorreram à ameaça do Juízo Final como um meio de revitalização social.

Sacvan Bercovitch

Introdução

Evoquemos, inicialmente, dois momentos bem conhecidos vividos pelo “povo eleito” segundo o relato bíblico. O primeiro é a conhecida libertação da escravidão no Egito e a jornada rumo a Canaã, a terra prometida. Sob a liderança de Moisés que, capacitado por Jeová, operou sinais e prodígios frente aos egípcios – que, não resistindo mais às sobrenaturais pragas que os afligiam, deixaram os descendentes de Jacó partirem – os israelitas rumaram em direção a uma terra onde poderiam cultuar o seu Deus e viver segundo seus ordenamentos. A incredulidade e a desobediência do povo fizeram com que, como castigo, Deus não permitisse que aquela geração entrasse na terra prometida. Somente após 40 anos de peregrinação no deserto – e a morte da “geração incrédula” – o Senhor deu a Josué a vitória sobre os cananeus e, finalmente, a conquista da terra.

Outro momento é o da decadência do reino de Israel – que havia vivido momentos de glória e esplendor sob os reinados de Davi e Salomão – e sua conquista pelos babilônicos. O profeta de Deus nesse período foi Jeremias, o qual alertou várias vezes o povo sobre seu pecado e sobre o castigo iminente que os aguardava devido ao seu descaso para com os preceitos divinamente ordenados, que eram a base sobre a qual Israel deveria estar alicerçado. Não dando ouvidos às admoestações do profeta os israelitas arcaram com as consequências de seu pecado em um sofrido e longo período de exílio na Babilônia. Do cativeiro à liberdade e da liberdade ao cativeiro.

Em 1630, dez anos após a chegada dos peregrinos do *Mayflower* ao Novo Mundo, um outro grupo de puritanos ingleses rumava para a América crendo que sua viagem poderia ser comparada à saída dos hebreus do Egito rumo à terra prometida. Essa leva de peregrinos tinha à sua frente John Winthrop, que seria, posteriormente, o primeiro governador da colônia de *Massachusetts Bay*. A bordo do navio *Arbella*, Winthrop escreveu um texto chamado *A Model of Christian Charity* no qual expôs sua perspectiva do que seria o sentido e a missão histórica desses viajantes em sua nova terra. Dizia Winthrop (1999, p. 42):

Devemos ter em mente que seremos como uma cidade sobre uma colina. Os olhos de todos estão voltados para nós. De maneira que, se lidarmos com falsidade com nosso Deus, nessa tarefa que empreendemos (...) abriremos a boca dos inimigos para falar mal dos caminhos de Deus (...). Cobriremos de vergonha os caminhos de muitos dos valorosos servidores de Deus, fazendo com que suas orações se transformem em maldições contra nós, até sermos expulsos da boa terra para a qual nos dirigimos.¹⁸

Esperança, promessa, desobediência e queda. Se, por um lado, os Pais Peregrinos, os pioneiros puritanos na América, “santificaram sua sociedade através das figuras e dos exemplos da Bíblia” (BERCOVITCH, 1988, p. 145), eles também reiteravam a possibilidade do castigo iminente caso os valores cristãos, concebidos por eles como fundamentos dessa nova sociedade a ser estabelecida em uma nova terra, fossem ignorados e/ou desrespeitados. Nos púlpitos da Nova Inglaterra era recorrente um tipo de retórica conhecido como *Jeremiad*, caracterizado pela condenação da degradação moral e da apostasia do povo, anunciando o castigo iminente e, por outro lado, convocando as pessoas para um retorno aos valores sobre os quais o sonho de uma nação cristã dos pioneiros puritanos havia sido erigido. Nas incertezas e desafios do Novo Mundo, o sonho da construção de uma sociedade exemplar e santificada, em termos escatológicos, um reino de mil anos de felicidade, sempre era assombrado pelo juízo divino e pelos terríveis males que virão sobre a terra conforme os relatos apocalípticos.

A presente comunicação tem o objetivo de fazer uma breve análise do que acreditamos ser uma apropriação da *Jeremiad* que marcou os trabalhos de vários autores fundamentalistas que fizeram sucesso durante o “boom da literatura escatológica” de

¹⁸ For we must consider that we shall be as a city upon a hill. The eyes of all people are upon us. So that if we shall deal falsely with our God in this work we have undertaken (...) we shall open the mouths of enemies to speak evil of the ways of God(...). We shall shame the faces of many of God's worthy servants, and cause their prayers to be turned into curses upon us till we be consumed out of the good land whither we are going.

tendência dispensacionalista que ocorreu nos EUA nas décadas de 1970 e 1980, movimento que teve como seu principal representante Hal Lindsey. Inicialmente, trataremos da permanência, ao longo da história norte-americana, da crença de que os Estados Unidos seriam um povo eleito por Deus, uma nação excepcional, fundada em determinados valores e virtudes, que possui uma missão a desempenhar no mundo e um compromisso com seus valores “fundacionais”. Em seguida, abordaremos como tal discurso foi apropriado pelo conservadorismo protestante norte-americano no início da década de 1970 numa espécie de condenação e alerta quanto ao castigo iminente que a “depravação” dos anos 1960 anunciava. Nesse contexto, faremos uma breve avaliação do sucesso das perspectivas dispensacionistas e das reflexões sobre os EUA presentes no *best-seller* de Hal Lindsey lançado em 1970: *The Late Great Planet Earth*. Por fim, e em comparação com sua obra de 1970, analisaremos a “politização” e “americanização” do pensamento de Hal Lindsey em seu segundo maior sucesso editorial: *The 1980s: Countdown to Armageddon*. Também buscaremos refletir como essa “virada conservadora” na política norte-americana da passagem dos anos 1970 para os anos 1980 abriu espaço para um discurso menos pessimista e mais aberto à possibilidade do retorno dos EUA aos seus valores fundacionais.

I

A ideia da cidade no alto da colina, o sentido de missão, o exemplo dos Pais Fundadores, que buscavam construir uma nação alicerçada sobre os valores bíblicos que seria um exemplo e um farol moral e, também, político (reino da liberdade e da democracia) são elementos constantemente acionados na história norte-americana. Segundo Pocock (2004) os Estados Unidos possuem uma cultura política marcada pelo momento “fundacional”. Nesse tipo de cultura, que busca seus valores e sua identidade no momento fundante, há uma alternância entre um “período litúrgico”, em que os princípios são observados e cultuados e, em momentos de apostasia nacional, períodos marcados por um tipo de retórica, herdada dos puritanos, conhecida como *Jeremiad*, “que tem como referência as admoestações do profeta Jeremias aos hebreus, alertando para o desregramento moral em que viviam e a iminência da vingança divina” (AZEVEDO, 2007, p. 28-29).

Sacvan Bercovitch, em diversas obras¹⁹, busca analisar a influência dos pioneiros puritanos da Nova Inglaterra no fornecimento da “base bíblica para aquilo que viemos a chamar de mito da América” (BERCOVITCH, 1988, p. 142). E entre os elementos desse inventário de heranças puritanas, Bercovitch examina mais minuciosamente em sua obra a formação e desenvolvimento do que ele chama de *Jeremiad* americana. Como dito, a tradição da pregação *jeremiad*, especialmente nos púlpitos ingleses do século XVII, mantinha sua estrutura de alerta quanto ao pecado do povo e anúncio da castigo divino caso o povo não se arrependesse de seu pecado. Entretanto, talvez influenciada pela experiência e oportunidade de criar uma nova sociedade em um Novo Mundo - e todos os sonhos milenaristas que isso despertou nos *Pilgrim Fathers* - a *Jeremiad* americana apresentava uma ênfase diferenciada: se, por um lado, alertava para as consequências terríveis que sofreriam aqueles que se desviasssem dos desígnios divinos, por outro conclamava o povo a relembrar sua missão e papel históricos. Com Deus ao seu lado, eles eram um povo diferenciado que tinha as chaves do futuro nas mãos. Segundo Cecília Azevedo (2007, p. 28-29): “reconfigurado, o *Jeremiad* teria adquirido, ao lado do sentido de lição moral, um caráter de celebração. De destinados à queda, os norte-americanos poderiam se autoproclamar peculiares, escolhidos não só para ganhar a vida eterna, mas para uma missão na terra”. Para Bercovitch (1978, p. xi), essa *Jeremiad* transformada é uma das bases da persistência do “sonho americano”, ou do “mito da América”, sobrevivendo a mais de 200 anos de crises e transformações daquela sociedade.

Se, num primeiro momento, Winthrop, dentro dos padrões de sua pertença puritana, falava da criação de uma comunidade comprometida com os valores expressos nas Sagradas Escrituras e com uma conduta moral irrepreensível, que seria um exemplo para o mundo de virtuosidade e fé, a cidade sobre uma colina ganhou outros contornos ao longo do tempo, muitos deles com um viés notadamente político e secular. O significado e o sentido da missão dos norte-americanos no mundo, com suas diferentes “*jeremiads*”, tornou-se objeto de diferentes apropriações por diferentes grupos ao longo

¹⁹ Entre outras podemos citar: BERCOVITCH, Sacvan. *The puritan origins of the American self*. New Haven; London: Yale University Press, 1975; BERCOVITCH, Sacvan. *The American jeremiad*. Madison: The University of Wisconsin press, 1978; BERCOVITCH, Sacvan. A retórica como autoridade: puritanismo, a Bíblia e o mito da América. In: SACHS, Viola [et al.]. *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 141-158.

da história norte-americana. Os exemplos são vários e, devido às limitações deste texto, não vem ao caso uma análise mais extensa de casos. Martin Luther King Jr., para citar apenas um exemplo, falava de seu sonho que estava “profundamente enraizado no sonho americano” e de que “esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de sua crença”, mas, também chegou a proclamar que “o juízo de Deus está sobre a América agora” (MOLTMANN, 2004, p. 179). Se a nação eleita se afastar de seus fundamentos, eis que o juízo divino está às portas.

Dessa forma, ao longo da história norte-americana, a *Jeremiad* perdeu o aspecto meramente religioso, de um sermão proferido do púlpito puritano, e tornou-se uma forma de retórica, dependendo do grupo que se aproprie dela, com forte viés político e/ou nacionalista. Retomando o pensamento sobre o momento fundacional norte-americano, Pocock (2004, p. 41) afirma que em sociedades fundadas sobre certos princípios, como é o caso da norte-americana, os seus cidadãos possuem uma “obrigação” moral e política de “julgar” quando tais princípios estão sendo observados ou não. Se, para alguns grupos, os princípios a serem preservados e observados teriam a ver com o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade – valores que, não necessariamente, precisariam de uma legitimação bíblica para sua aceitação -, para outros não é possível pensar os valores fundacionais sem relacioná-los diretamente às Sagradas Escrituras e aos padrões morais por ela prescritos. É o caso do fundamentalismo²⁰.

II

A história dos Estados Unidos é marcada por períodos de intenso fervor religioso e por outros em que a religião ficou relegada a um segundo plano, confinada ao ambiente eclesiástico eclesiástica e à esfera privada da vida daqueles que mantêm sua fé pessoal. Outro pesquisador da Nova Inglaterra puritana, Emory Elliot, sugere uma interessante ideia quanto aos “ciclos de fé” na história norte-americana. Explicando sua proposta, colocada originalmente em sua tese de doutoramento de 1975, Elliot (1988, p. 114) diz:

²⁰ Para não alongar uma discussão que já realizamos em texto anterior - ROCHA, Daniel. Combatendo pela alma da nação: alguns apontamentos sobre a subcultura política fundamentalista nos Estados Unidos. *História Agora*, v. 13, p. 108-123, 2013 –, quando falamos em fundamentalismo pensamos em um movimento teológico/religioso surgido na virada do século XIX para o XX, fruto de um processo histórico ocorrido dentro do protestantismo norte-americano em reação ao liberalismo teológico e, também, ao processo de secularização e que se desenvolveu ao longo do século XX, assumindo novas formas de atuação na esfera pública, em especial sobre questões políticas e legais.

Eu sugeria atrevidamente que o quadro que traçara das quatro primeiras gerações de puritanos poderia ser encarado como um paradigma bíblico, repetido nos Estados Unidos sucessivamente na Guerra da Independência, na Guerra Civil e na Segunda Guerra Mundial: uma condição social na qual uma geração patriarcal de fundadores ou heróis militares estabelece um *establishment* político reforçado pela religião que, depois, é liberalizado – considerado pelos fundadores como enfraquecido ou corroído – pela segunda geração e abandonado – visto como traído – pela terceira geração. Segue-se então, freqüentemente, uma revivificação religiosa na quarta geração, como ocorreu com o Primeiro Grande Despertar na década de 30 (1730) e o Segundo Grande Despertar nos outros anos 30 (1830). Eu sugeria que nós talvez estivéssemos presenciando, a partir de 1970, uma outra revivificação, que se seguia à confusão e à angústia da década anterior.

O início da década de 1970 cheirava à crise. E uma crise sem precedentes, especialmente nos discursos de várias lideranças politicamente conservadoras e religiosamente fundamentalistas. Internamente, segundo Bellah (1986), a década de 1960 abalou as estruturas do modo de vida americano e instituições tradicionais como o governo, os negócios, a família e as igrejas não saíram ilesas. Era uma América assombrada pelos fracassos militares (especialmente no Vietnã), pelos conflitos raciais, pelo avanço do comunismo e a real ameaça de um ataque nuclear, pela contestação dos valores familiares, sociais, econômicos e mesmo sexuais por parte dos movimentos de contracultura, etc. Em termos de religião, “os anos 60 presenciaram uma queda contínua na frequência às igrejas e uma crença cada vez menor na importância da religião, medidas por pesquisas de opinião de âmbito nacional” (BELLAH, 1986, p. 25). A religiosidade que floresceu, especialmente entre os jovens, se distanciava muito do protestantismo tradicional, considerado parte de um sistema materialista e opressor destinado à extinção – ou mesmo culpado pela possibilidade de extinção iminente de toda a raça humana -, e buscava sua inspiração na religiosidade oriental e numa espécie de relação primitiva entre homem e natureza. Externamente, o contexto da Guerra Fria e episódio como a Crise dos Mísseis em Cuba de 1962 colocavam toda a nação em um estado de permanente apreensão e, em alguns casos, de pânico.

O momento era de crise e a crise é o grande “motor” do fundamentalismo. Na *Jeremiad* do conservadorismo religioso norte-americano o momento era de juízo de Deus sobre a antes Nação Eleita. Surgiram movimentos de organização e intervenção política de alguns grupos fundamentalistas (sobre isso falaremos mais adiante), mas o discurso geral era de pessimismo e de iminência do fim. Nesse contexto o dispensacionalismo pré-milenarista²¹ de Hal Lindsey encontrou uma multidão de

²¹ No pré-milenarismo o reinado de mil anos de justiça e felicidade de Jesus Cristo na Terra, anunciado no livro do Apocalipse, só ocorreria após o retorno visível de Cristo para reinar com os seus. Portanto, o

pessoas aflitas por explicações que dessem conta desse momento de grande incerteza e, a partir de suas interpretações das profecias bíblicas relativas ao fim dos tempos, chamou a atenção de milhões e milhões de americanos, confirmado a análise de Bercovitch (1988, p. 142) quando este afirma a “persistência de uma retórica assentada na Bíblia e na forma pela qual os americanos retornam recorrentemente a essa retórica, especialmente em épocas de crise, como uma fonte de coesão e continuidade”.

Antes de prosseguir, façamos uma pequena parada para entender o que seria o dispensacionalismo, do qual Lindsey era o mais importante representante na época. O dispensacionalismo é um método de interpretar a Bíblia atribuído a John Nelson Darby (1800-1882), um pastor anglicano que deixou a Igreja da Irlanda, tornando-se um dos líderes do movimento “a-denominacional” conhecido como Irmãos de Plymouth. Segundo os dispensacionalistas, a Bíblia anuncia uma perspectiva de história dividida em sete eras ou “dispensações” e, em cada uma delas, Deus apresentaria um diferente plano de salvação e, em todas elas, o homem falharia, havendo nova crise e nova intervenção divina na história humana. Na perspectiva de Darby e seus seguidores, “a Bíblia é o testemunho divino de uma história sucessiva da salvação. Consequentemente, a última revelação de Deus é a revelação do fim da história no Apocalipse de João. A Bíblia é essencialmente predição e a história universal, essencialmente cumprimento dos prenúncios divinos” (MOLTMANN, 2003, p. 177). As dispensações seriam as seguintes: 1) a “Inocência”, que terminaria com a Queda e a expulsão de Adão e Eva do Paraíso; 2) a “Consciência”, que findaria com o Dilúvio; 3) “O Governo Humano” que seria encerrado em Babel; 4) a Promessa” que acabaria na escravidão no Egito; 5) a “Lei”, que terminaria com a crucificação de Cristo; 6) a “Graça” ou “Período da Igreja”, que terminaria no que os dispensacionalistas chamam de “A Grande Tribulação”, a Batalha do Armageddom e a Segunda vinda de Cristo; por fim 7) o “Milênio” onde Cristo reinaria pessoalmente na Terra junto aos seus santos. Após os mil anos Satanás iniciará uma última rebelião que será aniquilada pela intervenção divina. Com a derrota de Satanás entrar-se-á na eternidade da Jerusalém Celeste.

reino de Deus seria implantado na Terra somente após uma intervenção sobrenatural divina, que daria um fim à história dos homens e seus governos. A ele se oporia a perspectiva pós-milenarista, na qual o reino milenar precederia o retorno de Jesus, cuja vinda marcaria o final do milênio e o início da eternidade na Jerusalém eterna e sem mácula. É uma perspectiva mais próxima daquela que Eusébio de Cesareia e alguns cristãos do período constantiniano tinham quanto ao reino milenar. Seria uma expectativa de que “a vinda do Reino se daria após a implantação da civilização cristã; por isso, a cristianização da sociedade seria uma preparação para a vinda do Reino de Deus” (MENDONÇA, 1984, p. 55).

A interpretação dispensacionalista das profecias bíblicas tornou-se popular nos EUA após a Guerra Civil em contraposição ao otimismo pós-milenarista que marcava a maioria das igrejas protestantes tradicionais norte-americanas. Em contraposição à crença nas virtudes humanas e no progresso contínuo, o dispensacionalismo advogava o total controle de Deus sobre a história e a iminência do fim dos tempos. O dispensacionalismo difundiu-se rapidamente através de encontros e conferências bíblicas, sendo abraçado por várias lideranças, especialmente conservadoras, do protestantismo americano como Reuben A. Torrey e James Hall Brookes, figuras importantes no movimento que depois veio a ser conhecido como fundamentalismo. Mas, talvez o mais importante discípulo do sistema de Darby tenha sido Cyrus Ingerson Scofield que organizou a conhecida Bíblia de Estudos Scofield, lançada originalmente em 1909 – no mesmo período em que começaram a circular os famosos *The Fundamentals* -, que se tornou um enorme sucesso de vendas e o grande texto de referência dos dispensacionistas.

Seu pessimismo em relação às possibilidades humanas quanto ao aperfeiçoamento da sociedade e sua interpretação literalista do texto bíblico tornaram o pré-milenarismo dispensacionalista a grande opção escatológica das principais lideranças fundamentalistas protestantes norte-americanas ao longo do século XX. Mas, como dissemos anteriormente, a figura que colocaria as crenças (e especulações) dispensacionistas na ordem do dia dos religiosos e, também, dos “não-tão-religiosos-assim” nos Estados Unidos foi Hal Lindsey e seu livro de sucesso assombroso: *The Late Great Planet Earth* (traduzido no Brasil como *A Agonia do Grande Planeta Terra*)²² escrito em parceria com C. C. Carlson. Publicado originalmente em 1970, se tornou um grande *best-seller*, tendo vendido, até 1990, mais de 28 milhões de exemplares (ARMSTRONG, 2009, p. 369). Segundo Woljcik (1997, p. 37), *The Late Great Planet Earth* foi o livro de não ficção mais vendido nos Estados Unidos na década de 1970. Suas obras posteriores também tiverem enorme sucesso, com vendas na casa dos milhões de cópias. Lindsey é um dos poucos autores a ter, simultaneamente, três livros na lista dos mais vendidos elaborada pelo *New York Times*. *The Late Great Planet Earth* também recebeu uma “versão documentário” (1979) para os cinemas, que contava, além

²² Na confecção deste trabalho utilizamos a versão em inglês – LINDSEY, Hal; CARLSON, C.C. *The late great planet earth*. Grand Rapids: Zondervan, 1970 – e a primeira edição da tradução para o português – LINDSEY, Hal; CARLSON, C.C. *A agonia do grande planeta Terra*. São Paulo: Mundo Cristão, 1973.

dos comentários de Lindsey, com a narração do renomado ator/diretor Orson Welles. As ideias de Lindsey, especialmente a de que haverá um arrebatamento²³ dos crentes antes do retorno de Cristo, também influenciaram o filme cristão *A Thief In The Night* de 1972, que alcançou grande sucesso no público religioso norte-americano e teve outras três sequências.

A capacidade e, em vários momentos, a criatividade de Lindsey em conseguir relacionar e “encontrar” nas profecias bíblicas os acontecimentos da segunda metade do século XX podem ser consideradas o grande motivo do seu sucesso junto ao público norte-americano. No livro lemos: “A coisa que espanta aos que têm estudado as Escrituras proféticas é que aguardamos o cumprimento destas profecias em nossa época. Alguns dos acontecimentos futuros, preditos há centenas de anos, soam como se estivéssemos lendo os jornais de hoje” (LINDSEY; CARLSON, 1973, p. 19). Entre os “sinais dos tempos” elencados por Lindsey como confirmações de que o fim estaria realmente próximo, destacam-se, no contexto internacional: o retorno dos judeus a Israel, que havia se tornado novamente uma nação em 1948; a retomada da cidade de Jerusalém pelos judeus em 1967; o surgimento da Rússia como uma superpotência (segundo Lindsey uma inimiga de Israel); o ressurgimento do Império Romano na forma de uma confederação de dez nações, provavelmente através da Comunidade Econômica Européia; o aumento de guerras, revoluções e desastres naturais, etc. Desses o principal sinal enfatizado por Lindsey é o ressurgimento de Israel como nação²⁴.

E, dentro da linha de raciocínio que nos interessa diretamente aqui, além de olhar para os sinais vindos do exterior, Lindsey aponta também para sintomas do fim que podiam ser observados nos EUA da virada da década de 1960 para 1970: aumento do uso de drogas aliado a novas formas de religiosidade não cristãs – inclusive o satanismo explícito - que emergiram no rastro dos movimentos de contracultura; o afastamento de muitas igrejas cristãs das verdades fundamentais do cristianismo; o

²³ Crença bastante popular entre os adeptos do pré-milenarismo dispensacionalista que afirma que os crentes serão literalmente arrebatados da Terra (desaparecerão repentinamente) para junto de Deus nos céus antes do período do governo do Anticristo (chamado de A Grande Tribulação). Estes arrebatados retornarão à Terra com Cristo para reinar com Ele durante mil anos.

²⁴ Em um certo momento ele até ousa colocar uma data limite para o advento da Segunda Vinda de Cristo: “Que geração? Obviamente, pelo contexto, a geração que veria os sinais – o principal deles o renascimento de Israel. Uma geração, na Bíblia, é algo como quarenta anos. Se esta dedução é correta, então dentro de quarenta anos mais ou menos, a partir de 1948, todas estas coisas poderão acontecer. Muitas pessoas eruditas, que têm estudado as profecias da Bíblia toda a sua vida, creem assim” (LINDSEY; CARLSON, 1973, p. 50).

movimento ecumênico; o declínio do poderio bélico e econômico dos EUA; a decadência dos *family values*, etc. E, em 1970, a perspectiva de Lindsey quanto ao futuro de seu país era bastante sombria. Compartilhando da perspectiva de vários fundamentalistas e pré-milenaristas da época, Lindsey via a cultura norte-americana do final da década de 1960 como irremediavelmente corrupta (WOLJCIK, 1997, p. 45). A denúncia da fraqueza norte-americana em deter o avanço comunista e a futura passagem do “bastão” da liderança do ocidente para o reino do Anticristo na Europa (que terá por base o Comunidade Econômica Européia) são preditos várias vezes no livro. Os últimos dias seriam sombrios para a nação que um dia foi sonhada como um prenúncio da implantação do reino de Deus na Terra:

Os Estados Unidos deixarão de liderar o mundo ocidental; em matéria de finanças, a Europa ocidental estará em evidência, tomando a dianteira. O caos político interno, causado pelas rebeliões de estudantes e subversão dos comunistas, começará a carcomer a economia de nosso país. A falta de princípios morais em líderes e cidadãos enfraquecerá a lei e a ordem, ao ponto de resultar num estado de anarquia. O poderio militar dos Estados Unidos, embora presentemente o maior do mundo, já se encontra neutralizado, porque ninguém tem a coragem de fazê-lo se impor decisivamente. Ao colapso econômico seguir-se-á o das forças armadas. O único meio de frear este declínio da América seria um despertamento espiritual em larga escala (LINDSEY; CARLSON, 1973, p. 171).

Apesar da possibilidade de “salvação” no caso de um “despertamento espiritual”, o foco da fala de Lindsey é muito maior na condenação iminente e mesmo no castigo divino pela apostasia americana. Comparando o “Império Americano” ao Império Romano, Lindsey diz que Roma “se desintegrou e isto partiu de dentro de si mesma; infelizmente, existe na América, hoje, o mesmo declínio moral que levou à derrocada de Roma” (LINDSEY; CARLSON, 1973, p. 87). O discurso e a própria preferência escatológica de Lindsey²⁵ são o reflexo de sua época: crise interna e externa, ameaça de destruição nuclear, esfriamento da fé cristã no país, etc. Nesse contexto, o “Jeremias” Lindsey denuncia os pecados da nação, anuncia a condenação iminente e o cativeiro babilônico (ou seria soviético?) que se avizinha.

III

²⁵ Lindsey é bem explícito na condenação de qualquer perspectiva escatológica de cunho otimista – que anuncie a possibilidade de um reino de felicidade e justiça que preceda a *parousia* - ou que postergue a iminência do fim: “Nenhuma pessoa entendida, que tenha respeito próprio e que veja as condições do mundo, bem como o declínio acelerado da influência cristã atualmente, nenhuma delas é mais ‘pós-milenista’. Somos ‘premilenistas’” (LINDSEY; CARLSON, 1973, p. 163).

Dez anos após o lançamento de *The Late Great Planet Earth*, Hal Lindsey lança *The 1980s: Countdown to Armageddon*, publicado no Brasil em 1981 com o título *Os anos 80: contagem regressiva para o Juízo Final*. Embora não tenha tido a mesma repercussão do primeiro livro, sua obra de 1980 permaneceu por mais de 20 semanas na lista do *New York Times* de livros mais vendidos (BOYER, 1992, p. 5). Entre o lançamento dos dois livros ocorreu uma grande mudança nas relações entre religião e política nos EUA. E os reflexos e influência de tais mudanças podem ser sentidos no texto de Lindsey.

Como visto anteriormente, as principais lideranças fundamentalistas norte-americanas viram os anos 1960 como o “fundo do poço” moral do país: os fracassos militares, a juventude “perdida”, a desordem interna e o avanço de ideias socialistas em solo americano seriam reflexo disso. O efeito da dissociação entre moralidade e política atingira a própria Casa Branca com o caso *Watergate*. Começou a ganhar espaço o discurso que atribuía à degeneração moral e ao abandono dos princípios cristãos os fracassos internos e externos dos EUA. A mão de Deus estaria pesando sobre a América.

Vários atos do Executivo, do Congresso e do Judiciário tornaram-se alvo de pesadas críticas das lideranças religiosas. E, a partir dos primeiros anos da década de 1970, algumas dessas lideranças abandonaram o discurso derrotista e de certa conformidade com a “degradação” moral nacional e começaram a se mobilizar no sentido de “resgatar” a influência das virtudes cristãs na sociedade e de combater a iniquidade que proliferava na esfera pública. Talvez o estopim de tal mobilização tenham sido as decisões da Suprema Corte sobre o fim das orações nas escolas públicas e, especialmente, o caso *Roe vs. Wade* de 1973 em que foi reconhecido o direito ao aborto nos EUA. Jerry Falwell, conhecido pastor conservador batista, que possuía um programa de TV de enorme audiência, toma a frente do movimento que recebe o nome de Maioria Moral. Esse movimento se tornou uma grande força política nos EUA e tinha como principais bandeiras: a defesa dos “valores da família” (o que incluía a oposição ao aborto em qualquer caso, o combate à expansão dos direitos dos homossexuais e, também, a restrição à pornografia); a volta da prática das orações e o ensino do criacionismo nas escolas públicas; o combate à disseminação do comunismo juntamente com uma defesa ferrenha do capitalismo e do “modo de vida” americano; a

defesa de uma postura Pró-Israel por parte do governo norte-americano (talvez uma influência direta das ideias de Lindsey); entre outras.

Com essa organização como grupo de pressão e com o enorme espaço na mídia que várias lideranças do movimento possuía, especialmente Falwell e Pat Robertson, essa nova Direita Cristã ganhou cada vez mais espaço na arena política norte-americana, tanto na oposição a políticos que não abraçavam suas bandeiras quanto no apoio àqueles que simpatizavam com sua luta. Sua força foi fundamental na eleição e durante o governo Reagan, tornado-se um elemento importantíssimo para a virada conservadora na política norte-americana. O discurso perdeu o tom predominantemente pessimista, e a possibilidade de uma reconciliação com seu Deus, com seus valores fundacionais e com seu papel redentor da humanidade começaram a fazer parte da retórica político-religiosa de algumas lideranças fundamentalistas.

Em *The 1980s: Countdown to Armageddon*, Hal Lindsey repete várias de suas previsões e busca mostrar a realização de algumas profecias. Nesse sentido não há grandes mudanças em relação ao seu livro de 1970. O que surge como novidade é o grande espaço dado à discussão de questões concernentes ao futuro dos EUA e, também, à defesa de várias bandeiras da Direita Cristã. A crítica à fraqueza do governo norte-americano no combate ao avanço do comunismo no mundo aparece em várias partes do livro. Lembremo-nos de que o livro foi lançado no final do governo Jimmy Carter, nessa altura dos acontecimentos já muito criticado, especialmente pelos grupos mais conservadores que viriam a abraçar a candidatura de Ronald Reagan na eleição seguinte. Nesse quadro, Lindsey diz que, para um futuro próximo, “existem várias possibilidades para os Estados Unidos, por exemplo: tomada pelos comunistas; destruição através de um ataque nuclear soviético inesperado (...); passar a depender da confederação das 10 nações; um destino bem mais agradável do que qualquer um dos acima” (LINDSEY, 1981, p. 112). O Lindsey de 1980 é muito mais programático e busca indicar de maneira mais efetiva as medidas a serem tomadas e os caminhos a serem seguidos para que os EUA desempenhem um papel relevante nos últimos dias. E o caminho não se restringe apenas a orar por um reavivamento espiritual.

“Embora nenhum método seja perfeito, o sistema democrático, capitalista, de livre empresa, produziu maior liberdade, prosperidade e independência financeira para um maior número de pessoas do que qualquer outro sistema na História” (LINDSEY,

1981, p. 121). O modo de vida americano e o próprio capitalismo devem ser defendidos contra os inimigos internos e externos. Lindsey não adverte apenas contra o perigo da expansão soviética – que deve ser freada por uma política externa mais agressiva e através do incremento do poderio bélico norte-americano²⁶. Uma série de políticas internas equivocadas, que iam na contramão dos “santos” valores capitalistas e da livre empresa: as principais críticas de Lindsey direcionam-se ao que ele chama de políticas assistencialistas herdadas do *New Deal* – que estavam fazendo os americanos desvalorizarem sua tradição de trabalho duro e empreendedorismo – e o inchamento da máquina estatal. Essas políticas – expansão do aparato estatal e aumento da dependência de recursos do Estado para a sobrevivência dos indivíduos – “cheiravam” a socialismo e estavam muito distantes dos reais valores americanos. Os governantes “devem estar dispostos a cortar as ostentações do governo, a impedir a exploração do sistema de bem-estar social, a manter nossos compromissos com os nossos aliados e a lutar contra a expansão comunista” (LINDSEY, 1981, p. 137)²⁷.

Depois de suas declarações de amor aos valores do governo e da economia norte-americanos, Lindsey retoma a necessidade de um verdadeiro comprometimento espiritual para impedir os sofrimentos do porvir. Lindsey (1981, p. 137-138) fala de quatro razões pelas quais Deus estaria preservando os EUA como um “país livre”: 1) a grande quantidade de “verdadeiros crentes no Senhor Jesus” e o despertamento espiritual que os EUA estariam vivendo nos últimos anos; 2) o fato de os EUA enviar e manter missionários por todo o mundo; 3) o apoio dado pelos EUA aos judeus e ao Estado de Israel (apropriando-se da promessa feita a Abraão: “abençoarei os que te

²⁶ Em certo momento Lindsey afirma: “Num mundo decaído, a paz, a segurança e a liberdade só podem ser mantidas por um poder suficientemente forte para desestimular os que se inclinam à conquista. Quanto mais poderosas as forças armadas de um país, tanto menores as possibilidades de que jamais venham a lutar. Essa é a razão pela qual a Bíblia apóia a manutenção de uma poderosa força militar. E a Bíblia está dizendo aos Estados Unidos que se fortaleçam de novo. Um exército fraco irá encorajar a União Soviética a começar uma guerra total” (LINDSEY, 1981, p. 129).

²⁷ Em vários momentos Lindsey parece espelhar o discurso de engajamento político-eleitoral da Maioria Moral em passagens como: “Precisamos fazer uma limpeza em Washington e eleger um Congresso e um Presidente que acreditem no sistema capitalista. Nossa Congresso foi dominado e controlado desde 1955 por homens e mulheres que não crêem realmente no capitalismo” (LINDSEY, 1981, p. 125); e: “Precisamos colocar no governo indivíduos atuantes que não só irão refletir a moral bíblica em suas funções, mas também moldarão a política interna e externa de modo a proteger nosso país e nossa maneira de viver” (LINDSEY, 1981, p. 137).

abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem”²⁸); 4) as orações do povo de Deus rogando sua misericórdia e sua bênção sobre o país.

No Hal Lindsey da década de 1980 já encontramos ecos de uma *Jeremiad* que, sem deixar de alertar quanto aos perigos da apostasia espiritual e da falta de compromisso com seus valores fundacionais, apresenta a inviolabilidade da missão e do caráter excepcional do povo americano. Um povo que tinha, desde os Pais Peregrinos, “como missão construir uma sociedade moralmente virtuosa e que serviria de exemplo para outros povos. Tinham, portanto, um destino a cumprir” (JUNQUEIRA, 2003, p. 169). E, mesmo nos momentos finais da história humana, tal papel de luzeiro para o mundo deveria ser assumido.

Considerações finais

Nesta breve reflexão procuramos apresentar um pequeno exemplo da insistência, na história norte-americana, da interpenetração de elementos políticos e religiosos. A análise da retórica *Jeremiad* e o sucesso das interpretações das profecias bíblicas feitas por Hal Lindsey nos mostra uma cultura que vive em uma eterna tensão entre sonhos milenaristas e pesadelos apocalípticos. Nesse sentido, é interessante observar a necessidade de levar em conta o contexto e o grupo que enunciam seu julgamento sobre a realidade e profetizam sobre o futuro, seja esse promissor ou sombrio. Se o pré-milenarismo dispensacionalista, característico dos fundamentalistas do final da década de 1960, se apresenta pessimista, é porque o poder, ou a hegemonia cultural, está distante dele e, baseado em seu antagonismo visceral, em poder das forças malignas. O questionamento de tal poder “diabólico” é feito baseando-se em uma forma antagônica de política e de governo. Uma forma que expressaria os valores divinos, um modelo de reino milenar legitimamente cristão. No caso norte-americano, a busca do “paraíso perdido”: o Novo Israel de Deus, a América Cristã, a cidade luminosa no Alto da Colina idealizada por John Winthrop. Sendo a possibilidade do resgate de tal reino algo muito distante e impalpável, tende-se ao pessimismo e à ansiedade para que esse reino seja implantado através de uma interferência divina, dando fim à história e aos governos iníquos. Por outro lado, quando há uma virada nesse quadro, como no início da década de 1980, e grupos que se consideravam marginalizados começam a acreditar na possibilidade de influir de maneira decisiva nos rumos da nação, o pessimismo pode

²⁸ Ver em Genesis 12:3.

ceder espaço para um discurso que alimente expectativas intra-históricas de resgate do sonho dos *Pais Peregrinos*.

Referências Bibliográficas

- ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus*: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América*: os Corpos de Paz no Brasil. São Paulo: Alameda, 2007.
- BELLAH, Robert N. A nova consciência religiosa e a crise na modernidade. *Religião e sociedade*, n. 13/2, 1986. p. 18-37.
- BERCOVITCH, Sacvan. *The puritan origins of the American self*. New Haven; London: Yale University Press, 1975.
- BERCOVITCH, Sacvan. *The American jeremiad*. Madison: The University of Wisconsin press, 1978.
- BERCOVITCH, Sacvan. A retórica como autoridade: puritanismo, a Bíblia e o mito da América. In: SACHS, Viola [et al.]. *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 141-158.
- BOYER, Paul S. *When time shall be no more*: prophecy belief in modern american culture. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- ELLIOT, Emory. Religião, identidade e expressão na cultura americana: motivo e significado. In: SACHS, Viola [et al.]. *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 113-139.
- JUNQUEIRA, Mary A. Os discursos de George W. Bush e o excepcionalismo norte-americano. *Margem* (São Paulo), n. 17, 2003. p. 163-171.
- LINDSEY, Hal; CARLSON, C.C. *The late great planet earth*. Grand Rapids: Zondervan, 1970.
- LINDSEY, Hal; CARLSON, C.C. *A agonia do grande planeta Terra*. São Paulo: Mundo Cristão, 1973.
- LINDSEY, Hal. *Os anos 80*: contagem regressiva para o Juízo Final. São Paulo: Mundo Cristão, 1981.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir*: A inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.
- MOLTMANN, Jürgen. *A vinda de Deus*: escatologia cristã. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- MOLTMANN, Jürgen. *Experiências de reflexão teológica*: caminhos e formas da teologia cristã. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- POCOCK, J. G. A. America's foundations, foundationalisms, and fundamentalisms. *Orbis*, 49, n. 1, 2004. p. 37-44.

ROCHA, Daniel. Combatendo pela alma da nação: alguns apontamentos sobre a subcultura política fundamentalista nos Estados Unidos. *História Agora*, v. 13, 2013. p. 108-123.

WHINTROP, John. A Modell of Christian charity. In. WARNER, Michael (Ed.). *American sermons: the Pilgrims to Martin Luther King Jr. The Library of America*, 1999. p. 28-43.

WOLJCIK, Daniel. *The end of the world as we know it: faith, fatalism and Apocalypse in America*. New York: New York University Press, 1997.

Entre Damasco e a Casa Branca: A ascensão dos fundamentalistas cristãos no cenário político norte-americano nos anos 1970-1980. Alexandre Cruz

Mestre em História pelo PPGH / UFF
Doutorando em História pelo PPGH/UFF
Cruzalvez1981@yahoo.com.br

Introdução:

O presente estudo pretende discutir a ascensão dos fundamentalistas cristãos no cenário político norte-americano nos anos 1970 e 1980. Este período é apontado por diversos autores como uma “virada” conservadora na política nacional norte-americana, alcançando o seu auge durante os dois mandatos do presidente republicano Ronald Reagan (1981-1989)¹.

Um agrupamento de forças buscou frear, e em muitos casos reverter, os avanços sociais alcançados durante o movimento pelos direitos civis nos anos 1960. Para tal, se organizaram em torno de uma nova agenda social e econômica para o país. Como aponta Sean Purdy (2007), esta corrente, denominada “nova direita”, entretanto, não apresentava uma composição homogênea, sendo constituída por diferentes grupos políticos, intelectuais, culturais e religiosos.

“Os movimentos sociais se desmobilizaram depois dos ganhos iniciais ou se enfraqueceram por causa de divisões internas e da retomada da repressão por parte das autoridades locais [...] Nem todos os americanos nos anos 1960 haviam apoiado a expansão das liberdades. No fim dos anos 1970, uma ‘nova direita’ surgiu e lançou um projeto feroz para ‘restabelecer a autoridade social’”²

Para Fein³, a nova direita norte-americana pode ser definida como um movimento plural, surgido no pós 2^a. Guerra Mundial, iniciado por um pequeno grupo de intelectuais críticos do *welfare state*⁴, ainda nos anos 1950, ganhando robustez e

¹ Ver SCHLESINGER JR, Arthur M. *Os Ciclos da História Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

² PURDY, Sean. *O Século Americano*. KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.p. 255

³ FEIN, Kim Philips. *Conservatism: a state of the field*. (in) *Oxford Journal*, n. 31, jul. 2012.

⁴ “O termo *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social) é oriundo da Grã-Bretanha e geralmente associado ao período posterior à Segunda Guerra Mundial e a um tipo de Estado que não teria como premissas maiores a defesa da propriedade privada, nem a edificação de potências militares, mas sim a

adeptos ao longo das décadas seguintes, abarcando grupos sociais diversos, como sulistas segregacionistas, algumas denominações protestantes, setores da igreja católica e homens de negócios das cidades do norte. Embora este movimento conservador amplo não apresentasse uma ideologia sistematizada, convergiam em pontos significativos, como o anticomunismo, a defesa dos valores sexuais tradicionais e o liberalismo econômico. Deve-se destacar na composição da chamada “nova direita”, grupos religiosos conversadores liderados pelos fundamentalistas cristãos⁵. Dentro desse contexto, políticos alinhados a valores conservadores em nível estadual e nacional ganharam uma importante base eleitoral de viés religioso.

Como afirma Finguerut,

“a história da direita cristã é recente, tendo ganhado corpo apenas nos últimos 30 anos. Toda a chamada nova direita, onde a direita cristã se inclui como também os neoconservadores e o conservadorismo, por eles revigorado, influenciaram o Partido Republicano e a própria sociedade americana.”⁶

A chamada Direita Cristã passou a atuar em fins dos anos 1970 prioritariamente no interior do partido republicano. Segundo Anatol Lieven (2005), ocorreu uma espécie de “southernization” do partido Republicano naquele período, tornando-o espaço privilegiado para a atuação de grupos religiosos conservadores. É importante salientar que nos estados do Sul, tradicionalmente, o partido Democrata congregava os interesses de grupos religiosos conservadores contrários ao fim da segregação racial e outros avanços progressistas. Por outro lado, a atuação destacada dos Democratas a nível nacional nos anos 1960, empenhando-se na defesa do movimento pelos direitos civis, afastou, paulatinamente, os conservadores religiosos do partido a nível nacional e, posteriormente, regional.

preocupação com o combate ‘a escassez, a doença, a ignorância, a miséria e a ociosidade’” Ver: SANTOS, Leila Borges. NETO, Arnaldo Bastos S. *Reflexões em Torno à Crise do Estado de Bem-Estar Social.* (in) R. Fac. Dir. UFG, V. 32, n. 1, p. 61-75, jan. /jun. 2008. p.63 Nos Estados Unidos, após a crise de 1929, o governo de Franklin Delano Roosevelt empreendeu uma importante reforma econômica nos anos 1930 e 1940, onde percebe-se uma maior intervenção do estado na economia e na relação entre mercado e trabalho. Neste sentido, houve um abandono das práticas econômicas do liberalismo clássico e uma maior participação do governo nos fluxos da economia norte-americana, garantindo assim direitos trabalhistas importantes, como por exemplo, o seguro desemprego. Para muitos autores, os limites do welfare state já podiam ser sentidos desde os anos 1950, mas será nos anos 1970 que este modelo de desenvolvimento entrará numa profunda crise, dando espaço para novas teorias econômicas, como o neoliberalismo.

⁵ A Direita Cristã não se resumiu aos fundamentalistas cristãos, incluindo mesmo católicos e judeus.

⁶ FINGERUT, Ariel. *Formação, crescimento e apogeu da direita cristã nos Estados Unidos.* (in) SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org) *Uma Nação com alma de Igreja: religiosidade e Políticas públicas nos EUA.* São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 115-6

Porém, a liderança fundamentalista cristã neste movimento contrariava a retórica de seus pastores que, desde pelo menos a década de 1920, defendiam a separação entre questões políticas e religiosas.

A declaração de apoio do pastor Batista e líder da *Moral Majority*, Jerry Falwell, ao então candidato do partido Republicano à presidência dos Estados Unidos, Ronald Reagan, em 1980, pareceu, a muitos observadores da época, uma aliança instável e destinada a terminar rapidamente. Apesar de algumas convergências ideológicas com relação à moral social entre os fundamentalistas cristãos e o partido Republicano, poucos vislumbraram naquele momento, a possibilidade de uma aliança prolongada entre os dois grupos, o que contrariamente às previsões iniciais, se mantém até os dias de hoje.

Entre Damasco e a Casa Branca: a ascensão Fundamentalista

Em 1980, Corwin Smidt deu voz a essa descrença, afirmando que embora fosse possível encontrar interseções entre as duas agendas, os fundamentalistas cristãos seriam mais interessados em questões sociais, enquanto os republicanos teriam como principal interesse naquele período os aspectos econômicos. Segundo o cientista político, os fundamentalistas cristãos em particular, e os evangélicos em geral, tenderiam a se tornar um pouco impacientes com os republicanos, e novos alinhamentos e estratégias políticas seriam construídas em pouco tempo⁷.

De fato, experiências políticas nos anos 1970 tendiam a corroborar essa linha de pensamento, que previa uma aliança de certo modo efêmera entre o partido Republicano e a Direita Cristã. O fato de Jimmy Carter, candidato democrata a presidência norte-americana, em 1976, ter se declarado um *born again*⁸, redundou na simpatia de diversos grupos evangélicos conservadores. Porém, o alinhamento evangélico com o programa de Jimmy Carter não durou muito tempo. Em 1978, a aliança deu lugar a críticas e, por fim, ao rompimento, por razões que veremos adiante.

Entretanto, a aliança entre os fundamentalistas cristãos e o partido republicano permanece há mais de 30 anos depois. A grande maioria da parcela de eleitores norte-

⁷ WILLIAMS, Daniel K. *Jerry Falwell's Sunbelt Politics: The regional origins of the Moral Majority.* (in) *The Journal of Policy History.* Vol. 22 No.2, 2010.

⁸ Renascido em Cristo.

americanos, que se consideram fundamentalistas cristãos, apoiou os candidatos do partido Republicano em todas as eleições a partir de 1980.

Para Finguerut,

“as décadas de 1960 e 1970 foram de grandes transformações na sociedade americana e também para os religiosos e conservadores da época. As mudanças nos costumes, principalmente o declínio de uma prática então muito comum, a de se rezar nas escolas americanas, somadas à inédita proteção constitucional à prática do aborto e de respeito à liberdade de expressão que incluía o que muitos consideravam pornografia, levaram a uma organização militante dessas pessoas.”⁹

Para compreender a natureza e a longevidade desta aliança, Fein¹⁰ defende a hipótese de que o conservadorismo evangélico, liderado pelos fundamentalistas, se constituiu em paralelo ao conservadorismo secular, aproximando-se deste apenas no final dos anos 1970. Entretanto, temas de cunho moral, comumente relacionados como a causa desta aproximação, como o famoso caso *Roe vs Wade*, em 1973, que na prática legalizou o aborto, tornaram-se insuficientes pra explicar a convergência de interesses entre esses dois grupos. Como veremos adiante, questões econômicas também faziam parte da agenda da Direita Cristã.

Para compreender esta união, tendo como foco o ponto de vista dos intelectuais conservadores, faz-se necessário pontuar o pensamento de um grupo recente na história norte-americana, os neoconservadores. Segundo Brown¹¹ um dos principais fatores que diferenciaria os neoconservadores dos conservadores tradicionais, seria a defesa da moralização do poder do Estado, tanto em se tratando de assuntos domésticos, como de assuntos externos. A aproximação com os fundamentalistas cristãos teria sido capitaneada principalmente pelos intelectuais neoconservadores Leo Strauss e Russel Kirk, pois, baseados no conceito de sociedade orgânica de São Tomas de Aquino, passaram a defender a organização da sociedade norte-americana através da “alimentação espiritual”¹².

⁹ Op.Cit.

¹⁰ Op. Cit.

¹¹ BROWN, Wendy. *American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism and De-Democratization*. (in) Political Theory, vol. 34, n. 690, 2006.

¹² Importante salientar a heretodoxia religiosa dos neoconservadores, muitos de seus principais atores não eram cristãos, e sim, judeus. Por questão de espaço, não será possível aprofundar na análise deste dado.

Desse modo, a religião passaria a ter um papel fundamental dentro da sociedade ideal imaginada pelos neoconservadores. Segundo Irving Kristol¹³ (2011, p. 293), considerando um dos fundadores do neoconservadorismo:

“os três pilares do conservadorismo moderno são a religião, o nacionalismo e o crescimento econômico. Destes, a religião é sem dúvida a mais importante, porque é o único poder que pode moldar o caráter das pessoas e regular a motivação.”¹⁴

Do ponto de vista da Direita Cristã, para compreendermos as razões para a aproximação com o partido Republicano, torna-se importante elucidar o papel de liderança desempenhado pelos fundamentalistas cristãos na construção desta aliança. Diferentemente de outras denominações do protestantismo norte-americano, além dos próprios católicos e judeus, os fundamentalistas cristãos construíram uma retórica de distanciamento dos debates políticos públicos, fruto de uma interpretação teológica que priorizava a salvação individual, além de experiências públicas mal sucedidas no primeiro quarto do século XX.

Segundo Brinkley¹⁵, a ressurgência dos fundamentalistas cristãos na cena política norte-americana no último quarto do século XX, pegou muitos estudiosos de surpresa. Os objetivos principais deste grupo seriam combater o secularismo, o cientificismo e os valores sexuais liberais. Entretanto, as defesas de tais valores sempre estiveram presentes na agenda fundamentalista, e por si só, não justificam a organização de uma militância política a partir de 1970.

É importante lembrar que o caso Scopes, em 1925, foi paradigmático para o afastamento dos fundamentalistas da arena política. O primeiro quarto do século XX marcou, nos Estados Unidos, o avanço do secularismo e do cientificismo. No bojo desse processo, alguns estados mais conservadores pretenderam através de leis locais combater essa tendência. Assim sendo, em 1925, o estado do Tennessee aprovou uma lei (*Butler Act*) proibindo o ensino da teoria evolucionista nas escolas públicas. O então professor de ciências e matemática, John Thomas Scopes, desobedeceu sistematicamente esta lei, e acabou sendo processado pelo estado.

¹³ KRISTOL, Irving. *The Neoconservative Persuasion: selected essays 1942 - 2009*. New York: Basic Books, 2011.

¹⁴ No original: “*The three pillars of modern conservatism are religious, nationalism, and economic growth. Of these, religion is easily the most important because it is the only power that, in no longer term, can shape people’s character and regulate motivation.*”

¹⁵ BRINKLEY, Alan. *The Problem of American Conservatism*. (in) *The American Historical Review*. Vol 99. No. 2, 1994.

O *Monkey Trial*, como foi apelidado pela imprensa o caso, envolveu figuras conhecidas nacionalmente, como William Jennings Bryan, candidato democrata por 3 vezes à presidência dos Estados Unidos, que atuou na acusação, por convite da *World Christian Fundamentals Association*, e o advogado Clarence Seward Darrow, líder da *American Civil Liberties Union* (ACLU), atuando na defesa do professor John Scopes. O julgamento teve ampla cobertura midiática, repercutindo em todo o país, sendo apresentado pela imprensa como uma batalha entre o velho e o novo, o rural e o urbano, o obscurantismo e o progresso. Neste contexto, os fundamentalistas cristãos foram os que mais se empenharam publicamente na condenação do professor. Embora a decisão final tenha sido favorável ao estado do Tennessee, sendo o jovem Scopes multado em 100 dólares, o que mesmo na época significava um valor simbólico, a imagem dos fundamentalistas cristãos ficou bastante arranhada nacionalmente, sendo associada com o atraso, a ignorância, obscurantismo e o mundo rural arcaico.

Nos anos subsequentes ao caso Scopes, os fundamentalistas cristãos tornaram-se cada vez mais cooptados por associações radicais como: *World Christian Fundamentals Association*, *Bible Crusaders of America*, *Bryan Bible League* e *Defenders of the Christian Faith*, corroborando a solidificação daqueles estereótipos.

Entretanto, a associação da imagem fundamentalista ao pensamento considerado atrasado presente em regiões do sul dos Estados Unidos não era de todo verdadeira. Como afirma Madsen (1980), o fundamentalismo também estava presente nas cidades industriais do norte. Ainda segundo o autor, a radicalização dos fundamentalistas após o caso *Scopes*, ao contrário de confirmar os estereótipos criados, demonstra justamente uma espécie de adequação a estes estereótipos. Ou seja, quanto mais a imprensa nacional estigmatizava os fundamentalistas, mais estes radicalizavam suas retóricas e ações. “Acontecimentos bizarros em atividades fundamentalistas significaram que, nos anos após 1925, tornou-se cada vez mais difícil levar a sério o fundamentalismo”.¹⁶

Percebe-se, portanto, a partir desses eventos, um declínio da influência fundamentalista cristã na vida pública nacional dos Estados Unidos. Desse modo, o processo de radicalização do discurso fundamentalista, baseado na interpretação literal da Bíblia, acarretou o afastamento da vida política nacional, sendo considerado por

¹⁶ MARDSEN, George M. *Fundamentalism and American Culture: the shape of twentieth-century evangelicalism 1870 - 1925*. Oxford - New York - Toronto: Oxford University Press, 1980. p. 191 No original: “Bizarre developments in fundamentalist activities meant that in the years after 1925 it became increasingly difficult to take fundamentalism seriously.”

muitos pastores, a única forma de preservar os seus valores da influência do mundo moderno. Por outro lado, é incorreto caracterizar os fundamentalistas como um grupo isolado, vivendo no interior sulista e rural dos Estados Unidos. Contrariamente a esta ideia, é importante salientar que o período considerado como de “exílio” dos fundamentalistas (1925-1970), experimentou um grande crescimento e expansão de suas igrejas por todas as regiões do país, embora majoritariamente no sul.

Como afirma Bjerre-Poulsen,

“o desenvolvimento de instituições fundamentalistas [entre 1930 e 1950] demonstram claramente suas ambiguidades com relação a cultura [secular] americana. Os fundamentalistas estão divididos entre a pureza da doutrina e o desejo de interagir com a sociedade ao redor. O dilema entre a salvação individual através do separatismo, e o compromisso de espalhar o evangelho e deter a maré de modernismo através da ação social, tem se mantido como uma tensão não resolvida do fundamentalismo. Os fundamentalistas fundaram suas próprias instituições e organizações profissionais, a fim de suportar a atração da vida moderna. Neste processo, no entanto, eles assumiram a competição com as suas contrapartes liberais ou seculares, e perderam grande parte de sua alegada inocência.”¹⁷

Não por acaso, os pastores fundamentalistas foram um dos primeiros representantes religiosos a se utilizarem das rádios como meio de divulgação de suas ideias, criando uma escola de atuação que iria alcançar o seu auge nos anos 1970 e 1980, com os pastores televangelistas Pat Robertson e Jerry Falwell. Como afirma Bellotti (2008), entre 1920 e 1970, podemos perceber a ascensão dos grupos

¹⁷ BJERRE-POUSEN, Niels. *The Transformation of the Fundamentalist Movement, 1925 – 1942* (in) *American Studies in Scandinavia*, Vol. 20, 1988. p. 97 No original: “The development of fundamentalist institutions most clearly illustrates is the movement's ambiguity towards American culture. Fundamentalists are torn between purity of doctrine and the wish to interact with the surrounding society. The dilemma between personal salvation through strict separatism, and the commitment to spread the gospel and stem the tide of modernism through social action, has remained an unresolved tension in fundamentalism. The fundamentalists have founded their own institutions and professional organizations in order to withstand the lures of modern life.⁵⁶ In the process, however, as they have taken up competition with their liberal or secular counterparts, they have lost a great deal of their alleged innocence.”

fundamentalista na comunicação de massas na cultura norte-americana. Por meios de diferentes mídias procuraram, e podemos afirmar que ainda procuram, construir um consenso social em torno de sua teologia, tendo como principais bandeiras, a defesa da família tradicional e a manutenção dos papéis de gênero.

Logo, as interpretações históricas que apresentam um isolamento dos fundamentalistas cristãos da vida política norte-americana, após os anos 1920, não levaram em conta diferentes formas de atuação política, não restrito necessariamente à instituições políticas tradicionais. Como afirma Coutrot (2003, p. 334)

*“como corpos sociais, as Igrejas cristãs difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos dos homens. Toda vida elas pregaram uma moral individual e coletiva a ser aplicada *hic et nunc*; toda a vida elas proferiram julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles”.*

Neste sentido, podemos pensar que por outros meios não tradicionais, como organizações e partidos políticos, os fundamentalistas cristãos continuaram se relacionando com a sociedade norte-americana, lutando, predominantemente em nível regional, contra o que consideravam os seus *desvios*, seja através de cultos, sermões, publicações e programas de rádio e televisão. Como afirma Poulsen¹⁸, embora tenha se transformado numa espécie de subcultura norte-americana, o fundamentalismo cristão não parou de crescer em diferentes regiões do país.

Segundo Bellotti, “*a guerra cultural entre os fundamentalistas e a sociedade secular acirra-se com a criação da direita cristã norte-americana nos anos 1970, que leva ao plano político os debates sobre casamento gay, aborto e feminismo.*”¹⁹ Ou seja, a estruturação da Direita Cristã nos final dos anos 1970, tendo como liderança pastores fundamentalistas, não deve ser interpretada como um fenômeno repentino, um ressurgimento. De fato, os fundamentalistas cristãos nunca se isolaram verdadeiramente das questões morais e políticas da sociedade norte-americana.

¹⁸ *Op. Cit.*

¹⁹ BELLOTTI, Karina. *A batalha pelo ar: a construção do fundamentalismo cristão norte-americano e a reconstrução dos “valores familiares” pela mídia (1920-1970)* (In) *Gênero, Fundamentalismo e Religião*. Vol. 14. 2008. p.60

Logo, pensar a militância política dos fundamentalistas nos anos 1970 e 1980 como uma simples reação à contracultura não resolve o tema, mas pelo contrário, torna necessário problematizar este argumento.

Como afirma Greenhouse e Siegel²⁰, as vozes contrárias à legalização do aborto em 1973, no caso *Roe vs Wade*, não contaram com o um forte suporte evangélico como os discursos de pastores fundamentalistas no anos 1980 fazem parecer.

“Durante os anos 1960 e 1970, os protestantes - Batistas do Sul e outros evangélicos incluídos - não se opuseram ao aborto como os católicos fizeram (em parte porque os Batista do Sul viam o aborto como uma questão Católica)”²¹.

Mesmo personagens proeminentes do fundamentalismo cristão norte-americano, como Jerry Falwell, um dos fundadores e líder da organização política conservadora *Moral Majority* em 1979, não vieram a público, seja através dos seus programas de rádio e televisão, criticar a liberação do aborto. Como aponta Hale, “*Falwell não chegou a pregar um sermão sobre o aborto até 1978, cinco anos depois de Roe vs Wade.*”²²

Em sua autobiografia, Falwell, embora confirme que os “*irmãos protestantes ficaram em silêncio*”, busca construir uma memória pessoal de ativismo.

*“Esperando que as palavras fossem suficientes, comecei a orar regularmente contra o aborto, chamando-o de "pecado nacional dos Estados Unidos". [...] Para frear a legalização da morte pelo aborto, os opositores da decisão *Roe vs Wade* protestavam nas ruas. Pela primeira vez na minha vida, eu senti Deus me levando a me juntar a eles.”²³*

²⁰ GREENHOUSE, Linda. SIEGEL, Reva B. *Before Roe vs Wade: Voices that shaped the abortion before the Supreme Court's rule*. Yale Law School, 2012

²¹ Op. Cit. p. 125

²² HALE, Grace Elizabeth. *A Nation Of Outsiders: How the white middle class fell in love with rebellion in postwar America*. Oxford University Press: New York, 2011. p. 270 No original: “*Falwell did not actually preach a sermon on abortion until 1978, five year after Roe v. Wade.*”

²³ FALWELL, Jerry. *An Autobiography: The Inside Story*. Lynchburg: Liberty House Publishers, 1997. p. 358-9. No original: “*Hoping that words would be enough, I began to pray regularly against abortion, calling it 'America's national sin'. [...] To stop the legalizing of death by abortion, opponents of the Roe v. Wade decision were protesting in the streets. For the first time in my life I felt God leading me to join them*”.

As memórias de Jerry Falwell, publicadas mais de duas décadas após o episódio, revela na verdade a busca por uma justificativa moral para que os fundamentalistas cristãos passassem a atuar diretamente na arena política.

Obviamente, os fundamentalistas sentiam-se atacados pelo *Equal Rights Amendment* (ERA), porém, discordâncias de cunho moral não eram novidades para este grupo. Neste sentido, podemos pensar que nos anos 1970 ocorreram outros fatores, que somados ao conjunto de leis progressistas, contribuíram para a mudança de perspectiva dos fundamentalistas, impelindo-os a atuarem através de novas práticas. Ou seja, manter-se “afastado” do mundo moderno não era mais suficiente. Era necessário intervir diretamente na agenda social e política do país.

Em seu livro, *From Bible Belt to Sunbelt: Plain-Folk Religion, Grassroots Politics, and the Rise of Evangelical Conservatism*, Dareen Dochuk²⁴ critica a interpretação historiográfica que entendeu o surgimento da Direita Cristã como um fenômeno específico do fim dos anos 1970, em defesa de valores morais que estariam sendo destruídos pelos progressistas. Para o autor, as bases da consolidação desse grupo político devem ser buscadas ainda nos anos 1930 e 40, com a migração de trabalhadores sulistas para a Califórnia, em busca de melhores condições de vida.

Nesta interpretação, estes indivíduos teriam rompido com alguns aspectos culturais relacionados especificamente ao *Deep South*, e construído uma “*pura doutrina populista, que combinou um individualismo radical, experimentalismo e igualitarismo, com uma vontade de unir-se em defesa de seus interesses*”²⁵.

No processo de adaptação a uma nova realidade regional, este grupo abriu mão de suas tradições racistas e antisemitas, passando a admirar e querer para si os benefícios materiais de viver em uma região que experimentava uma forte expansão econômica, principalmente com a implantação das indústrias bélicas de defesa, já no contexto da Guerra Fria.

Para Dochuck, embora o partido Democrata da Califórnia tenha tentado incorporar este novo grupo de eleitores ao seu projeto, a partir dos anos 1940, ficaram evidentes as tensões internas. A partir dos anos 1960, este grupo foi se tornando cada

²⁴ DOCHUK, Darren. *From Bible Belt to Sunbelt: Plain-Folk Religion, Grassroots Politics, and the Rise of Evangelical Conservatism*. New York: W. W. Norton, 2011

²⁵ DOCHUCK. *Op. Cit.* p. 10. No original: “*Purer populist doctrine that combined a radical individualism, experimentalism, and egalitarianism with a willingness to unite in protection of their interests.*”

vez mais desiludido com o partido Democrata, negando-se a abraçar os projetos multiculturais e progressistas defendidos pelo partido a nível nacional. Neste ponto, a ala mais conservadora do partido Republicano tornou-se extremamente atraente.

Por outro lado, sua interpretação ignora o desenvolvimento de igrejas e instituições religiosas em outras partes do país, até mesmo no *Deep South*, sugerindo uma única matriz para a formação da Direita Cristã. O autor minimiza claramente a participação dos pastores televangelistas Jerry Falwell e Pat Robertson no processo.

“Ao invés de uma invenção de Falwell e Robertson, a Direita Religiosa e a politização do evangelicalismo foi um produto anterior, graças à geração que atingiu a maioridade na Costa Oeste durante o tempo de Roosevelt, não de Reagan”²⁶.

Outro ponto ignorado nesta interpretação é a não observância das diferenças entre os próprios evangélicos conservadores no sul da Califórnia. Por exemplo, Demos Shakarian, fundador da *Full Gospel Business Men's Fellowship*, e Bill Bright, fundador da *Campus Crusade for Christ*, embora compartilhasse a visão do potencial político de seus ativismos, possuíam divergências teológicas irreversíveis, inclusive proibindo fiéis de transitarem entre os dois movimentos.

A tese de Dochuk nos interessa no sentido de que abre um leque interessante de compreensão da formação da Direita Cristã e sua aliança com o partido Republicano, adicionando aos aspectos morais, o desenvolvimento do *West*, a expansão econômica do *SunBelt* e a história regional norte-americana.

Ou seja, como demonstrado anteriormente, apenas a defesa dos valores morais contra a “usurpação” liberal nos anos 1960, não explica o ativismo político deste grupo religioso, seu diálogo com os intelectuais neoconservadores e sua aliança com o programa do partido Republicano.

Diferentemente de Dochuk, acreditamos que uma das formas de contribuir para compreensão dessa aliança é analisar o processo que resultou num o ativismo político do pastor fundamentalista Batista Jerry Falwell. Não no sentido de que Falwell tenha “criado” a Direita Cristã, mas pelo fato de ter tido participação importante na síntese das diferentes correntes保守adoras religiosas daquele período, incluindo católicos e judeus, através de sua liderança na organização política *Moral Majority*. Não se trata,

²⁶ DOCHUCK. *Op. Cit.* p. XXIII. No original: “Rather than an invention of Falwell and Robertson’s Religious Right and evangelicalism’s politicization was a product of an earlier time made possible by a generation that came of age on the West Coast during Roosevelt’s time, not Reagan’s”

obviamente, de pensarmos o pastor Jerry Falwell como unificador das diferentes correntes conservadoras religiosas, mas sim como um negociador, articulando-as dentro de um projeto político definido, que alcançou relativo grau de coesão, tornando-se uma importante base eleitoral para o partido Republicano.

De fato, a *Moral Majority* não foi um projeto pessoal de Jerry Falwell. Em maio de 1979, um grupo de políticos conservadores visitaram Falwell em Lynchburg, com o intuito de recrutá-lo para o projeto. Jerry Falwell na verdade era a segunda opção, Pat Robertson, a primeira, negou assumir a liderança do novo grupo político.

O encontro foi organizado por Robert Billig, que anteriormente havia dirigido a *National Christian Action Coalition*. Fizeram parte das conversas ainda Ed McAtee, líder da *Religious Roundtable* e os intelectuais conservadores e estrategistas políticos, Howard Phillips e Paul Weyrich. Na verdade, Falwell, no primeiro momento, não se sentiu confortável em sintetizar política e religião, repetindo a postura de Pat Robertson. Entretanto, acabou sendo convencido por Weyrich, após analisar uma pesquisa nacional onde a maioria dos eleitores via positivamente tal combinação.²⁷

Como afirma Hale²⁸, em meados nos anos 70, Falwell já dava claros sinais, através de sermões, que estava disposto a intervir politicamente. Ou seja, o convite para liderar a *Moral Majority*, não seu deu apenas pela sua popularidade, mas também a uma predisposição anterior.

Fundada em 06 de junho de 1979, apenas um mês após a primeira reunião, o que sugere que já havia uma estrutura prévia alinhavada, a *Moral Majority* se definiu como uma instituição pró-família tradicional, pró-vida e pró-Israel, colocando-se publicamente contra o casamento gay, o aborto e o divórcio. Alguns analistas apontam que dois terços dos cristãos brancos sulistas que votaram em Ronald Reagan nas eleições de 1980 tinham ligações com a *Moral Majority*.²⁹

Embora seus integrantes não fossem necessariamente todos fundamentalistas cristãos, os membros da *Moral Majority* tinham uma agenda moral convergente. Acreditavam que a verdadeira “América” era conservadora e cristã, e que naquele momento era necessário defendê-la, pois estava sendo desfigurada por setores governo

²⁷ WINTERS, Michael Sean. *God's Right Hand: How Jerry Falwell made God a republican and baptized the American right*. New York: Harper One, 2012.

²⁸ *Op. Cit.*

²⁹ DIGGINS, John Patrick. *Ronald Reagan: fate, freedom, and the making of history*. New York/London: W W Norton, 2007.

federal e da mídia norte-americana, que impunham práticas e hábitos seculares e humanistas.³⁰

Jerry Falwell foi duramente criticado por outros líderes fundamentalistas, como o pastor Billy Graham, por opinar através de seus sermões em assuntos políticos que não envolviam diretamente uma agenda moral religiosa. Ou seja, mesmo entre importantes figuras do conservadorismo religioso, a recém associação de Jerry Falwell entre política e religião, através da ação institucional, era polêmica.

Entretanto, para entendermos a tomada de decisão de Jerry Falwell em entrar diretamente na arena política, alterando uma perspectiva comum aos pastores fundamentalistas de manter distância do debate político pela via institucional, faz-se necessário conjugar dois fenômenos sociais que foram se constituindo em paralelo: as leis progressistas advindas do movimento pelos direitos civis e a expansão econômica do *Sunbelt*.

Poderíamos citar como importantes leis progressistas, consideradas como um avanço do secularismo nos Estados Unidos pelos fundamentalistas, as decisões da Suprema Corte no caso *Brown vs. Board of Education*, em 1954, e no caso *Abington School District vs. Schempp*, em 1963, quando foram declarados inconstitucionais, respectivamente, a segregação racial e a oração em escolas públicas³¹, além da legalização do aborto em 1973.

Embora estas leis tenham gerado alguma repercussão negativa entre os fundamentalistas cristãos, o fato de possuírem escolas religiosas particulares suavizava tais decisões, criando “ilhas” que se opunham, em teoria, ao avanço secularista.

Como afirma Hale,

“O sucesso do movimento pelos direitos civis em construir um sistema de integração nas escolas do sul na segunda metade dos anos sessenta e início dos setenta estendeu a sua [dos fundamentalistas] indignação e alimentou o movimento para a construção de academias privadas como a Lynchburg Christian Academy. Mas, ao final dos anos setenta, essas escolas também pareciam ameaçadas.”³²

³⁰SMOLLA, Rodney A. *Jerry Falwell v. Larry Flynt: the first amendment on trial*. New York, St. Martin Press, 1988.

³¹ Para saber mais sobre as disputas entre a Suprema Corte e as Escolas Privadas Cristãs, ver: DEVINS, Neal. *State Regulation of Christian Schools*. (in) William & Mary Law School Scholarship Repository, 1983. Disponível em: <http://scholarship.law.wm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1456&context=facpubs>

³² HALE. Op. Cit. p. 265 No original: “The Success of the civil right movement to build integrating southern schools system in the second half of the sixties and the early seventies extended their outrage

Entre 1970 e 1978, novas leis buscaram interferir nas escolas privadas de cunho religioso, tocando em temas importantes para os fundamentalistas, como a isenção de impostos e a proibição de segregação racial. Como afirma Devins³³, durante muito tempo, as escolas cristãs privadas, algumas delas com subsídios do estado, foram utilizadas para contornar as leis progressistas citadas acima.

Entretanto, em 1970, o governo federal, através da *Internal Revenue Service* (IRS), proibiu a isenção fiscal para escolas privadas que impusessem algum tipo de discriminação racial. Em 1975, a IRS implementou uma regra adicional, obrigando as escolas particulares a divulgarem suas políticas não discriminatórias. Em 21 de agosto de 1978, a IRS foi mais além, e passou a considerar como segregacionistas as escolas que possuíssem um número pequeno de minorias étnicas no seu corpo discente.

O caso mais controverso ocorreu no embate entre a IRS e a *Bob Jones University*, localizada em Greenville, Carolina do Sul. Embora não fosse filiada a nenhuma denominação religiosa, a universidade seguia a doutrina fundamentalista cristã, impondo diversas regras morais e de conduta aos seus estudantes. Dentre uma delas estava a proibição de relacionamentos inter-raciais. Como forma de garantir a separação étnica, a universidade instituiu uma regra específica para a admissão de negros: estes deveriam ser casados.

Em 1971, a *Bob Jones University*, em resposta à determinação da IRS do ano anterior, solicitou que não fosse mais incluída no programa de isenção fiscal, buscando assim continuar com suas práticas segregacionistas. Em 1976, a IRS revogou o benefício da *Bob Jones University* e solicitou que esta devolvesse retroativamente aos cofres públicos os impostos não recolhidos entre 1971 e 1976. A *Bob Jones* entrou com ação na justiça contra a IRS, perdendo o processo na Suprema Corte, em 1981.

Embora mais tarde, já durante a administração Reagan, as determinações da IRS tenham sofrido uma nova interpretação, suavizando suas regras, este fato causou grande comoção entre as denominações fundamentalistas que possuíam escolas e universidades privadas.

and fueled the movement to build private academies like Lynchburg Christian Academy. But by the late seventies, these schools too seemed threatened.”

³³ DEVINS, Neal. *State Regulation of Christian Schools*. (in) *William & Mary Law School Scholarship Repository*, 1983

Como afirma Hale³⁴, as ações da IRS assustaram os fundamentalistas. Questões antigas, como a legalização do álcool ou o ensino do evolucionismo, pareceram pequenas diante da intervenção direta no interior das instituições educacionais, consideradas uma defesa fundamentalista diante das transformações do mundo secular.

O relato de Paulo Weyrich sobre o período é significativo,

“O que galvanizou a comunidade cristã [protestante] não foi o aborto, a oração escolar ou o ERA. [Equal Rights Amendent]. Eu sou uma testemunha viva disso, eu estava tentando fazer com que as essas pessoas ficassem interessadas nessas questões e falhei completamente. O que mudou a ideia deles foi a intervenção de Jimmy Carter³⁵ nas escolas cristãs.”³⁶

Neste sentido, embora a lei *Roe vs Wade* de 1973, tenha servido, posteriormente, de retórica moral para justificar a entrada na arena política da Direita Cristã, foi apenas durante a intervenção governamental num terreno considerado sagrado pelos fundamentalistas, suas instituições educacionais privadas, que eles se viram impelidos a debater no espaço público sua agenda política. Através da *Moral Majority*, Jerry Falwell, embora tenha criticado as tendências discriminatórias da *Bob Jones University*, criticou veementemente a intervenção do governo federal em entidades educacionais privadas.³⁷ Vale ressaltar que sua igreja também possuía uma escola e universidade.

A crítica fundamentalista ao intervencionismo do governo em suas escolas privadas encontrou eco no pensamento neoconservador, que também se opunha ao excesso de poder do governo federal. Embora a crítica religiosa e política tivessem origens diferentes, moral e econômica, respectivamente, os fatores econômicos também assombravam os fundamentalistas, posto que a intervenção governamental geraria mais custos, e, como vimos anteriormente, os aspectos religiosos e morais não eram negligenciados pelos neoconservadores.

Importante apontar que em seu livro *Listen, America!: The conservative blueprint for America's moral rebirth*, publicado em 1980, Jerry Falwell tenha dedicado todo o primeiro capítulo a discutir os aspectos econômicos dos Estados Unidos e a

³⁴ *Op. Cit.*

³⁵ Vale ressaltar que em 1971 o presidente dos Estados Unidos era o republicano Richard Nixon, o que nos faz interpretar a fala de Weyrich como uma tentativa de culpar os democratas pelas intervenções nas escolas religiosas.

³⁶ WEYRICH, Paul. *Apud HALE. Op. Cit.* p. 266

³⁷ *School prayer Impasse Solved. (in) Washinton Post*, 13 jul, 1983.

Guerra Fria. No primeiro capítulo, intitulado *Liberty – Will we keep it?*, Falwell critica a política do *welfare state* e faz uma importante defesa dos projetos econômicos de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha.

“Até os primeiros dias deste século foi amplamente reconhecido que igrejas e outras instituições privadas tinham a responsabilidade principal, não apenas com relação à educação, mas também com os cuidados de saúde e de caridade. O caminho para derrotar o assistencialismo na América é, para aqueles que desejam ver a lei de Deus restaurada no nosso país, ofertar [doações] totalmente a organizações que removam do governo as tarefas que são tratadas mais apropriadamente por instituições religiosas e privadas. [...] A primeira-ministra Margaret Thatcher está fazendo movimentos ousados para restaurar a Grã-Bretanha. Ela afirmou que o socialismo aumenta o poder do Estado e que este aumento de poder não produz nem riqueza, nem mais liberdade, mas o inverso.”³⁸

Temas como família, homossexualidade, pornografia e educação, aparecem apenas no segundo capítulo, intitulado *Morality – The Deciding Factor*. Neste sentido, Falwell demonstra como a retórica fundamentalista cristã, majoritariamente direcionada para a preservação de valores morais tradicionais, incorporou os pressupostos do neoliberalismo. As teorias neoliberais de defesa do estado mínimo e da livre empresa passaram a encontrar justificativas em passagens bíblicas.. Citando o 3º.capítulo do livro II Tessalonicenses, Falwell encontra nas palavras de Paulo de Tarso, a justificativa para atacar os programas assistencialistas do governo norte-americano:

“Intimando-vos irmãos, em nome de nosso senhor Jesus Cristo, que eviteis a convivência de todo irmão que leve vida ociosa e contrária a tradição que de nós tendes recebido. Sabeis perfeitamente o que deveis fazer para nos imitar. Não temos vivido entre vós desregradamente, nem temos comido de graça o pão de ninguém. Mas, com trabalho e fadiga, labutamos noite e dia, para não sermos pesados a nenhum de vós. Não porque não tivéssemos poder para isso, mas foi para vos oferecer em nós mesmos um exemplo a imitar. Aliás, quando estávamos convosco, dizíamos formalmente: Quem não quiser trabalhar não tem o direito de comer. Entretanto, soubemos que entre

³⁸ FALWELL, Jerry. *Listen, America*. New York: Doubleday, 1980. p. 11 - 24.

vós há alguns desordeiros, que não trabalham, e são intrometidos. A esses indivíduos ordenamos e exortamos a que se dediquem tranquilamente ao trabalho para merecerem ganhar o que comer. Vós, irmãos, não vos cansei de fazer o bem”

Falwell complementa esta passagem bíblica afirmando: “quando o governo se preocupa com seu povo, por que seu povo deveria se preocupar consigo mesmo?”³⁹

Após tratar do que considera os pecados intrínsecos dos Estados Unidos. Falwell volta a sua atenção para o perigo externo: a União Soviética e o comunismo. Para o pastor, os norte-americanos estavam apáticos diante do comunismo, ignorando as ameaças vindas de Moscou e, principalmente, esquecendo os missionários norte-americanos que perderam suas vidas fundando hospitais e levando a palavra de Jesus para regiões de conflito, como a Indochina. Acreditando ter descoberto o *modus operandi* soviético, Falwell defendeu maiores investimentos na indústria bélica norte-americana, pois segundo o pastor, a URSS, antes de invadir um país, aguardava o seu enfraquecimento militar e o aumento de sua corrupção moral.⁴⁰

Jerry Falwell era adepto da teoria do Dominó, e passou a denunciar publicamente a invasão e expansão comunista na América Latina. Após a revolução Sandinista na Nicarágua em 1978, capitaneado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), o governo Reagan passou a financiar os grupos contrarrevolucionários, denominados “Contras”. Entre as alas conservadores norte-americanas havia o medo da influência soviética na América Latina e Caribe.

Como afirma Winters⁴¹, Falwell foi escolhido como porta voz do governo para denunciar o avanço do comunismo na América Central, e dessa forma, justificar a intervenção militar dos Estados Unidos. O pastor batista então pediu “permissão” ao presidente Ronald Reagan para gravar um documentário com os refugiados nicaraguenses em El Salvador. Em setembro de 1983, Falwell e sua equipe viajaram para aquele país em seu avião particular. O mais interessante é que Falwell não permaneceu nem 8 horas em solo salvadorenho, visitou apenas 1 dos 89 campos de refugiados conhecidos, mas retornou aos Estados Unidos com um raio X completo da iminente expansão comunista na região, exortando o Congresso norte-americano a

³⁹ FALWELL. 1980. Op. Cit. p. 64

⁴⁰ FALWELL. 1980. *Op. Cit.*

⁴¹ *Op. Cit.*

permitir que o presidente Reagan enviasse mais armas ao exército salvadorenho e continuasse a ajudar os *Contras* na Nicarágua.

Entretanto, a operação retórica de Falwell em vincular passagens bíblicas com os valores do liberalismo econômico e com o incremento da indústria bélica norte-americana, para fazer frente à ameaça comunista, não pode ser atribuída simplesmente a um acordo tácito com os neoconservadores. Jerry Falwell expandiu a sua Igreja justamente numa região onde os valores neoliberais e a indústria bélica floresciam.

Jerry Falwell fundou a *Thomas Road Baptist Church* (TRBS) em sua cidade natal, Lynchburg, Virgínia. Esta região sofreu uma importante modificação em sua composição demográfica e econômica a partir dos anos 1950, com a chegada de duas poderosas indústrias à região. Em 1955, a Babcock & Wilcox (B&W) e a General Electric (GE) instalaram na cidade centros de produção de reatores nucleares e rádio. A abertura de novas vagas de emprego e o crescimento econômico da região alterou o perfil social de Lynchburg. A modesta cidade rural na primeira metade do século XX transformou-se num centro econômico vibrante, com a expansão de subúrbios, lojas de departamento e bancos.⁴²

Como afirma Williams⁴³, os novos trabalhadores brancos que chegaram à cidade em busca de empregos, desenvolveram um forte sentimento de fé na industrialização, na possibilidade de crescimento econômico através do trabalho árduo e no comprometimento com os gastos nacionais cada vez mais elevados na produção de armas e tecnologias, visando garantir a defesa nacional no contexto da Guerra Fria.

Neste sentido, o público de Jerry Falwell também mudou, passando de uma maioria branca, pobre e segregacionista, para uma maioria formada por brancos da classe média com um pensamento social diferente. O pastor começou a distanciar-se da política segregacionista e aproximar-se em direção ao conservadorismo da *Sunbelt*, que estava mais alinhado com os interesses do partido Republicano de sua cidade.

Esta percepção de Falwell gerou um grande aumento da receita da TRBC, passando de 5 milhões anuais em 1973, para 50 milhões de 1976. Na prática, a suavização do discurso segregacionista de Falwell, contribuiu para uma abertura maior de diálogo com outras denominações evangélicas, e mesmo com outras religiões, como o catolicismo e o judaísmo. Em 1976, enquanto vários pastores batistas do sul dos

⁴² WILLIAMS. *Op. Cit.*

⁴³ *Op. Cit.*

Estados Unidos apoiaram a candidatura à presidência do democrata Jimmy Carter, Falwell apoiou a candidatura do então presidente republicano Gerald Ford.

Jerry Falwell iniciou assim uma aliança com o partido Republicano que alcançaria seu auge durante as duas administrações de Ronald Reagan nos anos 1980, quando tornou-se o líder da *Moral Majority* e um dos personagens religiosos mais proeminentes dos Estados Unidos no final do século XX.

Conclusão

A liderança dos protestantes fundamentalistas no movimento conhecido como Direita Cristã no início dos anos 1980, e o seu alinhamento ao partido republicano, resultou em interpretações históricas que vinculavam a emergência deste grupo como uma resposta direta aos avanços sociais oriundos do movimento pelos Direitos Civis nos anos 1960.

Entretanto, como pudemos observar, a defesa de valores morais baseados na interpretação literal da Bíblia sempre esteve presente na atuação social fundamentalista, mesmo após o caso Scopes. Neste sentido, a criação de instituições e organizações próprias, somadas aos programas de rádio e televisão, entre 1925 e 1970, pode ser interpretada como uma forma de preservar-se dos valores do mundo secular, sem abrir mão de buscar influenciá-lo.

Paralelamente, a constituição demográfica dos fundamentalistas cristãos também foi sofrendo alterações ao longo do século XX. Embora fossem associados quase que automaticamente a um pensamento atrasado e obscurantista, localizado no *Deep South* dos Estados Unidos, o fundamentalismo cristão foi, dentro de seus limites teológicos, se adaptando ao novo contexto social e econômico. Longe de ser um fenômeno regional, o fundamentalismo possuía (e possui) ramificações em diferentes partes dos Estados Unidos.

No bojo do desenvolvimento econômico da região denominada *Sunbelt*, podemos perceber a incorporação ao discurso religioso dos valores neoliberais. Embora o anticomunismo ateu fosse considerado um inimigo do cristianismo, a defesa de maiores investimentos na indústria militar e de maior engajamento externo norte-americano na contenção da expansão comunista, respondia tanto aos interesses teológicos quanto aos interesses econômicos dos fieis fundamentalistas. Esse novo mapa demográfico e econômico também resultou num abandono do discurso segregacionista fundamentalista, o que possibilitou uma aproximação com outras

denominações protestantes, além do próprio catolicismo e do judaísmo, que mais tarde comporiam a Direita Cristã.

Dessa forma, a crítica específica ao intervencionismo governamental em instituições educacionais fundamentalistas se tornou o estopim para que os fundamentalistas cristãos buscassem interferir diretamente na agenda política do país, ampliando cada vez mais os temas sociais que pretendiam influenciar, através de sua atuação no interior do partido Republicano.

BIBLIOGRAFIA:

BELLOTTI, Karina. *A batalha pelo ar: a construção do fundamentalismo cristão norte-americano e a reconstrução dos “valores familiares” pela mídia (1920-1970)* (In) *Gênero, Fundamentalismo e Religião*. Vol. 14. 2008.

BJERRE-POUSEN, Niels. *The Transformation of the Fundamentalist Movement, 1925 – 1942* (in) *American Studies in Scandinavia*, Vol. 20, 1988

BRINKLEY, Alan. *The Problem of American Conservatism*. (in) *The American Historical Review*. Vol 99. No. 2, 1994.

BROWN, Wendy. *American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism and De-Democratization*. (in) *Political Theory*, Vol. 34, n. 690, 2006.

DEVINS, Neal. *State Regulation of Christian Schools*. (in) *William & Mary Law School Scholarship Repository*, 1983.

DIGGINS, John Patrick. *Ronald Reagan: fate, freedom, and the making of history*. New York/London: W W Norton, 2007.

DOCHUK, Darren. *From Bible Belt to Sunbelt: Plain-Folk Religion, Grassroots Politics, and the Rise of Evangelical Conservatism*. New York: W. W. Norton, 2011

FALWELL, Jerry. *An Autobiography: The Inside Story*. Lynchburg: Liberty House Publishers, 1997.

FALWELL, Jerry. *Listen, America*. New York: Doubleday, 1980.

FEIN, Kim Philips. *Conservatism: a state of the field*. (in) *Oxford Journal*, n. 31, jul. 2012.

FINGUERUT, Ariel. *Formação, crescimento e apogeu da direita cristã nos Estados Unidos.* (in) SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org) *Uma Nação com alma de Igreja: religiosidade e Políticas públicas nos EUA.* São Paulo: Paz e Terra, 2009

GREENHOUSE, Linda. SIEGEL, Reva B. *Before Roe vs Wade: Voices that shaped the abortion before the Supreme Court's rule.* Yale Law School, 2012

HALE, Grace Elizabeth. *A Nation Of Outsiders: How the white middle class fell in love with rebellion in postwar America.* Oxford University Press: New York, 2011.

KRISTOL, Irving. *The Neoconservative Persuasion: selected essays 1942 - 2009.* New York: Basic Books, 2011.

LIEVEN, Anatol. *America Right or Wrong: an anatomy of american nationalism.* London. New York. Toronto. Sidney: Harper Perennial, 2005.

MARDSEN, George M. *Fundamentalism and American Culture: the shape of twentieth-century evangelicalism 1870 - 1925.* Oxford - New York - Toronto: Oxford University Press, 1980.

PURDY, Sean. *O Século Americano.* KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI.* São Paulo: Contexto, 2007.

REMOND, René. *Por Uma História Política.* Rio de Janeiro: ed. UFRJ/FGV, 1996.

SCHLESINGER JR, Arthur M. *Os Ciclos da História Americana.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

SMOLLA, Rodney A. *Jerry Falwell v. Larry Flynt: the first amendment on trial.* New York, St. Martin Press, 1988.

WILLIAMS, Daniel K. *Jerry Falwell's Sunbelt Politics: The regional origins of the Moral Majority.* (in) *The Journal of Policy History.* Vol. 22 No.2, 2010.

WINTERS, Michael Sean. *God's Right Hand: How Jerry Falwell made God a republican and baptized the American right.* New York: Harper One, 2012.

2. LITERATURA E SOCIEDADE

Melancolia e Deslocamentos em Cidades da Planície. Adolfo Frota

adolfo_thedrifter@yahoo.com.br

O terceiro romance da Trilogia da Fronteira, *Cidades da planície*, narra o encontro dos protagonistas dos dois romances anteriores, John Grady Cole (protagonista de *Todos os belos cavalos*) e Billy Parham (protagonista de *A travessia*), que trabalham em uma fazenda texana na fronteira com o México. Os dois *cowboys* estabelecem uma amizade tão forte que se tornou uma relação de irmãos, em que Billy seria o mais velho.

O título do último romance da Trilogia é, conforme os autores Edwin T. Arnold (1999, p. 235), Elisabeth Andersen (2008, p. 151), Willard P. Greenwood (2009, p. 69), Steven Frye (2009, p. 136) e Kenneth Lincoln (2009, p. 129) sugerem, uma alusão às cidades bíblicas de Sodoma e Gomorra, em especial ao Gênesis 19:29, momento em que ocorre a destruição divina dessas duas cidades da planície, condenadas pelo vício. Os *cowboys* vivem em El Paso, e constantemente vão em busca de prostitutas na cidade fronteiriça de Juárez, no estado mexicano de Chihuahua.

A história é simples: os dois protagonistas são funcionários do fazendeiro americano Mac McGovern. Billy perde toda a ilusão da possibilidade de viver como um *cowboy* tradicional, ou seja, aquele tipo cultural que está mais próximo da natureza. Já John Grady, por outro lado, ainda nutre o sonho de encontrar o seu ‘chão’ e continuar o sonho de trabalhar na terra, mesmo que ela sofra constantes ameaças de confisco por parte do exército. Por causa da tentativa de ainda estabelecer contato com a terra e com o passado é que Billy o chama de “o nosso típico caubói americano” (MCCARTHY, 2001, p. 7).

Para Steven Frye (2009, p. 95-96), muito parecido com a figura dos *cowboys* míticos de outros *westerns*, John Grady e Billy Parham são homens trabalhadores que aspiram por autonomia e liberdade, algo que sempre foi a promessa da experiência de fronteira. Entretanto, seus encontros com o mundo moderno estão cheios de implicações religiosas, morais e éticas. São heróis de uma outra ordem que descobrem, de maneira

efetiva, as verdades do mundo que transcendem a experiência normativa. Ele também afirma que *Cidades da planície* é um *western* que apresenta o confronto entre o velho e o novo mundo, do México e dos Estados Unidos, e a destruição do mundo natural pelas forças cruéis da modernidade. Assim, o romance retoma uma das preocupações básicas de McCarthy: a tensão entre o ideal e o real, entre o interior da concepção humana e os fundamentos concretos do mundo e entre os sonhos e suas alternativas no presente tátil (FRYE, 2009, p. 132-133).

A vida de *cowboy* apresenta, nesse romance, modificações profundas se comparada, por exemplo, à experiência de John Grady na fazenda de Don Héctor, em *Todos os belos cavalos*. A maioria das atividades da fazenda é realizada com caminhão e o cavalo ficou reduzido a tarefas nos lugares sem pavimentação, como se fosse meramente um instrumento complementar ao veículo motorizado, um substituto útil e essencial para as regiões não asfaltadas. Os *cowboys* desse romance, todos eles, não somente John e Billy, perderam a intimidade com o espaço e com a natureza. O habilidoso John Grady de *Todos os belos cavalos* não consegue mais adestrar um cavalo xucro. Se em *Todos os belos cavalos* ele compreendia o universo desse animal, agora afirma: “Quando garoto eu achava que sabia tudo o que tinha para saber sobre um cavalo. No que diz respeito a cavalo fui ficando cada vez mais ignorante” (MCCARTHY, 2001, p. 65).

O caráter do espaço no último romance da saga dos *cowboys* do século XX se revela a partir de suas experiências pessoais. São sonhos, percepções e histórias contadas por e para os vaqueiros, contendo um substrato íntimo que expõe vários pontos de vista coincidentes em relação à opinião sobre o que é o mundo e como lidar com ele. As discussões anteriores (dos romances precedentes) são como que ampliadas e concluídas por várias testemunhas das transformações ocorridas a partir da segunda metade do século XX. Assim, não há mais a mínima possibilidade de otimismo, de uma visão utópica sobre o futuro da terra. Voltar para o passado, através de lembranças e alusões, é o que resta para aqueles que, de certa forma, presenciaram ou conheceram um momento significativo da história norte-americana.

Apenas John nutre o desejo de viver como um *cowboy* típico, somente ele ainda acredita em heroísmos e na existência de um espaço utópico. Durante a narrativa, ele se envolve com uma prostituta mexicana chamada Magdalena. Sua derradeira motivação é tentar salvá-la da influência do cafetão Eduardo, algo que se tornará fatal para o triângulo amoroso que se estabelece. Pela configuração do mundo mccartheano, sua

pretensa tentativa de construir um espaço perfeito e feliz, onde ele e Magdalena pretendiam viver, está fadada ao insucesso. Conforme Eduardo, “[o] que está errado nessa história é que não é uma história verdadeira” porque “[o]s homens têm na cabeça uma imagem de como o mundo vai ser. De como eles vão ser nesse mundo. O mundo”, conclui o cafetão, “pode ser diferente de muitas maneiras para eles mas tem um mundo que nunca vai ser e esse é o mundo que eles sonham” (MCCARTHY, 2001, p. 158).

O espaço idealizado, que era almejado por John e Billy, nos dois romances anteriores, é considerado por Eduardo como um “paraíso leproso”. Os cowboys desse paraíso buscam uma coisa que não existe mais entre eles, “[u]ma coisa que talvez eles já nem sabem mais o nome”. A afirmação de Eduardo é verdadeira se for levado em consideração o fracasso que foi a busca do paraíso nas duas narrativas anteriores. Como o mundo não possibilita a existência de heróis e nem de idealizações, restou às personagens de McCarthy apenas o equívoco na atribuição de valores, porque “o fato mais elementar a respeito de putas”, conclui Eduardo, “[é] que elas são putas”, e não qualquer outra coisa que os *cowboys* possam imaginar (MCCARTHY, 2001, p. 290-291).

Segundo Edwin T. Arnold (1999, p. 240), há no romance uma presença forte de pesar e sentimento de perda, uma compreensão de que nada dura a não ser a solidão e a dor. Essa certeza da vida será manifestada por diversos pontos de vista, que discutirão basicamente sobre o mesmo tema: as mudanças ocorridas nos Estados Unidos após a 2^a. Guerra Mundial e que transformaram o país para pior. A queixa do sr. Johnson, uma das personagens que habita a fazenda de McGovern, abrange as modificações ocorridas nos últimos tempos. Nascido no Texas em 1867, portanto, um *cowboy* típico americano e que lembra o avô de John Grady, o sr. Johnson é testemunha das rápidas e inevitáveis transformações advindas do progresso tecnológico. Segundo o narrador, “[a]o longo de sua vida o país evoluíra da lamparina e do cavalo e da carruagem de quatro rodas para o avião a jato e a bomba atômica” (MCCARTHY, 2001, p. 125-126).

Essa evolução afetou a sua forma de se relacionar com o espaço, assim como trouxe profundas alterações para a vida do campo. O prenúncio de tempos sombrios, que foi proferido pelo pai de John, em *Todos os belos cavalos*, de que ele (o pai) e John são como os índios Comanches em constante ameaça de extinção, se confirma nesse terceiro romance da Trilogia. No mundo moderno americano do pós-guerra não existe mais o *cowboy* como representante da era de ouro (segunda metade do século XIX) e

nem existe qualquer possibilidade de se encontrar no México um resquício daquilo que John Grady imaginava ser a vida no campo.

Conforme aponta Elisabeth Andersen (2008, p. 151), nessa nova era tecnológica, os ranchos do velho oeste são um tipo de anacronismo que caiu em tempos difíceis. Vale lembrar que os campos estavam delimitados por cercas das propriedades rurais, a Bacia de Tularosa, no Novo México, estava prestes a ser apropriada pelo exército, já que o posto militar de Fort Bliss estava se expandindo e anexando as propriedades à sua volta, e os poucos *cowboys* remanescentes, que buscavam a vida lendária dos velhos *cowboys*, vivem em um espaço reduzido e opressor. A única escolha que lhes resta é tentar resistir à pressão e se refugiar nos poucos ‘santuários’ existentes, como a fazenda de McGovern, mesmo que isso seja algo temporário. É importante notar que os *cowboys* estão cientes de que aquela situação se tornou insustentável. Enquanto Billy protesta: “Não vou para lugar nenhum. O Troy também não”, John reconhece: “Nós todos vamos ter que ir para algum lugar quando o exército tomar estas terras” (MCCARTHY, 2001, p. 261). Willard P. Greenwood (2009, p. 68) nota que esse risco em potencial e iminente mina o senso de estabilidade doméstica que John e Billy encontraram no rancho.

A invasão militar das terras dos fazendeiros daquela região pressagia não apenas um fim das atividades pecuaristas e a consequente aridez da terra, em parte causada pelos testes nucleares observados por Billy, no final de *A travessia*, mas agrava também um outro tipo de aridez e desolação fundamental para a compreensão da valoração espacial e da relação entre *cowboy* e a terra: a desolação espiritual. Barcley Owens (2000, p. 98), que reconhece ser Billy também um herói adâmico tentando viver em um paraíso *cowboy*, sugere que o protagonista ratifica o valor da fazenda de McGovern pela sensação de estabilidade proporcionada pela vida no rancho. Mesmo que essa estabilidade seja transitória, pois a fazenda será confiscada pelo exército, Billy não rejeita os poucos momentos de felicidade encontrada após o período de nomadismo. Ele comenta: “Gosto dessa vida. Gosta dessa vida, mano? Gosto dessa vida. Gosta dessa vida, não gosta? Porque, puxa, como gosto. Simplesmente gosto” (MCCARTHY, 2001, p. 15). Em outro momento, o *cowboy* Troy pergunta para ele: “O que acha deste lugar?”. Billy responde: “Gosto daqui” (MCCARTHY, 2001, p. 37). Os *cowboys* de Cormac McCarthy finalmente encontraram um lar. Segundo Owens (2000, p. 98), para os leitores que estão familiarizados com a Trilogia da Fronteira, a afirmação peremptória de Billy invoca a perda do ambiente doméstico observada em *Todos os belos cavalos* e *A travessia*.

O mundo é movido pela máquina de guerra. Mudanças significativas no mundo são consequências imediatas dos conflitos armados. Recém advindos da 2^a. Guerra Mundial, os *cowboys* de McCarthy são testemunhas oculares do poder bélico e como ele afeta, de forma expressiva, a geografia sócio-econômico-espacial da fronteira entre os Estados Unidos e o México. Ao presenciar, no final de *A travessia*, a detonação da bomba atômica que alterou o comportamento dos animais, que julgaram ter o dia amanhecido, Billy carrega consigo a opinião de que “essas terras não são as mesmas. Nem o que tem nelas é o mesmo. A guerra mudou tudo. Acho que as pessoas ainda nem sabem disso”. Assim, ele está certo de que o mundo “[s]implesmente mudou. Não é mais a mesma coisa. Nunca vai ser” (MCCARTHY, 2001, p. 94).

Essa sensação de instabilidade está presente na construção narrativa da Trilogia de McCarthy. Em *Cidades da planície*, é possível observar que a desapropriação da fazenda de McGovern assim como de várias outras na região entre o Texas e o Novo México, é algo inevitável e de conhecimento de todos os *cowboys*, que, segundo me parece, estão apenas se preparando para o momento decisivo de suas vidas.

A maior parte do trabalho realizado na fazenda de McGovern ocorre a partir do uso do caminhão. A interação entre *cowboy* e cavalo, tão fundamental nos dois primeiros romances da Trilogia, perdeu a relevância para John e Billy. Mais do que isso, é preciso analisar a substituição da perspectiva de observação do espaço, que acontece a partir do advento de novos meios de transporte. Se em *Todos os belos cavalos* e *A travessia*, os protagonistas interagiam com a terra, se deslocavam por regiões não pavimentadas e observavam os animais selvagens graças à utilização dos cavalos, em *Cidades da planície*, a relação muda e se torna até perigosa para os animais não domesticados, por causa do risco de atropelamento. Nos romances anteriores, eram os protagonistas que ‘invadiam’ o terreno selvagem, a planície desértica e o chaparral; nesse livro, são os animais selvagens que se tornam invasores das estradas, do espaço transformado pela ação humana, e isso tem consequências fatais.

Dentro do caminhão, por exemplo, os *cowboys* veem animais e suas vidas se tornam insondáveis por causa da impossibilidade de eles percorrerem o mesmo solo, quer dizer, o caminhão não consegue explorar a planície além dos limites da estrada, já os animais, caso transitem por ela, correm perigo de morte. O distanciamento entre o mundo dos animais e dos veículos automotivos sinaliza para a delimitação de espaços e que esses não se complementam, ou seja, carros e animais não podem compartilhar o mesmo espaço. A luz artificial do farol, que rasga a escuridão da noite, revela um

mundo estranho para os *cowboys* e causa espanto na vida selvagem, que se sente invadida pelo maquinário humano.

Durante as viagens noturnas de caminhão, em vários momentos, animais como coruja e lebre são vitimadas por atropelamento. Troy conta para Billy uma história terrível sobre uma viagem que ele fizera em um Oldsmobile 88, de El Paso para Amarilo, no Texas. Conta ele que a estrada estava cheia de lebres que ficavam paradas no meio fio “paralisadas de medo debaixo da luz dos faróis. Plofe. Plofe” (MCCARTHY, 2001, p. 28).

Troy narra a história sobre o atropelamento de uns cem coelhos numa mesma noite:

O Oldsmobile tinha na frente uma grade oval tão grande que parecia uma baita duma escavadeira e quando dei a volta até a frente do carro ela estava simplesmente cheia de cabeça de lebre. E digo que tinha umas cem socadas nela e no pára-choque e tudo coberto de sangue e de tripas e acho que as lebres viraram a cabeça um pouco de lado bem na hora do baque porque tavam todas espiando para fora, os olhos olhando espantados. Os dentes de viés. Um sorriso arreganhado. Teuento como foi. Eu mesmo quase soltei um berro. (MCCARTHY, 2001, p. 29)

Por mais que a história possa ser exagerada, não deixa de evidenciar um fato lastimável para a vida selvagem: a perda do espaço natural. O leitor da Trilogia presenciou isso em *A travessia*, com a história da caçada e morte da loba mexicana, e verá a confirmação da tese de que no mundo moderno norte-americano a vida selvagem corre o risco da extinção. A loba mexicana de *A travessia* teve o mesmo destino dos lobos americanos, que foram mortos por envenenamento. Conforme depoimento do sr. Johnson, no ano de 1917, uma alcateia de lobo (em torno de dez animais) foi extermínada:

Cavalguei seguindo a cerca e apalpei eles. Olhei nos olhos deles. Um sujeito do governo tinha feito uma armadilha atraiendo eles na noite anterior. Morreram comendo comida envenenada. Estricnina. Coisa assim. Lá nas Sacramentos. Uma semana depois o sujeito atraiu mais quatro. Desde então nunca ouvi um lobo sequer nessas terras. Imagino que isso é bom. Lobo é uma praga para o gado. Mas penso que sempre fui o que se pode chamar de supersticioso. Sei com certeza que religioso não fui. E sempre me pareceu que uma coisa vive e morre mas o tipo de coisa que eles eram sempre foi daquele jeito. Eu não sabia que podia envenenar eles. Em mais de trinta anos eu nunca ouvi o uivo de um lobo. Não sei onde é que a gente pode ir para ouvir. Vai ver esse lugar nem existe. (MCCARTHY, 2001, p. 148-149)

Nesse aspecto, *Cidades da planície* comprova o impacto da evolução econômica na vida animal. Entretanto, lembro que o tema da extinção em evidência nos romances

de Cormac McCarthy, não se limita à apenas animais, pois ela alcança etnias como a indígena, tipos culturais como os *cowboys* tradicionais, ranchos como o de McGovern e heróis como Boyd Parham (irmão de Billy) e John Grady Cole.

Outro aspecto importante é a informação de que o mundo passa, constantemente, por significativas mudanças. Essa informação pode ser aferida pela observação espacial. Quando John, andando a cavalo pela planície, observa “um afloramento de rocha magmática com uma vista para a planície aluvial ao norte e a oeste”, percebe que nas rochas “[h]avia pictogramas antigos entre as pedras, incisões de animais e luas e homens e hieróglifos cujos significados nenhum homem jamais saberia” (MCCARTHY, 2001, p. 60-61).

A perda de um elemento da cultura e da antropologia, que faz parte do aglomerado de ausências sentidas no romance, é transmitida por uma prática comum aos *cowboys* de Cormac McCarthy, a escrutinização do espaço. No início da narrativa, John Grady cavalga pela planície:

No alto de um alcantil deteve o cavalo e estudou a região. As planícies salinas inundadas cintilando ao sol da tarde a mais de cem quilômetros a leste. Além, o pico de El Capitan. Todas as montanhas altas do Novo México empalidecendo mais além das planícies vermelhas, os antigos arbustos de creosoto. Na luz que incidia a prumo as sombras encandeadas das cercas lembravam trilhos correndo pelo campo e pombos passavam rumo ao açude nas terras de McNew. Não via gado em parte alguma naquele cerrado marcado com pegadas de reses. Pombos arrulhavam em toda parte e não ventava. (MCCARTHY, 2001, p. 47)

Nessa observação do espaço, alguns elementos importantes para a compreensão da atmosfera do romance podem ser observados. Em primeiro lugar, John visualiza as planícies salinas do Texas onde a ideia de aridez é acentuada pelo calor e pelo sol vespertino. O creosoto é um tipo de arbusto comumente encontrado no deserto e é reconhecidamente uma planta resistente e longeva, quase tão antiga quanto as rochas. A observação de que as cercas nas terras do fazendeiro McNew lembravam trilhos correndo pelo campo é uma constatação de John Grady, pois o ponto de vista é dele. A aridez da terra será acentuada pela comprovação de que ele não conseguiu ver gado algum naquela região, embora houvesse cercas que delimitavam a terra. A aridez física da região é invocada por essa descrição para exprimir a aridez do estado da alma de John.

O espaço em *Cidades da planície* se comunica com as personagens em uma linguagem peculiar e só o sentimento dos *cowboys* está apto para decifrá-la. O

sentimento em questão é o da melancolia. Assim, os sinais e objetos do espaço serão captados pelos órgãos sensoriais dos *cowboys*, predominantemente a visão, e serão decodificados, ou seja, interpretados e valorados nas almas das personagens. Têm-se então, no último romance, a confirmação de que o espaço na Trilogia é percebido e que o seu perceptor, através do convívio e da relação, atribui-lhe uma gama de significados pessoais. A tendência observada é que, por mais que as visões sejam pessoais, elas culminam no sentimento de tristeza e de melancolia.

A melancolia, que se torna o filtro afetivo da percepção espacial de todas as personagens que discutem sobre o mundo, evidencia o aspecto sombrio provocado pela rápida mudança econômica nos Estados Unidos e a incerteza gerada pela provável inadequação de certos *cowboys*, que não conseguirão acompanhar as transformações geradas pelas novas necessidades. Se, em *Todos os belos cavalos*, a fazenda da família Cole é vendida para a exploração do petróleo, em *Cidades da planície*, o exército se tornará uma ameaça constante porque, afirma John, “o Exército mandou gente aqui com ordens para investigar sete estados no Sudoeste e encontrar a terra mais desolada possível e fazer um relatório. E a fazenda do Mac ficava bem no meio dessa terra” (MCCARTHY, 2001, p. 16). O perigo de confisco e a consequente expulsão dos cowboys dos ranchos se torna um dos maiores temores desses *cowboys*.

Quando Billy comenta que “[e]ste lugar não é mais o mesmo. Nunca vai ser. Vai ver todo mundo endoidou um pouco” (MCCARTHY, 2001, p. 17), a certeza é de que o deslocamento espacial continuará como o grande inimigo dos dois protagonistas e, consequentemente, de todos aqueles que procuram viver como *cowboys* tradicionais. Entre eles está o sr. Johnson, para quem “[l]ição dura não falta neste mundo”. Sua convicção envolve a pesarosa certeza de que “quando as coisas passam elas passam. Não voltam mais” (MCCARTHY, 2001, p. 148), ou seja, ficam perdidas na eternidade, da mesma forma que os hieróglifos deixados pelos índios cujos significados também se perderam.

É preciso observar que o tema da morte e da aridez da alma do *cowboy*, que se converte na expressão do escrutínio do espaço, é um tema caro na Trilogia e acentua um problema comum nos três romances: o nomadismo. O nomadismo provoca a ausência de contato com a terra, pois o nômade tem pulsão pela errânciam provocada pela desilusão e pela inaptidão para estabelecer laços afetivos e culturais. Posso aplicar aqui as palavras de Michel de Maffesoli, em *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*, ao afirmar que a pulsão pela errânciam, em termos gerais, exprime a revolta,

violenta ou discreta, contra uma ordem estabelecida. A partir desse pressuposto, nota-se que o nomadismo revela a preocupação com uma vida marcada pelo qualitativo, quer dizer, o desejo de quebra do enclausuramento e do compromisso de residência fixa. O nomadismo, nesse caso, se configura como “uma nova busca do Graal, representando outra vez simultaneamente a dinâmica do exílio e da reintegração” (MAFFESOLI, 2001, p. 16).

Maffesoli também afirma que o nomadismo exprime “o desejo da rebelião contra a funcionalidade, contra a divisão do trabalho, contra uma descomunal especialização a transformar todo mundo numa simples peça de engrenagem na mecânica industrial que seria a sociedade” (2001, p. 32-33). É por esse motivo, continua Maffesoli, que o andarilho, cujo deus é Hermes, divindade dos viajantes, deve ser analisado não somente a partir de categorias psicológicas, “como um indivíduo agitado ou desequilibrado, mas certamente como a expressão de uma constante antropológica: a da pulsão do pioneiro, que está sempre à frente na procura do Eldorado”. O Eldorado, nesse caso, “não significa a posse de um bem material e conversível em dinheiro, antes é o símbolo de uma busca sem fim, a procura de si no quadro de uma comunidade humana, na qual os valores espirituais são a consequência da aventura coletiva” (2001, p. 41-42). Ao contrário do que a palavra Eldorado possa sugerir, a sua busca não indica um interesse capitalista de enriquecimento. A cidade de ouro é, na verdade, um lugar idealizado de bem-estar coletivo, onde o viajante encontrará a sua comunidade e compartilhará os mesmos valores espirituais.

Tanto John quanto Billy, principalmente este último, são compelidos para a errância por causa do compromisso ético que eles assumiram, a de serem cowboys e lutarem para permanecer como tais, mesmo que as circunstâncias lhes sejam desfavoráveis. É por esse motivo que os *cowboys* se tornam personagens desterradas.

Cidades da planície alicerça a trajetória coincidente e ao mesmo tempo adversa de dois desterrados que se encontram e têm destinos diferentes. Enquanto Billy sobrevive e chega ao século XXI, John é derrotado por Eduardo (num duelo de facas) e pelos novos protocolos espaciais. O fato de Billy chamá-lo de “caubói típico americano” indica uma aura de fatalismo, pois esse tipo cultural não sobreviverá no mundo moderno, nem sobreviverá a ele. A alusão também consolida a ideia da semelhança, em relação ao destino do herói derrotado (John) e dos seres mais próximos da natureza (os animais que estão sendo extintos). São palavras de Billy:

Me pergunto se você sabe que você é um desterrado.
Por quê?
Por que me pergunto?
Por que que eu sou um desterrado.
Não sei. É que você tem coração de desterrado. Vi isso antes.
Porque eu disse que podia viver no México?
Não é só isso.
Não acha que se resta alguma coisa dessa vida é por lá que está?
Pode ser.
Você também gosta de lá.
É? Eu nem sei o que é essa vida. Com certeza não sei o que é o México. Acho que está na tua cabeça. México. Viajei um bom bocado por lá. Na primeira *ranchera* que você ouve cantar você entende o país inteiro. Depois de ouvir umas cem você não sabe nada. Nunca vai saber. Concluí meu negócio lá faz muito tempo. (MCCARTHY, 2001, p. 255)

O fato de Billy reconhecer que John seja um desterrado indica aquilo que Barcley Owens (2000, p. 100) chama de amargura motivada pelas perdas consecutivas, em sua experiência no México. Ele é mais cauteloso com as vicissitudes da vida e não mais anseia por aventura e amor, algo que ainda faz parte da constituição do *cowboy* típico americano. Ele se tornou um *cowboy* prático com o passar dos anos, adaptado ao conforto da luz elétrica e à estabilidade da vida no rancho. Sem dúvida, há uma mudança significativa em seu caráter se este Billy for comparado àquele de *A travessia*. Sua idade (ele tem 28 anos enquanto John tem 19) proporcionou-lhe o aprendizado das duras lições nesse mundo.

O comentário de Billy também indica que, semelhantemente a John Grady, ele é, da mesma forma, um desterrado. Por extensão, o caráter da narrativa indica que a sensação de desterro é generalizada. Assim, não somente os dois protagonistas, mas quase todas as personagens são desprovidas de espaço. Em *Todos os belos cavalos*, o pai de John e Jimmy Blevins (um garoto que John encontra durante a ida para o México) são personagens que não conseguem se adequar ao mundo, por isso não sobrevivem. Em *A travessia*, a loba (caçada por Billy) e Boyd (seu irmão) têm destino semelhante: ambos não conseguem sobreviver no México. Além deles, outras personagens, como o padre que perdera a fé e o cego revolucionário (que Billy conversa em sua viagem para o México), sentem as consequências da falta de aptidão de se adaptar ao mundo. Em *Cidades da planície*, Troy, Johnny (irmão de Troy), o sr. Johnson, o maestro cego (que toca no bordel onde John encontrou Magdalena) e Magdalena são deslocados porque suas trajetórias os levaram para momentos difíceis na vida.

Em *Cidades da planície*, o maior problema para o protagonista John ocorre com a morte de Magdalena, a prostituta mexicana que John tenta salvar da influência do cafetão Eduardo. O sonho de heroísmo de John, de resgate da prostituta, não dá certo porque Eduardo descobre o plano e mata a jovem.

Logo após a morte de Magdalena, John cavalga pela planície e chega às terras do fazendeiro McGregor. Nesse momento, ele encontra um cavaleiro que comenta: “Você me lembra um pouco eu mesmo. Tem uma preocupação na cabeça e sai cavalgando” (MCCARTHY, 2001, p. 270). Esse comportamento, que se pode concluir ser um daqueles típicos dos *cowboys*, possibilita a aproximação do sujeito em crise com o espaço. A contemplação paisagística, nesse caso, funciona como um diálogo individual entre homem e natureza para obtenção de respostas. As dúvidas afligem a alma de John, pois ele perdeu a última esperança de se estabelecer na fazenda (mesmo que esta corra perigo de ser confiscada) e criar raízes. Antes de responder ao cavaleiro,

John Grady ficou segurando as rédeas relaxadamente. Olhou as terras que se perdiam longe por um bom tempo antes de falar. Quando falou, o cavaleiro precisou se inclinar para ouvir as palavras. Bem que eu queria cavalgar, disse. Bem que eu queria.

O cavaleiro limpou os cantos da boca com o nó do polegar. Talvez seja melhor não voltar ainda não, disse. Talvez seja melhor só esperar um pouquinho.

Ia cavalgar e nunca mais olhar para trás. Ia cavalgar para onde não encontrasse um só dia que já vivi na vida. Mesmo que tivesse que voltar e cavalgar de novo cada palmo dessa terra. Então ia cavalgar mais chão. (MCCARTHY, 2001, p. 270)

O fato de ele observar a natureza como que em busca de respostas sugere, mais uma vez, o estranhamento que ele sentira em *Todos os belos cavalos*, pois aquela paisagem tão familiar acumulava, ao mesmo tempo, a característica de *terra incognita*. O desejo do jovem *cowboy* é “cavalgar e nunca mais olhar para trás”, para uma terra distante onde ele “não encontrasse um dia só” que já viveu na vida. O problema dessa afirmação é reconhecer que não existe lugar no mundo onde ele possa ter uma vida diferente daquela que tem experimentado desde *Todos os belos cavalos*. Mesmo que John “tivesse que voltar e cavalgar de novo cada palmo dessa terra”, ele não pararia, ou seja, sua dor e angústia o precipitariam para a errância continuada, para o nomadismo sem fim. Seu deslocamento, ou seja, a sensação de não pertencer a lugar algum, da mesma forma, seria continuada.

John visita o casebre que ele reconstruirá, como que a casa fosse o último sonho destruído. O narrador, ciente de que o coração do cavaleiro estava partido e

sangrava, concentra palavras que vão exprimir a dor e o desespero do *cowboy* que perde aquilo que lhe é mais caro, a esperança:

Largou as rédeas e caminhou até o casebre e empurrou a porta para abri-la. Estava escuro dentro e ele parou no limiar da porta e virou e olhou o anoitecer. A terra que ia escurecendo. O céu vermelho-sangue onde o sol se pusera e os pequenos pássaros escuros debandando antes da tempestade. O vento gemia no fumeiro com um som longo e seco. Ele entrou no quarto e parou. Pegou um fósforo e acendeu o lampião e abaixou a mecha e repôs a cúpula e se sentou na cama com as mãos entre os joelhos. O santo de madeira entalhada olhava de esguelha do meio das sombras. A própria sombra dele produzida pela luz do lampião se elevava na parede atrás. Uma forma vultosa que não guardava qualquer semelhança com ele. Pouco depois ele tirou o chapéu e o deixou cair no chão e enfiou o rosto entre as mãos. (MCCARTHY, 2001, p. 271-272)

As palavras “escuro dentro”, “anoitecer”, “escurecendo”, “céu vermelho-sangue”, “pássaros escuros”, “tempestade”, “vento gemia” “som longo e seco”, “sombras” e “forma vultosa” descrevem a percepção de John Grady para o ambiente à sua volta. É ele que observa o escurecer e o início da noite, a chegada da tempestade e a debandada dos pássaros assustados com o temporal iminente, a sombra do santo de madeira que de forma alguma se parecia com o objeto entalhado. São os gradientes visuais e auditivos evocados nessa descrição que indicam, por um lado, um fenômeno natural, a chegada da noite e da tempestade, mas, por outro, são utilizadas pelo narrador para acentuar a dramaticidade da cena e a perda do sonho de John Grady. As palavras destacadas dessa descrição qualificam, ao mesmo tempo, o final da tarde na planície norte-americana e o fim da esperança do jovem *cowboy*. Assim, é possível observar um drama pessoal vivido pela personagem a partir da composição espacial percebida por ela.

Conforme já comentado, é sabido que John não conseguirá sobreviver ao combate de facas contra Eduardo. A morte de Magdalena gerou a morte de um sonho. Incapaz de se recuperar dessa perda, o jovem *cowboy* vai ao encontro de um inimigo mais forte e sucumbe à segunda luta de facas da Trilogia (a primeira ocorre na prisão mexicana, quando John fora detido acusado injustamente de roubo de cavalos). O desejo do *cowboy* de constituir família e criar raízes familiares mais uma vez é negado pela configuração do mundo. A Trilogia de McCarthy é uma crônica dos sonhos impossíveis, das possibilidades desfeitas, do fim da vida.

A queda do último herói de Cormac McCarthy compartilha uma triste coincidência com o retorno de Billy Parham para a estrada, para a vida nômade. Após a morte de John, ele volta para a errância, levando consigo pouca coisa além de um

pequeno cachorro que John pretendia cuidar. Fica evidente que o destino de Billy estará associado à melancolia da errância por lugares com os quais ele não conseguirá estabelecer laços sociais. Além disso, é escassa a informação de sua trajetória e do que acontece com a fazenda depois de sua partida:

Nos anos seguintes uma terrível seca assolou o oeste do Texas. Ele tomou o rumo. Não havia trabalho em parte alguma no país. Porteiras de pastos permaneciam abertas e a areia era soprada nas estradas e passados alguns anos era raro ver animais de criação de qualquer espécie e ele prosseguiu cavalgando. Dias do mundo. Anos do mundo. Até que ele envelheceu.

Na primavera do segundo ano do novo milênio ele estava morando no Gardner Hotel em El Paso, no Texas, e trabalhando como figurante em um filme. (MCCARTHY, 2001, p. 309)

É possível que ele figurasse filmes de *cowboy*, já que a vida na fazenda e as atividades do campo, pela pouca descrição do epílogo que é oferecida, estavam em crise e sofriam de escassez, da aridez e desolamento já comentados. Jay Ellis (2006, p. 221) escreve que, ao invés de cavalos, Billy estava rodeado de caminhões que construíam mais rodovias. A condição de sem-teto acentua a ideia de perda do espaço doméstico e sugere um fim irônico e ambíguo: ele é levado para a casa de alguém. A ambiguidade reside no fato de ele ser um sem-teto, apesar de estar recolhido à casa de uma desconhecida que se compadece com a sua situação.

A Trilogia da Fronteira, conforme aponta Jacqueline Scoones (2001, p. 136), desenvolve uma trajetória de destruição cada vez mais violenta. Se em *Todos os belos cavalos* existe uma conexão entre a presença da ferrovia e os fantasmas da civilização comanche aniquilada pelo homem branco, *A travessia* mostra a detonação da bomba atômica no Novo México. *Cidades da planície* conclui essa temática com a descrição de um Billy Parham envelhecido, confundindo o radar de um observatório com as antigas missões espanholas que haviam sido construídas naquela região:

Lá no deserto a oeste se situava o que ele tomou por uma das antigas missões espanholas daquele país mas quando a examinou novamente percebeu que se tratava da cúpula branca e redonda do radar de um observatório. Ele viu vultos em fileira se debatendo e bradando silenciosamente no vento para além e também cobertos pela luz do luar. Parecia que trajavam roupões e alguns entre eles caíam no embate e se levantavam para cair de novo. Ele pensou que deviam estar se esforçando para prosseguir em sua direção através do deserto escuro e no entanto não faziam progresso algum. Tinham o aspecto de internos de um manicômio trajando roupas claras e batendo mudamente com os punhos contra o vidro que os retinha. Ele os chamou mas seu grito foi levado pelo vento e de qualquer modo se encontravam longe demais para ouvi-lo. (MCCARTHY, 2001, p. 338)

A descrição sugere que Billy estava vendo uma ilusão, uma miragem na aridez crepuscular do deserto. Sua percepção equivocada do espaço tem um significado profundo: a história que se passa diante dos seus olhos está perdida no passado de sua experiência, assim como John Grady, Boyd Parham, a loba e todas as outras personagens da Trilogia se apagarão com a sua morte, se tornarão pó, poeira do deserto do esquecimento de uma paisagem da solidão.

Referências

- ANDERSEN, Elisabeth. On Cities of the Plain. In: _____. *The Mythos of Cormac McCarthy. A String in the Maze*. Tenesee: Lightning Source Inc., 2008. p. 151-159.
- ARNOLD, Edwin T. The Last of the Trilogy: First Thoughts on *Cities of the Plain*. In: _____. (Ed.). *Perspectives on Cormac McCarthy*. Jackson: University of Mississippi Press, 1999, p. 221-247.
- ELLIS, Jay. Spatial Constraint and Character Flight in McCarthy. In: _____. *No Place for Home. Spatial Constraint and Character Flight in the Novels of Cormac McCarthy*. New York: Routledge, 2006. p. 1-37.
- FRYE, Steven. The Border Trilogy. In: _____. *Understanding Cormac McCarthy*. South Carolina: University of South Carolina Press, 2009. p. 95-149.
- GREENWOOD, Willard P. Cities of the Plain. In: _____. *Reading Cormac McCarthy*. Califórnia: Greenwood Press, 2009. p. 67-75.
- LINCOLN, Kenneth. Horse Sense and Human Fate: *Cities of the Plain*. In: _____. *Cormac McCarthy: American Canticles*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009. p. 129-139.
- MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo*: vagabundagens pós-modernas. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MCCARTHY, Cormac. *Cidades da planície*. Tradução de José Antônio Amarantes. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- OWENS, Barcley. Thematic motifs in Cities of the Plain. In: _____. *Cormac McCarthy's Western Novels*. Tucson: The University of Arizona Press, 2000. p. 97-116.
- SCOONES, Jacqueline. The world on fire. Ethics and evolution in Cormac McCarthy's Border Trilogy. In: ARNOLD, Edwin T. & LUCE, Dianne C. (Ed.). *A Cormac McCarthy Companion: The Border Trilogy*. Mississippi: University Press of Mississippi, 2001. p. 131-160.

Redes Intelectuais e Concepções de Modernidade nas Revistas Literárias Nova-Iorquinas (1960-1975). Iuri Pereira

PPGHIS-UFRJ
e-mail: iuribauler@gmail.com

A Convenção do Partido Democrata do ano de 1968, realizada em Chicago, é um dos eventos mais carregados de força simbólica nos anos sessenta dos Estados Unidos. Organizada para definir o candidato presidencial do partido do presidente Lyndon Johnson, a convenção é realizada sob a sombra dos assassinatos dos irmãos Kennedy – John, presidente eleito em 1962 e Robert, pré-candidato para 1968 – e da Guerra do Vietnã.

Os movimentos mais exaltados do *front* de esquerda, em especial o recém-fundado movimento Yippie – Youth International Party –, e dos grupos reunidos após o incendiário congresso de Port Huron (1962) da Students for a Democratic Society (SDS) planejavam uma série de manifestações anti-Guerra do Vietnã e críticas aos rumos do governo. O prefeito de Chicago, Richard Daley, conhecido por uma política de tolerância zero com relação a manifestações e desordens, preparou um esquema de segurança repressiva truculento. Os fatos que se seguiram durante o congresso, televisionado para todo o país, foi um dos mais sombrios episódios de violência civil nos Estados Unidos, uma espécie de “dream is over” político⁷².

A confusão era esperada, de certa forma, e o congresso já era antevisto como um momento de tensão, com possibilidades explosivas e potencial histórico palpável. Esta conjuntura curiosamente fez do Congresso Democrata de 1968, além de um evento significativo na história política americana, um potencial evento para a história cultural do período. As principais revistas literárias do país enviaram correspondentes para a cobertura do evento político, e muitos dos correspondentes eram conhecidos por suas técnicas narrativas experimentais: William S. Burroughs, Jean Genet, Terry Southern,

⁷² Para um panorama dos conflitos ver Dickstein, Morris. *Gates of Eden: American culture in the 1960s*. Harvard University Press, 1997. e Katsiaficas, George. *The Imagination of the New Left: A Global Analysis of 1968*. South End Press, 1999.

Norman Mailer, entre outros. As revistas *Esquire*, *Ramparts*, *Evergreen Review*, entre outras, enviaram seus “correspondentes de guerra”, orientados e preparados para registrar o mais explosivo detalhe em prosa experimental⁷³.

A equipe da Esquire, revista que sob a edição de Harold Heyes investia pesado na divulgação do novo jornalismo e nova ficção, era composta por Burroughs, Genet e pelo jornalista Terry Southern, figura importante na cena literária e que posteriormente se envolveria na adaptação cinematográfica do romance *End of the Road* (1958) de John Barth, em 1970. A narração de Southern sobre a cobertura do congresso democrata, “Grooving on Chi”, publicada na edição especial de novembro de 1968 que apresenta uma capa com os correspondentes posando em torno de um corpo estirado no chão, é significativa para compreender o projeto editorial da equipe formada:

Também por ali, o jovem editor da Esquire John Berendt – seu trabalho: segurar esses loucos e MVV (“Manter Velocidade de Vôo”). Nós nos encontramos no pequenino Downstairs Lounge, um dos diversos bares do nosso hotel, Chigao-Sheraton, e John Berendt foi rápido em nos encarregar de nossas respectivas missões: “Você, Jean Jack Genet, sempre alerta para qualquer tipo de criminalidade e perversão nas altas rodas! Você, Big Bill Burroughs, deixe seu ácido e experiente olhar discernir qualquer sinal de falta-de-noção pelo uso de drogas por esses delegados, candidatos e oficiais de cada estação! Agora então, você, T. Southern, alerta dobrado para qualquer forma de absurdo nessa convenção! (SOUTHERN, 1968, 1)⁷⁴

A possível existência de um mercado contracultural, interessado e consumidor desse tipo de experiência narrativa específica, é um indício a ser considerado. Norman Mailer, presente também no Congresso Republicano de 1968, publica com considerável sucesso e repercussão seu livro *Miami and The Siege of Chicago*, baseado nas suas experiências na cobertura dos dois eventos políticos, cujo subtítulo indica esta relação entre a experiência política e a experimentação narrativa: *History as Novel, Novel as History*.

73 POLSGROVE, Carol. *It Wasn't Pretty, Folks, but Didn't We Have Fun?: Esquire in the Sixties*. New York: Norton & Co, 1995. HAYES, Harold. *Smiling through the Apocalypse: Esquire's History of the Sixties*. New York: McCall Pub, 1970.

74 “Also on hand, Esky editor young John Berendt - his job: straighten these weirdos, and K.F.S. (“Keep Flying Speed!”). We met in the queer little Downstairs Lounge, one of several bars in our hotel, the Chicago-Sheraton, and John Berendt was quick to charge us with our respective assignments: “You Jean Jack Genet, on the alert for all manner of criminality and perversion in high places! You, Big Bill Burroughs, let your keen and experienced eye discern any sign of sense derangement through the use of drugs by these delegates, the nominees, and officials of every station! Now then, you, T. Southern, on double alert for all manner of absurdity at this convention!” SOUTHERN, Terry. “Grooving on Chi”. Esquire, November 1968. p.1

A diversidade narrativa da cobertura do Congresso Democrata de 1968 e da sombria noite de violência policial que se seguiu articula-se a um debate mais amplo, realizado nas revistas literárias e universidades desde o início dos anos 1960, sobre os limites das formas de representação da realidade. A tradição ensaística americana, já consolidada nas décadas anteriores nas páginas dos periódicos nova-iorquinos, foi tomada de assalto por questionamentos sobre as tradições narrativas e interpretativas nas quais estava baseada. O debate sobre os limites do realismo após a experiência histórica do século XX, o diagnóstico da exaustão e empobrecimento das formas culturais nos Estados Unidos, a ruptura com uma tradição baseada no passado e a emergência de uma “nova sensibilidade” marcam o diálogo público dos intelectuais e artistas do período.

1. “American High Sixties”: crise na cultura e os anos 1960

Em 1967, o escritor e professor de literatura John Barth publica – na centenária revista cultural norte-americana *The Atlantic* – um ensaio intitulado *The Literature of Exhaustion*, baseado em uma reflexão sobre as possibilidades da literatura a partir da aproximação com a obra do escritor argentino Jorge Luis Borges, que se configuraria como a sua contribuição seminal a um acalorado debate que ocupará a pauta do establishment literário americano durante a década seguinte: o pós-modernismo. O ensaio teve considerável repercussão no ambiente literário americano, e Barth assumiu a posição de um dos mais vocais representantes dos escritores experimentais norte-americanos.

Neste ensaio, Barth sugere que a literatura ocidental, sobretudo no caso específico da língua inglesa, assim como a arte em geral, se encontra em uma espécie de “beco sem saída”: no âmbito formal, parece ser impossível alcançar um nível satisfatório de originalidade criativa em face ao peso da história literária e à sombra dos grandes modernistas – aqui as referências são James Joyce e Samuel Beckett em especial – que conduziram a experimentação da linguagem ao extremo. A tradição literária, por sua vez, também parecia, a Barth, incapaz de representar a realidade das transformações vividas no período, onde grassava uma sensação de que a cultura da primeira metade do século já não servia como referência, dada a fissura aberta entre a

tradição e o presente, e a literatura parecia exaurida como forma de representação artística da sociedade.⁷⁵

Pouco mais de uma década depois, em 1980, o mesmo Barth publica, na mesma *The Atlantic*, um ensaio de “reconsideração”: *The Literature of Replenishment*. Trata-se de um panorama do campo de debates e debatedores que se debruçaram sobre a chamada “literatura pós-modernista”, rubrica indeterminada que reuniu parte da geração de escritores que surgiram no final dos anos 1950, apresentando suas poéticas experimentais nos anos 1960 e publicando com considerável repercussão ainda durante os anos 1970. Esse grupo – talvez seja possível classificar como uma geração – era composto por escritores cujas obras tem características muito diversas como o próprio Barth, Thomas Pynchon, Robert Coover, Donald Barthelme, William Gaddis e outros, tradicionalmente identificados na historiografia literária como representantes de uma espécie de movimento “meta-ficcionalista” de radicalização das experiências formais herdadas do modernismo⁷⁶.

Apresentando as críticas e argumentos contrários às experiências literárias realizadas nos anos anteriores e realizando uma espécie de exame da possibilidade de exaustão desses mesmos projetos, o ensaio de Barth é também uma tentativa de conclusão sobre a função e os limites da literatura na cultura contemporânea. Ambos os ensaios foram reeditados em conjunto em 1982 e posteriormente incluídos na coletânea de ensaios *The Friday Book*, acompanhados de pequenas introduções do autor, reafirmando sua conexão fundamental: *The Literature of Replenishment* tem como objetivo “acompanhar e corrigir”⁷⁷ seu antecessor, *The Literature of Exhaustion*. Neste sentido, ambos formam um diptico sobre o fazer literário e permitem reconstruir parcialmente uma história desse debate no período – que em 1979 já aparentava um distanciamento passível de observação retrospectiva por um de seus autores – chamando a atenção para os temas centrais de Barth: os limites da literatura como representação da realidade e do modernismo como projeto cultural.

75 “what I'm calling 'the literature of exhausted possibility' — or, more chicly, 'the literature of exhaustion'. [...] By 'exhaustion' I don't mean anything so tired as the subject of physical, moral, or intellectual decadence, only the used-upness of certain forms or exhaustion of certain possibilities” BARTH, John. “The Literature of Exhaustion”. *The Friday Book: Essays and Other Non-Fiction*. Boston/Londres: The Johns Hopkins University Press, 1984.

76BARTH, John. “The Literature of Replenishment”. *The Friday Book: Essays and Other Non-Fiction*. Boston/Londres: The Johns Hopkins University Press, 1984.

77 “meant to be a companion and corrective” BARTH, John. Pós-escrito para “The Literature of Replenishment”. *The Friday Book: Essays and Other Non-Fiction*. Op.Cit.

Em seu texto introdutório ao ensaio de 1967, John Barth constrói uma narrativa sobre o “espírito da época”, talvez em uma espécie de justificação pelos excessos retóricos cometidos, sugerindo que consegue sentir “rebelião entre suas linhas, o cheiro de gás lacrimogênio” nas margens do ensaio escrito enquanto lecionava na New York State University. Barth fazia parte de um recém-formado Departamento de Letras, composto por jovens acadêmicos de destaque recrutados em instituições de todo o país, entre eles o polêmico teórico da literatura Leslie Fiedler que o descrevia como a “Ellis Island da Literatura” numa referência à ilha de ponto de inspeção e portão de entrada de milhares de imigrantes vindo à América durante os anos de 1892 e 1934.

Definida por ele como a “Berkeley do Leste” – referência à universidade símbolo da contracultura e mobilização estudantil californiana nos anos 1960 –, a experiência no ambiente universitário é apontada por Barth como definitiva para o tom programático do ensaio. O texto foi produzido no coração das agitações estudantis e do experimentalismo artístico da Costa Leste: experiências de música eletrônica de Lukas Foss e Lejaren Hiller, exposições de Andy Warhol e Pop Art, sob o impacto das recentes provocações teóricas de Marshall McLuhan, e em um ambiente de assembleias de política radical. O ensaio é delineado nessa reconsideração como uma espécie de libelo sobre o estado da arte nos anos 1960, mas também como um documento de uma época conturbada e específica na sociedade americana e em seus meios literários estabelecidos, que ele define como os “Altos Anos Sessenta” – *American High Sixties* –, período entre 1965 e 1973.

Os *American High Sixties* se caracterizariam como um recorte simbólico, de certa maneira condensado, das experiências-chave da virada da década por ocuparem o auge da Guerra do Vietnã e sua brutalidade nos *fronts* interno e externo, enquanto a economia dos Estados Unidos passava por um momento, como afirma Barth, “gordo e sangrento”. Mas esse recorte é também baseado em critérios estéticos: é entre a segunda metade da década de sessenta e os primeiros anos da década de setenta que a cultura americana testemunha um explosão febril da produção experimental e “vanguardista”, por vezes subversiva e psicodélica, da “contracultura”. Barth relembra, com certo saudosismo e um distanciamento que parece muito maior que o da década transcorrida entre 1974 e 1984, o espírito “*make-it-new*” dos estudantes da região de Nova York e sua obsessão pelo *avant-garde*, e os encontros estudantis radicais cujo

público ele compara – em número e espírito – ao de um “sarau de leitura de Allen Ginsberg acompanhado de harmônio e sinos tibetanos”⁷⁸..

A definição desse período da história norte-americana e mundial é motivo de debate e alvo de uma variedade de interpretações. Sangrentamente marcado pela Guerra do Vietnã, pelos assassinatos do presidente John Fitzgerald Kennedy, do seu irmão Robert Kennedy e do líder negro Martin Luther King; palco da tensão máxima da Guerra Fria, dos múltiplos levantes da chamada Nova Esquerda, do movimento pelos Direitos Civis e a Revolução Sexual; por outro lado, marcado pela consolidação da televisão como meio de comunicação de massas e pelo enfrentamento geracional dos jovens do período, articulados a uma transformação radical artística e comportamental, esse período é considerado ainda hoje como um dos momentos-chave para a compreensão das tensões políticas e sociais que configuraram a pauta da política e cultural dos Estados Unidos⁷⁹.

Entre a ruptura drástica com a experiência do passado imediato e o considerável distanciamento realizado nas décadas seguintes, reside um momento histórico singular constituído por uma aparente continuidade entre o fim da década de sessenta e o início da setenta, momento este que é narrado de forma diversa pela historiografia americana contemporânea. Jeremy Varon, no texto programático que inaugura a revista *Sixties*, defende a caracterização dos “Longos Anos Sessenta” – *The Long Sixties* – um momento mais profundo de transformações estruturais na sociedade americana. Esse recorte histórico se estenderia de 1959 até aproximadamente 1975, em uma leitura que valorizaria a genealogia dos movimentos e concepções e seus efeitos de médio e longo prazo, levando em conta uma dinâmica internacionalista da experiências compartilhadas por grupos jovens na Europa e na América Latina⁸⁰.

78 BARTH, John. pós-escrito para “The Literature of Exhaustion”. *The Friday Book: Essays and Other Non-Fiction*. Op.Cit.

79 Para um resumo historiográfico do tema ver HEALE, M.J. “The Sixties as History: A Review of the Political Historiography,” *Reviews in American History*, Vol. 33, No 1, Mar, 2005, pp. 133–52.

80 VARON, Jeremy, FOLEY, Michael S. & McMILLIAN, John. “Time is an ocean: the past and future of the Sixties”. In: *The Sixties: A journal of History, Politics and Culture*, 1:1, 2008. para um debate sobre o internacionalismo das experiências ver ROSS, Kristin. *May '68 and its Afterlives*. University of Chicago Press, 2004. ; para o caso brasileiro ver LANGLAND, Victoria. *Il est Interdit d'Interdire: The Transnational Experience of 1968 in Brazil*. Revista Estudios Interdisciplinarios de America Latina y El Caribe. Facultad de Humanidades Lester y Sally Entin. Escuela de História, Instituto de Historia y Cultura de América Latina. Volumen 17:1, 2006-2007.

Em comum entre o debate historiográfico e as impressões dos escritores como John Barth, é a identificação de um momento de ruptura visível, de exaustão da tradição, de crise dos conceitos que definiam as formas de representação da realidade: a sensação de que algo se quebrou, está se quebrando. Há um sentido de urgência em diversas manifestações culturais da época, em uma clara relação com a emergência de novos atores políticos e artísticos bem como de novas formas de comunicação, embora seja imprudente sugerir prioridade causal para qualquer uma destas instâncias⁸¹. Os textos sessentistas aqui analisados registram profusamente essa necessidade de respostas rápidas, reflexões formais desvinculadas da tradição e, sobretudo, formuladas para o presente visto que a própria noção de futuro parecia estar em suspensa.

É possível articular estas manifestações de urgência estética com as concepções históricas que, de certa forma, delineiam a produção literária dos anos 1960 e compreendê-las a partir de novas noções de temporalidade que surgem neste período. As poéticas experimentais de autores que serão analisados neste tese, como John Barth, Donald Barthelme, Gilbert Sorrentino e Thomas Pynchon, parecem dialogar com esta necessidade de reorganização da relação entre presente e passado, experiência contemporânea e tradição literária, limites da modernidade e modelos do modernismo, seja na forma de representar a realidade, questionar os limites da literatura ou transformá-la em objeto de reciclagem, reprodução, imitação.

Para tal, é necessária uma reflexão a respeito dos usos do conceito de *modernidade* em jogo nos debates literários do período, em especial do pós-modernismo. Para isso, será analisada, como estudo de caso, a cena literária de Nova York e a forma como ela se engaja na produção de um campo de questionamento das concepções sobre literatura, cultura, modernidade e modernismo. Neste sentido, a noção de literatura “pós-moderna” é fundamental para concebermos os objetivos estéticos e posicionamentos políticos destes autores e movimentos, bem como para articular a cena literária com as demais manifestações artísticas do período.

O período foi marcado por uma série de questionamentos e diagnósticos sobre os sentidos, limites e uma possível exaustão do conceito de modernidade, suscitado pelas experiências traumáticas do século XX e as então recentes transformações políticas,

⁸¹Para um panorama dos conflitos ver DICKSTEIN, Morris. *Gates of Eden: American culture in the 1960s*. Harvard University Press, 1997. e KATSIAFICAS, George. *The Imagination of the New Left: A Global Analysis of 1968*. South End Press, 1999.

culturais e tecnológicas do pós-guerra, em especial dos anos 1960. Esse debate apresentou uma diversidade de posições e uma grande variedade de termos: “crise da cultura”, “pós-modernidade”, “hiper-modernidade”, entre outros⁸². Não caberia analisar esse amplo debate aqui, tarefa que será realizada nos capítulos seguintes. É necessário, contudo, demarcar que esse debate é normalmente associado a categoria de “pós-modernismo”, alcunha que foi utilizada amplamente no período estudado para identificar teóricos, artistas e mesmo experiências cotidianas ou históricas. É importante ressaltar que esses termos não são tomados como conceitos explicativos ou instrumentos heurísticos, mas como objetos e concepções a serem analisados historicamente como parte de um amplo “momento” de questionamento intelectual sobre os valores e modelos da modernidade.

Entre as características apontadas como sintomas dessa crise, estavam os questionamentos sobre o futuro da escrita, dos livros, das grandes narrativas, das teorias das ciências humanas, a dissolução dos cânones e fronteiras da arte, uma nova postura perante o passado e suas referências. Em especial, a discussão sobre os limites da representação narrativa da realidade, articulando interesses e interlocutores literários e historiográficos, em especial no chamado *linguistic turn*⁸³. Relacionados a essas questões, diversos indivíduos e grupos propunham uma nova forma de entender a realidade, representá-la, interpretá-la e atuar artisticamente nela. Entre eles, vanguardas artísticas e literárias, ensaístas e filósofos, músicos e cineastas, escritores e críticos debatiam esses conceitos ou exploravam suas possibilidades⁸⁴.

Emerge, nesse período, um “grupo” de autores caracterizados, pela crítica, como os pós-modernistas. O rótulo inclui uma grande diversidade de autores: entre os americanos, Donald Barthelme, John Barth, Robert Coover, Thomas Pynchon, William Gaddis, William H. Gass, Joseph Heller, John Hawkes, Gilbert Sorrentino, Don DeLillo. Estes autores se caracterizariam pelo uso de experimentações linguísticas

82Para um panorama do debate, ver CONNOR, S. *Postmodernist Culture*. Oxford: Blackwell, 1989.

83Sobre a relação entre historiografia e o debate sobre os limites da modernidade ver: ANKERSMIT, Frank. “Historiografia e pós-modernismo”. In: Topoi, v.2. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, 2001. ANKERSMIT, Frank. “The origins of postmodernist historiography”. In: TOPOLSKI, J. (org.). *Historiography between modernism and postmodernism*. Amsterdã: Atlanta/Rodolpi.

84Para uma discussão sobre a arte de vanguarda e suas relações com o debate aqui proposto ver HUYSEN, Andreas. *After the Great Divide. Modernism, Mass Culture, Postmodernism*. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, 1986. BÜRGER, Peter. *Theory of the Avant-Garde*. Minneapolis: University of Minnesota, 1984.

radicais, exploração de narrativas meta-ficcionais, e grande autoconsciência da história literária e dos modelos tradicionais da literatura. Circulavam amplamente, nesse momento, os debates sobre as diversas mortes: do *romance*, da *literatura*, do *autor*, bem como a exaustão das formas de representação da realidade, a abolição das fronteiras e dos cânones disciplinares e artísticos⁸⁵.

Muitas dessas produções e artistas receberam espaço ou resenhas nas revistas literárias estabelecidas, muitos deles tornando-se colaboradores ativos das mesmas ou influenciando a produção delas. Ao mesmo tempo, as revistas já adotavam uma posição de destaque no debate sobre a modernidade e os rumos da sociedade americana, em reportagens e ensaios que retratavam as mudanças políticas, culturais e comportamentais da cena nova-iorquina, norte-americana e mundial. Seus editores e críticos partiam em busca de novos talentos e colaboradores, e a variedade de técnicas e estilos do *avant-garde* passou a ser divulgada pelas publicações estabelecidas no mercado editorial formal.

Ao mesmo tempo, a cena artística e literária alternativa de Nova York passava por um momento de efervescência e inquietação, forçando os limites da representação e os sentidos da arte e da realidade. A cena, que se desenvolvia sobretudo nos bairros do centro de Manhattan, incluía artistas plásticos, cineastas, poetas, músicos, escritores, curadores e ensaístas que atuavam em uma série de espaços: exposições coletivas, grupos de poesia, vanguardas artísticas, revistas literárias alternativas, grupos de estudo. Este “momento” específico da cultura nova-iorquina recebeu a alcunha de *Downtown Scene*, e foi interpretado de diversas maneiras pela crítica, por sua natureza diversificada de referências e influências: neo-impressionistas, beatniks, *avant-garde*, minimalistas, punks, arte pós-moderna, entre outros⁸⁶

Donald Barthelme, uma das figuras centrais para esta pesquisa, pode ser visto como um exemplo de trajetória que ilustra essa relação entre as revistas literárias estabelecidas e a cena artística de vanguarda da cidade. Recém-chegado de Houston,

85 HUTCHEON, Linda. *Poetics of Postmodernism*. New York, Routledge, 1988.

86 In: TAYLOR, Marvin. *Playing the Field. The Downtown Scene and Cultural Production, an Introduction*. In: TAYLOR, Marvin (ed.). *The Downtown Book – The New York Art Scene 1974-84*. New York: Princeton University Press, 2006, p. 20. Sobre a relação entre a Downtown Scene, o movimento punk e a poesia alternativa no período ver ARAÚJO, Marina Correa da silva de. “Os Novos Homens e a adoração do presente : A cena *punk/new wave* em Nova York- 1967/1977”. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

Texas, onde já havia trabalhado no Museu de arte Contemporânea de Houston e editado uma revista literária, tornou-se editor de uma revista de arte e cultura, a *Location*87, para então se tornar um dos maiores colaboradores da *New Yorker* nas décadas subsequentes, com 108 textos de ficção, ensaios e crítica cultural, publicados entre 1965 e 1985. Seu estilo literário, marcado pelo experimentalismo na narrativa curta, englobava aspectos da arte, cinema e música. Além de sua ficção, produziu também uma diversidade de textos: ensaios, resenhas, crítica cultural, catálogos de exposição e crítica cinematográfica. Acompanhando esse processo de popularização, foi contratado como professor de *creative writing* pela *City University of New York* e, posteriormente, ao retornar ao Texas em 1985, já estabelecido como renovador do gênero no meio editorial, fundou o curso de *creative writing* na Houston University.⁸⁸

Durante seu período no comando da *Location*, Donald Barthelme publicou seus primeiros textos de grande circulação: o conto “*L'lapse*”, uma irônica referência aos filmes de Antonioni, que inaugura sua série de publicações na *New Yorker*, e o ensaio “*After Joyce*”, ambos de 1963. Essa via dupla de atuação é uma marca dos escritores do período e dos intelectuais aqui analisados, em sua maioria também ensaístas de algum renome. A própria dinâmica das revistas determinava essa natureza: os espaços limitados dos principais veículos exigiam contribuições em formato reduzido, capazes de deleitar e atrair um público cada vez menos dedicado à ocupar seu tempo com longas leituras. O ensaio e o conto, por assim dizer, foram os gêneros-chave para entender a circulação de ideias e propostas estéticas nos anos 1960.

Gilbert Sorrentino, embora menos conhecido e identificado pela crítica como parte do cânone pós-modernista, tem uma trajetória análoga a de Donald Barthelme. Nativo de uma localidade operária do Brooklyn, Sorrentino inicia sua carreira literária como poeta nos anos 1950, período em que edita a revista de poesia *Neon*. No início dos anos 1960 passa a atuar como editor de ficção e crítico na revista alternativa *Kulchur*, e, posteriormente, na editora Grove Press onde participa de empreitadas editoriais polêmicas. Nesse período publica seu primeiro romance, *The Sky Changes* (1966), e embora mantenha sua produção poética até o fim da vida, sua carreira notabiliza-se por seus romances, contos e ensaios. Suas contribuições a revistas como a

87 A revista durou apenas dois números, e está disponível para pesquisa na NY Public Library.

88 DAUGHERTY, Tracy. *Hiding Man: A Biography of Donald Barthelme*. Nova York: Macmillan, 2009

The Partisan Review e a aclamação de seu romance *Imaginative Qualities of Actual Things* (1971), uma sátira da cena artística de vanguarda nova-iorquina, contribuem para sua contratação como professor de escrita criativa na New School for Social Development, passando por outras instituições de ensino nova-iorquinas até abandonar a cidade em 1982 e fixar residência em Stanford, onde passa a lecionar escrita criativa na universidade.

Os ensaios publicados nas revistas literárias nova-iorquinas apresentam algumas abordagens fundamentais para a compreensão desse debate no período, e muitos tiveram considerável fortuna crítica e impacto por suas críticas, argumentos e programas. Dentre eles, os ensaios seminais como “After Joyce” (1963) de Donald Barthelme, “Against Interpretation” (1965) de Susan Sontag, “Literature of Exhaustion” (1967) de John Barth. Articulados a estes textos é possível localizar uma série de reflexões sobre os limites do realismo no período, sobretudo por ficcionistas: Philip Roth, Flannery o’Connor e Mary McCarthy. Dentre os ensaios e a ficção destes autores – levando em consideração o período de 1960 até 1975 –, circularam as ideias e conceitos-chave para compreensão da crise da modernidade, em sua relação com a cultura e a sociedade americana. É importante ressaltar que há uma articulação fundamental entre ficção e teoria no período, evidente sobretudo na dupla atuação de autores-ensaístas de boa parte dos escritores aqui citados.

O caso de Marshall McLuhan é de especial importância para os diagnósticos de emergência e crise da literatura. A história é conhecida: em 1962, o professor de retórica Marshall McLuhan publica o livro “The Gutemberg Galaxy” que gera um grande debate no meio literário e acadêmico ao sugerir a obsolescência da cultura impressa – e escrita – no mundo eletrônico. A articulação de McLuhan com as vanguardas estéticas também é fundamental para entendermos a relação entre fazer teórico e fazer artístico nos anos 1960. Ele foi colaborador da editora de arte impressa e tipográfica nova-iorquina *The Something Else Press*, que publicava trabalhos experimentais de Gertrude Stein e John Cage, vertente que já havia explorado em seu manifesto-gráfico *Counterblast*. A atuação de Marshall McLuhan na cena literária pode ser exemplificada na peça crítica sobre o escritor Willam Burroughs publicada na revista *Life*, entre outras contribuições ensaísticas do autor, e sobretudo em sua influência teórica.

O importância das reflexões de McLuhan é patente nas inúmeras citações, em especial da frase-assinatura “medium is message”, por diversos autores do período: John Barth descreve o período que produziu seus ensaios citando, em uma única frase, gás lacrimogênio, bandeiras vermelhas e as ideias de Marshall McLuhan como parte do zeitgeist dos anos 1960. Donald Barthelme publicou em sua revista literária, ainda em Houston, o texto “medium is message” de McLuhan, e cita diretamente o autor canadense em “After Joyce”. O crítico George Steiner, em uma resenha ácida sobre a escrita McLuhan – cujo estilo seria intencionalmente indeterminado, como parte do projeto teórico - assume apesar disso sentir-se desafiado pelas proposições e provocações do autor. A lógica da primeira coletânea de contos de John Barth, *Lost in the Funhouse* (1968) está articulada, também, a uma reflexão teórica fundamental sobre os limites materiais da literatura e sua relação com as novas mídias e meios de comunicação. A presença de múltiplos gêneros de textos nas revistas literárias amplifica essas relações complexas entre literatura, arte e teoria, um dos traços fundamentais do cenário esboçado nessa pesquisa.

2. “City of Glass”: Nova York como capital literária americana

Os periódicos literários fazem parte de uma longa tradição na história da cultura letrada norte-americana, tendo sido um gênero de publicação muito difundido já no século XIX e que perdura até os dias de hoje. Revistas literárias como *The Atlantic Monthly*, fundada em Boston em 1857, e *Harper's*, fundada em Nova York em 1850, seguem atuantes após mais de um século de atividade e mudanças nas linhas editoriais. As duas revistas mais antigas do país, *The North American Review* e *Yale Review* – a primeira, que se chamava *Monthly Anthology*, suspendeu temporariamente suas atividades durante a Segunda Guerra Mundial – foram fundadas em 1803 e 1819 respectivamente e são representantes da longevidade do gênero na cultura americana⁸⁹.

A partir do século XX, as revistas literárias assumem um papel preponderante no debate público e jornalístico, então em franca expansão pelo país e pelo mundo, ao disponibilizar espaço para editoriais abertos, longas reportagens investigativas e artigos

⁸⁹ Para um panorama histórico e bibliográfico desse gênero de publicação nos Estados Unidos ver CHIELENS, Edward E. *American literary magazines: the twentieth century*. Westport/New York: Greenwood Press, 1992.

teóricos, além de ensaios, textos ficcionais inéditos, resenhas e crítica cultural⁹⁰. Para David Sumner, o século XX pode ser definido como “o século das revistas” – “the magazine century” –, dada a importância do gênero para a cultura americana. Contudo, segundo ele, o papel fundamental das revistas norte-americanas deve ser matizado e articulado socialmente⁹¹. O autor sugere que a explosão das revistas literárias nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial está ligada também à efervescência econômica dos Estados Unidos no período, motivando o interesse dos anunciantes na divulgação em larga escala de produtos e serviços, missão para a qual os periódicos serviram de principal veículo durante décadas, além de funcionarem como principais meios de comunicação⁹².

Segundo levantamento apresentado por Sumner, o número de revistas nos Estados Unidos partiu de três mil no início do século XX para mais de dezessete mil na véspera do terceiro milênio, um aumento 95% maior que o do índice populacional para o mesmo período. A ampliação dramática das tiragens vem acompanhada de uma crescente onda publicitária nas publicações voltadas ao público com poder aquisitivo, tornando as revistas literárias uma peça fundamental para a subsistência do mercado literário americano, ao financiar premiações e remunerar autores por submissões, e frequentemente se tornarem parte de um empreendimento editorial mais amplo⁹³. A relação das revistas com o mercado pode ser exemplificada nas revistas literárias mais populares da primeira metade do século XX como o *Reader's Digest* (1922–) e o *The Saturday Evening Post* (1897–), que publicavam ficção voltada para um crescente público médio estadunidense. Neste sentido, segundo Sumner, o equilíbrio nem sempre preciso entre interesses literários e interesses de mercado são parcela intrínseca à dinâmica histórica das revistas americanas.

90Para um panorama histórico e bibliográfico desse gênero de publicação nos Estados Unidos ver CHIELENS, Edward E. *American literary magazines: the twentieth century*. Westport/New York: Greenwood Press, 1992.

91“Magazines mirror American culture. They do not shape it. A few influential magazines may influence small segments of opinion leaders. But magazines emerge and evolve to meet the demand for changing public interests and tastes. [...] The 20th century was a colorful, fun-filled century for magazines – complete with public controversies, legal disputes, dismal failures, and spectacular successes. It was the magazine century.” SUMNER, Edward. *The Magazine Century: American Magazines since 1900*. New York: Peter Lang, 2010

92“Magazines became the national medium of communication and the only way to reach America's surging population with a message or a product. Magazines defined popular culture for more than thirty years until radio, motion pictures, television and the internet followed to join in that role.” Id. Ibid, p.14

93 Idem Ibidem.

Os periódicos publicados em Nova York, maior cidade do país e centro financeiro e cultural do pós-guerra, desempenhavam um papel preponderante por sua grande circulação e prestígio editorial. A cidade já contava com uma cena literária estabelecida no século XIX, quando alguns dos periódicos mais importantes do país tiveram sua fundação na cidade, e seu crescimento acelerado durante o século XX contribuiu em grande medida para a constituição da cidade como capital literária dos Estados Unidos. Os jornais e periódicos de maior tiragem do país eram produzidos em prensas na cidade, como no caso dos jornais de escopo nacional *The New York Times* (1851–) e *The Wall Street Journal* (1889–), e da revista de notícias *Time*, fundada em 1923. Os importantes periódicos políticos *The Nation* (1865–), de tendência progressista, e o liberal *The New Republic* (1914–) também iniciaram suas atividades na grande cidade da Costa Leste, que funcionava como centro de debates da arena política, por seu peso demográfico e econômico nos destinos do país.

Os periódicos literários de maior tiragem e prestígio, embora geograficamente mais dispersos por sua ligação com universidades e instituições de ensino distribuídas pelo país, também estavam consideravelmente concentradas em Nova York. Embora a *Kenyon Review*, uma das revistas literárias mais influentes durante os anos 1940 e 1950 como veículo principal do *New Criticism*, fosse ligada ao Kenyon College (Ohio) e à também tradicionalíssima *The Atlantic Monthly*, fundada em 1865 em Boston e patrimônio literário da Nova Inglaterra, elas funcionam como exceções consideráveis à centralidade nova-iorquina nesse campo. A presença de editoras tradicionais e portadoras de grande prestígio literário como a Scribner's & Sons, Alfred Knopf, Simon & Schuster, bem como de iniciativas alternativas como a Grove Press, é também decisivo para esse quadro. O *corpus* selecionado para a pesquisa serve de exemplo para o peso dessas instituições: *The New Yorker*, *Esquire*, *Harper's*, *The Partisan Review*, *The Hudson Review*, e, após 1973, *The Paris Review*⁹⁴. O cenário de publicações menores, especializadas ou alternativas, é também rico e multifacetado, sobretudo a partir dos anos 1960. Entre elas é possível destacar *Location*, *The Evergreen Review*, *Kulchur*, *Fiction*, entre outras.

94 Sobre as revistas literárias selecionadas: YAGODA, Ben. *About Town: The New Yorker and the World It Made*. New York: Scribner, 2000. POLSGROVE, Carol. *It Wasn't Pretty, Folks, but Didn't We Have Fun?: Esquire in the Sixties*. New York: Norton & Co, 1995. HAYES, Harold. *Smiling through the Apocalypse: Esquire's History of the Sixties*. New York: McCall Pub, 1970.

A constituição de Nova York como capital literária dos Estados Unidos – me valendo aqui do sentido que Pascale Casanova sugere sobre os centros de um *mercado literário mundial* – está ligada também à consolidação da cidade como um centro urbano cosmopolita e de conexões internacionais. Para Casanova, a posição de capital literária mundial é ainda ocupada por Paris, embora Londres e, especialmente, Nova York controlem grande parte do poder econômico e do modelo comercial de literatura. Paris sustenta-se como espaço de tradução, recepção e consagração internacional, cujo monopólio do prestígio e a definição dos rumos estéticos do mercado literário mundial são especialmente visíveis nos anos 1960: a cena literária de Nova York debate avidamente as últimas tendências francesas – *noveau roman*, Roland Barthes, desestrutivismo – e delimita posições a partir de aproximações e distanciamentos com esses autores e tendências⁹⁵.

Thomas Bender sugere que a história de Nova York está marcada por uma relação ambígua entre a cidade e o restante dos Estados Unidos: desempenha a função de cidade que resume a totalidade nacional ao passo que é também um corpo estranho, por sua magnitude e identidade específica. Bender ressalta, durante a primeira metade do século XX, a distinção entre os Estados Unidos, caracterizados como uma nação majoritariamente rural, composta por centros urbanos de dimensões médias e com certa uniformidade étnico-religiosa avessa ao cosmopolitismo, em contraste com a megalópole urbana, de dimensões e economia gigantescas e formada pela diversidade étnica e cultural, advinda da imigração⁹⁶. A afirmação de Nova York como espaço literário específico, de certa forma isolado nacionalmente como sistema cultural de cunho cosmopolita, articula-se a esta especificidade histórica da cidade. A chegada de levas de imigrantes, refugiados e artistas da Europa, em especial durante a Segunda Guerra Mundial, consolidou o caráter cosmopolita da cultura nova-iorquina do pós-guerra.

A constituição histórica da cidade como capital literária e espaço cosmopolita específico articula também uma geografia própria do campo cultural. O universo dos periódicos e revistas literárias, os cursos de escrita criativa, a consolidação dos espaços

95CASANOVA, Pascale. *A República Mundial das Letras*. São Paulo: estação Liberdade, 2002. pp. 40-41

96BENDER Thomas. *The Unfinished City. New York and the Metropolitan Idea*. Nova York: New York University Press, 2002; Para um panorama da história literária de Nova York: PATELL, Cyrus e WATERMAN, Bryan (ed.) *The Cambridge Companion to New York Writing*. New York: Cambridge University Press, 2010, pp. 189-202.

culturais da cidade produzem um ambiente específico da cena nova-iorquina. A profusão de espaços de sociabilidade intelectual e apoio institucional na cidade são uma característica marcante: além da grande quantidade de fundações e mecenatas, havia a tradição literária das universidades de *Columbia* e do *City College of New York*, que abrigava um curso de escrita criativa já nos anos 1960, bem como do recém-criado Departamento de Letras da *State University of New York in Buffalo* (NY); os círculos literários e artísticos da *New York School of Poets* e da *Downtown Scene*; e a grande concentração boêmia e intelectual dos bairros como o East Village a Greenwich Village, que contavam com um jornal próprio de grande repercussão, o *The Village Voice*. Nos anos 1960, as mobilizações anti-guerra do Vietnã, organizadas por comitês e grupos politicamente engajados, serviram também como possibilidade de interação entre intelectuais, artistas e escritores⁹⁷.

Um dos grandes símbolos da cena literária de Nova York é a revista semanal *The New Yorker*, fundada em 1922 por Harold Ross, com o objetivo de ser um periódico de humor e cultura cosmopolita e metropolitano. Apesar de parte de sua estrutura editorial voltada para a vida cultural local da cidade de Nova York, como as seções folhetinescas “About Town” e “Talk of the Town”, a revista adquire no pós-guerra o status de revista literária de escopo nacional. Neste período o periódico assumiu uma posição central no establishment literário norte-americano, em consonância com a cidade da qual se pretende representar. Com efeito, os valores pagos pelas submissões, o alcance de seu público leitor e o status que um texto publicado na revista adquiria para seu autor são marcas prováveis desse posto.

A linha editorial da revista, ligada a preceitos liberais e cosmopolitas, a um humor sutil e opiniões políticas idem, contava com uma limitação marcada em seu editorial de ficção. Sob o controle estrito de Howard Ross, um editor presente e controlador, os textos ficcionais da *New Yorker* deveriam se manter restritos ao padrão de divertimento leve que serviriam como alívio cotidiano aos leitores do semanário. *Grosso modo*, a revista até meados dos anos 1950 não favorecia o experimentalismo narrativo, bem como temáticas potencialmente polêmicas: F. Scott Fitzgerald teve um conto rejeitado por abordar o vício em cigarros, e Mary McCarthy causou furor com textos dotados de polêmica de cunho sexual. A publicação na revista, durante parte das

97PATELL & WATERMAN, Op. Cit.

décadas de 1940 e 1950, era vista por setores de vanguarda como depreciativa, ligada aos critérios artísticos de um público consumidor médio e marcado por submissão criativa. John Cheever, frequente colaborador da revista e considerado por muitos o escritor-símbolo do estilo característico da *New Yorker*, teve muitas dificuldades em libertar-se desses rótulos durante os anos sessenta⁹⁸.

3. “Village Voices”: círculos intelectuais e revistas literárias

Entre os anos 1940 e 1950, a vida intelectual da cidade gravitava, especialmente, em torno de um grupo diversificado de intelectuais, escritores e críticos instalados na cidade, ligados ao periódico *The Partisan Review*, às principais universidades nova-iorquinas e à atuação na política radical. Esse grupo heterogêneo, composto inicialmente por uma segunda geração de imigrantes de ascendência europeia – em especial judaica e polonesa – e articulado em torno de uma corrente antistalinista da esquerda americana, e formado majoritariamente no acessível *City College of New York*, é definido historiograficamente como os *New York Intellectuals*. Composto por críticos literários, ensaístas, críticos de arte e escritores como Lionel Trilling, Dwight McDonald, Irving Howe, Philip Rahv, Clement Greenberg, Harold Rosenberg, Mary McCarthy, Norman Pohdoretz, entre outros, este grupo e seus debates intelectuais desempenharam um papel preponderante na cultura americana da segunda metade do século XX⁹⁹.

A revista política e literária *The Partisan Review* foi um dos espaços principais de reunião e debate da cultura e política americana, em especial no pós-guerra. Fundada na cidade de Nova York por William Philips, Philip Rahv e Sender Garlin em 1934, como uma alternativa antistalinista ao periódico *New Masses* (1926-1948) do Partido Comunista Americano, tornou-se uma das principais vozes de ideias de esquerda no país, e, no campo artístico, um dos bastiões da estética modernista. Durante os anos

98O'HARA, James E. *John Cheever: A study of the short fiction*. Boston: Twayne, 1989.

99BLOOM, Alexander. *Prodigal sons: the New York intellectuals and their world*. Londres: Oxford University Press, 1986; JUMONVILLE, Neil. *Critical crossing: the New York intellectuals in postwar America*. Berkeley: University of California Press, 1991; WALD, Alan. *The New York intellectuals: the rise and decline of the anti-Stalinist left from the 1930s to the 1980s*. Chape Hill: University of North Carolina Press, 1987.

1940 até meados dos anos 1950, a *The Partisan Review*, em contraposição a *Kenyon Review*, centralizou os debates sobre cultura nos Estados Unidos. Neste período, sendo uma defensora ferrenha do expressionismo abstrato de Jackson Pollock e das realizações do modernismo literário, em especial na figura do crítico de arte Clement Greenberg, bem como do ideário de uma esquerda democrática que posteriormente seria definida como a “Old Left”. Nesta época de predominância, teve como colaboradores frequentes George Orwell, Hannah Arendt, Lionel Trilling, Doris Lessing, Philip Roth, Susan Sontag, entre outros¹⁰⁰.

A posição da *Partisan Review*, porém, observou um declínio a partir do final dos anos 1950 devido a disputas internas do grupo intelectual que servia de base para as colaborações à revista, e pelo surgimento de novos atores políticos e artísticos nos anos 1960. Ainda nos anos cinquenta, dois periódicos fragmentaram a base de apoio intelectual da *Partisan Review*: a fundação da *Dissent* (1954) e a consolidação da *Commentary* (1945). A primeira, um projeto de cunho radical fundado por Irving Howe e outros intelectuais nova-iorquinos, assumia um distanciamento do “conformismo” da vida intelectual americana; a segunda, fundada pelo Comitê Judaico-American, assumia uma posição mais conservadora e ligada prioritariamente para assuntos políticos.

A essa fragmentação no campo dos intelectuais nova-iorquinos, juntaram-se as transformações e confrontos dos anos 1960. A emergência da *New Left* e suas bandeiras radicais, ligadas a movimentos minoritários e demandas da juventude dos anos sessenta, a crítica à tradição literária e aos modelos do modernismo, e o boom das revistas alternativas e independentes reconfiguraram a posição da *Partisan Review* e seus colaboradores: de arautos da vanguarda para defensores da velha tradição. A sintomática compra da revista pela *Rutgers University* em 1963 não foi apenas um negócio de impacto no meio literário americano, mas também um indício dessa redefinição do campo literário, muito embora alguns textos fundamentais de Susan Sontag sobre as transformações programáticas necessárias para a cultura do período tenham sido publicados ainda na *Partisan*.

100 COONEY, Terry. *The rise of the New York Intellectuals: Partisan Review and its circle*. Madison: University of Wisconsin Press, 1986.

A relação conflituosa desse grupo de intelectuais, cujas opiniões representavam ainda um grande peso no âmbito cultural, em conjunto com as transformações da arena política e estética que constituem a emergência da contracultura, fazem parte fundamental do universo de debates que delineamos aqui: os intelectuais radicais nova-iorquinos dos anos quarenta, compuseram, durante os anos sessenta, a principal linha de defesa modernista, que seria enfrentada pela contracultura e os ensaios sobre a crise da modernidade. Nesse sentido, é necessário destacar que a recepção crítica aos escritores *beats*, referências importantes para a contracultura dos anos 1960, já haviam sido duras: Norman Podhoretz, em sua crítica ao livro de Jack Kerouac, definira os escritores *beats* e seus leitores como "not-knowing-bohemians" – boêmios sem conteúdo, sem capacidades literárias – e Irving Howe, virulento crítico das práticas da *New Left*, estendeu seu julgamento negativo à “nova sensibilidade” representada pelos escritores surgidos nos anos sessenta¹⁰¹.

Acompanhando a biografia de Irving Howe, talvez o mais combativo intelectual nova-iorquino no período, é possível entender a ruptura e transformação tanto dentro do grupo quanto no campo de esquerda. O conflito com a *New Left* nos congressos de esquerda radicalizaram a oposição de Howe com as manifestações artísticas que estavam ligadas ao movimento antiguerra e contracultural. Por outro lado, a trajetória de muitos de seus contemporâneos, em especial Norman Pohdoretz e o grupo ligado à *Commentary*, apresentava uma crescente transformação da esquerda democrática dos anos 1950, desiludida com os rumos das mobilizações políticas de massa, em um movimento político-cultural que seria chamado nas décadas seguintes de *neo-conservador*.

O próprio Howe, sugere, em um artigo publicado na *New York Review of Books* sobre uma antologia de ensaios da *Partisan Review* lançado em 1968, que a crise da revista estaria ligada a uma crise mais geral da cultura americana, sobretudo no campo estético e político. Para Howe, um dos problemas enfrentados pelo periódico e sua relação era a conversão de seus referenciais estéticos de vanguarda em parte do *establishment* da cultura americana, da desilusão de esquerda com as revelações das atrocidades perpetradas no mundo soviético pós-Stalin e de como a revista deixou de ser uma espécie de guia da cultura de vanguarda.

¹⁰¹Para um panorama dos debates da *Partisan Review* e uma coletânea desses textos ver JUMOVILLE, Neil (ed). *The New York Intellectuals Reader*. Nova York: Routledge, 2007

O universo da contracultura encontrou também em Nova York um dos seus símbolos, embora o coração do Verão do Amor de 1968 estar espacialmente localizado nas esquinas das avenidas *Height* com *Ashbury* em São Francisco, e na década anterior os personagens de *On the Road* (1959), de Jack Kerouac, virarem as costas para a cidade de Nova York rumo ao Oeste. A tradição de movimentos de vanguarda e espaços de exposição, a posição da cidade no universo literário americano e as cenas já estabelecidas de círculos literários, clubes de jazz e cantores folk da região do *Village* formavam um cenários propício para as mais diversas manifestações. A popularização de formas mais acessíveis de publicação, em especial a tecnologia do mimeógrafo, possibilitou a criação de um grande número de revistas literárias alternativas, jornais independentes, panfletos subversivos e publicações de coletivos de arte e literatura.

Um levantamento sobre a chamada “Revolução do Mimeógrafo”, realizado por Steve Clay e Rodney Philips, indica que os anos de 1964 e 1965 foram o ponto máximo de publicações de novas revistas literárias, em crescimento desde os anos finais da década de 1950. Revistas literárias alternativas como *Evergreen Review*, *Kulchur* e *Fiction* publicaram novos autores e contribuições de ensaístas estabelecidos, literatura experimental e crítica literária, e contaram com contribuições de autores como Allen Ginsberg, William Burroughs, Donald Barthelme e Gilbert Sorrentino. O período também consolidou a expansão da tiragem e distribuição do *The Village Voice*, decano dos periódicos alternativos fundado por Norman Mailer, Ed Fancher, Dan Wolf e John Wilcock em 1955 e que, no período, contava com colaboradores como o cineasta experimental Jonas Mekas, que assinava um coluna de cinema¹⁰².

O impacto causado por estes novos espaços de publicação e propostas experimentais não deixou de ser sentido nas revistas estabelecidas. A criação de revistas literárias de pequena tiragem e linha editorial atenta ao debate sobre as vanguardas foi realizada também em meios editoriais estabelecidos como a *The Noble Savage*, editada por Saul Bellow, e a *Location*, fundada por Harold Rosenberg e editada por Donald Barthelme. A circulação de autores entre as revistas alternativas e as revistas estabelecidas se dava de forma mais fluida que os perfis editoriais indicam. Podemos citar o caso de William Burroughs, que publica tanto na revista de poesia experimental *Fuck You! - A Poetry Magazine* quanto na gigante da comunicação *Time*, e ainda no

¹⁰²CLAY, Steven; PHILLIPS, Rodney. *A Secret Location on the Lower East Side: Adventures in Writing, 1960-1980*. Nova York: New York Public Library/Granary Books, 1998.

início dos anos 1970, é contratado para ministrar oficinas de escrita criativa no *City College of New York*; ou a já mencionada trajetória editorial de Donald Barthelme, jovem editor de um periódico literário no Texas que se instala em Nova York para um trabalho editorial na pequena revista de arte *Location*, posteriormente um colaborador frequente da *The New Yorker* e também professor de escrita criativa no *City College of New York*, para, por fim, fundar uma pequena revista em papel jornal voltada para ficção experimental, a *Fiction* (1971).

A fundação de uma nova revista de crítica e ensaísmo, destinada a suprir a ausência de um espaço de crítica especializada independente dos jornais diários, altera consideravelmente a paisagem do mercado literário americano e consolida um espaço para a divulgação de um novo espaço crítico. A *New York Review of Books* surgiu em 1963, fundada por Robert Silver e Barbara Epstein durante uma greve dos trabalhadores das gráficas de Nova York, paralização que interromperia a circulação dos suplementos literários do *New York Times* e outros jornais na véspera das compras natalinas daquele ano. Ocupando uma lacuna de mercado e apoiada por editores e colaboradores influentes – ligados às editoras *Random House* e *Vintage Books* –, tornou-se rapidamente uma revista de grande importância no meio cultural norte americano. Com uma tiragem inicial de oitenta mil cópias em 1963 e composta por ensaios, críticas, resenhas, entrevistas e reportagens jornalísticas de grande fôlego, a *New York Review of Books* tornou-se referência obrigatória para a recepção da ficção no período e marca a consolidação do novo cenário editorial.

A reconfiguração do campo editorial nos anos 1960 pode ser verificada também nas mudanças pelas quais passaram as linhas editoriais das grandes revistas literárias do período. A decadência da *Partisan Review* e do *Saturday Evening Post* foi acompanhada por uma transformação nas linhas editoriais, sobretudo nas seções de ficção, da *The New Yorker* e da *Esquire*. A última – uma revista voltada para o público masculino fundada em 1932 por Arnold Gingrich, David A. Smart e Henry L. Jackson – passou por uma reformulação radical e assumiu a linha de frente do jornalismo literário durante o período que Harold Hayes assumiu o cargo de editor, entre 1961 e 1973. Sob o comando de Hayes, a *Esquire* se tornou a revista símbolo do Novo Jornalismo, um movimento que buscava novas formas para a linguagem jornalística através de um intenso diálogo com os dispositivos literários da ficção, e um dos grandes veículos de informação mais articulados com as manifestações culturais do período. É também sob

a direção de Hayes que Gordon Lish assume o posto de editor de ficção da *Esquire*, cargo que ocupará entre 1969 e 1976, consolidando a política de divulgação de novos autores e experiências narrativas que o tornarão conhecido como *Captain Fiction*, alcunha que carregará como editor da consagrada Alfred Knopf¹⁰³.

A flexibilização da linha editorial da *New Yorker*, por sua vez, está relacionada diretamente à atuação do editor de ficção Roger Angell, trabalhando na função desde 1956, alguns anos após William Shawn assumir a revista após a morte de Howard Ross em 1951. A importância que o periódico desempenhava no cenário a partir daí pode ser exemplificada, por exemplo, pelos romances que foram publicados originalmente de forma seriada em suas páginas, como a reportagem literária *In Cold Blood* (1966) de Truman Capote, demonstrando a força da revista enquanto espaço privilegiado de divulgação e prestígio. A posição da *New Yorker* se mantém fortalecida durante os anos sessenta, que foi o auge da arrecadação da revista com anúncios publicitários, fechando o período estudado com um público em expansão e registrando uma circulação de 496 mil exemplares no ano de 1976.

O impacto da transformação editorial da *The New Yorker* – entre outras revistas literárias do período – e sua abertura à ficção experimental dos autores dos anos 1960 pode ser aquilatada pela declaração de Kurt Vonnegut em uma entrevista realizada no ano de 1974, onde o autor reafirma o papel fundamental das revistas literárias na formação de um público leitor para a ficção experimental do período, como um “processo de aprendizado” necessário para compreender os textos, por exemplo, de Barthelme e Perelman, citando o caso específico da revista nova-iorquina:

É um processo de aprendizado, e a *The New Yorker* tem sido uma ótima instituição do tipo necessário. Eles têm uma audiência cativa, publicam semanalmente, e as pessoas finalmente sacam Barthelme, por exemplo, e são capazes de executar aquele tipo de coisa na cabeça e curtir. Eu penso que o mesmo serve para S.J. Perelman; eu não acho que Perelman seria apreciado se de repente suas obras completas fossem publicadas pela primeira vez. Isso não faria sentido. Um processo de aprendizado é necessário para apreciar Perelman, embora seja muito fácil fazê-lo uma vez que tenha aprendido. Sim, eu acho que os leitores estão acompanhando; isso é um problema; eu acho que escritores sempre tentaram fazer isso e falharam porque não havia audiência para o que que eles fizeram; ninguém executava a música deles (VONNEGUT, 1988).

¹⁰³POLSGROVE, Carol. *It Wasn't Pretty, Folks, but Didn't We Have Fun?: Esquire in the Sixties*. New York: Norton & Co, 1995.

A formação de um público leitor para a ficção experimental nos anos 1970 é necessária, para Vonnegut, pois a literatura é a única arte dependente da performance de seu espectador, em comparação à música e as artes plásticas. A formação de um novo leitor, capaz de acompanhar a “música” que os autores estão buscando executar, é o desafio imposto pelas vanguardas dos anos sessenta através das revistas literárias:

Uma coisa sobre a qual consumávamos falar – quando eu estava em Iowa – era o fator limitante do leitor. Nenhuma outra arte requer que a audiência seja um performer. Você tem que contar com o leitor ser um bom performer, e você poderia escrever música que ele absolutamente não poderia executar – o que no caso é um fracasso. Esses escritores que você mencionou e eu mesmo estamos ensinando uma audiência a tocar esse tipo de música na cabeça (VONNEGUT, 1988).¹⁰⁴

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANKERSMIT, F. “Historiografia e pós-modernismo”. In: *Topoi*, v.2. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ/7 Letras, 2001.
- _____ “The origins of postmodernist historiography”. In: TOPOLSKI, J. (org.). *Historiography between modernism and postmodernism*. Amsterdã: Atlanta/Rodolpi.
- ARENDT, H. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BENDER, Thomas. *Intellect and Public Life: Essays on the Social History of Academic Intellectuals in the United States*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.
- _____ *The Unfinished City: New York and the Metropolitan Idea*. Nova York: The New Press, 2002.
- BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- _____ . *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

¹⁰⁴“One thing we used to talk about – when I was out in Iowa – was that the limiting factor is the reader. No other art requires the audience to be a performer. You have to count on the reader's being a good performer, and you may write music which he absolutely can't perform – in which case it's a bust. Those writers you mentioned and myself are teaching an audience how to play this kind of music in their heads.” Id. Ibid.

- CONNOR, S. *Postmodernist Culture*. Oxford: Blackwell, 1989
- GENDRON, Bernard. *Between Montmartre and the Mudd Club – Popular Music and the Avant-Garde*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Production of Presence: What Meaning Cannot Convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004.
- HUTCHEON , L. *A poética do Pós-moderno*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- JAMESON, Fedric. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2000.
- JENCKS, C. *What is Post-modernism*. Nova York: Academy Editions, 1996.
- LA CAPRA, D. *Rethinking intellectual history: texts, contexts language*. Londres: Cornell University, 1984.
- LACAPRA, D. *History and Criticism*. Londres: Cornell University Press, 1985.
- LYOTARD, J.F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- TAYLOR, Marvin (ed.). *The Downtown Book – The New York Art Scene: 1974-84*. New York: Princeton University Press, 2006.
- WELLMER, A. *The persistence of modernity*. Cambridge: MIT Press, 1991.

Fabricando Consentimento: A Política da Paranoia em ‘A Bright Room Called Day’ de Tony Kushner. Vanessa Cianconi

, UERJ-FFP
vcianconi@hotmail.com

A Bright Room Called Day não é somente a primeira peça de Tony Kushner, mas uma peça que – inspirada em *Terror e miséria do Terceiro Reich*, de Bertolt Brecht - é supostamente sobre a morbidez e o misticismo em face da maldade política. Mas é, em grande medida, uma manifestação do tipo de reação que ela busca causar – a íntima ligação entre o passado e o presente e o fato de esta conexão não poder ser mais ignorada. A peça é quase um alarme de incêndio, uma forma de alertar para a importância de se entender o presente usando o passado como exemplo para evitar o que é iminente, fazendo o que Benjamin já não mais acreditava que seria possível. No entanto, para o dramaturgo, a esperança existente em *A Bright Room* está em traçar os momentos nos quais muitas coisas poderiam ter sido evitadas. Em uma entrevista concedida a mim em janeiro de 2012, Kushner explica a peça como “uma peça sombria escrita durante um momento sombrio”. Kushner alega que a peça é um “sinal de alerta, não um prenúncio” (LAHR, 2005, p. 48). Brecht, em *Terror e Miséria*, não conseguiu trazer ao palco sequer um resquício de esperança. A peça que deu origem à de Kushner acontece após a eleição de Hitler para o Reichtag. Já a de Kushner, antes da eleição de Hitler, durante a República de Weimar, quando uma escolha diferente do povo poderia ter levado a Alemanha a um destino muito diferente.

A Bright Room Called Day trata de um grupo de artistas que, em volta da mesa de jantar, conversa a respeito da política alemã. O texto é ambientado durante os anos de 1930, na Era Weimar (dois anos antes de Hitler ser eleito), no apartamento de Agnes Eggling, um apartamento pequeno do século XIX, em uma parte pobre de Berlim. Ao longo da peça essa conversa sofre um deslocamento temporal, representado pelo conjunto de cartas para o então presidente dos EUA: Ronald Reagan. Quem as escreve é Zillah Katz, uma mulher judia e paranoica da década de 80, que mora no West Village, em Nova York. Segundo Kushner, nas notas de produção que iniciam a peça, deve existir, idealmente, uma contínua renovação das especificidades da política de paranoia de Zillah, de acordo com qualquer tipo de violência que esteja sendo perpetrada na

época da encenação da peça; ou seja, o conteúdo das cartas de Zillah pode mudar de acordo com a época. No entanto, hoje o dramaturgo acredita que renovar as ideias de Zillah é um “erro terrível” e que é melhor deixar esta renovação a cargo da história.

Para Kushner, essas violências perpetradas através da história, mesmo que desconfortáveis, são parte importante da história e, portanto, incontornáveis. Noam Chomsky, em uma entrevista ao *Monthly Review*, disse que os EUA esquecem que toda ação gera uma reação, e que política não pode ser feita somente focando no presente. Hoje, os EUA vivem imersos na “cultura do pavor”. O governo estadunidense sempre lançou mão de subterfúgios como um possível ataque terrorista ao país para disciplinar a população, para que ninguém (pelo menos as pessoas com menos educação formal) deixe de acreditar na política belicosa que a grande maioria de seus presidentes, pelo menos em recentes anos, traçou. Essa manipulação do povo nada mais é do que uma forma de terror, uma forma de terrorismo interno, que é tão assustador quanto a ameaça que vem de fora. Entendo terror interno como uma forma macabra de manipulação da sua própria população, já altamente amedrontada e paranoica por causa de um iminente ataque terrorista, de procedência incerta. A perversidade dessa *propaganda*¹⁰⁵ faz com que o estadunidense viva sobressaltado e, claro, colabore com a possível eleição de qualquer líder que prometa a possibilidade de um suposto “mundo livre”. É claro que o significado de liberdade ainda é altamente discutível na política; no entanto, aos olhos de Chomsky, a ameaça comunista serviu para transformar a opinião pública, a fim de ‘melhorar’ o mundo através de intervenções forçosas preenchendo lacunas de poder, estabelecendo bases territoriais que impunham objetivos políticos e sociais usando a segurança como desculpa.

Para o historiador Eric Foner, na introdução de *The Story of American Freedom*, “nenhuma ideia é mais fundamental para os americanos como indivíduos e como nação do que a ideia de liberdade” (FONER, 1998, p. XIII). A ideia de liberdade está fundada na colonização puritana, que acreditava que a sua colônia era a personificação da verdadeira fé cristã. Em um sermão proferido em 1645, John Winthrop, então

¹⁰⁵ O uso da palavra *propaganda* vem do inglês e significa, segundo Noam Chomsky, uma das novas técnicas de controlar a mente do público e, foi amplamente utilizada tanto na Alemanha Nazista quanto na União Soviética para amenizar os possíveis conflitos entre a poderosa opinião pública e os obscuros objetivos governamentais. Dessa maneira, a forma mais fácil de “adestrar” a opinião pública é através da “lavagem cerebral”, já que esse é o único modo de garantir um estado policial que não tolera rivais ou ameaças. Para Chomsky, “um corolário crucial é recorrer à vigilância para bloquear qualquer movimento rumo à independência que possa virar ‘um vírus infectando outros’ (...). Este é um dos principais temas da história do pós-guerra, geralmente encoberto sob pretextos que justificassem a Guerra Fria (...)”

governador da colônia de Massachussets, definiu o conceito puritano de liberdade. Para ele, existia uma distinção entre “liberdade natural”, que sugeria uma “liberdade para o mal” e uma “liberdade moral”, que estava intimamente ligada a tudo que fosse do bem. Esta definição de liberdade era compatível com o forte controle sobre a liberdade de expressão, religião, movimento e comportamento da então colônia. A liberdade cristã, portanto, significava submeter-se à vontade de deus e à autoridade local. É sabido que essa ideia de liberdade sobrevive até os dias atuais, desde a libertação dos escravos até a defesa da Guerra Fria, que transformou os EUA no líder do “mundo livre”. No entanto, essa concepção de “mundo livre” é muito discutível. Desta forma, a ideia de liberdade do estadunidense não só contrastava demasiadamente com a ideia da tirania do comunismo, como retirava do povo o conforto da felicidade. Em 1947, para a celebração do 160º aniversário de assinatura da constituição norte-americana, o governo criou um trem movente, apelidado de Freedom Train [trem da liberdade], que exibiu documentos históricos em cento e trinta cidades americanas. Este trem, para Tom C. Clark, era um meio de prevenir que “ideologias externas” infiltrassem os EUA, “ajudando o país em sua guerra interna contra elementos subversivos” (FONER, 1998, p. 252). Lançando mão da *propaganda*, Arthur Vandenberg, líder do senado, disse para o presidente Truman que, para que eles conseguissem um suporte permanente em sua política externa, o presidente precisaria “assustar o diabo” do povo norte-americano e, para ele, naturalmente, a melhor defesa era a da liberdade, a defesa do “mundo livre” da ameaça vermelha. O conceito de liberdade durante a Guerra Fria era circular. Se a nação fazia parte da aliança militar anticomunista liderada pelos EUA, ela automaticamente se tornava membro do chamado “mundo livre”. No entanto, o ideal do “mundo livre” teve muitos inconvenientes. No país inteiro, juramentos de lealdade proliferaram, enquanto quem era considerado “subversivo” era tirado de seu posto de trabalho.

A *propaganda* não é algo novo nos EUA. Afinal de contas, os pôsteres usados durante a I Guerra Mundial serviram muito para apaziguar a população enquanto seus soldados lutavam por um objetivo difuso. Mas foi realmente durante o governo de Ronald Reagan que a *propaganda* foi levada a um novo nível. Walter Lippman acredita que o que era considerado uma revolução na arte da democracia serviu simplesmente para fabricar consentimento, ou seja, fazer o público concordar com ideias com as quais ele não queria concordar, através das novas técnicas de *propaganda*. Para o jornalista, esta técnica foi necessária, pois os interesses comuns sempre envolvem a opinião pública e esta só pode ser compreendida por uma determinada classe de “homens

responsáveis”, inteligentes o suficiente para entender as coisas em geral (CHOMSKY, 1988, p. 30, 37). Essa teoria afirma que somente uma pequena elite é capaz de entender os interesses comuns. Apesar de essa teoria não ser nova, mas uma concepção leninista de que uma vanguarda de intelectuais revolucionários pode tomar o poder de Estado e liderar uma massa menos provida intelectualmente para um futuro que ela é estúpida demais para entender por si própria, tanto Lipmann como Chomsky consideram que o controle dessa massa é fundamental para que haja consenso na sociedade a respeito dos ideais da mesma. Como esse fator seria aplicado a um público que representa isso? E que pertencia à camada menos educada da sociedade? Segundo Noam Chomsky em *Media Control: The Spectacular Achievements of Propaganda* (2002), os EUA foram pioneiros em uma nova indústria, a das Relações Públicas, cujo objetivo era **controlar a mente** do público, tornando os interesses coletivos universais, através da mídia. Para ele, a boa *propaganda* é aquela em que, ao criar um slogan, o governo faz o público se tornar a favor dele imediatamente, evitando perguntas que realmente significam alguma coisa, pois, geralmente, os slogans da boa *propaganda* não têm significado algum – mas poucos são capazes de perceber isso. O objetivo é sempre manter a população assustada, pois, segundo Chomsky, “... a não ser que eles estejam bem assustados por todos os tipos de demônios que podem destruí-los de dentro ou de fora ou de algum lugar qualquer, podem começar a pensar, o que é muito perigoso, pois não são competentes para pensar”. (CHOMSKY, 2002, p. 28)

Os programas de Reagan sempre foram extremamente impopulares. No entanto, a crise da democracia criou a chamada Síndrome do Vietnam, que foi definida por Norman Podhoretz como “as inibições doentias contra o uso da força militar” (cf. CHOMSKY, 2002, p. 33). Além disso, falsificar a história ajuda a manter um controle total sobre a mídia, logo, fica mais simples controlar o que circula à sua volta. E assim era o governo de Ronald Reagan, que, segundo ele próprio, lançou mão dos seus talentos de ator para ter um bom relacionamento com as massas. Aproveitando o resultado da péssima política de seu principal concorrente, Reagan, com seu *Reaganomics*, assumiu um país em recessão, enquanto dava certa esperança a um povo já descrente. A esperança, na verdade, saiu pela culatra. Ao final da década de 1980, as penosas consequências de muita liberdade de mercado já se tornavam aparentes no mercado financeiro e bancário do país. A presidência também gastou em demasia com sua famosa corrida armamentista apelidada de *Star Wars* [Guerra nas Estrelas], com a desculpa de proteger o país contra a União Soviética, deixando claro que, para ele, a

força militar era o símbolo maior do poder da nação e não a autoridade do governo. Reagan ainda reviveu os anos da Guerra Fria reacendendo o patriotismo norte-americano. Mas, para isso, precisou lançar mão de uma antiga retórica nacional, a do inimigo que espreita no leste. Na tentativa de restaurar os EUA no pós-Vietnam, a administração de Reagan transformou a retórica anticomunista em prato principal da política externa dos EUA. Em março de 1983, em um pronunciamento à Associação Nacional Evangélica, Reagan descreveu a União Soviética como um império malévol... o foco de todo o mal no mundo moderno. Ele argumentava que a única forma de encontrar a paz era através da força e, para criar essa força, instalou um novo programa de defesa – a Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI – Strategic Defense Initiative), que não somente aumentou o mal-estar entre as duas nações, mas criou uma falsa imagem de que os EUA estavam construindo uma nova arma de destruição em massa que colocaria o país em posição clara de ser o primeiro a atacar, aumentando, dessa maneira, a atmosfera de medo da época e, claro, colaborando para a deterioração do já mau relacionamento com a União Soviética. Para os outros países, a possibilidade de uma Guerra Nuclear agora era mais do que real.

Após esse muito breve passeio pela história política americana, volto ao tema central deste artigo. Em uma entrevista em Berkeley, Kushner declarou que *A Bright Room Called Day* foi escrita durante seu último ano na universidade de Nova York e refletia o seu desespero depois da reeleição de Reagan como presidente dos EUA. Kushner, segundo ele mesmo, se concentrou na história da última fase da República Weimar, ao invés dos crimes cometidos pelo Terceiro Reich, para retirar da peça a estigma da falta total de esperança, mostrando, ao invés, um período de escolhas, quando tudo poderia ter sido diferente. Vale lembrar que a República Weimar descreve a era entre 1919 e 1933, quando o nome legal da Alemanha ainda era Deutsches Reich (Império Germânico). Um governo parlamentar foi estabelecido na Alemanha em 1918, após o desastre que foi a Primeira Guerra Mundial. A República Weimar era uma democracia constitucional, a primeira experiência germânica que dividia a autoridade entre o presidente eleito, um parlamento nacional, parlamentos regionais e um chanceler apontado pelo presidente para formar e controlar coalizões parlamentares. Durante a maior parte de sua existência, a República Weimar foi marcada por sua inabilidade de estabelecer coalizões parlamentares, o que acabou levando ao crescimento do fascismo. O Partido Socialista Nacional dos Trabalhadores (os nazistas) passou de obscuro a proeminente no início de 1930, se transformando no partido mais votado no *Reichstag*.

Apesar de sua intensa popularidade ter decaído logo após, suas coalizões eram muito fortes e o apoio que eles recebiam dos Partidos Conservador e Católico, e da mesma forma dos militares, fez com que conseguissem apontar como líder Adolf Hitler ao posto de Chanceler do *Reich* alemão. No início de 1933, após o incêndio no Reichstag, Hitler lançou mão desse pretexto para suspender as liberdades civis, responsabilizando esta oportunidade para responsabilizar os comunistas pelo incêndio. Ainda no mesmo ano, a ditadura nasceu na Alemanha – Hitler acabou com a Era Weimar, dando início a um dos mais horrorosos momentos da história: o regime nazista que culminou nas várias atrocidades da Segunda Guerra Mundial.

É exatamente essa ligação crítica entre a Alemanha nazista e o governo de Reagan que levou Kushner a ser demonizado pela crítica de teatro de então. *A Bright Room*, segundo o próprio Kushner, foi considerada imatura justamente por causa dessa comparação que, na época, parecia extremamente arbitrária. Mas, para Kushner, “líderes como Bush e Reagan são essencialmente amorais como as pessoas que seguiram Hitler” (KUSHNER, 1994, p. xiii). As reclamações paranoicas de Zillah em face da reeleição de Reagan em 1984 servem para reafirmar o que já desconfiava: o medo que o próprio Kushner sentia o levou a denominar os anos de 1980 como “a época da calamidade”. Kushner, todavia, não foi o primeiro a traçar essa comparação entre os dois governantes. Na introdução de *Transforming America: Politics and Culture During the Reagan Years*, Robert M. Collins lembra que Larry Kramer, um conhecido ativista da época, chamou Reagan de Hitler da América (COLLINS, 2009, p. 2). Corroborando esta ideia, Robert Brustein, o crítico teatral da *New Republic*, considerava Reagan inimigo dos pobres, dos sem-teto, das minorias, e dos aidéticos (COLLINS, 2009, p. 2). Então, levando em consideração o que é a liberdade civil e o que estava sendo feito nos dois países, é possível traçar um paralelo muito forte entre as duas nações. Apesar de parecer arbitrária, a comparação de Kushner entre os governos não é de todo errônea. Reagan também cerceou a liberdade de expressão a fim de controlar a economia, não surpreendentemente, com o apoio da imprensa. Não apenas durante a sua campanha à reeleição em 1984, mas durante a sua presidência, Reagan lançou mão da imprensa para manipular a opinião pública – na verdade, ele era visto, nos EUA, como um símbolo nacional, alguém que veio para reunificar o país. Qualquer semelhança, aqui, não é mera coincidência. Corroborando a ideia de Chomsky em *Necessary Illusions: Thought Control in Democratic Societies* (1989),

A rainha inaugura o Parlamento lendo o programa político, mas ninguém pergunta se ela acredita ou mesmo entende o que está lendo. Da mesma forma, o povo parecia despreocupado com a evidência, difícil de ignorar, de que o presidente Reagan tinha somente uma vaga noção das políticas aplicadas em seu nome, ou de que quando não havia sido programado pelo seu *staff* adequadamente, ele regularmente saía com afirmações tão descabidas que chegavam a ser embarcadas, se alguém fosse levá-las em consideração. (CHOMSKY, 1989, p. 5)

O interessante aqui é entender que não somente o público em geral precisa pertencer à “manada desinformada”, como diria Lippmann, mas o presidente em questão também.

Fear and Misery [Terror e Medo]

... the loathing I pour into these pages is so ripe, so full-to-bursting, that it is my firm belief that anyone touching them will absorb into their hands some of the toxic energy contained therein.

Zillah (KUSHNER, 1994, p. 17-18)

A Bright Room começa com um grupo de amigos conversando sobre política, a verdadeira paixão desse grupo, durante um jantar no apartamento de Agnes Eggling, como mencionado anteriormente. Provavelmente a segurança que Agnes e seus amigos sentiam nos anos de 1930 na Alemanha era a mesma que Kushner sentia na década de 1980, quando Ronald Reagan foi eleito e reeleito presidente dos Estados Unidos. Provavelmente a relatividade da segurança está no fato de ainda ser possível ver uma luz ao final do túnel, uma possibilidade de mudança, um lampejo de felicidade. É na segunda tese sobre a história que Benjamin lembra ao leitor que “a nossa imagem da felicidade é totalmente marcada pela época que nos foi atribuída pelo curso da nossa existência” (BENJAMIN, 1987, p. 222) e “a imagem da felicidade está indissoluvelmente ligada à da salvação. O mesmo ocorre com a imagem do passado, que a história transforma em coisa sua. O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção” (BENJAMIN, 1987, p. 222). Segundo Reyes Mate, o que importa agora para Benjamin é o presente, pois o passado que poderia ter sido simplesmente malogrou. Nas palavras do professor de filosofia, Benjamin “fala de um passado que de presente só tem o fato de ter sido possível e que, se houvesse logrado êxito, teria convertido em algo impensável o presente que nos coube” (MATE, 2011, p.

88). Fica claro, então, o diálogo entre Baz e Agnes. A relativa segurança que ela sente no tempo presente é uma consequência do que uma vez foi e um alerta sobre o que será o porvir. A esperança mal colocada no presente equivaleria a uma possibilidade de mudança quando da não reeleição de Reagan à Casa Branca, algo que, infelizmente, não aconteceu. Se o presente é um passado que não está amortizado, o futuro é um presente redimido do seu fracasso. O problema é que redimir o passado não faz mudar o presente e, consequentemente, retira do futuro qualquer possibilidade de mudança. Ronald Reagan, segundo Fareed Zakaria, em *O mundo pós-americano* (2008), acreditava que a ameaça soviética era militar, ideológica e política; logo, pretendia combatê-la, lançando mão das mesmas ideias o presidente prometeu à população americana que iria rearmar, cortar impostos e equilibrar a balança econômica dos EUA. Segundo o pesquisador da Universidade de Harvard, ficou claro qual era o real objetivo de Reagan, que, com certeza, não incluía equilibrar as despesas governamentais, mas sim direcionar esta balança a fim de rearmar os EUA, tudo em nome da defesa do país contra o tão temido exército vermelho soviético.

Levando em consideração que os EUA eram o país mais poderoso do mundo, se eles resolvessem virar comunistas o resto do mundo também viraria. No entanto, não acredito que a real preocupação do dramaturgo estivesse no fato de os EUA virem a se tornar comunistas, mas como o presidente norte-americano lidava com essa possibilidade. Para ele, o comunismo era sinônimo da maldade do mundo, a União Soviética era a reencarnação do demônio, aquele que se mudou para a Alemanha em *A Bright Room* e, logicamente, aquele que habitava os EUA na década de 1980.

É aqui que o primeiro deslocamento temporal acontece. A primeira interrupção de Zillah Katz, intitulada *The Small Voice (Letter to the President)* acontece logo após Agnes afirmar que “Tudo que é ruim ou perigoso será varrido”, e que praticamente encerra a segunda cena. Zillah compara a presidência de Ronald Reagan aos eventos na Alemanha nazista. Na sua primeira carta, Zillah sabe que todos os seus esforços para ser ouvida serão em vão, ela sabe que suas cartas nunca chegarão à Casa Branca. No entanto, sua necessidade de colocar no papel sua revolta é maior do que sua certeza de estar perdendo tempo. Pois, segundo ela mesma, o ódio colocado naquelas páginas é tão basal, tão a ponto de explodir, que é a sua crença que qualquer pessoa que toque em suas cartas vai absorver esse ódio e sentir a energia tóxica que elas contêm. E será através dessa toxicidade que sua revolta será sentida e passada adiante através de apertos de mão. Ela também acredita que devem existir milhares de pessoas que, naquele exato

momento, como ela, mandavam cartas cheias de veneno e, junto com ela, esperavam que todas as gotas de ódio iriam envenenasse o governo norte-americano. (KUSHNER, 1994, p. 17-18)¹⁰⁶. É claro que é possível ligar a ideia de Zillah na sua primeira carta à *propaganda* que desde sempre é feita tradicionalmente pelo governo estadunidense. A ideia inicial é plantada e, através da mídia ou, aqui, mal comparando, da enorme quantidade de “*hate mail*”, espalha (ou envenena) o ideal de controle que foi inicialmente suscitado. Como isso pode aqui ser estabelecido? As cartas que ela manda seriam replicadas através de tantas outras cartas que ela acredita que os governantes recebem e, dentro de todas elas estaria uma grande dose desse veneno mortal que se faz sentir através do ódio da população que, obviamente, é a única que pode se rebelar contra qualquer injustiça causada pelo governo. Quanto mais se repete a mesma coisa, mais a população acreditaria naquilo – quanto mais cartas de repúdio o governo recebesse, mais este iria perceber o quanto essa população estava insatisfeita com a sua atitude. O que Zillah não sabia era o fato de Reagan ler e responder a sua própria correspondência – logo, o efeito direto do veneno era ainda mais forte.

Bom, isso funcionaria em um mundo perfeito, não no governo de um semiditador (embora não de forma declarada) como Ronald Reagan (e naturalmente em todas as outras formas de governo que eram igualmente detestadas por Kushner, como Margareth Thatcher e a família Bush). A alienação do povo em geral é o que enerva Zillah, é a falta de conhecimento que leva à falta de esperança: se não há compreensão não pode existir comprometimento. Irei um pouco mais além: será que a maldade perpetrada pelos governos em geral já está tão banalizada que o povo considera que não vale a pena se rebelar? Ou simplesmente sente medo? Mas, medo de quê?

¹⁰⁶ Dear Mr. President. I know you will never read this letter. I'm fully aware of the fact that letters to you don't even make it to the White House, that they're brought to an office building in Maryland where civil servants are paid to answer the sane ones. Crazy, hostile letters – like mine- the ones written in crayon on butcher paper, the ones made of letters cut out of magazines – these get sent to the FBI, analyzed, Xeroxed and burned. But I send them anyway, once a day, and do you know why? Because the loathing I pour into these pages is so ripe, so full-to-bursting, that it is my firm belief that anyone touching them will absorb into their hands some of the toxic energy contained therein. This toxin will be passed upwards – it is the nature of the bureaucracies to pass things vertically – till eventually, through a network of handshakes, the Under-Secretary of Outrageous Falsehoods will shake hands with the Secretary for Pernicious Behavior under the Cloak of Night, who will, on a weekly basis in Cabinet meetings, shake hands with you before you nod off to sleep. In this way, through osmosis, little droplets of contagion are being rubbed into your leathery flesh everyday – in this great country of ours there must be thousands of people who are sending you poisoned post. We wait for the day when all the grams and drams and dollops of detestation will destroy you. We attack from below. Our day will come. You can try to stop me. You can raise the price of stamps again. I'll continue to write. I'm saving up for a word processor. For me and my cause, money is no object. Love, Zillah

A ideia do diabo volta novamente ao palco na cena cinco de *A Bright Room*. Paulinka e Agnes voltam a conversar sobre o que as amedronta. Acreditar no demônio nada mais é do que acreditar no que não se pode ver, no que não se pode provar que realmente existe. O paralelo feito entre Hitler, Reagan e o diabo acaba por ser interessante, pois, através da *propaganda*, o povo começa a acreditar em uma nova era em que não existem mais limites. A ideia da *propaganda* é justamente esta: a de acreditar naquilo cuja existência não se pode provar, no que não se pode ver. Agnes ainda tenta racionalizar, pois acha que é muito velha para acreditar em uma criatura mítica, provavelmente inventada, mas extremamente carregada de significados: a da maldade extrema, da injustiça. Ignorar centenas de pessoas morrendo por causa de uma doença sem cura é um exemplo de maldade extrema? Incitar uma população inteira ao ódio é um exemplo de maldade extrema?

PAULINKA: Você acredita no mal?

AGNES: Não é algo para acreditar. Existem pessoas más, claro.

PAULINKA: Maldade diabólica?

AGNES: O que você está me perguntando?

PAULINKA: Você acredita no Diabo, Agnes? É o que estou te perguntando. Você acredita no Demônio?

AGNES: Na minha idade?

PAULINKA: Porque eu acredito. (KUSHNER, 1994, p. 33)¹⁰⁷

No desdobramento da cena cinco, Paulinka se lembra de quando fez o papel de Gretchen quando o *Fausto* de Goethe foi encenado no Teatro Municipal de Karlsruhe. A história da peça de Goethe não é tão complexa. Mefistófeles aposta com deus que levará Fausto, o ser-humano preferido deste, para fora do seu caminho idôneo. Fausto, desesperado, pois tinha a pretensão de aprender tudo sobre as ciências, as humanidades e a religião, rende-se à mágica a fim de obter o conhecimento infinito. Ao desconfiar que todas as suas tentativas estão falhando, Fausto pensa em se matar, mas sai de casa para espairecer. Durante o passeio, ele é perseguido por um poodle preto que o segue até em casa. No escritório de Fausto, o cão se transforma no diabo (ou Mefistófeles), e os dois fazem um pacto: o ciabo fará tudo o que Fausto quiser enquanto ele viver e, em troca, ele vai servir ao demônio no inferno. Fausto, então, com a ajuda do demônio, seduz Gretchen, que fica grávida. Desesperada, Gretchen afoga seu filho bastardo e é

¹⁰⁷ PAULINKA: Do you believe in evil?/AGNES: It's not something to believe in. There are evil men, of course./PAULINKA: Diabolical evil?/AGNES: What are you asking me?/PAULINKA: Do you believe in the Devil, Agnes? That's what I'm asking you. Do you believe in the Devil?/AGNES: At my age?/PAULINKA: Because I do.

condenada à morte por assassinato. Fausto tenta salvá-la da prisão, mas ela se nega a fugir. A peça termina com uma voz vinda do paraíso dizendo que Gretchen será salva. Paulinka, em *A Bright Room*, acreditava que havia visto o diabo também na forma de um poodle preto:

PAULINKA: Você sabe aquela cena da peça na qual o poodle se transforma no demônio e oferece o mundo a Fausto? Toda aquela abjeção, infinita, sempre me pareceu tão intimidante. Só... então uma noite eu estava andando para casa depois de uma *performance* e uma coisa muito estranha aconteceu. (...) Havia um pequeno poodle sentado em um degrau. Esperando por mim. (...) E eu pensei: “É Ele! Ele veio falar comigo!” Ele vai ficar em pé nas suas patas traseiras e dizer “Paulinka! Fama, filmes e talento insuperável como atriz em troca da sua alma imortal!” (...) Uma boa atriz, uma boa mentirosa, mas não, na verdade, uma pessoa muito boa. (...) (Grifos meus) (KUSHNER, 1994, p. 35)¹⁰⁸

A salvação de Gretchen está ligada a todo o seu sofrimento. O desespero de perder tudo o que tem mais valor, como a mãe, o irmão e o próprio filho, mas ser salva ao final, remete novamente a Benjamin quando repensa o fato de a história não ser o lugar da salvação porque o ideal é inalcançável. O que o filósofo alemão propõe é repensar a secularização, que não deve ser só emancipação da religião, mas também realização na terra do conteúdo libertador do messianismo originário. Esta reformulação da teoria da secularização, de acordo com Reyes Mate, mostra que a ideia de que o instante presente não é o resultado do anterior e antessala do seguinte, mas que todo instante tem um valor absoluto: todo instante pode mudar tudo, porque traz consigo uma oportunidade revolucionária. Todo o sofrimento de Paulinka justificaria a possível redenção; ou o momento da mudança absoluta, da oportunidade revolucionária. Novamente, é possível ver o momento de esperança de Walter Benjamin, aquele momento no presente que mudará todo o futuro. Contudo, para Paulinka, esta esperança do momento revolucionário é bem mais mundana: “fama, filmes e talento insuperável como atriz em troca de sua alma imortal! (...) Uma boa atriz, uma boa mentirosa, mas não, na verdade, uma pessoa muito boa” (KUSHNER, 1994, p. 35). Provavelmente tão mundana quanto o desejo de um ator de Hollywood se transformar no presidente do país

¹⁰⁸ PAULINKA: You know the scene in the play where the black poodle turns into the Devil and offers Faust the world? All that demurring, endless, always seemed so coy to me. Just... But so one night I was walking home after a performance and a very strange thing happened. (...) There was this little black poodlee, sitting on a doorstep. Waiting for me. (...) And I thought to myself: “It’s Him! He’s come to talk to me!” He’s going to stand upon His little hind legs and say “Paulinka! Fame, films, and unsurpassable genious as an actor in exchange for your imortal soul!” (...) A good actress, a good liar, but not in truth a very good person. (...)

mais poderoso do mundo. A sede por conhecimento do Fausto era a sede por poder de Reagan.

A cena sete vem para corroborar o que é a história para Benjamin. Para ele, na sexta tese, “articular historicamente o passado não significa ‘conhecê-lo como ele realmente foi’. Consiste, muito antes, em adornar-se de uma recordação tal como ela brilha num instante de perigo” (BENJAMIN, 1987, p. 224). Este instante de perigo, para o pai de Gotchling, era justamente a humanidade como ela é. Ele, todas as noites, repetia para ela a mesma coisa: “A história humana não é a história do homem bom, ou do santo, mas do porco que ameaçou o santo até a morte. Aficionado por lama, cheio de merda, porcos. Em meus vários anos na Terra isto é o que eu aprendi” (KUSHNER, 1994, p. 46).¹⁰⁹ O que o pai de Gotchling faz é rememorar a passagem da bíblia que condena os porcos como criaturas imundas e demoníacas. Para ele, a relação existente entre os porcos e a história é a mesma existente entre os seres humanos. Benjamin, na mesma tese, afirma:

O messias não vem só como redentor; ele também vem como vencedor do anticristo. O dom de acender no passado a chispa da esperança só é dado ao historiador perfeitamente convencido de que nem sequer os mortos estarão seguros se o inimigo vencer. E esse inimigo não parou de vencer (BENJAMIN, 1987, p 224).

O messias que nunca iria chegar, a humanidade que nunca conseguiria se redimir, mas a repetição de uma história sem um final feliz, a repetição da história da maldade. Benjamin tenta chamar a atenção do leitor sobre os passos que estão sendo dados pela humanidade. O que o pai de Gotchling faz é “articular historicamente o passado” sem se colocar fora do perigo – ele transmite para sua filha conhecimentos do qual fazem parte os testemunhos do passado, aqueles testemunhos que servem para iluminar um passado oculto de forma que ele se torne visível.

A visibilidade do passado é a chave mestra da história. De volta aos anos de 1980 e à segunda carta de Zillah, “A política da paranoia” não é chamada assim inocentemente. Segundo ela, ainda durante o escândalo de Watergate, ela era uma pessoa normal e com um grande senso de humor. Os escândalos de então serviam para entreter os estadunidenses de uma certa classe mais esclarecida. Hoje, ela consegue enxergar verdade em toda e qualquer teoria da conspiração que é criada nos EUA.

¹⁰⁹ GOTCHLING: (...) “Human history isn’t the story of the good man, not of the saint, but of the swine who bludgeoned the saint to death. Fond of mud, full of shit, pigs. In my many years on Earth, this is what I’ve learned.”

Zillah não somente perdeu todo seu senso de humor, como também se transformou em uma grande paranoica.

Na carta Zillah escreve que

[a]s pessoas que não sabem que esse governo sobrevive pela graça de um clube secreto de terroristas WASP estão vivendo com as cabeças em nuvens cor de rosa. Eu acredito, eu acredito piamente nisso. Hannah Arendt diz que escapou da Alemanha antes da guerra por ser mais paranoica do que seus amigos. (KUSHNER, 1994, p. 55)¹¹⁰

Aqui volto ao caso da *propaganda* e como é fácil fazer as pessoas acreditarem em qualquer coisa, mesmo que não faça o menor sentido. Novamente, Zillah reitera essa ideia quando afirma que tem medo de tudo e repete que Hannah Arendt só escapou da guerra por ser mais paranoica do que seus próprios amigos – ela lia ficção detetivesca e muito da sua mania de perseguição surgiu daí. Zillah é a verdadeira paranoica, a verdadeira cidadã norte-americana que se vê cercada pela *propaganda* de um iminente ataque terrorista. Confira, sempre, os níveis de perigo e olhe para os lados em lugares públicos. Cuidado com quem está ao seu lado e não sorria para estranhos¹¹¹.

A terceira carta de Zillah se chama “Lições de alemão” e começa com frases curtas com significados obscuros:

“Das Massengrag.” Mass grave. [túmulo das massas]
“Die Zeit was sehr schlimm.” Times were bad. [os tempos eram ruins]
“Millionen von Menschen waren tot.” Millions of people were dead. [milhões de pessoas estavam mortas]

O que Zillah parece não compreender é por que as pessoas tomam o Holocausto como o significado de todo o mal – será que realmente nada se compara ao nazismo? Para ela, a questão sempre se repete: o quão nazista você precisa ser para se qualificar como nazista? Ou o quão preconceituoso você precisa ser? Voltamos à mesma questão da inocência, já levantada por Kushner anteriormente. Em primeira análise, para os estadunidenses (generalizando), se você não é WASP (branco anglo-saxão protestante) você está fora do padrão e, uma vez fora do padrão, você não é confiável – vide os milhares de muçulmanos que viraram automaticamente terroristas após o atentado de 11 de setembro. Mas afirmar que nada se compara ao holocausto é ignorar uma grande parte da história – o que é razoavelmente feito por muitos políticos norte-americanos. É

¹¹⁰ People who don't know that this government survives by the grace of a secret club of trained WASP terrorists are living with their heads in pink clouds. I believe, I do believe it. Hannah Arendt says she escaped Germany before the war by being more paranoid than her friends.

¹¹¹ Em uma viga na estação da Rua 14 no metro de Nova York existe uma placa onde se lê: *Do not smile at strangers* [Não sorria para estranhos].

interessante que a “dama de ferro” achasse Reagan corajoso, de acordo com o artigo escrito por Jim Powell a respeito da vida do ex-ator. Para ele, Ronald Reagan apareceu para desafiar tudo o que a elite política de esquerda americana aceitava e pretendia difundir. Essa esquerda acreditava que a “América” estava fadada ao declínio; já Reagan acreditava que a nação estava destinada a uma grandeza ainda maior. Tal elite imaginava que cedo ou tarde haveria uma convergência entre o sistema ocidental e o sistema socialista oriental, e que algum tipo de resultado social democrático seria inevitável. Ele, em contraste, considerava o socialismo um grande fracasso que deveria ser relegado à lata de lixo da história. A esquerda, segundo Powell, pensava que o problema da América eram os americanos, ainda que não gostassem de dizê-lo abertamente. Reagan pensava que o problema da América era o governo americano, e deixou isso bem claro (ZAKARIA, 2008, p. 951-959). No entanto, quem elege os seus próprios governantes? Realmente é difícil enxergar diferenças entre a Guerra Fria (para a qual Noam Chomsky acreditava que os estadunidenses estavam novamente se encaminhando com a política belicosa de George W. Bush) e a política preconceituosa de Hitler.

Além disso, há a problemática do que é a maldade. O Dictionary.com define a maldade como algo imoral, ruim, que tem como fim machucar. A definição de maldade por Zillah segue o mesmo raciocínio, o problema está na forma de mensurar a maldade. Para ela o holocausto se transformou no protótipo do mal absoluto e nada se compara àquele evento:

A maldade, por exemplo: O problema é que temos esse acontecimento – Alemanha, Hitler, o Holocausto – o qual transformamos no protótipo do Mal absoluto – tudo bem, enquanto modelos de Mal, não são ruins – mas então todo mundo fica fora de si logo que você tenta usar o padrão, nada se compara, nada parece – e o padrão se torna inútil e nada mais define o Mal com M maiúsculo. (KUSHNER, 1994, p. 70)¹¹²

Padronizar o holocausto como a definição do mal absoluto retira de muitos outros momentos da história a qualidade de tragédia (naturalmente que não no sentido grego da palavra).

¹¹² *Take evil: The problem is that we have this event – Germany, Hitler, the Holocaust – which we have made into THE standard of absolute Evil – well and good, as standards of Evil go, it's not bad – but then everyone gets frantic as soon as you try to use the standard, nothing compares, nothing resembles – and the standard becomes unusable and nothing qualifies as Evil with a capital E.*

A experiência política de Ronald Reagan no sindicato dos atores (Screen Actors Guild) o fez lutar contra a influência comunista na indústria cinematográfica, influência esta que se tornou o ingrediente principal de sua identidade política. Ele estava convencido de que, com os filmes americanos enchendo as salas de cinema pelo mundo afora no segundo pós-guerra, existia a possibilidade de Joseph Stalin usar o cinema hollywoodiano como um instrumento de *propaganda* para o programa de expansionismo soviético. Reagan “sabia”, por experiência própria, “que os comunistas usavam da mentira, da fraude, da violência e de qualquer outra tática que funcionasse para eles a fim de se beneficiarem”, e “sabia também de antemão que os EUA não encaravam nenhuma ameaça que fosse tão pérvida como o comunismo” (COLLINS, 2009, p. 35)¹¹³. Por essa razão, quando o FBI lhe pediu para servir como informante sobre atividades comunistas em Hollywood, ele concordou sem pestanejar. Incitar uma população a acreditar que os EUA estavam novamente indo em direção a uma guerra contra a União Soviética não é uma demonstração de um presidente que tem cuidado com seu povo, muito pelo contrário. Ignorar milhares de pessoas morrendo de AIDS também não. Ao final do ano de 1983, já era sabido que uma epidemia assolava os EUA. Mas foi somente em abril de 1984 que a cauda da doença foi identificada como um retrovírus, nomeado HIV. A doença, rotulada como uma doença de homossexuais, foi ignorada pela maioria da população até a morte de Rock Hudson, outro ator famoso de Hollywood, em 1985. A comunidade gay acreditava que o medo da doença e a maldade dos governantes era o que determinava a posição de Washington em relação à doença. Muitos críticos de esquerda acusavam Ronald Reagan de ser homofóbico. A posição do historiador Robert M. Collins, em seu livro *Transforming America: Politics and Culture during the Reagan Years*, a respeito do lugar real de Reagan em relação a essa acusação é inocente e descuidada. O que precisava estar sob escrutínio era o fato de ele realmente ignorar a existência de uma doença que viria a matar milhares de pessoas. De acordo com o cirurgião geral C. Everett Koop, no mesmo livro de Collins, Reagan sabia da epidemia, mas era constantemente lembrado por membros do partido republicano que a AIDS era uma “dinamite política” e que, por isso, deveria ignorar o problema. O silêncio do presidente, considerado trágico pelo diretor do Departamento

¹¹³ Now I knew from firsthand experience”, he later recalled, “how communists used lies, deceit, violence, or any other tactic that suited them... I knew from experience of hand-to-hand combat that America faced no more insidious or evil threat than that of Communism”.

de Saúde de São Francisco, serve para corroborar a maldade política perpetrada na terra do espetáculo. A figura do diabo se colocava, novamente, no centro do palco.

Curiosamente, a cena treze introduz um novo personagem à peça: Herr Swetts, ou a própria personificação da maldade – o diabo em pessoa. A presença do demônio serve para provar o que Kushner queria estabelecer:

HUSZ: Então luzes! Câmera! Ação!
HEER SWETTS: Por que você me chamou?
HUSZ: Obrigado por vir. Espero que sua viagem não tenha sido longa.
HERR SWETTS: Não muito longa, não. Me mudei para este país temporariamente. Por que você me chamou?
(...)
HUSZ: Um grande mistério. O segredo horrível destes tempos horripilantes...
HERR SWETTS: Mas, sério! Eu não sei de nada! A minha ignorância vai além do que se pode calcular. Deriva de uma fonte abismal mais profunda por léguas do que a sabedoria mais profunda. Eu não conheço o Mecanismo do Universo. Eu somente me conheço. (KUSHNER, 1994, p. 74-75)¹¹⁴

Heer Swetts é uma possível representação de quem foi Ronald Reagan para os estadunidenses. Luzes! Câmera! Ação! Heer Swetts, na década de 1980, na visão do dramaturgo, se mudou para os EUA assim como ele o fez nas décadas de 1930 e 1940 quando se mudou para a Alemanha. Heer Swetts, diferente do Fausto, não queria deter todo o conhecimento do mundo, ele não sabia de nada, da mesma forma que Reagan era considerado um líder burro, ignorante e um pau mandado de seus assessores. Walter Benjamin, ainda nas suas teses, escreveu que

[n]este momento, em que os políticos nos quais os adversários do fascismo tinham depositado as suas esperanças jazem por terra e agravam sua derrota com a traição à sua própria causa, temos que arrancar a política das malhas do mundo profano, em que ela havia sido enredada por aqueles traidores. Nossa ponto de partida é a ideia de que a obtusa fé no progresso desses políticos, sua confiança no “apoio das massas” e, finalmente, sua subordinação servil a um aparelho incontrolável são três aspectos da mesma realidade. (BENJAMIN, 1987, p. 227)

No momento que Heer Swetts afirma não saber nada, ele toma para si o que Benjamin tenta fazer na tese acima: ele tenta salvar a consciência crítica das pessoas no seu tempo.

¹¹⁴ HUSZ: *Then lights! Camera! Action!-/HERR SWETTS: Why have you called me?-/HUSZ: Thank you for coming. I hope your journey wasn't long./HERR SWETTS: Not long, no. I have taken up temporary residence in this country. Why have you summoned me?(...)/HUSZ: A great mystery. The awful secret of these awful times...-/HEER SWETTS: But really! I know nothing! My ignorance is beyond calculation. It springs from an abysmal font deeper by leagues than the deepest wisdom. I do not know the Workings of the Universe. I only know myself.*

O não saber nada significa se distanciar a fim de ver melhor. O mal essencial somente existe no momento em que as massas acreditam nele. O poder do demônio está intimamente ligado a uma fé cega que acredita ainda na *propaganda* e não questiona o que é feito ou não em nome do povo. A subordinação servil de um povo ignorante que aceita tudo demonstra a incapacidade da população em se rebelar e tentar algum tipo de mudança.

No entanto, nem todo mundo é cego. A quinta interrupção de Zillah – Night Bats [morcegos noturnos] – traz a descrição de uma mulher sem nome, assim como a maioria dos personagens de Brecht em *Terror e Miséria*, em uma fotografia. Todos a sua volta estão com os braços estendidos em saudação fascista, menos ela.

Ela ainda não consegue dormir. Insone, como eu. Estou convocando-a: através de um longo tempo morto, para tocar um lugar escuro, me amedrontar um pouco, fazer contato com o que se move na noite, através do pânico e da dor... (KUSHNER, 1994, p. 90)¹¹⁵

A necessidade de não se conformar com o que estava acontecendo nos EUA na década de 1980 é o que move Zillah. A mesma necessidade de não se conformar que tinha Kushner. Para ele, é melhor voltar para a época da Revolução Americana se não for possível rejeitar o que os governantes dos EUA fazem, em nome de um progresso pelo qual os estadunidenses lutaram tanto nos últimos oitenta anos. Na concepção de Kushner, os EUA estão abandonando a democracia e vão acabar destruindo a si mesmos, além de levar com eles o resto do planeta. Contrariando o que havia dito até então em várias outras entrevistas, era o que ele queria dizer na peça e achava que precisava fazê-lo. Zillah é Kushner, interrompendo a peça e gritando para o público: você não consegue entender, você não consegue entender!? O contato que Zillah pensa ter com o que se move na noite através do pânico e da dor é o mesmo contato que Kushner tinha ao tentar, através de ativismo político, fazer com que as pessoas enxergassem as coisas como elas eram de fato.

É na sexta interrupção que Zillah compara os nomes de Hitler e o de Reagan com o número da besta – 666. Segundo ela, ambos possuem nomes que contêm seis letras: A-D-O-L-P-H, H-I-T-L-E-R e F-Ü-H-R-E-R. Da mesma forma, R-O-N-A-L-D W-I-L-S-O-N R-E-A-G-A-N são três nomes com seis letras cada, logo, 666. Para Zillah e a grande maioria dos estadunidenses, o último livro da bíblia, Apocalipse

¹¹⁵ She still can't sleep. Restless, like me. I'm calling to her: across a long dead time, to touch a dark place, to scare myself a little, to make contact with what moves in the night, by the panic and the pain...

[*Revelations*, em inglês] é um livro que trata de coisas que ainda vão acontecer e coisas que têm a ver com o futuro da humanidade. Este livro revela mais do que uma mera história contada por alguém, mas sim o futuro que aguarda a humanidade, uma suposta reintegração da ordem natural das coisas como uma devolução da vida perfeita ao homem. Este livro trata da vitória do bem sobre o mal, e revela que deus destruirá também os sistemas políticos humanos – sendo o homem totalmente destituído de seu poder para governar. Levando em consideração a ideia de Dupas que os EUA são realmente uma nação com alma de igreja, as ideias de Zillah não são totalmente sem lógica. Sabemos que muitas das políticas públicas estadunidenses são baseadas na forte crença que o povo tem em deus. A acepção anglo-saxônica de religião, segundo Gilberto Dupas, é de *reliance*, ou seja, depositar confiança ou depender (DUPAS, 2009, p. 8). A partir do momento que se confia, não se questiona, o que nos traz novamente à última carta de Zillah. Confiar em quem? Ou em quê? A dúvida que paira em sua argumentação não é absurda se, como disse Freud, religiões são construções intelectuais que solucionam todas as questões da existência, não deixando perguntas e trazendo a segurança de saber o que se procura alcançar e como se deve lidar com sentimentos e interesses (cf. DUPAS, 2009, p. 6-9). No entanto, precisamos lembrar que Zillah se autointitula paranoica, e é essa paranoia que a faz questionar tudo o tempo inteiro, menos um pequeno detalhe: que os governantes mais poderosos são a reencarnação do demônio, aquele mesmo que morava nas florestas da América colonial.

A última e oitava interrupção de Zillah é uma canção de ninar:

Existe um terror que foge da mente e sai pela garganta mais rápido do que o pensamento: Apocalipse: Nós estamos em perigo, ele nos pega de surpresa, em uma tarde doce quando estamos mais confortavelmente em casa e diz, olhe para as fendas onde as fendas não se encontram, olhe para onde as paredes se separaram um pouco, tente ver, fique acordado, não há tempo para dormir. Hören? Kannst du mich hören? [Ouvir? Você consegue me ouvir?] Antes que o céu e a terra se fechem... Agora. (KUSHNER, 1994, p. 141-142)¹¹⁶

A canção de ninar da Zillah remete o leitor diretamente ao inferno, ao momento de perigo de Benjamin. O apocalipse, ou o fim do que se conhece como história, se aproxima e a cada vez mais rápido. Para ela, não há mais saída para o mundo e gritar não adianta mais. As fendas, ou as portas para o inferno, vão se abrir a qualquer

¹¹⁶ *There's a terror that skips over the mind and out the throat faster than thinking: Revelation: We are in danger. It catches us by surprise, on sweet evenings when we're most thoroughly at home, and says look for the cracks where the seams don't meet, look where the walls have moved slightly apart, try to see, stay awake, there isn't time for sleeping. Hören? Kannst du mich hören? Before the sky and the ground slam shut ... Now.*

momento e a melhor opção agora é a vigília. Vigiar é a única saída. É neste momento que a paranoia de Zillah chega a seu clímax; a paranoia que ela acreditava ter salvado Hannah Arendt da câmara de gás é a mesma que ela acredita que a salvará do fim dos tempos, do apocalipse, do fim do mundo. A casa de vidro de Zillah, vista por todos os ângulos, a assusta mais do que qualquer coisa, pois ela tem consciência do que é viver em uma casa de vidro. O que parecia para Walter Benjamin ser uma atitude revolucionária mostrou-se como um jogo de controle e manipulação em que os jogadores usufruem do blefe como forma de defesa que é, obviamente, contrária a qualquer revolução, já que essa atitude revolucionária perde o seu sentido quando usada como um mecanismo de controle, ou seja, como uma atividade castradora. Zygmunt Bauman vê esse controle como uma manipulação das incertezas e acredita que essa manipulação “é a essência e o desafio primário na luta pelo poder e influência dentro de toda totalidade estruturada” (BAUMAN, 1998, p.42). Analisando o raciocínio desses dois pensadores, encontra-se um ponto em comum: o fato de os dois acharem que a “casa de vidro” ou a “transparência” é um reflexo do crescimento das cidades. No entanto, para Benjamin a transparência era algo positivo, enquanto que para Bauman ela é algo de destruidor. De fato, quanto menores as fronteiras, maior é o medo que se sente. E, para Zillah, não existem mais fronteiras. Para ela, a Alemanha de Hitler se repete na década de 1980 nos EUA, somente com uma roupagem diferente.

Referências bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. (*Obras escolhidas*; vol. I)

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998

BRECHT, Bertolt. “Terror e miséria do Terceiro Reich.” In: *Teatro Completo Vol. V*. São Paulo: Terra e Paz, 2001

CHOMSKY, Noam. *Manufacturing Consent: The Political Economy of Mass Media*. New York: Pantheon books, 1988

_____. *Media Control: The Spectacular Achievements of Propaganda*. New York: An open media book/Seven Stories Press, 2002

_____. *Necessary Illusions: Thought Control in Democratic Societies*. Boston: South End Press, 1989

DUPAS, Gilberto. “Religião e sociedade” In: *Uma nação com alma de igreja: religiosidade e políticas públicas nos Estados Unidos*/Carlos Eduardo Lins da Silva (organizador). São Paulo: Paz e Terra, 2009

FONER, Eric. *The Story of American Freedom*. New York: W. W. Norton & Company, 1998

_____. *O 11 de setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

COLLINS, Robert M. *Transforming America: Politics and Culture During the Reagan Years*. NY: Columbia University Press, 2009

KUSHNER, Tony. *A Bright Room Called Day*. New York: Theatre Communications Group, 1994

LAHR, John. "After Angels". *New Yorker*, 0028792X, 1/3/2005, Vol. 80, Issue 41

MATE, Reyes. *Meia-noite na história: Comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”*. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2011

ZAKARIA, Fareed. *O mundo pós-americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

3.LUTAS POLÍTICAS E CULTURA AFRO-AMERICANA

Entre a Canção e o Ideal: as relações entre o movimento folk e os Direitos Civis. Luiza Fernandes Brandão.

Graduanda em História - UFF

Introdução

Ao pensarmos na História americana e na ideia que fazemos dos próprios americanos, não é difícil nos deixarmos levar pela imagem de uma nação imperialista, belicosa, forjada na guerra. A “terra dos livres e o lar dos bravos”¹ se fundamentou a partir da Guerra de Secessão e, no imaginário político americano, a América é o fruto do esforço de guerra² Muito pouco se reflete sobre o movimento pacifista, que se assume na contracorrente do esforço de guerra desde fins do século XIX, na Guerra das Filipinas. Uma razão mais evidentes que justifique o esquecimento do movimento pacifista seria talvez que a própria indústria cinematográfica norte-americana não se preocupe de mostrá-lo em seus filmes. Ao longo de sua história, Hollywood deu preferência à figura do soldado cidadão, moralmente coeso e que crê na necessidade e na justiça da guerra, e a recepção de filmes deste tipo no mundo é geralmente muito boa.

No entanto, existe também uma falta de estudos acadêmicos no sentido de recuperar a história destes movimentos. No prefácio de seu livro “The American Peace Movement: Ideals and Activism”, Charles Chatfield comenta esta necessidade.

“Até recentemente, no entanto, sociólogos não tem incluído a reforma pacifista nas teorias sobre os movimentos sociais, apesar da ressurgência de interesses neste campo que acompanhou a oposição organizada à Guerra do Vietnã e às armas nucleares. (...) O esforço organizado para assegurar a paz pode ser estudado no sentido que Charles Tilly o definiu: ‘uma constante interação na qual pessoas mobilizadas, agindo em nome de um interesse definido, fazem repetidas demandas aos poderosos que vão além do seu poder de autoridade’. A ênfase de Tilly no termo interação aponta as relações dinâmicas entre as pessoas que

¹ Referência ao último verso do hino nacional, *The Star Spangled Banner*, que diz que a América é “the land of the free and the home of the brave”.

organizam os movimentos de mudança e também entre elas e o governo ou sociedade que elas desejam mudar.”

Durante o século XX, o movimento pacifista se manteve presente, ainda que muitas vezes com pouca expressão na mídia. O temor da Guerra Fria e os horrores da Guerra do Vietnã tiveram sim um papel importante no fortalecimento da causa da paz nos Estados Unidos, mas esse é um movimento que tem história e tradição.

Uma Breve História do Movimento Pacifista

Antes mesmo do início da Guerra Civil, em 1815, se formaram as primeiras organizações pacifistas na América: David Low Dodge fundou a New York Peace Society, no estado de Nova York, e em Dezembro, Noah Worcester fundou Massachusetts Peace Society.

A objeção consciente se estabelece como parâmetro de luta pacifista na Primeira Guerra, a partir de organizações de esquerda. No campo Liberal, a Liga das Nações. A partir da Segunda Guerra Mundial, o pacifismo muda de figura. Enquanto o governo o reprimia por classificá-lo como uma ação anti-americana dentro da Lei de Espionagem, há também um fortalecimento do movimento diante da desconstrução da ideia da guerra justa. No governo de Franklin Roosevelt, a guerra foi revestida de uma carga moral à medida que a se estabelecia que a guerra estava sendo lutada para defender as liberdades das democracias americanas contra a ameaça euro-asiática. A promessa de paz e estabilidade que viria após o término da Segunda Guerra Mundial foi substituída pelo temor da guerra nuclear, depois da bomba lançada pelos americanos em Hiroshima e Nagasaki². As guerras, até mesmo as justas, falharam em restabelecer a ordem e a liberdade. Neste momento, pareceu a muitos americanos que a alternativa que lhes restava era reivindicar direta e categoricamente o objetivo final da guerra: a paz.

² “O espectro da bomba e a ideia de uma Guerra Fria sem contorno e prazo definidos traiu a esperança de que o término da Segunda Guerra, paradigma da guerra justa, traria de volta a paz, a segurança, e estabilidade e a prosperidade para o mundo. A insegurança acabou por estimular dúvidas sobre as virtudes da democracia norte-americana.” (Azevedo, p 285)

Uma Consequência da Bomba Atômica: a Formação dos Comitês pela Paz

A Guerra Fria estabeleceu uma clara mudança no modo de vida dos americanos. O holocausto nuclear era um temor constante depois dos testes com armas atômicas feitos tanto nos Estados Unidos quanto na União Soviética. Diante disso foram, criadas diversas organizações que se opunham frontalmente à lógica belicista da Guerra Fria. O Committee for a Sane Nuclear Policy (SANE) e o Comitte for Non Violent Action (CNVA) foram ambos criados em 1957, quando a corrida armamentista ganhava forças dentro dos Estados Unidos.

A década de 1950 para o movimento pacifista foi marcada pela agregação de outros movimentos sociais que despontavam na época, em especial o movimento pelos Direitos Civis. Havia um diálogo entre as duas causas não apenas no nível ideológico, como também nas propostas de encaminhamento de ação. A CNVA era composta basicamente de voluntários, que também se engajavam em outras causas dentro dos Estados Unidos. A ideia da não violência que era exigida do governo, também deveria ser aplicada pelos membros do movimento em suas reivindicações.

À medida que essas organizações se estabeleciam e que dissidências dentro destes iam brotando, alguns membros decidiram deixar os comitês e se engajar com outros grupos dissidentes, cujas causas eles acreditavam ser mais abrangente. A participação universitária no movimento pelos Direitos Civis estava crescendo: no espaço de poucos anos, fora fundadas a Student SANE, Students Peace Union, a Students for a Democratic Society, entre outras. Em abril de 1960, foi fundada a Student Nonviolent Coordinating Comittee.

Criada na Shaw University, uma instituição particular reconhecidamente negra, a SNCC atuava em diferentes estados do Sul, como Mississippi, Alabama, Georgia e Arkansas. Um dos fundadores da SNCC, Julian Bond, afirmou a importância da organização:

“Um dos legados da SNCC é a destruição dos grilhões psicológicos que mantiveram os negros do sul em uma submissão física e mental. A SNCC ajudou a quebrar esses grilhões para sempre. Ela demonstrou que homens e mulheres comuns, jovens e velhos, podiam fazer coisas extraordinárias”.

Este *black empowerment* que a SNCC se propunha a fazer vinha acompanhado da valorização da cultura negra norte-americana. Enquanto os ativistas, negros e brancos, iam para o Sul procurando conscientizar a população de negra, eles também iam descobrindo as músicas tradicionais daquelas regiões. O *talking blues* do Delta do Rio Mississippi foi um destes estilos musicais que incorporaram o movimento de revitalização da cultura folk.

A Música como Forma de Protesto

Já no início do século XX, podíamos encontrar grupos sociais que utilizavam a música como forma de contestação social. Canções de protestos eram uma das formas que os trabalhadores do Industrial Worker of the World (IWW ou “Wobblies”)- sindicato americano adepto à teoria revolucionária- especialmente como forma de recrutar novos membros de forma de publicidade e para manter a coesão e a moral dentro. A música também funcionava como uma história oral cantada: muitas de suas greves e campanhas tem registro sonoro. Entre 1911 e 1961, os Wobblies gravaram seu Little Red Songbook, com os dizeres “To Fan the Flames of Discontent” (“Para Abanar as Chamas do Descontentamento”).

O movimento folk (ou o resgate do folk) foi uma manifestação musical, artística e intelectual, que se propôs inicialmente a recuperar estilos musicais tradicionais. As canções tradicionais podiam vir até da Europa ou da América Latina, mas a ênfase maior era dada à música produzida pelas minorias norte-americanas. No folk, ouvia-se as músicas de diversas tribos indígenas (os chamados *native Americans*), mas a música negra parece ter tido uma recepção maior dos músicos.

Nas décadas de 1940 e 1950, os primeiros artistas de folk começam a utilizar a música para tratar de problemas sociais, morais e políticos. Os sindicatos começam a utilizar a música folk em seus protestos, o que acaba por criar uma imagem sobre dos cantores de folk como Comunistas como todo o conteúdo pejorativo que isso implicava nos anos antes da Era McCarthy. Alguns mais conservadores chamaram este momento de “conspiração esquerdistas do folk”.

Um dos primeiros grandes cantores de folk a despontar na cena musical da época foi Woody Guthrie, o “pai da balada de protesto contemporânea” (apesar do variado

repertório, incluindo canções infantis). endeu a tocar música tradicional e blues viajando de trem com trabalhadores do Dust Bowl durante a Grande Depressão e ficou conhecido como o Trovador do Dust Bowl. Como marca reconhecida, costumava tocar um violão com os dizeres “Essa máquina mata fascistas”². Nessa época, entrou em contato com diversos grupos comunistas e, apesar de não haver evidência que tenha feito parte de nenhum deles, algumas de suas canções tinham um conteúdo claramente politizado. Demonstrou várias vezes uma grande aversão a se conformar com as exigências da indústria fonográfica. Guthrie passou a maior parte de vida mergulhado em dívidas: “Foi a minha dura sorte que me fez muitas vezes escolher entre o que eu achava que era a verdade e um bom pagamento, e é por isso que eu vivo tão verdadeiramente sem grana, admito.”

O fim da vida de Guthrie é também um momento igualmente triste e, talvez por isso mesmo, igualmente importante na construção do mito sobre o cantor. Portador da Doença de Huntington (uma doença cerebral degenerativa e incurável, que causa desde tremores involuntários nos membros até distúrbios de personalidade), Guthrie foi internado no Hospital Psiquiátrico de Greystone Park entre 1956 e 1961.

Apesar de uma história de vida conturbada, Guthrie é definitivamente lembrado pelo espírito positivo de suas canções.

“Talvez uma das principais razões para que tantas canções de Guthrie tenham perdurado é o inato otimismo da sua visão de como contar desassossego social, político e econômico. Suas canções são repletas de uma atitude positiva, como ele escrevera: “Eu odeio uma canção que te faz pensar que você não é bom... que você só nasceu para perder. Que você vai perder. Que você não é bom para ninguém... Eu quero lutar contra esse tipo de canção até meu último suspiro e até minha última gota de sangue. Eu quero cantar as canções que vão provar para vocês que esse é seu mundo... que vão fazer vocês sentirem orgulho de si mesmos e do seu trabalho.”³

A imagem de Guthrie é muitas vezes permeada pela mitificação: uma

² Historian John Partington notes that in Guthrie's opposition to **Fascism** he conceptualized the ideology "as a form of economic exploitation similar to slavery...he straightforwardly denounces the fascists, particularly their leaders, as a group of gangsters who set out to 'rob the world'. In this Guthrie cast those opposing Fascism not as mere outlaws in a Fascist state, but as heroes rising "in times of economic turmoil and social disintegration" to fight "a highly illegitimate criminal endeavor intended to exploit the common people." Guthrie joined his voice in portraying not only as "dumb gangsters" but he also "externalized the inhuman element of fascism by describing its representatives as animals that were usually held in very low esteem and were associated with a range of bad character traits."

³ Lockard, p 241

mitificação que eleva o caráter político de suas canções a um patamar muitas vezes mais elevado do que na realidade foi. A lenda de Guthrie se tornou tão dramática e significativa quanto sua vida real, considerando que ele nunca foi famoso em sua carreira. Claramente, ele tinha um ponto de vista universal; suas canções ofereciam uma mensagem universal em uma língua universal. Indubitavelmente, seu radicalismo foi amplificado na lenda; ele foi de alguma forma politicamente inocente e nunca o revolucionário retratado por muitos admiradores esquerdistas. De todo modo, ainda que muito mitificado, suas preocupações e atitudes reverberaram no campo de batalha social das décadas de 1960 e 1970.

Resgatando a Cultura Tradicional

A divulgação destas canções foi feita de diversas formas. Alan Lomax, que ao longo dos anos fez entrevistas, fotos e gravação. Sua documentação foi a base para a fundação do Archive of American Folk Song, que foi fundado em 1928 e trinta anos depois se tornou parte do American Folklife Center. Os fundos que compõe o arquivo são documentos de cultura tradicional do mundo todo, o primeiro deste tipo nos Estados Unidos. É um dos maiores arquivos deste tipo no mundo: atualmente, conta com mais de três milhões de fotografias, 10.000 gravações de áudio e imagens em movimento. Em março de 2004, dois anos após o falecimento de Lomax, o American Folklife Center a Alan Lomax's Collection, compilação feita pelo autor em um período de sessenta anos. Para além disso, Lomax escreveu diversos livros sobre música folk: os mais conhecidos são *The Land Where the Blues Began*, *Folk Song Style and Culture* e *The Folk Songs of North America in the English Language*. John Jacob Niles, estudioso e compositor de música folk, registrou e transcreveu de fontes orais diversos músicos dos Apalaches e muitas outras de músicos afro-americanos, que conheceu durante o serviço militar na 1^aGM.

As Mass media também ajudaram a disseminar o folk – com o início dos festivais de música folk, the Grand Ole Opry in 1925. “The Wayfaring Stranger” with Burl Ives & the Lomaxes in the 1930s foi um dos primeiros álbuns de folk a chamar a atenção do grande público. In the 1940s, Alan Lomax produced two radio shows, "Folk Music in America" and "Back Where I Come From."

Dentre os documentos a cerca do período e da cultura folk, existe um volume considerável na Library of Congress, dentro da coleção do American Folklife Center.

Grande parte do material foi coletado por Alan Lomax, que ao longo dos anos fez entrevistas, fotos e gravação. Sua documentação foi a base para a fundação do do Archive of American Folk Song, que foi fundado em 1928 e trinta anos depois se tornou parte do American Folklife Center. Os fundos que compõe o arquivo são documentos de cultura tradicional do mundo todo, o primeiro deste tipo nos Estados Unidos. É um dos maiores arquivos deste tipo no mundo: atualmente, conta com mais de três milhões de fotografias, 10.000 gravações de áudio e imagens em movimento. Em março de 2004, dois anos após o falecimento de Lomax, o American Folklife Center a Alan Lomax's Collection, compilação feita pelo autor em um período de sessenta anos.

Para além disso, Lomax escreveu diversos livros sobre música folk: os mais conhecidos são *The Land Where the Blues Began*, *Folk Song Style and Culture* e *The Folk Songs of North America in the English Language*. A Library of Congress disponibiliza digitalmente em seu site (<http://www.loc.gov>) algumas coleções completas do American Folklife Center, que incluem material audiovisual e gravações de shows e entrevistas. Inclusive, estão disponíveis as cartas trocadas entre Woody Guthrie e Alan Lomax entre as décadas de 1940 e 1950. Os registros em áudio também estão parcialmente disponibilizados no site da Library of Congress e em serviços de download, como o iTunes. Folkways, selo de gravação criado em 1987 por Moses Asch e adquirido pelo Smithsonian Institute e que atualmente faz parte da coleção Smithsonian Folkways. A instituição, no intuito de divulgar diferentes trabalhos culturais de todo o mundo, disponibiliza digitalmente sua coleção em seu site oficial.

A ideia era resgatar essa cultura tradicional para reafirmar o valor que tinham as muitas minorias que faziam parte do movimento. Excluídos da Grande Sociedade americana e tendo muitas vezes sido negados os seus direitos, não é de se espantar que a história destas minorias tenha tido sua significância categoricamente subtraída. O resgate da tradição acompanha o movimento pelos Direitos Civis à medida que traz à luz a história e a cultura destas minorias, valorizando a sua contribuição para a América. O pesquisador Alan Lomax⁴, no prefácio de seu livro de 1947, *Folk Song USA*, escreve:

“É nossa identificação com o homem comum que levou a mim e a meu pai em nossa jornada por este continente- em milhares de campos de trabalho e honky-tonks, em milhares de casinhas

⁴ Apud Hale, pp 89-90.

pequenas, em pequenas igrejas nas estradas do interior e através do horror das penitenciárias. É este entusiasmo que construiu as bases para a fundação do Archive of American Folk Song na Library of Congress, onde nós acrescentamos a voz do homem comum à memória escrita da América.”

O folk representava a verdade, os cantores de folk eram vistos como pessoas que buscava sempre a honestidade e queriam sensibilizar os seus ouvintes. Um membro da banda de folk Peter, Paul and Mary declarou: “A música folk é na verdade a personificação de um ser humano estendendo a mão a outro ser humano, sem perder sua dignidade. A música diz 'Nós nos sentimos da mesma maneira. Caminhe conosco'.” O governo havia mentido, as guerras não eram justas e a sociedade americana não era igualitária. A verdade deveria ser buscada então naqueles que estavam às margens do establishment, que não tinham sido ainda corrompidos por ele. Bob Dylan, um dos nomes mais importantes do movimento folk, avaliou em 1961:

Estamos em meio a um boom de música folk [...] porque os tempos gritam pela verdade [...] e as pessoas querem ouvir a verdade e é exatamente o que elas estão ouvindo na boa música folk de hoje [...]. Quando ouço as pessoas conversarem, tudo o que ouço é o que elas não estão me dizendo. Há mistério, magia, verdade e a Bíblia nas grandes músicas folk. Não posso esperar alcançar isso. Mas vou tentar.⁵

Os músicos poderiam se apresentar de maneiras diferentes, com um violão e uma voz cantando sobre as dificuldades dos negros ou um grupo cantando uma cantiga tradicional celta, mas na essência todos falavam da mesma coisa: de um sentimento, de uma angústia e de um amor que era identificável para qualquer um que escutasse a música. Não importava, no final das contas, se quem escutava era um universitário branco de classe média ou de um trabalhador negro, porque, segundo Hale:

“Com uma aura de ambiguidade racial, boêmia, vagamente esquerdistas e, portanto, proibido, sendo completamente contra a ideologia da classe média suburbana branca, a música folk se

⁵ Shelton, p 275

tornou popular. Marcada por suas conexões com o Comunismo e com a Velha Esquerda, a música folk deu a muitos jovens músicos e fãs uma maneira de lutar contra o perverso Liberalismo americano da metade do século. O Liberalismo insistia que o passado não importava, que não havia limite para o que o país ou para o que o indivíduo poderia conquistar, que o futuro seria inevitavelmente melhor que o passado. O resgate do folk sugeria que, pelo contrário, o passado tinha valor e que a perda da história não era algo para ser celebrado mas para ser lamentado.”

O objetivo de um cantor de folk ao se apresentar (e, na realidade, sua grande responsabilidade) era criar o vínculo emocional entre os diferentes grupos sociais que se reuniam nos festivais e apresentações. Joan Baez, a primeira grande estrela da cena folk, uma mulher branca que cantava acompanhada muitas vezes só de um violão. Hale em seu livro *A Nation of Outsiders* usa com frequência o adjetivo “autêntica” para caracterizar Baez. O grande mérito das performances da cantora era, além de uma bela voz, a sinceridade com a qual cantava as canções de seu repertório. Talvez a mais conhecida interpretação de Baez seja *We Shall Overcome*, que acabou por se tornar uma espécie de hino do folk. Estas performances de Joan Baez foram fundamentais para criar o vínculo cultural e político que teve a juventude dos anos 1960 com o movimento folk.

Dar voz àqueles antes eram marginalizados da sociedade tornou o folk um movimento multiclassista além de multicultural. Aqueles que agora eram ouvidos se uniam aos que queriam reproduzir sua cultura: a classe média branca que não se identificava com o establishment estava ao lado dos negros escutando e cantando sua história e tradição. Dentro do movimento folk, era fundamental a igualdade racial, pois tão importante era para os negros terem a sua voz ouvida quanto era para os brancos se igualarem a eles para poderem dizer que faziam eles parte de um coletivo. Hale comenta:

“A cultura de massa pedia às pessoas que comprassem. A música folk pedia às pessoas que participassem. E participando, se unindo ao povo [“the folk”, no original], os verdadeiros outsiders- e era crucial que alguns deles fossem negros- fez da juventude de classe média branca outsiders também.”

No caso dos negros, isso se tornava ainda mais claro, especialmente pelo caráter político do movimento folk dentro do contexto da luta dos Direitos Civis. Ela

funcionava como o viés artístico da luta política, como uma maneira criativa e apaixonada de expor os ideais cultivados por aqueles que defendiam a igualdade racial e cívica no contexto sufocante pós década de 1950. Hale:

“Existe uma conexão, podemos suspeitar, entre a maneira que muitos estudantes se vestem e seus sentimentos com relação à música folk... Essa geração de universitários não é necessariamente beat, mas é composta por jovens que estão desesperadamente famintos por um pequeno e seguro pedaço de um mundo underground imaculado.(...) Algumas das armadilhas e gostos de um grupo boêmio de minorias tem sido gradualmente assimilado e adaptado por uma classe média universitária”.

Havia uma grande idealização da luta dos negros sulistas, que eram vistos como os grandes exemplos dessa autenticidade que os revivalistas do folk buscavam.¹¹⁷⁶ Guy Carawan, que gravou e produziu em 1961-62 o documentário em áudio “Freedom in the Air” (que foi vendido a princípio pela SNCC), declarou em 1962 que estava “convencido, depois de mostrar o documentário para um público variado e considerável, que as pessoas que não estão no Sul são desinformadas com relação a o que ocorre lá e não sabem o que fazer para tocar ou estimular aquelas pessoas”.

Dentro dos grupos abertamente políticos que usaram o folk como instrumento de protesto, se destaca a SNCC, que já foi mencionada no início deste trabalho.¹¹⁸⁷ Para angariar fundos para o comitê, os Freedom Singers faziam turnês pelos Estados Unidos cantando *spirituals* populares das igrejas protestantes negras. É interessante notar como este grupo exprime o intercâmbio cultural que já identificamos no folk: era cantando canções dos próprios negros que eles conseguiam conscientizar suas plateias sobre a

⁶ “A música se tornou uma ferramenta central no movimento pelos direitos civis no Sul porque os ativistas achavam que cantando juntas as pessoas se sentiam conectadas umas às outras, lhes dava coragem e emocionalmente marcava a sua busca pelos espaços que a segregação racial lhes havia negado. Fora do movimento sulista e seu contexto local, por outro lado, a música e os filmes de cantores de protesto ajudaram a produzir e circular uma imagem alternativa do Sul como um local em que os afro-americanos preservaram uma distinta e ‘autêntica’ cultura rural. Se o Sul era o lugar onde o racismo havia florescido também era, paradoxalmente, o lugar onde os ‘verdadeiros’ negros sobreviveram.” (Hale, p 107)

⁷ Os ativistas dos Direitos Civis, por outro lado, aprenderam que fazer o papel do ‘folk’ fazia com que a classe média branca simpatizasse e apoiasse a causa fora do Sul. Nenhuma organização fez isso melhor que SNCC, que usou das fantasias dos brancos sobre os negros sulistas enquanto o movimento folk angariava dinheiro, educava as pessoas e recrutava novos voluntários. Os Freedom Singers da SNCC faziam turnês pelos campi universitários, igrejas liberais e sinagogas, fazendo o papel de cantores negros de folk e ensinando aos fãs de folk sobre a luta dos direitos civis no Sul.” (Hale, p 87)

problemática deste grupo social dentro dos Estados Unidos.⁸ Eram as canções folk dos negros que foram adaptadas em canções de protesto contra a Guerra do Vietnã.

As Canções de Protesto

As canções folk tinham temas extremamente abrangentes: algumas podiam falar das belezas naturais da América, de comida, de sexo. Mas aquelas que parecem ter ficado na memória dos ouvintes eram aquelas que falavam das lutas políticas e civis da sociedade. Utilizando a estrutura musical e harmônica aprendida com as canções tradicionais, os revivalistas do folk puderam escrever suas próprias letras falando sobre as questões de sua época. Uma temática bastante recorrente era a Guerra do Vietnã e causa da paz. Pete Seeger compôs *Bring 'Em Home*⁹, em 1966, se referindo aos soldados do Vietnã. Interessante notar como ele perverte uma noção clássica do imaginário nacionalista americano: se você ama seu país, você apoia as tropas (“support the troops”). Seeger argumenta o oposto: se você ama seu país e apoia os soldados, você os quer de volta em casa. Se você ama seu país, você não quervê-lo envolto com algo tão horrível como a guerra.

(If You Love Your Uncle Sam) Bring Them Home

If you love your Uncle Sam,
Bring them home, bring them home.
Support our boys in Vietnam,
Bring them home, bring them home.

⁸ “Perhaps because it originated in the black church, where congregational singing had traditionally formed an essential art of worship, southern civil rights protest was commonly accompanied by the music of the black choral tradition. Whether sung in churches or in jails, such freedom songs as "Oh Freedom (Over Me)" and "This Little Light of Mine" helped to shape the movement and sustain it in moments of crisis. Most freedom songs were common hymns or spirituals familiar to the southern black community; the lyrics were often modified to reflect the political aims of the civil rights movement rather than the spiritual aims of a congregation. The songs not only reflected the views and values of the movement's participants but also, in the case of the Freedom Singers, helped to share them with a national audience.” (Fonte: Georgia Encyclopedia, <http://www.georgiaencyclopedia.org/nge/Article.jsp?id=h-3670>)

⁹ Seeger compôs e gravou a canção em 1966, mas só foi lançada oficialmente em 1971, no álbum *Young vs Old*, pela Columbia Records.

It'll make our generals sad, I know,

Bring them home, bring them home.

They want to tangle with the foe,

Bring them home, bring them home.

They want to test their weaponry,

Bring them home, bring them home.

But here is their big fallacy,

Bring them home, bring them home.

I may be right, I may be wrong,

Bring them home, bring them home.

But I got a right to sing this song,

Bring them home, bring them home.

There's one thing I must confess,

Bring them home, bring them home.

I'm not really a pacifist,

Bring them home, bring them home.

If an army invaded this land of mine,

Bring them home, bring them home.

You'd find me out on the firing line,

Bring them home, bring them home.

Even if they brought their planes to bomb,

Bring them home, bring them home.

Even if they brought helicopters and napalm,

Bring them home, bring them home.

Show those generals their fallacy:

Bring them home, bring them home.

They don't have the right weaponry,

Bring them home, bring them home.

For defense you need common sense,

Bring them home, bring them home.

They don't have the right armaments,

Bring them home, bring them home.

The world needs teachers, books and schools,

Bring them home, bring them home.

And learning a few universal rules,

Bring them home, bring them home.

So if you love your Uncle Sam,

Bring them home, bring them home.

Support our boys in Vietnam,

Bring them home, bring them home.

Este tipo de canção tocada e cantada em uma manifestação ou em um show dava coesão ao movimento à medida que criava um sentimento de união e de identificação com uma causa comum. Havia expressão política dentro do movimento folk, havia uma causa nobre pela qual valia à pena ser lutada. Os revivalistas do folk podem se enquadrar na classificação de Hannah Arendt de “contestadores civis”:

“Esses últimos são na verdade minorias organizadas, delimitadas mais pela opinião comum do que por interesses comuns, e pela decisão de tomar posição contra a política do governo mesmo tendo razões para supor que ela é apoiada pela maioria; sua ação combinada brota de um compromisso mútuo, e é este compromisso que empresta crédito e convicção à sua opinião, não importando como se tenham originalmente atingido.”

Bibliografia

- ARENKT, Hannah. “Desobediência Civil”. In: *Crises da República*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001
- BROOKS, William. “Music: sound: technology”. In: BIGSBY, Christopher (Org.) *Modern American Culture* (Cambridge: Cambridge University Press, 2006).
- BUHLE, Paul. “Popular Culture”. In: BIGSBY, Christopher (Org.) *Modern American Culture* (Cambridge: Cambridge University Press, 2006).
- CHATFIELD, Charles. *The American Peace Movement: Ideals and Activism*. (Nova York: Twayne Publishers, 1992)
- BIGSBY, Christopher. “Introduction: What, then, Is the American?”. In: BIGSBY, Christopher (Org.) *Modern American Culture* (Cambridge: Cambridge University Press, 2006).
- HALE, Grace Elizabeth. *A Nation of Outsiders: how white middle-class fell in love with rebellion in postwar America*. Oxford, 2011
- HELLMAN, John. “Vietnam and the 1960's”. In: BIGSBY, Christopher (Org.) *Modern American Culture* (Cambridge: Cambridge University Press, 2006).
- KONDER, Leandro. “Introdução”. In: *Os Marxistas e a Arte*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1967.
- LOCKARD, Craig A. “Woody Guthrie”. In: BUHLE, Mary Jo et alli. *The American Radical*. (Nova York: Taylor&Francis, 2003)
- SEEGER, Pete. *Where Have All the Flowers Gone: a singalong memoir*. (Nova York, Norton&Company, 1993)
- SOUZA, Rodrigo Farias de. *A Nova Esquerda Americana*. (Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2009)
- WHITFIELD, Stephen J. “The Culture of Cold War”. In: BIGSBY, Christopher (Org.) *Modern American Culture* (Cambridge: Cambridge University Press, 2006).

Anais do I Encontro de Graduandos e Pós-Graduandos em História dos Estados Unidos
ISBN: 978-85-63735-12-6

W. E. B. Du Bois e a Revista The Crisis: 1910-1920. Carlos Nascimento¹

Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo – USP
E-mail: alexandre1@usp.br

Assim, toda Arte é propaganda e sempre deve ser, apesar do lamento dos pedantes. Eu permaneço em total falta de pudor e digo que qualquer tipo de arte que eu tenha por escrever tem sido usada sempre para propaganda pela conquista do direito do povo negro ao amor e a apreciação. Eu não me importo com uma arte que não é usada para propaganda. Porém, eu me importo quando propaganda é confinada a apenas um lado enquanto o outro é despojado e mudo. (DU BOIS In: APTHEKER, 1983, p. 448, tradução nossa).²

Estas palavras escritas pelo ativista e um dos pioneiros pela militância e conquista dos direitos civis dos afro-americanos, William Edward Burghardt Du Bois, na edição de outubro de 1926 da revista *The Crisis: A Record of the Darker Races*,³ salientam de maneira preponderante sua visão e a forma de atuação com a qual procurou conduzir as políticas e práticas de contestação durante o considerável espaço de tempo em que esteve à frente da editoração da mesma, período que vai de 1910 a 1934. Para Du Bois, mais do que um meio de contemplação e lazer, as diversas maneiras e expressões artísticas deveriam ser mais uma ferramenta na luta em prol da efetivação das garantias de cidadania para os membros da comunidade negra.

O entendimento de Du Bois em relação ao papel positivo a ser desempenhado pela arte, tanto para a efetivação dos direitos dos cidadãos negros norte-americanos quanto para o combate ao estereótipo há muito vigente nas formas de representação da sociedade em geral em relação ao negro, pode ser verificado quando de seu trabalho

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo – USP, instituição no qual pesquisa a representação do negro norte-americano na revista *The Crisis: A Record of the Darker Races* durante o período de 1910 a 1920, orientado pelo professor Dr. Robert Sean Purdy, com fomento da FAPESP.

² "Thus all Art is propaganda and ever must be, despite the wailing of the purists. I stand in utter shamelessness and say that whatever art I have for writing has been used always for propaganda for gaining the right of black folk to love and enjoy. I do not care a damn for any art is not used for propaganda. But I do care when propaganda is confined to one side while the other is stripped and silent". Du BOIS In: APTHEKER, 1983, p. 448.

³ Digitalizações dos primeiros doze anos da revista, podem ser encontradas no site do projeto desenvolvido pelas universidades *Brown* e *Tulsa* que procuram apresentar jornais e revistas que se inserem no contexto modernista em países de língua inglesa. Ver: http://www.modjourn.org/render.php?view=mjp_object&id=crisiscollection.

para a Exposição Universal de Paris em 1900. Nesse evento, no qual foram apresentadas 500 fotografias, Du Bois compilou 363, que deram configuração a três álbuns que foram expostos em Paris na seção Exibição dos Negros Americanos.⁴ Tal compilação resultou de um trabalho maior desenvolvido pelo estudioso em colaboração com alunos da Universidade de Atlanta que procuraram além de retratar os membros da comunidade negra através de fotografias, a maior parte delas se referindo à classe-média local, apresentar dados estáticos e gráficos que diziam respeito aos aspectos mais significativos que compunham o estilo de vida dos afro-americanos no país e destacadamente no estado da Geórgia. De acordo com a professora Shawn Michelle Smith (2004), em sua análise sobre o trabalho desenvolvido por Du Bois que resultou na Exibição dos Negros da Geórgia, no ano de 1899, ele proporcionou um trabalho que tinha por objetivo oferecer um espaço no qual uma contra história poderia ser imaginada e narrada e, da mesma forma, como um contra arquivo que enfatiza as formas nas quais identidade e história poderiam ser instauradas ao menos parcialmente através da representação.

Compartilhamos com a professora Smith, e outros que serão apresentados no decorrer deste texto, o pensamento e a forma de atuação desempenhada durante longos anos por W. E. B. Du Bois de estruturar um tipo de representação que desmisticasse os valores até então recorrentes acerca do afro-americano no seio da sociedade estadunidense. Nesse processo, inicialmente desempenhado através do uso de fotografias que tinham como alvo representar o negro norte-americano em um processo de ascensão econômica e social, mesmo em face as piores manifestações de segregação e racismo com as quais estes tinham que lidar de forma diária, atesta-se a configuração de uma espécie de trabalho de arquivo desempenhado por Du Bois. Mais do que evidenciar uma estética “nova” acerca dos integrantes da comunidade negra, algo que até mesmo eles tinham se “acostumado” a esquecer devido ao forte impacto desencadeado pelo racismo reinante e debatido de maneira científica⁵, tinha como objetivo também demonstrar para

⁴ Esses álbuns foram denominados: *Types of American Negroes; Georgia, U.S.A.* e *Negro Life in Georgia, U.S.A.*

⁵ Dentre as obras que podem ser apresentadas como contribuidoras para cimentar o ódio racial em direção aos afro-americanos, encontra-se a produção de Frederick L. Hoffman, *The Race Traits and Tendencies in American Negro*, de 1896. Através de dados estatísticos diversos, Hoffman argumenta que qualquer prática que visa o auxílio em direção ao negro, seja em relação à educação ou por meios filantrópicos, tem mostrado um notável fracasso e, chega à conclusão de que a completa extinção da raça negra é apenas uma questão de tempo.

a sociedade em geral que o negro estava presente, deveria e merecia usufruir de todos os benefícios que o Estado norte-americano tinha a oferecer.

Nesta perspectiva, o trabalho de arquivo vai além de uma simples escolha aleatória de imagens, textos ou outras fontes. Os arquivos, segundo Smith (2004), desencadeiam um papel ideológico, pois, são elaborados obedecendo a certas intensões políticas e clamores específicos através de um significado cultural. As escolhas de quem os organizam tem um objetivo e, no caso de Du Bois, era o desmantelamento das hierarquias raciais que ditavam o conhecimento legal e científico por volta da virada do século XX.

A representação conferida ao negro na sociedade estadunidense há muito tempo era uma constante.⁶ Inicialmente, estas representações ficavam restritas a aspectos cômicos que tinham o papel de conferir ao afro-americano os trajes e os trejeitos de uma figura ridícula com vestimentas exageradas e com traços psicológicos beirando a infantilidade. É por volta das três primeiras décadas do século XIX que as figuras de Zip Coon e Jim Crow começam a ganhar espaço no cenário ficcional norte-americano. Tais figuras são duas das personagens chaves dos shows de menestréis que permeavam o território estadunidense e que proporcionaram a tais shows, serem considerados as primeiras formas de entretenimento nacional e, a estabelecerem a maneira como os negros nos Estados Unidos seriam lembrados por longa data.⁷ O historiador David R. Roediger (2007), por exemplo, em análise sobre o caráter racial na formação da classe trabalhadora nos Estados Unidos, salienta o papel que tais representações e shows tiveram em projetar as visões dos trabalhadores brancos em relação aos seus pares negros em um período de intenso processo de industrialização nacional. A utilização da imagem de certos grupos humanos e sua aceitação pelas massas como estratégia de ridicularização, representa um meio significativo de se analisar e compreender determinados aspectos da cultura popular. Segundo Russel B. Nye (1970), por não ser considerada nem uma forma de cultura ou arte mais elevada nem um aspecto folclórico, a cultura popular oferece meios de perceber os pensamentos, sentimentos e sonhos que circundam as pessoas em determinada época. (Figuras 1 e 2).

⁶ Neste caso, não estamos considerando as representações de escravos apresentados em impressos que já circulavam pelas colônias por volta da segunda metade do século XVII. Ver: LACEY, Barbara E. Visual Images of Blacks in Early American Imprints. In: *The William and Mary Quarterly*, Third Series, Vol. 53, No. 1, Material Culture in Early America (Jan., 1996), pp. 137-180.

⁷ Ver: TOLL, Robert C. *Blacking Up: The Minstrel Show in Nineteenth Century America*. New York: Oxford University Press, 1974.

Vale a pena notar que a imagem do negro como uma figura cômica e muitas vezes, não condizente com os valores que guiavam os padrões norte-americanos, tais como sobriedade e apreço pelo trabalho duro, compartilhava dos mesmos dramas que outros grupos étnicos, dentre eles os asiáticos, os índios e até mesmo, grupos constituídos por elementos brancos da população como foi o caso dos irlandeses, muitas vezes retratados grotescamente por Thomas Nast, talvez o maior cartunista da história norte-americana (Figura 3). De acordo com artigo de J. Stanley Lemons (1977), podem ser encontrados dois momentos em que a figura cômica referente ao afro-americano emerge nos Estados Unidos. Pode-se verificar nesses dois momentos, uma significativa semelhança que contribui para cimentar a falta de consideração para com os negros. Segundo este autor, o primeiro desses momentos ocorre durante os anos 1840 e está inserido em um contexto em que os debates em torno da questão da escravidão estavam se tornando recorrentes no país. O outro momento histórico em que a figura do negro começa a novamente a despontar para a atenção da sociedade em geral se situa entre os anos de 1880 e 1890, período em que as relações raciais se tornam mais ásperas e a representação cômica do grupo negro passa a ser a mais comum nas práticas de entretenimento do país. Esses momentos de conturbada agitação social são cruciais para estigmatizar a figura do grupo uma vez que este se encontra no foco de perturbações que assolam e comprometem a própria estabilidade nacional.

Direcionando nossas atenções para este período mais recente de apresentação e distorção da imagem do afro-americano inserido em um momento histórico em que diversas das garantias constitucionais lhe foram negadas em forma de lei⁸, Lester Levy (1967) afirma que a partir dos anos oitenta do século XIX, o negro que até então era retratado com feições humanas nas capas de folhetos musicais bastante populares em fins do referido século, passa a ser descrito numa perspectiva grotesca através de caricaturas que os assemelham a seres bestiais (Figura 4). Nesta perspectiva, a falha do processo de Reconstrução pós-guerra civil se evidencia como mais um fator a proporcionar a expansão da forma pejorativa de se retratar o negro norte-americano. Em face da situação caótica e explosiva que se apresentava à sociedade relacionada às

⁸ Este momento histórico, mais conhecido pelo termo *Nadir*, pode ser entendido como o período que se estende de 1890 até meados de 1930. O termo foi cunhado pelo historiador Rayford Logan para descrever o processo de rebaixamento de status social enfrentado pelos negros em significativas partes do território norte-americano tanto no que se refere a procedimentos legais quanto em práticas cotidianas. Para Saber mais sobre o período, ver: LOGAN, Rayford. *The Negro in American Life and Thought: The Nadir*. New York: Dial Press, 1954.

questões raciais, uma parte dessa tensão foi canalizada para a representação da figura do negro.

Pode-se destacar também nesse jogo de representações, o cenário ideológico que definiu de forma preponderante as relações estabelecidas e por estabelecer, entre as diversas sociedades do mundo. Expoente primordial para essa configuração se assenta na extensão e impacto que as ideias do naturalista inglês Charles Darwin apresentou em seu celebre livro *A Origem das Espécies*, publicado em 1859. A aplicação dos princípios da evolução apresentada por Charles Darwin migrou das ciências naturais e pouco a pouco, tornaram-se constantes os debates e produções que destacaram sua compatibilidade no que se refere às sociedades humanas. O chamado Darwinismo Social, termo empregado para associar as conjecturas darwinistas à estrutura social, denotou por parte de seus teóricos uma ampla gama de interpretações, desde variações que apresentaram um caráter radical sobre a luta que se daria numa espécie de arena ocupada pelos seres humanos até análises mais brandas acerca da trajetória das sociedades em direção à evolução.⁹

Nos Estados Unidos, a influência dos preceitos do Darwinismo Social e das teorias raciais parecia condizer com o clima de desenvolvimento industrial sem restrições e o espírito imperialista que assolou o país no período após a Guerra Civil. O grande referencial quando se trata de tais interpretações no país é o sociólogo William Graham Sumner para quem, a competição econômica entre os indivíduos associada às leis da seleção natural proporcionariam o contínuo progresso da civilização. Para Sumner, o *laissez-faire* não apenas restrito a economia, mas também em relação a qualquer tipo de auxílio governamental em direção as classes sociais mais baixas se configurava em uma das formas mais eficazes na promoção de tal progresso.¹⁰

As noções de superioridade racial obtiveram um amplo alcance no debate intelectual que se configurou nos diversos espaços acadêmicos no interior do país. Atentos aos diversos avanços que se desenrolavam no continente europeu sobre o assunto, os eruditos norte-americanos procuraram elaborar suas próprias noções sobre configurações de superioridade e inferioridade para os membros que compunham o

⁹ Ver: HAWKINS, Mike. *Social Darwinism in European and American thought, 1860-1945: nature as a model and nature as threat*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997 e SINGER, Peter. *A Darwinian Left: politics, evolution and cooperation*. New Haven: Yale University Press, [1999] 2000.

¹⁰ Ver: BANNISTER, Robert C. (ed.). *On Liberty, Society and Politics*: the essential essays of William Graham Sumner. Indianapolis: Liberty Fund, 1992.

estrato social estadunidense. A diversidade das produções elaboradas na virada do século XX exemplifica muito bem a mentalidade reinante que moldou por considerável espaço de tempo as relações entre brancos e negros.

O trabalho do historiador, tem se ampliado constantemente desde que a disciplina ganhou contornos de ciência, mesmo que este debate seja muitas vezes contestado. Novos métodos e objetos começaram a fazer parte da rotina do profissional que procura ampliar o entendimento sobre determinado evento ou situação a ser abordada. Dentre estes objetos/fontes, outras formas de representações imagéticas foram incorporadas ao escrutínio da análise e interpretação histórica, tais como a caricatura, os cartuns, a charge e diversos tipos de desenhos propriamente ditos. Em observação a este andamento, o historiador Thomas Milton Kemnitz (1973), argumenta que o profissional que trabalha com este tipo de fonte, deve abordá-las com as mesmas questões gerais que são despendidas para qualquer outro meio de comunicação. Segundo o autor, podem ser estabelecidas seis áreas inter-relacionadas para investigação nas quais são englobados os artistas, os meios pelos quais esses desenhos alcançaram o público, a linguagem e os símbolos utilizados, seu relacionamento com outros meios de comunicação, a intensão de sua criação e sua audiência, todas elas auxiliando o historiador a estabelecer a relação entre atitudes populares e tais desenhos.

No que se refere à criação e reprodução de estereótipos, que de uma maneira geral são pensados e associados a certos aspectos negativos de grupos sociais, seu poder pela simplificação, ou seja, de reunir determinadas características que parecem ser evidentes e compartilhadas por todos os membros que constituem tais grupos, contaram com a ajuda dos meios tecnológicos destinados aos impressos para conseguirem se firmar na mentalidade e no seio popular. Como salientado por Teun A. van Dijk (1984, p.13), tais imagens “são ao mesmo tempo uma interpretação subjetiva e uma reconstrução da realidade”. No caso específico dos Estados Unidos, Henry B. Wonham (2004), procurou debater o notável crescimento de caricaturas étnicas nas últimas décadas do século XIX em um momento em que as expressões artísticas pregavam por uma representação mais verossímil do ser humano. Essa ambiguidade de acordo com o que é debatido por Wonham (2004, p. 31), se insere dentro de um programa mais amplo que tem como uma de suas consequências “delinear os limites da legítima cidadania por uma cultura insegura de seu clamor por autoridade”. Dessa maneira, o que estava em jogo com este discurso, mais do que o ato de simplesmente degradar e rebaixar grupos

humanos salientando de forma exagerada certas características físicas, por exemplo, dos negros norte-americanos, comportamentais, no caso do imigrante irlandês, ou políticas, neste caso, citando russos e alemães de tendência anarquista, era o próprio estabelecimento do que seria a identidade norte-americana.

O processo para a desmitificação e combate a representação deturpada e distorcida do afro-americano, da mesma maneira que a imagem que procuravam degradá-la se encontra presente em discursos que antecedem o eclodir da Guerra Civil Americana em 1861. Nesse caso, a figura do ex-escravo Frederick Douglass sustentou a tarefa de mostrar para a sociedade estadunidense em geral, as virtudes e capacidades que também emergiam desse conjunto de pessoas. Douglass deixara o estigma da escravidão para se transformar num dos mais talentosos escritores norte-americanos e, além disso, se tornou o porta-voz do homem negro por ser, em sua época, o mais apresentável tanto aos olhos do conjunto de pessoas brancas engajadas no discurso contra a instituição da escravidão, como para os membros da comunidade negra. Pode-se verificar nesses passos iniciais, o papel que as manifestações artísticas desempenham para reforçar o diálogo contra a pretensa ignorância e falta de apreço das pessoas negras pelas expressões culturais, e o negro nos Estados Unidos soube como discutir as duras realidades que os infringiam. Segundo o historiador e crítico literário Henry Louis Gates, Jr. (1988), a história cultural dos negros na América se inicia como uma história de “autênticos desconstruídos” que a partir do momento em que adquiriram a capacidade de escrever, procuraram se redefinir contra o já estabelecido estereótipo racista. Estabelecendo um paralelo sobre o que foi o período de Reconstrução para o negro, argumenta que este período é bem mais extenso do que os nove anos que vão de 1867 a 1876.¹¹ Para o autor:

[...] a Reconstrução intelectual negra começou nas narrativas escravas pré-guerra, publicadas principalmente entre 1831 e 1861, e se encerrou (se realmente ela tem se encerrado) com o Renascimento do Novo Negro dos anos 1920. E a alegoria da Reconstrução que eu desejo traçar é a alegoria do Novo Negro no discurso afro-americano entre os anos de 1895 e 1925. (GATES, Jr., 1988, p. 131, tradução nossa).¹²

¹¹ O período da Reconstrução pós-guerra civil é mais comumente estabelecido como o espaço de tempo que vai de 1865 a 1877. No entanto, alguns historiadores como Eric Foner preferem adotar o ano de 1863 justamente para salientar a importância da proclamação da emancipação. Henry Louis Gates, Jr., preferiu estabelecer o ano de 1867, provavelmente, por ser este o ano em que foi conferido ao negro o direito ao sufrágio, uma conquista superada apenas pela emancipação.

¹² “...black intellectual Reconstruction commenced in the antebellum slave narratives, published mainly between 1831 and 1861, and ended (if indeed it has ended) with the New Negro Renaissance of 1920s.

É interessante observar nessa passagem de Gates, Jr., os parâmetros temporais que este destaca como sendo balizas para a configuração de uma nova imagem do negro nos Estados Unidos. No primeiro momento, salienta o início desta trajetória na década de trinta do século XIX, que como foi explanado acima, é o período em que ganhava espaço as figuras pejorativas de Zip Coon e Jim Crow. O contexto seguinte, iniciado por volta de 1895, se configura como um momento extremamente delicado nas relações raciais entre brancos e negros, onde, de uma maneira geral, todas as formas de convívio se pautavam obedecendo aos ditames estabelecidos pelas convenções entre racialmente inferiores e superiores. Convenções estas que fixaram os “lugares” de cada um dentro da sociedade. No entanto, para esse autor, neste segundo período a forma de contestação do negro se mostrou mais impactante do que antes e sua voz soou “mais alta e mais estridente do que ela tinha sido durante a escravidão” (GATES, Jr., 1988, p. 131). O seu caminhar até a década de vinte do século seguinte, pôde proporcionar um dos movimentos mais marcantes na história das artes ligadas aos afro-americanos, conhecido como *Harlem Renaissance*. Este movimento foi extremamente importante por reforçar tal roupagem que estava sendo estruturada em relação ao negro norte-americano, por apresentá-lo como possuidor de “novos” valores que haviam sido negligenciados pela maioria dos brancos, bem como por negros acostumados ao velho sistema de segregação vigente. Tal imagem do “novo negro”, versado em artes e contrário a permanência do *status quo* da sociedade estadunidense contou com o auxílio de W. E. B. Du Bois no período em que este foi editor da revista *The Crisis*.

Nascido três anos após o fim da Guerra de Secessão, W. E. B. Du Bois não sentiu na carne as atrocidades que um sistema como o escravismo pode engendrar. Contudo, mesmo nascido livre, sentiu na alma o fardo que tal instituição deixara a seus infelizes herdeiros, e percebeu muito cedo que o verdadeiro chamado à ação ainda estaria por vir. Erudito refinado e muitas vezes ousado e provocativo, Du Bois desde cedo afirmou que a barreira racial, denominada por ele de “véu”, uma sombra que separa os povos, deveria ser combatida e eliminada para que se pudesse erigir um novo mundo.

And the *trope of Reconstruction* that I wish to trace is the trope of the New Negro in Afro-American discourse between 1895 and 1925” (GATES, Jr., 1988, p. 131).

Desde seus tempos de juventude, Du Bois quase que profeticamente se via como diferente das outras crianças. Em um primeiro momento, esta percepção ficava restrita à simples conclusões de atividades escolares, que este desenvolvia muito bem. Mas com o tempo, notou que havia algo além. Gradativamente, a questão do relacionamento entre pessoas que possuíam cor de peles diferentes e que devido a esse fato ocupavam posições diferentes na estrutura social, foi moldando sua mente e, suas ações começaram a ser traçadas tendo em vista o desaparecimento deste mal.¹³

Para David Levering Lewis (2001, p. 2), um de seus maiores biógrafos, Du Bois “se definiu como o avatar de uma raça cujo incômodo destino ele estava predestinado a interpretar e dirigir”. Seu ímpeto pela vida intelectual o levou com muitos percalços à universidade de Harvard, onde se tornou em 1895 o primeiro afro-americano a receber o título de doutor por esta instituição com o trabalho *The Suppression of the African Slave Trade to the United States of America, 1638-1870*. Nesse intuito, configurou-se uma maneira própria de interpretar as questões sociais que o circundava. Para a obtenção dessa finalidade, procurou pesquisar em profundidade o que seria utilizado por ele como o “problema negro”, que pode ser entendido como um ambiente em que no ciclo da comunidade negra reina a pobreza e o crime. Este delineamento dos males que assolavam o grupo proporcionou a elaboração de trabalhos que seriam de certa forma, revolucionários, como é o caso de *The Study of the Negro Problems*, 1898 e *The Philadelphia Negro: A Social Study*, 1899.

Sua visão em relação à situação do negro nos Estados Unidos se ampliou, assim como se ampliaram seus estudos e sua militância como pesquisador e posteriormente editor. Imbuído desses preceitos, entendeu que os esforços para dar aos povos um maior usufruto em relação aos seus direitos, deveriam ser prioridade em sua vida. Para Du Bois, o “[...] problema negro chamou por sistemática investigação e inteligência. O mundo estava pensando errado sobre raças porque ele não conhecia. O mal definitivo era a ignorância e sua criança, a estupidez. A cura para isso era conhecimento baseado em estudo”. (DU BOIS In: FORNER, 1991, p.37, tradução nossa).

Com a experiência adquirida em estudos históricos e sociológicos, procurou meios que possilitassem a difusão dos resultados de seus trabalhos assim como

¹³ Para uma análise desse pensamento, ver: DU BOIS, W. E. B. *Darkwater. Voices from Within the Veil*. Atlanta, GA. Two Horizons Press, [1920] 2011.

estabelecer o seu próprio tipo de protesto em prol das liberdades democráticas e raciais. A participação ativa em periódicos se configurou como a forma mais eficaz para a expansão de seus pensamentos e pontos de vistas.

Pode-se compreender o interesse de Du Bois pela área jornalística como tendo suas bases no período de adolescência em Great Barrington, Massachusetts, quando se torna por essa época, correspondente local do jornal destinado à população afro-americana editado por T. Thomas Fortune, o *New York Globe*. Em suas atividades, além das vendas que procurava desenvolver, escrevia pequenas notas acerca das relações cotidianas que envolviam os habitantes da comunidade. Posteriormente, ao passo que começava a se tornar reconhecido por seus trabalhos intelectuais, começa a ampliar suas atividades e sua presença em periódicos, tanto caracterizados como pertencentes à imprensa negra quanto à branca se torna mais frequente e significativa.

Como contribuinte de periódicos como o *Atlantic Monthly* e *New York Globe*, pôde através de ensaios, abordar diversos panoramas relativos às condições de vida nas quais o negro se deparava em uma sociedade segregada e racista. Contudo, mais do que escrever ensaios e artigos esporádicos, o interesse de Du Bois era estabelecer um veículo que se basearia em opiniões e fatos e, que o ajudaria a levar a cabo seu trabalho científico ao mesmo tempo em que seria um fórum menos radical do que o *Guardian* e mais racional do que os periódicos ligados ao Instituto Tuskegee.¹⁴

Tendo traçado esse objetivo, o erudito se lança no intuito de constituir e organizar seu próprio instrumento de questionamentos sobre os efeitos nocivos do preconceito sobre os seres humanos. As primeiras aspirações sérias em editar uma revista nacional, de acordo com Partington (1963), foram expressas durante os anos de 1901 e 1903, quando interagiu com muitos liberais brancos do norte. Essas precoces tentativas no controle de mídias impressas, *The Moon Illustrated Weekly*, fundado em

¹⁴ Nessa passagem, faz-se referência ao jornal de caráter radical The Boston *Guardian* fundado em 1901 que pareceu a Du Bois mais um instrumento a criar um clima desfavorável para o avanço das relações raciais do que em prol desse objetivo. A referência seguinte faz menção ao empreendimento realizado pelo industrial negro Booker T. Washington de fundar uma instituição para suprir a educação dos negros no sul dos Estados Unidos. O *Tuskegee Institute* fundado em 1881, por apresentar um caráter mais direcionado à educação industrial, foi muito criticado por Du Bois que entendia que uma das mais proeminentes vias para que o negro alcançasse um *status* mais favorável na sociedade norte-americana seria o investimento maciço na educação superior. Para uma compreensão sobre a vida de Booker T. Washington, ver: WASHINGTON, Booker T. *Up From Slavery: An Autobiography*. New York: New American Library, 2000.

1905 e, *The Horizon: a Journal of the Color Line*, em 1907, tiveram curto período de duração, grande parte relacionado a questões financeiras.

Como integrante ativo na maioria dos eventos que se relacionavam a situação dos afro-americanos nos Estados Unidos, muitas vezes se posicionando como agente organizador, o que pode ser evidenciado no caso do Movimento Niágara, realizado em 1905, Du Bois se tornou em 1909, cofundador da National Association for the Advancement of Colored People (Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor). Mais conhecida por suas iniciais, a NAACP e Du Bois procuraram estabelecer de imediato um órgão que procurasse discutir as premissas para o combate ao preconceito racial que forneceram embasamento para a estruturação da associação. Sua maneira de discutir essa problemática, para Jones (1931), o tem caracterizado como o pai do jornalismo militante.

O aparecimento de *The Crisis: A Record of the Darker Races* em 1910, configurou-se em uma nova fase de representação do negro nas páginas de jornais e revistas. Em uma das primeiras interpretações já elaboradas em que se destaca o surgimento e a contribuição das revistas destinadas ao público negro norte-americano, pode-se verificar que através de *The Crisis*, “aspectos argutos do problema foram atacados, a raça foi defendida em vez de explicada, a agitação era justificada editorialmente e, o relato de incidentes foi carregado com uma fria ironia” (JOHNSON, 1928, p.15).

Em seus primeiros momentos, tanto a NAACP e a revista se utilizaram de diversificados meios para atrair a atenção e o reconhecimento do público. Dentre as formas de publicidade desempenhada por ambas, podem ser salientadas a impressão e distribuição de atas das conferências anuais realizadas, discursos efetuados pelos membros e os boletins anuais da associação. Posteriormente, a revista se empenhou na publicação de calendários, desenhos e cartões de natal em que temas voltados para os negros foram ressaltados. Tais procedimentos, de acordo com Kellogg (1973), se explicam pelo fato de que não somente a publicidade e o reconhecimento da NAACP estavam em voga, mas também como um dos primeiros procedimentos para se estimular o orgulho dos feitos realizados pelos negros.

Dentre os inúmeros trabalhos que procuraram retratar o espaço de tempo em que Du Bois esteve à frente de *The Crisis*, entre os anos de 1910 até 1934, o historiador

Murray Denis Arndt (1971), pôde dividir em três categorias distintas esse intervalo. Para Murray, os anos de 1910 a 1918, podem ser considerados como um período de exploração e investigação. O segundo período que se estende de 1919-1929 é caracterizado como um momento de busca e desilusão e os anos de 1930-1934 podem ser vistos com um intervalo de uma radical reação.

Em observação a esta primeira fase, no qual este trabalho se situa, pode se constatar um procedimento que tem por finalidade apresentar, mesmo que de uma maneira demasiado áspera para seus leitores, as violências a que as pessoas negras dos Estados Unidos estavam sofrendo em todos os aspectos da vida social. Seguindo os passos que estruturaram a imprensa negra norte-americana, o principal objetivo para se erigir um feito como o que Du Bois estava disposto a conseguir, era apresentar da maneira mais verdadeira possível, os fatos que faziam das relações entre brancos e negros perigosas.

Um dos primeiros temas que a NAACP procurou expor, estava direcionado ao combate às práticas de agressões físicas, como linchamentos e outras, perpetradas contra a população afro-americana. Seguindo o mesmo trajeto, várias edições de *The Crisis* faziam questão de abordar essas agressões, uma prática que se tornou corriqueira a partir da última década do século XIX, com o máximo de rigor, reportando de forma constante as ocorrências dessas manifestações ao redor do país. No entanto, mais do que apresentar a contabilidade dessas trágicas ocorrências, muitas vezes que careciam de confiabilidade sobre o número exato de tais fatos, foram apresentados fotografias, imagens e relatos que faziam com que os leitores fossem mais do que transportados para aqueles cruéis momentos de selvageria.¹⁵ (Figuras 5 a 8).

Pode se entender as intenções de Du Bois com exposições tão chocantes, como sendo a sua maneira de fomentar um senso de autoconsciência não só dos indivíduos que perpetravam tais atrocidades, como também, de setores da imprensa que mostravam certa indiferença em relação a tais práticas, muitas vezes estimulando a execução desses atos. Da mesma forma, conectado a estratégia da NAACP de combate ao linchamento, o editor procurou reforçar as táticas da instituição em relação a um programa de maior escala com o intuito de se concretizar uma legislação que tornaria essa manifestação

¹⁵ Ver: The National Association for the Advancement of Colored People. *Thirty Years of Lynching in the United States: 1889-1918*. Clark, New Jersey: The Lawbook Exchange, Ltd., (1919) 2012.

popular ilegal. Apesar das primeiras tentativas em prol desses objetivos terem sido tomadas nos momentos iniciais da instituição, como memoriais para altos funcionários do governo federal, estratégias de investigações sobre os “verdadeiros” motivos dessas ações, conferências, etc., seus resultados só encontraram algum êxito em meados da década de 1930.¹⁶

Não restrito ao tema do linchamento, a revista *The Crisis* através do direcionamento aplicado pelo seu editor, tratou de tornar cada vez mais nítido aos olhos do público todo o tipo de práticas discriminatórias e segregacionistas que eram aplicadas aos afro-americanos. Em face dessa perspectiva, temas como as condições dos negros no que se referem a sua situação econômica, moradia, a segregação *de jure* aplicada em determinados estados, e a *de facto* aplicada pelas pessoas comuns se tornaram recorrentes em suas publicações. (Figuras 9 a 11)

A apresentação dessas problemáticas utilizando na maior parte das vezes um teor entendido como radical, foi uma prática adicional a causar comoção nas mais diversificadas parcelas da sociedade. Contudo, Du Bois compreendeu que uma maneira mais propícia e eficaz de se abordar questões que circundavam o universo afro-americano seria o de incentivar e expandir o orgulho racial apresentando em forma de produções artísticas diversificadas, as conquistas e empreendimentos realizados pelos povos de pele escura não só nos Estados Unidos, mas em qualquer lugar onde possam estar.¹⁷ (Figuras 12 e 13)

A maneira como Du Bois via os fenômenos artísticos se expandia para além dos termos da contemplação. Sendo um indivíduo culto e conhecedor de línguas clássicas tais como latim e grego, via a arte como mais uma ferramenta a disposição a ser empregada nas discussões e nas mudanças sociais. Tendo feito parte de seus estudos no continente europeu, foi significativamente influenciado pelos mais influentes sistemas de valores culturais e científicos da virada do século.

¹⁶ Em sua batalha para a promoção de uma legislação que tornaria a prática do linchamento um crime federal, a NAACP contou com o auxílio do político e ativista Leonidas Carstarphen Dyer, que em 1918 apresentou ao Congresso norte-americano o seu projeto de lei. O então denominado *Dyer Bill* no ano de 1922 conseguiu a aprovação na Câmara dos Deputados, mas foi rechaçado pelo Senado. No ano seguinte o *Dyer Bill* foi novamente introduzido no Congresso caindo mais uma vez perante o Senado. Para saber mais sobre as táticas da NAACP contra esta prática, ver: ZANGRANDO, Robert L. *The NAACP Crusade Against Lynching, 1909-1950*. Philadelphia: Temple University Press, 1980.

¹⁷ De acordo com o historiador Gerald Horne (2010), a própria definição do subtítulo da revista, tinha como meta proporcionar espaço aberto para a abordagem sobre discussões dos problemas que assolavam todos os demais povos que não eram constituídos por brancos.

Os trabalhos desenvolvidos por W. E. B. Du Bois depois das experiências no velho mundo e do tempo em que ficou trabalhando no sul dos Estados Unidos foram significativos para se apreender e desenvolver um estilo próprio de discussão que tinha por finalidade debater qual seria o lugar que os povos de pele escura ocupariam no mundo moderno. Na ampla gama de temáticas utilizadas por ele nesses escritos, pode ser atestada uma variação de teorias que vai do materialismo histórico e reflexões sociológicas, das quais foi um dos pioneiros da ciência, até abordagens de cunho filosófico e do relacionamento entre raça, nação e cultura.

Como forma de atestar a relevância de Du Bois para o entendimento das questões que se aplicam a interconectividade de uma identidade negra mais ampla que transcendia os limites territoriais de continentes, estabelecendo assim um espaço transnacional de circulação de ideias e processos históricos comuns, o que aqui não é o caso, Paul Gilroy, em seu livro *O Atlântico negro*, analisa a obra de Du Bois, *As almas da gente negra*, publicado em 1903, como um novo “gênero de literatura modernista” que necessitou utilizar aspectos científicos, histórias de vida pessoal e elementos artísticos para “transmitir a intensidade de sensibilidade que Du Bois acreditava ser demandada pela escrita da história negra e pela exploração da experiência racializada.” (GILROY, 2001, pp. 229-230).

Em esta obra particular, a que o alçou à categoria de um dos porta-vozes da comunidade negra norte-americana, pode se verificar através dos ensaios e em um pequeno conto nele presente, a preocupação em expor e salientar aspectos culturais negros que expressam as contribuições que este grupo de pessoas ofereceu a cultura ocidental. Dentre esses aspectos culturais, ênfase é dada a utilização e impacto que a música negra representada através das chamadas “canções de tristeza”, as *sorrow songs*, tem em evidenciar as experiências dos negros na América. O impacto do livro *As almas da gente negra* é tão significativo, não só por demonstrar uma tendência de Du Bois em abordar as realidades vivenciadas por ele como homem negro em um mundo dominado por brancos utilizando para isso recursos artísticos, mas também, pelo fato de que pode ser considerado um *turning point* tanto em sua vida profissional como na maneira em que os negros dentro e fora dos Estados Unidos começaram a pensar suas próprias realidades contribuindo para configurar os debates em torno de uma perspectiva pan-africana.

Especificamente no que tange a Du Bois, figura-se como notória a complexidade de se auto definir como negro e americano. Tal dualidade, definida como “dupla consciência”, um dos elementos mais estudados quando se procura analisar as estruturas de pensamento de Du Bois, pode ser entendida como uma simbiose entre modos de pensar, ser e ver. Nesse viés, Gilroy (2001), entende esses três aspectos, respectivamente, como sendo racialmente particularista, nacionalista, no intuito de que deriva mais do estado-nação do que de sua aspiração por um estado-nação próprio e, diaspórico ou hemisférico, às vezes global e universalista.

Essa dualidade se transformaria em elemento constante nos escritos de Du Bois e influenciaria seus trabalhos posteriores. A evidência dessa dupla consciência em *The Crisis* pode ser atestada em situações em que foi necessário expressar a participação dos afro-americanos em diversos momentos conturbados nos quais a política estadunidense se fazia presente, mais especificamente no que se refere à política externa, dentre eles a participação dos norte-americanos na grande guerra. (Figuras 14 e 15)

O relacionamento de Du Bois com a revista *The Crisis* ultrapassa a mera configuração de um empreendimento profissional. Para Du Bois (1988), foram os anos ligados à revista que o fizeram experimentar um novo papel de interpretar o mundo de entraves e aspirações dos afro-americanos. O intervalo de sua vida entre os anos de 1910-1934, mesmo que não seja compreendido como unicamente dedicado à revista, foi descrito por ele como a época em que sua atenção estava voltada para a história da revista sob sua editoração. Segundo a historiadora Amy Helene Kirschke (2007), o empreendimento realizado por Du Bois durante o quase um quarto de século em que dirigiu a revista pode ser definido como uma parte integral no esforço para se combater o racismo nos Estados Unidos. A utilização das imagens em *The Crisis*, mais do que um elemento meramente ilustrativo tinha a função de articular o que a autora define como um “vocabulário visual” a ser apresentado para o afro-americano. Para Kirschke (2007), tal estratégia deve ser compreendida como uma necessidade do povo negro norte-americano de lembrar os aspectos de seu passado se quiserem mudar o seu futuro.

Seguindo os parâmetros que delinearam a estrutura do que ficou conhecido como “a imprensa negra norte-americana”, parâmetros estes que tinham como principais focos proporcionar o protesto e a militância que desencadeasse um estilo de vida mais satisfatório para as pessoas negras nos Estados Unidos, a revista *The Crisis*

pode ser compreendida como uma maneira elegante de se apresentar e expandir as mais diversificadas formas de diálogo. Mesmo que a proliferação de imagens salientando a pretensa inferioridade inerente ao afro-americano tenha proporcionado atitudes que fomentaram práticas de racismo e violências contra homens e mulheres negros no país, visões em relação ao reverso deste fato também podem ser consideradas. Como argumentado por Anne Elizabeth Carroll (2007, p. 7), “imagens alternativas de afro-americanos podem ter um efeito positivo sobre racismo e suas manifestações”. De acordo com a autora, o trabalho de Du Bois, empregando o visual juntamente com textos que acompanham tais imagens preencheu um espaço no que se refere à cobertura das experiências afro-americanas.

Mais do que um periódico, a significativa influência artística do órgão de propaganda da NAACP, pode ser verificada mais claramente no decorrer da década de 1920 quando do surgimento e desenvolvimento artístico de caráter urbano proporcionado pelos afro-americanos no bairro do Harlem em Nova Iorque. Muitos dos principais colaboradores que devotaram seus dotes artísticos para o movimento, dentre eles Aaron Douglas, James Weldon Johnson e Langston Hughes tiveram participação considerável nas produções que a revista apresentou para seu público.

Como descrito pelo historiador Gerald Horne (2010, pp. 60-61), com *The Crisis*, o protesto se tornou mais sólido e seu impacto soou muito além do campo político. Sua primeira edição, anos antes do movimento cultural conhecido como *Harlem Renaissance*, “foi proclamada como um ponto de virada nas artes” em um período em que Nova Iorque estava se tornado um centro de difusão da cultura negra. Nessa perspectiva, *The Crisis* pode ser considerada um dos maiores colaboradores para a configuração deste movimento e Du Bois uma espécie de mecenas que concentrou consideráveis esforços para tornar mais visível as aptidões artísticas e intelectuais dos negros norte-americanos (Figura 16).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNDT, Murray Dennis. *The Crisis Years of W. E. B. Du Bois*, 1910-1934. Ph. D. (Department of English in the Graduate School of Arts and Sciences of Duke University), 1971.

BANNISTER, Robert C. (ed.). *On Liberty, Society and Politics*: the essential essays of William Graham Sumner. Indianapolis: Liberty Fund, 1992.

CARROLL, Anne Elizabeth. *Word, Image, and the New Negro: Representations and identity in the Harlem Renaissance*. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, [2005] 2007.

DU BOIS, W. E. B. *Darkwater: Voices from Within the Veil*. Atlanta, GA. Two Horizons Press, [1920] 2011.

_____. *The Autobiography of W. E. B. Du Bois: a soliloquy on viewing my life from the last decade of its first century*. New York: International Publishers, [1968] 1988.

DU BOIS, W. E. B. Criteria of Negro Art. *The Crisis* 32 (October 1926): 290-297. In: APTHEKER, Herbert (comp. & ed.). *Writings in Periodicals Edited by W.E.B. Du Bois: Selections from The Crisis*. Vol. 2 (1926-1934). Millwood, New York: Kraus-Thomson Organization Limited, 1983, pp. 444-450.

FORNER, Philip S. (ed.). *W. E. B. Du Bois Speaks: Speeches and Addresses, 1890-1919*. New York, London, Montréal, Sydney: Pathfinder, 1991.

GATES, Jr., Henry Louis. The Trope of a New Negro and the Reconstruction of the Image of the Black. In: *Representations*, No. 24, Special Issue: America Reconstructed, 1840-1940 (Autumn, 1988), pp. 129-155. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2928478>. Acesso em: 11 out. 2012

GILROY, Paul. “Anime o viajante cansado”: W. E. B. Du Bois, a Alemanha e a política da (des)territorialização. In: _____. *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001, pp. 223-280.

HAWKINS, Mike. *Social Darwinism in European and American thought, 1860-1945: nature as a model and nature as threat*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HORNE, Gerald. *W. E. B. Du Bois: A Biography*. Santa Barbara, California; Denver, Colorado; Oxford, England: Greenwood Press, 2010.

JOHNSON, Charles S. The Rise of the Negro Magazine. In: *The Journal of Negro History*, Vol. 13, No. 1 (Jan., 1928), p. 7-21. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2713910>. Acesso em: 21 abr. 2012

JONES, Dewey Roscoe. *The Effect of the Negro Press on Race Relationship in the South*. M.A. Thesis. Columbia University, 1931.

KELLOGG, Charles Flint. *NAACP: A History of the National Association for the Advancement of Colored People*. Vol. 1 (1909-1920). Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1973.

KEMNITZ, Thomas Milton. The Cartoon as a Historical Source. In: *The Journal of Interdisciplinary History*, Vol. 4, No. 1, The Historian and the Arts (Summer, 1973), pp. 81-93. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/202359>. Acesso em: 16 abr. 2013

KIRSCHKE, Amy Helene. *Art in Crisis: W. E. B. Du Bois and the struggle for African American identity and memory*. Bloomington: Indiana University Press, 2007.

LACEY, Barbara E. Visual Images of Blacks in Early American Imprints. In: *The William and Mary Quarterly*, Third Series, Vol. 53, No. 1, Material Culture in Early America (Jan., 1996), pp. 137-180. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2946827>. Acesso em: 11 out. 2012

LEMONS, J. Stanley. Black Stereotypes as Reflected in Popular Culture, 1880-1920. In: *American Quarterly*, Vol. 29, No. 1 (Spring, 1977), pp. 102-116. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2712263>. Acesso em: 11 out. 2012

LEVI, Lester. *Grace Notes in American History*: popular sheet music from 1820 to 1900. Norma: University of Oklahoma Press, 1967.

LEWIS, David Levering. *W. E. B. Du Bois*: The Fight for Equality and the American Century, 1919-1963. New York: Owl Books, 2001.

LOGAN, Rayford. *The Negro in American Life and Thought*: The Nadir. New York: Dial Press, 1954.

NYE, Russel B. *The Unembarrassed Muse*: The Popular Arts in American. New York: Dial Press, [1970] 1982.

PARTINGTON, Paul G. The Moon Illustrated Weekly – The Precursor of the Crisis. In: *The Journal of Negro History*, Vol. 48, No. 3 (Jul., 1963), p. 206-216. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2716341>. Acesso em: 24 abr. 2012

ROEDIGER, David R. *The Wages of Whiteness*: Race and the Making of the American Working Class. London; New York: Verso, (1991) 2007.

SINGER, Peter. *A Darwinian Left*: politics, evolution and cooperation. New Haven: Yale University Press, [1999] 2000.

SMITH, Shawn Michelle. *Photography on the Color Line*: W. E. B. Du Bois, Race, and Visual Culture. Durham; London: Duke University Press, 2004.

The National Association for the Advancement of Colored People. *Thirty Years of Lynching in the United States*: 1889-1918. Clark, New Jersey: The Lawbook Exchange, Ltd., (1919) 2012.

TOLL, Robert C. *Blacking Up*: The Minstrel Show in Nineteenth Century America. New York: Oxford University Press, 1974.

VAN DIJK, T. A. *Prejudice in discourse*: an analysis of ethnic prejudice in cognition and conversation. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company, 1984.

WASHINGTON, Booker T. *Up From Slavery*: An Autobiography. New York: New American Library, 2000.

WONHAM, Henry B. *Playing the races*: ethnic caricature and American literary realism. New York: Oxford University Press, 2004.

ZANGRANDO, Robert L. *The NAACP Crusade Against Lynching, 1909-1950.*
Philadelphia: Temple University Press, 1980.

4. REDE BRASIL – ESTADOS UNIDOS

*A “Patrulha da Neutralidade” em águas do Atlântico Sul:
aspectos do Porto do Recife, 1941.* Manoel Fonseca¹

INTRODUÇÃO

Com a eclosão da guerra na Europa em setembro de 1939, teve início uma nova corrida entre a Alemanha e a Inglaterra para obter o domínio do mar. A primeira não dispunha de uma esquadra de superfície à altura de engajar-se diretamente em uma batalha decisiva² contra a *Royal Navy*.³ O recurso procurado pela *Kriegsmarine*⁴ para travar a guerra marítima foi a utilização de submarinos. Contando no início com apenas 53 submarinos de diversos modelos,⁵ então a Alemanha deflagrou a guerra contra o comércio, mais conhecida como a Batalha do Atlântico, que viera a ser a mais longa campanha da Segunda Guerra Mundial. O objetivo era simples: afundar o maior número possível de navios mercantes dos inimigos, a fim de cortar o fluxo de suprimentos para as Ilhas Britânicas, forçando uma rendição ou armistício dos ingleses por estarem incapazes de continuar a resistência. Por seu turno, a missão principal das forças inglesas seria proteger seus navios e evitar o irrompimento das rotas comerciais e o bloqueio de suas Ilhas.

¹ Mestrando em História, Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista do CNPq. E-mail: manoel.feliep@gmail.com

² Os termos “domínio do mar” e “batalha decisiva” são conceitos do Capitão Alfred T. Mahan lançados em seu livro “The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783”, onde para que uma nação fosse senhora dos mares, ela deveria ter uma esquadra de superfície composta de encouraçados capaz de travar uma batalha decisiva contra seu inimigo, aniquilando-o a ponto de permanecer como a único vencedora e assim dominasse o mar.

³ *Royal Navy* é a Marinha Real Britânica.

⁴ *Kriegsmarine* é a Marinha de Guerra da Alemanha durante o Terceiro Reich, 1933-1945.

⁵ A força de submarinos alemã tinha à sua disposição três modelos de submarinos operacionais: o *Typ II-B*, *Typ VII-B* e o *Typ IX-B*. O primeiro devido a ser o menor em tonelagem ficou restrito ao Mar do Norte e Mar Báltico; o segundo chegou até a costa oeste atlântica das Ilhas Britânicas, bem como no Canal da Mancha e Baía de Biscaia; por fim, o último, por ser o maior de todos, passou a operar nas imediações do Estreito de Gibraltar, Ilhas Canárias, e faixas do Atlântico Norte.

A guerra então estritamente europeia já no seu início reverberou suas luzes para as Américas. Os Estados Unidos durante a década de 1930 já prefiguravam possíveis ações de nações beligerantes contra o continente americano. Eles utilizariam de amplas diretrizes preventivas para manter as nações beligerantes afastadas das águas americanas bem como preparar a *US Navy*⁶ para uma resistência armada eficiente contra qualquer tentativa de intromissão dos beligerantes nos interesses da América. Com efeito, em 1933 o Presidente Franklin Roosevelt disponibilizou US\$ 238 milhões dos fundos de emprego emergencial para serem usados na construção de 32 belonaves nos próximos três anos. Além disso, um ano depois, não obstante as críticas feitas ao Presidente de que estava se iniciando uma nova corrida armamentista, Roosevelt assinou o Decreto Naval Vinson-Trammel, que autorizava a Marinha a construir 102 belonaves no decurso de oito anos.

Desde meados da década de 1920, o poderio naval americano predominante estava situado na área do Pacífico. Essa situação começou a ser modificada por volta de setembro de 1938, quando o Chefe de Operações Navais, Almirante William D. Leahy, anunciou a criação do Esquadrão do Atlântico.⁷ Parte da força sediada no Pacífico foi transferida para o Atlântico, um grupo de quatro encouraçados (*U.S.S. New York*, *U.S.S. Texas*, *U.S.S. Arkansas* e *U.S.S. Wyoming*) sob o comando do Vice-Almirante Alfred W. Johnson; uma divisão de cruzadores pesados (*U.S.S. San Francisco*, *U.S.S. Tuscalossa*, *U.S.S. Quincy* e *U.S.S. Vincennes*) sob o comando do Vice-Almirante A. C. Pickens; o Esquadrão de Destroieres 10, comandado pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra W. Greenman; e os porta-aviões *U.S.S. Ranger* e *U.S.S. Wasp*. Essa força seria o núcleo da futura Esquadra do Atlântico comandada pelo Almirante Ernest J. King, a partir de 1941. (MORISON, 1984, p. 14)

Mais de dois anos antes da entrada formal dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, a Esquadra do Atlântico estava operando em apoio à *Royal Navy*. O primeiro impacto da guerra europeia na *US Navy* foi uma ordem do Presidente Roosevelt de 5 de setembro de 1939, que organizava a “Patrulha da Neutralidade”. O objetivo declarado desta patrulha era relatar e rastrear qualquer tentativa de aproximação da costa leste dos Estados Unidos e Índias Ocidentais por via aérea, naval em superfície e submersa dos beligerantes. O propósito fundamental era dar ênfase na prontidão da *US Navy* em proteger o Hemisfério Ocidental. (MORISON, 1984, p. 14)

⁶ *US Navy* é a Marinha de Guerra dos Estados Unidos. O termo em inglês será usado durante o trabalho.

⁷ Pittsburgh Post-Gazette, 02/09/1938, p. 1.

Os representantes das repúblicas americanas se reuniram na Cidade do Panamá, um mês após o início da guerra na Europa, para discutirem qual seria a posição das Américas, sua pauta era a mutualidade de problemas e interesses impostos pela guerra às nações americanas. A resolução XIV, mais conhecida como a “Declaração do Panamá”, propunha-se a criar uma zona neutra, da qual todos os navios beligerantes seriam excluídos, e que se “estenderia até cerca de trezentas milhas da costa, da fronteira canadense-americana no Atlântico, dando a volta pelas Américas do Norte e do Sul até a fronteira canadense-americana no Pacífico”. (CONN; FAIRCHILD, 2000, p. 46)

Cada nação estava autorizada a patrulhar águas adjacentes à sua costa para fazer cumprir aquela resolução. No entanto, uma vez que apenas as forças armadas dos Estados Unidos eram capazes de empreender o patrulhamento em uma vasta área, estava implícito que cairia sob sua responsabilidade a execução daquela resolução. “O acordo cordial entre as repúblicas americanas no Panamá também indicou a probabilidade de cooperação com medidas militares de emergência”, (CONN; FAIRCHILD, 2000, p. 46) isto é, caso se fizesse necessário, os Estados Unidos poderiam levar avante seus planos para a defesa do hemisfério contra qualquer investida inimiga.

A situação da Inglaterra no período de setembro de 1939 até o início de 1941 era preocupante. A ameaça à navegação britânica feita pelos ataques submarinos chegou a um nível alarmante. Neste período o total médio de perdas da marinha mercante foi de 66.700 toneladas por semana. Só em fevereiro de 1941, essa média aumentou para 75.000 toneladas e, em março subiu ainda mais para 98.000 toneladas. Caso as perdas continuem nesse patamar, a expectativa é que o total anual seria de 5 milhões de toneladas em embarcações, enquanto os estaleiros britânicos só poderiam repor 1 milhão de toneladas para o ano de 1941. Nestas circunstâncias o Presidente Roosevelt tomou algumas medidas para auxiliar seu aliado inglês: disponibilizou parte da frota mercante americana para transportar os materiais de guerra para as Ilhas Britânicas, mesmo com a limitação da Lei de Neutralidade que não permitia que nenhum navio com bandeira e tripulação americanas transportasse materiais para algum beligerante nas zonas de conflito; e, o completo uso do sistema da “patrulha da neutralidade”, a

partir de sua expansão até os sete mares, segundo o Presidente, até onde ele mesmo achasse que fosse necessário sua extensão.⁸

Neste artigo, que é um compêndio do primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado, eu analiso a relação da expansão da “patrulha da neutralidade” da *US Navy* iniciada em 1941 para águas do Atlântico Sul, levada a cabo pela criada Força-Tarefa 3, e a escolha e utilização do porto do Recife. Para tal eu levanto a questão da necessidade de se ter um porto contíguo à área de operações para reabastecimento dos navios e descanso das tripulações. Assim divido em duas partes essa análise: A primeira que aborda a missão da Força-Tarefa 3, a questão geográfica estratégica do porto do Recife, bem como de infraestrutura e social da cidade em si. A segunda parte que mostra as atuações do Observador Naval Americano no Recife e do Consulado Americano em Pernambuco voltadas para a providência de combustíveis, mantimentos e água para as belonaves em missão de “patrulha da neutralidade” que aportassem no porto do Recife durante grande parte daquele ano.

A “PATRULHA DA NEUTRALIDADE” EM ÁGUAS MERIDIONAIS DO ATLÂNTICO

A situação crítica da Inglaterra, a expansão da guerra até o Norte da África, o aumento da força de submarinos alemães, partindo de novas bases na Baía de Biscaia, na costa Atlântica da França, que possibilitava patrulhar áreas mais afastadas do Atlântico, aceleraram uma tomada mais positiva de medidas por parte dos Estados Unidos em auxiliar os ingleses bem como salvaguardar o Hemisfério Ocidental.

A grande decisão tomada por Roosevelt no início de 1941 foi a ordem para mobilizar a Esquadra do Atlântico e colocá-la em um status de guerra.⁹ O Almirante Ernest J. King foi o escolhido para assumir o comando dessa nova força. Ela foi consideravelmente ampliada, tendo em sua composição unidades de patrulha aéreas e navais. Com efeito, as patrulhas do Atlântico foram estendidas para dar uma maior

⁸ The New York Times, “Battle of the Atlantic is Capital’s big Worry”, 04/05/1941.

⁹ National Archives and Records Administration (NARA), Record Group (RG) 38, Naval War Diaries of World War II, Administrative History of Commander in Chief, Atlantic Fleet, Vol. I, Part I, 1946, p. 124.

proteção à navegação que transportava os suprimentos de guerra para os portos britânicos.

A estrutura dessa nova força foi dividida em 10 Forças-Tarefas. As principais foram a Força-Tarefa Um (*Ocean Escort Force*) composta de 4 encouraçados, 2 cruzadores pesados e 13 destroieres, comandada pelo Contra-Almirante D. M. LeBreton, baseada na Baía de Narragansett e em Boston; Força-Tarefa Dois (*Striking Force*) composta de 3 navios-aeródromo, 2 cruzadores pesados e 4 destroieres, comandada pelo Contra-Almirante A. B. Cook, baseada nas Bermudas e Hampton Roads; Força-Tarefa Três (*Scouting Force*) composta de 4 cruzadores leves, 7 destroieres, comandada pelo Contra-Almirante Jonas H. Ingram, baseada em San Juan e Guantanomo.¹⁰

Foi com a criação da Força-Tarefa Três que o Atlântico Sul passaria a entrar definitivamente nos planos de defesa da *US Navy*. A missão dessa força era patrulhar o Caribe, Cabo Verde, Rochedos de São Pedro e São Paulo, estreito do Atlântico entre a costa nordeste do Brasil e a costa oeste da África, e Trinidad. Antes mesmo dessa força levar a cabo sua missão, o problema de ordem logística logo apareceu i.e. como a área de operações era muito vasta, bem como os navios de guerra precisassem desenvolver em certas ocasiões altas velocidades, que consumia mais óleo combustível, uma base de apoio contígua à área de operações era urgentemente necessária para dar suporte e provimento dos materiais requisitados pelas belonaves.

A adoção de motores nas belonaves mudou a completamente a geografia da estratégia marítima. Os navios agora poderiam navegar nos mares em linha reta, independente das correntes marítimas e sistema de ventos, enquanto houve esse ganho em manobra, por seu turno ficou mais claro a necessidade de se manter as frotas abastecidas com óleo combustível. (BRODIE, 1944, pp. 10-11) As bases de além-mar ganharam um papel fundamental para que se obtivesse o domínio do mar. O período de preparação para entrada definitiva dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial foi marcado pela aquisição de um sistema de bases em todo o Atlântico.

O poder naval não é apenas mensurado por sua esquadra, mas também por um sistema de bases e instalações navais capazes de providenciarem reparos, combustíveis, mantimentos, alojamentos para descanso do pessoal, bem como de servir de ponto de apoio de onde as operações são projetadas. Por mais que as principais rotas de

¹⁰ Idem, pp. 127-128.

navegação estivessem no Atlântico Norte, nós procuramos analisar a Batalha do Atlântico como uma corrente de forças, deixando de lado essa forma valorativa de principal/secundário. A partir do conceito de corrente de forças (*chain of forces*) cada elo dessa corrente tem sua função, sua importância para que o resultado final fosse alcançado i.e. que os materiais de guerra fossem desembarcados nos portos e com isso a guerra pudesse ser continuada.

Deste modo, os portos mais próximos da área de operações da TF 3 ficavam no Saliente Nordestino. A *US Navy* solicitara ao governo brasileiro a autorização para que seus navios em missão de “patrulha da neutralidade” utilizassem as instalações dos portos de Recife e Salvador, bem como desejaría que de forma ocasional a permissão para que navios-tênderes e navios-tanques pudessem fundear nesses dois portos para dar suporte às belonaves americanas.¹¹

A escolha do Recife se deu obviamente pela posição estratégica central à área interessada e com maiores recursos disponíveis, mas além disso, de forma complementar, pelo fator da cidade no contexto socioeconômico da época. No início da década de 1940, o Recife era a terceira maior cidade do Brasil com uma população de aproximadamente 300.000 habitantes. “Em tecidos, somos um dos primeiros parques industriais da América do Sul; a carteira do Banco do Brasil constitui a 3^a das cidades brasileiras; a Alfândega do Recife é uma das mais importantes do país e Pernambuco é o quarto contribuinte dos cofres federais [...] é uma cidade com excelente e abundante serviço d’água, ótima rede de saneamento, bairros residenciais, mais de um milhão de metros quadrados de calçamento moderno, boa arborização e jardins cheios de grande beleza”.¹² Em suma, culturalmente rica e diversa, dispunha de uma grande rede de cinemas e teatros, boas instalações hoteleiras e de restaurantes, o Recife era uma cidade cosmopolita, ponto de parada obrigatório para aqueles que se dirigiam ou partiam da capital federal, o Rio de Janeiro.

O porto do Recife é munido de um excelente quebra-mar que dava proteção natural às embarcações ao longo das docas. A entrada se dava pela faixa norte, geralmente era necessário fazer uso de rebocadores para as manobras de entrada e saída no cais. Na parte interna do porto, a área era relativamente pequena, estreita em certas faixas mais ao sul. O calado era de cerca de 7,62 metros de profundidade. As instalações

¹¹ Foreign Relations of the United States Diplomatic Papers, 1941, Vol. VI, p. 493.

¹² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Folha da Manhã (Edição Matutina), 20/03/1941, p. 3.

estavam em boas condições, principalmente os armazéns, que contavam cerca de 13 ao longo do cais, além de outros mais afastados. Existiam armazéns frigoríficos, de carga geral, de carga especial e.g. explosivos, materiais inflamáveis. Havia também um bom parque de tanques capazes de armazenar diversos tipos de combustíveis, óleos, álcool. Silos para armazenagem de cereais, grãos também faziam parte do complexo portuário. As provisões frescas e secas poderiam ser requisitadas através da vasta cadeia atacadista da cidade. Enfim, o porto era capaz de dar suporte aos objetivos colimados dos americanos que o utilizariam durante suas missões de “patrulha da neutralidade”.¹³

A primeira abertura brasileira para uma cooperação militar com os Estados Unidos foi com a *US Navy*. Esta já se fazia presente no Brasil desde 1914, representada por várias vezes pelo Escritório do Adido Naval, Colégio de Guerra Naval e Missão Naval. Antes da chegada da Força-Tarefa 3, comandada pelo Contra-Almirante Jonas Ingram em maio de 1941, todas as negociações entre a *Navy* e o Brasil se deram por uma dessas agências citadas.¹⁴

As reuniões entre as Marinha do Brasil e dos Estados Unidos aconteciam paralelamente com as dos Exércitos desses dois países. Entre setembro e outubro de 1940, elas chegaram a um acordo pelo qual a Marinha brasileira não criaria objeções ou obstáculos às operações levadas avante pelas forças navais americanas na área do Saliente do Nordeste. As operações poderiam começar antes mesmo que ocorresse um ataque real contra essa área. (CONN; FAIRCHILD, 2000, p. 340)

Por volta de 18 de abril de 1941, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, uma autoridade declaradamente pró-Estados Unidos, concordou com os planos da *US Navy* em utilizar os portos de Recife e Salvador. Mais tarde o Secretário de Estado americano agradeceu a significativa cooperação do governo brasileiro, demonstrando em termos de confiança e confidênciaria para com a defesa do Saliente Nordestino.¹⁵

O Contra-Almirante Ingram içou sua bandeira de comandante da Divisão de Cruzadores 2 no cruzador leve *U.S.S. Memphis* em janeiro de 1941. Com a criação da Força-Tarefa 3, que era composta dessa divisão de cruzadores mais o Esquadrão de

¹³ Para se ter maiores detalhes das características físicas, informações das instalações, bem como dos custos da utilização do porto do Recife durante o ano de 1941, ver: NARA, RG 84, Box 37, U.S. Consulate Recife, Forwarding Revised Information for Basic Shipping Report. Sobre as rendas portuárias de 1937 até 1940, ver: APEJE, Folha da Manhã (Edição Matutina), 10/08/1941, p. 4.

¹⁴ NARA, RG 38, Naval War Diaries of World War II, The History of Fleet Air Wing Sixteen, February 16, 1943 - December 31, 1944, p. 7.

¹⁵ Foreign Relations of the United States Diplomatic Papers, 1941, Vol. VI, p. 494.

Destroieres 9 e alguns navios auxiliares,¹⁶ em consequência, Ingram também seria designado comandante desta força-tarefa. De fevereiro até março a área designada para operações ainda era o Caribe, até a ocasião em que a força foi transferida para a jurisdição do 10º Distrito Naval, onde receberia novas ordens. Nesse ínterim, Ingram se dirigiu até os Estados Unidos para ter uma conferência com o Almirante King. As instruções recebidas por aquele era que a TF 3¹⁷ deveria partir para o Atlântico Sul em missão de “patrulha da neutralidade”, sua área doravante seria expandida até a costa do Nordeste do Brasil, englobando Cabo Verde e Trinidad, além de parte do Caribe. Sua força-tarefa estaria fundeada em San Juan e Guantánamo, enquanto suas bases de apoios seriam os portos de Recife e Salvador.¹⁸ Algumas dúvidas ainda estavam em suspensão quanto ao Brasil e a recepção que os navios de guerra americanos receberiam lá. Ainda tinha outra questão importante que King enfatizou, o fato de que o próprio Ingram deveria usar bastante a iniciativa e meios para desempenhar positivamente sua nova missão, visto ter sido apenas possível providenciar antecipadamente o auxílio das companhias americanas de óleo combustível para suprirem os navios americanos nos portos brasileiros. Quanto aos alimentos e água, Ingram deveria providenciar no momento de sua chegada. Por sua vez Ingram falou: “há muitos navios vindos da Argentina carregados de mantimentos, minhas tripulações nunca passarão fome”. A réplica de King foi que “ele sempre soubera que Ingram fosse um pirata”.¹⁹

A US NAVY APORTA NO RECIFE

Antes que os primeiros navios de guerra da Força-Tarefa 3 aportassem no Recife em maio de 1941, para receberem os óleos combustíveis, os mantimentos frescos e secos, além de água potável, uma rede interna de logística deveria ser preparada e estar pronta para realizar essa faina no menor tempo possível. Com efeito, dois escritórios foram essenciais para tal tarefa: O Escritório do Observador Naval Americano de Recife e o Escritório do Consulado Americano em Pernambuco.

¹⁶ Para mais informações acerca das belonaves da Força-Tarefa 3 da Esquadra do Atlântico ver: ROSCOE, Theodore. **United States destroyer operations in World War II**. 3rd ed. Annapolis: Naval Institute, 1960.

¹⁷ “TF 3” é a forma abreviada para *Task Force 3* ou Força-Tarefa 3.

¹⁸ NARA, RG 38, Box 276, Command File World War II, History of the South Atlantic Campaign: Commander South Atlantic Force, p. 10.

¹⁹ Ibidem.

Como os Estados Unidos e o Brasil estavam ainda oficialmente neutros, para evitar qualquer situação controversa com os países do Eixo, o ideal era que os navios de guerra americanos permanecessem o menor tempo possível nos portos brasileiros, geralmente cerca de 72 horas, bem como não criasse *in loco* uma estrutura logística estreitamente americana, através da utilização de navios-tanques e navios-tênderes fixados permanentemente no cais do porto. Por isso, era necessário que eles contassem com representantes *in advance* no local para, já sabendo de antemão a data de chegada e das necessidades das belonaves em combustíveis e mantimentos, providenciassem juntos às firmas locais (brasileiras ou não) tais materiais.

Uma das políticas tomadas ainda no começo de 1941 para ampliar a rede de informações e suporte da *US Navy* no Brasil foi a criação de Escritórios de Observação Naval, principalmente nas principais cidades do Nordeste brasileiro e o envio de Observadores diretamente ligados ao Secretário da Marinha, Frank Knox. O primeiro escritório a ser criado foi o do Recife. O Cônsul americano no Recife, Walter J. Linthicum, foi informado pelo agente diplomático da Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, William C. Burdett, através do telegrama do dia sete de fevereiro, que um Observador Naval chegaria nas próximas duas semanas e que iniciaria sua missão com seu escritório naquele lugar. O oficial designado seria o Capitão-de-Corveta William A. Hodgman, USN (Reformado). Ele viria acompanhado de sua esposa e de um assistente.²⁰

Hodgman, sua esposa e um escrevente ligado ao Escritório de Inteligência Naval da *Navy* chegaram no Recife no dia 26 de fevereiro. Eles não tinham ainda um lugar definido para ser a sede de seu escritório, então uma sala do Consulado Americano foi posta à disposição para eles. Um fato curioso era que praticamente não havia lugar disponível no Edifício Sul América, prédio do Consulado Americano. Então o escritório do Observador Naval ficou sendo na própria dependência do Cônsul Linthicum.²¹

Segundo Linthicum, ele não se importou muito por essa situação. Apenas pedia urgência para que as autoridades americanas encontrassem o mais breve possível um escritório que fosse perto da área portuária, mas que também mantivesse contato

²⁰ NARA, RG 84, Box 2, U.S. Consulate Recife, Classified General Records 1941, Vol. II, Telegram U.S. Embassy to American Consul at Recife, February 7, 1941, p. 2.

²¹ NARA, RG 84, Box 2, U.S. Consulate Recife, Classified General Records 1941, Vol. II, Telegram U.S. Consul Walter Linthicum to William C. Burdett, March 4, 1941, p. 1.

direto com seu consulado, compartilhando as informações e as repassando para a Embaixada no Rio.²²

Por volta de março, Hodgman instalara definitivamente seu escritório no segundo andar do Edifício do Banco de Londres, situado a Rua do Bom Jesus. Tal edifício tinha uma ótima visão direta para o cais do porto, podendo tomar notas dos movimentos dos navios, além de observar o funcionamento diário das atividades portuárias. “Nenhum marinheiro que teve sua folga ou serviço em terra no Recife estaria apto a esquecer a ‘Ilha’. Embora os quartéis-generais mais tarde fossem mudados, é seguro dizer que a ‘Rua do Bom Jesus’ seria por muito tempo lembrada por seus visitantes americanos”.²³

Após obter o aval da Embaixada Americana no Rio, o Capitão-de-Corveta William A. Hodgman iria, a partir de quatro de março, assumir o serviço de fazer relatórios sobre: A navegação, (de acordo com o telegrama da Embaixada de 30 de dezembro de 1940); bem como o movimento de aviões transatlânticos, (de acordo com o telegrama do Escritório do Adido Naval no Rio²⁴ de 17 de janeiro de 1941). Para tal, ele contaria com o auxílio do Consulado Americano no Recife. Os relatórios deveriam ser mandados às 9 horas da manhã cobrindo as 24 horas anteriores até as 5 horas da tarde do dia precedente.²⁵

Os cruzadores leves *U.S.S. Memphis*, levando a bordo o comandante da Força-Tarefa 3, Jonas Ingram, e *U.S.S. Cincinnati* zarparam de San Juan no dia 26 de abril para realizar sua primeira patrulha em águas meridionais do Atlântico, no triângulo Cabo Verde, Rochedos de São Paulo, Trinidad. Por volta de três de maio, o Embaixador americano no Brasil, Jefferson Caffery, envia um telegrama confidencial ao Cônsul Walter Linthicum. Nele há a informação que navios de guerra americanos aportariam nos portos de Recife e Salvador sem dar notícias prévias. Navios-cisternas, destroieres, cruzadores ou navios-auxiliares poderiam ser esperados. As autoridades brasileiras estavam cientes dessa situação, devendo os capitães dos portos dessas cidades serem instruídos a colaborarem. O Observador Naval Hodgman se dirigira até a Bahia para

²² NARA, RG 84, Box 2, U.S. Consulate Recife, Classified General Records 1941, Vol. II, Telegram U.S. Consul Walter Linthicum to William C. Burdett, May 21, 1941, p. 2.

²³ NARA, RG 38, Box 276, Command File World War II, History of the South Atlantic Campaign: Commander South Atlantic Force, p. 8.

²⁴ A abreviação do Escritório do Adido Naval Americano no Rio era conhecida como “Alusna Rio”.

²⁵ NARA, RG 84, Box 2, U.S. Consulate Recife, Classified General Records 1941, Vol. II, Telegram U.S. Consul Walter Linthicum to William C. Burdett, March 4, 1941, p. 1.

agilizar a chegada das belonaves, devendo Linthicum reportar a chegada destas no Recife.²⁶

Após se cientificar do dia exato da chegada das belonaves americanas no Recife, Linthicum logo requisitou junto às autoridades portuárias a autorização para provimento dos navios. Assim:

Devendo chegar ao porto do Recife os navios de guerra da Marinha Norte-Americana U.S.S. Memphis e U.S.S. Cincinnati, a fim de receber 2.100 toneladas de óleo combustível, destinadas ao consumo dos referidos navios, solicito vossas ordens no sentido de ser designado um funcionário aduaneiro para assistir a entrega desse óleo, de conformidade com a recomendação constante da última parte da ordem No. 365 da Diretoria das Rendas Aduaneiras à Alfândega do Rio de Janeiro, de 31 de julho de 1939, publicada no Boletim da Alfândega do Rio de Janeiro, em 15 de agosto de 1939, página 485, óleo esse que será fornecido pela THE CALORIC COMPANY por empréstimo para oportuna reposição pela Embaixada Americana.

A presente requisição é feita em duas vias, de forma que, muito grato ficaria a V.S. se me devolvesse, devidamente anotada pelo funcionário designado, a segunda via que irá instruir a requisição de isenção de direitos, taxas, e impostos que a Embaixada Americana no Rio de Janeiro apresentara a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, para oportunidade importação de igual quantidade para a devida indenização a THE CALORIC COMPANY.²⁷

São documentos similares à esse descrito acima que encontraremos na documentação do Consulado Americano em Pernambuco durante esse período. Esse foi o tipo de documento padrão para requisição dos óleos combustíveis no porto do Recife. Só em algumas situações é que o Observador Naval emitia tal tipo de documentação às autoridades locais. Mas o Cônsul sempre mantinha informados a Embaixada quanto o Observador Naval quanto a esse tipo de situação.

Nas primeiras horas da manhã do dia 10 de maio, após quinze dias de incessante e tediosa patrulha nas águas de Cabo Verde e Rochedos de São Paulo, deram entrada no porto do Recife dois cruzadores leves, *U.S.S. Memphis* e *U.S.S. Cincinnati*, pertencentes à Força-Tarefa 3 da Marinha dos Estados Unidos, cumprindo o programa norte-americano de manter livre e desimpedido o Atlântico Sul para a navegação americana, mais comumente conhecido como “patrulha da neutralidade”. Foi o primeiro contato que a população local teve com os navios americanos em missão de guerra. Houve um grande alvoroço, causando curiosidade, sendo avultado o número de pessoas

²⁶ NARA, RG 84, Box 2, U.S. Consulate Recife, Classified General Records 1941, Vol. II, Telegram U.S. Ambassador Jefferson Caffery to American Consul at Recife Walter Linthicum, May 3, 1941, p. 1.

²⁷ NARA, RG 84, Box 38, U.S. Consulate Recife, General Records 1941, Telegrama do Cônsul Americano no Recife Walter Linthicum ao Inspetor da Alfândega do Recife Sr. Tancredo Mesquita, 10 de maio de 1941, p. 1.

que correram ao cais do porto para admirá-los. O Capitão Sergio Novais, em nome do Interventor Agamenon Magalhães, cumprimentou a comitiva, dando-lhes as boas-vindas.²⁸

Em entrevista à imprensa local, o Contra-Almirante Jonas Ingram, comandante daquela força-tarefa, respondendo aos questionamentos feitos acerca da presença de navios de guerra em um país neutro como o Brasil, afirmou que este serviço de patrulhamento durará por tempo indeterminado, até que os navios americanos e americanos do sul possam viajar sem receio nos seus próprios mares. Ao mesmo tempo o estabelecimento desse serviço equivale a uma advertência às nações da Europa, no sentido de que o Atlântico Sul será defendido e garantido pela Armada Americana. Ele ainda declarou que para que as operações fossem bem sucedidas, um ponto de apoio intermediário seria necessário, sendo a cidade do Recife a escolhida para questões de abastecimento, reparo e provisão dos navios nelas envolvidas.²⁹

Os dois cruzadores permaneceram apenas dois dias no Recife. Fundeados ao longo do cais do porto, eles receberam cerca de 12.000 barris de óleo combustível, frutas frescas e mantimentos. Estes representaram apenas uma fração da Força-Tarefa 3, do Contra-Almirante Ingram, que tinha por volta de 24 embarcações à sua disposição. Desse dia em diante haveria visitas frequentes desses navios no Recife e Salvador. Esta última providenciaria principalmente frutas frescas, verduras e mantimentos, enquanto aquele forneceria óleo combustível e gasolina de aviação. Como não se teria de antemão os dias em que eles chegariam naqueles portos, o ideal era pelo menos ter informações de um dia antes da chegada. Mesmo assim, ficou acordado com a *Caloric Oil Company* e *Standard Oil*, principais fornecedoras dos combustíveis, que elas deveriam deixar de prontidão em seus tanques não menos do que 8.000 toneladas de combustível para embarcações e 4.000 galões de gasolina de aviação reservadas para a *US Navy*. Quanto a necessidade de frutas frescas e verduras, as belonaves deveriam enviar por cabo telegráfico com antecedência os tipos e quantidades das provisões, a fim de que o Consulado pudesse requisitá-las por leilão no mercado atacadista local e emitisse os recibos para o pagamento posterior aos vencedores. Enquanto os navios permanecessem

²⁸ APEJE, Folha da Manhã (Edição Matutina), 11/05/1941, pp. 1 e 14.

²⁹ APEJE, Folha da Manhã (Edição Matutina), 11/05/1941, pp. 1 e 14.

atracados recebendo suas provisões e combustíveis, seria dado às tripulações licenças para saírem e conhecerem as cidades.³⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de navios de guerra americanos em águas brasileiras representou mais um gesto de abertura e aproximação que o Brasil fez com a causa Aliada durante a Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo que os navios patrulhavam parte do Atlântico Sul, os aeródromos e campos de pouso estavam sendo construídos a todo vapor de Belém até a Bahia pela Panair do Brasil, através do Plano de Desenvolvimento de Aeroportos (ADP). “A decisão de Vargas de permitir o funcionamento do Programa de Desenvolvimento de Aeroportos (ADP) foi um dos fatores fundamentais da entrada definitiva do Brasil na guerra ao lado dos Aliados [...].” (MCCANN JR, 1995, p. 195) Ora, o governo brasileiro ainda estava relutante em permitir que homens do Exército americano fossem enviados ao Nordeste para protegerem aquela área, tal autorização praticamente só foi obtida pelos contatos e aproximação criadas com a *US Navy* durante suas visitas ao Recife durante 1941.

As bases avançadas foram de suma importância para se ter o domínio do mar durante a Segunda Guerra Mundial. A partir delas era possível proteger as linhas de comunicações, dar suporte logístico às forças de combate, servir de centro de reparos, ancoragem e remontagem de frotas de transporte e navios de carga. Das bases no Atlântico Sul Ocidental, a costa do Nordeste do Brasil era sem dúvida a principal área, pois servia ao propósito puramente da defesa do Hemisfério Ocidental e também era extremamente útil no caso de travar operações de guerra contra o Eixo. Sendo ainda mais específico, Pernambuco combinava as vantagens de estar em uma posição estratégica na parte mais a leste do continente americano, bem como contar com ótimas instalações portuárias.³¹

A partir dessas aberturas, da autorização de uso de portos brasileiros, da criação de escritórios de observadores navais em Recife, Natal, Salvador, Maceió e Belém, da construção dos campos de pouso, das frequentes visitas de navios de guerra, bem como:

³⁰ NARA, RG 84, Box 37, U.S. Consulate Recife, General Records 1941, Telegram from the American Naval Observer in Recife William Hodgman to the American Consuls in Bahia and Pernambuco, May 13, 1941, p. 1.

³¹ The New York Times, “Potential U.S. Bases”, 21/07/1941.

Em primeiro lugar, e antes de tudo, o Brasil aprovou a construção de oito bases aéreas no nordeste, financiadas pelo Governo dos Estados Unidos. Então, com início em junho de 1941, permitiu que aviões de transporte em apoio às forças britânicas na África e no Oriente Médio fizessem escala no Brasil. Cinco meses mais tarde, o Comando de Transportes das Forças Aéreas do Exército inaugurou seu serviço de transporte do Atlântico Sul para o Cairo, via Brasil. No outono de 1941, como observou mais tarde o Embaixador Caffery, o Brasil, espontaneamente, permitiu que aeronaves que não fossem de combate visitassem o Brasil, voassem sobre o território brasileiro e utilizassem os aeroportos brasileiros quando em trânsito para a África ou para outro lugar. A partir de junho de 1941, navios de superfície da força de patrulha do Atlântico Sul também passaram a se utilizar dos portos de Recife e da Bahia, como bases de operações. Durante o verão e o outono de 1941 [...] o Brasil reverteu sua política militar tradicional de manter todas as suas forças armadas no sul e começou a construir guarnições no nordeste, para proteger as vitais instalações aéreas e navais sendo construídas lá. Ações positivas de caráter não militar, incluindo a supressão de jornais em alemão, italiano e japonês, e o controle das exportações, para garantir que materiais estratégicos fossem para os Estados Unidos, em vez dos países do Eixo [...]. (CONN; FAIRCHILD, 2000, pp. 360-361)

Nós defendemos a tese de que o Brasil já estava em guerra, uma guerra velada, em uma *shooting-war* contra o Eixo e antes da entrada oficial dos Estados Unidos na guerra após o ataque sofrido em Pearl Harbor. E tal estado de beligerante de forma velada já em 1941 começara a mudar a dinâmica do Recife i.e. até certo ponto a presença da base norte-americana em território estrangeiro garantia ao país anfitrião o apoio americano, e para economia local dos dólares e da criação ou melhoramento das instalações de apoio à base. Como o próprio Ingram em uma conversa com Linthicum em outubro fez notar “afinal de contas, nossa vinda significaria dinheiro em seus bolsos e mais comércio”. (COSTA, 1999, p. 89)

Pelo o que foi demonstrado, as atuações do Observador Naval e Cônsul americanos foi de suma importância para que o objetivo colimado fosse bem-sucedido. Procuramos neste trabalho apenas mostrar uma de outras funções desempenhadas por esses dois escritórios no Recife durante o ano de 1941, e.g. O Observador Naval William Hodgman foi o incumbido de organizar e dar suporte aos outros escritórios no Nordeste, como também a cerca de instalações militares de interesse dos Estados Unidos. Também cabia ao Cônsul Walter Linthicum fazer relatórios sobre as atividades de cidadãos de países do Eixo. Aos dois ficava a responsabilidade de resolver qualquer problema que ocorresse com os marinheiros em licença que porventura entrassem em confusão com os locais, dar suporte aos naufragos, vítimas da guerra submarina que chegavam no porto do Recife.³² Quanto ao resultado da “patrulha da neutralidade”

³² O episódio mais marcante foi com os naufragos do SS *Robin Moor* que foram trazidos ao Recife pelo vapor brasileiro *Osório* em 11 de junho. O Consulado Americano em Pernambuco deu total auxílio aos

desempenhada pela Força-Tarefa 3, foi um período de adestramento da força para a campanha submarina que seria intensa durante os anos precedentes. O contato foi estreitado de forma tão intensa que no período de maio até dezembro, os navios americanos visitaram os portos de Recife e Salvador 51 vezes.³³ Desta forma, a nossa proposta foi contribuir para a expansão da fronteira dessa área historiográfica. Mostrar que o Brasil contribui de forma ativa e essencial para que a Batalha do Atlântico fosse vencida pelos Aliados. A nossa proposta foi inserir o estudo de questões ocorridas internamente em um contexto maior, em uma rede maior, mas dependente de cada um dos participantes, e assim, quebrar valorações de “batalhas decisivas” ou “primário/secundário”.

REFERÊNCIAS

FONTES

National Archives and Records Administration, College Park, MD, Record Group 38, Box 276, Command File World War II, History of the South Atlantic Campaign.

National Archives and Records Administration, College Park, MD, Record Group 84, Box 37, U.S. Consulate Recife General Records 1941.

National Archives and Records Administration, College Park, MD, Record Group 84, Box 38, U.S. Consulate Recife General Records 1941.

National Archives and Records Administration, College Park, MD, Record Group 84, Box 39, U.S. Consulate Recife General Records 1941.

National Archives and Records Administration, College Park, MD, Record Group 84, Box 2, U.S. Consulate Recife Classified Records 1941.

Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, Recife - PE, Setor de Periódicos, Folha da Manhã (Edição Matutina), 1941.

náufragos, comprando no comércio local vestuário, dando alojamento nos hotéis, bem como assistência médica.

³³ NARA, RG 38, Box 276, Command File World War II, History of the South Atlantic Campaign: Commander South Atlantic Force, p. 22.

Acervo Pessoal, Foreign Relations of the United States Diplomatic Papers, 1941, Vol. I.

Acervo Pessoal, The New York Times, 1941.

Acervo Pessoal, Pittsburgh Post-Gazette, 1938.

BIBLIOGRAFIA

ABBAZIA, Patrick. **Mr. Roosevelt's Navy**: The private war of the U.S. Atlantic Fleet, 1939-1942. Annapolis: Naval Institute, 1975.

ALVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**: História de um envolvimento forçado. São Paulo: Loyola/PUC-Rio, 2002.

BRODIE, Bernard. **Sea power in the machine age**. 2nd ed. Princeton: Princeton University: 1944.

CHURCHILL, Winston S. **Memórias da Segunda Guerra Mundial**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3^a impressão, 1995.

COLETTA, Paolo E.; BAUER, Jack K. (Eds.). **United States Navy and Marine Corps bases, overseas**. Westport: Greenwood, 1985.

CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. **A estrutura de defesa do Hemisfério Ocidental**. Tradução Luis Cesar Silveira da Fonseca. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

COSTA, Fernando Hippólyto da. **Base Aérea do Recife**: Primórdios e envolvimento na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: INCAER, 1999.

COSTA, Veloso. **A Marinha em Pernambuco**. Recife: Fundarpe, 1987.

DOENITZ, Karl. **Memoirs**: Ten years and twenty days. Tradução R. H. Stevens em colaboração com David Woodward. 1. ed. Annapolis: Da Capo, 1997.

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Dias de guerra no Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1968.

GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. **A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Capemi, 1982.

HARKAVY, Robert E. **Great Power competition for overseas bases**: The geopolitics of access diplomacy. New York: Pergamon, 1982.

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. **História geral da Aeronáutica Brasileira**: Da criação do ministério da Aeronáutica até o final da Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: INCAER, Vol. 3, 1991.

KARIG, Walter; BURTON, Earl; FREELAND, Stephen L. **Battle report**: The Atlantic war. New York: Farrar and Rinehart, 1946.

MAHAN, Alfred T. **The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783**. 12th ed. Boston: Little, Brown, and Company, 1890.

MCCANN JR, Frank D. **Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Tradução Jayme Taddei e José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MORISON, Samuel Eliot. **The Battle of the Atlantic**: September 1939 - May 1943. Urbana and Chicago: Atlantic Monthly/Little, Brown and Company, 1984.

_____. **The two-ocean war**: A short history of the United States Navy in the Second World War. Boston: Little, Brown and Company, 1963.

OVERY, Richard. **Why the Allies won**. 1st ed. New York: W. W. Norton and Company, 1996.

ROHWER, Jürgen. Operações navais da Alemanha no litoral do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. **Navigator**: Subsídios para a história marítima do Brasil, Rio de Janeiro, n. 18, p. 3-38, 1982.

ROSCOE, Theodore. **United States destroyer operations in World War II**. 3rd ed. Annapolis: Naval Institute, 1960.

ROUT, Leslie B.; John F. Bratzel. **The shadow war**: German espionage and United States counterespionage in Latin America during World War II. Frederick: University Publications of America, 1986.

RUNYAN, Timothy J.; COPES, Jan M. (Eds.). **To die gallantly**: The Battle of the Atlantic. Boulder: Westview, 1994.

5. MISSÃO, DESTINO E IDENTIDADE NACIONAL

*O Americanismo nas Páginas da Revista *The Missionary Voice* (1911-1932): breves apontamentos. Jackson Pires*

Mestre em História pela PPGH-UFF
pires.jackson@gmail.com

O presente texto tem o objetivo de apresentar as considerações preliminares de pesquisa que ora se inicia e que busca discutir as construções culturais e as apropriações simbólicas, frente às discussões sobre a própria identidade estadunidense, feitas por missionários e missionárias envolvidos nos empreendimentos internacionais da Igreja Metodista Episcopal do Sul dos Estados Unidos.

Nosso objeto central de estudo é a revista estadunidense *TheMissionary Voice*. Este periódico foi publicado mensalmente em Nashville, Tennessee, e editado pelo Departamento de Educação e Promoção (*Department of Education and Promotion*) da Junta de Missões (*Board of Mission*) da Igreja Metodista Episcopal do Sul dos Estados Unidos.¹ Composta de duas fases, a revista circulou inicialmente com o nome *TheMissionary Voice*, entre janeiro de 1911 e abril de 1932, momento em que passou a se chamar *TheWorld Outlook*. Com esse novo nome a revista seguiu sendo publicada até o momento de seu encerramento em dezembro de 1969. Esse projeto editorial ocupou o destacado papel de canal de comunicação dos empreendimentos missionários coordenados pela Junta de Missões e os membros daquela Igreja.

O tema da pesquisa, por sua vez, éas apropriações simbólicas de construções identitárias da cultura estadunidense – aqui abordadas em função das discussões em torno dos americanismos – feitas nas páginas da revista *The Missionary Voice* e elaboradas por missionários e missionárias metodistas, nos empreendimentos que se instalaram em diferentes continentes para promover a fé metodista, a educação, a saúde

¹ Em decorrência da questão escravista a denominação metodista dos Estados Unidos foi dividida em duas Igrejas, em 1844, São elas: a Igreja Metodista Episcopal, no norte do país e a Igreja Metodista Episcopal do Sul. A conciliação entre as duas igrejas só ocorreu em 1968, dando origem a Igreja Metodista Unida.

e a caridade. Entre os países de destino dos missionários estavam o Brasil, o México, Cuba, China, Japão e Coreia.

O movimento missionário protagonizado por diferentes denominações protestantes nos Estados Unidos foi iniciado nas décadas finais do século XIX, se estendeu por todo o século XX e se mantém vivo até os dias atuais. É bem verdade que ao longo de sua existência, o missionarismo protestante estadunidense passou por significativas transformações. Nos primórdios desse movimento, os metodistas estiveram junto àqueles cujo papel foi de grande importância. Isso se deveu à proeminência alcançada por essa denominação naquele contexto.

Ainda sobre os empreendimentos missionários é forçosa a menção ao intelectual Dwight L. Moody (1837-1899). No final do século XIX, ele foi um dos principais precursores desses empreendimentos e idealizador do *Student Volunteer Movement*, criado a partir de suas pregações em várias universidades nos Estados Unidos. O objetivo desse movimento de voluntários era conquistar os jovens para a causa evangelizadora. Moody exerceu uma grande influência e conseguiu angariar um grande número de adeptos (MARDSEN, 1990, p. 116). O entusiasmo em torno de sua liderança pessoal e de seus ideais era tão grande que o *Student Volunteer Movement* foi organizado em apenas dois anos e em um curto período o número de pregadores cresceu consideravelmente. Muitos de seus membros atuaram diretamente no exterior em empreendimentos missionários, como aqueles feitos pelos metodistas.

Dentre os defensores mais entusiasmados do missionarismo internacional encontra-se Josiah Strong (1847-1916). Ele foi um dos intelectuais que defendeu a ideia que a sociedade estadunidense era conjunto social superior, especialmente os protestantes de origem anglo-saxônica. Também acreditava no suposto dever destes em promover a evolução dos povos inferiores do mundo, por meio da conversão ao protestantismo. Para Hunt, esse autor deu voz aos anseios da grandeza nacional devido a sua grande popularidade (HUNT, 2009, p. 37).

Segundo a avaliação feita por Strong na década de 1880:

O tempo está chegando quando a pressão da população sobre os meios de subsistência serão sentidos aqui como está sendo sentido na Europa e Ásia. Então, o mundo entrará em uma nova fase histórica da competição final das raças, para os quais os Anglo-saxões estão sendo educados. Muito antes de milhões de anos estarem aqui, a poderosa tendência centrífuga, inerente a este estoque e fortaleceu nos Estados Unidos a afirmar-se. Então esta força de inigualável energia, com toda majestade dos números e do poder da riqueza por trás dele, o representante, esperemos, da maior liberdade, o mais puro cristianismo, a mais alta civilização, tendo desenvolvido os traços peculiarmente agressivos, calculadas para impressionar suas instituições sobre a humanidade vai se

espalhar sobre a terra. Se eu não li errado, essa poderosa raça descerá sobre o México, para cima da América Central e do Sul, para fora das ilhas do mar, sobre a África e além.²

Strong considerava que as civilizações traziam consigo elementos construtivos e destrutivos. Sem a presença dos “selvagens”, os anglo-saxões decairiam, ou, dito de outra forma, era exatamente a existência de populações a serem educadas que movia o ímpeto de povos como o seu. Em seu livro *Our Country: Its Possible Future and Its Present Crisis*, de 1885, o intelectual defende que “onde há um missionário, já há centenas de mineiros ou comerciantes ou aventureiros prontos para seduzir o nativo”.³

Seu livro constitui um dos exemplos mais bem acabados dos ideais de expansão defendidos por muitos intelectuais nos Estados Unidos, no período entre a Guerra Civil (1861-1865) e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Esses intelectuais, do mesmo modo que Strong, acreditavam que os estadunidenses e especialmente os protestantes de origem anglo-saxônica, constituíam um povo superior. E o mais importante, também acreditavam no suposto dever destes em promover a evolução dos povos inferiores do mundo por meio da conversão ao protestantismo. Suas ideias ligavam-se ao Darwinismo Social que, enquanto teoria, defendia que as diferentes “raças” sempre foram engajadas em uma luta pela superioridade e pela dominação (MARDEN, 1990, p. 117). Nesse sentido, essa “luta eterna” levaria ao aprimoramento das “raças” inferiores.

Strong é, sem dúvida, o mais popular defensor da ideia de que o povo dos Estados Unidos havia sido eleito por Deus para elevar, por meio de preceitos e exemplos, toda a humanidade. No entanto, não foi o único. Autores menos conhecidos, porém igualmente fervorosos, como James S. Denis’s, autor de *Christian Missions and Social Progress* (1897-1906), e Robert E. Speer’s, com o seu *Christianity and the Nations* (1910).

Do exposto, percebe-se que havia de fato um grande impulso apontando para a ação externa como forma de expandir o protestantismo e levar aos povos tidos como

² No original: “The time is coming when the pressure of population on the means of subsistence will be felt here as it is now felt in Europe and Asia. Then will the world enter upon a new stage of its history—the final competition of races, for which the Anglo-Saxon is being schooled. Long before the thousand millions are here, the mighty centrifugal tendency, inherent in this stock and strengthened in the United States, will assert itself. Then this race of unequalled energy, with all the majesty of numbers and the might of wealth behind it—the representative, let us hope, of the largest liberty, the purest Christianity, the highest civilization—having developed peculiarly aggressive traits calculated to impress its institutions upon mankind, will spread itself over the earth. If I read not amiss, this powerful race will move down upon Mexico, down upon Central and South America, out upon the islands of the sea, over upon Africa and beyond.” In.: STRONG. Josiah. *Our Country: Its Possible Future and Its Present Crisis*. 1885.

³ No original: “Where there is one missionary, there are hundreds of miners or traders or adventurers ready to debauch the native”. STRONG. Josiah. *Its Possible Future and Its Present Crisis*. 1885.

inferiores o alto padrão social, supostamente alcançado pela sociedade branca estadunidense. Contudo, havia também grandes discordâncias no que se refere à forma como essa expansão deveria ocorrer na prática. Enquanto alguns defendiam o mito da predestinação divina dos Estados Unidos como uma grande nação que influenciaria, naturalmente, o destino de outras nações, havia outros que defendiam um posicionamento ativo dos estadunidenses na tarefa de supostamente civilizar os povos tidos como inferiores, ou seja, deveria haver um engajamento pessoal e só a ação no mundo levaria de fato os Estados Unidos à posição de superioridade.

O expansionismo estadunidense do período pode ser também problematizado, considerando as iniciativas tanto do governo quanto de seguimentos externos à administração. Disso se depreende que não eram apenas as ações implementadas pelo governo, com o objetivo de garantir a presença dos comerciantes do país em outras nações, mas, paralela e simultaneamente a isso, havia o esforço de muitos grupos em se fazerem presentes em outros países, para promover os seus ideias políticos e religiosos. Motivados sobremaneira por uma determinada compreensão do que era ser (norte) americano.

O início dos empreendimentos missionários voltados para o exterior coincidiu no tempo com a construção moderna dos Estados Unidos em um contexto de reorganização, decorrente do fim da Guerra Civil (1861-1865) (JUNQUEIRA, 2001). Esse foi o momento em que se iniciou um processo de extroversão, ou seja, nos anos que antecedem a virada do século XIX para o XX, a presença externa estadunidense cresceu显著mente. Isso se deu tanto em questões formais de política externa, como o comércio e os conflitos internacionais, quanto em questões que passavam ao largo das formais, baseadas em trocas simbólicas realizadas por mediadores culturais. Exemplo desse último tipo, é a presença dos próprios missionários protestantes, mas também de cientistas e cronistas, no exterior. Esses agentes foram parte integrante do processo de extroversão estadunidense, para diferentes regiões do planeta. Em alguns casos, a chegada de missionários, por exemplo, ocorreu antes mesmo dos canais tradicionais da diplomacia.

O missionarismo esteve, nesse sentido, associada ao colonialismo imperialista, que marcou as relações internacionais do período aqui abordado. A esse respeito, Justo González nos lembra do quanto essa relação era complexa. Segundo o autor:

A relação entre os dois elementos, colonialismo e missões, é demasiado complexa (...). Não é totalmente exato dizer que os missionários foram agentes do colonialismo, pois, em algumas vezes, se opuseram a ele, e em muitíssimos casos criticaram as suas

práticas. Tampouco é certo que a grande expansão missionária entrou pelas portas abertas pelo colonialismo, pois, se bem seja verdade que muitas vezes as colônias foram a porta de entrada para os missionários, também é verdade que houve lugares em que os missionários chegaram muito antes dos comerciantes e colonizadores e que, em muitos casos, as autoridades coloniais se opuseram à obra missionária.⁴

Nesse sentido, ao analisarmos os empreendimentos missionários, no contexto da extroversão estadunidense, não podemos nos ancorar em explicações de causa e consequência, e isso se deve tanto à sua complexidade quanto à multiplicidade de associações que ocorreram entre colonialismo e missionarismo. Como lembra González, em alguns casos, verificou-se até mesmo a incompatibilidade entre os dois fenômenos.

Outra questão importante e que merece destaque nessa abordagem são as discussões e disputas simbólicas em torno da identidade estadunidense – tema importante no momento da extroversão – bem como de seus desdobramentos na primeira metade do século XX. De fato, diferentes visões de mundo e apropriações político-culturais colocaram no centro do debate a dimensão da identidade nacional dos Estados Unidos. Pautando-se em vários mitos nacionais, grupos com posicionamentos políticos diametralmente opostos, em alguns casos, ou com opiniões que, em outros casos, variavam em apenas alguns pontos, sustentavam um tipo específico de americanismo.

Nesse sentido, o tema do americanismo nos remete para um quadro complexo, em que pelo menos duas identidades estiveram em disputa no contexto da extroversão estadunidense. Decorre disso, que o mais correto ao problematizarmos essas disputas é falarmos em americanismos, no plural. As duas vertentes principais foram: o americanismo ortodoxo e o americanismo dos grupos de dissenso.

O americanismo ortodoxo partia do princípio de que a identidade nacional dos Estados Unidos tinha como base as características da cultura branca, anglo-saxã e protestante (*White, Anglo-saxon end Protestant - WASP*). Para os tributários dessa visão de mundo, as contribuições dos anglo-saxões estariam presentes, por exemplo, no suposto “amor à liberdade” e no “cristianismo espiritualmente puro” que explicariam a constituição diferenciada daquela nação (MARDEN, 1990, p. 116). Nesse sentido, eram atribuídas características aos norte-americanos, como: “energia, perseverança, agressividade, inventividade”, e todas elas estariam voltadas para a ação colonizadora e expansionista (BURNS, 1957, p. 39). Muitos foram os intelectuais e homens públicos

⁴ GONZALES, Justo L. E. *Até os Confins da Terra: uma História Ilustrada do Cristianismo*. Volume 9 – A Era dos Novos Horizontes. São Paulo: Editora Vida Nova, 2005, p 122-123.

que compartilhavam essa visão de mundo, como, por exemplo, o Senador Benton, Josiah Strong, Albert J. Beveridge, John W. Burgess, William Allen White, e mesmo Theodore Roosevelt (1858-1919).

Já o americanismo oriundo dos grupos políticos de dissenso representava as muitas vozes contrárias à visão ortodoxa. Nesse sentido, muitos intelectuais buscaram novas definições para o que é ser norte-americano. Definições que assumiam a perspectiva de que os Estados Unidos eram uma sociedade plural, do ponto de vista cultural. Foram vários os intelectuais⁴ que, segundo Jonathan Hansen, entendiam que um “desafio urgente da nação era articular um ideal de identidade nacional americana capaz de equilibrar os princípios da individualidade e da inclusão cultural com um sentimento de solidariedade cívica”.⁵ Entre os intelectuais tributários dessa visão de mundo podemos citar autores como: Randolph Bourne, W. E. B. Du Bois e John Dewey, todos representantes de um americanismo de dissenso.

Para os objetivos dessa pesquisa, é importante ressaltar que o americanismo de tipo ortodoxo assumiu a hegemonia na sociedade estadunidense no final do século XIX e no início do século XX. Mais relevante ainda é o fato dos empreendimentos missionários, incluindo os promovidos pelos metodistas estarem diretamente ligados a esse americanismo específico.

Outro dado relevante para o desenvolvimento da pesquisa é a existência de muitos periódicos publicados por Igrejas protestantes estadunidenses desde o início dos empreendimentos missionários internacionais. Esses periódicos cumpriram diferentes funções, como, por exemplo, tornar público os avanços quando a conquista de novos fiéis e de seus testemunhos de fé, bem como angariar novos missionários para o trabalho no exterior e arrecadar fundos para as missões.

Importante exemplo de periódico desse tipo é o objeto desta pesquisa, a revista *The Missionary Voice*, posteriormente *The World Outlook*. Revista de grande longevidade que, através de centenas de colaboradores, sua imensa maioria missionários que atuaram diretamente nos empreendimentos externos aos Estados Unidos, contribuíram para o missionarismo, também por meio de seus relatos da experiência em

⁴ A chamada *Progressive Era*, muito plural em sua composição, contou com intelectuais dessa corrente pluralista como Louis D. Brandeis (1856-1941), John Dewey (1859-1952), Willian E. B. Du Bois (1868-1963), Horace Meyer Kallen (1882-1974), e Randolph S. Bourne (1886-1918).

⁵ No original: “The nation’s urgent challenge, as they say it, was to articulate an ideal of American national identity capable of balancing the principles of individuality and cultural inclusiveness with a sense of civic solidarity.” HANSEN, Jonathan. “True Americanism: Progressive Era intellectuals and the problem of liberal nationalism.” In.: KAZIN, Michael & McCARTIN, Joseph. *Americanism: new perspectives of an ideal*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006, p. 74.

campo. Por meio da análise de suas páginas, entre 1911 e 1932, e considerando o contexto político-cultural estadunidense nas primeiras décadas do século XX, bem como as trocas culturais entre missionários e a população dos países que foram palcos dos empreendimentos, proponho um conjunto de questões que compõe a problemática dessa pesquisa.

Inicialmente, cabe questionar: qual é o papel da revista *The Missionary Voice* no processo de constituição de uma identidade específica dos missionários e missionárias metodistas estadunidenses, frente às disputas político-identitárias dos Estados Unidos, nas décadas de 1910 e 1920? Com quais elementos os empreendimentos missionários metodistas estavam alinhados com um americanismo hegemônico de tipo ortodoxo nos Estados Unidos? Como se constituiu aquilo que podemos chamar de americanismo metodista? Nesse sentido, quais foram as principais apropriações culturais e quais os elementos simbólicos estiveram articulados na construção de um discurso particular, mesmo que com pretensões universalistas, ancorado em uma determinada interpretação das características da sociedade estadunidense e também de sua função entre o concerto das nações?

Aprofundando esses questionamentos, pergunto: é possível falarmos em um único americanismo metodista construído no espaço social definido pelo periódico ou temos a ocorrência de visões de mundo distintas e em conflitos no interior da comunidade argumentativa formadora do espaço social na revista? Quais seriam, então, as características desses discursos e qual seria a amplitude deles frente à comunidade metodista estadunidense?

Considerando a formação de zonas de contatos culturais no decurso dos empreendimentos missionários, podemos nos questionar ainda: quais foram as hibridizações surgidas nos encontros com povos de outras nações? Houve trocas culturais entre os intelectuais das diferentes nações envolvidas? Em que medida essas trocas influenciaram na conformação de um americanismo metodista?

Para compreendermos melhor esse periódico e as questões históricas a ele relacionadas, cabe analisarmos ainda as redes de sociabilidades formadas pelos intelectuais envolvidos tanto nos empreendimentos missionários quanto na revista e a suas dimensões. Nesse sentido, uma nova frente de pesquisa, associada à primeira, é formulada: quais as principais articulações e quais os principais grupos estadunidenses e estrangeiros formaram as redes intelectuais da revista? Quem eram esses intelectuais que compuseram a comunidade argumentativa delimitada pela revista? Quais eram as

posições políticas desses homens e mulheres e em quais temas eles atuaram com mais intensidade?

Outras questões tão importantes quanto essas que acabo de expor também nortearam a análise da revista e as suas conexões com diferentes agentes históricos externos a ela, e até mesmo aos empreendimentos missionários. São elas: qual o papel dos missionários nas décadas de 1910 e 1920 como agentes do império informal estadunidense frente os discurso de progresso, de salvação e de superioridade do modelo social construído pelos Estados Unidos? Em que medida o missionarismo promoveu a mediação cultural? E ainda, como o Darwinismo Social esteve presente no discurso dos intelectuais colaboradores da revista?

O meu interesse pessoal em pesquisar a ação de missionários e missionárias metodistas em empreendimentos internacionais e as discussões em torno dos americanismos, por meio da análise da revista *The Missionary Voice*, nasceu da elaboração da minha dissertação e mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), e defendida em Março de 2013. Por ocasião desse trabalho, que abordou o projeto educacional do Colégio Americano Granbery – instituição fundada pelo empreendimento missionário metodista, em Juiz de Fora, Minas Gerais – tive o primeiro contato com a revista. Naquela ocasião, algumas questões já haviam começado a se impor e este trabalho surge, então, com a expectativa de poder esclarecê-las.

Em levantamento recente, não encontrei trabalhos que tenham esse periódico como foco central de análise. Assim, essa pesquisa é a primeira que pretende analisar todas as edições publicadas entre 1911 e 1932. Nesse sentido, a temática em questão e a abordagem proposta para esse estudo também contribuem para a construção de um conhecimento original sobre o movimento missionário protestante estadunidense, as trocas culturais a eles relacionadas e, ainda, às relações internacionais dos Estados Unidos frente o imperialismo, sobretudo nos seus aspectos informais.

Nesse sentido, pretendo aprofundar alguns temas e questões que nos ajudarão a entender os conflitos e as contradições internas aos Estados Unidos, bem como suas relações com outros países, na trilha dos trabalhos mais recentes sobre a história daquela nação, desenvolvidos em instituições de pesquisa brasileiras. Mais significativo, contudo, é a intenção de lançar um novo olhar sobre a história do imperialismo e do colonialismo estadunidenses – que muitas vezes foram eclipsadas por julgamentos ideológicos – nas primeiras décadas do século XX, momento em que o país passou por

grandes transformações políticas, econômicas e militares, e também culturais e ideológicas.

Através do aprofundamento do olhar, busco compreender as múltiplas relações vivenciadas por homens e mulheres que, enquanto mediadores culturais, contribuíram para a ocorrência de trocas e negociações junto aos empreendimentos missionários. Nesse sentido, esse trabalho pretende contribuir para a ampliação do saber histórico por meio da pesquisa documental em conjunto com a articulação de conceitos da História Política e da História Cultural.

A pesquisa apresentada se mostra relevante na medida em que a ampliação do conhecimento sobre a história dos empreendimentos missionários de estadunidenses em países estrangeiros contribuirá, assim como tem contribuído nos últimos anos, para a análise de novas nuances de questões que antes pareciam cristalizadas. Dado que, ao considerarmos as trocas culturais e negociações simbólicas entre os envolvidos em um processo histórico, como o aqui problematizado, bem como a problemática das zonas de contato culturais, formadas junto ao império informal, estamos considerando que as relações de poder e as construções de identidades são processos históricos tensos e complexos que envolvem diversos elementos.

A viabilidade da pesquisa, por sua vez, reside na disponibilidade da integra da coleção da revista *The Missionary Voice*, para consulta, no sítio eletrônico do *General Commission on Archives & History*, da Igreja Metodista Unida dos Estados Unidos.⁶ Todos os arquivos digitais dessa coleção já se encontram sob a minha posse, gravados em dispositivo eletrônico.

Além do periódico, existe um vasto conjunto de documentos disponíveis para consulta em canais de acesso semelhantes ao da própria revista. Essa documentação complementar, composta de relatórios e de publicações diversas, será de fundamental importância para entender as relações dos intelectuais que atuaram na revista com outros grupos e instituições externos à revista.

Os marcos cronológicos desta investigação, ou seja, janeiro de 1911 e abril de 1932 coincidem com a primeira fase da revista. A escolha metodológica por essas balizas está relacionada tanto à própria história do periódico quanto as questões externas a ele. No que se refere às questões internas, a alteração do nome, em 1932, marcou o final de uma fase de consolidação do projeto editorial e início de um novo período, em

⁶ www.gcah.org

que os empreendimentos missionários passam a contar com o apoio de igrejas metodistas independentes da estadunidense, em que pese ainda fortemente influenciadas por ela, nos países que receberam aqueles missionários.

Já no que se refere às questões externas ao periódico, notadamente, a sua primeira fase coincide com a chamada “Era Progressista” estadunidense. Nesse período, o crescimento dos centros urbanos e da industrialização, bem como o aumento e a diversificação da população, devido à imigração, colocou na ordem do dia as reivindicações de vários grupos sociais que sofriam com a miséria e a desigualdade dos anos 1900, 1910 e 1920. Daí a ideia de uma era progressista, devido à ascensão do pluralismo, e no limite a conquista de alguns direitos por esses seguimentos à margem.

Paralelamente, os grupos mais conservadores da sociedade, e entre eles os representantes do americanismo ortodoxo e muitas Igrejas protestantes, defendiam propostas reacionárias e tentavam frear os movimentos reformistas, ao mesmo tempo em que buscavam reforçar os seus discursos e as suas identidades. Os desdobramentos imediatos ao fim da Primeira Guerra marcaram o arrefecimento de muitos ideais da Era Progressista. Os anos 1918-1920, por exemplo, foram marcados por um ambiente repressivo, que acabou pondo fim a muitas vitórias do período anterior. Nos anos que se seguiram e, sobretudo, no final da década 1920, juntamente com a recessão econômica no início dos anos 1930, deram início a uma “nova era”. Esta por sua vez foi marcada pelo acirramento das tensões sócias e das ações dos grupos conservadores.

Desse modo, o recorte cronológico adotado permite abordar um período marcado inicialmente pela efervescência de ideais progressistas, o seu arrefecimento e, no seu final, o acirramento das ideias conservadoras, em um contexto de crise econômica e social. Nesse sentido, a construção de uma identidade do movimento missionário protestante em um contexto marcado por grandes embates entre grupos conservadores e de dissenso compõem, no meu entender, uma excelente oportunidade de estudar a conformação dos diferentes americanismos e as tensões ao seu redor.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa privilegiarei a perspectiva da produção do discurso em detrimento da recepção e da formação de uma comunidade de leitores, dado que uma revista é o resultado da dialética da produção e da recepção. Reconheço a importância desses dois universos, contudo essa importante escolha metodológica se deve às questões que nortearão o desenvolvimento do trabalho.

Como resultado da ação de homens e mulheres engajados com o movimento missionário, a revista pode ser considerada uma construção cultural. Nesse sentido,

devemos lançar um olhar detido nos temas escolhidos para compor os seus números e nas opiniões neles enunciadas.

A própria escolha dos colaboradores é um importante elemento para a compreensão dos posicionamentos políticos assumidos pela revista ao longo do tempo. Outra questão importante é compreender os objetivos apresentados, tanto direta quanto indiretamente nas páginas da publicação.

Pretendo ainda lançar mão de conceitos relacionados tanto à História Política quanto à História Cultural. Nesse sentido, parto inicialmente das premissas apresentadas por Sirinelli sobre a revista e o seu corpo editorial enquanto uma estrutura de sociabilidade de uma geração de intelectuais. Para esse autor, a revista é um dos locais em que os laços entre um grupo de intelectuais – ou pelo menos o seu núcleo central – são atados, ou seja, são em espaços como conselho editorial de uma revista que as “redes” de sociabilidades são formadas. Nesse sentido, “uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (SIRINELLI, 1996, p. 248).

Mais do que redes formadas pela simples interação entre os intelectuais nos seus círculos sociais, as estruturas de sociabilidades constituem um elemento complexo do universo intelectual. Para Sirinelli, o microcosmo do intelectual é estruturado por redes e caracterizado por “microclimas”, e é isso que confere significado às sociabilidades (*Idem*, p. 253). Podemos considerar, basicamente, dois tipos de estruturas de sociabilidade, as de adesão e as de exclusão. No tocante às estruturas de adesão, incluem-se as amizades, as fidelidades e as influências exercidas que, em muitos casos, encontram-se na base dos movimentos políticos. Já a dimensão da exclusão abarca as posições divergentes, os debates e as cisões decorrentes dos embates intelectuais, políticos e sociais (*Idem*, p. 253).

Ainda segundo as considerações desse autor, a história dos intelectuais encontra-se na fronteira entre a história política, social e cultural (*Idem*, p. 252). Eles são vetores tanto de uma cultura política quanto de determinados fenômenos da memória. Por esses motivos, ao nos voltarmos para o estudo desse universo, iremos nos deparar com diferentes elementos. Entre esses elementos tempos: as gerações, as trajetórias e as estruturas de sociabilidade criadas pelos intelectuais (SIRINELLI, 2009, p. 47).

No que se refere às gerações, devemos voltar a nossa atenção para a experiência comum vivenciada por um conjunto de intelectuais, em uma determinada época, e para as suas memórias. Nesse sentido, as relações entre a história e as estruturas da memória

se impõem, devido à necessidade da existência de referências políticas comuns que os conectem, enquanto grupo, à uma época.⁷ A aplicação desse conceito associado às estruturas de sociabilidade formadas junto à *The Missionary Voice* constituirá, pois, uma importante frente de pesquisa.

São pertinentes também para essa abordagem as considerações e os pressupostos da chamada “Virada Linguística”.⁸ De acordo com Vale Castro, “ao se observar uma revista como local onde se realiza uma prática social de produção de sentido sobre a experiência coletiva, torna-se fundamental observar a questão da produção do discurso” (CASTRO, 2007, p.1). Nesse sentido, os pressupostos da Virada Linguística permitirão compreender os textos da *The Missionary Voice* em seu tempo, ou seja, considerando a sua historicidade.

Entre os pressupostos considerados para a análise do periódico objeto dessa pesquisa encontra-se a “comunidade argumentativa” e a emissão de um “lance”. A comunidade argumentativa, nessa perspectiva é o próprio lócus social, político e cultural, em que um determinado grupo de intelectuais produzem os atos de fala (*speech acts*), anunciando assim o seu discurso. Os lances, por sua vez, remetem ao próprio ato de fala e também a busca pela inovação do contexto linguístico como forma de introduzir, no limite, um novo conceito no universo político de uma determinada época.

Outra frente de análise relevante é o estudo da ação missionária. Esta pode ser interpretada com base em sua dimensão cultural e, nesse sentido, devemos ter em mente a conformação de zonas de contato culturais. Eis, pois, outro conceito chave na compreensão do periódico em questão.

As “zonas de contato”, como chama Mary Louise Pratt, são os “espaços sociais em que culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra” (PRATT, 1999, p. 27). O conceito foi utilizado originalmente para explicar as diferentes implicações da formação dos impérios coloniais. De acordo com a autora, frequentemente as zonas de contato, ou fronteiras coloniais, surgem em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação como, por exemplo, o

⁷Ver: ATTIAS-DONFUT, Cleudine. *La notion de génération: usages sociaux et concept sociologique*. In: *L'Homme et la Société*, Paris, ané XXII, v.90, 1988 ; SIRINELLI Jean-François. *La génération: la construction du temps historique*. Paris: Histoire au Present, 1991.

⁸ Os pressupostos da “Virada Linguística” em especial as perspectivas desenvolvidas por Q. Skinner e J. G. Pocock. Sobre isso ver SKINNER, Quentin. “Meaning and Understanding in the History of Ideas”; “Motives Intentions and Interpretation of texts” New Literary History: Vol. 3, No. 2, 1972, p. 393-408; As Fundações do Pensamento Político Moderno. São Paulo: Cia das Letras, 1996; POCOCK, J. G. Linguagens do ideário político. São Paulo: EDUSP, 2003; FALCON, Francisco. “História das ideias”. In.: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

colonialismo e o escravismo. Contudo, as zonas de contato podem servir também para explicar outras formas de contatos entre pessoas “anteriormente separadas por descontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias se cruzam” (Idem, p. 32). Nesse sentido, devemos valorizar as tensões e as trocas associadas aos contatos culturais. Decorre disso que a transculturação é um fenômeno da zona de contato (Idem, p. 31).

Outra referência importante nos é apresentada por Ricardo Salvatore. Na tarefa de compreender o papel desempenhado pelos religiosos e educadores protagonistas dos empreendimentos missionários protestantes, no contexto de extroversão norte-americano, emerge o conceito de “empresa do conhecimento”. Essas “empresas” teriam sido protagonizadas pelo que o próprio Salvatore e outros estudiosos chamam de “mediadores culturais”, ou seja, comerciantes, cientistas, reformistas, religiosos, literatos, etc., que teriam contribuído para a criação e circulação de imagens sobre os locais de inserção desses homens e mulheres.

No comentário de Mary A. Junqueira sobre as inserções estadunidenses na América do Sul, a “empresa do conhecimento” realizada, por exemplo, com as investigações científicas e também com a presença missionária foi fundamental para “a construção de mecanismos, processos e aparatos diversos que produziram e circularam representações constitutivas das diferenças culturais sobre a região”, isso ocorreu “a partir de inúmeros textos, imagens, desenhos, pinturas e mapas” (JUNQUEIRA, 2008).

Essa dimensão também pode ser aplicada à revista *The Missionary Voice*. Os missionários protestantes estadunidenses foram, certamente, grandes produtores de imagens, e através de suas publicações, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, contribuíram para a circulação das suas representações feitas sobre os locais em que atuaram.

Talvez as imagens produzidas pelos missionários tenham sido as mais difundidas, contudo, não há dúvidas de que esses missionários trabalharam como grandes mediadores culturais. Como sustenta Marsden, (1999) o objetivo dos missionários das diferentes denominações protestantes norte-americanas era duplo: religioso e civilizatório. Religioso porque estavam empenhados em levar o evangelho para aqueles que eram tidos como pagãos, por desconhecer o cristianismo considerado verdadeiramente puro. Junto com a salvação acreditava-se que o trabalho missionário proporcionaria um benefício civilizatório, uma vez que o modo de vida e de governo da população protestante e branca norte-americana eram entendidos como superiores.

Decorre disso que muitos foram os que assumiram a tarefa de evangelizar no exterior por crer que sem a fé em Cristo, muitos pagãos iriam passar a eternidade sofrendo no inferno.

Finalmente, na tarefa de apresentar conceitos para uma análise das ações de missionários estadunidenses, incluindo sua atuação em um periódico, para o contexto em questão, e considerando às ações imperialistas dos Estados Unidos, chegamos ao conceito de império informal. Para Panitch e Gindin, o imperialismo protagonizado pelos Estados Unidos, no contexto da extroversão, assumiu em diversos momentos, para muitos analistas, a forma de um singular império informal.⁹ Essa noção, em particular, nos permite vislumbrar um universo mais amplo de ações, cujos objetivos contemplavam a dominação de outras nações. Permite ainda, superar as concepções de viés estruturalistas pautadas na dicotomia entre centros e periferias, quando da análise da formação de impérios coloniais. Entre as dimensões abertas pela noção de império informal está a possibilidade de analisar as trocas entre os indivíduos envolvidos em empreendimentos, como os missionários.

Bibliografia:

BURNS, Edward McNall. *The American Idea of Mission: concepts of national purpose and destiny*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1957.

CASTRO, Fernando Luiz Vale. Pensando um continente: A Revista Americana e a construção de um projeto cultural para a América do Sul. Rio de Janeiro: PUC, 2007 (Tese de Doutorado).

HUNT, Michael H. *Ideology and U.S. Foreign Policy*. New Haven e London: Yale University Press, 2009.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos: a consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.

⁹ O conceito de império informal, na análise de Leo Panitch e San Gindin, remete ao fato dos Estados Unidos serem capazes de penetrar e coordenar outros Estados, reivindicando inclusive o direito de intervir contra a soberania de outros países e de rejeitar normas internacionais quando julgar necessário. Disso decorre que, devido à dinâmica do capitalismo estadunidense e a universalidade da retórica da democracia liberal, esse tipo específico de império foi além dos anteriores. In.: PANITCH, Leo & GINDIN, San. “Capitalismo global e império norte-americano” In.:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/social/2004pt/03_panich.pdf> Acesso 25/09/2013.

_____. “Charles Wilkes, a U. S. Exploring Expedition e a busca dos Estados Unidos da América por um lugar no mundo.” *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, v. 13, p. 120-138, 2008.

MARSDEN, George M. *Religion and American Culture*. Harcourt Brace College Publisher, 1990.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: René Rémond (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUfrj / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. “Os intelectuais no final do século XX: abordagens históricas e configurações históricas”. In: Cecília Azevedo, Denise Rolleberg, Paulo Knauss, Maria Fernanda Bicalho e Samantha Voz Quadrat (orgs). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: Relatos de Viagens e Transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

O Projeto de Assimilação de Nativos Norte-Americanos a partir das Boarding Schools. Yasmim Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro
yasfps@gmail.com

INTRODUÇÃO

As *boarding schools* foram colégios internos que surgiram a partir da segunda metade do século XIX nos Estados Unidos. Estavam inseridos na conjuntura da ocupação da "última fronteira" do Oeste e tinham por objetivo educar as crianças nativas de acordo com os padrões anglo-americanos, substituindo a educação e cultura indígenas. Considerando o impacto real que estas escolas tiveram sobre as nações indígenas, entendemos que este projeto assimilativo era de caráter etnocêntrico e que viabilizou a desestabilização da população nativa, favorecendo o controle do governo sob a mesma. Porém, em contrapartida, estes internatos também possibilitaram a formação de um movimento “pan-indígena” e o fortalecimento de antigos laços tribais. Neste trabalho analisamos o uso das *boarding schools* no interior deste projeto de assimilação dos nativos norte-americanos, focalizando nos antecedentes e no contexto que possibilitaram o seu surgimento.

Para tanto, precisamos primeiramente entender o conceito de assimilação. Segundo Jon Allan Reyhner¹ a assimilação que era oferecida aos nativos pressupunha o esquecimento das características culturais destes indivíduos, como a maneira de se vestir, de falar, de pensar, ou seja, a perda da identidade. Mas, além disso, a assimilação também pressupõe que este indivíduo adote uma nova cultura no lugar da sua. Cultura, de acordo com Reyhner, é o conjunto de características que um grupo compartilha, abrangendo vários campos da vida como a religião, a língua e os modos de se vestir. O autor sublinha que a necessidade do governo federal norte-americano de assimilar os nativos tem bases etnocêntricas, isto é, se afirma na ideia de que a sua própria cultura é superior à cultura do outro. Dessa maneira, os nativos eram vistos pelos colonizadores

¹REYHNER. John Allan. *Education and Language Restoration. Assimilation Versus Cultural Survival (Contemporary Native American Issues)*. Filadélfia, Chelsea House Pub, 2006. p.3

europeus e mais tarde pelos próprios norte-americanos como selvagens, sendo a cultura indígena um impedimento ao progresso. Portanto, por um lado, a assimilação do indígena nos Estados Unidos se daria pela negação de sua cultura e, por outro, pela "americanização" deste indivíduo, permitindo assim que ele pudesse ser inserido naquela sociedade. Mais do que um modo de assimilar o nativo, a eliminação de sua cultura tradicional era também uma ferramenta de desestabilização e controle do governo norte-americano sobre as nações indígenas.

A questão educacional, não apenas em relação à educação indígena, era uma pauta importante para os Estados Unidos desde o momento de sua colonização. Em 1642, se aplicava a primeira legislação escolar em Massachusetts, estabelecendo-se a obrigatoriedade de educar.² Mais adiante, em 1787, a Constituição Americana declarava que a educação deveria estar sob a responsabilidade dos Estados³. Em 1796, George Washington, sob a influência das Luzes, reiterava a ideia de difusão do ensino, afirmando que este era fundamental para a formação de uma opinião pública "ilustrada".⁴ Ainda, o presidente Thomas Jefferson advogava a ideia de que um país democrático requereria uma população esclarecida e educada.⁵ No começo do século XIX os *educational reformers* deram continuidade a essa linha de pensamento, defendendo que o ensino público e universal deveria ser uma realidade para o todo povo americano.⁶

A relação dos Estados Unidos com a educação dialogava com a situação europeia. Na França, as ideias revolucionárias advogavam a difusão do conhecimento para o povo, sendo a educação pensada como um dever do Estado. Apesar de terem sido formuladas no XVIII essas concepções atingem seu ápice no século seguinte, com a criação e consolidação dos Estados Nacionais e com a questão da organização dos sistemas nacionais de educação.⁷ Nesta época, os Estados Unidos já possuíam a maior

² SOARES, Marilda. *Sobre as origens da educação pública, nacional e estatal. Estados Unidos, séculos XVII-XIX*. Percursos Históricos, Ano I, vol. ago., série 13/08, 2011.

³ Idem.

⁴ Idem.

⁵ *The Struggle For Public Schools*. Disponível em: <http://www.digitalhistory.uh.edu/Disp_Textbook.cfm?smID=2&psid=3535>. Acesso em: 24 de julho de 2013.

⁶ Idem.

⁷ SAVIANI, Demeval. *A Nova Lei da Educação. Trajetórias, Limites e Perspectivas*. São Paulo: Editora Autores Associados, 1997. p. 3-4.

taxa de alfabetização do mundo (75%).⁸ Portanto, vemos que, para os Estados Unidos à época das *boarding schools*, a ideia de cidadania está intimamente ligada à educação.

A EDUCAÇÃO E A POLÍTICA INDÍGENA

A intenção de educar os nativos, segundo Mary Stout, iniciou-se desde o momento da colonização da América do Norte pelos europeus. Esta era uma empreitada religiosa, sendo a cristianização destes "pagãos" um dever primordial. As iniciativas eram individuais, na ausência de um governo centralizado e forte nesta América pré-revolucionária. Algumas missões recebiam fundos da Inglaterra, que se mostrava mais interessada em financiar a educação dos "selvagens" do que escolas para os filhos dos colonizadores. Não havia nenhuma política de ensino pré-estabelecida, mas estes institutos de educação que surgiram durante o período colonial foram de fato os "ancestrais" das *boarding schools* dos séculos seguintes.⁹

A educação indígena durante o período colonial se baseava em quatro princípios, como enumera Tsianina Lomawaima: em primeiro lugar, os nativos eram selvagens que precisavam ser civilizados; em segundo, a civilização pressupunha a cristianização; em terceiro, a civilização requeria, também, a subordinação das nações indígenas; e quarto e último, a civilização necessitava de instrumentos pedagógicos que pudessem superar as "deficiências" dos indígenas.¹⁰ Mesmo nessa época a intenção de educar os nativos tinha relação com a ideia de poder: eliminar a educação, o governo e a cultura própria dos nativos tornaria mais fácil assumir o controle sobre eles.¹¹ Estes princípios se perpetuaram durante toda a história da educação indígena nos Estados Unidos, apenas se enfraquecendo a partir de 1960, na Era da Autodeterminação¹², quando os nativos passaram a reclamar o direito de educar suas crianças.¹³

A Revolução Americana interrompeu a maioria das missões financiadas pela Inglaterra. O governo do recém-criado Estados Unidos logo instituiu mecanismos para

⁸The Struggle for Public Schools. Disponível em: <http://www.digitalhistory.uh.edu/Disp_Textbook.cfm?smID=2&psid=3535>. Acesso em: 24 de julho de 2013.

⁹ STOUT, Mary. *Native American Boarding Schools*. Santa Bárbara: Greenwood, 2012. p.1-10.

¹⁰ LOMAWAIMA, Tsianina apud STOUT, Mary. *Native American Boarding Schools*. Santa Bárbara: Greenwood, 2012. p.10.

¹¹ Idem.

¹² A Era da Autodeterminação (Self-Determination Era) teve início a partir de 1960, com o pressuposto de ser uma política indígena que garantiria o autogoverno, ou seja, a soberania das tribos.

¹³ STOUT, Mary. *Native American Boarding Schools*. Santa Bárbara: Greenwood, 2012. p.10.

convenientemente negociar com os nativos. Os tratados feitos entre o governo e as nações indígenas eram uma tentativa mal disfarçada de assumir o controle de maiores porções de terra. Em troca das terras cedidas os nativos ganhariam quantias em dinheiro e algumas mercadorias, além de ofertas de cristianização e educação.¹⁴ Em 1819, o *Indian Civilization Fund Act* promulgou que o governo dos Estados Unidos daria contribuições anuais em dinheiro para grupos pertencentes a congregações eclesiásticas que se disponibilizassem a educar os nativos através de missões. Ironicamente, este acordo contrariava os ideais de separação entre o Estado e a Igreja que haviam sido cunhados há pouco na Constituição dos Estados Unidos.¹⁵ Diversas missões foram empreendidas, sendo muitas delas lideradas pela *American Board of Commissioners for Foreign Missions* (ABCFM).¹⁶

Segundo Richard White, politicamente as tribos indígenas eram consideradas como nações em miniatura dentro dos Estados Unidos neste primeiro momento pós-revolucionário, o que as garantia soberania. Partindo do pressuposto de que estas tribos eram nações independentes, o governo federal (e não os estados) detinha total controle sobre os assuntos indígenas, tendo o direito de negociar e comprar terras destas tribos. Entre 1830 e 1840, após a tensão que gerou o conflito legal Nação Cherokee vs. Geórgia¹⁷, a soberania das tribos indígenas passa a estar sob a tutela dos Estados Unidos. Apesar de parecer contraditória, essa "soberania sob tutela" era legalmente possível: agora os Estados Unidos deveriam ter a guarda das nações indígenas da mesma maneira que os pais tem a guarda de um menor de idade. Essa nova condição legal, na prática, minou o poder supremo que as nações indígenas declaravam possuir sobre si mesmas.¹⁸

Neste momento da política indígena dos Estados Unidos a remoção das tribos era um fator já estabelecido: tribos do sul eram levadas para o Oeste e a ideia de um território indígena permanente, onde apenas índios viveriam e a entrada de brancos só

¹⁴ Ibidem, p.13.

¹⁵ Ibidem, p.15.

¹⁶ A ABCFM foi a primeira organização missionária cristã dos Estados Unidos e reunia diversas denominações religiosas.

¹⁷ Quando da remoção das tribos que se encontravam ao leste do rio Mississipi para oeste do mesmo, a nação Cherokee apresentou forte resistência. Este caso foi levado a tribunal e a corte alegou que as tribos indígenas eram dependentes domésticos do governo federal que alienaram seus poderes legais ao se colocarem sob a tutela dos Estados Unidos. (WHITE, 1993, p.86)

¹⁸ WHITE, Richard. "It's Your Misfortune and None of My Own": A New History of the American West. 1^a. ed. Norman: University of Oklahoma Press, 1993. p.92-93.

seria tolerada com uma permissão federal, era estudada. Porém, este projeto logo fracassou e em seu lugar propostas para um sistema de reservas foram colocadas em pauta entre 1840 e 1850. Estas reservas, segundo seus proponentes, poderiam prevenir conflitos entre índios e brancos ao segregá-los. Além disso, seriam uma preparação para que os nativos se integrassem à sociedade americana. A contradição do "segregar para integrar" marca o sistema de reservas, sendo esta a principal característica da política indígena no Oeste dos Estados Unidos. As reservas não eram apenas um lugar onde os indígenas aprenderiam a cultura e a tecnologia americanas, e sim um lugar de individualização, onde as identidades e laços tribais seriam desfeitos. As primeiras tentativas de estabelecer eficazmente os sistemas de reserva falharam. À época da Guerra de Secessão as reservas eram conhecidas pelas fraudes e pelo mau gerenciamento.¹⁹

Algumas mudanças significativas em relação ao Oeste e à política de tratamento dos nativos ocorrem durante e após a Guerra Civil Americana. Após a secessão do Sul o governo abre o Oeste para o desenvolvimento econômico e ocupação, através de medidas como as leis *Homestead Act*²⁰ e *Pacific Railroad Acts*²¹. Esse movimento expressivo em direção ao Oeste modificou a região e o modo de vida das tribos indígenas que ali habitavam.²² Esta expansão americana à custa do território indígena não se deu de forma pacífica. Ao contrário, ocorreram diversas guerras entre as tribos nativas e o governo dos Estados Unidos. Embora estes embates se deem desde antes do século XIX, é neste momento que eles se tornam mais frequentes e violentos. A violência será a marca das relações entre brancos e índios entre 1850 e 1860.²³

Em contrapartida à violência recorrentemente empregada nas relações com os indígenas, sob o governo de Ulysses S. Grant é empreendida uma suposta política de paz. Essa política não trará a paz propriamente dita, mas aumentará o poder do governo

¹⁹ Idem.

²⁰ A lei *Homestead Act* (Lei de Propriedade Rural), assinado pelo presidente Abraham Lincoln em 1862, garantia àqueles que migrassem para o Oeste uma propriedade de 160 acres, posta a condição de que o indivíduo lá residisse por cinco anos e que pagasse uma pequena taxa, para que só então obtivesse a propriedade efetiva daquelas terras. Após seis meses de residência o cidadão também poderia efetuar a compra das terras junto ao governo.

²¹ Série de leis promulgadas pelo Congresso norte-americano que possibilitaram o estabelecimento de ferrovias transcontinentais dentro dos Estados Unidos através da concessão de terras para as companhias ferroviárias.

²² BERKIN, Carol; CHEMY, Robert; GORMLY, James; MILLER, Christopher. *Making America: A History of the United States, Volume 2: From 1865*. 5^a. ed. Boston: Wadsworth, 2001. p.429.
WHITE, Richard. "It's Your Misfortune and None of My Own": A New History of the American West. 1^a. ed. Norman: University of Oklahoma Press, 1993. p.94.

federal dos Estados Unidos e diminuirá o que restava da soberania das tribos indígenas. Os reformadores, principalmente vindos das Igrejas Protestantes, foram os incentivadores dessa política de paz. Um dos principais reformadores foi o bispo Henry Whipple, que acreditava que apenas o cristianismo e a cultura anglo-americana poderiam salvar os indígenas da extinção. Whipple era também crítico à administração dos assuntos indígenas – vista como corrupta – e propunha sua reforma. Desta forma, neste momento as igrejas passam a ter participação na administração dos órgãos relacionados à política indígena.²⁴

Os reformadores, ao contrário do pensamento dominante à época, não consideravam os indígenas inferiores aos brancos. Apesar de não haver a ideia de uma superioridade racial em suas propostas, eles acreditavam que havia uma superioridade cultural. Estes reformadores tiveram um grande papel no enfraquecimento da cultura indígena, pois acreditavam que o nativo deveria abrir mão do que o tornava índio para assim se inserir na sociedade americana e que isso se daria ou voluntariamente ou à força.²⁵

A política de paz, além de não ter evitado guerras entre os brancos e os índios, se caracterizou como uma política feroz de coerção ao reprimir a cultura indígena. O governo federal, agente dessa coerção, teve seu poder expandido. Após a Guerra Civil a soberania indígena já estava completamente esvaída. Agora, a tutela exercida pelo governo federal não é mais sobre a nação indígena e sim sobre cada indivíduo. É a partir deste momento que os tratados com as tribos indígenas também são abolidos. Ainda, o *Bureau of Indians Affairs*, órgão do governo que lidava com a política indígena, começava a se organizar mais eficazmente e a se centralizar. Este órgão também foi um instrumento propagador de ataques à cultura e aos valores indígenas.²⁶

Apesar das igrejas terem perdido o controle sobre a administração dos órgãos responsáveis pela política indígena com a maior centralização do *Bureau of Indians Affairs*, os reformadores protestantes continuaram exercendo influência neste assunto. A política destes, nesse momento, poderia ser resumida em três pontos: a supressão do modo de vida indígena (em relação à família, organização da comunidade e religião); a educação infantil e a propagação dos valores protestantes no lugar dos valores indígenas

²⁴ Ibidem, p.102-103.

²⁵ Idem.

²⁶ Ibidem, p.109-116

tradicionais; e a política de lotes com domínio particular (no lugar da tradicional propriedade comunal indígena), posta em prática com o *Dawes Severalty Act* de 1887.²⁷

A repressão cultural aos adultos indígenas, como a exercida pelo *Bureau of Indians Affairs*, por exemplo, era apoiada pelos reformadores. Em relação às crianças nativas estes insistiam que, com uma educação apropriada, elas mudariam seus hábitos de bom grado. As escolas também seriam uma forma de refutar aqueles que argumentavam que os índios eram racialmente inferiores, além de ser um meio de enfraquecer a resistência indígena. Com uma educação adequada e cristã, as crenças e as práticas indígenas desapareceriam dentro de uma geração, segundo os reformadores.

²⁸

AS BOARDING SCHOOLS

As *boarding schools* foram uma das maiores ferramentas de educação dos nativos nos Estados Unidos. O currículo educacional dessas escolas consistia em assuntos elementares, sendo meio período de instrução acadêmica e meio período de instrução profissional. O último permitia que os alunos trabalhassem nas escolas para manter o funcionamento das próprias, ou seja, eles plantavam, cozinhavam, limpavam e cuidavam da manutenção dos prédios. Isso possibilitava um menor número de funcionários trabalhando e, consequentemente, um menor custo para manter essas escolas.²⁹

A primeira *boarding school* foi aquela empreendida em Carlisle, Pensilvânia, por Richard Henry Pratt. Este, um funcionário do exército, foi fortemente influenciado por sua experiência com os nativos norte-americanos que viviam na fronteira. Ao cuidar de alguns prisioneiros indígenas, Richard Pratt passou a defender que com uma educação apropriada qualquer nativo poderia se tornar um cidadão norte-americano, já

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ REYHNER, Jon; EDER, Jeanne. *American Indian Education: A History*. Norman: University of Oklahoma Press, 2004. p. 132.

que eles possuíam inteligência e habilidades. Desta maneira, Pratt conseguiu convencer o governo a ajudá-lo a fundar a *Carlisle Indian School*, em 1875.³⁰

Em *Carlisle* a política adotada foi a de isolar as crianças de suas tribos, forçar o uso da língua inglesa e obrigar-las a seguir os costumes anglo-americanos. Nas *boarding schools* as crianças eram vestidas como americanos, tinham seus longos cabelos, characteristicamente indígenas, cortados e eram punidas caso falassem em sua própria língua ou praticassem ritos relacionados à sua cultura tradicional. O ideal era eliminar a cultura indígena por inteiro, para assim integrar o indígena à sociedade. "Mate o índio, salve o homem", como nas palavras do próprio Richard Pratt. *Carlisle* foi um modelo e ícone para as diversas *boarding schools* que seriam fundadas.³¹

Muitas das crianças eram levadas aos internatos à força e contra a vontade de seus familiares. Um dos principais objetivos destas escolas era fazer com que as crianças indígenas se tornassem estranhas à sua tribo. Ao mesmo tempo, as escolas indígenas eram locais propícios a doenças (como gripe, tuberculose e sarampo), o que causou a morte de diversas crianças. Muitos pais indígenas, segundo Richard White, se viam em uma posição complicada: entendiam que seus filhos precisavam aprender novas habilidades, mas o preço pago por isso era a destruição de sua cultura tradicional, a perda de identidade e às vezes até mesmo a morte de suas crianças.³²

White aponta que a resistência indígena foi um empecilho menor para a expansão destas escolas; seu custo e sua incapacidade em obter os resultados esperados por seus idealizadores foram os maiores problemas. Muitas das crianças voltavam para suas tribos sem terem aprendido novas habilidades ou com conhecimentos que não se aplicavam às suas vidas nas reservas. No século XX, a tentativa de exterminar a cultura indígena e de assimilar o índio à sociedade americana ainda persistia. Mas as escolas locais, nas próprias reservas, eram preferidas em relação às *boarding schools*.³³

³⁰ WHITE, Richard. "It's Your Misfortune and None of My Own": A New History of the American West. 1^a. ed. Norman: University of Oklahoma Press, 1993. p.113.

³¹ STOUT, Mary. *Native American Boarding Schools*. Santa Bárbara: Greenwood, 2012. p.43.

³² Idem.

³³ Ibidem, p. 114.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o pensamento vigente à época de atuação dos reformadores era de que os indígenas faziam parte de uma raça inferior, sendo intelectualmente incapazes de se assemelharem a qualquer outro cidadão americano, projetos assimilativos como *as boarding schools* podem ser considerados, de certa maneira, progressistas. Ao admitirem a capacidade intelectual e a igualdade racial do indígena perante os brancos, estes projetos propagaram a assimilação no lugar do extermínio. Porém, esta assimilação pressupunha uma superioridade cultural anglo-americana sobre a cultura indígena. Mais do que isto, esta assimilação advoga também a eliminação da cultura nativa. Através dessa assimilação (frequentemente forçada) o governo federal pôde expandir seu poder e controle sobre as nações indígenas, que de independentes e soberanas passaram a ser vistas apenas como tuteladas dos Estados Unidos.

Apesar dos esforços empreendidos, os objetivos destas escolas nunca foram totalmente alcançados. Inclusive, seu impacto posterior foi contrário ao que os reformadores e o governo federal norte-americano esperavam. A criação de um movimento “pan-indígena” – a partir do contato entre crianças de diferentes tribos e o uso do inglês como língua comum – e o reforço das identidades tribais foram consequências da convivência nas *boarding schools*. Isso permitiu que a linguagem e cultura indígenas perdurassem e que houvesse a continuidade da resistência indígena.

Portanto, o projeto de assimilação através da educação é crucial para a compreensão das relações entre o governo dos Estados Unidos e as nações indígenas norte-americanas. Ele mostra que a educação, uma ferramenta que pressupõe o desenvolvimento das faculdades humanas, também pode ser usada como um instrumento de coerção, desestabilização e controle.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERKIN, Carol; CHEMY, Robert; GORMLY, James; MILLER, Christopher. *Making America: A History of the United States, Volume 2: From 1865*. 5^a. ed. Boston: Wadsworth, 2001.

EDER, Jeanne; REYHNER, Jon Allan. *American Indian Education: A History*. Norman: University of Oklahoma Press, 2004.

REYHNER, John Allan. *Education and Language Restoration. Assimilation Versus Cultural Survival (Contemporary Native American Issues)*. Filadélfia, Chelsea House Pub, 2006.

SAVIANI, Dermeval. *A Nova Lei da Educação. Trajetórias, Limites e Perspectivas*. São Paulo: Editora Autores Associados, 1997.

SOARES, Marilda. *Sobre as origens da educação pública, nacional e estatal. Estados Unidos, séculos XVII-XIX*. Percursos Históricos, Ano I, vol. ago., série 13/08, 2011.

STOUT, Mary. *Native American Boarding Schools*. Santa Bárbara: Greenwood, 2012.

The Struggle for Public Schools. Disponível em:

<http://www.digitalhistory.uh.edu/disp_textbook.cfm?smtID=2&psid=3535>. Acesso em: 24 de julho de 2013.

WHITE, Richard. *"It's Your Misfortune and None of My Own": A New History of the American West*. 1^a. ed. Norman: University of Oklahoma Press, 1993

6.HERÓIS E MITOS AMERICANOS NAS HQs

O Herói e seu “Sonho”: O American Dream nas Histórias do Capitão América (1970-2008). Fábio Guerra

Doutorando em História Social pela UFF
fabguerra@uol.com.br

Este trabalho tem como objetivo examinar as histórias em quadrinhos como uma forma de representação do conceito de *American Dream*, presente no imaginário dos Estados Unidos. Para isso, utilizo as revistas do personagem *Capitão América* da editora *Marvel Comics* como fonte percebendo em suas narrativas elementos que caracterizam este conceito. O meu recorte temporal será compreendido entre a década de 1970 e o início do século XXI, apontando os conflitos e as mudanças ocorridas na sociedade estadunidense durante este período.

O conceito de *American Dream* (*Sonho Americano*) trata da ideologia que, controversa e com versões variadas abarca valores como liberdade, iniciativa, igualdade e oportunidade. O seu sentido foi usado pela primeira vez em registro escrito na “Declaração Unânime dos Treze Estados Unidos da América,” escrita por Thomas Jefferson, em 1776. O texto diz: “Acreditamos que [...] todos os homens foram criados iguais, e que foram agraciados pelo Criador com certos direitos inalienáveis, e que entre eles estão: a vida, a liberdade e a procura pela felicidade”. (ALLEN, Walter *apud* DIAS, Daise Fonseca, 2008, p.114).¹ Embora essa afirmação seja ampla, ela é a expressão de um sonho, uma vez que os desejos nela expressos talvez nunca possam se tornar realidade.

Podemos definir o “Sonho Americano” como um conjunto de ideais em que a liberdade inclui a oportunidade para a prosperidade e sucesso e uma ascensão social alcançada através do trabalho árduo. O termo remonta à colonização e sua independência, com a esperança de prosperar em uma terra nova. Um símbolo desse sonho é a Estátua da Liberdade, monumento que no imaginário americano representa os

¹http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/34/PDF%20para%20INTERNET_34/08_Daise%20Lilian%20Fonseca%20Dias.pdf, acessado em 04 de Setembro de 2013.

Estados Unidos da América – uma terra de oportunidades em que, teoricamente qualquer um, pode-se transformar em uma pessoa de sucesso.

O mito do *American Dream* é um aspecto cultural marcante o qual se faz perceber pela alusão à crença de que a América é a terra das oportunidades. É o lugar em que a prosperidade nos bate à porta, desde que se saiba abri-la. O referido mito pode ser entendido como uma analogia com o trecho bíblico que nos narra a história de Moisés, um homem escolhido por Deus para conduzir o povo pelo deserto com o objetivo de entrar na terra prometida, a Canaã (PERINE, Cristiane e QUIANZALA, Gabriela, 2013, p.85).²

O *American Dream* é a noção de que é sempre possível um recomeço. É a oportunidade de fazer escolhas individuais, sem as restrições anteriores em que as pessoas ficavam limitadas de acordo com a sua classe social, religião, raça ou etnia, voltada principalmente para os imigrantes que vieram para os Estados Unidos. Esse é o sonho de uma terra em que a vida deve ser melhor, mais rica e completa para cada homem, com oportunidade para cada um de acordo com sua capacidade de realização.

Muitos dos princípios dos Estados Unidos estão pautados no episódio de sua independência. A Revolução Americana é um símbolo nacional da ruptura com o passado, e da melhoria que acompanhou essa ruptura: a liberdade, independência e democracia. Para cada geração de americanos a "necessidade" e o desejo de "mudar a sua sorte" tornou-se uma justificativa, um ritual de reafirmação e explicação dos atos de seus antepassados e dos “Pais Fundadores” que mudaram o deles (ROBERTSON, 1980, p.149).

O significado do "sonho americano" mudou ao longo da história e inclui tanto componentes pessoais (tais como a aquisição de casa própria e mobilidade ascendente), como o sonho se originou na mística sobre a vida de fronteira.

A descoberta de ouro na Califórnia em 1849 trouxe centenas de milhares de homens à procura de sua fortuna durante a noite e alguns se encontram. Assim nasceu o sonho da Califórnia de sucesso instantâneo. Encarna o velho sonho americano da conquista do Oeste.

O movimento para Oeste emerge como um dos vértices do *American Dream*: a identificação geográfica da fronteira, da pradaria e da *wilderness* com as noções de liberdade, conquista e expansão. Este atributo primordial da natureza norte-americana

² <http://www.slmb.ueg.br/iconeteiras/artigos/volume11/primeirasletras/UMALEITADOROMANCETHEGREATGATSBYDEFRANZSCOTTEOSMITOSQUEOCONSTITUEM.pdf>, acessado em 26 de Setembro de 2013.

seria a inspiradora de uma grande cultura. A natureza ganhava um tratamento sagrado, fazendo da *wilderness* o verdadeiro caminho da revelação divina. A natureza virgem comparava-se aos jardins do Éden, antes da queda do pecado (PRADO, 1993, p.188).

Alia-se a estes ideais uma vontade crescente, por parte dos imigrantes e colonos já anteriormente instalados em outras regiões americanas, de procurar uma vida mais próspera e feliz na Terra Prometida, agora identificada com a região selvagem do Oeste.

O nascimento da nação norte-americana significava o começo de uma nova história que, de um lado, rombia com o passado e, de outro, conectava-se com o futuro. O herói dessa aventura era o indivíduo emancipado, confiante e solitário, que não carregava o fardo da história passada e que estava pronto para confrontar, com seus próprios recursos, qualquer novo desafio (PRADO, 1993, p.188).

O mito da Terra Prometida continua a se projetar até aos nossos dias tendo, no entanto, sido realocado na região do Oeste, assim como outros temas dele derivados: a Viagem, a Mobilidade e outros mais recentes, como o tema da Fronteira e o da Demanda do Oeste, o novo Jardim do Mundo, promessa de abundância e de fecundidade de um novo paraíso agrícola. O novo herói identificava-se com Adão antes da Queda, mas se configurava também como homem preparado para ser o protagonista do “Destino Manifesto”.

A ideologia do “Destino Manifesto”, da jovem nação americana, confundia-se com as aspirações de “fazer América” presentes nos sonhos dos homens e mulheres que chegavam das brumas do Oceano Atlântico. O amor pelo Oeste assumia o significado da expansão territorial e, ao mesmo tempo, as esperanças de liberdade e cidadania dos excluídos do mundo do trabalho nas terras do outro lado do oceano.

Ao mesmo tempo em que se expande para o Oeste, este Sonho Americano de alta tecnologia e consumo de massa eram ambas promovidas e acompanhadas por uma ideologia que Emily Rosenberg chama de liberal-desenvolvimentismo. Este por sua vez, emergiu das tendências liberais do século XIX com a experiência histórica do próprio desenvolvimento da América, elevando as crenças e experiências de um tempo histórico único na América (ROSENBERG, 1982, p.7).

Segundo Rosenberg, a ideologia da liberal-desenvolvimentismo pode ser quebrada em cinco características: (1) crença que outras nações podem e devem repetir a experiência dos Estados Unidos; (2) fé na empresa privada livre; (3) apoio para o acesso livre ou aberto para o comércio e investimento; (4) promoção de livre flutuação de informação e cultura; (5) crescente aceitação de atividade governamental para

proteger empresa privada e para simular e regular a participação americana nas trocas internacionais de economia e cultural.

Era quase direito de nascença nacional esperar viver melhor que os pais – ter uma casa maior, dirigir um carro mais caro e ter mais dinheiro para o lazer. Através de gerações, um dos fundamentos do sonho americano tem sido que os pais irão proporcionar aos filhos um padrão de vida mais elevado que o deles. Os sonhos da maior parte da classe média dos Estados Unidos: um emprego para assegurar um bom nível de vida à família, uma casa própria confortável e pôr os filhos numa universidade;

Nos anos 1950, ninguém contestava a família, até então um exemplo de felicidade e integridade. Os programas mais queridos e de maior audiência mostravam pais e filhos da classe média como símbolos sagrados. Era o *American Dream*, a família ideal.

Dentro da ideologia da crença nos EUA como a terra das oportunidades, se você não consegue completar sua educação, comprar uma casa ou encontrar emprego, sua crença no sonho americano está seriamente ameaçada. O mais importante do sonho é uma sensação mais ampla de estar subindo na vida.

Capitão América e o “sonho”

A História se configura como um processo de construção contínua, como tal admite tanto sujeitos individuais, como coletivos. Essa estrutura envolve ideologias, cultura, representações, imaginários, lutas, resistências, valores, instituições, diversas proposições que configuraram a inserção do homem na sua coletividade, através dos tempos.

As histórias em quadrinhos surgiram no final do século XIX, nos jornais dos Estados Unidos e depois se espalharam pelo mundo, consagrando personagens, mudando hábitos de leitura e preenchendo o nosso cotidiano com inúmeras narrativas. A editora *Marvel Comics* é uma das mais importantes editoras do gênero no mundo, sendo responsável pela criação de alguns dos mais populares personagens do mundo das HQs (Histórias em Quadrinhos).

Aliando texto e imagem, estas histórias funcionam como representação do imaginário americano, independente do período retratado. Como um produto da indústria cultural, a editora é responsável pela criação, produção e distribuição de produtos culturais destinados ao grande público.

Assim, as HQs funcionam como uma nova fonte para entendimento dos processos simbólicos da sociedade objetivando entender a transposição do cotidiano para a narrativa das histórias através da arte e da cultura, para a percepção de uma sociedade ou de uma época.

Particularmente, em relação ao universo mítico dos EUA, a figura do herói, juntamente com a ideia do Destino Manifesto, é a base das proposições de John Lawrence e Robert Jewett. Os dois autores desenvolveram o conceito de *american monomyth*, o qual, segundo os autores, combina a figura do herói à expectativa da redenção, secularizando a figura de Cristo, erodida pelo racionalismo científico. Mas suas habilidades super-humanas refletem uma esperança no divino, poderes redentores que a ciência nunca erradicou da mente popular. (LAWRENCE & JEWETT, 2002, p.06).

O mito do *Destino Manifesto*, por meio do qual os estadunidenses se veem como um “povo eleito por Deus” para trilhar o caminho do progresso, justificando sua expansão para além de seu território é reatualizado pelos quadrinhos. Para Lawrence e Jewett, a vitalidade da democracia e um entendimento completo da consciência religiosa contemporânea dependem de um intensivo exame das heroicas e redentoras imagens na cultura popular.

No imaginário dos EUA estes heróis usam seus dons para proteger seu povo contra tudo o que pode ameaçá-lo. Os *comics* demandam uma narrativa heroica com apelos tradicionais de aventura e redenção. Mas a partir da introdução do termo “super”, as narrativas já denotam uma condição sobre-humana para estas figuras. Um “super-herói” somente faz jus a esta designação quando ele coloca em prática seus poderes, isto é, mediante uma ameaça contra aqueles a quem protege.

Mais do que qualquer outro super-herói da *Marvel Comics*, o *Capitão América* (*Captain America*) é o ícone, o representante maior do mito de redenção, núcleo de um nacionalismo que associava missão civilizatória e afirmação imperial.

Criado em 1941 em plena Segunda Guerra Mundial por Jack Kirby e Joe Simon, a história do *Capitão América* narra as aventuras de *Steve Rogers* e seus ideais patrióticos. Quando do alistamento para o exército em que combateria as forças do Eixo na Europa, o jovem é rejeitado pelo seu porte físico esquálido e debilitado por várias doenças. Inconformado com a recusa no processo, *Steve* insiste em servir de qualquer maneira em defesa de seu país. Seu discurso que é ouvido por um general envolvido no

chamado *Projeto do Supersoldado*, que rapidamente faz o convite para que o jovem participe do projeto, e este prontamente aceita.

O projeto consistia em transformar homens comuns em verdadeiras máquinas de combate com o físico bem desenvolvido, com forte resistência na luta corporal, e habilidades atléticas no máximo da capacidade humana através de um soro especial combinado à exposição de raios vita que garantiria o equilíbrio emocional da pessoa que o recebesse. Contudo, durante a realização do experimento, o cientista responsável pelo soro é assassinado por um espião nazista que assistia ao evento, deixando *Rogers* como o único supersoldado criado.

Após ser dado como desaparecido durante décadas, o personagem retornou à ativa na ebulação político-social dos anos 1960. O mundo como ele conhecia já não era mais o mesmo. A tecnologia avançava, os costumes estavam mudando e até mesmo o “inimigo” havia mudado. E diante de tantas transformações vinha o grande mote dos roteiristas na nova fase do *Capitão*: a vida de um homem dos anos 1940, tentando se adaptar à vida nas décadas de 1960 e 1970 nos EUA.

Os valores que o *Capitão* acreditava estavam mudando. Ele sumiu com um país apoiando a batalha da Europa e Ásia contra o Eixo e retornou com o mesmo país se opondo a mandar seus soldados para guerra. Eram percepções opostas do mundo que revelavam o conflito de gerações.

Mas daí advém um paradoxo. Por ter ficado em estado de animação suspensa em virtude do congelamento do seu corpo, o *Capitão* permanecia com a aparência jovial. Uma jovialidade que não era apenas física, mas que também poderia ser associada aos ideais americanos, que seriam atemporais e sempre atuais, a despeito das circunstâncias. Como um defensor dos valores dos tradicionais valores nacionais, *Steve Rogers*, o *Capitão América*, tinha agora que determinar o que estes valores agora significavam (WRIGHT, 2002, P.244).

O modo com que vários leitores viam o personagem como defensor do *establishment* também não deixou de ser observado por parte da editora. Sua intenção era concentrar suas histórias no caso de um homem deslocado de seu tempo. Mas para isso era preciso torná-lo mais humano, viabilizando a identificação dos leitores na nova geração com um herói que parecia distante demais de suas utopias (GUEDES, 2005, P.39).

Este conflito de opiniões nos faz compreender que não por acaso o *Capitão* teve, no começo da década de 1970, suas narrativas deslocadas de conflitos da Guerra Fria para os conflitos internos, especialmente para agenda social.

Em um dos seus monólogos, após voltar de um combate, um pensativo *Capitão América* sintetiza esta postura dos roteiristas:

“Por toda parte do mundo, a imagem do **Capitão América** se tornou um símbolo... uma encarnação viva de tudo que a democracia representa. Mas agora, há aqueles que **desprezam** o amor à bandeira... o amor à **pátria!** Aqueles para quem o **patriotismo** é apenas uma palavra fora de moda.

(...) Eu sou um **dinossauro...** na era de **cro-magnon!** Um anacronismo... alguém que vive fora do seu tempo. Este é o dia do **anti-herói...** a era do **rebelde... e do dissidente!**

(...) E em um mundo com frequente **injustiça, cobiça e guerra** sem fim, que dirá que os rebeldes estão **errados?** Mas eu nunca aprendi a **jogar** as novas regras de hoje! Eu gastei minha vida defendendo a bandeira... e a **lei!**

Talvez... eu devesse ter batalhado **menos... e questionado** mais.” (LEE, 1970, p.02-3)

Este pensamento é reflexo deste momento de efervescência social no qual o *Capitão* tinha que enfrentar a desconfiança dos tradicionais ideais nacionais por parte dos próprios americanos. E mais do que nunca, estava claro que os desafios da nação se encontravam dentro no seu interior, atingindo diretamente seu povo.

Certa vez, aproveitando uma enorme carta enviada à redação, o editor Stan Lee respondeu dizendo que a grande maioria dos leitores queria que o herói permanecesse fora do conflito, pois, explica ele, quando o personagem foi criado, ocorria a Segunda Guerra Mundial, e o povo americano estava unido em prol da batalha pela liberdade.

O editor então faz um adendo de que a maioria dos leitores queria o herói agindo segundo o pensamento daquele momento. Por parte da editora, não seria adequado que qualquer de seus personagens assumisse uma postura de super-patriotismo no início dos anos 1970. Ele termina dizendo que a última nação que levou o patriotismo ao extremo foi a Alemanha Nazista e complementa argumentando que encarar os problemas sociais de seu próprio país já seria uma grande demonstração de patriotismo.³

Mas a grande guinada da figura do *Capitão América* ocorreria na metade da década de 1970, influenciada por um baque da política interna estadunidense. O caso Watergate começou com a crescente irritação do então presidente Richard Nixon com

³ Seção *Let's yap with CAP.* IN: Captain America nº 142. Marvel Comics: Outubro de 1971.

os protestos contra a Guerra do Vietnã e os vazamentos de informações sobre suas iniciativas políticas. Uma sensação de cerco tomou conta da Casa Branca e o presidente ordenou o monitoramento, espionagem e golpes sujos contra seus adversários reais e imaginários.

No início de 1972, cinco homens a mando de assessores do presidente republicano foram apanhados ao arrombar e grampear o escritório do Partido Democrata no edifício Watergate, em Washington. O escândalo chegou à imprensa, e o Congresso americano convocou uma comissão de inquérito no Senado e para proceder na Câmara com o *impeachment* de um presidente que subverteria a Constituição.

O escândalo Watergate se arrastou por dois anos e quando se tornou claro que o processo de *impeachment* seria aprovado pela maioria do plenário da Câmara e o Senado, Nixon anunciou sua renúncia em agosto de 1974.

A crise política fez com que o roteirista da revista *Captain America* à época, Steve Eaglehart decidisse criar uma saga de justiça promovida pelo personagem dentro da Casa Branca. Na trama, o herói é desacreditado e perseguido por um comitê governamental responsável por reabilitar os princípios da América (*Committee to Regain America's Principles – CRAP*), liderados por um direitista chamado *Quentin Harderman*, que agia com apoio com uma organização fascista chamada *Império Secreto (Secret Empire)*, que pretendia dominar o mundo.

Durante meses, os leitores acompanharam a saga do *Capitão América* durante a qual ele foi acusado através da mídia de não se empenhar na defesa da nação, significar uma vergonha para a pátria. Ele ainda é acusado de assassinato. Perseguido por um crime que não cometera o *Capitão* acaba preso, mas graças à ajuda de seus aliados inicia uma cruzada determinado a limpar seu nome.

A trama chega a seu ápice numa batalha nos jardins da Casa Branca. Ao final dos combates, o *Capitão América* derrota seus oponentes e desmascara o plano da organização fascista. Porém, o líder do *Império Secreto*, com seu corpo todo coberto pelo uniforme do *Império*, consegue escapar para dentro do salão oval da Casa Branca. O *Capitão* consegue encurrá-lo e ao arrancar a máscara do líder e o herói tem uma surpresa inesperada.

O *Capitão América* fica estarrecido com a descoberta da identidade do vilão que permanece nas sombras sem que seu rosto seja visto pelo leitor. Em seguida, sabendo que não tem saída, o vilão se suicida atirando contra a própria cabeça. O desenrolar dos diálogos dá a entender que o líder do *Império Secreto* era um membro do alto escalão do

governo estadunidense. Como o escândalo político envolvendo Richard Nixon ocorria na época do lançamento da narrativa, ficou implícito que o vilão tratava-se do presidente da república (EAGLEHART, Steve, 1974).

As consequências do episódio seriam drásticas para o *Capitão*. Desiludido com a corrupção que assolava o mais alto cargo da república americana e sentindo-se traído pelos ideais patrióticos em que acredita, *Steve Rogers* decidiu abandonar a identidade do *Capitão América* assumindo um novo codinome: *Nômade (Nomad)*.

Nesta nova identidade, *Rogers* se sentia livre de qualquer compromisso com o governo estadunidense. Ele se tornara um vigilante urbano comum e como seu nome diz, vagava de um canto a outro do país como um nômade, sem identificação com um lugar ou com a pátria.

Sua grande preocupação era criar um uniforme com *design* diferente do *Capitão*. Seu uniforme tinha a predominância da cor preta, o que poderia simbolizar com o luto que *Rogers* vivia em função dos rumos da nação. A região do peito era totalmente desnuda o poderia indicar que *Rogers* enfrentaria seus adversários sem os símbolos desgastados, apenas com o corpo exposto.

Contudo, a adoção da identidade de *Nômade* não duraria muito tempo. Quando um jovem admirador seu, de nome *Roscoe* vestiu o uniforme de *Capitão América*, acabou sendo capturado pelo arqui-inimigo de *Steve Rogers*, o *Caveira Vermelha*. O vilão assassinou impiedosamente *Roscoe* com as vestimentas do herói, mas exigiu enfrentar um adversário à altura. Ele queria enfrentar o *Capitão América* original.

No entanto, um resignado *Steve Rogers* se recusava a retomar sua identidade original. Em uma fala o personagem sintetiza o pensamento dos americanos diante de escândalos políticos:

Senhor, eu não **quero** ser o Capitão América! Eu combaterei o Caveira como o **Nômade**... mas o **Capitão América** está morto. Ele morreu no dia em seus ideais morreram também! O Capitão América viveu no mundo dos **sonhos**! Ele nasceu em **1941** no momento em que o sonho **americano** preencheu **nossos corações**. Nós **voluntariamente** fomos à guerra contra **tipos como o Caveira Vermelha**, pois **eles** procuravam **destruir** este sonho.

(...) As pessoas que tinham a **custódia** do sonho americano **abusaram** tanto dele como de nós! Não havia jeito de continuar me chamando **“Capitão América”**, porque os outros que agiram em nome da América foram **tão ruins** quanto o Caveira Vermelha.

(...) Oh, Senhor... se eu não estava preparado para todas as ameaças ao sonho americano, então o que eu estava **fazendo** como Capitão América? Eu sou um fracasso! Eu pensei que sabia quem eram os **mocinhos** e os

bandidos! Eu pensei, como de costume, que as coisas não eram **complexas** como elas são ... e eu não conseguia **entender** como os **mocinhos** poderiam pôr sua **fé** em um homem tão **mau**.

(...) Tem de haver **alguém** que vá lutar pelo **sonho**, contra qualquer inimigo... alguém que fará o trabalho começar... **certo!** E Deus sabe que eu não posso deixar **mais ninguém** correr o risco de um trabalho que cabe **a mim**. (EAGLEHART, 1975, p.30-1)

Logo após este discurso, *Steve Rogers* reassumiu sua antiga identidade e partiu para o embate contra o *Caveira*. Notemos que o discurso do *Capitão* uniu a defesa dos ideais patrióticos juntamente com a fé cristã. Estes dois principais elementos estão na base do nacionalismo estadunidense. A ideia de religião civil proposta por Robert Bellah também conjuga religião e política, ajudando a explicar como se construiu uma superestrutura que garante um lócus soberano acima do lócus da soberania do Estado (BELLAH, 1992, P.28).

A dimensão religiosa do dever político nos EUA se traduziria num compromisso ético com o bem público e essa ética, conforme aponta o historiador, só poderia ser aprendida e transmitida através de uma linguagem de fundo religioso. A marca original da república nos Estados Unidos estaria diretamente relacionada ao fato de que a formação ética e moral para uma virtude republicana não caberia ao Estado, mas a uma esfera religiosa (BELLAH, 1992, P.32).

Em se tratando do aspecto religioso da formação da identidade nacional estadunidense, os socialmente difundidos sentidos de missão e virtude estão incutidos nos valores culturais podem ser reconhecidos na oratória política. O canadense Sacvan Bercovitch entende que é exatamente na fusão do sagrado e do profano que foram moldados os sermões americanos sustentando essa retórica que buscava forjar um ritual de progresso pelo consenso, um sistema secular-sagrado (BERCOVITCH, 1978, p. 28).

Esses sermões a que chamou de jeremiada é um típico gênero literário americano, muito empregado em discursos religiosos desde antes da vinda dos puritanos ao Novo Mundo. Ela consiste em partir da condenação inicial dos desvios e pecados dos homens à celebração da redenção, passando pela ênfase na missão de construção de um mundo novo pelos primeiros cristãos que chegaram à América.

O enredo das histórias do Capitão relacionadas ao Watergate e outros escândalos políticos e morais do período equivalem a um apelo para um *reawakening*, um reavivamento das virtudes do sistema americano, com claro objetivo de disciplinar o

corpo social e conter as dissidências. As falas do *Capitão* reforçam o sentido de missão dos EUA em propagar o “sonho americano” intercaladas com chamados a Deus.

A partir do momento em que um personagem morreu tentando manter viva toda a simbologia tradicional do *Capitão América*, Steve Rogers percebeu que a missão de defesa do “sonho” competia somente a ele. O personagem serve como uma metáfora para todos aqueles que acreditavam ter sido o país escolhido de Deus para cumprir esse papel redentor.

Em seu discurso, *Rogers* vai mudando de opinião conforme vai lembrando as circunstâncias que seu *alter ego* foi criado e o que ele representa. Nas figuras 01, 02 e 03 podemos reparar a sequência dos fatos que levaram *Rogers* a abandonar a identidade do *Capitão América*, a adoção do uniforme de *Nômade* e o retorno posterior. O ciclo vivido pelo Capitão é um ciclo claramente associado às provações de diversos profetas do Antigo Testamento: provação, sofrimento e redenção.



Captain America and The Falcon
n°176 – Agosto de 1974 (Figura



Captain America and the Falcon
n°180 – Dezembro de 1974 (Figura



Captain America and the Falcon nº183 – Março de 1975 (Figura 03)

O personagem passa de um momento de dor e desespero ao ver seus ideais patrióticos destruídos (Figura 01), para uma expressão de alegria quando, aparentemente se livra do peso que a representava a identidade desviante de *Nômade* (Figura 02). E culmina com a retomada da expressão firme de seriedade quando veste novamente o uniforme de *Capitão América* (Figura 03).

A crença na superação dos desafios pode ser observada na última cena da figura 03. Nela, o uniforme de *Nômade* vai ficando para trás do personagem, como se quisesse sepultar as dúvidas, enquanto a figura do *Capitão América*

em primeiro plano representa as certezas que sempre estiveram com ele.

Não por acaso, o escudo do *Capitão* está à frente de tudo no quadro. Ele é o símbolo da defesa dos seus ideais e com ele o personagem reafirma seu compromisso com o “sonho americano” e como ele mesmo promete: “*Qualquer que seja a ameaça... de qualquer lugar que ela se origine... Eu não me cegarei novamente!*” (EAGLEHART, 1975, p.30). Assim, a editora exprimiu a confiança em tempos melhores, quando a nação estadunidense triunfaría e seus valores não seriam mais questionados.

A década de 1970 causou danos à confiança da sociedade americana a partir das crises da Guerra do Vietnã e de Watergate. Reagindo a todas estas percepções do declínio americano tanto internacionalmente quanto internamente, ocorreu a ascenção de Ronald Regan à presidência em 1980, reiniciando um novo endurecimento nos confrontos diplomáticos com a URSS.

A Era Reagan

A eleição de Reagan (Partido Republicano) assemelhou-se bastante a de seu antecessor, Jimmy Carter (Partido Democrata) em 1976 oferecendo um contraponto à figura do presidente que estava no cargo. Se Carter chegou à presidência com uma

imagem moralista e idealista, Reagan, mesmo sem abrir mão desses aspectos, prometeu recuperar “o lugar de fato e de direito dos Estados Unidos no mundo.” (PECEQUILO, 2003, p.200). Ou seja, seu intuito era recuperar a fé americana em seu poder e destino.

De acordo com Cecília Azevedo,

“(...) Nenhum estudo sobre o imaginário político norte-americano pode ignorar a verdadeira obsessão em torno dos propósitos nacionais, a convicção tão fortemente arraigada de que os EUA, por sua elevada moralidade cívica e política (...) inigualáveis, receberam da Providência a missão excelsa de redimir os povos não democráticos e desenvolvidos do planeta” (AZEVEDO, 1992, p.31).

De fato, a tensão entre os EUA e a URSS tornou a crescer na administração do presidente republicano. A chamada *Doutrina Reagan* possuía uma lógica de minar as bases de sustentação soviética, para assim reverter os ganhos adquiridos na década anterior, forçando o seu recuo (PECEQUILO, 2003, P.204).

Em 1980, os americanos viveram um ano eleitoral, no qual iriam escolher seu próximo presidente, ou decidir pela reeleição do mandatário à época. O vencedor do pleito acabou sendo o republicano Ronald Reagan, derrotando o então presidente, Jimmy Carter.

Alguns meses antes, a *Marvel* elaborou uma história na vivia este clima eleitoral. O começo desta narrativa ocorre quando o *Capitão América* sai em defesa de reféns de homens armados durante o congresso de um partido político. Após vencer os criminosos, o *Capitão* é cumprimentado pelo presidente do partido chamado *New Populist Party (NPP) – Novo Partido Populista*.⁴

Em agradecimento por sua intervenção, o congressista sugere que o *Capitão América* se candidate às eleições presidenciais daquele ano pelo partido. Em suas palavras para justificar sua sugestão frente à falta de exercício de cargo político do *Capitão*: “*O povo não quer um político...eles querem um líder!*” E vai além: “*Nós formamos o Novo Partido Populista há três anos atrás com a ideia de dar ao povo uma alternativa política viável.*” (STERN, 1980, p.04).

Fica claro aqui a referência ao momento político que viviam os EUA naquela época. O país vivia um momento de reafirmação identitária após uma década em que passou sob o impacto da derrota no Vietnã e o escândalo de Watergate. Quando o

⁴ Para saber sobre o Partido Populista original ver: POPE, Daniel (ed.). *American Radicalism*. Malden: Massachusetts: Blackwell Publishers, 2001.

congressista afirma que seu partido foi criado para servir de alternativa aos partidos Democrata e Republicano que se alternam durante décadas na ocupação da presidência.

Continuando a história, o convite para a possível candidatura do *Capitão* é vazada para a imprensa, que corre atrás do herói para ouvir alguma declaração à respeito. Ponderando com alguns de seus colegas do super-grupo *Vingadores* (*Avengers*), ele fica tentado a aceitar a oferta do partido, entendendo que ele, como um símbolo nacional, pode fazer melhorias para o país por outros meios.

Após muita ponderação, o *Capitão* decide entrar em contato com o Partido Populista, e faz um pronunciamento à nação ao vivo pela televisão. Em suas palavras:

A presidência é um dos trabalhos mais importantes do mundo. O titular deste cargo deve representar os melhores interesses da nação inteira. Ele deve estar pronto para negociar... se comprometer... 24 horas do dia, para preservar a República, a todo custo. (...) Eu trabalhei e lutei toda a minha vida para o crescimento e avanço do sonho americano, e eu acredito que o meu dever para com o sonho seria limitar severamente quaisquer habilidades que eu poderia ter para preservar a realidade. Nós todos devemos viver no mundo real ... e, por vezes, que o mundo pode ser muito cruel, mas é o sonho ... a esperança ... que desperta a realidade digna de ser vivida. (...) Espero que vocês possam compreender ... que eu não posso ser o seu candidato. Vocês precisam olhar mais para dentro de si mesmos para encontrar as pessoas que vocês precisam esta manter esta nação forte ... e, se Deus quiser, para ajudar a tornar o sonho realidade. (STERN, 1980, p.16-7).

Ao final da narrativa, Roger Stern, roteirista desta edição, expõe uma citação famosa sobre a coragem que um homem deve ter quando toma decisões difíceis. Ao terminá-la, ele revela quem a disse: o ex-presidente americano, John F. Kennedy.⁵

O discurso de desistência do *Capitão América* serve como uma mensagem para a nação. Quando ele diz que “devemos viver no mundo real”, significa que apesar de se apegar à fantasia, o povo deve ter consciência plena do que seus atos podem acarretar. Nas palavras do *Capitão*, a possibilidade de reerguimento da nação dependeria de cada cidadão estadunidense que deve lutar para seguir vivo com o *American Dream*.

⁵ A citação mencionada: “*The courage of life is often a less dramatic spectacle than the courage of a final moment; but it is no less a magnificent mixture of triumph and tragedy. A man does what he must - in spite of personal consequences, in spite of obstacles and dangers and pressures - and that is the basis of all morality.*”

Em português: “A coragem da vida é frequentemente um espetáculo menos dramática do que a coragem de um momento final, mas não é menos uma magnífica mistura de triunfo e tragédia. Um homem faz o que deve - apesar das consequências pessoais, apesar dos obstáculos e perigos e pressões - e que é a base de toda a moralidade.”

Por fim, a citação de uma frase de Kennedy, ressalta esta busca pela glória de um passado não tão distante e reforça o mito por trás do ex-presidente. No imaginário coletivo daquela época, Kennedy teria sido o último ocupante confiável da Casa Branca. Os presidentes que o sucederam não teriam tido o mesmo desempenho que Kennedy teve quando exerceu seu mandato, que foi interrompido devido ao seu assassinato.

A década de 1980 também confirmou o neoconservadorismo como uma das principais forças políticas dos Estados Unidos. Os neoconservadores ascenderam com a emergência econômica e política de alguns setores conservadores do capitalismo alheios ao consenso liberal, e que estimulou a guinada conservadora das frações tradicionais do capital diante dos movimentos de esquerda. Este triunfo nos anos 1980 está intimamente ligado à mobilização dos empresários da nova direita que financiaram *think tanks*⁶, organizações da nova direita religiosa e o Partido Republicano a fim de transformar o projeto neoconservador em um projeto hegemônico de nação (MOLL, 2010).

Para os neoconservadores uma doutrina intervencionista tinha a sua legitimidade na responsabilidade moral de os EUA, mais do que defenderem os interesses de segurança nacional americano, defenderem a causa da “democracia e da liberdade”, dando-lhe assim um direito ilimitado a intervir no interesse de uma “revolução global democrática”.

Em 1987, o *Capitão América* protagonizou uma série de histórias que refletiam sua relação com o governo americano. Nela, o *Capitão* é confrontado com membros do governo americano que indagam o herói sobre suas atuações independentes, lembrando que a fonte de sua forma física excepcional e seu uniforme provém de um acordo com o próprio governo americano para que ele servisse de operativo militar na Segunda Grande Guerra.

Os burocratas questionaram *Steve Rogers* – verdadeira identidade do *Capitão América* – sobre todo o custo que o governo de Franklin Roosevelt depositou sobre o *Projeto do Super-Soldado*, tendo *Rogers* sido o único beneficiado com a aplicação do soro de aumento da massa muscular.

Os membros desse conselho então dão 24 horas para *Steve* decidir se continua a utilizar a identidade do *Capitão América*, mas agora servindo única e exclusivamente o

⁶ *Think Thanks* são organizações que produzem pesquisas, análises, e conselhos orientados a política de temas domésticos e internacionais com a tentativa de executar decisões bem informadas sobre a política pública em questão. Eles podem ser filiados a partidos políticos, governos, grupos de interesse, corporações privadas ou independentes.

governo dos Estados Unidos, ou se decide abandonar o uniforme e deixar para que os burocratas tomem a decisão que acharem mais conveniente.

Depois de muito avaliar suas opções, *Steve Rogers* decide abandonar a identidade de *Capitão América* e entrega o uniforme e o escudo para as autoridades. Em sua fala quando realiza a entrega:

Senhores, eu tenho pensado sobre o assunto que discutimos ontem. Uma grande dose de pensamento, e eu lamento dizer que em boa consciência, que não posso aceitar as suas condições de trabalho. O Capitão América foi criado para ser um mero soldado, mas eu fiz muito mais do que isso. Para voltar a ser um mero soldado, seria uma traição de tudo que eu tenho lutado durante a maior parte da minha carreira.

Para servir o meu país à sua maneira, eu teria que desistir da minha liberdade pessoal, e me colocar em uma posição onde eu poderia ter que comprometer meus ideais obedecendo a suas ordens.

Eu não posso representar o governo americano, o presidente já faz isso. Eu devo representar o povo americano. Eu represento o sonho americano, a liberdade de se esforçar para se tornar tudo o que você sonha ser. Sendo Capitão América tem sido o meu sonho americano.

Para tornar-me o que vocês querem que eu seja, eu teria que comprometer esse sonho... abandonar o que eu vim para representar.

Meu compromisso com os ideais deste país é maior do que o meu compromisso com um documento de 40 anos.

Sinto muito, mas essa é a maneira que deve ser. Senhores, acredito que isto lhes pertence. (GRUENWALD, 1987, p.23).

Mais uma vez o diálogo do *Capitão* traz a sua defesa ao *American Dream*. Nas palavras do herói, este “sonho americano” é entendido como a liberdade que todo cidadão estadunidense tem de tomar suas próprias decisões. Demonstra a esperança em este país é a “terra das oportunidades”, um lugar no qual todos os seus cidadãos tem as mesmas chances de crescimento econômico, e proporciona que todos sejam iguais em direitos e deveres.

Segundo Eric Foner, a ideia de amor à liberdade foi definida como uma característica da sociedade americana no final dos anos 1950. As pesquisas de opinião da época diziam que este valor tinha sido alcançado por todos (FONER, 1998, p.260).

Podemos perceber esta desilusão com o *American Dream* quando observamos a capa da revista que trouxe a narrativa escrita mais acima (Figura 04). Nela vemos um *Capitão América* cabisbaixo com suas mãos voltadas para baixo em posição de rendição, como se demonstrasse uma impotência frente aos acontecimentos.

Atrás do personagem vemos uma bandeira americana se diluindo, com as listras que a compõe escoando pelo chão feito água. A interpretação mostra a decepção com os

direitos que estavam sendo usurpados naquele momento, privando o *Capitão América* de seus valores de liberdade e democracia.

Para corroborar ainda mais com a mensagem, temos no canto superior da capa um selo mostrado o número da edição da revista. Em geral, estes selos costumam ser ilustrados com personagens da *Marvel*, referentes ao conteúdo da revista exposta. Contudo, nesta edição no lugar dos heróis, o desenhista pôs a imagem do ex-presidente americano Abraham Lincoln chorando.

A sua atuação na Guerra de Secessão no século XIX provocou no imaginário coletivo que ele está entre os maiores presidentes da História dos EUA. Lincoln, assim como foi dito sobre Kennedy possui uma mitologia que o põe como árduo defensor dos valores da democracia. Um exemplo a ser seguido por todos os estadunidenses. O fato de ilustrar a revista com uma imagem sua chorando expõe a desapontamento com os rumos do governo.

No decorrer da narrativa, *Steve Rogers* passa a vagar pelos Estados Unidos, sem um rumo definido. Alguns meses mais tarde ele reaparece e assume um novo uniforme, bem parecido com o do *Capitão América*, só que dessa vez as cores da bandeira foram substituídas pela cor preta, representando o luto pela decisão tomada pelos membros do governo federal (Figura 05). Inclusive, seu novo codinome passa ser apenas *Capitão (The Captain)* abstraindo o nome *América*.

Ao longo desta saga, paira uma dúvida sobre a ciência ou não por parte do presidente Ronald Reagan. Ao mesmo tempo, que ele é citado como “um dos mais populares presidentes da história americana” (GRUENWALD, 1987, P.07), a sua função de zelar pelo povo é posta à prova quando se suspeita que Reagan pudesse não saber de nada.

Edições à frente a trama chegou ao fim, e foi revelado que tudo não passava de um plano do maior inimigo do *Capitão América* – o *Caveira Vermelha (Red Skull)* para forçá-lo a abandonar sua luta por justiça e desmoralizá-lo. No final de tudo, *Rogers* reassume o uniforme de *Capitão América*.

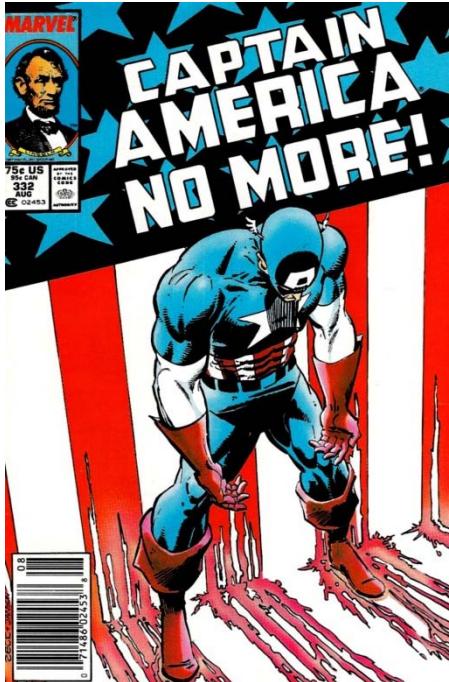


Figura 04 – *Captain America*
nº332 – Agosto de 1987

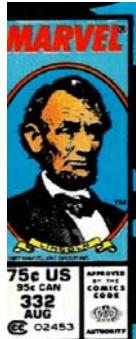


Figura 05 – *Captain America*
nº337 – Janeiro de 1988

O 11 de Setembro e o alvorecer do século XXI

A relação entre a política externa e interna americana se intensificaria através da década de 1990, culminando no alvorecer do século XXI que provocaria estremecimento na política e na sociedade americana.

Os atentados ao *World Trade Center* e ao Pentágono em 11 de Setembro de 2001 mexeram com a linha editorial dos *comics*, mas, ao mesmo tempo, trouxeram a retomada de modelos descritos anteriormente. Se em seus primórdios os super-heróis combatiam os nazistas durante a Segunda Guerra, e posteriormente passaram a enfrentar adversários oriundos do mundo comunista, agora surgia “um novo inimigo”.

Novamente o alto conteúdo nacionalista ficou mais evidente nas histórias do *Capitão América*. Em uma nova série de revista de linha mensal, o *Capitão* reflete sobre os acontecimentos do 11 de Setembro. Apesar de lutar contra terroristas muçulmanos, há sérias críticas à Guerra declarada pelo governo estadunidense e ao comportamento do país antes do atentado nesta nova fase nos quadrinhos, como quando o *Capitão América* defende um adolescente, descendente de árabes, logo na primeira história desta saga. Ou

quando o *Capitão* vai atrás de um terrorista que liderava uma série de atentados nos EUA.

O autor das narrativas, John Ney Rieber, tenta mostrar que o que aconteceu aos americanos foi o resultado de políticas que o governo estadunidense fez por todo o planeta. Há uma série de passagens que mostram ao símbolo do “sonho americano”, como ele é questionável e que é compreensivo que houvesse um sentimento antiamericano ao redor do mundo.

Destaco aqui duas passagens deste arco de histórias. No primeiro, o *Capitão América* recebe a missão de capturar um terrorista de origem árabe chamado *Faysal Al-Tariq*. Após alguns confrontos com soldados do terrorista, o *Capitão* enfim chega ao confronto derradeiro com *Al-Tariq*, que acaba culminando com a morte do vilão em um golpe desferido pelo americano.

Após o combate, o *Capitão América* pede a presença da imprensa e faz o seguinte pronunciamento:

Eu preciso dizer algo para o povo. Onde eu estou, eu não vejo guerra. Eu vejo ódio. Eu vejo homens, mulheres e crianças morrendo. Porque o ódio é cego. Cego o suficiente para manter uma nação responsável pelas ações de um homem. Eu não posso ser parte disso depois do que eu vi hoje. A América não matou Faysal Al-Tariq. Eu matei."

Meu nome é Steve Rogers. Eu sou cidadão dos Estados Unidos da América. Mas eu não sou a América. Meu país não é culpado pelo que eu fiz hoje. Eu matei Faysal Al-Tariq. A responsabilidade, a falha é minha. (RIEBER, 2002, p.01).

Nesta passagem o *Capitão América* assume toda a responsabilidade pela morte de seu oponente isentando o governo americano de culpa. Segundo seu pensamento, cada homem é responsável por seus atos, e assim deve estar preparado para enfrentar as consequências de suas ações, sejam elas quais forem.

Um segundo momento da saga acontece quando *Rogers* vai até Dresden, na Alemanha trás de outro líder da organização terrorista. A cidade é simbólica, pois lá ocorreu um dos maiores bombardeios no final da Segunda Guerra Mundial que deixou a cidade completamente destruída. Durante a viagem para a Europa, *Rogers* é questionado por uma jovem alemã sobre sua atual guerra particular ao terror. No que ele argumenta que “90% das vítimas da Primeira Guerra Mundial eram soldados, já na Segunda Guerra, metade das vítimas eram civis.” (RIEBER, 2002, p.20). Assim, ele entende que

os atentados de 11 de Setembro poderiam representar o início de um terceiro conflito mundial. E era seu objetivo impedir que isso acontecesse.

Ao chegar à Alemanha, o *Capitão* encontra o líder dos terroristas. Mesmo sem ter seu nome revelado, fica subentendido que o terrorista é de um país do Leste Europeu que viveu quando criança sob a sombra da Guerra Fria. E em virtude dos conflitos da polarização entre Estados Unidos e União Soviética, o terrorista europeu adquiriu ódio dos EUA, pois graças a esses conflitos ideológicos, ele perdeu os pais mortos por armamento produzido nos EUA e teve seu rosto desfigurado quando colocaram fogo casa onde moravam.

Ao longo da luta corporal entre os dois, o europeu lembra ao *Capitão* algumas das intervenções americanas pelo mundo como meio de impor sua força. Curiosamente, o *Capitão* argumenta que o povo americano não sabia disso. E que o que apareceu publicamente serviu de lição.

Ao final, o *Capitão América* derrota o europeu e envolto em pensamentos diz:

Eles sempre estarão conosco: Os Gengis Khans, Os Calígulas, Os Hitlers. Os monstros. Com sua sede de sangue e seus brinquedos assassinos e suas mentiras. Mas podemos deter a onda de sangue. Desafiar a sombra. Defender o sonho. Nós, o povo... Nós todos temos a **liberdade** e o poder de lutar pela paz. (RIEBER, 2002, p.22-3).

Assim, o *Capitão América* ressalta novamente a sua luta pelo “sonho americano”. Quando ele cita nomes da História responsáveis por atrocidades de outras sociedades, ele o compara com monstros, ou seja, algo não humano. Ao contrário, o *Capitão* se põe como componente de um povo que, segundo ele próprio é o detentor dos instrumentos que permitem uma melhor convivência entre os homens: a liberdade e a luta pela paz.

Os americanos tradicionalmente tem menos atenção aos assuntos estrangeiros do que em questões internas e, assim, o seu significado deve ser explicado e justificado. Não raro presidentes americanos simplificam e reduzem histórias aos símbolos convencionais de fácil assimilação pelo público, utilizando metáforas e analogias históricas para vender uma política, tornando-a mais identificável e emocionalmente poderosa. Justificada ou não, invocando a comparação entre Saddam Hussein e Adolf Hitler evoca um sentido palpável de medo e um quadro imediatamente reconhecível de referência (OSGOOD & FRANK, 2010, p.03).

Ecos dos acontecimentos de 11 de Setembro surgiram cinco anos mais tarde, quando a *Marvel* publicou a minissérie *Guerra Civil (Civil War)* que mudou os rumos dos personagens da editora. A narrativa começa com uma enorme explosão que matou centenas de pessoas provocada por um super-vilão enfrentando um grupo de super-heróis, com a televisão mostrando ao vivo para todo o país. Diante desses fatos, o governo estadunidense decidiu por em vigor a *Lei de Registro de Super-Humanos*, que obrigava todos os vigilantes uniformizados a se registrarem, inclusive revelando suas identidades secretas, para que o governo soubesse exatamente quem eles eram e pudesse controlar suas atividades.

O que ocorreu foi que os heróis se dividiram em dois grupos. O *Homem de ferro (Iron Man)* liderava os que eram a favor da lei e o *Capitão América* os que eram contra, gerando uma disputa entre dois grupos e os ideais políticos que representavam. A minissérie era uma referência direta aos acontecimentos do governo de George W. Bush, que na época tentava implantar o que viria a ser o *Patriotic Act*: medidas que cerceavam os direitos de seus cidadãos, tendo como justificativa a luta contra o terrorismo.

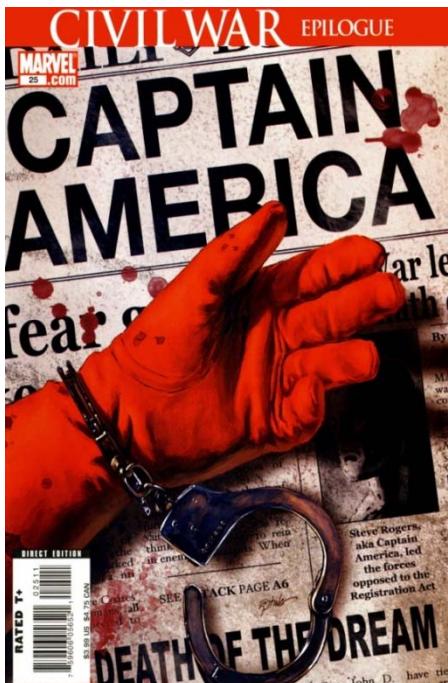
O grupo dos oposicionistas à lei passa a viver na clandestinidade lutando para que a lei derrubada. Isso resulta em vários combates entre os heróis pró e contra a resolução. No combate final, percebendo a destruição que as lutas entre os seres super-poderosos estavam causando, o *Capitão América* resolve por fim às disputas entregando-se para as autoridades governamentais.

Sua prisão causa uma divisão na população americana. Alguns querem a liberdade do *Capitão*, e outros o acusam de traição, pois ele teria descumprido uma lei federal e combateu o governo de seu país. Desfecho da narrativa seria trágico: o *Capitão América* é assassinado em frente às câmeras de tv, nas escadarias do tribunal que iria julgá-lo (Figuras 06 e 07).

A morte do *Capitão América* serviu de metáfora para a crise de valores que regem a formação identitária dos Estados Unidos. Na época do lançamento da história, o presidente George W. Bush estava na metade de seu mandato e enfrentava níveis de popularidade em declínio constante após duas guerras no Afeganistão e Iraque.

A reiteração de princípios e ideais tradicionais como o da liberdade individual, inclusive perante o Estado, prevaleceu nas histórias. Mas é preciso reconhecer que as contradições e os conflitos que sempre estiveram presentes na sociedade não deixaram de se manifestar e penetrar nas narrativas.

A decisão dos editores de matar um dos ícones da *Marvel*, chamou a atenção inclusive da mídia não especializada em quadrinhos, ganhando destaque até mesmo em telejornais americanos, como da rede CNN. Na realidade, a morte do personagem reflete o que os Estados Unidos viviam naquele momento em sua História.



Figuras 06 e 07 – A capa da revista e o momento em que o *Capitão* é baleado nas escadarias – *Captain America v5 nº25* – Janeiro de 2007.

O desaparecimento do personagem representou o questionamento dos direitos até então inalienáveis que servem de base para os americanos. Podemos dizer que aquilo que o personagem *Capitão América* defendeu ao longo dos anos morria junto com ele: a defesa do “sonho americano.” E assim sugerida no título da edição da revista que contou sua morte: “*The death of the dream*” (*A morte de um sonho*).

Conclusão

Para concluir este trabalho, podemos observar que os personagens de quadrinhos se humanizaram e se transformaram por vezes em questionadores de valores. No caso do personagem principal utilizado neste trabalho – o *Capitão América* – vimos que apesar das mudanças que o personagem passou ao longo dos anos, a sua essência não mudou.

Na realidade, as constantes mudanças reiteraram o mito em torno do *Capitão*. A dimensão do dever político nos EUA se traduziria num compromisso ético do personagem com o bem público. Isto se traduz nas várias vezes que o “sonho americano” é mencionado em suas narrativas.

Este “sonho” que pode ter vários significados, tais como oportunidade de conseguir riqueza, chance de crescimento com uma boa educação e grandes oportunidades. Ele é unificado nas histórias aqui debatidas como a oportunidade de ser um indivíduo sem restrições baseadas em raça, classe, ou religião. E *Steve Rogers* é visto como o ícone capaz de proporcionar ao povo americano a realização plena deste sonho de igualdade e liberdade, pois essa liberdade garantiria a existência de tantas fontes quantas possíveis e necessárias para a formação de virtuosos valores éticos.

Bibliografia

- AZEVEDO, Cecília. *Em nome da “América”: Os corpos da paz no Brasil (1961-1981)*. São Paulo. 1999 (Tese Doutorado em História) – USP, 1992.
- BELLAH, Robert N. *The broken covenant: American civil religion in time of trial*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- BERCOVITCH, Sacvan. *The american jeremiah*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1978.
- DIAS, Daise Lillian Fonseca. *O fracasso do Sonho americano em A Morte do Caixeiro viajante de Arthur Miller*. In: Vivências nº34, p.113-118.
- FONER, Eric. *The Story of american Freedom*. New York/London: W.W. Norton & Company, 1998.
- GUEDES, Roberto. *A Era de Bronze dos Super-Heróis*. São Paulo: HQM Editora, 2008.
- KLOPPENBERG, James T. *The virtues of Liberalism*. Oxford/Offord University Press, 1998.
- LAWRENCE, John Shelton & JEWETT, Robert. *Captain America and the Crusade against Evil – The dilemma of zealous nationalism*. Grand Rapids: Eerdmans, 2003.
_____. *The myth of the american superhero*. Michigan: Eerdmans Publishing CO., 2002.
- MOLL NETO, Roberto. *Reaganation: a ascensão do neoconservadorismo e o nacionalismo nos Estados Unidos (1981 - 1988)*. Niterói, 2010 (Dissertação de mestrado) – UFF, 2010.

- OSGOOD, Kenneth & FRANK, Andrew K. (eds.). *Selling War in a media age – he presidency and public opinion in the american Century*. Miami: University Press of Florida, 2010.
- PECEQUILO, Cristina. S. *A política Externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- PERINE, Cristiane & QUIANZALA, Gabriela. *Uma leitura do romance The Great Gatsby de Franz Scott e os mitos que o constituem*. Revista Ícone - Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura Volume 11 – Janeiro de 2013.
- PRADO, Maria Lígia. *Natureza e identidade nacional nas Américas*. In: América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos. Bauru/São Paulo, EDUSC/EDUSP, 1999.
- POPE, Daniel (ed.). *American Radicalism*. Malden: Massachusetts: Blackwell Publishers, 2001.
- ROBERTSON, James Oliver. *American Myth, American Reality*. New York, Hill & Wang, 1980.
- ROSENBERG, Emily. *Spreading the American Dream – American Economic and Cultural Expansion, 1890-1945*. New York, Hill & Wang, 1982;
- WEINER, Robert G. (coord.). *Captain America and the struggle of the superhero. – Critical essays*. Jefferson: Mcfarland & Company, 2009.
- WRIGHT, Bradford. *The Comic book nation. The Transformation of Youth Culture in America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

O Herói no Imaginário Americano: As Construções do Imaginário no Arquétipo do Herói. Iberê Barros

E-mail: iberemoreno@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em História Social da PUC-SP

Introdução

Entender a construção de uma das principais facetas de uma cultura é um bom caminho para se compreender como se desenvolveu uma complexidade tão grande quanto essa. Uma nação é composta, mais do que por indivíduos ou por localidades, mas sim por identificações e identidades comuns. O presidente da extinta Iugoslávia, Josip Broz Tito, nos provou isso, quando de maneira ímpar manteve diversos povos sob o mesmo comando, além de criar uma relação de aproximação, mesmo entre opositores, por mais que fosse meramente pragmática.

Para estudarmos diferentes estruturas culturais precisamos sempre buscar novos caminhos e técnicas, inovando assim como fizeram pesquisadores predecessores. O que venho propor neste texto é justamente a criação de uma via sob a qual mudamos o eixo de análise. Ao invés de tomar conceituações macro e preocupações de definição, que são de proporções inalcançáveis, como ponto de partida, irei me pautar em como a construção do modelo arquetípico do herói, no caso dos EUA, é diferente de outras conformações. Tenho consciência da amplitude do conceito Jungiano e sua abrangência ao incognoscível, mas a proposta é cruzar justamente como essa representação coletiva se apresenta no imaginário coletivo americano.

Cheguei a esse ponto de inflexão ao notar como existem padrões reincidentes em heróis da cultura popular americana, com características não obrigatoriamente presentes em outros países, resultantes de uma construção histórica e sociológica própria dos Estados Unidos da América. São repetições que remetem desde os mitos fundadores até as produções mais recentes do cinema, da televisão e dos quadrinhos, carregando sempre essas mesmas questões, mesmo que sob roupagens das mais diferentes. De maneira que vê-se um modelo próprio do imaginário, reproduzido e apresentando na "indústria cultural americana"

O texto está dividido em quatro seções, sendo a primeira dedicada à discussão do monomito e um panorama de como ele se organiza. A segunda em como se relaciona a construção da identidade e de imaginário, levando em conta os textos de Edgard Morin,

Gilbert Durand e Stuart Hall. A terceira parte será dedicada a apresentação de alguns conceitos centrais da cultura americana, que são o ponto central a partir do qual se estrutura essa correlação e diferenciação. Por fim realizarei uma junção e levantarei alguns breves exemplos, como meio de encerrar a etapa da discussão, mas mantendo a problemática em aberto.

Conceitos de monomito

Para trabalhar com a idéia de arquétipo de Herói é interessante se fundar, primordialmente, no chamado monomito. Identificado, classificado e categorizado por Joseph Campbell na obra "O herói de mil faces", o conceito apresenta que toda e qualquer cultura usa o mesmo molde fundamental para apresentar um mito heróico. Seja um herói nacional, ou um guia religioso, seja uma história de um filme de ação "enlatado" ou uma grande tragédia grega, todos seguem o mesmo modelo, por ele estar inserido no campo do incognoscível. O que intento ao final do texto é mostrar como há uma reinterpretação própria para o caso americano, gerando assim essa forma única e de fácil identificação .

De acordo com o autor do "Herói de mil faces", o mito pode ser dividido em doze etapas, sendo cada qual capaz de se transmutar em diferentes formatos, se adaptando a toda e qualquer cultura. São as etapas: O estranhamento; o chamado à aventura; a recusa do chamado; o encontro com o mentor; a travessia do primeiro limiar; o ventre da baleia; a aproximação da caverna oculta; a provação suprema; a recompensa; o caminho de volta; a ressurreição; e o retorno com elixir. Mesmo que aparentemente uma história heróica não conte com uma das etapas, o conceito cíclico e quatro pontos centrais (chamado à aventura; ventre da baleia; provação suprema; e recompensa) serão sempre respeitados.

Explicando mais as claras cada um dos pontos, sem nos aprofundar em demasia, poderíamos entender que: o estranhamento é o momento no qual o herói em potencial, ainda não concretizado, se sente fora dos padrões e muitas vezes é rechaçado pela sociedade como um todo. Essa exclusão é justamente um recurso para nos gerar empatia ao personagem e mostrar como essa diferenciação é algo intrínseco ao indivíduo, reforçando o quão especial e superior ele é frente outros humanos.

O segundo ponto destacado é o chamado à aventura, como o próprio nome diz, é quando repentinamente é revelado ao indivíduo que de fato ele tem algo de diferente frente o resto da sociedade, algo que não poderá ser superado ou alterado. Justamente por isso ele deve partir em uma missão, que aparenta não poder ser realizada pelo indivíduo, que de fato, ainda

não se tornou o herói. Num primeiro momento há uma recusa a esse chamado, pois ou não acredita na veracidade ou se sente incapaz de cumprir o que lhe foi colocado.

Encontrando o mentor ou recebendo a ajuda sobrenatural, o herói comprehende então que tem uma capacidade especial a ser desenvolvida, assim sendo aceita a missão e passa a enfrentar as provações. É neste ponto que se cruza o primeiro limiar, ou seja, o indivíduo aceita a sua condição como herói e pode passar a ser reconhecido como tal, deixando de ser um "comum". Claro que tal fato só se torna concreto e pleno com o retorno dele à sociedade, que o reconhece como um ser heróico, porém neste ponto do mito o indivíduo passa a ter a consciência do seu potencial e da sua missão.

Uma das mais importantes provas é o chamado ventre da baleia, no qual as novas habilidades do herói, ainda não plenamente desenvolvidas, são colocadas à prova. Ao final deste momento, algo lhe é tomado, seja outra capacidade ou um objeto ou um companheiro de jornada, com o intuito principalmente simbólico. Isso ocorre justamente para por em prova a fé do herói nas suas capacidades e seu comprometimento com a sua missão, fazendo com que o motivador deixe de ser visto como algo meramente humanitário, para se tornar uma causa pessoal de bem e interesse de todos os humanos. Essa etapa recebe esse nome em homenagem ao mito bíblico de Jonas, que é engolido por uma baleia e depois tem a flor que tanto cuida morta por Deus como prova de suas reais preocupações.

Agora tendo consciência das suas capacidades, tendo aprimorado as suas habilidades e compreendendo a realidade de uma maneira mais complexa, o herói está finalmente pronto para se aproximar da caverna oculta, o local onde será desfraldada a batalha ou o teste final. A jornada final para este ponto assume uma tensão maior e é nela que já vemos o herói pleno de sua potencialidade, mas ainda não pleno como indivíduo. Ele só alcançará essa plenitude quando terminar o ciclo, em especial levar oelixir a todos os humanos.

A provação suprema então é encontrada. Nesta etapa o herói concretiza aquilo que foi professado e cumpre seu papel, declarado anteriormente pelo mentor. Como consequência desse encontro lhe é entregue alguma recompensa, material ou não, que o tornará em um semideus ou até em um Deus perante a sociedade. Isso pode ocorrer num plano simbólico apenas, como o fato de salvar a humanidade mesmo que ninguém saiba disso, ou num plano concreto, como destruir o inimigo principal que desencadeou todos os problemas apresentados.

O caminho de volta é marcado então pela reafirmação dessa superioridade, seja na forma de uma exaltação ou ainda de finalizar resquícios que ainda possam existir da batalha final. Muitas vezes o herói é desafiado por outros entes, de forma a provar que de fato ele é o

excepcional. Além disso, ele também poderá ser confrontado para que outro tente assumir o seu lugar. Como é de ser esperado, ele supera com imensa facilidade esses desafios.

Ao se aproximar então do mundo comum, o herói é reconhecido, com destaque e honrarias, pois agora concretizou a profecia. Por isso usa-se a idéia de ressureição, uma vez que ele ressurge, mas sob outra ótica, de acordo com o mundo comum. O ponto então central que encerra a jornada é a entrega do elixir, ou ao representante do povo ou à toda população. O elixir pode ser desde um objeto místico até algo mais simples, o melhor exemplo neste caso é o fogo trazido por Prometeu.

Essa "fórmula" aqui apresentada se encaixa perfeitamente em qualquer mito heróico, seja ele religioso ou fantástico. Seja a história de Buda e Jesus ou Star Wars e Harry Potter, todos se encaixam nesse monomito, por isso o nome. Campbell trabalhou claramente num campo misto entre a antropologia e a psicologia, tentando compreender e modelar uma construção do incognoscível, de forma a corroborar o argumento Jungiano do arquétipo

Como já indiquei, por vezes algumas etapas são colocadas em segundo plano ou aparentemente não são cumpridas, porém as quatro centrais sempre estão claras. Isso é notável quando comparamos duas representações de heróis, seja na linguagem que for. Um caso curioso que demonstra isso é quando pegamos o Superman e o Homem-Aranha, usando dois personagens que beiram os opostos heróicos. Clark Kent escolheu ser humano e adotou os valores tradicionais da sociedade típica americana, se sentindo estranho por todo o tempo e questionado sempre por suas origens, mas defendendo a todo custo os humanos. Peter Parker assume um papel quase diametralmente oposto, uma vez que é um humano que vai tentar buscar ser algo sobre humano, mas com inúmeras dificuldades, podendo ser visto em determinados momentos como um anti-herói.

Em ambos os exemplos pode-se facilmente identificar os quatro pontos centrais. O único ponto que dificulta num caso como esse, trabalhando com quadrinhos, é que não há uma gênese única, e o senso cíclico da jornada se torna ainda mais forte, fazendo com que sejam inúmeras as suas histórias de origem, mas utilizando as versões mais popularizadas, vemos assim: O chamado para Clark Kent está num âmbito moral, uma vez que ele, por seus valores fundamentais, deve defender a todos, já para Peter, ele teve que passar por um processo traumático para ser assim impelido a atuar em prol de uma coletividade; ventres das baleias são inúmeros, enquanto o homem de aço sofre reveses com seus oponentes utilizando a kriptonita, o amigo da vizinhança tem como teste a morte do próprio tio; no caso da provação suprema do jornalista de metrópolis seu nêmesis iria conseguir dominar o herói, o fotógrafo de Nova Iorque passaria por algo muito similar, com a diferença de que os recursos

utilizados para tal seriam imensamente menores; por fim a recompensa para o kriptoniano é, em geral, o bem estar da humanidade, enquanto para o aracnídeo, pagar as contas e seguir vivo com suas paixões já é bem suficiente.

A importância de conhecer cada uma dessas etapas e como elas se articulam é cabal para compreender a cultura popular americana, uma vez que o principal produto dessa cultura é o cinema e a televisão, sendo ambos, majoritariamente arquetípicos e muitas vezes épicos. Entendo que intencionalmente a indústria Hollywoodiana optou por utilizar-se em larga escala desse recurso, como meio inclusive de divulgar os valores americanos, tanto para o público interno como para o externo, reforçando a supremacia americana frente outras nacionalidades e culturas, homogeneizando-as.

Conceitos de identidade e imaginário

Sem descartar a maestria com a qual Durand discute a construção do imaginário, gostaria de me ater à questão que percorre o texto introdutório do livro "As estruturas antropológicas do imaginário", a questão da imagem como criação psicossocial. O autor questiona diversos teóricos e pensadores, principalmente da psicologia, quanto a o que seria e como se constrói essa imagem, retirando do plano platônico de mera sombra e colocando num âmbito de construção coletiva e individual.

Logo, podemos entender que a imagem e a coletânea de imagens, o imaginário, contemplam abstrações que criamos para identificar conceitos ou coisas. Sendo o mais sintético possível, definiríamos a imagem como uma reprodução mental, que pode ser coletiva, de uma realidade, criada ou existente. Portanto, podemos, através da massificação, criar imagens idênticas ou semelhantes para distintos indivíduos e grupos, e uma vez criado um padrão, a associação, mesmo que subjetiva, irá ocorrer, uma vez que o nosso inconsciente irá identificar as semelhanças.

Quando trazemos então a tona a discussão de identidade e a fragmentação do conceito, conforme apresentado por Stuart Hall, e cruzamos com a discussão sobre imaginário de Durand, vemos como a identidade nacional, na verdade é construída. Justamente em uma sociedade global cada vez mais integrada, esse processo de auto identificação nacional tende a cada vez mais se liquefazer, adotando o conceito baumaniano de pós-modernidade, portanto abrindo brechas para a intervenção e interação da mídia de massa. Cabe então às resistências locais criar redutos de reafirmação, não de contraposição, mas de conservação.

Hall comprehende de maneira ampla que a identidade do individuo saiu de um patamar sólido e unitário, de fácil delimitação, para uma complexidade construída por fatores cada vez mais difusos. Distendendo o conceito para uma abrangência que nos interessa no texto, vemos

então que a capacidade de incutir valores que uma mídia pode ter gera um impacto único, e se há a intencionalidade clara e até controlada, os resultados podem ser positivos ou devastadores.

É neste ponto que entra a discussão de Morin, como auxiliar a esse processo massificante da indústria cinematográfica, em especial a Hollywoodiana. Edgar Morin nos faz refletir sobre como o cinema é também socialmente construído, assim como nos apresenta um imaginário próprio e manipulado. A fusão do imaginário individual com o coletivo, no ato de assistir um filme é plena e num dos seus momentos mais completos.

Vemos então, com esse arcabouço em mãos, que podemos construir uma identidade, a partir de produções culturais que constroem um imaginário coletivo próprio, reforçando discursos ou refazendo-os. Cabe aos próximos passos do texto, então, apresentar quais são os conceitos centrais que são manipulados e apresentados através dessa mecânica aqui apresentada.

Conceitos de América

Como o leitor pode perceber desde o princípio do texto, optei por utilizar o termo americano para referenciar tudo o que é advindo dos Estados Unidos da América. Além de um intuito prático, a adoção do termo é feita visando duas condições fundantes, a de que os próprios indivíduos desse país se identificam assim e que o termo, apesar de referenciar a um grupo maior, é adotado comumente como exclusivo dessa região. Utilizar-se de outras palavras para remeter a esse grupo seria na verdade ir na contramão do proposto neste texto. Adotar o uso de estadunidense ou de norte-americano, além de gerarem certa imprecisão, dificultam processos de entendimento que o termo americano, em si mesmo carrega.

Passado o preâmbulo, que serve também como introito à esta seção, gostaria de levantar a importância de se compreender a história dos EUA como linha mestre para compreender a construção do imaginário e da mitologia. Diferente desde a sua raiz, foram o primeiro país a adotar uma democracia e tinham uma teologia protestante, mesmo que laicizada, em seu arcabouço. Se nos remetemos a autores como Alexis de Tocqueville encontraremos essa relação direta, e podemos aprofundar essa conexão ao pensarmos no que foi proposto por Weber no "Espírito do Capitalismo e a Ética Protestante".

Uma das obras centrais dos estudos americanistas é justamente o relato quase antropológico, mas ainda focado no âmbito histórico-social, de Alexis de Tocqueville sobre sua viagem aos EUA. Logo no título entendemos a intencionalidade e a carga que ali está reforçada. "Da democracia na América" chega a compreender a fundo as bases, sendo que ao

fim do livro postula até que haveria um opositor a essa proposta de governo e que este seria potencialmente a Rússia.

No caso de Weber, o impacto é claro quando pensamos a proeza com a qual o autor ligou duas questões aparentemente não conexas, mas que se influenciam mutuamente. Partindo do preceito básico de que um católico não poderia adquirir lucros e que nesta lógica o trabalho não é algo dignificante, fica mais compreensível o porquê dessa construção do *self made man* e a idéia de que "o trabalho significa o homem". O capitalismo só poderia florescer em um ambiente no qual o acúmulo de capital e a mais valia fossem tais que iriam se desenvolver exponencialmente. Foi então justamente nos EUA, somado a democracia, que esse capitalismo pode se fortalecer e criar fortes raízes.

Vale também ressaltar um terceiro autor neste arcabouço, o Professor Frederick Jackson Turner, que apresenta a Teoria da *Frontier*, na qual deixa clara a importância da fronteira na construção da identidade e dos valores americanos. Diferentemente de outros países, a fronteira figura como peça fundamental e fundante, uma vez que é a força motriz do desenvolvimento e da busca constante por esse Destino Manifesto. Esse fio condutor puxa diversos movimentos, e reafirma o tom laicizado de uma missão religiosa à qual os americanos se entendem incumbidos.

Autores clássicos, como os supracitados, que puderam conhecer e acompanhar os primeiros momentos dessa nação nos mostram como o fato de nunca terem diretamente enfrentado lógicas papais ou um Estado monárquico como próprio criaram expectativas e reações próprias, uma vez que foram colônia da coroa britânica, mas nunca tiveram um rei ou imperador em seu solo. O inimigo da democracia sempre foi externo e estranho, não sendo então necessário embates internos quanto à soberania máxima, mas sim sobre quem e como ocorreria esse governo.

Nunca houve um golpe de Estado nos EUA. Isso por si só já seria uma frase para discussões que abordariam inúmeras situações, mas a proposta é vermos que a instituição, tanto na sua infraestrutura como na sua super estrutura, nunca foram diretamente abaladas. A guerra de secessão foi um dos poucos momentos de questionamentos ao modelo, mas na verdade era muito mais ligado à independência entre as unidades federativas do que de ao conceito macro de democracia.

Um diferencial que não encontramos em outras situações, nesse modelo, é que se preza principalmente pela individualidade e pelas minorias, de maneira que as protege e as mantêm atendidas. Claro que quem define a agenda é quem define as regras, ou seja, são os próprios políticos, assim como foram os pais fundadores que indicaram quem seriam as

minorias e como deveriam ser protegidas, excluindo assim o que não os interessasse. O que vale focar aqui é esse espírito libertário, e diria até anárquico, sob o qual se erigiu a individualidade.

Antes de prosseguir, é interessante lembrar do conceito do Destino Manifesto, que se conecta com as questões religiosas e políticas diretamente. Em especial chamaria a atenção para a questão dos americanos se entenderem como os protetores-apóstolos da democracia, cabendo a eles expandir e divulgar essa "palavra", junto é claro dos valores cristãos protestantes de trabalho e esforço. Essa mistura é que vai criar o chamado americanismo, que é potencializado quando confrontado ou colocado em cheque.

Sendo um país que não tinha uma fronteira delimitada, e que diferentes acordos políticos permitiram o avanço para o Oeste, era preciso incentivar que esse movimento migratório ocorresse. Nada melhor do que criar o mito da fronteira, que é mais do que o sentido de limite político ou geográfico, mas sim um limitador da própria existência. Essa idéia vai ao encontro da proposta do Destino Manifesto, impulsionando os peregrinos a entrarem em suas carroças e rumarem para o Oeste, buscando povos a "catequizar" e terras a conquistar.

Mas quem pode ser o protetor desse grupo? Quem pode assumir a responsabilidade por resguardar os valores mais basilares e mesmo assim enfrentar os principais desafios? Quem poderá fazer o front, mas ser sempre respeitado e admirado? Nada melhor do que o bom vaqueiro.

O cowboy é o suprassumo da defesa desses valores americanos, e por essência segue o monomito. Justamente por ser um indivíduo que busca a liberdade, ele não se encaixa na sociedade. Como opta por se tornar esse protetor, tem que aprender diversas habilidades, que só podem ser adquiridas com outro cowboy mais experiente. Vive em uma constante jornada de busca, uma vez que sua função é guiar e arrebanhar o gado. Sempre retorna como um louvado, uma vez que trás o gado e volta vivo, o que por si só já é uma proeza em um ambiente hostil.

Essa construção, mais do que de fato real ou não, é reforçada e apresentada em diversos filmes. Uma dupla, diretor e ator, que merecem destaque por desempenhar de maneira exímia essa construção é: John Ford e John Wayne. São obras que marcam o imaginário de tal maneira que mesmo sem ter assistido aos filmes qualquer cidadão ocidental, e grande parte dos orientais, seria capaz de narrar o eixo central, e haveria grande chance de acertar.

Esse modelo de arquétipo, em função dessas diversas questões, é específico dos EUA, e o mais interessante, vai ser repetido sob novas roupagens. Seja no Astronauta, ou no policial, seja na literatura popular ou nos quadrinhos, esses ideais de liberdade e de coragem vão se reapresentar. E o mais interessante é a destreza com a qual a cinematografia hollywoodiana soube tratar e apresentar, assim como apresenta até hoje, esses valores.

Uma das exemplificações que acho mais interessante é justamente de um filme infantil, que por natureza visa incutir conceitos de imaginário, mas que na real está trabalhando com um imaginário já construído. É o caso da dupla Woody e Buzz Lightyear da série de filmes "Toy Story". Enquanto o primeiro é um xerife, o que representa o Estado e o único capaz de controlar um cowboy, o segundo é o cowboy no seu sentido mais amplificado, pois extrapolou toda e qualquer limitação de fronteira.

Poderia levantar ainda outros exemplos clássicos, mas gostaria de me atentar a apenas mais um que nos induz a compreender mais claramente a importância da fronteira e em como o cowboy não precisa ser agressivo ou violento, mas sim manter a sua essência mais pura. Na série Star Trek, logo na abertura, pode-se ouvir a frase: "Espaço, a fronteira final". Ressalto que é uma série de ficção científica, logo não há grande ênfase na questão física, mas sim nos embates conceituais e tecnológicos, é estranho relacioná-la aqui como exemplo. Mas o curioso é que um dos personagens centrais, quando analisado com calma, se encaixa perfeitamente no que deve ser um cowboy intelectualizado e racional.

Considerações finais

Conforme vimos, a complexidade apresentada abrange muito mais do que pude trabalhar aqui. Tenho consciência de que apenas abri algumas portas, mas são caminhos que podem ser trilhados por mim futuramente, ou serem utilizados por outros pesquisadores. Neste intuito o texto cumpre seu papel, pois trás a tona a problemática e nos confronta com algumas questões. Cabe agora ao leitor buscar mais e mais respostas.

Vendo essa discussão aberta comprehendo a importância, para os Estudos Culturais de se analisar e trabalhar com as questões do Imaginário, por serem um ponto tão nevrálgico da construção da cultura em si. Retiro desta etapa preliminar de pesquisa então reflexões que serão, sem dúvida, enriquecedoras tanto para o trabalho que estou realizando como para a minha carreira como um todo, e assim espero que também tenha contribuído para outros pesquisadores.

Tratar, portanto, o arquétipo do herói, dentro do monomito, é crucial, porém devemos nos alertar para como há a interação com a sociedade no qual se insere a representação. O

caso americano merece uma atenção especial por se tratar da cultura hegemônica, hegemonizada e hegemonizante, que se fundou principalmente durante a Guerra Fria, mas que já se apresentava nos períodos pré-guerra.

Sabemos e entendemos que essa supremacia cultural, utilizando-se de um negativismo frankfurtiano, engolfa tantas outras, assimilando e padronizando. Cabe aos pesquisadores então identificarmos esses processos e como revertê-los ou como combatê-los. Claro que não se pode compreender toda a cultura americana como negativa, mas não se pode permitir que ela se sobreponha a qualquer outra. O papel da academia não pode se restringir às salas de aula, e deve correr às ruas e às populações. Como nos indica Antonio Gramsci, devemos buscar uma intelectualidade orgânica ativa, na qual nosso conhecimento é aplicado e trabalhado também na sociedade.

Bibliografia

CAMPBELL, Joseph. *O Herói de Mil Faces*. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1995

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo : Martins Fontes, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A,1999.

MORIN, Edgar. *O cinema ou o homem imaginário: ensaios de antropologia*. Lisboa: Moraes, 1970. P. 241-261

TOCQUEVILLE, Aléxis de. *Da democracia na américa*. 9. ed. Parede, Portugal: Princípia, 2007

TOTA, A. Pedro. *O Imperialismo Sedutor - A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Cia. das Letras. 2000

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1967.

TURNER, Frederick Jackson. *The Frontier in American History*. Disponível em: <<http://xroads.virginia.edu/~Hyper/TURNER/>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

O Capitão América e os Estados Unidos após 11 De Setembro. Rodrigo Pedroso

USP
ropedroso@usp.br

INTRODUÇÃO: UMA TRAGÉDIA SEM PRECEDENTES

Na manhã de 11 de setembro de 2001, pessoas em diferentes locais do mundo pararam diante de aparelhos de TV e assistiram a um dos eventos mais chocantes já transmitidos ao vivo. Em tempo real, vimos dois aviões colidindo contra as Torres Gêmeas do *World Trade Center*, em Nova York, na sequência as torres vieram abaixo levantando uma enorme nuvem de poeira. O *World Trade Center* não foi o único local atingido em 11 de setembro, um terceiro avião colidiu contra o Pentágono e, o quarto, caiu em uma região pouco habitada da Pensilvânia (acredita-se que este teria como possível alvo a Casa Branca, mas foi derrubado antes de chegar lá).

Esses ataques resultaram na morte de aproximadamente 5 mil cidadãos norte-americanos (somando-se as vítimas no WTC, no Pentágono, na Pensilvânia e outras pessoas que morreram devido a algum dano colateral da queda das torres). A autoria desse fatídico acontecimento foi atribuída a rede internacional de terrorismo *Al-Qaeda*, liderada por Osama bin Laden. A reação quase imediata do governo norte-americano foi a declaração da chamada “Guerra ao Terror”. Isto resultou na invasão do Afeganistão, país governado pelo grupo extremista islâmico Talibã que, de acordo com os serviços de inteligência dos EUA, estava dando apoio e servindo como base de operações para a *Al-Qaeda*.

Strobe Talbott e Nayan Chanda, na introdução de sua coletânea de artigos sobre o 11 de setembro, chamam a atenção para o extenso número de vítimas que os atentados provocaram, e destacam como esse fato não possui precedentes na história dos Estados Unidos. De acordo com os autores

O 11 de setembro resultou em um número de americanos mortos quase cinco vezes maior que o de todos os incidentes terroristas das três décadas anteriores somados. A carnificina foi quase trinta vezes maior que a infligida por Timothy McVeigh, um louco local, na cidade de Oklahoma em 1995, e cerca de duas vezes maior que a provocada por trezentos bombardeiros japoneses em Pearl Harbor. Os comentaristas imediatamente evocaram aquele outro ataque relâmpago, de sessenta anos antes, como o que havia de mais próximo em termos de precedente. Na verdade, porém, não havia precedente algum. O que acontecera era algo novo sob o sol. (TALBOTT e CHANDA, 2002, p.10)

Além das mortes e dos estragos sem precedentes, os atentados de 11 de setembro também abalaram a segurança dos EUA, ou melhor, a concepção que os norte-americanos tinham sobre sua intransponível segurança geográfica. Devido a uma ausência de ataques em seu território, mesmo em períodos de guerra (como na Segunda Guerra e durante a Guerra Fria), os atentados de 11 de setembro geraram um grande sentimento de insegurança. Havia um grande clima de medo, pois não se sabia quando e se ocorreria outro ataque desse tipo. O historiador John Lewis Gaddis (2002) argumenta que os atentados fizeram com que os cidadãos norte-americanos mudassem sua ideia de segurança nacional, durante muito tempo acreditou-se que as ameaças aos Estados Unidos estavam fora do país. Porém

Após o 11 de setembro, não somente adotamos o conceito de “segurança interna” como ele tornou-se sinônimo de segurança nacional – tal é a revolução impingida às nossas ideias pelos eventos daquele dia. Assim, os americanos ingressaram em uma nova fase de sua história, na qual já não podem mais dar a sua segurança como certa: ela deixou de ser gratuita – em todos os lugares e momentos. (GADDIS, p.26, 2002)

Esse sentimento de insegurança veio acompanhado de um forte e não explícito sentimento de “vergonha”. Para Susan Faludi (2007) os atentados de 11 de setembro provocaram mais do que um trauma, eles expuseram os Estados Unidos – seu povo e seu governo principalmente – a uma vergonhosa situação, pois todos haviam falhado em proteger seu país, ninguém pode prever ou evitar os atentados. Ela afirma que:

As intrusões de 11 de setembro quebraram o ferrolho de nosso mito de proteção, a ilusão de somos mestres de nossa segurança, que nosso poder faz com que nossa pátria seja inexpugnável, que nossas famílias estão seguras no caramanchão de suas comunidades e que nossas mulheres e crianças estão seguras nos braços de seus homens. Os eventos daquela manhã nos disseram que não podemos mais depender de nossos protetores: a Casa Branca não agiu para impedir um ataque iminente, a Administração de Aviação Federal não tornou seguro nossos aeroportos e aviões, os militares não garantiram a segurança de nossos céus, os operadores do 911 não emitiram os avisos necessários, as equipes de resgate da cidade, não por culpa própria, não podiam retirar seus concidadãos do perigo – em suma, todo o edifício de segurança norte-americano falhou em fornecer um escudo. Em todos os pesadelos díspares de homens e mulheres depois de 11/09, o que acompanhou a quebra de nossa fé em nossa invencibilidade não era apenas raiva, mas o choque dessa revelação, e, com o choque, medo, desonra e vergonha. (FALUDI, 2007, p.12 tradução nossa)

Os sentimentos citados acima caracterizam o que Arthur G. Neal chama de “trauma nacional” que é uma ampliação para o coletivo do conceito de “trauma” utilizado para definir como determinados eventos chocantes afetam a vida pessoal de determinados indivíduos. De acordo com Neal um “trauma nacional” se configura quando “alguma coisa terrível, deplorável, ou anormal ocorre, e a vida social perde sua previsibilidade.” (2005, p.04, tradução nossa) As reações iniciais da população a um trauma nacional, como os ataques de 11 de setembro, apresentam em sua maioria um forte sentimento de “descrença” e

“incredulidade”. As pessoas não acreditam ou se recusam a entender o que aconteceu. Além disso, elas “se tornam indecisas sobre no que elas devem ou não acreditar.” (Ibidem) As reações imediatas da população podem variar muito, entretanto, elas frequentemente “(...) envolvem elementos de medo e um senso de vulnerabilidade.”(Ibidem)

Essas sensações evocam um “imaginário de estar vivendo em um mundo perigoso que não corresponde às necessidades e interesses pessoais.”(NEAL, 2005, p.04, tradução nossa) Criando um clima de fragilidade e tristeza generalizado, e quando essa “tristeza coletiva é acompanhada pela raiva, frequentemente desenvolve-se uma situação volátil.” (Idem, p.05) Isto afeta a vida de toda a população de diferentes maneiras e, também afeta seus sistemas sociais. Nas palavras de Arthur G. Neal:

Um trauma nacional envolve danos suficientes ao sistema social que o discurso nacional é todo direcionado para os trabalhos de reparos que devem ser realizados. A integridade da ordem social foi posta em questão, e os valores compartilhados estão ameaçados. A ruptura pode tomar a forma de uma ameaça de invasão estrangeira, ou o surgimento de conflitos rancorosos sobre valores, práticas e prioridades. Qualquer que seja sua forma, o trauma apresenta um significante e deplorável afastamento da normalidade cotidiana da vida em progresso. (Ibidem)

Assim, uma das principais tarefas que governo dos Estados Unidos tinha pela frente era como reestabelecer essa “normalidade” às vidas de seus cidadãos. E também precisava achar uma maneira de provar que seu país ainda era um local seguro, que os EUA ainda eram uma nação poderosa e que os atos cometidos não ficariam impunes. Com sua fraqueza exposta para o mundo todo, os Estados Unidos precisavam reafirmar sua supremacia perante as outras nações. Determinar os responsáveis e iniciar uma guerra contra o terrorismo internacional pode ser entendido como uma primeira resposta aos danos causados. Entretanto, para resolver todos os traumas não basta uma demonstração de força, é necessário também um momento de autorreflexão, as ações passadas e futuras dos Estados Unidos deveriam passar por uma reavaliação, para se determinar a melhor maneira de se superar esse trauma.

Essa exposição, indesejada, de suas fraquezas deveria fazer com os norte-americanos reavaliassem seu papel no mundo. Para o jornalista norte-americano Mark Hertsgaard, até o dia dos atentados a visão que grande parte da população dos Estados Unidos tinha de si mesma é a de que constituíam uma nação de “pessoas decentes, que trabalham duro, desejam o bem para o resto do mundo e fazem mais do que sua obrigação para ajudá-lo.” Que têm “orgulho de sua liberdade” e de seu “modo próspero de vida”. (HERTSGAARD, 2003, p.14) Para o autor o 11 de setembro colocou essas crenças em dúvida, e levantou as seguintes questões: se os EUA são tão bons para o resto do mundo por que eles foram atacados dessa maneira? Por que pessoas em outros países chegaram a comemorar os atentados contra os EUA? E, a grande questão exposta pela mídia norte-americana “por que eles nos odeiam?”

Ou, o que os Estados Unidos fizeram para despertar o ódio de outros povos? Hertsgaard acredita que o 11 de setembro “nos obriga a olhar nossa pátria com olhos novos – em particular, com os olhos do resto do mundo.” (2003, p.15) Entretanto, isto não ocorreu de imediato, “a reação inicial, talvez inevitável, foi militar” um exemplo evidente do “ditado de um caubói de Hollywood: ‘atirar primeiro, perguntar depois.’” (HERTSGAARD, 2003, p.22)

Com o início da “*Operation Enduring Freedom*” [Operação Liberdade Duradoura] no Afeganistão, as reflexões mais profundas foram deixadas para um segundo momento. Entretanto, mesmo durante esse período de “atirar” houve diversas vozes que se opuseram a guerra e procuraram estabelecer críticas quanto a real necessidade de invadir e dominar um pequeno e pobre país do Oriente Médio sob o pretexto de vingar as vítimas dos atentados. O trabalho de Mark Hertsgaard constitui uma dessas vozes, nele o autor procura estabelecer uma nova interpretação dos Estados Unidos e de seu papel mundial por meio da análise de depoimentos de pessoas de outros países.

Estabelecer uma interpretação crítica dos Estados Unidos pós-11 de setembro também é a preocupação do roteirista John Ney Rieber e do desenhista John Cassaday¹ que, entre junho e dezembro de 2002², produziram para a *Marvel Comics* uma “nova” série das histórias em quadrinhos (HQs) do Capitão América.

O Capitão América é um personagem de histórias em quadrinhos criado por Jack Kirby e Joe Simon durante a Segunda Guerra Mundial, precisamente em 1941. O personagem foi encomendado pela editora *Timely Comics* (posteriormente essa editora tornou-se a *Marvel Comics*) que queria um herói patriótico para combater a ameaça nazifascista, representando, defendendo e divulgando os ideais e as políticas norte-americanas predominantes no período. Ao longo de sua existência (mais de 70 anos) o personagem passou por diversas equipes criativas que introduziram diversas adaptações para mantê-lo atualizado e consumível para diversas gerações de leitores, isto faz do Capitão América um personagem inconstante. Entretanto, em suas diversas versões o Capitão

muitas vezes pensa criticamente sobre os fatos da história de seu tempo, sobre a legitimidade de comandos superiores, e como suas ações são vistas pelos outros. Seu comportamento, portanto, carrega as marcas da política e das políticas do momento. (LAWRENCE, 2009, p.01, tradução nossa)

¹ As histórias em quadrinhos norte-americanas têm sua produção subdividida, como em uma linha de montagem, além de Rieber e Cassaday a revista contou com o trabalho de: Dave Stewart (colorização), Richard Starking e Comicroft's Wes Abbot (letras); os editores dessas revistas foram Stuart Moore e Joe Quesada. Para facilitar faremos referência apenas ao nome do roteirista e do desenhista.

² No Brasil essa série foi publicada nas revistas “Marvel 2002” edições 9, 10, 11 e 12; e nas edições 3 e 4 da revista “Marvel 2003”, lançadas pela editora Pannini entre setembro e dezembro de 2002; e março e abril de 2003.

A “nova” configuração do personagem produzida por Rieber e Cassaday apresenta, de modo geral, as características citadas acima. Entretanto, esta nova configuração apresenta particularidades, que merecem uma análise aprofundada. Neste trabalho analisaremos como os autores reconfiguraram o personagem para lidar com os traumas causados pelos atentados de 11 de setembro e quais críticas eles fazem as políticas ao governo de George W. Bush e a Guerra ao Terror.

Antes de iniciar a análise das HQs faz-se necessário uma breve descrição dessa “nova” série do personagem que é composta por seis edições e, de forma resumida, o roteiro delas é o seguinte:

- Nas três primeiras edições os autores narram como ocorreram os atentados e mostram Steve Rogers (*alter ego* do Capitão América) extremamente empenhado em resgatar algum sobrevivente em meio aos escombros. O Capitão é convocado pelo Coronel Nick Fury para ir lutar no Afeganistão, mas ele se recusa. Depois quando deixa o marco zero, o Capitão salva um jovem árabe-americano de ser agredido por um homem que perdeu a filha nos atentados. Posteriormente, ainda na primeira edição, o Capitão é chamado a resolver uma situação fictícia de ataque terrorista a uma pequena cidade do interior chamada *Centerville*. O Capitão América derrota todos os inimigos e tem uma luta mortal contra o líder dos terroristas Faisal Al Tariq. O herói descobre que seus inimigos usam um dispositivo eletrônico chamado de *CATtags*³, esses dispositivo deveria ser de uso exclusivo das forças armadas norte-americanas.

- As três últimas edições da série mostram o Capitão América em busca de algumas explicações de seus superiores sobre os *CATtags*. Para encontrar suas respostas o Capitão viaja para Dresden na Alemanha, local onde os dispositivos são fabricados. Entretanto, tudo não passa de um plano para destruir o Capitão América, arquitetado pelo autointitulado “Mestre dos terroristas”. Os dois personagens entram em combate, e trocam acusações sobre quem realmente está do lado “certo” dessa Guerra ao Terror. A HQ termina com a vitória do Capitão América.

³ *CAT: Casualt Awareness Tracking*, a palavra *tag* em inglês tem o significado de algo que se prende ao pescoço como uma coleira. Assim, o termo pode ser traduzido literalmente por “coleira de gato”. Os CATtags são dispositivos eletrônicos que aparecem nas HQs desde a primeira edição da série e deveriam servir para indicar quando um soldado morre em batalha, mas na verdade fazem parte de um plano do “mestre” dos terroristas que intencionava vender milhares desses dispositivos ao Exército americano e depois usaria eles para matar todos os soldados.

O “NOVO” CAPITÃO AMÉRICA TRÁS ESPERANÇA A UMA NAÇÃO FRAGILIZADA

O primeiro elemento a ser examinado na primeira edição da “nova” revista em quadrinhos do Capitão América é sua capa. Ela é uma adaptação de uma antiga propaganda norte-americana, da década de 1940, onde o Tio Sam (*Uncle Sam*)⁴ (outra figura simbólica dos EUA) aparece de forma triunfante segurando a bandeira e, com seu característico dedo indicador apontado para frente. Nela podemos observar a presença de soldados e aviões em alusão ao poder militar dos EUA. A propaganda do Tio Sam tinha como objetivo incentivar os americanos a comprarem títulos de guerra (*war bonds*).

Essa primeira imagem que os autores nos fornecem é uma referência ao passado do personagem e dos Estados Unidos. Para Daslei Bandeira (2007) nessa referência pode-se interpretar que os autores procuraram mostrar que o Capitão América está disposto a “defender sua nação” assim como a imagem do Tio Sam evocava no passado. A imagem da capa passa uma ideia de

confiança para o público, dando uma noção de segurança demonstrando que a nação, representada pela bandeira, seria protegida tanto pelo Capitão, ícone mor, como pelo poderio bélico americano, os quais são autossuficientes para proteção e retaliação, já que os soldados representados estão em uma ação de ataque (BANDEIRA, 2007, p.51)

Outra interpretação possível para a referência a Segunda Guerra é a busca por precedentes que ajudem os Estados Unidos a terem uma noção de como devem agir nesse difícil momento. O presidente George W. Bush faz isso em um discurso ao Congresso no dia 20 de setembro de 2001:

Os americanos conheciam as guerras, mas, nos últimos 136 anos foram guerras em solo estrangeiro, com exceção de um domingo em 1941. Os americanos conheciam as baixas de guerra, mas não no centro de uma cidade grande em uma manhã pacífica. Os americanos conheciam ataques surpresa, mas nunca antes contra milhares de civis.⁵

A associação entre passado e presente, nesse caso, tem como objetivo estabelecer algum tipo de ligação entre os dois momentos. O objetivo do presidente ao estabelecer essa ligação é criar uma justificativa para que os ataques de 11 de setembro tenham a mesma

⁴Uncle Sam em inglês, suas iniciais são as mesmas de *United States: U.S.* É um personagem fictício, baseado em uma personagem real, o comerciante de carne chamado Sam Wilson, que durante a Guerra de 1812 (guerra entre EUA e o Reino Unido que pretendia recuperar suas colônias) vendia suprimentos ao governo. Alguns soldados passaram a associar o *U.S.* nas caixas de suprimentos ao nome de Sam Wilson, que era chamado por todos de *Uncle Sam*. Assim com o passar dos anos a imagem do *Uncle Sam* se popularizou e passou a ser associada com o Exército e o Governo norte-americano. E durante a Primeira Guerra Mundial, nos traços do artista James Montgomery Flagg, o personagem adquiriu suas caracterização mais conhecida, de um senhor com cavanhaque e cabelos brancos, vestindo um traje com as cores da bandeira e usando uma cartola. Para mais informações sobre o Tio Sam recomendamos a leitura do artigo de Ruth Miller: “*Stuck or Star-struck with Uncle Sam?*”. Disponível em: <http://amstudies.byu.edu/static/documents/org/1185.pdf>

⁵“Americans have known wars, but for the past 136 years they have been wars on foreign soil, except for one Sunday in 1941. Americans have known the casualties of war, but not at the center of a great city on a peaceful morning. Americans have known surprise attacks, but never before on thousands of civilians.” (Tradução nossa). Discurso disponível em: <<http://www.historyplace.com/speeches/gw-bush-9-11.htm>> Acesso em: 26 de agosto de 2013.

resposta que o ataque à base de Pearl Harbor. No caso da capa da HQ, a ligação entre os dois momentos históricos reflete ideias diferentes das propostas pelo discurso presidencial, porém elas só são percebidas a partir da leitura do conteúdo das HQs.

A primeira página dessa primeira edição faz uma breve referência a como os aviões foram sequestrados pelos terroristas que, segundo a versão oficial divulgada, se utilizaram de estiletes para redorar os tripulantes e os passageiros das aeronaves. Na sequência os autores apresentam duas páginas onde vemos o que podemos considerar um grupo de pessoas (provavelmente terroristas) que comemoram ao ouvir a notícia de que os atentados deram “certo”, no centro deles aos poucos se revela uma figura que podemos associar a Osama bin Laden, o líder da *Al-Qaeda*, que assumiu a responsabilidade pelo ato terrorista contra os EUA em 2001.

Nestas páginas os autores procuraram mostram que nem todos ficaram tristes com o ocorrido, os idealizadores dos atentados comemoram e “agradecem a Deus pelo sangue que mancha suas mãos”⁶. Além disso, como afirma Jason Dittmer (2005) “Essas páginas estabelecem uma clara dicotomia entre os que estavam dentro e o que estão fora, viajantes inocentes e desavisados em um voo doméstico, e um invasor estrangeiro distante.” (p.637, tradução nossa)

Nas páginas seguintes nos é apresentado uma silueta em meio à poeira e aos escombros das Torres Gêmeas. Os quadros apresentam o seguinte texto: “Oh, Deus... Como isso foi acontecer aqui? Temos que ser fortes. Mais fortes do que nunca. Se perdermos a esperança aqui... Enterrarmos nossa fé nessas trevas... Então nada mais importará. Eles terão vencido.”⁷ A silueta é de Steve Rogers, o Capitão América, que está empunhando todas suas forças para tentar retirar algum sobrevivente do meio dos escombros.

A fala inicial do Capitão América demonstra o quanto ele está assustado com o ocorrido. E assim como todos em seu país, Steve Rogers não foi capaz de assimilar o que ocorreu e busca apoio em sua fé. Evidenciando que ele assim como muitos norte-americanos tinham uma grande fé na inviolabilidade de seu território, os Estados Unidos deveriam ser um local livre de tais atrocidades. Entretanto, as pessoas não devem perder sua fé, não podem desistir e deixar de acreditar, a esperança é a principal mensagem transmitida nessas páginas iniciais da HQ. Os autores fazem um apelo a que todos os norte-americanos “sejam mais fortes do que nunca”, por pior que seja a situação eles não devem perder sua esperança, caso

⁶“They praise God for the blood that stains their hands.” (Tradução nossa) Captain America nº 1 p.05, jun. de 2002.

⁷“Oh, God... How could this happen here? We've got to be strong. Stronger than we've ever been. If we loose hope here... Bury our faith in this darkness...Then nothing else matters. They've won.” (Tradução nossa) Captain America nº1, p.6 e 8, jun. 2002.

contrário os inimigos “terão vencido”. A HQ também oferece dois pontos de vista distintos sobre a fé. Primeiramente ela mostra que a fé dos responsáveis pelos atentados permite que eles comemorem a morte de milhares de pessoas. Já a fé do Capitão América fornece subsídios para que o sofrimento provocado pelos atentados seja superado. A fé em Deus é uma das fontes da esperança do personagem, e consequentemente do povo que ele representa, enquanto a fé dos terroristas fornece uma justificativa para seus atos.

No decorrer da HQ evidencia-se que o Capitão América é representado com um forte sentimento de culpa. Culpa por não ter conseguido evitar os atentados e por não ter conseguido chegar a tempo para salvar algumas vidas. Enquanto procura por sobreviventes, o Capitão torce para que não seja “tarde demais”, e quando uma das pessoas que trabalha com ele no resgate pergunta “Onde você estava? Quando...”; o Capitão com a cabeça abaixada diz: “Eu não estava aqui.”⁸ Além de tristeza e culpa o quadrinho transmite um sentimento de vergonha e frustração. O grande herói dos Estados Unidos não conseguiu fazer nada para evitar os atentados e pouco está conseguindo fazer para retirar alguém com vida dos escombros.

A frustração foi um sentimento compartilhado por todos os bombeiros, policiais e voluntários que trabalharam no resgate de sobreviventes. De acordo com Susan Faludi (2007, p.52 e 53) pessoas de diversas localidades dos EUA se mobilizaram e foram para Nova York ajudar de alguma maneira, houve um grande número de doações de sangue e medicamentos. Entretanto, nada disso foi usado, pois “não havia ninguém para ser resgatado”. Citando o depoimento de um voluntário: “Há somente partes de corpos. Fomos lá apenas para recolher partes de corpos.” E “o desânimo e a humilhação induzida por essa falta de propósito eventualmente se instalou em todos que estavam no marco zero (...).” (FALUDI, 2007, p. 53, tradução nossa)

Mesmo desanimado e triste o Capitão América não deixa de ter esperança de retirar alguém com vida do meio dos escombros. Além disso, em um diálogo posterior com seu colega de trabalho, o Capitão pergunta se ele tem visto os noticiários, e se já sabem quem foi o responsável pelos atentados. O voluntário responde: “Ah, sabem... mas, ainda o estão chamando de suspeito. Dizem que ainda não têm evidências. Que querem ter certeza.” E o Capitão diz: “Nós temos que ter certeza. Isto é guerra.”⁹ Nesse diálogo percebe-se que os autores acreditam que antes de iniciar uma guerra é necessário ter

⁸“Where were you? When...” Capitão América: “I wasn’t here.” (Tradução nossa) Captain America nº 1 p.12, jun. de 2002.

⁹**Voluntário:** “Oh, they know...But they’re still calling him a suspect. They say there’s no evidence yet. They say they want to be sure”./**Capitão:** “We have to be sure. This is war” (Tradução nossa) Captain America nº1, p.14, jun. 2002.

certeza de quem foi o responsável pelos ataques. Com relação a essa parte da HQ Dittmer diz que ela apresenta duas mensagens interessantes sobre a Guerra ao Terror:

A primeira, eles estabelecem que a guerra não é uma escolha; é uma condição que foi imposta à América. (...) E a segunda coisa interessante sobre esse excerto é que enquanto o diálogo se desenvolve, a ação, é vista da perspectiva da terceira pessoa, vê-se Rogers e o voluntário cobrindo o cadáver. Nas falas finais, “Nós temos que ter certeza. Isto é guerra”, nos é dada a perspectiva do cadáver, olhando para Rogers. Em uma guerra entre a América e os terroristas, não há ilusão de qual lado o leitor está. O leitor é colocado subjetivamente no lugar das vítimas no World Trade Center (...) (DITTMER, 2005, p.638, tradução nossa)

Apesar de acreditar que os ataques aos Estados Unidos não podem ficar impunes ao longo da narrativa o Capitão América é representado com uma postura antibélica. Essa postura do personagem é expressa quando os autores introduzem um importante personagem das HQs do Capitão América, seu comandante o Coronel Nicholas Joseph Fury, mais conhecido como Nick Fury¹⁰. Este vai atrás do Capitão América, pois precisa dele em Kandahar, no Afeganistão. Fury dá ordens ao Capitão, todavia ele não o obedece criando um momento de tensão entre eles, quando Fury tenta impor sua autoridade e o Capitão resiste, pega o Coronel pela gola do casaco e o lança sobre um monte de entulho dizendo: “Você precisa de mim? Olhe a sua volta. Eles precisam de mim. Aqueles que podem ter apenas cinco minutos de ar ou sangue antes de morrer.”¹¹ Sem poder fazer frente à força do Capitão América, Fury vai embora e deixa o herói ajudando as vítimas. Ao desafiar seu superior percebemos que o Capitão América optou por ficar do lado do povo (das vítimas) e não do lado do governo americano (representado por Nick Fury). Há uma estrutura militar na ação do super-herói, mas ela se mescla a um compromisso com outros cidadãos, desrespeitando a hierarquia de uma forma que, sabemos, jamais seria tolerada na caserna. É possível pensar também numa sutil diferença entre sociedade civil e aparelho de estado, com a solidariedade entre cidadãos priorizada.

Essa solidariedade do personagem e a opção por não ir lutar no Afeganistão são acompanhadas por um discurso contra o ódio. Isso fica evidente no momento em que o Capitão encontra com um jovem árabe-americano saindo de seu emprego em um mercado. Steve adverte o jovem que ele não deveria estar andando sozinho pelas ruas tão tarde, na mesma cena podemos perceber um grupo de homens seguindo o jovem. Ao ser advertido, o jovem diz: “Eu moro aqui. Meu

¹⁰Criado em 1963 por Stan Lee e Jack Kirby, a princípio era apenas sargento de um destacamento militar durante a Segunda Guerra Mundial, suas aventuras foram publicadas na revista *Sgt. Fury and his Howling Commandos* entre 1963 e 1981. No decorrer dos anos, no mundo dos quadrinhos, ele adquiriu a patente de Coronel e se tornou chefe de uma superagência de espionagem do governo americano a S.H.I.E.L.D.

¹¹“You need me? Look around. They need me. The ones who might have five minutes of breath or blood left before they die.” (Tradução nossa) Captain America nº1, p.19, jun. 2002.

nome é Samir, não **Osama**. Meu pai nasceu nesta rua...”¹² – evidência de que existe uma comunidade árabe-americana alheia ao terrorismo.

Na sequência, o jovem Samir é atacado por um dos homens que o estavam seguindo. O homem acusa Samir de ter “matado Jenny”. O ataque do homem é impedido pelo repentina aparição do escudo do Capitão América, novamente o herói diz que os americanos devem ser mais fortes do que nunca, senão os inimigos “terão vencido”.

Aqui, percebemos que os autores procuraram estabelecer uma crítica a ações movidas por um ódio cego que, em vez de ajudar os americanos, estava prejudicando e enfraquecendo todos. E, na visão deles, esta é a vontade do inimigo. Essa parte da HQ está em consonância com outro trecho de seu discurso George W. Bush, no qual ele diz que: “O inimigo da América não são nossos amigos muçulmanos. Nossos amigos árabes. Nossa inimigo é uma rede terrorista radical e todos os governos que os apoiam.”¹³(BUSH, 2001)

Agressões contra membros da comunidade árabe-americano e mulçumanos foram recorrentes na agitação que se seguiu aos atentados. As declarações feitas pelo presidente não foram suficientes para conter a onda de violência, também foi necessário que o Congresso norte-americano emitisse, em 26 de setembro de 2001, a “Resolução Anti-intolerância” (H. Con. Res. 227), documento no qual afirmavam que:

Considera-se que todas as comunidades árabe, sul-asiáticas e mulçumano-americanas são uma parte vital da nação, (...) Levando em consideração as ameaças de vingança e incidentes de violência que já ocorreram contra americanos patrióticos, cumpridores da lei descendentes de sul-asiáticos e árabes (...) e seguidores da fé Islâmica. O Congresso (1) declara que, na busca de identificar, levar à justiça, e punir os responsáveis e patrocinadores dos ataques terroristas contra os Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, que os direitos civis e as liberdades civis de todos os americanos, incluindo Árabe-americanos, os muçulmano-americanos e norte-americanos de Sul da Ásia, devem ser protegidos, e (2) condena qualquer ato de violência e discriminação contra qualquer americano, incluindo árabe-americanos, os muçulmanos americanos, e os americanos do sul da Ásia.¹⁴

¹² “I live here. My name’s Samir not Osama. And my father was born on this street...” (Tradução nossa) Captain America nº1, p.25, jun. 2002.

¹³“The enemy of America is not our many Muslim friends. It is not our many Arab friends. Our enemy is a radical network of terrorists and every government that supports them.” (Tradução nossa)

¹⁴“Whereas the Arab-American, South Asian-American, and American Muslim communities are a vital part of our nation; (...)Whereas vengeful threats and incidents of violence directed at law-abiding, patriotic Americans of Arab or South Asian descent, particularly the Sikh community, and adherents of the Islamic faith have already occurred: Now, therefore, be it Resolved by the House of Representatives (the Senate concurring), That the Congress (1) declares that in the quest to identify, bring to justice, and punish the perpetrators and sponsors of the terrorist attacks on the United States on September 11, 2001, that the civil rights and civil liberties of all Americans, including Arab Americans, American Muslims and Americans from South Asia, should be protected; and (2) condemns any acts of violence or discrimination against any Americans, including Arab Americans, American Muslims, and Americans from South Asia.” (Tradução nossa)

Nesse ponto nota-se que os autores da HQ procuraram transmitir a mesma mensagem de tolerância e união. Para vencer seus inimigos, “eles” (todos os Americanos) devem ser fortes e unidos como “povo e nação”, eles têm que ser a “América”. Aqui, surge uma importante questão: o que significaria ser a América?

Essa questão é parcialmente respondida no decorrer da narrativa, o Capitão América, ao conversar com o homem que atacou Samir, descobre que ele perdeu a filha no atentado e estava sedento por “justiça”, o Capitão diz que “isto não é justiça. Somos melhores que isso. Guarde sua raiva para o inimigo.”¹⁵ Na página seguinte, o Capitão deixa os homens conversando e segue pensando: “Nós vamos superar isto. Nós o povo. Unidos por um poder que nenhum inimigo da liberdade poderia entender.”¹⁶

De acordo com Dittmer:

Enquanto a intervenção do Capitão América demonstra o comprometimento da América com o multiculturalismo e a justiça, seu monólogo interior não serve apenas como uma proscrição para o comportamento dos americanos e também como uma afirmação do poder militar americano, mas simultaneamente constrói a identidade tanto da América quanto dos terroristas como partes de uma dicotomia entre os que amam a liberdade e os que odeiam a liberdade que exclui outras possibilidades. (2005, p.638, tradução nossa)

Essa diferenciação também é feita pelo presidente Bush, em outra parte do discurso citado acima, ao explicar por que os terroristas odeiam os EUA ele diz que:

Eles odeiam o que o veem bem aqui nessa Câmara: um governo democraticamente eleito. Os líderes deles são autodesignados. Eles odeiam nossas liberdades: nossa liberdade religiosa, nossa liberdade de expressão, nossa liberdade de votar e de reunir-se e de discordar uns dos outros.¹⁷

Definir de forma precisa a identidade nacional dos Estados Unidos é uma tarefa bem difícil, a qual não é o objetivo deste trabalho, entretanto os autores da HQ e o discurso presidencial fornecem algumas interpretações dessa identidade. Em ambos os Estados Unidos e seu povo são definidos como amantes da democracia e da liberdade, já seus inimigos “odeiam” ou, no mínimo, “não entendem” esses conceitos.

¹⁵“This isn’t justice. We’re better than this. Save your anger for the enemy.” (Tradução nossa) Captain America nº1, p.30, jun. 2002.

¹⁶“We’re going to make it through this. We the people. United by a power that no enemy of freedom could begin to understand.” (Tradução nossa) Captain America nº1, p.32, jun. 2002.

¹⁷“They hate what they see right here in this chamber: a democratically elected government. Their leaders are self-appointed. They hate our freedoms: our freedom of religion, our freedom of speech, our freedom to vote and assemble and disagree with each other.” (Tradução nossa)

A “Liberdade” é apresentada como um conceito que caracteriza os norte-americanos. De acordo com o historiador Eric Foner “nenhuma ideia é mais fundamental para os americanos compreenderem a si mesmos como indivíduos e como nação do que a liberdade.” (1999, p.xiii, tradução nossa). Para Foner

(...) a liberdade não incorpora apenas uma ideia, mas um complexo de valores, o empenho em definir seus significados é simultaneamente uma discussão intelectual, social, econômica e política. Uma ideia moralmente carregada, a liberdade tem sido usada para transmitir e reivindicar legitimidade para todos os tipos de queixas e esperanças, temores sobre o presente e visões do futuro. Liberdade é um dos mais velhos clichês e uma das mais modernas aspirações. Em vários tempos de nossa história ela serviu como um “ideal de protesto” e como uma justificativa do status quo. Liberdade ajuda a manter nossa cultura unida e expõe as contradições entre o que a América pretende ser e o que ela verdadeiramente é. (1999, p. xv e xvi, tradução nossa)

São essas contradições que John Ney Rieber, o roteirista dessa série, se propôs a discutir com na HQ, nas palavras dele: “Eu acredito que ele [o Capitão América] considera a história da nação como uma luta entre o Sonho Americano e a Realidade Americana”.¹⁸ O “Sonho Americano” é outro elemento que a HQ aponta como caracterizador da sociedade americana. No momento vamos nos ater a como os autores apresentaram as contradições da sociedade norte-americana pós-11 de setembro.

Bush afirma que os terroristas teriam raiva das liberdades e do governo democrático dos Estados Unidos. E é por isso:

Estes terroristas matam não apenas para acabar com vidas, mas para desorganizar e acabar com um modo de vida. Com cada atrocidade, eles esperam que a América cresça apavorada, que se afaste do mundo, e abandonando nossos amigos. Eles estão contra nós, porque estamos em seu caminho¹⁹. (BUSH, 2001)

Nessa parte do discurso, notamos que os EUA são caracterizados como um país de valores democráticos, onde seu povo goza de diversas liberdades, e isso é um fato que desperta o ódio de seus inimigos, pois esse “modo de vida” é como se fosse um inimigo “natural” das ideologias dos terroristas, as quais, do ponto de vista de Bush, são comparáveis à dos nazifascistas, que também “sacrificam vidas humanas para servirem a sua visão radical, abandonado todos os valores exceto a

¹⁸“I believe that he considers the history of the nation as a struggle between the American dream and the American reality.” (Tradução nossa) Entrevista disponível em:< <http://www.buzzcomics.net/archive/index.php/t-498.html> > Acesso em: 23/01/2013

¹⁹“These terrorists kill not merely to end lives, but to disrupt and end a way of life. With every atrocity, they hope that America grows fearful, retreating from the world and forsaking our friends. They stand against us because we stand in their way.” (Tradução nossa)

busca pelo poder. (...) E eles seguirão por esse caminho até terminarem numa sepultura anônima da história das mentiras descartadas.”²⁰ (BUSH, 2001)

Percebe-se nessa exposição a existência de uma grande ênfase na comparação dos valores (ideologia) dos EUA que, no entendimento do presidente Bush, seriam “melhores” do que os dos terroristas e de seus similares no passado. Ademais, ao fazer a comparação entre terrorismo islâmico e nazifascismo, tem-se a construção de um forte argumento para legitimar a Guerra ao Terror, que, desse ponto de vista, seria tão indispensável quanto foi a ação dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial. Além disso, a fala do presidente dá a entender que os EUA não têm nenhuma culpa pelo o que ocorreu, a ação dos terroristas foi motivada simplesmente por esse ódio sem motivo aos americanos e a tudo que eles representam. Isso fica evidente nas últimas palavras proferidas por Bush em seu discurso:

O decurso deste conflito não é conhecido, mas seu resultado é certo. Liberdade e medo, justiça e残酷, sempre estiveram em guerra, e nos sabemos que Deus não é neutro entre eles. Concidãos nós vamos enfrentar violência com justiça paciente, certos da retidão de nossa causa e confiantes na vitória que virá. Em tudo que está diante de nós, que Deus nos dê sabedoria, e que ele possa dar assistência aos Estados Unidos da América²¹. (BUSH, 2001)

Nota-se que há uma forte visão maniqueísta na tentativa de delimitar o papel que o povo americano e as outras nações do mundo deveriam ter nessa guerra. Nela, os EUA e seu povo estariam do lado do “Bem” (da liberdade, da igualdade, da tolerância e de Deus). Já quem não estivesse disposto a ajudar nessa batalha, estaria do lado dos terroristas ou do lado do “Mal”.

Nas HQs os autores expressam uma opinião diferente da do presidente. A ideia de inocência dos Estados Unidos é questionada. Isso ocorre a partir da terceira edição da série, quando o terrorista Al-Tariq está mantendo todas as pessoas da cidade de *Centerville* presas na igreja e explica o porquê de ter escolhido eles como suas vítimas:

Alguns de vocês devem estar **perguntando** ao seu Deus. **Por que irão morrer hoje**. Alguns de vocês **sabem**. Aqueles que trabalham na **fábrica de bombas**. Na periferia dessa **pacífica cidade**. Hoje, vocês vão aprender o significado de... Quem semeia **vento** colhe **tempestade**.²²

²⁰“By sacrificing human life to serve their radical visions, by abandoning every value except the will to power, they follow in the path of fascism, Nazism and totalitarianism. And they will follow that path all the way to where it ends in history's unmarked grave of discarded lies.” (Tradução nossa)

²¹“The course of this conflict is not known, yet its outcome is certain. Freedom and fear, justice and cruelty, have always been at war, and we know that God is not neutral between them. Fellow citizens, we'll meet violence with patient justice, assured of the rightness of our cause and confident of the victories to come. In all that lies before us, may God grant us wisdom, and may he watch over the United States of America.” (Tradução nossa)

²²“Some of you are **asking** your God. **Why** you will **die today**. Some of you **know**. Those of you who work at the **bomb manufacturing facility**. At the edge of this **peaceful town**. Today you learn what **means**...to sow the **wind**. And reap the **whirlwind**.” (Tradução nossa) Captain America nº3, p.03, ago. 2002.

Punir a população dessa cidade que fabrica bombas é uma das motivações de Al-Tariq. Enquanto isso ocorre o Capitão América é obrigado a lutar contra um grupo de garotos – usando roupas estereotipadas de árabes (panos enrolados na cabeça que deixam só os olhos a mostra) – e que obedecem às ordens de Al-Tariq. O Capitão procura se esquivar dos ataques dos garotos, pois ele não quer lutar contra crianças, diz: “Imobilize-os. Aqui é a América... nós não fazemos guerra... com crianças.”²³

Al-Tariq responde a essa afirmação da seguinte maneira: “Não? Então americano conte as nossas crianças. Quem semeou a morte em seus campos... e deixou para que inocentes a colhessem? Quem arrancou suas mãos? Seus pés?”²⁴. Nessa parte, é mostrado que no lugar de mãos e pés os garotos usam próteses metálicas e, nos dois últimos quadros, vemos os garotos “mutilados” encarando o Capitão, que demonstra estar surpreso com essa revelação. O personagem, como cidadão americano, revela ignorar essa dura experiência do inimigo, que talvez até o espante. Será aquilo também obra de seu povo?

Isso faz com que o Capitão América reflita sobre o perigo de minas terrestres e granadas que “sobrevivem às guerras”, que afetam muitos inocentes em vários locais. O Capitão esboça uma grande preocupação com isso, mas deixa claro que isso é uma luta para outro momento, pois ele deve concentrar-se em sua missão de resgate e diz a si mesmo: “Mantenha o foco, soldado. Você só pode lutar uma batalha por vez... e sua batalha é aqui.”²⁵

Na sequência o herói tenta se desvencilhar dos garotos, um deles o ataca por trás com uma faca, enquanto outro mostra ao herói que está carregando granadas presas ao peito e as detona. O Capitão se jogando para cima do garoto que o atacava com a faca para protegê-lo da explosão. Após ser “salvo” pelo Capitão (que absorveu boa parte da explosão com seu corpo), o garoto diz: “Você... Al-Tariq mentiu? Você não é o inimigo...”²⁶ Ele diz para o garoto que nem ele, nem as pessoas que estão feitas reféns, são seus inimigos, e vai à igreja, porém o garoto o detém dizendo: “se você for lá ajudá-los... todos vão morrer.”²⁷ Há sinais de desconhecimento e descoberta recíprocos, a narração apresenta um mundo obscuro para seres que se consideram inimigos, mas descobrem fragmentos de valores em comum. O inimigo, portanto, pode ser mais que isso – talvez apenas outro ser humano com potencialidades e perplexidades.

²³“Call them off. This is **America**...We don’t make **war**...on **children**.” (Tradução nossa) Captain America nº3, p.05, ago. 2002.

²⁴“No? Tell our children then American... who sowed death in their fields... and left it for the innocent to harvest? Who took their hands? Their feet?” (Tradução nossa) Captain America nº3, p.06, ago. 2002.

²⁵“Focus, soldier. You can only fight one battle at a time...And you battle is here.” (Tradução nossa) Captain America nº3, p.08, ago. 2002.

²⁶“You... Did Al-Tariq lie? You are not the enemy...” (Tradução nossa) Captain America nº3, p.13, ago. 2002.

²⁷“If you go to them. To help them...you all die.” (Tradução nossa) Captain America nº3, p.14, ago. 2002.

Dentro da igreja vemos uma cena em que uma mulher questiona seu marido: “É assim que você alimenta nosso bebê? Com bombas? Fazendo bombas?”²⁸. Ele nega e diz que eles só fazem “componentes” de bombas. Aqui se percebe que o homem procura negar que produza armas letais, dizendo fazer apenas componentes delas, pois para ele isso seria algo melhor do que produzir bombas completas. Nesse sentido, os argumentos dos terroristas revelam alguma dose de verdade, embora sua ação seja radicalmente rejeitada pela narração.

No decorrer da HQ os autores apresentam um interessante diálogo entre o terrorista Faysal Al-Tariq e a repórter, Jessica Seldon, que está fazendo a cobertura do incidente em *Centerville*. Ela apresenta Al-Tariq como líder dos terroristas, ele nega isso e, enquanto aponta uma arma, diz que não é um terrorista é só “um mensageiro”. Dirigindo-se ao povo norte-americano através das câmeras de TV ele diz: “estou aqui para lhes mostrar a verdade da guerra. Vocês são os terroristas!”²⁹.

Ao mesmo tempo em que isso ocorre o Capitão América está abrindo caminho por entre seus inimigos para chegar até a igreja, e faz algumas reflexões sobre o que é a guerra: “A guerra é o inferno... quando o campo de batalha não lhe dá alternativas. (...) Quando o inimigo não lhe deixa escolha.”³⁰ Aqui, os pensamentos do herói servem como uma justificativa pela necessidade de ter que tirar a vida de seus oponentes, afinal eles não lhe deram alternativa.

Depois ele questiona por qual razão os Estados Unidos são “odiados”: “Somos odiados simplesmente por sermos livres... Livres, prósperos e bons? Ou a luz que vemos lança sombras que não vemos... Onde monstros como esse Al-Tariq podem plantar as sementes do ódio?”

Essa fala do herói apresenta-se como uma crítica a fala do presidente Bush. Simultaneamente, Al-Tariq segue “discursando” contra os Estados Unidos: “Quando americanos inocentes morrem... é uma atrocidade. Mas, quando nós morremos... somos “danos colaterais”!”³¹ Em meio a essa fala de Al-Tariq, vemos o Capitão derrubando mais oponentes, pensando nas perguntas que acabou de formular e concluindo que no momento elas “não importam, nada importa... exceto as pessoas”. Quais pessoas? A resposta parece ser: os nossos!

Nesse momento o Capitão salta do prédio onde ele estava no exato instante em que Al-Tariq diz que “Quando americanos morrem deve ser feita justiça...”; ele é interrompido pelo herói que grita

²⁸“This how you feed our baby? Whit bombs? You make bombs?”/“No! Components...We make components.” (Tradução nossa) Captain America nº3, p.16, ago. 2002.

²⁹“I am a Messenger... here to show you the truth of war. You are the terrorists!” (Tradução nossa) Captain America nº3, p.20, ago. 2002.

³⁰“War is hell... When battlefield gives you no alternative. When the enemy leaves no choose.” (Tradução nossa) Captain America nº3, p.21, ago. 2002.

³¹O texto original é o seguinte: **Capitão America** – “Are we only hated because we’re free... Free, prosperous and good? Or does the light that we see cast shadows that we don’t... Where monsters like this Al-Tariq can plant the seed of hate?/ **Al-Tariq** – “When innocent Americans die is an atrocity. But when we die... we are “collateral damages.”” (Tradução nossa) Captain America nº3, p.22, ago. 2002.

“Não! Não quando nós morremos. Enquanto estamos vivos!”. Dizendo esta última frase o Capitão arremessa seu escudo contra Al-Tariq. Mesmo derrubado pelo escudo, Al-Tariq tenta alcançar o detonador, dizendo: “É bom que esteja aqui para saborear esta justiça... Americano.”³² Agora, o Capitão tem apenas uma chance para deter Al-Tariq e salvar os reféns. Ele segura a mão de Al-Tariq, impedindo-o de apertar o botão do detonador, e o ataca violentamente. E a batalha termina com a morte de Al-Tariq.

O Capitão América pede para a repórter dizer às pessoas que estão na igreja que já podem sair, pois está tudo em segurança. Finalizando essa edição vemos o Capitão em frente à câmera de TV dando um importante depoimento ao “povo”:

De onde estou... Eu não vejo guerra. Vejo ódio. Vejo homens, mulheres e crianças morrendo... Porque o ódio é cego. Cego o suficiente... Para responsabilizar uma nação inteira pelas ações de um só homem. Eu não posso fazer parte disso. Depois do que vi hoje. A America não matou Faysal Al-Tariq. Eu matei.”³³

Nesse momento ele tira a máscara e revela sua identidade secreta a todos. Ao fazer isso o Capitão América assume a culpa e as consequências de seus atos, como indivíduo. A culpa é dele, e ele é que deve sofrer pelo que fez não o povo de seu país, nesse momento renega sua função de símbolo representante dos EUA, e com isso espera evitar que mais mortes ocorram. Revelar sua identidade é um ato de autossacrifício, a mensagem é clara, nenhum povo deve ser castigado pelas ações de seus líderes.

As críticas e os questionamentos expostos pelos autores das HQs, de certa forma, fazem parte das discussões que ocorreram nos Estados Unidos após os atentados e o início da Guerra ao Terror. São um aprofundamento das questões expostas no discurso do presidente de Bush, somadas ao questionamento de quais seriam as reais intenções dessa nova guerra e que papel os EUA deveriam ter diante dessa crise.

O historiador Mike Davis (2008), em um artigo intitulado “O fim da excepcionalidade norte-americana”³⁴, discute como os dois lados dessa “guerra” (EUA e extremistas islâmicos) trocam acusações, nas quais, de alguma maneira, cada lado procura justificar seus atos de violência com outros atos de violência. Davis procura evidenciar como esse tipo de ação não é benéfico para

³² O texto original, na ordem que citamos, é o seguinte:**Al-Tariq** – “When Americans die there must be justice...”/ **Capitão América** – “No! Not when we die. While we live!”/ **Al-Tariq** – “Hah! It is good that you are here. To taste this justice... American.” (Tradução nossa) Captain America nº3, p.24 e 25, ago. 2002.

³³ “Where I stand... I don’t see war. I see hate. I see men and women and children dying... Because hate is blind. Blind enough... To hold a nation accountable for the actions of a man. I can’t be part of that. After I’ve seen today. America didn’t kill Faysal Al-Tariq. I did.” (Tradução nossa) Captain America nº3, p.30 a 32, ago. 2002.

³⁴ Esse artigo saiu originalmente em setembro de 2001 em uma “aula de protesto na Universidade estadual de Nova York”.

nenhuma das partes envolvidas. Além disso, faz importantes críticas à ação dos EUA no “mundo muçulmano”, que ele classifica como “antidemocráticas e criminosas” (2008, p.24), mas a população dos EUA não pode nem deve ser responsabilizada pela ação de seus governantes – como vimos, essa é uma das reflexões que a HQ do Capitão América levanta –; do mesmo modo; a população do Afeganistão também não deve sofrer, ainda mais, pelo apoio que seus governantes dão à Al-Qaeda. Apesar de terem cometido muitas “atrocidades” condenáveis em diversos momentos e locais, Davis diz que não está acusando, os Estados Unidos de serem

o principal promotor de todo o mal e toda a desigualdade no mundo muçulmano, a personificação do “Grande Satã” evocado nas preces fundamentalistas. Não, as reacionárias classes dominantes locais são, em última instância, os maiores inimigos da democracia, do feminismo, dos direitos das minorias e da justiça social no mundo árabe e, de modo mais geral, no islâmico. O imperialismo britânico, francês e soviético da era Brejnev, ao lado de Israel, também ajudaram a roubar os sonhos das populações árabes. (2008, p.25)

Assim, constata-se que Mike Davis procurou dividir a “culpa” da atual (ou responsabilidade pela) situação do “mundo muçulmano” entre diferentes agentes históricos que ao longo do tempo tem agido na região.

Em uma entrevista concedida em 19 de setembro de 2001³⁵, Noam Chomsky, na mesma linha argumentativa de Mike Davis, afirma que os atentados de 11 de setembro foram “algo inteiramente novo na política mundial, não em sua dimensão ou caráter, mas em relação ao alvo atingido.” (p.11 e 12) Segundo ele, ao longo de anos, os EUA e os países europeus, de modo geral, vêm praticando atos de violência para impor seus interesses em diversas partes do mundo, gerando um grande número de vítimas. Mas, com o 11 de setembro, pela primeira vez, essa violência voltou-se contra os EUA, ou, nas palavras de Chomsky, “as armas voltaram-se contra nós. Foi uma mudança dramática” (2002, p.12)

Chomsky reafirma que essa “mudança dramática” foi alimentada pelas ações passadas dos EUA (bem como de seus antecessores europeus) na região do Oriente Próximo, que geraram um forte ressentimento contra qualquer coisa que fosse de origem americana. Sendo assim, a Guerra ao Terror, juntamente com outras medidas propostas para lidar com a crise, tendem a intensificar o ressentimento e o ódio contra o Ocidente. Além disso, ele diz que essa Guerra ao Terrorismo

é simplesmente uma boa dose a mais de propaganda, a não ser que a guerra tenha como alvo, de fato, o terrorismo. Mas não é o que está ocorrendo, pelo menos não sem subterfúgios, já que as potências ocidentais não poderiam assumir suas próprias definições do termo, como no U.S. Code³⁶ ou nos manuais do Exército. Se o fizessem, isso revelaria de imediato que os Estados

³⁵Publicada no Brasil em 2002, juntamente com outras entrevistas, no livro “11 de setembro”.

³⁶Segundo esse documento citado por Chomsky “ato de terrorismo quer dizer qualquer atividade que a) envolva um ato violento ou uma séria ameaça à vida humana que seja considerado delito pelos Estados Unidos ou

Unidos são um Estado líder do terrorismo, assim como os países que se constituem seus principais aliados. (CHOMSKY, 2002, p.17)

Essa acusação feita por Chomsky vai ao encontro de uma declaração feita pelo personagem Al-Tariq na terceira edição da revista do Capitão América (p.20) citada acima, mas diferentemente do personagem dos quadrinhos, Chomsky não acredita em nem defende os atos terroristas praticados contra os EUA como sendo a melhor forma de resolver todos os problemas causados por anos de dominação imperialista. Seu objetivo é expor pontos importantes que deveriam ser discutidos pela opinião publica e pelos meios de comunicação norte-americana, e poderiam levar à escolha de ações menos violentas e precipitadas do que foi a invasão do Afeganistão.

As opiniões de Davis e Chomsky têm um tom anti-imperialista evidente e, em linhas gerais, propõem que a atual ação norte-americana no Oriente Médio (e no mundo de modo geral) seja reavaliada, em busca de soluções pacíficas e mais humanas para os conflitos.

Contrapondo-se a essa visão anti-imperialista, o historiador britânico Niall Ferguson afirma que a solução para a crise gerada pelos atentados de 11 de setembro está na criação de um “império formal” norte-americano. Para Ferguson,

Os EUA precisam empenhar-se mais para impor a ordem nos estados delinquentes. A ideia de invadir um país, depor seus ditadores e impor à força respeito à lei costuma ser desprezada por ser incompatível com os valores americanos. Um argumento frequente é que os Estados Unidos jamais poderiam envolver-se no tipo de dominação imperial aberta praticada pela Inglaterra no século XIX. Contudo, as pessoas se esquecem de que foi exatamente isso que fizemos na Alemanha e no Japão após a Segunda Guerra Mundial – e com grande e duradouro sucesso. (2002, p.145 e 146)

Nial Ferguson vê na dominação imperial, por parte dos EUA, a melhor maneira de se evitar fragmentações político-ideológica – como o fundamentalismo religioso e guerras civis – e “fazer do mundo um lugar seguro para o capitalismo e a democracia” (2002, p.146). O “império formal” norte-americano deveria investir dinheiro na criação de instituições que garantiriam a “lei e a ordem” onde estas não existam, e com isso, os EUA também poderiam ter grandes lucros “pois o estabelecimento do respeito à lei em tais países geraria dividendos a longo prazo, à medida que seu comércio renascesse e se expandisse.” (2002, p.147)

qualquer outro Estado, ou que seja delito assim reconhecido, se praticado dentro do território jurisdicional americano ou de qualquer outro Estado; e b) aparente (i) ser uma intimidação ou coerção à população civil; (ii) influencie a política governamental por meio de intimidação ou coerção; ou (iii) ameace a conduta de um governo por um assassinato ou sequestro.” (*United States Code Congressional and Administrative News*. 98º Congresso, Segunda Sessão, 19 de outubro de 1984, volume 2, parágrafo 3077,98 STAT.2707{West Publishing Co., 1984}).

Ao finalizar seu texto, Ferguson elenca três motivos que impedem que os EUA assumam esse papel de líder imperial: “(1) constrangimento ideológico diante da possibilidade de pensarem que estariam lançando mão de um poder imperial; (2) uma ideia exagerada das respostas da Rússia e da China; e (3) um temor pusilânime de baixas militares.” (FERGUSON, 2002, p.147)

Além disso, ele deixa uma questão que vale ser objeto de reflexão: “Será que os líderes do único estado detentor de recursos econômicos suficientes para fazer do mundo um lugar melhor vão ter coragem para tanto?” (FERGUSON, 2002, p.147). Em linhas gerais, o que Ferguson defende é que os EUA tenham uma postura mais ativa e condizente com seu poder econômico e militar, estabelecendo um “verdadeiro” império, aos moldes britânicos, com colônias onde a administração direta americana seria a melhor maneira de se evitar novos conflitos e ameaças para a segurança mundial. Mas para isso, há grandes investimentos a serem feitos e consequências que devem ser assumidas, como as já citadas, baixas militares e reações de outras nações. Resumindo, ele tem uma visão positiva do imperialismo que contradiz a visão tanto dos fundamentalistas islâmicos quanto dos autores de esquerda expostos acima.

Complementando a análise de Ferguson, historiador Paul Kennedy afirma que nesse momento de crise, a melhor escolha que os EUA podem fazer para manter seu poder é investir, sobretudo, em ações diplomáticas. Pois “a própria natureza da ameaça terrorista internacional, bem como a delicadeza das relações norte-americanas com o mundo muçulmano, colocam a diplomacia inteligente em um lugar de especial valor.” (KENNEDY, 2002, p.86)

Kennedy, assim como Ferguson, acredita que nesse momento pós-atentados é necessário que os EUA procurem manter seu poder, mas ele discorda da ideia de reestabelecimento de um domínio imperial e fundamenta sua interpretação dizendo:

Uma coisa é atacar as bases terroristas e regimes brutais a título de punição. Outra, muito diferente, é o policiamento imperialista pela democracia americana: em termos políticos, provoca divisões e, em última instância, é um elemento debilitador – e, portanto, contrário a uma estratégia razoável para a manutenção do poder norte-americano no século XXI. (KENNEDY, 2002, p.89)

De maneira geral, percebe-se que os autores dessa série de HQs do Capitão América procuraram inserir o personagem nas discussões que surgiram no período com relação ao papel dos EUA no mundo e questionar a necessidade de uma nova intervenção militar. Os autores, à sua maneira, procuraram expor as diferentes opiniões existentes, inclusive as dos terroristas. Fizeram uma boa discussão dos principais pontos que estavam em debate no período e tais opiniões estão em consonância com análises de diversos acadêmicos. E ao mesmo tempo, expuseram interessantes propostas de ação para os EUA, pautadas em ideais iluministas, que de maneira geral representam

valores humanistas, como a cooperação, harmonia e paz entre os diferentes povos e ao mesmo tempo pregaram uma punição justa.

Comparando as HQs do Capitão América com o discurso do presidente Bush, é evidente que ambos possuem como objetivo mobilizar a população americana, para que unidos todos possam superar o trauma provocado pelos atentados. Entretanto quando confrontadas com o discurso de Bush, as HQs do Capitão América apresentam um teor mais pacifista, pois não estão convocando os americanos (e o mundo) para uma guerra. Visto que na HQ a guerra é caracterizada como algo que deve ocorrer somente se e quando os americanos tiverem certeza de quem é o verdadeiro inimigo e, mesmo assim, ela não é algo desejável devido as suas consequências, principalmente para os civis.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Daslei. **O escudo manchado de sangue**: um herói em tempo de guerra. João Pessoa: Marca da Fantasia, 2007
- BUSH, George W. **President George W. Bush after September 11th**. In: **The History Place - Great Speeches Collection**. 20 de setembro de 2001. Disponível em: <<http://www.historyplace.com/speeches/gw-bush-9-11.htm>> Acesso em: 26 de agosto de 2013.
- CHOMSKY, Noam. **11 de setembro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- DAVIS, Mike. **Apologia dos bárbaros**: ensaios contra o império. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DITTMER, Jason. **Captain America's empire**: reflections on identity, popular culture, and post-9/11 geopolitics (2005). Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/118496220/Captain-America-s-Empire-Reflections-on-Identity-Popular-Culture-and-Post-9-11-Geopolitics>> Acesso em: 14 de outubro de 2013.
- FALUDI, Susan. **The terror dream**: fear and fantasy in post-9/11 America. New York: Metropolitan Books, 2007.
- FONER, Eric. **The story of American freedom**. New York: WW Norton, 1999.
- HERTSGAARD, Mark. **A sombra da águia**: por que os Estados Unidos fascinam e enfurecem o mundo. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- LAWRENCE, John Sheldon. In: WEINER, Robert G. (org.) **Captain America and the struggle of the superhero**. North Carolina: McFarland & Company, 2009.
- NEAL, Arthur G. **National trauma and collective memory**: major events in the American Century. New York: M.E. Sharpe, 2005.
- RIEBER, John Ney; CASSADAY, John. **Captain America**. New York: Marvel Comics, 2002 (edições 1 a 6).

TALBOTT, Strobe. CHANDA, Nyan. (org.) **A era do terror**: o mundo depois de 11 de setembro. Rio de Janeiro: Campus, 2002. (**Obs.** os trechos citados de GADDIS, FERGUSON e KENNEDY fazem parte desta coletânea.)

7. PARTIDOS, INTELECTUAIS E AÇÃO POLÍTICA

Neoconservadores e a Construção da Nação na Commentary Magazine. Roberto Moll

PPGRI SAN TIAGO DANTAS (UNESP – UNICAMP – PUCSP)
EMAIL: roberto.moll@gmail.com

1 – Neoconservadores, hegemonia e imprensa

Em 1964, Goldwater não venceu as eleições, mas a popularidade da campanha revigorou o conservadorismo nos Estados Unidos, sobretudo no Partido Republicano. Ex-liberais e ex-trotskystas, como Nathan Glazer, Daniel Bell, Daniel Patrick Moynihan, Jeanne Kirkpatrick, Michael Novak, Irving Kristol, Ben Wattenberg e Norman Podhoretz abandonaram o liberalismo e o comunismo desiludidos com os resultados econômicos da política liberal e insatisfeitos com as consequências sociais das mesmas. A oposição a Stalin se transformou em oposição ao comunismo e levou ao conservadorismo, sobretudo após a descoberta do pacto com Hitler e das atrocidades reveladas no Relatório Kruschev em 1956. O socialista Michael Harrington cunhou o termo neoconservadorismo para se referir a este novo tipo de conservadorismo. Ao reverenciar as obras econômicas de Von Misses, Hayek, Milton Friedman, Peter Drucker e Arthur Laffer atreladas aos preceitos morais variados de Richard M. Weaver, Peter Viereck, Léo Strauss e Jerry Falwell, os neoconservadores acreditavam que a interferência do governo na economia e os programas sociais geravam dois problemas graves. Primeiro, os programas sociais que garantiam segurança econômica não estimulavam o trabalho e a inovação, portanto afetavam a produtividade e enfraqueciam o país.

Segundo, para os neoconservadores, através dos programas sociais e da interferência na economia, o Estado passou a perseguir um igualitarismo pervertido e abstrato e para isso usurpou o lugar da família, da igreja e da comunidade, enfraquecendo esses laços, supostamente, naturais. Como consequência, os jovens passaram a valorizar a leniência, a dependência, o consumo de drogas, a pornografia e o sexo. Tudo isso, aumentou a criminalidade e enfraqueceu os Estados Unidos. Assim, os neoconservadores se colocaram

contra a liberação sexual, a pornografia, o aborto e o consumo de drogas. Entretanto, diferente dos conservadores tradicionais que, em parte eram a inspiração, os neoconservadores não se opunham a modernidade. Os problemas morais derivavam do Estado totalizante (liberal ou comunista) e não do Estado moderno. Era necessário reforçar os valores clássicos ocidentais para prover a base normativa para os Estados democráticos. Neste sentido, o Estado deveria ser apenas um administrador para não invadir o espaço dos indivíduos e das comunidades naturais, como a família.

A partir da segunda metade dos 1960, uma fração da elite estadunidense organizou fundações para reunir capital para apoiar e financiar universidades, pesquisas e Think Tanks a fim de elaborar projetos políticos nacionais neoconservadores. As elites empresariais que dominavam os conselhos desses centros definiam quais problemas deveriam ser abordados, quais especialistas deveriam ser recrutados e quais propostas deveriam ser promovidas, embora os intelectuais tivessem uma autonomia negociada. Eckert e Jenkins definem esses centros neoconservadores ligados às empresas como Organizações Políticas Empresariais (Business Policy Organizations - BPOs). Nos BPOs neoconservadores e ultraneoconservadores havia uma preponderância das elites sulistas, sobretudo do Sunbelt. Entretanto, os BPOs incluíam representantes de todos os setores das indústrias e de diversas regiões dos Estados Unidos (JENKINS e ECKERT, 2000, 327-330). Dentre as organizações neoconservadores se destacam a Business Roundtable, o American Enterprise Institute, a Heritage Foundation e o Hoover Institution.

Através da linguagem os intelectuais difundem concepções de mundo articuladas e coerentes com a realidade objetiva e subjetiva. As narrativas construídas através das linguagens estão intimamente ligadas aos traços fundamentais dos fatos reais que relata, longe de deformá-los. Portanto, as narrativas são estruturadas de acordo com a própria organização do mundo social, ao mesmo tempo em que é parte estruturante dessa organização real. As narrativas devem ser entendidas como práticas sociais estruturadas e estruturantes. De acordo com Norman Fairclough, o discurso narrativo é uma representação e uma forma de agir no mundo. Por um lado, o discurso é moldado e restringido pelas relações sociais, por outro lado é socialmente constitutivo, pois constrói e constitui o mundo (FAIRCLOUGH, 2001).

Para transformar a linguagem narrativa em ferramenta e arma para construir e disputar a hegemonia, os grupo potencialmente hegemônico tem que incluir algumas necessidades, demandas, interesses, desejos e elementos culturais de classes distintas, dominadas,

entretanto, sem macular seus próprios objetivos. Um grupo de homens que queira transformar os objetivos projetados em um projeto amplo precisa elaborar um relato que seja aceito pela coletividade com respostas aos interesses objetivos e subjetivos de outros grupos. Para tanto é preciso que a narrativa apresente as origens comuns da comunidade, um destino coletivo e uma interpretação do presente em função do passado reconstituído e do futuro projetado. Neste sentido, os periódicos jornalísticos não pretendem apenas satisfazer o público, mas buscam suscitar necessidades e desenvolver consenso entre os leitores. Os periódicos, controlados por grupos com interesses objetivos e subjetivos mais ou menos homogêneos, são os alicerces para construir e difundir um “edifício cultural completo” a fim de compreender e modificar a opinião média da sociedade com críticas, soluções e “novos lugares comuns” pertencentes às ideologias.

A mídia de massas, sobretudo em sua versão jornalística impressa, é, talvez, o principal vetor de construção da hegemonia porque funciona como caixa de ressonância das ideologias e projetos políticos de grupos sociais distintos, com um alcance mundial através de poder simbólico, interiorização e transformação de habitus e violência simbólica. De acordo com Noam Chomsky e Edward S. Herman, poucos grupos sociais poderosos controlam e financiam a mídia – através das propagandas publicitárias, empréstimos, aquisições, fusões e ações – para propagandear e inculcar visões de mundo que carregam princípios, valores e crenças, a fim de concretizar suas agendas e realizar seu interesses. Não se trata de uma conspiração, mas de uma análise da mídia como empresas de um livre mercado, mais ou menos monopolizado e guiado por líderes corporativos e governantes, que tem objetivos parecidos e dividem visões de mundo semelhantes. Para sobreviver a concorrência, as empresas de comunicação buscaram investimentos e capitais a partir da oferta de ações no mercado financeiro; de empréstimos com bancos; e de fusões com outras empresas do setor ou de outros setores que produzem de equipamentos domésticos até armamento nuclear (CHOMSKY e HERMAN, 2010).

Não se trata de enganar os leitores e espectadores. Os meios de comunicação de massa precisam de retratar o mundo como ele é. Entretanto, a interpretação do mundo deve refletir os interesses e objetivos das elites representadas nos anunciantes, nos investidores e nas instituições governamentais e privadas, que possibilitam a circulação, inclusive em termos legais, da publicação e servem de fonte oficial para as notícias. Repórteres, comentaristas, articulistas, editores, periodistas e outros intelectuais da mídia são escolhidos porque já internalizaram – ou são dispostos e aptos a internalizar – a visão de mundo dos proprietários,

anunciantes e poderes institucionais, que controlam a mídia. De acordo com Chomsky e Herman, os grupos que controlam a mídia filtram as notícias que podem ser publicadas, marginalizam os dissidentes, e permitem que as elites enviem suas mensagens ao público (CHOMSKY e HERMAN, 2010).

Entretanto, este processo de controle da mídia impressa não é total e uniforme. Chomsky e Herman lembram que a mídia não é monolítica e não é totalitária. Os grupos que dominam a mídia tem interesses sistêmicos comuns, mas podem divergir, e frequentemente divergem, sobre as estratégias para alcançar os mesmos. Sendo assim, as controvérsias entre agentes da mídia são comuns, mas as premissas sistêmicas fundamentais nunca são colocadas em questão. As grandes corporações midiáticas permitem os debates, as críticas e o dissenso, desde que permaneçam dentro dos princípios e pressuposições do sistema, que reflete os interesses das elites (CHOMSKY e HERMAN, 2010). Para Lance Bennet, os jornalistas das grandes corporações jornalísticas amplificam as palavras e as pautas dos políticos e dos empresários. Mas, “calibram” as notícias de acordo com a esfera de poder oficial, que é conflituosa. Neste processo de calibragem, implícito e contínuo, os jornalistas colocam o foco sobre as questões políticas mais importantes; avaliam o poder dos grupos que se organizam contra ou a favor da posição dominante; e observam as ações que podem provocar possíveis mudanças políticas. Depois disso, reproduzem a versão dos atores que tem mais poder. Isto cria um sistema que define o que será notícia, qual a importância da notícia, quanto tempo a notícia é notícia e quem tem voz na notícia. Em alguns momentos, a mídia de massas abandona a calibragem e a filtragem calcada nas fontes oficiais e abre espaço para versões e eventos que ameaçam o sistema, sobretudo quando surgem escândalos, realinhamentos eleitorais, catástrofes ou a construção de uma oposição que desafia os grupos no poder. Nestes momentos, se interessar, a mídia pode tomar uma posição mais ativa e organizar novos consensos. Para isso, as grandes corporações da mídia jornalística de massa monitoram e noticiam a formação de forças políticas; definem vencedores e perdedores; transmitem as histórias de forma rápida, sem dar tempo para interferência dos agentes poderosos; investigam informações confidenciais, que vazam por fontes anônimas; e/ou adotam contra-pautas de fontes extra-oficiais (BENNET, 2007).

2 – Juntos em direção ao neoconservadorismo: Norman Podhoretz e a Commentary Magazine

Em 1945, o American Jewish Committee (AJC), uma organização conservadora voltada para defesa dos interesses dos judeus nos Estados Unidos, lançou a publicação *Commentary Magazine*. Nos primeiros anos, Elliot E. Cohen era o principal editor da revista. Cohen convidou Robert Warshow, um liberal anti-comunista e ateu, para ser o editor administrativo e outros intelectuais judeus ex-trotskistas e anti-comunistas como Nathan Glazer, Irving Kristol e Daniel Bell para fazer parte da equipe de articulistas do periódico. Sob a editoria de Cohen, a *Commentary* abordou temas nacionais, mundiais e de interesse específico da comunidade judaica estadunidense. A perseguição e as atrocidades contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial não colocou a *Commentary* no campo sionista, sobretudo porque não eram fervorosamente religiosos e guardavam heranças pacifistas e socialistas, a despeito da AJC.

Em meio a Guerra Fria, sob ataque dos sionistas radicais e acusações de conspiração judaico-comunista, os articulistas da *Commentary*, definitivamente, deixaram de flertar com o marxismo e aceitaram amar os Estados Unidos. Para os articulistas da *Commentary*, o comunismo não representava progresso social, mas o totalitarismo, o coercitivismo estatal e uma ameaça ideológica séria. Ao crer que o fascismo estava derrotado, Cohen apontou a mira para o outro inimigo, considerado igualmente perigoso e totalitário. Para ele, a Guerra Fria era uma guerra por corações e mentes entre a liberdade e o totalitarismo. Assim os Estados Unidos deveriam empreender uma guerra ideológica para expandir os valores estadunidenses para o mundo e impedir a vitória soviética. O anti semitismo era uma consequência inevitável de uma União Soviética sem eleições livres, sem liberdade de expressão e fechada e paranóica diante do mundo. Para Cohen e seus companheiros, os soviéticos tinham pretensões imperiais e a deténte colocaria a democracia e o mundo em risco. Esta posição em meio a Guerra Fria catapultou as vendas e a popularidade do periódico.

Em 1951, um jovem estudante judeu, Norman Podhoretz, depois de visitar Israel, enviou uma carta para Lionel Trilling, seu professor em Columbia, onde relatou seu desapontamento com os israelenses, caracterizados como ranzinhas, grosseiros e arrogantes ansioso por transformar Israel em uma “Nova Iorque do Leste”. Trilling repassou a carta para Cohen que, através de Kristol, convidou Podhoretz para integrar a o grupo de articulistas da *Commentary*. Em 1956, Cohen foi internado em uma clínica para curar a depressão. Em 1959,

Cohen, ainda em depressão, se suicidou. A AJC convidou Kristol para assumir o cargo de Cohen. Diante da negativa, o comitê convidou Podhoretz. Mesmo sob conselhos contrários, inclusive de Kristol, Podhoretz aceitou assumir a editoria da Commentary. Ainda que tenha se aproximado do judaísmo, encorajado pelo pai a fazer um seminário de teologia judaica, Podhoretz transformou, definitivamente, a Commentary em um periódico de interesse geral sobre os temas contemporâneos, não apenas judaico.

Sob a direção de Podhoretz, a Commentary derivou para dissenso, mesmo com suspeita e afastamento da “New Left”, que se formou nos anos 1960. Podhoretz abandonou o anti-comunismo e o pró-americanismo dos anos Cohen para colocar a Commentary no campo da crítica social nos Estados Unidos. Segundo o próprio novo editor o periódico, em sua nova fase, deveria criticar as instituições e expor suas fraquezas e inadequações para, talvez, liderar e controlar a reconstrução do liberalismo. O primeiro número da revista editada por Podhoretz continha um artigo de Paul Goodman, um intelectual da contra-cultura, pacifista, anarquista e ícone para os jovens da “New Left”. Outros intelectuais de esquerda, fora do status quo liberal, apareceram nas páginas da Commentary na primeira metade da década de 1960, como Norman Mailer, Herbert Marcuse, Marshall McLuhan e Susan Sontag. Podhoretz usou o periódico como caixa de ressonância de demandas por reformas para acabar com a pobreza, melhorar a educação e garantir os direitos civis. O próprio Podhoretz, no celebre artigo “My Negro Problem – and Ours”, da Commentary de fevereiro de 1963, mesmo depois de lembrar que na infância era perseguido pelos negros do seu bairro, sugeriu que a integração de negros e judeus deveria ser total, inclusive através da miscigenação.

Ainda que não tenha se aproximado do comunismo, Podhoretz levou a Commentary para uma posição anti-anti-comunista. Para o novo Podhoretz e a nova Commentary, as suspeitas e os temores de Cohen e dos outros articulistas, de que os soviéticos queriam dominar o mundo e de que as instituições estadunidenses estavam infestadas de simpatizantes comunistas, eram exageradas. Para Podhoretz e seus colegas da Commentary, a política de contenção obrigou os governos estadunidenses a se envolver com outros governos, que não dividiam os mesmos valores e virtudes estadunidenses, mas apenas o anti-comunismo. Anti-comunistas ligados a história da Commentary, como Kristol, Trilling e Bell, acusaram Podhoretz de ser excessivamente condescendente com o comunismo e a União Soviética e muito duro com os Estados Unidos. No início dos anos 1970, Podhoretz e os articulistas da Commentary se juntaram aos estadunidenses que exigiam a retirada das tropas estadunidenses do país no sudeste asiático. A circulação e os lucros aumentaram. A maioria dos anúncios

eram de cigarros, bebidas caras, restaurantes badalados, automóveis de luxo e produtos sofisticados.

Sob a editoria de Podhoretz, a Commentary não tinha uma linha editorial clara. O periódico não estava, claramente, na esquerda, na direita ou no centro. Era uma amalgama das três posições. Mesmo a rejeitar um determinado tipo de anti-comunismo, Podhoretz ainda era um anti-comunista, com participação, inclusive, no American Committee for Freedom (ACCF), organização que visava combater a influência do comunismo na cultura estadunidense. A Commentary advertiu os leitores de que a concentração de poder no governo federal poderia levar ao comunismo ou a outro tipo de totalitarismo. Muitos articulistas e editores, inclusive Podhoretz, acreditavam que o governo federal deveria ter uma atuação mínima. Para eles, os governos locais e estaduais deveriam atuar, de forma independente, para resolver os problemas sociais; e os cidadãos sabiam melhor do que o governo federal como gastar dinheiro. De forma geral, eles acreditavam que as estruturas políticas liberais, destinadas a controlar a política interna e a política externa, não funcionaria por muito tempo. nas eleições de 1960, Podhoretz ficou indiferente a Nixon e a Kennedy, por acreditar que ambos eram muito parecidos. Logo, o governo Kennedy atraiu e convenceu Podhoretz e seus companheiros da Commentary. Entretanto, em um momento de crescente atuação do governo federal para combater a segregação e a pobreza, Podhoretz e a Commentary começaram a ver Kennedy e Johnson como um inimigos. Podhoretz e a Commentary se afastaram do movimento pelos direitos civis dos negros, sobretudo porque ficou claro que a demanda era por igualdade de condições e não apenas por igualdade legal. Mesmo quando esteve do mesmo lado dos negros na luta pelos direitos civis, Podhoretz apoiou apenas o objetivo básico legal e constitucional do movimento, nada além disso. Para o editor, a integração racial exacerbaria o ódio, que existia por razões históricas, sociais, políticas e psicológicas dos dois lados. Em “My Negro Problem and ours”, Podhoretz criticou a integração e acusou os liberais de serem hipócritas em relação aos direitos civis. A sugestão da miscigenação era a melhor saída porque seria natural, sem interferência de nenhum governo.

Em 1969, Diana Trilling, esposa de Lionel Trilling – ambos já tinham abraçado o conservadorismo aquela altura – enviou uma carta para Podhoretz para denunciar Mark Rudd, líder do SDS, que prometia destruir o mundo corporativo e universitário. Para Podhoretz e os companheiros da Commentary a “New Left” não só não reergueria o liberalismo, mas destruiria o mesmo. Podhoretz, os editores e os colaboradores da Commentary aumentaram o tom das críticas a New Left, ainda que estivessem do mesmo lado contra a Guerra do Vietnã.

Para eles, a New Left estava permeada por ideais infantis, fantasias revolucionárias, autoritarismo e perversão sexual. Mais do que isso, não tinha nenhuma conexão com os trabalhadores e coesão ou coerência interna, a não ser pela oposição ao establishment e ao complexo militar industrial. Como resultado, do ponto de vista de Podhoretz, a New Left representou uma oposição simplista ao sistema, a glorificação da violência como ato criativo e a romantização de líderes autoritários do terceiro mundo, como Gamal Abdel Nasser, Fidel Castro, Ho Chi Minh e Mao Zedong. Eram rebeldes sem causa. A ruptura estava anunciada depois da Guerra dos Seis Dias, em 1967, quando intelectuais da New Left e os Panteras Negras acusaram Israel de promover um apartheid na Palestina, como uma subpotência imperialista e dominadora, protegida pelos Estados Unidos. Para eles, o anti-sionismo dos movimentos pelos direitos civis e da “New Left” virou anti-semitismo.

No ano seguinte, Glazer publicou, no periódico, um artigo com o título “On Being Deradicalized”, apelidado de “The Confession of Nat Glazer”, anunciou seu afastamento do “radicalismo suave” e sua aproximação do “conservadorismo suave”. Podhoretz declarou guerra a esquerda, que poderia abrir caminho para o comunismo e enfraquecer os Estados Unidos, que teria sua existência ameaçada. Para impedir isso, para Podhoretz, era necessário preservar os valores estadunidenses como, liberdade, civilidade, patriotismo e democracia. Para coroar a mudança de rumo da Commentary, ele convidou Milton Himmelfarb, que acompanhou seu cunhado Irving Kristol em direção ao neoconservadorismo, para fazer parte do corpo de editores da Commentary. A Commentary voltou a ser o abrigo seguro para figuras como Trilling, Bell e Kristol, além de intelectuais “desradicalizados” pelo radicalismo da New Left, como Nathan Glazer, Midge Decter, Michael Novak, David Horowitz, Daniel Patrick Moynihan, Seymour Martin Lipset, Robert Nisbet, Jeane Kirkpatrick, Daniel Bell, Paul Weaver, Robert W. Tucker, Edward Luttwak e Walter Laqueur.

3 – A política internacional, a nação e o projeto conservador nas páginas da Commentary Magazine

A capacidade da mídia jornalística de difundir visões de mundo e projetos políticos para um público amplo é ainda maior em áreas como a política externa. Nos Estados Unidos, paradoxalmente, mesmo nos grandes diários, a política internacional se destaca apenas quando há o envolvimento de setores da sociedade civil estadunidense. Os acontecimentos em locais e situações, que não despertam interesse direto e específico dos estadunidenses são,

quase sempre, esquecidos. Preocupadas com os custos operacionais, a maioria dos conglomerados jornalísticos prefere comprar as notícias internacionais das agências de notícias espalhadas pelo mundo com acesso as fontes oficiais, como a Associated Press e a Reuters, do que enviar correspondentes internacionais. Isso possibilita a repetição de uma mesma visão de mundo sobre os acontecimentos nos periódicos do mundo inteiro. Contudo, quando os acontecimentos em outros locais do mundo tomam dimensões globais e podem atingir os interesses estadunidenses, mesmo que não haja participação direta, a imprensa precisa noticiar e passar a mensagem que deseja, sem intermediários, porque precisam representar os governos e os corporações na tentativa de construir consensos acerca das estratégias de política externa. Os próprios grupos proprietários das multinacionais de comunicação atuam em outros setores, com significativa participação em negócios internacionais e em outros países. E, mesmo os meios de comunicação que não guardam nenhuma relação direta com grandes multinacionais estão sujeitos às sanções através do mercado de propaganda (LOVE, 2003).

A mídia jornalística pode amplificar os debates e, mesmo quando não há consenso, pode abrir ou fechar possibilidades de mudança na política externa, ao enquadrar as questões, definir a agenda e influenciar a opinião pública em nível nacional e internacional. Entre todos os acontecimentos que se desenrolam em centenas de países, os repórteres escolhem o que será notícia com base no conhecimento prévio; no que, supõem, que os leitores querem saber; na necessidade de vender a publicação; e no que os editores e os proprietários dos meios de comunicação querem que seja noticiado. Os principais temas são as guerras, os desastres e conflitos, que interessam de alguma maneira a sociedade civil. Mesmo assim, a quantidade de fatos é muito grande. Neste escopo, aqueles que envolvem o país, os aliados, os inimigos ou os vizinhos tem mais chance de virar notícia do que aqueles que acontecem em lugares distantes da posição geográfica e dos interesses das elites estadunidenses. Os fatos que interessam e podem ser traduzidos na lógica “mocinhos versus bandidos” ganham proeminência. Por tudo isso, e por motivos de logística e economia, os fatos são noticiados a partir das capitais ou de onde os editores, proprietários e oficiais civis e militares permitem. Em situações de conflito ou guerra, principalmente, as forças armadas escolhem quais meios de comunicação podem ter acesso ao campo de batalha e garantem a segurança dos jornalistas em áreas selecionadas. A preponderância relatos de guerras, conflitos e desastres, mesmo em lugares longínquos que interessam a setores da sociedade civil, deixam a percepção de que o mundo é hostil e sem esperança. A paz, dificilmente, é notícia e eventos globais de longa

duração, como migração e aquecimento global, são noticiados esporadicamente (LOVE, 2003).

Diante do exterior, frequentemente, as narrativas operam através do “paradigma da soberania”, que funciona através da dicotomia soberania/anarquia e reforça dicotomias como bem/mal, nativo/estrangeiro, eu/outro, racional/irracional, razão/emoção, estabilidade/anarquia, herói/vilão e outros mais, onde o primeiro elemento é positivo ideal e o segundo elemento é negativo ameaçador. Entre positivo e negativo, o enquadramento dentro desses elementos possibilita a normalização, a diferenciação e a hierarquização (CAMPBELL, 1998). Quer dizer, a dicotomia é a fronteira verbalizada, que opõe o que é benigno e o que é maligno, em vários níveis, e é, portanto, fundamental para definição da concepção de nação. Esta, por sua vez, sustenta um projeto político que busca ser hegemônico e legitima a condução da política externa. Sendo assim as narrativas acerca das relações internacionais suscitam, quase sempre, o medo em relação ao outro, externo e negativado, e direta ou indiretamente, conformam o comprometimento dos homens com o ideal nacional, em compromisso com sua própria vida e com a vida dos seus semelhantes. Neste sentido, a política internacional é um vetor de externalização de valores negativos e do perigo e, ao mesmo tempo, de mobilização da população para evitar e controlar os mesmos. Tal estratégia se volta, inclusive, para dentro das fronteiras. Os grupos que desafiam projetos políticos e percepções de nação correntes são considerados elementos exteriores perigosos ou são associados aos elementos exteriores perigosos. De uma forma ou de outra, são caracterizados como um vetor de ameaça a existência da nação e dos indivíduos.

Em novembro de 1979, Jeanne Kirkpatrick – professora de ciência política da Georgetown University; militante do Young People's Socialist League e do Socialist Party of America nos anos 1940 e 1950; filiada a ala liberal do Partido Democrata nos anos 1960 e 1970; associada a ala neoconservadora do Partido Republicano e ao American Enterprise Institute, think thank neoconservador, nos anos 1980; conselheira de Ronald Reagan para política externa na campanha presidencial do início daquela década; e membro do National Security Council e embaixadora dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas no governo de Reagan – escreveu um artigo intitulado “Dictatorship & Double Standard” na Commentary Magazine para alertar aos leitores que “o fracasso da política externa da administração Carter está clara para todo mundo exceto para seus arquitetos”. Para Kirkpatrick, desde o discurso inaugural de Carter, a União Soviética estava mais forte, com crescente influência no Chifre da África, no Afeganistão, na África do Sul e no Caribe,

enquanto a influência estadunidense estava em declínio nas mesmas regiões. Nas palavras da especialista “os EUA nunca tentaram tanto e falharam tanto em fazer e manter amigos no Terceiro Mundo”.

Para Kirkpatrick, a situação piorou meses antes quando os Estados Unidos “sofreram outros dois grandes golpes no Irã e na Nicarágua”, de significado amplo e estratégico. Em cada um desses países, a administração Carter teria colaborado, indiretamente, para que “autocratas moderados amigáveis aos interesses americanos” fossem substituídos por “autocratas pouco amigáveis e extremistas”. Ao avaliar a situação, Kirkpatrick disse ser muito cedo para afirmar qual tipo de regime se instalaria no Irã e na Nicarágua, mas as coisas, provavelmente, ficariam piores do que melhores, em ambos os países. Ela reconheceu que o grau de interesse dos Estados Unidos no Irã e na Nicarágua era diferente. A relação com o país do oriente, rico em petróleo e próximo a União Soviética, era mais importante do que a “república” – com aspas – da América Central. Além disso, para ela, Pahlevi estava determinado a “modernizar o Irã independente dos efeitos da modernização em uma sociedade com padrões sociais e culturais tradicionais”. A Nicarágua, ao contrário, na descrição de Kirkpatrick, era pobre e Somoza tentou modernizar apenas a agricultura. Contudo, ela reconheceu que as duas nações e os dois governantes tinham muitas semelhanças. Ambos eram nações pequenas lideradas por homens que não foram escolhidos em eleições livres; que aceitavam, apenas, oposição limitada; que também eram “confrontados por oponentes radicais e violentos inclinados a revolução social e política”; que, “as vezes” invocam leis marciais para prender, exilar e, “ocasionalmente como alagado”, torturar oponentes; que estabelecem “ordem pública” através da força policial, que “dizem” ser muito dura, arbitrária e poderosa; e que tem exércitos privados. Em resumo, Kirkpatrick diz que ambos são “líderes tradicionais em sociedades semi-tradicionais”.

Kirkpatrick reconhece que Somoza e Pahlevi não são apenas anti-comunistas, mas “amigos” que dão suporte aos interesses estadunidenses, ainda que criticados por violar direitos humanos. Segundo ela, “o fato é que o povo do Irã e da Nicarágua apenas intermitentemente aprecia os direitos reconhecidos aos cidadãos nas democracias ocidentais” nunca impediu que sucessivas administrações estadunidenses continuassem a oferecer ajuda, financeira e militar, e suporte aos regimes desses países, até os mesmos sofrerem ataques de forças “hostis aos Estados Unidos”.

De acordo com a articulista, os Estados Unidos estavam “confrontados com situações e opções similares em El Salvador, Guatemala, Marrocos, Zaire e em outros lugares”. Portanto, nenhum problema de política externa era

mais urgente do que formular um programa “moralmente e estrategicamente aceitável e politicamente realista” para lidar com governos não democráticos, que são ameaçados por subversivos sustentados pela União Soviética. Sem uma política assim, os estadunidenses poderiam “esperar que os mesmos reflexos que guiaram Washington no Irã e na Nicarágua determinará as ações americanas da Coreia ao México, com o mesmo efeito desastroso para posição estratégica dos Estados Unidos”.

Dessa forma, Kirkpatrick associou o governo Carter ao fracasso, que pode colocar em risco o destino dos Estados Unidos. Na lógica de Kirkpatrick, cercados por um mundo repleto de “autocratas”, o governo dos Estados Unidos deveria escolher aqueles que eram mais “amigáveis”. Esta era a melhor alternativa, uma vez que nessas sociedades “tradicionais”, contrárias a modernização, não seria possível encontrar nenhuma alternativa melhor. Afinal, para ela, os nicaraguense e iraniano não comungam os mesmos valores e direitos ocidentais e a associação destes com o comunismo era pior do que o tipo puro de violência e terrorismo, quase naturais ao habitat, que os ditadores perpetravam contra seus opositores. Na Nicarágua e no Irã, os autocratas amigos estavam, supostamente, ao tentar modernizar as sociedades e a despeito da violência, a um passo a frente no caminho da civilização moderna em relação ao povo bárbaro. Na narrativa de Kirkpatrick, os nicaraguenses e iranianos são o Outro, antípodas no paradigma da soberania. Sendo assim, apresenta os Estados Unidos como uma sociedade excepcional moderna e depositária de valores como democracia, liberdade e tolerância – um “povo escolhido”. Contudo, nos Estados Unidos a relação entre povo e governo era exatamente ao contrário do que acontecia na Nicarágua e no Irã. Na narrativa de Kirkpatrick, o “povo escolhido” estadunidense estava sujeito a um governo que perverte. Consequentemente, incapaz de compreender a realidade e as diferenças dos povos bárbaros, o Governo liberal e moralista de Carter colocou os Estados Unidos e o mundo em risco, diante de bárbaros no México, El Salvador, Coreia, Guatemala, Marrocos, Zaire e outros. A única solução seria adotar a política externa estrategicamente e politicamente realista dos articulistas neoconservadores da Commentary Magazine, como a própria Kirkpatrick.

Bibliografia:

ABRAMS, Nathan. Norman Podhoretz and Commentary Magazine: The Rise and Fall of the Neocons. Continuum, 2011.

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the origin and Spread of Nationalism*. New York: Verso, 1983.
- BALINT, Benjamin. *Running Commentary: The Contentious Magazine that Transformed the Jewish Left into the Neoconservative Right*. Public Affairs, 2010.
- BENNET, Lance. *When the Press Fails: Political Power and the News Media from Iraq to Katrina*. University of Chicago Press, 2007.
- CAMPBELL, David. *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. University Of Minnesota Press, 1998.
- CHOMSKY, Norma; HERMAN, Edward. *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. Vintage Digital, 2010.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- HIMMELSTEIN, Jerome L. *To the right: the transformation of American conservatism*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- JENKINS, Craig J. & ECKERT, Craig M. *The right turn in economic policy: business elites and the new conservative economics*. In: *Sociological Forum*, Vol. 15, nº2. Jun, 2000.
- LOVE, Maryann Cusimano. *Global Midia and Foreign Policy*. In: ROZELL, Mark. *Media Power, Media Politics*. Rowman and Littlefield publishers, 2003.
- NASH, George. *The Conservative Intellectual Movement in America Since 1945*. ISI Books, 2011.
- ROBIN, Corey. *The Reactionary Mind: Conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin*. Oxford University Press, 2011.

A Dialética Como Mito? Edmund Wilson e a recepção das “Ciências Vermelhas” Britânicas entre os “Intelectuais de Nova York” nos anos de 1930. Matheus Silva

Doutorando no programa de Pós-graduação em História Social, Departamento de História,
Universidade de São Paulo. Bolsista de doutorado da CAPES.
E-mail: stardus_mat@yahoo.com.br

“Instead of liberating the mind of man, the Bolshevik Revolution locked it into a state's prison tighter than ever before. No flight of thought was conceivable, no poetic promenade even, no sneak through the doors or peep out of a window in this pre-Darwinian dungeon called Dialectic Materialism”

(Max Eastman, citado por Daniel Aaron, 1992:124)

Introdução

Em 1922, Max Eastman viajaria à Rússia, onde ele permaneceria nove meses, pesquisando no Instituto Marx e Engels de Moscou. Neste período, Eastman passou a estudar seriamente as obras de Marx e Lenin, e dali elaboraria, mais tarde, sua conclusão do fechamento do universo crítico do stalinismo.

Parte dessa visão negativa do papel do materialismo dialético tomada por Eastman nos EUA, influenciaria toda sua geração, inclusive reproduzindo ecos na visão do próprio Edmund Wilson. Ao longo da segunda metade da década de 1930, Wilson produzirá uma série de trabalhos em que se oporá ao projeto institucional soviético de ampliação das fronteiras do marxismo e sua transformação em uma teoria geral do conhecimento. Essa crítica culminara com o lançamento do seu *To The Finland Station*, em 1940, em que Wilson afirma categoricamente que “a dialética [era] um mito religioso”. Entre esses “maus usos” do pensamento marxista criticados por Wilson, estava, justamente, sua crítica a “ciência marxista” dos anos de 1930-40.

A crítica de Wilson, contudo, respondia a uma questão muito mais detida no final da década de 1930. Na URSS, uma visão positiva da ciência conduziria um projeto institucional sério, já imaginado por Lênin pouco depois da vitória da Revolução de Outubro, mas que tomaria forma sob o governo de Stalin durante os Planos Quinquenais da década de 1920. (Ceruti, 1987)

Os ecos desse projeto não tardariam a chegar do outro lado do Atlântico. E ele seria duramente criticado nos círculos intelectuais dos EUA entre a década de 1920 e toda a década de 1930. Wilson publicaria na primavera de 1938, na *Partisan Review*, número 6. o artigo “The Myth of Marxist Dialectic” onde faria uma exposição daquilo que entendia ser mais problemático nesses projetos de ampliação dos alcances teóricos do marxismo, especialmente na construção de uma epistemologia científica baseada no materialismo histórico: o papel da dialética e sua interpretação. Os anos de pesquisa sobre a teoria e a história do pensamento marxista para o livro marcariam a transição que a relação de Wilson com a teoria marxista sofreu. As reflexões de Wilson se tornaram fundamentais, primeiro por sua expressão enquanto um dos símbolos intelectuais daquela geração. Crítico literário de renome, filólogo, historiador do pensamento marxista e jornalista, Wilson foi capaz de estabelecer uma ponte entre os círculos privados da intelligentsia marxista boêmia da Nova York que ascende no cenário público estadunidense nos anos de 1920 e o público mais amplo, compondo o modelo ideal do “intelectual público”. Esse mesmo texto, contudo, ampliado, seria incluído dois anos mais tarde no livro *To the Finland Station*¹, publicado em 1940, e ajudaria a definir sua posição como um intelectual marxista independente.

As “ciências vermelhas” e a institucionalização de uma visão positiva do papel social das ciências nos anos de 1930

As origens da fundação da “ciência vermelha” estão numa conferência realizada em Londres, em 1931. Inúmeras figuras-chave na cena acadêmica britânica assistiram a apresentação de uma série de trabalhos por N. Bukharin, em que expunha as relações do materialismo dialético para a iluminação das ciências naturais e sua relação com a sociedade. A conferência serviu para aglutinar todo o movimento internacional em gestação da “ciência vermelha”, em torno do que ficou conhecido como Social Relations in Science, ou SRS.(Roberts, 2005:533-4)

O debate teórico em torno das projeções do pensamento marxista como método analítico em outros campos do conhecimento já estava posto EUA, no entanto, antes do racha causado em 1935. E sua melhor confluência se deu através das páginas da *The Modern Quarterly*. Criada em Nova York, em 1923, a publicação durou até a morte de seu criador e editor-chefe, V.F. Calverton, em 1940. A revista representou um dos principais núcleos de debates teóricos sobre o marxismo daquela geração, aglutinando ao seu redor os principais teóricos do marxismo nos EUA até então – Sidney Hook, Max

¹ Wilson, E. “O Mito da Dialética”. *Rumo a Estação Finlândia: escritores e atores da história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986. pp.173-191. Nossa referência aqui será essa versão estendida incluída como capítulo no livro de Wilson e traduzido para o português, do artigo publicado originalmente na *Partisan Review*, em 1938.

Eastman, Granville Hicks, Edmund Wilson, etc. (Buhle, 1992:482-3) Para ela contribuiriam também nomes de expressão do pensamento marxista internacional, entre os quais os britânicos John Haldane e John Desmond Bernal, expoentes do movimento SRS britânico. Foi justamente os debates sobre a teoria marxista entre estes intelectuais que se aglutinavam em torno da *The Modern Quarterly*, que as relações intelectuais entre os EUA e a Grã-Bretanha se estreitaram, e dali foi permitido a geração de jovens intelectuais radicais estadunidenses, recém-saídos da Era de Ouro pré-1929, ler e confrontar ideias com os britânicos.

Em 1938, Bernal encabeçaria a fundação da versão britânica da *The Modern Quarterly*, que foi rapidamente aceita pelo CPGB pela oportunidade de ampliação dos debates em torno do marxismo. Ali se concentraria parte importante dos textos que os membros da SRS discutiriam as relações das ciências para com o marxismo e papel do movimento SRS como um contraponto intelectual ao fascismo e a crise econômica da década de 1930. Haldane, por exemplo, publicou nas páginas da *The Modern Quarterly* naquele momento, importantes textos de discussão teórica: “Biology and Marxism”. *The Modern Quarterly*, 3:4, outono, 2-11. 1948; “In Defense of Genetics”. *The Modern Quarterly*, 4:3, verão, 194-202, 1949; “Marxism and History”, *The Modern Quarterly*, 3:2, primavera, 52-64, 1948.

As reflexões em torno da aplicação da dialética marxista na epistemologia científica passaram, contudo, por um debate filosófico entre os “cientistas vermelhos” e os críticos do CPGB. O aprofundamento teórico em campos da filosofia dos cientistas extrapolavam as barreiras da ortodoxia do partido. A crítica do lado do CPGB veio através de Clements Dutt, tradutor da *Dialética da Natureza*, de Engels, e a acusação de que a leitura da dialética praticada, por exemplo, por Hyman Levy, matemático e pioneiro da teoria aeronáutica, ignorava o corpo da teoria do materialismo dialético produzido fora da Grã-Bretanha e, ainda, de que Levy forçava a dose, tentando modificar o significado do conceito de dialética para agradar o público britânico (Roberts, ibid:536)

A visão ortodoxa de Clements Dutt, contudo, não era unitária e nem exclusiva do CPGB. Bertrando Russel que, em 1938, defendeu a SRS criticando o materialismo dialético como uma teoria metafísica e um sistema irracional, acusou os cientistas que aderiam a essa leitura de dogmáticos e filosoficamente simplistas. O artigo de Russel, “Philosophy and Common Sense”, publicado no *New Statesman and Nation* (periódico conservador britânico) exibi um tipo de crítica da dialética que me parece, a primeiro momento, bem parecido com a crítica de Edmund Wilson no final da década. O tema central, a saber: a dialética como um circuito fechado (ao invés de universalista, ou, adaptável a diferentes métodos de pesquisa) que, ao contrário do que propalava os projetos da “ciência vermelha”, reduzia ainda mais as capacidades do marxismo como uma filosofia metafísica.

O “mito da dialética”: a relação entre o materialismo dialético e as ciências na visão negativa de Edmund Wilson

Antes da publicação do *To the Finland Station*, em 1940, Wilson já havia publicado outros trabalhos, entre artigos e livros, nos quais colocava em xeque a ortodoxia da leitura oficial soviética do marxismo, adotada pelos PC ao redor do mundo, inclusive em sua seção estadunidense. Entre estes, por exemplo, Wilson já havia publicado *Travels in Two Democracies* (1936), no qual “expressava sua crítica a burocracia soviética ao mesmo tempo que não hesitou em criticar os comunistas dos EUA de maneira mais direta”. Outro foi o *The Triple Thinkers* (1938), no qual denunciava o stalinismo como uma perversão do marxismo. Por fim, no *To the Finland Station*, Wilson queria relembrar a importância da Revolução de outubro para o pensamento marxista. (Wald, 1987:157)

Neste texto Wilson partirá da tentativa de recuperação da ideia original da dialética de Hegel, e de interpretação de sua utilização no materialismo dialético por Marx. (Wilson, 1986:173-174). Wilson começa, a partir daí, a diferenciar o pensamento de Marx (inclusive sua aplicação na história da dialética hegeliana) da leitura da tradição marxista desse pensamento que, incapaz de entender o distanciamento filosófico de Marx para com Hegel, tornou o marxismo numa mera reprodução mecânica das formas (ou “fases”) da dialética hegeliana.

A preocupação inicial de Wilson, logo na abertura do ensaio era analisar as diferenças entre a dialética para Platão e para Hegel: “(...) A dialética utilizada por Platão era uma técnica de chegar à verdade através da conciliação de duas afirmativas opostas.” Já para Hegel, segundo a leitura de Wilson, “[a dialética] era uma lei que também envolvia contradição e conciliação, só que para Hegel, ela atuava não apenas no domínio da lógica, mas também no mundo natural e da história. O mundo está sempre mudando, diz Hegel; porém, há nessas transformações um elemento de uniformidade: o fato de que cada processo de mudança atravessa necessariamente um ciclo de três fases”(Wilson, op.cit:173) Definidas as linhas centrais da dialética para Hegel, cabia então desmontá-la para compreende-la. Wilson passa então a investigar cada fase da dialética de Hegel:

A primeira delas, que Hegel denomina *tese*, é um processo de afirmação e unificação; a segunda, a *antítese*, é um processo de dissociação e negação da tese; a terceira é uma nova unificação, que concilia a antítese com a tese e é denominado *síntese*. Estes ciclos não são simples recorrências, que deixem o mundo tal como era antes: a síntese é sempre um avanço em relação à *tese*, pois ela combina, numa unificação mais “elevada”, o que há de melhor na *tese* e na *antítese*. Assim, para Hegel, a unificação representada pelo inicio da Republica Romana constituiu uma tese. Essa

unificação inicial fora realizada por grandes patriotas como os Cipião, porém com o passar do tempo o patriota republicano assume um caráter diverso: a “individualidade colossal” da era de César e Pompeu, uma individualidade que tende a perturbar o Estado à medida que a ordem republicana começa a se deteriorar sob a influência da propriedade romana – esta é a antítese que se dissocia da *tese*. Porém por fim, Júlio César derrota seus rivais, as outras individualidades colossais e impõe à civilização romana uma nova ordem, autocrática, uma *síntese*, que promove uma unificação maior: o Império Romano. (pp.173-4)

Para Wilson, fora esta a formula empregada por Marx e Engels em sua tipificação do materialismo dialético, transformando a dialética no ferramenta para a análise do futuro, coisa que não estava em Hegel:

Marx e Engels adotaram esse princípio, e projetaram sua atuação no futuro, coisa que Hegel não havia feito. Para eles, a tese era que a sociedade burguesa, que constituía uma unificação em relação ao regime feudal que se desintegrava: a antítese era o proletariado, que fora gerado pelo desenvolvimento da indústria moderna, mas que depois fora dissociado, através da especialização e do aviltamento do corpo principal da sociedade moderna, e que um dia teria que se voltar contra ela; a síntese seria a sociedade comunista que resultaria do conflito entre a classe operária e as classes patronais e do controle da indústria pela classe operária, e que representaria uma unidade mais elevada na medida em que harmonizaria os interesses de toda a humanidade. (p.174)

É salientando a oposição de Marx e Engels ao idealismo filosófico, que Wilson partirá para criticar a tradição e a intelligentsia marxista, devido a sua leitura rarefeita e oblíqua do próprio marxismo e das relações humanas na sociedade capitalista, a qual cabe ao marxismo investigar.

Marx e Engels haviam rejeitado o que eles denominavam de “mecanicismo puro” dos filósofos franceses do século XVIII. Viram a impossibilidade de aplicar – escreveu Engels - “os padrões da mecânica a processos de natureza química e orgânica”, nos quais, embora também as leis da mecânica tivessem uma validade limitada, elas certamente “ocupavam o segundo plano em comparação com outras leis mais elevadas”. Assim, na sociedade – para citar mais uma carta de Engels – não é verdade “que a situação econômica seja a única causa atuante e tudo o mais não passe de um efeito passivo” (Wilson: op.cit.175)

O que interessava a Wilson então era recuperar em Engels e em Marx, suas reflexões para além das bases econômicas da sociedade – das relações entre a base, formada pelos meios de produção e a superestrutura da sociedade e seus troncos – “o direito, a filosofia, a religião e a arte”. (Wilson, ibid:177) Wilson citará como exemplo disso, um trecho de Marx em um manuscrito da *Introdução à crítica da economia política*, quando Marx vai pensar a relação entre a arte e a sociedade na Grécia antiga:

(...)Num rascunho de *Introdução à crítica da economia política*, Marx havia tentado explorar as dificuldades de se estabelecerem entre arte e condições econômicas. Observa ele que os períodos de maior desenvolvimento artístico não coincidem com os de maior progresso na sociedade. Grandes obras de arte – como as epopéias gregas, por exemplo – não são necessariamente produtos de um período de elevado desenvolvimento social. Em relação a qualquer caso específico, é possível entender por que uma forma específica de arte floresceu num momento específico: a própria ingenuidade dos gregos, que não haviam ainda inventado a imprensa, sua proximidade à mitologia primitiva numa época em que ainda não fora inventado o pára-raios, quando ainda era possível imaginar que um relâmpago era sinal da ira de Zeus, o encanto infantil de uma sociedade ainda em sua infância – tudo isso fez com que a arte dos gregos antigos se tornasse, “sob certos aspectos, um padrão e modelo inatingíveis”. O difícil era descobrir as leis gerais que determinam a relação entre desenvolvimento artístico e desenvolvimento social. (Wilson, op.cit:177-8)

Wilson lembraria ainda que Marx tocou na questão das relações entre desenvolvimento artístico e desenvolvimento social, assim como o fez nas *Teses sobre Feuerbach*, porém, sem nunca chegar a uma conclusão.

O outro ponto fundamental na crítica de Wilson à tradição marxista e sua tentativa de transformação do pensamento marxiano numa “teoria universal” (o que, por fim, iria esvaziá-la) era sua relação com às ciências. Wilson, neste sentido, ressaltará outro problema em Marx e Engels: enquanto “tinham que acreditar” na validade de seu trabalho como um trabalho científico, ou seja, que terá algum impacto sobre a sociedade, tinham, ao mesmo tempo, que reconhecer que ele também era *ideologia*, estando, assim também, na superestrutura. (Wilson, ibid:178) Neste sentido, Wilson recordará um trecho do prefácio de Marx do *Crítica da Economia política*, na qual afirma que:

“[...] deve-se sempre fazer uma distinção entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser determinada com a precisão da ciência natural, e as formas legais, políticas, religiosas, estéticas ou filosóficas – em suma, ideológicas – por meio das quais os homens

se conscientizam desse conflito e nele se engajam” (Marx, *Crítica da Economia política*, citado por Wilson, p.178).

Para Wilson, analisando esse trecho retirado de Marx, “[...] a ciência natural não se inclui entre as formações ideológicas da superestrutura, porém possui uma precisão que as outras não podem ter; e essa precisão está ao alcance da ciência social.” (Wilson, ibid:179)

Wilson apontará que essa afirmação, que dá então legitimidade e força às ciências (humanas e naturais) em detrimento aquelas áreas afetadas pela ideologia por pertencerem a superestrutura, como a arte, por exemplo, fora, no entanto, desmentida por ambos em trabalhos posteriores: na *Ideologia Alemã*, quando Marx e Engels escrevem que “até mesmo as ciências naturais ‘puras’ inicialmente derivam seus objetivos, bem como materiais, do comércio e da indústria, das atividades perceptíveis dos seres humanos.”; e em *O Capital*, quando Marx escreve o mesmo sobre os perigos dos interesses individuais (capitalistas) com que às ciências se defrontam. (Wilson, ibid.:179) Engels também, no *Anti-Dühring*, vai afirmar a complexidade na percepção das relações entre as formas de evolução econômicas e políticas das sociedades e o pensamento humano, através da lógica e da dialética. Wilson com isso, tentará demonstrar um processo de evolução nas ideias de Marx e Engels, através de pequenas contradições expostas em importantes trabalhos – como *A Ideologia Alemã*, a *Introdução a crítica da economia política*, *O Capital* e *O Anti-Dühring*.

Assim, mais do que humanizar seus autores e as origens do pensamento marxista em suas raízes, Wilson provocava seus contemporâneos, em meios aos debates da esquerda estadunidense definais dos anos de 1930 e início de 1940 através da exposição dessa contradições, desse vai-e-vem de ideias, a complexidade em se propor uma crítica estética da arte e da literatura baseada no pensamento marxista, tanto quanto ignora-la completamente, em detrimento de seu fechamento no universo da *ideologia* e da superestrutura. E isso se aplica também, segundo Wilson , na visão da possibilidade de um equilíbrio das forças sociais e políticas dentro do Estado, por classes antagônicas. O que contraria a premissa básica de que o Estado é um instrumento de dominação da burguesia sobre o proletariado. Wilson apontará então essa contradição através do *18 Brumário de Louis Bonaparte*, de Marx, e no *A origem da Família* de Engels, ambos analisando a situação histórica da sociedade francesa.(Wilson, op.cit:179)

Novamente pensando o papel das ciências para o pensamento marxiano, Wilson fará referência aos estudos de Marx no final de sua vida sobre a matemática, e aos estudos de Engels, sobre matemática, física, química e zoologia, “na tentativa de provar que o processo dialético regia o mundo natural”. E aqui, Wilson retomaria os debates incitados pela “ciência vermelha”, na busca por uma

ciência baseada no materialismo dialético, no entanto, sob uma perspectiva muito mais pessimista de suas possibilidades do que, como vimos acima, Bernal o fez.

O uso da dialética na tentativa de uma interpretação da ciência por Engels era, na visão de Wilson, uma clara mostra das dificuldades de sua aplicação em todos os campos do conhecimento humano:

Não foi difícil criticar Engels – que utilizou alguns exemplos tirados diretamente da *Lógica* de Hegel – mostrando que ele estava distorcendo os fatos ao argumentar que a “negação da negação” (ou seja, a atuação da antítese sobre a tese) podia ser demonstrada matematicamente, verificando-se que a negação da negação de a era $+a^2$, “a grandeza positiva inicial, porém em um nível mais elevado”. A negação de $-a$, obviamente, não é a^2 e sim a ; e para obter-se a^2 sequer é preciso negar: basta multiplicar $+a$ por $+a$. É bem verdade que Engels reconhece a necessidade de construir desse modo a primeira negação para a segunda “permaneça ou se torne possível”. Mas como, nesse caso, o materialista dialético é sempre obrigado a impor sua próprias condições para chegar a resultados dialéticos, como sustentar que a dialética é inerente a todos os processos da natureza? (p.184-5)

E Marx, para Wilson, analisava da mesma maneira:

O mesmo se dá com a “transição da quantidade para a qualidade”, um princípio hegeliano cuja atuação Marx julgava encontrar tanto na transformação do chefe da guilda medieval em capitalista quanto nas transformações dos compostos da série do carbono através do acréscimo de moléculas. (ibid.)

Sempre preso a tradição nativa que o cercava, Wilson citará também Sidney Hook e seu artigo “Dialética e Natureza”, publicado na revista *Marxist Quarterly*, para quem, no caso dos exemplos citados por Engels,

[...] da súbita transformação da água em vapor ou gelo em determinadas temperaturas, a transformação ocorreria, para um observador diferente, num momento diferente, e seria uma transformação diferente: para uma pessoa de cujo ponto de vista a água estivesse oculta dentro de uma serpentina de calefação a súbita transição que ele perceberia – talvez assinalada por um espirro – seria a queda da temperatura do ambiente do recinto, antes agradável e agora frio. E quem sabe se um microscópio que nos permitisse ver os componentes subatômicos da água não mostraria que é

uma ilusão a ideia de que, no ponto de fervura, a água começa a transformar-se de líquido em vapor? (p.185)

A “ciência marxista” dos anos de 1940, ou a tentativa de aplicação da dialética na epistemologia científica, em muitos momentos, em pesquisas financiadas por Moscou com o intuito de validar a leitura soviética do marxismo como “teoria científica geral”, é apresentada por Wilson com ironia:

(...) No caso de mais uma teoria de Bernal – a teoria freudiana da repressão dos desejos – o ciclo dialético, sem dúvida alguma, nada tem de inevitável. O instinto é a tese; a repressão é a antítese; a sublimação é a síntese: até aí, tudo bem. Mas digamos que o paciente não consiga sublimar e enlouqueça, ou se suicide: onde está a conciliação dos opostos na síntese? Onde está a progressão do mais baixo para o mais elevado? Sem dúvida é verdade que em diversos campos ocorrem mudanças através de acumulações que nos dão a impressão de serem qualificados. É possível que, como afirma J.B.S Haldane, a transformação do gelo em água ainda seja um fenômeno misterioso. Mas de que modo isso prova a existência da Trindade dialética? E de que modo a prova o professor Haldane, ao apresentar os processos de mutação e seleção sob a forma de tríades? Ou Hegel, ao dispor toda a sua argumentação em três partes? Ou Vico, quando insiste em ver tudo em trincas: três tipos de idiomas, três sistemas de direito, três formas de governo etc? Ou Dante, quando divide seu poema em três seções com trinta e três cantos cada uma? (p.186)

Para Wilson, desta forma, diante de sua incapacidade de aplicação geral em todos os campos do pensamento humano, e sua falha de aplicação nas ciências duras dos anos que contextualizavam o *To the Finland Station*, a dialética se transforma em uma redoma filosófica impenetrável, que tomava as formas de “um mito religioso”:

Assim, a dialética é um mito religioso, dissociado da personalidade divina e vinculado à história da humanidade. “Odeio todos os deuses”, Marx dissera quando jovem; porém ao mesmo tempo ele se projetara na personagem do marinheiro decidido que traz no peito a autoridade dos deuses, e um de seus primeiros artigos sobre liberdade de imprensa publicados no *Rheinische Zeitung*, ele afirma que o escritor deve, “seu modo, adotar os princípios do pregador religiosos, adotar o princípio ‘obedecer a Deus e ao homem’, em relação àqueles seres humanos entre os quais ele se vê confinado por seus desejos e necessidades humanas.” (p.187)

Para Wilson ainda, a dialética serviria como uma espécie de círculo hermético, inclusive ideológico, no qual o processo de interação das relações humanas em sociedade é reduzida ao jogo eterno (“idealístico”, contrariando seu princípio fundamental de negação da filosofia idealista da leitura de Marx e Engels de Hegel) do jogo de forças dos oponentes:

(...) A dialética simplifica desse modo as coisas: parece reduzir as complexidades da sociedade a convicção de que a luta não apenas será vitoriosa, mas também dará fim a todos os conflitos dessa ordem, para sempre. Assim, a verdadeira validade da tríade dialética é servir de símbolo da eterna insurreição das forças da vida jovens e em crescimentos contra tudo que é velho e estéril, dos instintos cooperativos da sociedade contra o que é bárbaro e anárquico. Representa um progresso em relação ao ponto de vista por ela substituído - “Abaixo o tirano! Queremos liberdade!” - na medida em que concebe o processo revolucionário como um desenvolvimento orgânico com base no passado, o qual vem sendo preparado, de certa forma, pelas próprias forças da reação, e que combina em si os diferentes recursos das duas partes em conflito ao invés de limitar-se a substituir uma coisa por outra. (p.188)

Conclusão

Wilson será enfático ao afirmar, não apenas a necessidade em se compreender a “temporalidade” da crítica de Marx, como teoria crítica da sociedade da Europa, no século XIX. Será um dos primeiros críticos de renome a reconhecer limitações no pensamento de Marx, e apontar lacunas importantes em sua teoria. Para Wilson, a crítica dialética da sociedade capitalista exposta em Marx, não conseguiu (por razões históricas) alcançar pontos importantes da sociedade. Com isso, Wilson nunca pretendeu, no entanto, subestimar ou, menos ainda, refutar Marx e a importância de seu pensamento. Sua crítica, na verdade, era dirigida a esquerda que apropriara seu pensamento como “testamento”, ou, , como um “mito religioso”, desconectando-o de sua função primordial de compreender as desigualdades da sociedade, sobre a qual a rememoração das premissas básicas da teoria marxista, ajudaria a recuperar. (Cooney, 1987:175)

Referência Bibliográfica

AARON, Daniel. *Writers on The Left. Episodes in American literary communism.* New York: Columbia University Press, 1992.

BERNAL, J. D. “Appendix A: Lessons of the War for Science.” *Proceedings of the Royal Society of London. Series A, Mathematical and Physical Sciences*, Vol. 342, No. 1631, A Discussion on the

Effects of the Two World Wars on the Organization and Development of Science in the United Kingdom (Apr. 15, 1975), pp. 555-574 Disponível on-line em: <https://www.jstor.org/stable/78754>
Consultado em 6 de Junho de 2013

_____. "Dialectical Materialism and Modern Science". *Science & Society*, Vol. 2, No. 1 (Winter, 1937b), pp. 58-66 Disponível on-line em: <https://www.jstor.org/stable/40399130> Consultado em 7 de Junho de 2013

BUHLE, Paul. *Marxism in the United States*. London: Verso, 1980.

_____. BUHLE, Mary; GEORGAKAS, Dan. *Encyclopedia of American Left*. Chicago: University of Illinois Press, 1992.

COONEY, Terry. *The Rise of the New York intellectuals. Partisan Review and its circle, 1934-1945*. Winscosin: The University of Winsconsin Press, 1986.

CERUTI, Mauro. O materialismo dialético e as ciências nos anos 30. In. Eric Hobsbawm. et alii. *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra. 1989. Volume 9. pp.315-86.

HALDANE, John B.S. "Preface". In. ENGELS, F. *Dialectics of Nature*. 1939.

RAVETZ, Jerome; WESTFALL, Richard S. "Marxism and the History of Science". *Isis*, Vol. 72, No. 3 (Sep., 1981), pp. 393-405. Disponível on-line em: <https://www.jstor.org/stable/230257> Consultado em 20 de Junho de 2013

ROBERTS, Edwin. "From the History of Scienci to the Science of History: Scientists and Historians in the Shaping of British Marxist Theory." *Science and Society*, vol.69. n. 4. Outubro, 2005. pp. 529-558.

STURDY, Steve. "Biology as Social Theory: John Scott Haldane and Physiological Regulation". *The British Journal for the History of Science*, Vol. 21, No. 3 (Sep., 1988), pp. 315-340 Disponível on-line em: <https://www.jstor.org/stable/4026832> Consultado em 22 de Junho de 2013

WALD, Alan M. *The New York Intellectuals: The rise and decline of the Anti-stalinist left from the 1930s to the 1980s*. Chapell Hill: The University of North Carolina Press, 1987.

WILSON, Edmund. *Anos vinte : extraídos dos cadernos e diarios*. São Paulo : Companhia das Letras, 1987.

_____. *Rumo a Estação Finlândia: escritores e atores da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. "O Mito da Dialética". In *Rumo a Estação Finlândia: escritores e atores da história*, São Paulo: Companhia das Letras, 1986. pp.173-91.

Estudando o Fenômeno Carter: Governo, Partido e Movimentos Sociais num contexto de crise. Pedro Portocarrero

Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
pedroportocarreropinheiro@gmail.com

Este trabalho consiste basicamente na apresentação das conclusões de nossa pesquisa de mestrado, consubstanciada na dissertação “Para entender o ‘Fenômeno Carter’: governo, partido e movimentos sociais num contexto de crise”, apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH – UFF). Nos dois anos em que estive vinculado ao programa, recebi o inestimável auxílio intelectual e estímulo da minha orientadora, a Prof. Cecília Azevedo, além da solicitude do programa de uma maneira geral e dos professores e trabalhadores de lá, a quem sou muito grato. Além disso, contei com o auxílio de bolsa de mestrado do CNPq, no primeiro ano, e Bolsa Faperj Nota 10, no segundo, até o momento em que defendi minha dissertação, em março de 2013. Agradeço também às valiosas contribuições dos Profs. Thaddeus Blanchette e Flávio Limoncic, que participaram da banca. Ficam aqui meus agradecimentos a todos aqueles que me ajudaram na confecção deste trabalho, além das pessoas queridas que estiveram comigo me dando força neste percurso.

Quando iniciamos nossa pesquisa, imaginávamos que produziríamos um trabalho sobre a trajetória pessoal do presidente americano Jimmy Carter, que governou os EUA de 1977 a 1981. No entanto, à medida que fomos explorando o contexto político, econômico e cultural da época, o escopo do trabalho acabou se ampliando. Ao final, produzimos uma dissertação sobre as contradições internas do Partido Democrata, e a emergência de uma identidade partidária num contexto de crise econômica e política pelo qual passavam os EUA nos anos 70. A ascensão de Jimmy Carter dentro do partido teria de ser, portanto, contextualizada nesse período de transformações do sistema político norte-americano, e ajudaria a iluminar o funcionamento interno do partido, bem como o funcionamento do sistema eleitoral norte-americano como um todo.

Mais especificamente, no nosso trabalho, procurando identificar as diferentes correntes políticas do partido; e mostrar que, a cada uma dessas correntes, corresponderia a existência de uma cultura política. Pudemos identificar três correntes: uma cultura política do *New Deal*, das grandes cidades da Costa Leste, aliada ao movimento sindical; uma cultura

política específica do sul, na qual populismo¹ e racismo muitas vezes conviviam (George Wallace, governador do Alabama, era o melhor representante disso); e uma terceira cultura política, ascendente, oriunda da Nova Esquerda e dos movimentos sociais dos anos 60 (movimento anti-guerra, feminista, ambientalista, um pouco mais tarde o movimento LGBT etc., além do movimento pelos direitos civis²). Cada uma dessas culturas políticas possuía um repertório de práticas políticas, símbolos e “bandeiras” próprias. Levando-se em consideração o caráter dinâmico das culturas políticas, entretanto, não podemos entendê-las sem inseri-las no contexto histórico do Partido Democrata. Essas culturas políticas, como sói acontecer com elas, se constituíram nas batalhas políticas, nas instâncias de mediação e conflito existentes dentro do Partido, nas práticas cotidianas desses grupos, que existem nos movimentos sociais per se, e que entram em contato no partido; que, vale a pena reforçar, entendemos como uma instância de mediação entre movimentos sociais de diferentes tradições e mesmo gerações políticas.

O Partido Democrata, a partir dos anos 60, passa por um processo conturbado de nacionalização e unificação de seus procedimentos. Este processo, embora tenha tido um antecedente na Convenção Democrata de 1964, se inicia para valer durante a Convenção de 1968, em Chicago. Nesta convenção, Hubert Humphrey é escolhido candidato à presidente com menos de 5% dos votos nas primárias, graças a uma série de acordos políticos intrapartidários. Do lado de fora, a polícia de Chicago atacava manifestantes de diversos movimentos sociais, que em certos momentos respondiam às agressões da polícia como podiam, criando uma atmosfera de verdadeira batalha campal. Dentro da Convenção, diversos

¹“Populismo” na política americana significa algo diverso de sua conotação brasileira. Nos EUA, o movimento populista foi um movimento de pequenos proprietários rurais, especialmente do sul, durante o século XIX, com uma agenda anti-truste e de críticas aos bancos e às “élites”. Hoje em dia, rotula-se de “populistas” candidatos que façam críticas ao sistema financeiro e defendam consumidores e pequenos produtores, colocando-se contra “élites”. O termo assumiu um significado vago nos dias de hoje. Embora possa ser utilizado pejorativamente em certos debates americanos, para designar propostas demagógicas e não-realistas, o conceito não compartilha da mesma carga histórica que “populismo” possui na América Latina.

²O caso do movimento pelos direitos civis merece uma explicação. Embora o movimento pelos direitos civis seja cronologicamente anterior aos movimentos da Nova Esquerda, ele ainda não havia sido adequadamente incorporado nas estruturas partidárias. Negros possuíam baixa representatividade nos postos de comando do partido, e sua presença nos diretórios estaduais no norte do país começou a expor a contradição que era ter o segregacionismo sulista dentro do partido. Nesse sentido, a Convenção Democrata de 1964 é um divisor de águas, que anteciparia as tensões que explodiriam em 1968. Nela, O Mississippi Freedom Democratic Party, uma delegação alternativa do Mississippi, integrada racialmente, solicitava a destituição da delegação oficial, segregada, do estado na Convenção, sob o argumento de que ela violava as regras do partido. O MFDP alegava que, ao contrário da delegação então presente na Convenção, havia seguido todos os ritos necessários e portanto era a delegação com legitimidade para estar lá. Lyndon Johnson e alguns líderes democratas tentaram arquitetar um compromisso: dois delegados do MFDP seriam aceitos, e os outros membros seriam considerados convidados sem direito a voto. No futuro, nenhuma delegação segregada seria reconhecida. O acordo não agradou a nenhum dos dois lados. Enquanto liberais do partido apoiavam a destituição da delegação oficial do Mississippi, segregacionistas do sul se recusaram a assinar a carta de apoio à candidatura de Johnson.

integrantes do Partido, especialmente participantes dos movimentos da Nova Esquerda, além de mulheres, jovens e negros, reclamavam da falta de representatividade nas estruturas partidárias.

A Convenção de 1968 foi considerada o marco inicial de um processo de reforma, que objetivaria incorporar os novos membros do partido. Formou-se uma comissão de reforma que trabalharia até 1972, conhecida como McGovern-Fraser Commission, contemplando seus líderes, o deputado Donald Fraser (Minnesota) e o senador George McGovern (Dakota do Sul). Como resultado da comissão, criaram-se diversos mecanismos de democratização das normas internas do partido, além da incorporação de diversos novos egressos do partido, através da instituição de cotas e ações afirmativas (que seriam atenuadas depois de alguns anos). A escolha de George McGovern, um político conhecido por suas posições fortemente liberais³, como candidato à presidente nas eleições de 1972, é considerada uma consequência deste processo de reforma do Partido, que permitiria a ascensão de McGovern. A posterior derrota de McGovern para Nixon nas eleições de novembro produziria uma espécie de trauma coletivo dentro do partido. O fantasma do “liberalismo radical” assombraria o partido durante muitos anos, e seria um fator importante nos rumos do partido nas décadas seguintes.

A crise de identidade do partido nos anos 60 e 70 precisa ser entendida à luz das contradições internas da antiga aliança de sustentação do New Deal: o movimento pelos direitos civis e a Guerra do Vietnã implodiram a aliança entre máquinas políticas da Costa Leste e segregacionistas, provocando um realinhamento do sistema partidário norte-americano, com o êxodo de segregacionistas e “liberais da Guerra Fria” (linha-dura em matéria de política externa) para o Partido Republicano.

A ascensão de Jimmy Carter nos anos 70 precisa ser entendida à luz dessas transformações pelas quais passava o Partido Democrata, além do contexto de reação ao Vietnã e Watergate. Considerado um outsider, um político de expressão regional, Carter aproveitará algumas estratégias políticas de McGovern, o único candidato de 1972 a entender o significado das mudanças pelas quais o partido havia passado. Carter, assim como McGovern, concorrerá em todas as primárias; valorizará as primeiras primárias pela repercussão midiática que catapultaria sua candidatura; se utilizará de uma estrutura capilar de campanha, contando com muitos voluntários. No entanto, ideologicamente, Carter procurará se situar no centro do campo político democrata, procurando agradar o maior número de

³“Liberal”, no contexto americano, se opõe a “conservador”, e possui um sentido diverso do que costumamos atribuí-lo no Brasil. Em geral, possui posições favoráveis aos direitos das minorias, é a favor da atuação do governo no auxílio aos pobres, redução da desigualdade, concessão de benefícios sociais (embora existam diferenças de grau dentro do liberalismo).

pessoas possível. Essa estratégia, que inicialmente tornará Carter um candidato palatável a todos, até novembro de 1976 quase lhe custará a eleição. Sua cautela em assumir posicionamentos, ao longo do tempo, seria representada pelos adversários como características de um “duas-caras”, um “vaselina” que evita assumir compromissos explícitos com o intuito de agradar a todos, e esta mudança de imagem será uma das responsáveis por uma queda rápida de sua popularidade até o dia da eleição. No entanto, ao final do processo, Carter será eleito, e novamente se criará uma aura de otimismo em torno de um candidato que se vangloriava de não possuir laços com a política praticada em Washington.

Embora as ambiguidades de Carter fizessem parte de uma estratégia política, também é certo que o candidato possuía posicionamentos complexos, que fugiam da polarização política já em curso nos EUA. Além disso, conciliava posições progressistas em matéria de direitos civis com posições conservadoras em matéria fiscal. Embora alguns militantes do Partido Democrata tenham denunciado as tendências conservadoras de Carter durante as primárias, as contradições de Carter em relação ao *establishment* do partido seriam submersas temporariamente durante as eleições, mas viriam à tona desde o primeiro dia de seu mandato. Carter, de todo modo, estava muito longe de ser um conservador como Ronald Reagan. Embora alguns autores e debatedores políticos de esquerda procurem situar Carter como um precursor de Reagan e da onda conservadora que varreria os EUA no início dos anos 80, nós entendemos que uma análise mais cuidadosa do período não sustenta essa caracterização. As ambiguidades de Carter em relação ao cânone do partido fizeram com que ele tenha chegado ao cargo político mais importante dos EUA justamente porque era compatível com os anseios do eleitorado americano, respondia a uma necessidade; mas, ao mesmo tempo, Carter era um legítimo representante da tradição “populista sulista”, expurgando explicitamente o racismo de Wallace, ocupando um nicho de modo a representar um Novo Sul, moderno. Ao nosso ver, Carter era esta cultura política populista comparecendo ao encontro marcado com um Partido Democrata efetivamente nacional, de modo geral identificado com um conjunto de causas liberais ou progressistas.

A crítica da política dos lobbies, dos grupos de interesse, a concepção de um Estado reduzido e uma perspectiva mais contida das possibilidades de realização e do otimismo em relação ao governo, bem como a introdução de uma moralidade no campo político (que, embora laica, guardava clara relação com a visão de mundo batista de Carter), tudo isso ajudou a eleger Carter, na medida em que era compatível com a disposição da opinião pública pós-Vietnã, pós-Watergate.

No entanto, poucos meses após assumir, Carter já enfrentaria a impaciência dos movimentos sociais e de seu próprio partido. Pela sua postura inflexível em relação à política de Washington, por erros cometidos numa grande reorganização da burocracia governamental e na articulação política, pelos cortes no orçamento, que desagradaram ao partido e aos movimentos sociais, a proposta de reorganização dos benefícios sociais. Todos esses fatores contribuíram para uma erosão da governabilidade de Carter nos dois primeiros anos do mandato, colocando o governo em oposição a sua própria base de apoio.

Em síntese, nossa interpretação desta crise de governabilidade leva em consideração três fatores básicos:

- A estrutura de formação de coalizões montada pela Casa Branca, na sua articulação com o Congresso e a sociedade civil;
- A percepção da liderança de Carter por parte da opinião pública, continuamente reinterpretada à luz da crise econômica, política e moral, bem como dos sucessos e fracassos na agenda legislativa do governo;
- A reação dos movimentos sociais a uma gestão fiscal cada vez mais conservadora, na qual a inflação, e não o desemprego, passou a ser a prioridade do governo.

Posto isso, podemos dizer que nossa reavaliação do governo Carter se ampara nas seguintes conclusões:

- 1) O modelo de produção de coalizões em prol de medidas propostas pelo governo, embora tenha emergido de um processo com erros e acertos nos dois primeiros anos, era compatível com a imagem de um presidente disposto a “fazer o que é certo”, mesmo que não fosse benéfico politicamente. As tentativas de articulação com a sociedade civil convinham a um modelo que propunha “ultrapassar” a política tal como feita em Washington. Sucessos desta política: os Tratados do Canal do Panamá, as desregulamentações etc. O escritório de articulação com a sociedade civil passaria em 1978 por uma reorganização e redefinição de suas funções, visando atender melhor à necessidade de converter apoio popular em votações favoráveis no Congresso.
- 2) A visão a respeito da liderança de Carter oscilava de acordo com sucessos ou insucessos episódicos, o uso político de certas medidas (a campanha contra a assinatura do Canal do Panamá, por exemplo), os usos políticos do contexto (interpretar como fraqueza eventos fora do controle americano (choque do petróleo, crise dos reféns). O significado político de cada um desses

acontecimentos ia sendo reinterpretado de acordo com o desenrolar dos acontecimentos e comparativamente a uma imagem idealizada de um homem de fé que jamais mentiria, ou um Moisés recolhido em Camp David. À medida que o cinismo em relação ao governo prevalecia, aumentava o desejo de retorno a uma “política da ousadia” (à esquerda, para combater as injustiças sociais; à direita, o uso da força pela segurança dos interesses internacionais dos EUA e o corte abrupto de impostos, tal como advogado por Ronald Reagan na campanha presidencial de 1980).

Num momento de intenso ataque conservador a todas as conquistas liberais das décadas anteriores, se pode dizer que o Partido Democrata aglutinou-se em torno da reafirmação destas conquistas, o inviabilizava o diálogo entre esses movimentos sociais e a proposta de Carter de um liberalismo adaptado a uma era de limites. Carter, longe de ser um prenúncio do neoconservadorismo ou uma “traição” à legítima tradição do partido, representou um projeto de redefinição do liberalismo americano, originado numa das tradições políticas que então compunham o Partido Democrata. Este projeto, em vez de ter colapsado por si próprio, foi derrotado eleitoralmente, num contexto de intenso ataque por parte de seus adversários e uma aguda crise econômica.

Para melhor compreendermos a chamada “onda conservadora”, precisamos olhar para outros fatores, comumente negligenciados, mas que são cruciais para entendermos uma inflexão conservadora na política americana, como as mudanças na estrutura de financiamento de campanhas e o fortalecimento do lobby empresarial nos EUA. A aprovação de emendas ao *Federal Election Campaign Act* de 1971, a partir da decisão da Suprema Corte *Buckley v. Valeo*, em 1976, acabaram consolidando um processo que já vinha em curso: o aumento de contribuições de campanha dos empresários, que na década de 70 finalmente ultrapassaram a central sindical AFL-CIO como principal financiador de campanhas nos EUA.

Em janeiro de 1976, então, a Suprema Corte emitiu sua decisão sobre o caso *Buckley v. Valeo* afirmando a constitucionalidade de partes do FECA; criou-se o que se chamou na época de *loophole*, uma brecha na legislação que enfraquecia suas disposições e permitia que ela fosse burlada. Ficou decidido que qualquer limitação de valores era constitucional, pois feriria a liberdade de expressão garantida pela Constituição. Implicitamente, a Suprema Corte igualava volume de dinheiro a livre expressão, o que não era uma visão distante da realidade política americana. De qualquer forma, os limites de doação e gastos permaneceriam para

aqueles que aceitassem o financiamento público da campanha. No entanto, PACs (Comitês de Ação Política, que funcionavam como estruturas de financiamento) considerados independentes dos candidatos poderiam gastar qualquer volume de recursos; para isto, os comitês de campanha não poderiam ter qualquer prerrogativa sobre os gastos dos PACs, nem sequer manter relações institucionais com eles. Na prática, a distinção entre PACs vinculados a campanhas e aqueles considerados independentes era muito difícil e criava uma enorme brecha para o financiamento das campanhas pelo *big money*, dificultando muito a investigação de irregularidades. Também ficou liberado o uso pessoal das fortunas dos candidatos nas campanhas. Permaneceram de pé todas as provisões relativas à transparência e registro do uso de recursos. Também foi contestada a forma das nomeações dos membros da FEC: originalmente, eram o Secretário do Senado e da Câmara, mais dois indicados pelo presidente, dois pelo presidente do Senado, dois pelo presidente da Câmara, tendo os seis últimos poder de voto. A forma de seleção foi considerada inconstitucional, em contradição com o artigo II, seção 2^a, cláusula 2^a da Constituição.⁴

Além disso, desde a reforma de 1971, as estruturas de arrecadação dos partidos perderam importância em comparação com as estruturas dos candidatos. A inflexão conservadora na política americana não pode ser entendida fora destes marcos fundamentais nas campanhas eleitorais norte-americanas.

Uma outra decisão, menos falada, tinha sido ainda mais determinante para a transformação do sistema político americano, ainda que mais discreta. Seus efeitos seriam sentidos ao longo da década de 70, e ficariam claros com a eleição de 1978.

Ainda em 1975, a comissão eleitoral americana decidira que as empresas poderiam solicitar contribuições de seus empregados e acionistas. Além disso, poderiam pagar as despesas de seus PACs com dinheiro corporativo. O resultado desta decisão foi a proliferação dos PACs corporativos: em janeiro de 1975, havia 89 PACs corporativos; a partir de maio de 1976, 297. Em janeiro de 77, 433. Pouco antes das eleições de 1978, já havia 776. Além desses, outros 655 eram operados por associações comerciais. Na época das eleições de 1978, os PACs de sindicatos e uniões eram apenas 263. Em termos de quantias, o quadro é semelhante: em 1974, grupos de interesse deram US\$ 12,5 milhões para as campanhas do Congresso; em 1976, US\$ 22,5 milhões; e em 1978 a estimativa era de US\$ 30 milhões. Nos

⁴ O texto da decisão está em: Buckley v. Valeo. Legal Information Institute, Cornell University Law School. Disponível em: http://www.law.cornell.edu/supct/html/historics/USSC_CR_0424_0001_ZS.html. Acessado em: 18 dez. 2011. Para interpretação do resultado, utilizamos, além das crônicas, o seguinte artigo: Maurice DeG. Ford, The Court Clips Election Reform. The Nation. 28 fev. 1976. vol. 222, n. 8. Para o poder dos sindicatos no financiamento das campanhas, e os efeitos da nova legislação eleitoral sobre ele, v. Damon Stetson, Labor Power in the Elections. The New York Times, 18 jan. 1976, p. 109, Seção Business and Finance.

dados que se referem à comparação entre movimento sindical e empresários, em 1972, sindicatos deram US\$ 3,6 milhões aos candidatos, contra US\$ 3,5 milhões de grupos corporativos. Em 1974, US\$ 6,3 milhões contra US\$ 4,8 milhões dos empresários. Já em 1976, foram US\$ 8,2 milhões contra US\$ 11,5 milhões da comunidade empresarial, invertendo a proporção pela primeira vez (em função da decisão da comissão). Até 25 de outubro de 1978, PACs corporativos levantaram US\$ 36,8 milhões e doaram US\$ 10,9 milhões aos candidatos, enquanto PACs de trabalhadores receberam US\$ 16,8 milhões e doaram US\$ 6 milhões.

Um dado, entretanto é curioso, e cujos efeitos podem ser imaginados: a maioria dessas verbas não foi necessariamente para candidatos republicanos. Em 1978, a estimativa era de apenas 46% da verba indo para os candidatos do GOP. A maior parte da verba (79%) ia para candidatos à reeleição, fosse qual fosse o partido. Birch Bayh, por exemplo, campeão do liberalismo democrata, foi o terceiro maior recebedor de dinheiro dos PACs corporativos. Claramente, a estratégia era fazer “apostas seguras” para tentar obter vantagens depois, independentemente do partido e passando por cima deles. Uma série de derrotas importantes do movimento sindical, como a derrota da reforma trabalhista e do direito de piquete, poderiam ser colocadas na conta dos *lobbies* crescentes em Washington. Outros exemplos são a derrota do governo Carter na criação de uma agência de defesa do consumidor, a derrota da lei de redução de custos hospitalares, bem como a redução da taxa de ganhos de capital e outros incentivos dados aos empresários no código fiscal.

Os exemplos são notáveis: Mike McCormack, deputado democrata de Washington que até então tivera avaliação de 100% no seu histórico como parlamentar pelo AFL-CIO, votou contra o direito de piquete e em 1978 recebeu só dos PACs corporativos mais dinheiro do que todas as contribuições recebidas por ele no ano de 1976. Allen Ertel, democrata da Pennsylvania, recebera, em 1976, US\$ 8,7 mil dos PACs de trabalhadores e sindicatos, e apenas US\$ 2,7 mil dos PACs corporativos. Em 1978, recebeu US\$ 12 mil dos PACs corporativos. Ike Skelton, democrata do Missouri, recebera US\$ 9.450 dos sindicatos e associações de trabalhadores, e US\$ 17 mil dos PACs corporativos; após votar contra o direito de piquete, recebeu US\$ 27.845 dos PACs corporativos e US\$ 1,7 mil dos PACs de trabalhadores. É óbvio que sindicatos e associações patronais vão contribuir com aqueles candidatos que estão mais de acordo com suas ideias. O lobismo e a defesa de interesses específicos não era novidade, e o movimento sindical usou e abusou deste recurso. O problema era que agora claramente havia um desequilíbrio entre as contribuições; e o mais revelador, havia uma competição clara entre recursos corporativos e sindicais, e a posição dos

políticos democratas em temas-chave para atores sociais importantes do partido estava sofrendo uma inflexão por conta disso.

Portanto, a inflexão conservadora do Congresso não era tanto nos números, mas na atitude dos legisladores.

Esta situação deu origem a um livreto editado pelo grupo de lobby e *advocacy* em prol do interesse público chamado Common Cause. Esta instituição era considerada um grupo daquilo que se convencionou chamar “*citizens’ lobby*”, isto é, organizações não-governamentais criadas com o propósito de contrabalançar justamente a defesa de interesses privados na administração pública e na atividade política. O nome do livreto era “How Money Talks in Congress”. Nele, a *Common Cause* conta histórias semelhantes de como iniciativas do governo haviam sido derrotadas pelo lobby privado. Tratando, por exemplo, o caso da reforma do sistema de saúde proposto pelo governo: a *American Medical Association* (AMA), contrária ao plano, deu 101.259 dólares por meio de seu PAC para membros do *House Interstate Commerce Committee* desde 1976 até julho de 1978. O comitê derrotou a legislação de contenção dos gastos com hospitais por 22 a 21. Até fevereiro, enquanto analisava uma proposta alternativa para a legislação de reforma da saúde de Carter, redigida junto com a AMA, os membros do *House Ways and Means Health Subcommittee* receberam 63.132. Poderíamos dar exemplos diversos. Entretanto, o modus operandi era sempre o mesmo: eles procuravam sempre os membros dos subcomitês que tinham poder sobre seus temas.⁵

Obviamente, outros fatores precisam ser levados em consideração para entendermos a “virada conservadora” acontecida nos EUA nos anos 80. A mudança nas estratégias de atuação política por parte da Nova Direita, o crescimento das igrejas fundamentalistas, o humor anti-estatista do eleitorado, tudo isso precisa ser levado em consideração. O que procuramos aqui é explicitar uma das explicações concorrentes, procurando mostrar a importância de se compreender as regras do sistema americano ao estudarmos a história política do país.

Embora Carter tenha vencido uma aguerrida batalha contra Ted Kennedy nas primárias democratas em 1980, acabaria perdendo as eleições gerais para Reagan em novembro. Kennedy, apresentando-se como campeão do liberalismo aviltado por Carter, provocou sérios danos à candidatura do presidente à reeleição. Diversos membros de movimentos sociais ligados ao Partido Democrata declararam neutralidade nas eleições, e alguns até apoiaram Reagan. Embora outros fatores tenham influenciado a derrota de Carter

⁵ Randall Rothenberg, The PACs Go to Market on the Hill, The Nation. Vol. 227, n. 17. 18 nov. 1978.

(a crise dos reféns no Irã talvez seja o principal deles), é certo que a deterioração de sua base de apoio dificultou muitos as coisas para o presidente. A proposta de Carter de um redimensionamento do liberalismo americano havia sido rejeitada por boa parte de seus próprios correligionários.

BIBLIOGRAFIA

- BERMAN, William C. **America's Right Turn**. From Nixon to Bush. Baltimore, London: The Johns Hopkins University Press, 1994.
- BIVEN, Carl W. **Jimmy Carter's Economy**: policy in an age of limits. Chapel Hill, London: The University of North Carolina Press, 2002.
- BUCKLEY V. VALEO. Legal Information Institute, CornellUniversityLawSchool. Disponível em: http://www.law.cornell.edu/supct/html/historics/USSC_CR_0424_0001_ZS.html. Acessado em: 18 dez. 2011.
- DUMBRELL, John. **The Carter Presidency**: A Re-Evaluation. Manchester, New York: Manchester University Press, 1995.
- FINK, Gary M.; GRAHAM, Hugh Davis (ed.). **The Carter Presidency**. Policy Choices in the Post-New Deal Era. Lawrence: University Press of Kansas, 1998.
- FLIPPEN, J. Brooks. **Jimmy Carter, the politics of family, and the rise of the religious right**. Athens: University of Georgia Press, 2011.
- GLAD, Betty. **In Search of the Great White House**. New York, London: W. W. Norton & Company, 1980.
- HAAS, Garland. **Jimmy Carter and the Politics of Frustration**. Jefferson: McFarland & Company, 1992
- HARGROVE, Erwin C. **Jimmy Carter as President**: leadership and the politics of public good. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1988.
- JONES, Charles O. **The Trusteeship Presidency**: Jimmy Carter and the United States Congress. Baton Rouge, London: Louisiana State University Press, 1988.
- MIROFF, Bruce. **The Liberals' Moment: The McGovern insurgency and the identity crisis of the Democratic Party**, Lawrence: University Press of Kansas, 2007.
- PINHEIRO, P. P. **Para entender o “Fenômeno Carter”: governo, partido e movimentos sociais num contexto de crise**. Dissertação. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Universidade Federal Fluminense, 2013.
- ROSENBAUM, Herbert D.; UGRINSKY, Alexej. **The Presidency and Domestic Policies of Jimmy Carter**. Westport, London: Greenwood Press, 1994.
- ROTHENBERG, Randall. The PACs Go to Market on the Hill, **The Nation**. Vol. 227, n. 17. 18 nov. 1978.
- STANLEY, Timothy. **Kennedy vs. Carter**: The 1980 Battle for the Democratic Party's Soul. Lawrence: University Press of Kansas, 2010.
- WITCOVER, Jules. **Marathon**: The Pursuit of the Presidency, 1972-1976. New York: Viking Press, 1977.
- SCHRAM, Martin. **Running for President 1976.The Carter campaign**. New York: Stein and Day, 1977.

8. CINEMA E HISTÓRIA

SEMENTES DA VIOLÊNCIA: Classe e Rebeldia no Cinema de Hollywood na década de 1950. Carlos Santos¹

Introdução

O presente texto analisa a produção cinematográfica “Sementes da violência” (*Blackboard Jungle*, dir.: Richard Brooks – 1955) buscando abordar as representações juvenis realizadas nesta película. O filme dirigido por Brooks é produzido em meados da década de 1950, período no qual começam a se fazer claramente presentes na sociedade norte-americana novas demandas sociais e culturais que seriam absorvidas pela indústria midiática em um processo de mercantilização das tensões sociais que se apresentavam. Neste contexto, a indústria cinematográfica hollywoodiana busca dialogar com a realidade cultural da juventude americana, apresentando enredos comprometidos em dialogar com as questões referentes a este parcela da sociedade. Desta forma, o artigo empreende a análise com o objetivo de examinar as maneiras através das quais se deu o citado processo, bem como a relação da película com seu contexto de produção.

Contrariando as expectativas que se seguiram ao fim da 2^a Guerra Mundial (1939 – 1945), o processo de reconversão da economia de guerra dos Estados Unidos da América (EUA) aos tempos de paz não gerou a esperada crise do sistema produtivo. Ao invés disso, desencadeou a consolidação da sociedade de consumo que comporia o cenário geral da potência capitalista ao longo das décadas seguintes. Este momento insere-se, outrossim, no período caracterizado como a Guerra Fria, quando o conflito não declarado entre as duas potências antagônicas, Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), toma forma, dividindo o continente europeu e, posteriormente, o mundo, em duas zonas de influência distintas. O estabelecimento desta ordem mundial margearia as ações do Estado norte-americano, tanto em âmbito interno quanto externo.

¹ Mestrando em História, Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista do CNPq. E-mail: manoel.feliep@gmail.com

Nesta conjuntura, enquanto determinados grupos sociais tornam-se portadores de novas demandas, buscando maior inserção no cotidiano de seu país, os papéis vividos pelos indivíduos sofrem alterações diante das mudanças de costumes observadas. Se a juventude desponta como um ator social relevante² o qual intensifica sua presença ao longo da década de 1950, se consolidando nos anos 1960, homens e mulheres percebem novas formas de interação, o que tem influência sobre a organização familiar. Questões atinentes a embates de classe, raça e sexualidade são atualizados, fundamentando uma atmosfera de insatisfação com a ordem estabelecida.

A década de 1950 é caracterizada como o período no qual a prosperidade econômica alcançada na nação norte-americana possibilita a concretização daquilo que Jean Baudrillard delimitou como *sociedade de consumo* (BAUDRILLARD, 2008). Aqui, a geração que havia atravessado as incertezas das duas décadas anteriores, marcadas pela carestia da crise econômica e, posteriormente, pela participação da nação em um conflito de proporções mundiais, busca no conforto dos bens de consumo a segurança que almejara. A nova vida nos subúrbios, representada por automóveis, eletrodomésticos e pela unidade da família nuclear, passa a ilustrar as transformações do *American Way of Life*, veiculado através dos *mass media*, sobretudo do cinema e da televisão.

No entanto, a homogeneização e o conformismo, alicerçados pelo materialismo inerente à sociedade de consumo que se concretizava, começam a ser apontados como ingredientes corruptores das qualidades tradicionais do *ethos* norte-americano. Surgem, então, trabalhos sociológicos críticos às modificações socioculturais observadas, como as obras, *The Lonely Crowd* (1950), de David Riesman; *White Collar* (1951) e *The Power Elite* (1956), de C. Wright Mills; e *The Organization Man* (1956), de William H. Whyte. Nestas obras, a obsessão pelos bens materiais, o conformismo e a homogeneização apontados como característicos da sociedade de consumo, bem como a incessante busca de ascensão social enquanto objeto de autopromoção, são contundentemente criticados.

Este contexto cultural é completado pelos elementos resultantes do profundo conservadorismo político que se estabelece no embate com o mundo socialista. Ameaças de invasão, desconfianças, e o perigo da aniquilação nuclear passam a estarem presentes no

² SAVAGE, Jon. *A Criação da Juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. Neste trabalho, Savage demonstra como, a partir de fins do século XIX e ao longo da primeira metade do século seguinte, diferentes grupos e movimentos juvenis moldaram a noção de adolescência, sendo esta consolidada na década de 1950.

cotidiano do país, estabelecendo-se um cenário de ansiedade do qual o fenômeno do McCarthyismo³ tornar-se-ia o exemplo mais significativo.

Paralelamente, e em contato com o contexto político e sociocultural sucintamente exposto acima, a sociedade americana voltava-se para o debate da delinqüência juvenil. Desde os fins da década anterior, uma série de acontecimentos violentos protagonizados por jovens vinham ocupando espaço na imprensa, causando insegurança e apreensão a uma parcela considerável da população americana. Em meados da década de 1950, surgiam questionamentos referentes aos riscos que o cinema e os *crime comics* poderiam representar a uma juventude suscetível a maus exemplos e facilmente impressionável, levando o Congresso a iniciar uma mesa de trabalhos com a finalidade de estudar o tema.

Por outro lado, no que se refere ao negócio da produção cinematográfica dos grandes estúdios hollywoodianos, a difícil conjuntura na qual se encontrava a indústria de cinema da Califórnia, tendo, entre os últimos anos da década de 1940 e os primeiros da década de 1950, recebido o golpe judicial desferido pela Suprema Corte dos EUA⁴, enfraquecendo sua estrutura de controle sobre o negócio cinematográfico, enfrentado os obstáculos políticos erguidos pela histeria anticomunista, a qual representou sérias limitações às possibilidades de produção e, ainda, tendo de lidar com o surgimento da forte concorrência televisiva, responsável pelo sensível esvaziamento das salas de exibição, tornava necessário que medidas de renovação fossem tomadas como forma de reduzir o impacto negativo desta conjuntura sobre a empresa cinematográfica. Desta maneira, os estúdios de Hollywood absorvem as demandas em formação na sociedade, operando transformações temáticas e de gênero em suas produções. Segundo Christopher Gair, tratando dos elementos que levaram os estúdios a produzirem filmes de temática juvenil:

As a result of the HUAC hearings of the late 1940s, which had increased institutional and public suspicion about Hollywood, there was a general nervousness the studios about what could be produced, reinforced by a sense that the majority of cinema-goers endorsed the repressive policies of the Cold War. In addition, these companies had been

³ O termo “McCarthyismo” é derivado do nome do senador republicano Joseph McCarthy, o qual desencadeou um ácido e traumatizante fenômeno de histeria anticomunista nos primeiros anos da década de 1950. As suspeitas (normalmente infundadas) levantadas contra cidadãos americanos e estrangeiros residentes, acusados de simpatizar com a ideologia soviética, deixariam marcas profundas na política, nas artes, na intelectualidade, na educação e em outras esferas da vida americana, vários anos após as ações deste congressista.

⁴ No ano de 1947, a Suprema Corte dos Estados Unidos sanciona uma Lei Antitruste que determinava que as práticas de produção dos grandes estúdios cinematográficos configuravam uma prática ilegal, uma vez que estes controlavam todas as instâncias do negócio cinematográfico nos Estados Unidos. Produzindo os filmes, os estúdios também controlavam a distribuição das películas, bem como possuíam a propriedade de grandes redes de salas de exibição. Após 1947, os estúdios tiveram que se desfazer da propriedade das salas. Além disso, foram impedidos de participar do nascente negócio televisivo. Estas ações não apenas significaram grandes perdas de rentabilidade antes assegurada, mas igualmente o impedimento de entrar em uma nova e potencial possibilidade de lucros.

established for several decades and were more responsive to scripts that operated within the parameters of successful, low-budget formulae than to those that appeared more radical.

Oddly, this combination made films about juvenile delinquency attractive to the big studios, especially since plots could easily be constructed around variations not only on the Western, but also on the standard heterosexual love story and an updated version of the public enemy gangster narrative of the '30s and '40s, now transposed to represent out of control youths terrorising urban communities. Moreover, juvenile delinquency was highly topical. The early '50s saw near-hysteria about the 'problem' of unruly teenagers: in 1954, there was a Senate Subcommittee on Juvenile Delinquency, and the educationalist and journalist Benjamin Fine published his far-reaching study, *1,000,000 Delinquents*. For some critics, this is not enough to explain the turn to teen films: Peter Biskind has suggested that, 'considering that 1954 was the year that Dulles announced the policy of massive retaliation, the year that three Puerto Rican nationalists shot up to the House of Representatives, wounding five Congressmen, the year that Ike considered (and decided against) nuking Ho Chi Minh to bail the French out of Dien Bien Phu, and the year the Supreme Court decided that segregated schools were separate but unequal', studio obsession with juvenile delinquency is 'peculiar, to say the least'. For Biskind, the interest reflected 'the first wave of conservative backlash against what William Whyte called the "filiarchy" ... an autonomous youth culture, not delinquency per se'.⁵

(Como resultado dos interrogatórios do HUAC em fins dos anos 1940, os quais haviam aumentado a desconfiança pública e institucional sobre Hollywood, havia um nervosismo geral nos estúdios sobre o quê poderia ser produzido, reforçado pela sensação de que a maioria dos espectadores apoiava as políticas repressivas da Guerra Fria. Além disso, estas companhias estavam estabelecidas há décadas e eram mais receptivas à roteiros que operassem dentro dos parâmetros das fórmulas de sucesso e baixo-orçamento que àqueles que parecessem mais radicais.

Estranhamente, esta combinação fez com que os filmes sobre delinquência juvenil fossem atrativos aos grandes estúdios, especialmente se os enredos pudessem ser facilmente construídos sobre variações não apenas do Western, mas igualmente sobre a história de amor heterossexual padrão e uma versão atualizada da narrativa sobre o inimigo público gangster dos anos 30 e 40, agora transpostas para representar jovens fora de controle aterrorizando comunidades urbanas. Ademais, delinquência juvenil foi altamente tópica. O início dos anos 1950 presenciou uma quase-histeria sobre o 'problema' dos adolescentes sem regras: em 1954, houve um Subcomitê para Delinquência Juvenil do Senado, e o educador e jornalista Benjamin Fine publicou seu influente estudo, *1,000,000 Delinquents*. Para alguns críticos, isto não é o suficiente para explicar a virada aos filmes adolescentes: Peter Biskind sugeriu que 'considerando que 1954 foi o ano no qual Dulles anunciou a política da retaliação massiva, o ano no qual três porto-riquenhos nacionalistas abriram fogo na Casa dos Representantes, ferindo cinco congressistas, o ano no qual Ike (Eisenhower) considerou (e decidiu contra) atacar Ho Chi Minh para retirar os franceses de Dien Bien Phu, e o ano no qual a Suprema Corte decidiu que escolas segregadas eram separadas mas não-iguais', a obsessão dos estúdios com a delinquência juvenil é 'peculiar, para dizer o mínimo'. Para Biskind, o interesse reflete a primeira onda de retrocesso conservador contra o que William Whyte chamou de 'filiarquia'... uma cultura jovem autônoma, não delinquência *per se*.)

É, portanto, nesta atmosfera de inquietação social que se insere a produção de "Sementes da violência". De qualquer forma, e apesar de se voltar para a questão da inserção

⁵ BISKYND, Peter. *Seeing is Believing: Or How Hollywood Taught Us to Stop Worrying and Love the 50s*. London: Bloomsbury, 2001, p. 197. Apud GAIR, Christopher. *The American Counterculture*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007. p. 102.

do jovem na sociedade americana, o filme de Brooks não consiste em um filme adolescente⁶, sendo mais correto avaliá-lo enquanto um filme de temática social, voltado para parcelas mais amplas da audiência. Esta questão será mais bem explicitada a seguir, no exame pormenorizado da obra.

A Juventude de “Sementes da violência”

A trama de “Sementes da violência” se passa no subúrbio da cidade de Nova Iorque. O enredo conta a história de Richard Dadier (Glenn Ford), um novo professor da escola secundária North Manual Trade High School, onde lecionará aulas de inglês. Nesta instituição, o professor Dadier tem de lidar com o cotidiano de violência, delinquência juvenil, gangues e a desilusão de jovens socialmente e etnicamente marginalizados. Negando-se a abrir mão de seus ideais, Dadier sofre as consequências dos embates com os alunos problemáticos da escola, em especial, Artie West (Vic Morrow), líder de uma gangue de arruaceiros. Ao longo da película, Dadier lida com ameaças, a indiferença de seus colegas e diretor, e a frágil gravidez de sua esposa, colocada em risco devido às cartas anônimas enviadas a ela, falsamente acusando seu marido de infidelidade. Será apenas perseverando em seus esforços que Dadier conseguirá alcançar a confiança de seus alunos, sendo bem sucedido em seus objetivos educacionais.

Configurando-se como uma produção partícipe da estética cinematográfica do cinema clássico hollywoodiano, a película em questão fundamenta-se no conhecido formato, compartilhando algumas de suas características: ao momento inicial de relativa harmonia, seguem-se situações de conflito as quais serão ultrapassadas pelo protagonista, graças a sua firmeza de caráter e determinação. A linearidade, a coerência e a homogeneidade da narrativa nunca são desconsideradas pelas técnicas cinematográficas utilizadas, existindo uma relação bem definida de causa e efeito estabelecida entre as passagens do enredo. Por fim, o espectador é guiado pela narrativa a elucidar os impasses propostos pela própria história,

⁶ Entenda-se “filme adolescente” aquele que possui o enredo voltado para a audiência juvenil, abordando questões concernentes a esta parcela da população. O gênero dos filmes adolescentes, ou mais comumente designados *teenpics* (*teenpictures*), é compreendido como as produções realizadas para os jovens, buscando dialogar com suas idiossincrasias, como forma de obter considerável sucesso comercial. Podemos elencar como os principais filmes adolescentes do período “O selvagem” (*The Wild One*, dir.: Laslo Benedek – 1953) e “Juventude transviada” (*Rebel without a cause*, dir.: Nicholas Ray – 1955), que contavam com estrelas jovens em meteórica ascensão sendo, respectivamente, Marlon Brando e James Dean. Além destes, muitos outros títulos foram partícipes do gênero adolescente, especialmente um considerável conjunto de produções de baixo orçamento, denominadas filmes “B”. Entretanto, saliento que o forte teor contestatório e de crítica social dos filmes voltados à temática juvenil na década posterior, os anos 60, não se encontra presente nas obras da década de 1950, sendo estas mais superficiais e ingênuas em suas abordagens.

sendo a harmonia inicial restabelecida pelas ações do personagem protagonista, sobre o qual se assenta todo o enredo, ou ao menos parte considerável dele.

Richard Brooks, que assina tanto a direção, quanto a roteirização de “Sementes da violência”, foi um profícuo diretor, roteirista e produtor na indústria do cinema da Califórnia, tendo desenvolvido suas atividades especialmente entre as décadas de 1940 e 1960. Oriundo da imprensa e do rádio, roteirizou filmes como “Gata em teto de zinco quente” (*Cat n a hot tin roof* – 1958), “Os profissionais” (*The professionals* – 1966) e “A sangue frio” (*In cold blood* – 1967). Não era, entretanto, de talento largamente reconhecido quando da produção da película aqui analisada, tendo alcançado este reconhecimento nas décadas seguintes.

Como observado anteriormente, a obra cinematográfica em questão não se constitui como um filme adolescente, apesar de ter a inserção social da juventude como o ponto central do enredo. Mais especificamente, é da delinquência juvenil nas escolas que o filme busca tratar, configurando-se em uma produção de marcado teor social, abordando o jovem, porém não se voltando privilegiadamente a ele como potencial público consumidor do filme. Logo na abertura, um preâmbulo apresenta ao espectador a motivação principal de produção da película. O texto, exibido em caracteres brancos sobre um fundo preto, sem narração, estabelece a realidade diegética⁷ do filme. Lê-se no texto:

“We, in the United States, are fortunate to have a school system that is a tribute to our communities and to our faith in American youth. Today we are concerned with juvenile delinquency -its causes- and its effects. We are especially concerned when this delinquency boils over into our schools. The scenes and incidents depicted here are fictional. However, we believe that public awareness is a first step toward a remedy for any problem. It is in this spirit and with this faith that *Blackboard Jungle* was produced.”

(Nos Estados Unidos somos afortunados por termos um sistema escolar que é um tributo às nossas comunidades e à nossa fé na juventude americana. Hoje, nos preocupa a delinquência juvenil, suas causas e seus efeitos. Preocupa-nos especialmente quando esta delinquência chega às escolas. As cenas e incidentes aqui mostrados são fictícios. Entretanto, acreditamos que a conscientização pública é o primeiro passo para remediar qualquer problema. Foi com este espírito e com esta fé que realizamos “Sementes da violência”).

Desta forma, a produção da película fundamenta-se no debate relativo à delinquência juvenil, exaustivamente abordado no período. Além disso, os produtores e o estúdio responsável pela realização do filme, a Metro Goldwyn Mayer (MGM), ficavam isentos de

⁷ Em caráter de esclarecimento do uso do termo “diegético” em análise filmica, segundo Francis Vanoye e Anne Goliot-Lété: “O termo “diegese”, próximo, mas não sinônimo de história (pois de um alcance mais amplo), designa a história e seus circuitos, a história e o universo fictício que pressupõe (ou “pós-supõe”), em todo caso, que lhe é associado (a Paris de Richelieu faz parte da diegese de *Cyrano de Bergerac*) (...) No filme, a contrapartida da diegese é, com certeza, tudo o que se refere à expressão, o que é próprio do meio: um conjunto de imagens específicas, de palavras (faladas ou escritas), de ruídos, de música – a materialidade do filme.” Cf. VANOYE, F; GOLIOT-LÉTÉ. A. *Ensaio Sobre a Análise Fílmica*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

algumas das críticas que poderiam surgir do fato de uma produção cinematográfica abordar uma questão de grande polêmica no momento, na sociedade americana, uma vez que o debate a respeito da veiculação midiática da violência de grupos jovens oscilava entre a perspectiva positiva em se abordar a questão, oferecendo luz ao assunto, e a negativa, do perigo de se apresentar a delinquência juvenil a um grupo social tido como facilmente influenciável. Fica igualmente estabelecido, desde os primeiros instantes da projeção, o posicionamento conservador no qual se insere a produção. Elementos como nação, comunidade, fé e opinião pública são diretamente explicitados no texto. Com estas palavras, a produção de “Sementes da violência” colocava-se em comunhão com a sociedade americana, em busca da solução para uma problemática que se apresentava dentro do seio desta mesma sociedade. Segundo a mensagem veiculada no texto, são os americanos unidos que resolvem seus próprios impasses. Assim, a primeira pessoa do plural sobre a qual se fundamenta o texto não deixa dúvidas: não se trata de um filme para os jovens, mas sobre eles.

Todavia, o filme obteve grande impacto sobre a audiência jovem, fato que surpreendeu os produtores da película. Apesar da postura conservadora através da qual a questão da delinquência juvenil era tratada, parece que os jovens da década de 1950 apenas apreenderam a ação e o fundo musical veiculados no filme. Para esta parcela dos espectadores, “Sementes da violência” era um filme que abordava a realidade juvenil e, assim sendo, estabelecia com eles um diálogo umbilical. Segundo James Gilbert:

“Attending a preview of the film, producer Brooks was surprised, and obviously delighted, when young members of the audience began dancing in the aisles to the rock and roll music. This occurred repeatedly in showings after the film opened” (GILBERT, 1986, 184-185).

(Assistindo a uma pré-estréia do filme, o produtor Brooks ficou surpreso, e obviamente maravilhado, quando os jovens da platéia começaram a dançar rock and roll nas fileiras. Isso ocorreu repetidamente em apresentações depois que o filme estreou.)

Coadunando com os receios da veiculação midiática da violência juvenil, foram referidos alguns episódios de agressividade relativos à película. Em muitas das salas de cinema onde estava ocorrendo a exibição da obra, atos de vandalismo foram denunciados. Além disso, ocorreram relatos de gangues juvenis que eram formadas e atuavam violentamente com base nas atitudes observadas no filme, que chegou a ser classificado como restrito à audiência adulta em algumas cidades americanas. A película de Brooks parecia glorificar a violência adolescente, segundo os setores mais conservadores da sociedade. De qualquer forma, diante do considerável retorno financeiro que a produção estava rendendo ao estúdio, dificilmente esta seria retirada de cartaz devido à controversa recepção ocorrida.

O citado texto inicial é acompanhado pela música tema do filme, “Rock Around the Clock”⁸, um dos primeiros sucessos do gênero rock and roll, de forte apelo juvenil no período. A produção de Brooks foi a primeira a veicular uma peça musical deste gênero que, em meados dos anos 1950, estava tanto ganhando grande espaço junto ao público juvenil e, desta forma, no mercado fonográfico, quanto sofrendo forte oposição de parcelas substanciais da sociedade americana. Com claras raízes na música negra, originando-se sobretudo do blues, mas contando com elementos também da música country, o rock era apontado como perversor dos valores morais americanos, incitando a violência e o comportamento sexualmente promiscuo. Era, assim, diretamente relacionado ao comportamento dos jovens supostamente envolvidos em atos de delinquência, sendo considerado, portanto, uma má influência cultural para os jovens pelos contingentes mais tradicionais da sociedade americana.

A sequência seguinte a do preâmbulo, ainda com o acompanhamento de “Rock Around the Clock” na banda sonora, realiza uma ambientação do bairro onde se situa a North Manual Trade High School, bem como da própria escola. Coberta pelos trilhos elevados do metrô, a rua que dá localização à escola apresenta-se obscurecida, sem oferecer a fácil visualização do céu, o que transmite uma sensação claustrofóbica, de redução da liberdade. Talvez pela pouca incidência de luz solar, não há no ambiente qualquer espécie de vegetação, sendo a paisagem dominada exclusivamente pelo concreto e pelas colunas de aço que sustentam os trilhos do metrô, dispostos alguns metros acima do nível da rua. O mesmo ambiente estéril caracteriza o pátio de entrada da Manual High School. Espremida entre dois outros prédios, a escola conta apenas com este pequeno pátio de entrada como área de recreação dos alunos. Tratando-se de uma escola masculina, vemos os alunos dançando em pares, uns com os outros, a citada música. Essa continuidade da banda sonora, que se inicia no surgimento do texto, atravessa a apresentação dos créditos, todos dispostos sobre um quadro negro tipicamente escolar, e adentra a cena de caracterização da escola, seus estudantes e arredores, consolida a inserção diegética da narrativa ao contexto de delinquência juvenil apresentado no texto exibido. Caracteriza-se, ainda, no primeiro contato do professor com seus futuros alunos, o tipo de rapazes com os quais ele deverá lidar, através da relação de proximidade destes com a música. Segundo Leerom Medovoi, o uso semântico do rock na abertura da película tem como objetivo aproximar o espectador, em especial o espectador jovem, dos estudantes, distanciando-o do professor (MEDOVOI, 2005). Por ser uma música

⁸ Executado pelo grupo musical “Bill Haley and His Comets”, que alcançou a fama durante a primeira fase de desenvolvimento do gênero musical rock’n’roll.

de origem reconhecidamente negra e popular, a cena criaria uma empatia do espectador com os jovens de variadas origens étnicas da escola.

A trilha sonora da película é igualmente utilizada para demarcar uma distinção geracional entre os estudantes e seus professores. Além de “Rock Around the Clock”, de “Bill Haley and His Comets”, “Sementes da violência” contava com as composições “Invention for Guitar and Trumpet”, executada por Stan Kenton e sua orquestra e “The Jazz Me Blues”, executada pelo grupo “Bix Beiderbecke and His Gang”. Estas músicas consistem em composições jazzísticas, gênero musical bastante apreciado pelos jovens antes do surgimento do rock e, desta maneira, apreciados pela geração anterior a dos estudantes da Manual High, exatamente aquela de parte dos seus professores. De qualquer forma, apesar de tanto o jazz quanto o rock and roll serem gêneros musicais de bases culturais negras, Bill Haley, Stan Kenton e Bix Beiderbecke são todos músicos brancos, o que relativiza a questão racial que poderia ser explorada.

A feroz oposição dos alunos à música apreciada pela geração anterior fica patente na atitude aniquiladora destes quando destroem a estimada coleção de discos de jazz do professor Josh Edwards, que buscava apresentar a música aos alunos como forma de exemplificação do pensamento matemático. Arrasado, o professor se afasta da escola, pedindo demissão. Evidenciando uma ruptura entre as gerações, neste filme praticamente inexistem alusões à instituição familiar, excetuando-se uma rápida fala de Gregory Miller informando à Dadier que sua família não se importa com o andamento de seus estudos. Ou seja, no único momento em que a família é citada, o é de forma negativa. Esta ausência do meio familiar torna-se bastante significativa, pois é relacionada à inconsequência dos estudantes, muito pouco preocupados com o futuro. Mais especificamente, diante da dupla ausência familiar e do Estado, estes jovens não percebem consideráveis perspectivas de vida.⁹

Tratando-se de uma escola secundária de ensino técnico, em Manual High o corpo discente é composto exclusivamente por indivíduos do sexo masculino, o que transforma o ambiente escolar desta instituição num meio de marcante homossociabilidade. Ainda na abertura, a forma acintosa através da qual alguns dos estudantes interagem com uma jovem na calçada, que atraiu seus olhares, evidencia a predominância de um determinado código de conduta masculina, notadamente reprovável e bem distante do código moral vigente na sociedade americana do período. A tomada prepara o espectador para uma das cenas

⁹ Opostamente, em outro sucesso de temática adolescente produzido no mesmo ano de 1955, “Juventude transviada”, a falência da instituição familiar é diretamente relacionada à delinquência juvenil, sendo um dos elementos mais explorados no roteiro desta produção.

seguintes, na qual uma nova professora será assediada por numerosos alunos, quando de sua apresentação no auditório, sofrendo uma posterior tentativa de estupro na biblioteca. Esta cena é utilizada, igualmente, como oportunidade de se explorar a heterogeneidade étnica dos rapazes. Se no auditório são alunos negros que observam atentamente as pernas da professora, quando esta sobe os degraus do palco, será um aluno branco e, dentro dos marcos do filme, de provável origem irlandesa, que tentará abusar sexualmente dela. Na cena do auditório, a técnica de realização da tomada busca a valorização da tensão sexual presente, com a captura da imagem das pernas da professora sendo realizada em contra-plongée, com a montagem apresentando primeiramente as faces dos alunos observando-as e, em seguida, o plano aproximado fotografando exclusivamente aquela parte do corpo feminino.

Em sua classe, o professor Dadier relaciona-se mais proximamente com dois dos alunos, Artie West (Vic Morrow) e Gregory Miller (Sidney Poitier). Pela perspectiva de Dadier, Miller é o único aluno que possui posição de destaque em relação ao restante do grupo, podendo rivalizar com West na capacidade de atuar sobre os colegas. Desta maneira, Dadier intenta conseguir o apoio de Miller na tentativa de neutralizar West quanto à influência negativa que este representa para os integrantes de sua classe. Assim, ao longo da projeção desenvolve-se uma relação triangular entre Dadier, West e Miller, com os dois primeiros disputando o apoio do último.¹⁰

Enquanto Artie West, branco de origem irlandesa, constitui-se como o líder dos delinquentes, Gregory Miller, rapaz negro, mantém-se em posição de calculado distanciamento dos acontecimentos. Apesar de não participar ativamente das atividades da gangue, não rivaliza diretamente com eles. Os objetivos de Miller são claros: concluir o ensino médio e continuar empregado na oficina mecânica onde já trabalha. Considerando que “Sementes da violência” foi lançado apenas dez meses após a 1^a decisão da Suprema Corte sobre o caso Brown, que versava quanto a (de)segregação das escolas nos Estados Unidos, afirmando que as escolas segregadas eram separadas porém não iguais, a escolha de uma personagem negra, oposta ao vilão branco, insere-se neste debate. Igualmente, a identificação superracial entre um estudante negro e um professor branco, através da comunhão de objetivos desenvolvida entre Miller e Dadier no desenrolar da narrativa, explicitam a possibilidade de cooperação entre quaisquer cidadãos americanos, independentemente de suas origens raciais.

¹⁰ Medovoi desenvolve uma análise que considera a relação entre West, Dadier e Miller, como tendo significado de fundo homossexual, não ocorrendo, obviamente, qualquer aproximação afetiva entre as personagens. Para maiores detalhes, Cf. MEDOVOI, Leerom. *Rebels – Youth and the Cold War Origins of Identity*. Durham, London: Duke University Press, 2005.

Apesar de o grupo de estudantes ser formado por jovens de variadas origens étnicas, a delinquência juvenil não é imputada a uma etnia específica. Não existe, no enredo de “Sementes da violência”, um grupo de jovens no qual o elemento de coesão sejam as raízes étnicas, sendo a gangue de jovens arruaceiros composta por indivíduos etnicamente heterogêneos, com os estudantes brancos sendo tão violentos quanto os demais. Assim, a película realiza a junção da delinqüência juvenil e da (de)segregação em um único problema social. Segundo a perspectiva do enredo, a integração racial implicará o fim dos valores americanos a não ser que os padrões brancos prevaleçam. Neste sentido, cabe a Dadier levar os estudantes de sua classe a assimilarem os ideais comportamentais e ideológicos da América branca, única forma de assegurar a real integração social e de impedir o estabelecimento da desordem e da anarquia que os valores das minorias raciais presentes na classe multiracial parecem representar.

Contudo, a harmonia da turma não se dá sem conflitos, já que os esforços de Dadier não impedem o surgimento de determinados atritos calcados na origem familiar entre os alunos da turma, em momentos pontuais. Desta forma, em algumas passagens da narrativa, evidencia-se a tensão racial presente na classe, apesar da relativa tolerância existente entre os diversos grupos étnicos. Quando as animosidades irrompem, as ofensas baseiam-se nas questões de raça com, por exemplo, o estudante de origem irlandesa ofendendo o de origem latina que, ao retrucar, é repreendido pelo de origem italiana. Mesmo Dadier não está a salvo de, em um momento de tensão, recorrer agressivamente aos elementos raciais. Quando o professor, após ser acusado injustamente de racismo, discute com Miller acreditando erroneamente ter sido este o acusador, termina por chamá-lo de “negro”, o que causa profunda consternação ao aluno. A técnica de enquadramento e a *mise en scène* utilizadas na cena são bastante significativas da relação de poder existente, ainda que fragilizada. Ocorrendo a discussão em uma escada, Miller inicia a descida pela mesma primeiro, o que o coloca em posição inferior à Dadier, disposto alguns degraus acima. Mirando seu olhar para baixo, Dadier fica em atitude de comando, enquanto que Miller se encontra subjugado. A fala racista de Dadier subverte a situação, com Miller prevalecendo ao final da cena, diante do professor decepcionado com sua própria atitude, sentindo-se impotente.

Poderia se questionar os motivos de um jovem professor insistir em realizar suas atividades educacionais em um ambiente de notável hostilidade, como se apresenta ser a Manual High. Decepcionado com os estudantes e desestimulado pelo cinismo e apatia dos outros professores, Dadier busca auxílio com um de seus antigos mestres, professor Kraal, agora diretor de uma organizada e bem-sucedida escola secundária. Apesar de receber o

convite deste para trabalhar em sua escola, Dadier recusa, afirmando ser seu dever estar com os alunos da Manual High. Sua determinação em atingir positivamente o corpo de estudantes da escola onde trabalha está baseada, ao longo de toda a projeção, nos valores nacionais americanos. Veterano da Segunda Guerra Mundial, Dadier sente que fora convocado mais uma vez ao sacrifício devendo buscar alcançar os mais nobres objetivos, para o bem da nação. Assim, em todas as passagens nas quais a personagem fraqueja, é incentivada por aqueles que a cercam, sua esposa, seus amigos, a perseverar na busca de seus objetivos, sempre na chave do patriotismo e da ação individual bem-intencionada. A força de um único indivíduo será capaz, segundo o enredo de “Sementes da violência”, de corrigir as mazelas de uma escola, apontando o caminho da recuperação de todo o sistema educacional e, ainda, convencer seus desacreditados companheiros de que, com real comprometimento e vontade, é possível alcançar o bem social através da educação. A escola de Kraal, entretanto, constitui-se como um meio exclusivamente branco e de classe-média. Seus alunos correspondem ao oposto daquilo que são os alunos da Manual High, sendo ordeiros, comprometidos e patrióticos. Uma vez que a escola de Kraal serve como modelo para as intenções educacionais de Dadier, implicitamente o enredo advoga, como salientado acima, pela defesa dos padrões brancos sobre a população multiracial que começa a ser integrada ao sistema educacional americano.

As características pessoais acionadas na trajetória de sucesso de Dadier dialogam com o contexto geopolítico da Guerra Fria. A determinação, a busca pelo bem social, os valores patrióticos e nacionais, a ação individual. Em um momento no qual os Estados Unidos consideram-se os representantes da liberdade em um mundo que oscila entre a liberdade democrática e o pretenso autoritarismo socialista, Dadier veicula a imagem paternalista que a nação americana avoca a si mesma no contexto internacional. Além disso, sendo branco e estando à frente de uma classe etnicamente heterogênea, Dadier figura como um exemplo de conduta, numa conjuntura de movimentos pela independência das colônias européias na Ásia e na África, quando os Estados Unidos são visualizados como a primeira colônia a atingir sua independência devendo, portanto, estarem presentes no horizonte de expectativas destas jovens nações independentes. Segundo Medovoi, a autoridade benévolas de Dadier deve prevalecer sobre a classe multirracial, como a autoridade dos Estados Unidos pode prevalecer num momento de descolonização multiracial global. (MEDOVOI, 2005)

Opondo-se à figura de Dadier, Artie West não é, nem pretende ser patriótico. Segundo sua visão, buscar o bem da nação implica ser engajado em uma guerra estrangeira qualquer, lutando por um país que oferece muito pouco a ele, um indivíduo marginalizado étnica e socialmente. Como esclarece ao professor, sua conduta reprovável consiste em uma

forma de evitar uma futura convocação para este dever de duvidoso valor moral. Não obstante quando, na cena final, Dadier vê-se em perigo sendo encurrulado em sala de aula por West, armado com uma faca, e Belazi, principal companheiro deste, a situação tem seu desenrolar com o primeiro sendo contido por Dadier enquanto o segundo é derrubado pelo mastro da bandeira dos Estados Unidos, usada como lança por um dos outros alunos. A mesma bandeira acaba nas mãos de Dadier, que finalmente consegue o apoio de todo o restante da classe, expurgando Belazi e West como as duas maçãs podres que precisam ser sacrificadas como meio necessário para o amadurecimento do grupo, de agora em diante ordeiro, pacífico, comprometido com o futuro, bem como assimilado aos valores da América branca.

Conclusão

O presente texto realizou um breve exame da produção cinematográfica “Sementes da violência” (*Blackboard Jungle*, dir.: Richard Brooks – 1955) buscando analisar a maneira através da qual uma questão que suscitava forte debate na sociedade americana da década de 1950, a delinquência juvenil, foi abordada pela obra em questão. Na década de consolidação da Guerra Fria, quando a angústia de um possível ataque nuclear se fazia cotidianamente presente, de desenvolvimento da sociedade de consumo, com o uso propagandístico do *American Way of Life*, do início dos movimentos pelos direitos civis, dentre outros acontecimentos de profunda importância para a formação da sociedade americana da segunda metade do século XX, a violência imputada a uma parcela da juventude parecia colocar em cheque elementos fundamentais do *ethos* americano.

Na película de Brooks, duas questões interagem para a caracterização do jovem delinquente: sua situação econômica e sua origem étnica. Os delinquentes juvenis de “Sementes da violência” são necessariamente pobres e de origem imigrante. Além disso, a família não está presente no desenvolvimento dos jovens, que se sentem marginalizados por sua origem familiar e por sua posição na estrutura social. Se não contam com o apoio familiar, tampouco o Estado cumpre com suas funções, sendo a escola sobre a qual se fundamenta o enredo considerada por um de seus professores “a lata de lixo do sistema educacional”. Etnicamente heterogênea, a escola serve, ainda, como representação dos perigos envolvidos no processo de (de)segregação iniciado em meados daquela década. Caso este não ocorresse em observância aos parâmetros morais e sob tutela da América branca, a desordem prevaleceria.

Assim, apesar de veicular as idiossincrasias de uma parcela da juventude americana dos anos 1950 e, de maneira ousada, se inserir na atmosfera cultural do momento, apresentando um tema sensível àquela sociedade, a obra considerada constitui-se enquanto uma produção de cunho notadamente conservador, na qual cabe à juventude se adequar aos padrões sociais tradicionalmente impostos como forma de assegurar a mínima inclusão à vida da nação, de maneira produtiva.

Bibliografia

- BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BISKYND, Peter. *Seeing is Believing: Or How Hollywood Taught Us to Stop Worrying and Love the 50s*. London: Bloomsbury, 2001.
- BORDWELL, David. “O Cinema Clássico Hollywoodiano: normas e princípios narrativos”. In: RAMOS, Fernão. (org.). *Teoria Contemporânea do Cinema. Vol.II: Documentário e Narratividade Ficcional*. São Paulo: Ed. SENAC, 2004.
- BUHLE, Paul; WAGNER, Dave. *Hide in Plain Sight – The Hollywood Blacklistees in Film and Television, 1950-2002*. New York: Palgrave MacMillan, 2005.
- DIGGINS, John Patrick. *The Proud Decade: America in War and in Peace*. New York: W. W. Norton & Company, 1989.
- DIVINE, Robert A. Et alii. *América: Passado e Presente*. Rio de Janeiro: Nôrdica, 1992.
- FABE, Marilyn. “The Beginning of Film Narrative: D. W. Griffith’s The Birth of a Nation”. In: *Closely Watched Films: an introduction of the art of narrative film technique*. Los Angeles: University of California Press, 2004.
- FERRO, M. “O Filme: uma contra-análise da sociedade?”. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- _____. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GAIR, Christopher. *The American Counterculture*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.
- GILBERT, J. *A Cycle of Outrage: America’s Reaction to the Juvenile Delinquent in the 1950s*. New York: Oxford University Press, 1986.
- KWON, Heonik. *The Other Cold War*. New York: Columbia University Press, 2010.
- LAGNY, Michèle. “O Cinema como Fonte de História”. In: NOVOA, J.; FRESSATO, S.; FEIGELSON, K. *Cinematógrafo – Um olhar sobre a História*. Salvador, São Paulo: EDUFBA/Editora UNESP, 2009.
- LEUCHTENBURG, William E. (org.). *O Século Inacabado – A América Desde 1900*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

- LEV, Peter. *The Fifties – Transforming the Screen (1950-1959)*. New York: Charles Scribner's Sons & Thomson Corporation, 2003.
- MAY, Lary. *The Big Tomorrow: Hollywood and the Politics of the American Way*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- MCENANEY, Laura. “Cold War Mobilization and Domestic Politics: the United States”. In: LEFFLER, M. P.; WESTAD, O. A. *The Cambridge History of The Cold War*. Vol. I. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- MEDOVOI, Leerom. *Rebels – Youth and the Cold War Origins of Identity*. Durham, London: Duke University Press, 2005.
- MORETTIN, Eduardo. “O Cinema como Fonte Histórica na Obra de Marc Ferro”. In: CAPELATO, M. H. Et alii. *História e Cinema – Dimensões históricas do audiovisual*. São Paulo: Alameda, 2007.
- MORIN, Edgar. *As Estrelas: mito e sedução no cinema*. Trad.: Luciano Trigo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- NAPOLITANO, Marcos. “A História Depois do Papel”. In: PINSKY, C. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PEIXOTO, Fernando. *Hollywood: episódios da histeria anticomunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- PEREIRA, Wagner Pinheiro. *Guerra das Imagens: Cinema e Política nos Governos de Adolf Hitler e Franklin D. Roosevelt (1933-1945)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Social (FFLCH-USP), 2003.
- QUART, L.; AUSTER, A.. “Hollywood Dreaming: Postwar American Film”. In: Josephine G. Hendin (ed.). *A Concise Companion to Postwar American Literature and Culture*. Oxford: Blackwell, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (orgs.). *O Século XX*. Vol. II. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ROSS, Steven J. *Movies and American Society*. Padstow: Blackwell Publishing, 2002.
- SAVAGE, Jon. *A Criação da Juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- VALIN, A. B. *Imagens Vigiadas: uma História social do Cinema no alvorecer da Guerra Fria: 1945 – 1954*. Rio de Janeiro: UFF, 2006. Tese de Doutorado.
- VANOYE, F; GOLIOT-LÉTÉ, A. *Ensaio Sobre a Análise Fílmica*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.
- WESTAD, Odd Arne. *Reviewing The Cold War: approaches, interpretations, theory*. London: Frank Cass Publishers, 2000.

Bonnie e Clyde: Uma Rajada de Balas. História, Sociedade e Cinema Americano. Otávio Cunha

Universidade Federal Fluminense
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil
otavio_augustoc@hotmail.com

Introdução e Metodologia

O filme *Bonnie & Clyde*, dirigido por Arthur Penn em 1967, será utilizado para traçar o início da trajetória da chamada “Nova Hollywood”²⁶⁹ movimento que teve como característica o diálogo com o imaginário social do período através da incorporação de uma nova geração de roteiristas, diretores e atores na indústria do entretenimento estadunidense. Apresentando como principal especificidade a ousadia artística no sentido de renovar os temas propostos dentro da indústria, inaugurando uma nova concepção artística na relação entre cinema e sociedade.

O modelo do herói tradicional norte americano, eternizado por John Wayne nos filmes de faroestes de John Ford, agora abre espaço para personagens mais complexos e próximos da realidade experimentada pelas transformações sócio-culturais na América, como o casal *Bonnie Parker & Clyde Barrow*. Entendemos que a produção filmica escolhida para esta análise da conta de explicitar grande parte da renovação social e artística característica da sociedade estadunidense no período. Os filmes realizados por essa nova geração de diretores, de cunho social mais evidente, tendo como finalidade elevar o cinema à categoria de arte, foram considerados pioneiros, indicando assim, que o cinema em contraste com as transformações da sociedade pode ser uma importante fonte de análise para a compreensão da história recente dos Estados Unidos.

A Escola dos Annales, de Marc Bloch e Lucien Febvre iniciou uma verdadeira batalha ao factual no campo dos estudos históricos na década de 1930. A chamada história problema indagava sobre o uso único e exclusivo de fontes oficiais para tratar dos acontecimentos do passado, limitados aos grandes feitos e grandes personagens. Somente dessa forma a História poderia ter suas leis próprias e regida de leis poderia se

²⁶⁹ O termo: “Nova Hollywood” refere-se, especificamente, a cinematografia estadunidense realizada a partir da segunda metade dos anos 60. Diretores como Francis Ford Coppola, Martin Scorsese, Michael Cimino, Brian de Palma, Robert Altman, Hal Ashby, Warren Beatty, George Lucas representam uma postura mais social e política de realizar filmes na sociedade americana.

considerada, de fato, uma ciência. A história problema tinha como objetivo dar uma nova dinâmica às pesquisas, e essa brecha aberta nos anos 30 e 40, com sua crítica a verdades absolutas, resultou no inicio dos anos 70 na chamada história das mentalidades, dedicada a incorporar elementos do imaginário social na pesquisa histórica.

A corrente dedicada ao imaginário e principalmente os estudos de Michel Vovelle sobre iconografia na década de 1970 despertou o interesse pelas fontes cinematográficas e Marc Ferro é considerado um pioneiro na defesa da incorporação do cinema como fonte de pesquisa para o historiador, especialmente por seu potencial para compreensão das identidades e imaginários. Hoje sabemos que o cinema já se encontra plenamente incorporado e legitimado como fonte para a história contemporânea e o advento desse fenômeno despertou igualmente interesse e a preocupação de diversos teóricos da indústria cultural, como os vinculados à Escola de Frankfurt que percebem o cinema como instrumento de massificação da cultura.

Adorno, Walter Benjamin, Hockeineiner, entre outros, analisavam a sociedade sobre o prisma da crítica marxista de uma realidade regida pela reprodução do capital e consequentemente pelo esvaziamento do caráter transformador da cultura de cunho popular. Em seu texto “*A obra de arte da época de sua reproducibilidade técnica*”, Walter Benjamin visualiza a perda do que seria uma aura da cultura quando esta passa a ser reproduzida em escala industrial como qualquer outro produto capitalista que objetiva o lucro. Para Benjamin, o modelo de produção de mercado deixava claro que a arte se perderia na medida em que as obras não seriam únicas, mas sim produzidas em série.

Ao dissertar sobre o cinema, Benjamin revela-se otimista, pois afirma que o cinema é uma arte própria de uma sociedade de massas, é um fenômeno para as massas e por isso teria um caráter único e particular em relação ao século XX. Relacionando-se com a sociedade e criando uma nova forma artística que poderia ser utilizada como forma transformadora do social se regida e guiada pelas classes contra – hegemônicas. A crítica de Benjamin é para o caráter puramente comercial dos personagens e histórias lineares que o cinema passa a contar a partir da segunda metade do século XX. A era da reproducibilidade técnica teria igualmente consumido a aura que a arte, mesmo tão nova como a cinematográfica, poderia ter como referencial de transformação social.

Benjamin enfatiza a reproducibilidade técnica para discutir a questão da obra de arte, elemento da superestrutura.

Em sua essência, a obra de arte sempre foi reproduzível. O que os homens faziam sempre podia ser imitado por outros homens. Essa imitação era praticada por discípulos, em seus exercícios, pelos mestres, para a difusão das obras, e finalmente por terceiros, meramente interessados no lucro. Em contraste, a reprodução técnica da obra de arte representa um processo novo, que se vem desenvolvendo na história intermitentemente, através de saltos separados por longos intervalos, mas com intensidade crescente (Benjamin, 1994, p. 166).

Como já foi dito, temos na figura de Marc Ferro um dos principais teóricos ao analisar um filme historicamente. Para Marc Ferro o cinema serviria como “Contra análise da sociedade”, uma vez, que um documento filmico serviria como complementar a pesquisa sobre determinado tema histórico. O filme para o autor possui uma tensão que lhe é própria e traz à tona elementos importantes sobre a sociedade que podem ser analisados pelo historiador, a partir da verificação de sua autenticidade:

A idéia de que um gesto poderia ser uma frase, esse olhar, um longo discurso é totalmente insuportável: significaria que as imagens constituem a matéria de outra história que não a História, uma contra – analise da sociedade. (FERRO, 2010)

Marc Ferro observa que o cinema é um agente da história, nele podemos verificar características da sociedade, uma vez que, o filme se relaciona diretamente com o contexto no qual ele foi produzido. A câmera captaria uma realidade para além daquela imaginada pelo seu operador ou pelo diretor. O cinema, segundo Ferro, pode manter-se autônomo e produzir uma visão independente e única da sociedade, cita como exemplo dos filmes de Godard que: “*Manifestam uma independência diante das correntes ideológicas vigentes, criando uma visão de mundo inédita*” – gerando assim um contra - poder, uma análise da sociedade que foge também, como já foi dito, das mãos de quem produz o filme e principalmente dos poderes vigentes O cinema assim gera sua contra-história por meios de gestos, representações de costumes e de formas de organizações sociais presentes no filme sem que, seu diretor tenha a intenção que seja expressa, e cabe ao historiador buscar e analisar esses lapsos presentes nos filmes a fim

de usar o cinema recuperar o contexto em que foram produzidos.

Eduardo Morettin discorda desta proposição de Ferro e não acredita em uma análise dicotômica que pressupõe história e contra-história. Defende que cada filme pode gerar leituras opostas em relação a cada fato específico, o que faz desta tensão um dado intrínseco a sua própria estrutura interna. Destaca que para Ferro esse contra – poder, essa contra – história toma um caráter especial quando são filmes produzidos por uma parcela marginalizada da sociedade, pois, nestes casos, supostamente, haveria maior possibilidade de identificar muitos outros elementos dessa sociedade em que o filme é produzido que usualmente são pouco visíveis ou negligenciados. O filme produzido com poucos recursos permitiria a esses grupos desprivilegiados tomar a palavra, mas também geraria outra questão: essas imagens produzidas também revelariam uma própria contra-análise desse grupo em relação à sociedade?

Com isso, questiona a visão e a percepção que Marc Ferro tem do cinema como fonte de informação histórica na medida em que se revelam lapsos deixados pelos produtores. Também questiona a visão tradicional a respeito do fato histórico e sua visão do historiador como responsável por aferir a adequação histórica do discurso cinematográfico. Assim, mostra que não se trata de buscar no filme algo inédito, e sim de entender o próprio processo de produção de sentido e como ele desvenda projetos ideológicos. O filme só teria o atributo de fonte histórica se o discurso que ele constrói sobre sua sociedade puder ser identificado e submetido a uma análise filmica, que deve apontar ambigüidades e tensões.

Chama a atenção para a busca equivocada de Ferro por uma realidade histórica supostamente autêntica, e afirma que:

O filme possui um movimento que lhe é próprio, e cabe ao estudioso identificar o seu fluxo e refluxo, é importante, portanto, para que possamos apreender o sentido produzido pela obra, refazer o caminho trilhado pela narrativa e reconhecer a área a ser percorrida a fim de compreender as opções feitas e as que foram deixadas de lado no decorrer do trajeto.²⁷⁰

²⁷⁰ Para uma análise das proposições de Marc Ferro e críticas a elas, cf: MORETTIN, Eduardo. “O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro” In: CAPELATO, Maria Helena Bassanezi et al (org.). Cinema e História. São Paulo: Alameda, 2007.

Dessa forma acreditamos que, ao analisar um filme a fim de retirar do seu conteúdo elementos que sejam úteis para uma análise da sociedade, devemos ter como objetivo expor como o contexto político e social de uma determinada época influí na dinâmica dessa arte. Nos aproximamos da análise metodológica proposta pelo professor Douglas Kellner que tem a clara preocupação com a análise mais completa de textos veiculados a cultura da mídia, onde muitas vezes uma determinada visão é sobreposta à outra empobrecendo a compreensão de determinado fenômeno cultural.

Contextualização Histórica – A década de 60

“Estamos, hoje, á beira de uma nova fronteira... uma fronteira de oportunidades e perigos desconhecidos... peço a cada um de vocês que seja pioneiro nesta nova fronteira”

John Kennedy – 1960

A morte de John Kennedy numa sexta-feira, 22 de Novembro de 1963, em Dallas, Texas foi o primeiro duro golpe recebido por toda a sociedade norte americana num momento em que o conflito do Vietnã já começava a ganhar algumas críticas da sociedade, visto o elevado investimento financeiro e a perda de diversas vidas norte-americanas no conflito.

Lyndon B. Johnson iniciou seu mandato proferindo palavras que indicavam admiração e continuidade em relação aos ideais de seu antecessor assassinado. Centrista liberal esteve na presidência desde o assassinato de John F. Kennedy em 1963 e nas eleições de 1964 concorreu à Casa Branca enfrentando um o senador conservador republicano Barry Goldwater e tendo uma massiva vitória com o 61% dos votos populares. “A grande sociedade” era o lema do governo do Lyndon Johnson, claramente influenciado pelo New Deal de Franklin Roosevelt, conseguiu criar programas sociais, como assistência médica aos idosos, estabeleceu maiores garantias para o voto dos cidadãos negros, reformou as leis de imigração, entre outras disposições de cunhos reformistas. Mas apesar de se opor aos argumentos de seu rival Barry Goldwater, L.B.J não poupar esforços para manter a ofensiva bélica americana nas terras do Vietnã do Norte.

Com o crescimento do ativismo político quanto aos direitos civis dos negros, grandes confrontos passaram a ser freqüentes a partir de 1963, em agosto o pastor e militante da causa dos direitos civis para os negros Martin Luther King proferiu seu discurso “*I Have a Dream*” para mais de 500 mil pessoas em Washington. Os conflitos no Harlem e os estudantes politizados da universidade de Berkeley mostravam o que ainda estava por vir. No plano social, político e artístico, a segunda metade dos anos 60 seria fundamental para a sociedade norte americana.

Em 1964 se intensificou a ofensiva naquele que seria o maior desafio do presidente perante a sociedade: o conflito no Vietnã. Com o envio de 184.000 soldados para o front tentava-se manter intacta a confiança na segurança nacional do país frente ao conflito ideológico com a União Soviética e o medo do comunismo. Johnson usou de várias manobras políticas para intensificar o conflito no Vietnã e uma delas foi o chamado incidente do golfo de Tonkin no Vietnã do Sul, onde o presidente Johnson usou o argumento de que embarcações americanas teriam sido atacadas por vietnamitas para conseguir aval do Congresso e intensificar o conflito.

O conflito no Vietnã, que num primeiro momento parecia uma reiteração do governo dos Estados Unidos de seu papel redentor no mundo, começava então a ganhar contornos catastróficos. Quando a sociedade se dá conta de que os esforços do governo não mais estão voltados ao ideal social, e sua política da “grande sociedade” passa a ficar em segundo plano, e que o Vietnã está consumindo todos os esforços políticos e econômicos da nação, que está levando os filhos da classe média para a guerra, que a vida dos jovens está em perigo, emerge um protesto massivo de oposição à guerra. Diversos setores da sociedade se uniram em marchas e protestos contra a guerra – intelectuais como Noam Chomsky, líderes como Martin Luther King, escritores e músicos como Norman Mailer e Jackson Browne. Foram às ruas para demonstrar que aquela parcela da sociedade americana não compactuava com as atitudes do seu governo.

O historiador Eric Hobsbawm afirmou que o conflito do Vietnã deixou para a sociedade norte-americana uma consequência inestimável no sentido moral e político da nação. Não pelo sentido cruel e contraditório da guerra propriamente dito, mas por que:

(...) A Guerra do Vietnã desmoralizou e dividiu a nação, em meio a cenas televisadas de motins e manifestações contra a guerra;

destruiu um presidente americano; levou a uma derrota e retirada universalmente prevista após dez anos (1965-75); e, o que interessa mais, demonstrou o isolamento dos EUA. Pois nenhum de seus aliados europeus mandou sequer contingentes nominais de tropas para lutar junto à suas forças. Por que os EUA foram se envolver numa guerra condenada, contra a qual seus aliados, os neutros e até a URSS os tinham avisado, é quase impossível compreender, a não ser como parte daquela densa nuvem de incompreensão, confusão e paranóia dentro da qual os atores da Guerra Fria tateavam o caminho. (HOBSBAWM, 2004, p.241)

Em 1967 os Estados Unidos já não tinham mais toda a inocência e toda a confiança nas políticas governamentais iniciadas pelo otimismo de John K. Kennedy. Todas as promessas do inicio dos anos 60 estavam agora, frente a frente, com a brutal realidade do Vietnã, com o alistamento em massa da juventude norte americana e o espectro do complexo industrial militar que parecia ter tomado o país. Por mais que a tentativa do governo de Lyndon Johnson fosse manter a ordem da sociedade, o momento não poderia ser mais complexo. A ofensiva do Tet foi à gota d'água para os protestos mais incisivos contra a guerra, jovens estavam morrendo em uma guerra imperialista, injusta e irracional.

O assassinato de Martin Luther King em abril de 1968 e o assassinato de Robert F Kennedy em Junho fizeram com que Lyndon Johnson anunciasse que não mais concorreria ao segundo mandato, bastava. O momento era tão complexo que parecia que existiam agora duas Américas: uma oficial que elegeu o conservador Richard Nixon para presidente e a América da contracultura que tentava reinventar a realidade. Seja por meio das artes ou por meios dos protestos mais radicalizados. A violência substituía a não violência no SNCC e outras organizações do movimento negro.

A contracultura na América não se expressou como querem alguns, como um movimento uniforme e de fácil identificação. Eram múltiplas manifestações de descontentamento com aquele momento da sociedade norte-americana, como também era um descontentamento com a lógica capitalista e tecnocrata que tinha na América seu principal expoente em tempos de Guerra Fria. Se por um lado os hippies e psicodélicos viam nas drogas e no amor livre uma forma de manifestação de rejeição a sociedade,

uma parte da ala mais politizada da chamada “Nova Esquerda” intensificava os protestos e a luta pelo fim da guerra do Vietnã, pelo direito dos negros, pela liberdade das mulheres e por todos os outros gritos de minorias que estivessem em questão. As artes em geral estavam no bojo de transformações estéticas e sensoriais carregadas de experimentalismo e renovações tanto culturais como políticas.

Na arquitetura de um prédio em Los Angeles nasce o termo “Pós – Moderno” que pode ser entendido como um período indefinido, algo perdido depois do fim da modernidade iniciada com as revoluções francesa e industrial. A quebra de todos os valores considerados “caretas” pela juventude, a luta por todos os direitos e todas as liberdades possíveis ao sujeito. A música experimental e pop do *Velvet Underground*, com a capa provocativa de uma banana desenhada por Andy Warhol, o primeiro álbum gravado pelo *The Doors* com letras ácidas de Jim Morisson, o disco mais surreal da carreira dos *Beatles*, *Sgt Peppers lonely hearts club band* informava que caminho a música estava tomando, Bandas como *Jefferson Airplane*, *Janis Joplin*, *Sly and Family Stone* e toda uma onda de bandas de rock experimental, a releitura da poesia de Allen Ginsberg e dos escritores *beatnicks*, como Jack Keuroauc. Os escritos acadêmicos e marxistas de Noam Chomsky, Wright Mills e Marshall McLuhan, o surrealismo de Salvador Dalí nas artes plásticas e toda a discussão política ideológica em torno da cultura da guerra fria iriam influenciar aqueles que queriam naquele momento reescrever a história.

Eric Hobsbawm (1995) observa que umas das principais características do período foi essa “revolução cultural”, no momento em que a realidade separava duas gerações de pais e filhos devido ao crescimento econômico do país depois do fim da 2º Guerra Mundial. A chamada geração “Baby Boom” dos anos 60 experimentava um momento econômico próspero, enquanto seus pais tinham encarado os anos difíceis da depressão pós 1929.

O Renascimento de Hollywood

“Alguns amigos meus estavam falando que os anos 70 foram a última Era de Ouro. Eu disse: ‘Como vocês podem dizer uma coisa dessas?’

Eles retrucaram: ‘Olha só, tinha todos esses grandes diretores fazendo um filme atrás do outro. Tinha Altman, Coppola, Spielberg, Lucas... ’’

— MARTIN SCORSESE

Durante o período clássico (1930-1950) todas as produções cinematográficas eram realizadas pelo controle e oligopólio das cinco grandes companhias de Hollywood, os maiores estúdios: Warner Brothers, Metro-Goldwyn-Mayer – MGM, 20th Century Fox, RKO e Paramount. O que diferenciava estes grandes estúdios dos demais era sua capacidade de comandarem todas as etapas da realização de um filme, ou seja, eles não só o produziam, como também o distribuíam e eram donos de diversas salas de cinema em todo o país, sendo responsáveis também pela exibição.

Os estúdios tinham uma larga lista de atores, diretores, operadores de câmera, editores, roteiristas, músicos, figurinistas e maquiadores sobre contratos de trabalho, além de eletricistas, carpinteiros e guardas de segurança. Os maiores e mais ricos estúdios de Hollywood contavam até com comissários, hospitais particulares e departamentos contra incêndios. Sem exceção, homens brancos ocupavam as posições mais criativas e de maior destaque dentro dos estúdios, enquanto homens negros e mulheres eram relegados a cargos mais subalternos e manuais ou no cargo de assistentes.

Dessa forma, estava muito claro dentro da indústria do entretenimento hollywoodiana como a produção de filmes estava voltada ao mercado como qualquer outra produção capitalista. Os estúdios contavam uma maior especialização e uma divisão do trabalho mais intensa em todos os setores responsáveis pela elaboração de uma película, existindo a figura de um chefe de produção responsável por contratar cada profissional especializado, onde esses profissionais raramente tinham noção da totalidade do trabalho. Um exemplo disso é o papel do diretor que muitas vezes era contratado somente para as filmagens e não participava da edição final. John Ford afirmou nunca ter visto a montagem final da produção “Como era Verde meu Vale”. Nesse período o diretor era pouco valorizado como artista e o marketing dos grandes estúdios se concentrava na divulgação de seus astros: atores e atrizes.

Os Astros eram funcionários comuns que trabalhavam para determinado estúdio de acordo com o tempo de contrato estabelecido, eram comum a característica de exploração da imagem de um astro no lançamento de um novo filme. Para atrair o público costumava-se anunciar ao público o novo filme de John Wayne, Grace Kelly, Gary Cooper, entre outros. Durante os anos 30 e 40 ficou evidente a complexidade e a divisão das mais variadas áreas especializadas de trabalho dentro do processo produtivo cinematográfico, e o controle exercido pelos estúdios sobre as películas realizadas e suas narrativas. Durante o período clássico a indústria de Hollywood produziu mais de 500 filmes por ano ou um filme a cada final de semana. Os estúdios dedicavam grande parte de suas narrativas ao caráter linear de desfechos coerentes com o que queria assistir o público, o típico final feliz do cinema americano.

A grande depressão de 1929 levou à ruína a economia americana e mundial, afetando o consumo e consequentemente levou alguns estúdios afundarem em dívidas ou até mesmo declarar falência. Com o impacto da crise, a lista de funcionários teve que ser drasticamente reduzida na maioria dos grandes estúdios e aqueles que permaneceram empregados tiveram seus salários cortados a baixo dos 50%, esses funcionários mantidos eram, logicamente, os trabalhadores da escala mais baixa da produção, geralmente mulheres e pessoas de cor que no momento não tinham apoio de nenhum tipo de sindicato que poderia negociar seus direitos.

O momento difícil dos grandes estúdios se agrava com o Código de censura norte-americano, criado por dois católicos, Martin Quigley e Padre Daniel Lord, e instituído em 1930 pela Motion Picture Producers and Distributors of America (MPPDA). O Código serviu como resposta à crescente preocupação pública perante a imoralidade na indústria cinematográfica e os problemas que se levantavam com os diálogos nos novos filmes sonoros.

Inicialmente, a aplicação do código era facultativa, mas perante a acrescente pressão da opinião pública e em particular da nova Legião Católica de Decência, o código tornou-se obrigatório. Através de um departamento próprio, a MPPDA analisava argumentos e filmes, assim como servia de consultor durante as fases de rodagem e montagem dos filmes. A MPPDA não permitia a nenhum dos seus membros, i.e., praticamente toda a indústria, a exibição de um filme sem o seu selo de aprovação e quem o fizesse sujeitava-se a uma multa de 25.000 dólares. As restrições do Código

impediam que temas como sexo, casamento, religião, crime, suicídio, drogas, aborto, prostituição e outros fossem livremente abordados e os filmes não podiam conter cenas explícitas de sexo ou violência, nem qualquer referência imoral à religião. Em 1933, coincidindo com a posse de Roosevelt e uma mudança geral para otimismo na sociedade americana, a Igreja Católica e outros grupos renovaram seus protestos contra filmes de Hollywood.

Não só foram, abertamente, censurados temas políticos e atos de violência gráfica, mas as questões de sexo e sexualidade foram rigorosamente monitoradas. De certa forma, o código de produção de Hollywood foi ignorado por muitos filmes, proliferando filmes de terror, de gangsteres, closes de intensa sexualidade e até uma visão pessimista da América com a sua ideologia capitalista. Apenas em 1952, com a decisão do Supremo Tribunal sobre o filme de Roberto Rossellini *L'Amore*, foi possível aos filmes libertarem-se da malha da censura religiosa, uma vez que ficaram “protegidos” pela Primeira Emenda da Constituição Americana, que preconiza o direito à liberdade religiosa e de expressão. Deu-se, assim, inicio ao declínio do Código de Produção. Na Época do lançamento de *Bonnie & Clyde* (1967) esse código de censura, apesar de ainda vigente, encontrava-se sem forças para impedir o lançamento de um filme.

Outro fator importante para o declínio do modelo *Studio system* foi à decisão do Supremo Tribunal, em 1948, que obrigou os estúdios de Hollywood a desfazerem-se das suas salas de cinema, dividindo os sectores de produção e de distribuição de filmes. Os estúdios foram forçados a se retirarem de uma dessas fases e escolheram por abandonarem a exibição e venderam as suas salas. Os grandes astros da indústria ao longo das décadas anteriores, nos anos 1960 estavam na maioria envelhecidos, aposentados ou haviam falecido. Cary Grant fez seu último filme em 1966; Gary Cooper e Clark Gable haviam morrido no início da década; James Stewart e John Wayne ainda iriam fazer alguns filmes de sucesso (John Wayne ganhou seu único Oscar em 1970); entretanto, nada comparados aos seus filmes mais antigos.

Na segunda metade da década de 1960 a maior parte dos estúdios haviam sido vendidos ou fundidos com outras empresas. No caso da Warner Brothers, responsável pela realização de *Bonnie e Clyde*, Jack Warner se desfez de suas ações para a *Seven Arts Productions* em 1967. Nesse período os estúdios começaram a fazer parte de

conglomerados que atuavam em diferentes áreas, não só no cinema. É importante dizer que os anos 60 registram uma grande queda de popularidade do cinema americano e coincide com o surgimento de um novo fenômeno no universo das comunicações, a televisão. Sua difusão é um dos acontecimentos mais importantes do âmbito cultural durante todo século XX e mostrou ser uma concorrência prejudicial para a indústria do cinema, a média de público que era de 100 milhões semanais na década de 1940 beirava os 20 milhões nos anos 1960 (SCHATZ, 1997, p.79). Tudo era mais interessante para a juventude do que os filmes que Hollywood destacava nos cinemas. A literatura que sempre foi à principal fonte de novidades nos roteiros cinematográficos, nesse momento estava de um lado e os filmes de outro.

Os indicadores diziam que a sociedade norte-americana do período tinha ou pessoas jovens demais ou idosos demais, e a juventude que estava saindo da universidade com seus diplomas e nenhuma perspectiva social, mas precisava adentrar no sistema para incorporar suas idéias nas artes. Com Hollywood o panorama só começa a mudar quando essa juventude, principalmente a geração que sairia da UCLA, percebe os portões de Hollywood entre- abertos e começa a reestruturar a forma de fazer filmes.

Diretores como Francis Ford Coppola, Martin Scorsese, Michael Cimino, Brian de Palma, Robert Altman, Hal Ashby, Warren Beauty, George Lucas representam outra postura mais social e política na arte de realizar filmes na sociedade americana. A nova geração de diretores que iria mudar as engrenagens do cinema americano eram jovens que estavam percebendo toda movimentação do cinema Francês de Godard e Truffaut e sua Nouvelle Vague, o Neo Realismo Italiano de Victorio de Sica e tinham a intenção de agregar valores do novo cinema europeu²⁷¹ ao cinema americano clássico com as novas formas de se fazer filmes. Grandes obras foram realizadas no período da chamada “Nova Hollywood” *Sem Destino* (*Easy Rider*, dir. Dennis Hooper, 1969), *A Primeira Noite de um Homem* (*The Graduate*, dir. Mike Nichols, 1967), *O Poderoso Chefão* (*The Godfather*, dir. Francis Ford Coppola, 1972), *Taxi Driver* (*Taxi Driver*, dir. Martin Scorsese, 1976) e *Apocalypse Now* (*Apocalypse Now*, dir. Francis Ford Coppola, 1979). Mas tudo começou com *Bonnie & Clyde*.

²⁷¹ O cinema europeu viveu um momento muito rico nas décadas posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial. Foi nesse período que surgiram importantes nomes do cinema que iriam ser de grande importância para a Nova Hollywood.

Bonnie & Clyde - Uma Rajada de Balas (1967)

"Estamos na guerra do Vietnã, este filme não pode ser imaculado e santificado e bangue-bangue. Tem que ser um puta banho de sangue" - Arthur Penn

De acordo com o autor *Peter Beskind* em seu livro “*Como a geração sexo drogas e rock n' roll salvou Hollywood*” *Bonnie & Clyde* pode ser considerado o marco inicial da chamada Nova Hollywood, o filme atingiu os anseios de uma platéia ávida por filmes diferentes, que fugissem do padrão ético e moral dominante no cinema norte-americano até aquele período. Com o fim do rígido controle do “Código de Produção” próximo (ele seria substituído no ano seguinte pelo ainda vigente sistema de censura por idades), reforçado pelo turbulento momento vivido pelos estúdios e pela nova e bem sucedida forma de se fazer cinema em outros países como a Itália (neo-realismo, já existente há algumas décadas), o Japão (Akira Kurosawa) e a França (*nouvelle vague*), o cinema norte-americano se viu obrigado a abrir as portas para os jovens diretores que surgiam. A soma de todos estes fatores resultou em um novo momento da história de Hollywood e *Bonnie & Clyde* foi o responsável por puxar a fila.

O roteiro foi escrito por Robert Benton e David Newman depois de ambos afirmarem ter visto *Jules e Jim – uma mulher para dois* de Truffaut mais de 20 vezes. A idéia surgiu com o livro escrito por John Toland intitulado *Os Tempos de Dillinger* que contava as aventuras de Bonnie Parker e Clyde Barrow, responsáveis por uma vasta trilha de assaltos a bancos e turbulências generalizada no sul e pelo meio oeste americano no começo dos anos 30, logo depois do início da grande depressão. A história de *Bonnie & Clyde* não era desconhecida para Benton que cresceu no leste do Texas onde se dizia que os dois “bandidos” eram verdadeiros heróis populares. A rebeldia dos dois foras da lei falaria diretamente com a geração antiguerra do Vietnã, as contestações ao sistema e a revolução estética e sexual da segunda metade dos anos 60.

David Newman afirmou que: “ser um fora da lei era a grande aspiração de muitos jovens inconformados e não importa se fosse Clyde Barrow ou Abbie Hoffman”²⁷². O que chamava a atenção não era o fato de *Bonnie & Clyde* serem assaltantes de

²⁷² PENN, Arthur. *Bonnie and Clyde: private integrity and public violence*. In: NEWMAN, David & BENTON, Robert. *Bonnie & Clyde*. London: Farber and Faber, 1995.

bancos, fica claro a falta de habilidade dos dois como criminosos, raramente conseguem algum sucesso, porém o que os tornou tão próximos do público é o fato de serem revolucionários esteticamente. Newman e Benton imaginaram que escreviam um filme Francês e cogitaram François Truffaut para ser o diretor, o filme que pretendiam criar era um clássico filme da Nouvelle Vague que segundo Benton: “Nos permitiu escrever com uma moralidade mais complexa, personagens mais ambíguos, relacionamentos mais sofisticados”²⁷³. Truffaut esquivou-se como pode dos dois roteiristas citando outros compromissos, mas depois de mandar o roteiro para Godard afirmou que dirigia o filme. Os estúdios não gostaram da idéia, principalmente pelos personagens nada atraentes para os padrões hollywoodianos e consideraram François Truffaut inadequado para a direção do projeto.

Warren Beatty se interessou pelo roteiro e disse que queria fazer *Bonnie & Clyde*, Beatty era um promissor ator e produtor que ainda buscava sucesso em filmes mais artísticos, tendo recusado interpretar o presidente John F. Kennedy num filme com direção do veterano Fred Zinneman. O Diretor dos estúdios Warner Bros, Jack Warner não queria de forma alguma colocar dinheiro no projeto proposto por Warren Beatty, que disse que queria somente 1,6 milhões de dólares para realizar o projeto, Jack Warner pensou que era uma quantia razoável e não muito alta se comparada com 15 milhões com seu próximo projeto *Camelot* e aceitou financiar o filme.

Arthur Penn era um diretor veterano que estava em decadência, depois de fracassar com o filme *Mickey One* afirmava que Hollywood não era um lugar para intelectuais e por isso estava a mais de um ano e meio sem fazer nada, e foi nesse momento que Warren Beatty entrou em contato pedindo que Penn aceitasse a direção de *Bonnie & Clyde*. Quando Penn disse que não gostou do script do roteiro Beatty chamou seu amigo Robert Towne conhecido por salvar roteiros ruins, e ele reescreveu da forma que Penn desejava.

Durante a grande depressão, Bonnie Parker (Faye Dunaway) conhece o ex-presidiário Clyde Barrow (Warren Beatty) enquanto este tenta roubar um carro na frente de sua casa. Atraída pelo rapaz e pela promessa de “fama e glória” da vida de crimes, viram comparsas e ambos iniciam uma seqüência de assaltos e assassinatos pelas estradas dos Estados Unidos, acompanhados do mecânico C. W. Moss (Michael J. Pollard), a quem conhecera no caminho. Logo depois, Buck (Gene Hackman), o irmão

²⁷³ NEWMAN, David & BENTON, Robert. *Bonnie & Clyde*. London: Farber and Faber, 1995.

de Clyde recém saído da cadeia, une-se ao grupo acompanhado de sua esposa Blanche (Estelle Parsons), e o quinteto fica famoso em todo país, passando a ser perseguido implacavelmente pela polícia. Graças à coragem do diretor, o filme causou impacto não somente pelo tom da narrativa, mas também pelo aspecto visual. A violência extremamente gráfica aparece em muitas cenas, como no tiro de Clyde em um homem, no massacre de Buck e no tiro que acerta Bonnie. Penn coloca ainda em diversos momentos a câmera sob o ponto de vista de Clyde, jogando o espectador para a perspectiva do bandido e fazendo com que este torça por ele.

A ousadia temática do filme aparece logo no início da narrativa, quando *Bonnie Parker* demonstra interesse pela vida fora da lei de *Clyde* (“Como é assaltar?”), seguida pela seqüência em que ambos bebem cerveja, falam sobre armas com certa conotação sexual (repare o olhar sensual de Dunaway para a arma de Beatty) e partem para um assalto, fugindo num carro em alta velocidade. Somente depois de toda esta aventura é que ambos perguntam “qual seu nome?”. O clima, revolucionário, ganha força quando o casal fora da lei se depara com uma família despejada e atira contra uma placa, finalizando com a orgulhosa frase “Nós roubamos bancos”. Esta frase volta a aparecer quando o casal se encontra com C.W. Moss e pergunta: “Nós roubamos banco. Há algo de errado nisto?”. A pergunta é direcionada a Moss, mas serve também para a fatia conservadora da platéia. O filme veio para mudar a forma de fazer cinema em Hollywood e conseguiu, inovando também ao humanizar os bandidos, como por exemplo, na cena em que Clyde atira em um homem e sai dizendo que não queria ferí-lo. Já não existia mais o certo e o errado. Já não existiam mais os códigos de conduta e moral. Ao constatar que Bonnie e Clyde jamais se arrependeram da vida que levaram, notou-se que a ambigüidade havia chegado ao cinema de Hollywood.

O Motivo do fuzilamento dos dois foras da lei é um dos pontos fundamentais do filme, como já afirmamos anteriormente os dois assaltantes de banco eram pouquíssimos habilidosos com o mundo do crime, o público se reconheceria em *Bonnie Parker* e *Clyde Barrow* muito mais pela revolução da questão estética. Eles são assassinados não por conta dos assaltos e sim porque influenciaram o garoto e comparsa C.W. Moss a fazer uma tatuagem, levando a fúria o pai do garoto que mostrava um discurso conservador. O pai humilha o filho por seu comportamento, sua relação com a dupla de criminosos e, principalmente, a tatuagem em seu peito. O que fica claro com a cena é que em nenhum momento a fúria do pai é motivada pelos atos criminosos que Moss cometeu. A única referência a eles é em tom de reprovação, mas não por

descumprir a lei e sim por seu filho não ter conseguido sair nos jornais e se tornar conhecido como Bonnie Parker e Clyde Barrow.

Assim como nossos pais estavam “ofendidos” com os cabelos grandes, Woodstock, rock and roll, fumar maconha, desistir das coisas, nós refletimos isso inventando a tatuagem no peito de C.W. (...) Ivan, pai de C.W, não dá a mínima para a lei, Não, o que o ofendeu é o jeito que seu filho apareceu com “pele pintada” inspirado por Bonnie e Clyde (NEWMAN, 2000, p.39).

Como aponta Geof King (2002) a Noviça Rebelde (*The Sound of Music*) de 1965 foi um dos últimos filmes a atrair grande público. Os estúdios apostavam grandes recursos em grandes produções destinados a um público mais amplo visando uma reestruturação da indústria. O filme foi realizado com um orçamento de US \$ 8 milhões que arrecadou US\$ 72 milhões nos Estados Unidos e no Canadá, isso bem antes dos protestos contra a Guerra do Vietnã. O terreno estava propício para a renovação narrativa e estética necessária para reaproximar o cinema da realidade social experimentada pelo público norte americano no período. *Bonnie e Clyde*, apesar de retratar os Estados Unidos na década de 1930, devem ser pensando como forma de estudar a sociedade norte-americana dos anos 1960, momento em que foi produzido, pois o discurso sobre o período histórico retratado na trama do filme é influenciado por uma série de questões referentes à realidade do tempo que foi realizado.

Apesar das semelhanças em alguns pontos da história do filme com a do casal de criminosos reais, como apontado pelos próprios realizadores, não foi à intenção dos envolvidos na produção realizarem um filme fiel à história da dupla, mas sim o que eles entendiam que os dois significavam para o seu tempo e como isso podia ser trabalhado para se tratar do contexto da década de 1960. Com isso acertaram em cheio; e *Bonnie & Clyde* abriu as portas para toda uma geração de diretores interessados em aproximar os fatos sociais do cinema, dialogar com o público e levar para as telas de Hollywood o momento delicado dos Estados Unidos da América. Os anos 1960 foram para a sociedade como para Hollywood, um período de grande agitação e transformações. Esses dois contextos influenciaram diretamente a obra analisada, estimulando o desenvolvimento de temáticas e questionamentos típicos da sociedade norte-americana daquela época, assim como dos cineastas da Nova Hollywood. No filme são também

abordadas questões como família, sexo, violência entre outras e procuramos expor aqui como *Bonnie & Clyde* releva considerações importantes sobre a sociedade americana da segunda metade da década de 60, com questões políticas, culturais e sociais que ajudam na compreensão do período analisado.

Referências Bibliográficas:

ANDERSON, David. L. e ERNST, John. *The war that never ends. New perspectives on the Vietnam War*. Lexington: University Press of Kentucky, 2007.

BURKE, Peter. A escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia. 3. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reproducibilidade técnica. In: ADORNO et al. *Teoria da Cultura de Massa*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000. BISKIND, Peter.

BISKIND, Peter. “*Como a geração sexo, drogas e rock'n'roll salvou Hollywood*” . Tradução de Ana Maria Bahiana. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2009

BORDWELL, David; STAIGER, Janet; KRISTEN, Thompson. *El cine clásico de Hollywood: estilo clásico y modo de producción hasta 1960*. Barcelona,

BRADBURY, Malcolm & TEMPERLEY, Howard. *Introdução aos estudos americanos*. Rio de Janeiro; Forense Universitária,

CAPELATO, Maria Helena et alii. *História e Cinema: dimensões históricas do audiovisual*. São Paulo: Alameda, 2007.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Ed., 1976, p. 199 – 215.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos - O breve século XX, 1914-1991*. Companhia das Letras. Tradução de Marcos Santarrita.

Harry M. Benshoff, Sean Griffin. *America on Film: Representing Race, Class, Gender, and Sexuality at the Movies*. Front Cover..

KEHL, Rita Maria. Cinema e Imaginário. In: XAVIER, Ismail (org.). *O Cinema no Século*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 107-123.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Tradução Ivone Castilho. Bauru: EDUSC, 2001.

KING, Geoff. New Hollywood Cinema: An Introduction. London: I.B. Tauris, 2002.

MORIN, Edgar (1990). Cultura de Massas no Século XX: o espírito do tempo. Rio de Janeiro: Forense Universitário.

MORETTIN, Eduardo. “O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro” *In:*

PENN, Arthur. Bonnie and Clyde: private integrity and public violence. In: NEWMAN, David & BENTON, Robert. Bonnie & Clyde. London: Farber and Faber, 1995.

PESAVVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. Revista Brasileira de História. São Paulo.

SCHATZ, Thomas. O Gênio do Sistema. A Era dos Estúdios em Hollywood. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Hollywood genres: formulas, filmmaking and the studio system. McGraw-Hill, 1981.

“Cortina Rasgada”: O Cinema e a Sociedade Americana da Guerra Fria nas Trilhas de Alfred Hitchcock. Quezia Brandão

Instituto de História/UFRJ

Introdução

O breve ensaio aqui proposto objetiva investigar a relação da produção do cineasta Alfred Hitchcock com as questões e dilemas da sociedade americana no período conhecido como Guerra Fria. Por realizar um recorte que centra sua análise no filme *Cortina Rasgada* (TornCurtain, 1966, Dir. Alfred Hitchcock), a ênfase recairá no balizamento histórico da década de 1960. Ao analisar a produção, levantam-se algumas questões importantes para pensar a relação entre Cinema e Sociedade: a ocorrência de *convulsões no imaginário social, acirramento dos debates sobre valores morais, e as metamorfoses da identidade nacional americana*, são as principais noções que norteiam um trabalho a partir de *Cortina Rasgada*, pensando como essas questões foram apresentadas pelo filme ao abordar o contexto de Guerra Fria e como refletem a conjuntura social – em termos de uma cultura em geral – dos Estados Unidos da América à época.

Por que Alfred Hitchcock?

Alfred Joseph Hitchcock (1899 – 1980) foi um cineasta inglês conhecido como “Mestre do Suspense”. Sua cinematografia é extensa e torna-se um marco cinematográfico no século XX, sendo hoje um dos cineastas mais conhecidos da história do cinema. O início de sua carreira como cineasta se dá ainda na Inglaterra onde irá produzir, dentre os mais relevantes, *O homem que sabia de mais* (The manwhoknew too much) de 1934¹, *Os 39 Degraus* (The 39 steps) de 1935 e *A Dama Oculta* (The Lady Vanishes) de 1938.² Neste período de sua cinematografia, Hitchcock implanta inovações que serão responsáveis por caracterizar o seu estilo, como, por exemplo, a introdução de um recurso de roteiro que virou uma de suas marcas registradas: a personagem inocente que é perseguida ou punida por um crime que não cometeu, carregando uma culpa que não lhe pertence. Prosseguindo sua carreira, devido à proeminência que seus trabalhos

¹*O Homem que sabia demais* foi refilmado em 1956, com outros atores. No entanto, Hitchcock dispensou a remodelagem de quaisquer aspectos do filme. A versão de 1956 é mais consagrada em termos de história do cinema.

² O nome de Alfred Hitchcock aparece, na verdade, em diversas produções cinematográficas desde 1921. No entanto, Hitchcock trabalha em outras funções em boa parte deles (ilustrador, roteirista, etc), tornando-se efetivamente um cineasta a partir das produções elencadas no texto.

ganham, seu nome chega aos Estados Unidos, para onde ele vai e lança seu primeiro filme, já como diretor,³ em 1940 (*Rebecca*). Até a década de 1970, Alfred Hitchcock irá produzir cerca de trinta e três filmes, sendo o seu último filme *Trama Macabra* (*Family Plot*) de 1976.

Suas técnicas serão consideradas revolucionárias, seus enredos, bem como suas narrativas. Ainda devem ser levadas em consideração as constantes polêmicas e *tabus* trazidos pelos filmes de Hitchcock, ao engendar enredos que trabalham a questão da loucura, do núcleo familiar desmantelado, do sexo, entre outras temáticas consideradas delicadas à época. A cinematografia de Alfred Hitchcock é considerada um grande paradigma para a *sétima arte*, pois, além de consagrar o gênero do suspense e, ainda, explorá-lo pelo viés psicológico (o que é muito significativo se considerarmos os contextos históricos em que seus filmes serão produzidos – períodos de Guerras), o cineasta traz a ideia de um vilão que é inocente, como já apontamos; muda o *status* do expectador ao colocá-lo como participante da trama⁴; o assassino se revela a partir da construção/revelação de sua identidade. (ARAUJO, 1982: 20) É por essas razões que o filme aqui analisado apresenta-se como uma importante fonte histórica para pensar a sociedade americana da Guerra Fria nos anos 1960, por apresentar especificidades enquanto uma fonte histórica.

Através da *Cortina Rasgada*

Mergulhando nas trilhas de espionagens, tão comuns durante a Guerra Fria, *Cortina Rasgada* conta a história de um cientista americano (Michael Armstrong) que durante um congresso científico no leste europeu aparentemente foge, levando a cabo um episódio de espionagem internacional. Tentando desenvolver uma complicada fórmula, que seria de suma importância para a paz mundial, o protagonista entende que não poderia ser confiada a nenhum espião comum. Dentro de uma trama complicada, a situação do cientista e espião amador agrava-se com a chegada de sua noiva, que acaba ficando a par dos planos e dos perigos envolvidos. Vários acontecimentos se desenrolam, envolvendo inclusive um assassinato cometido pelo cientista no intuito de salvar sua vida, até que consegue fugir para o Ocidente com sua noiva em um navio escandinavo.

³ Ao chegar aos Estados Unidos, Hitchcock assina um contrato com David Selznick, produtor de filmes como *E o Vento Levou* e *It Started in Naples*, onde realiza a maior parte de suas grandes produções.

⁴ Nas tramas de Hitchcock o espectador sempre tem ciência do crime cometido pela personagem. Assim, quem assiste o filme se evolue nas emoções das personagens, forma opiniões e compartilha expectativas.

Um primeiro contato com esta produção poderia sugerir apenas e tão somente um filme – como muitos que estavam sendo produzidos no período – que explora o contexto histórico da Guerra Fria e a temática corriqueira da espionagem internacional. Apenas a este nível já seria possível uma compreensão do valor desta fonte cinematográfica para os estudos sobre Guerra Fria e sociedade americana. Afinal de contas, o historiador Antonio Pedro Tota, em seu livro *Os Americanos*, vai explicitar como o “paranóia” vivenciada pela polarização mundial e o conflito entre as duas potencias beligerantes – EUA e URSS – vai influenciar o imaginário social e a produção hollywoodiana, dizendo: “(...) *incontáveis filmes narravam uma temática praticamente invariável: um poder exterior [...] nascia no coração do país e ameaçava destruí-lo por completo*”(TOTA, 2009: 184).

No entanto, *Cortina Rasgada* apresenta uma riqueza a nível do que Marc Ferro chamaría de “*zonas ideológicas não-visíveis da sociedade*” (FERRO, 1979: 213). Mesmo explorando um contexto de Guerra, Espionagem, Ciência, Ameaça Atômica, dentre outros destes temas “comuns” à época, Hitchcock explora nesta produção problemáticas que grassavam a sociedade americana no período e que eram resultadas deste. A primeira questão é a noção da existência de uma *Cortina de Ferro*: a divisão ideológica entreposta às duas realidades em conflito (EUA x URSS) era pregada à época como intransponível. Intransponível mesmo para a sociedade de ambos os blocos, como se um grande silêncio se colocasse entre os dois “mundos”. Ao levar a cabo um episódio de espionagem, e além disso, da existência de grupos de resistência dentro da URSS, dialogando com o universo capitalista, Hitchcock expõe a ideia de uma “cortina rasgada”. Um dos cartazes produzidos do filme já nos traz uma boa noção da mensagem que o cineasta pretendia enunciar.

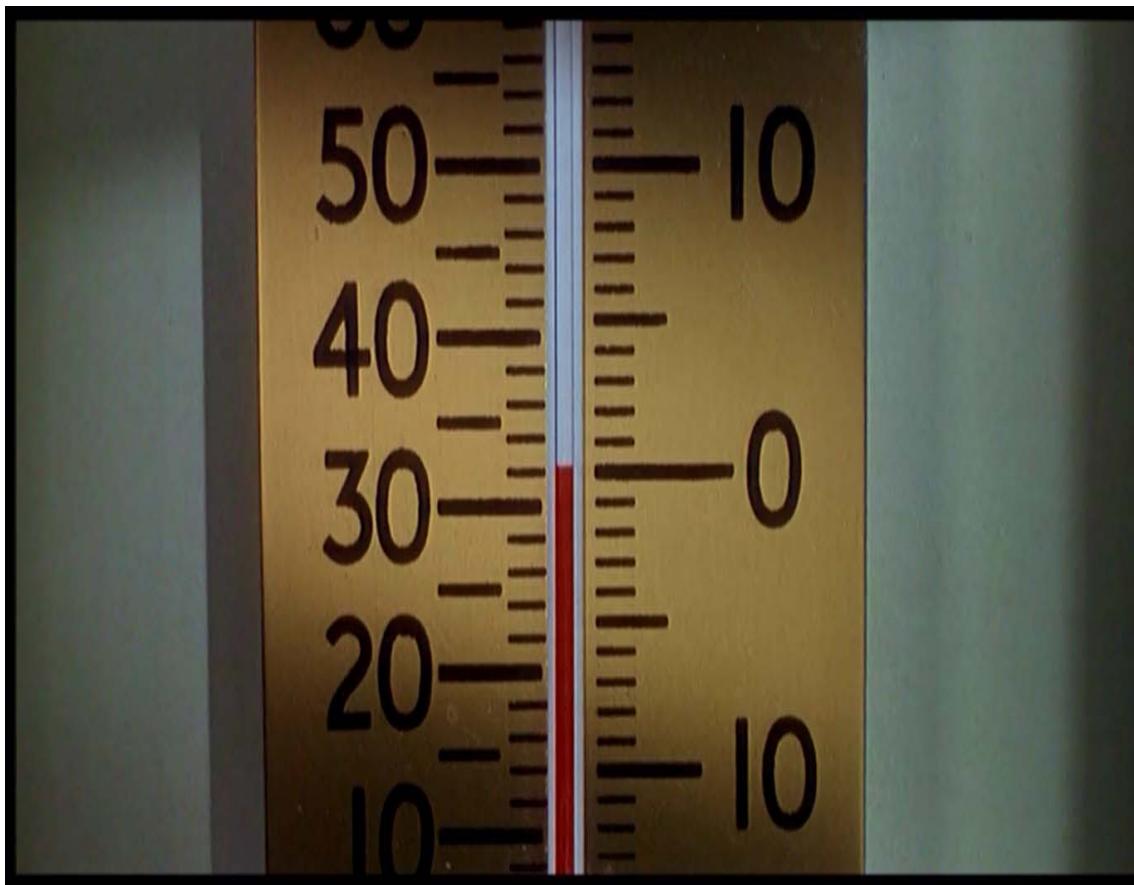
A imagem de uma cortina que apresenta de um lado a bandeira dos Estados Unidos da América e de outro a bandeira da União Soviética, sendo rasgada ao meio por uma faca que está sendo segurada por alguém que apresenta uma expressão agressiva, incorpora uma importante mensagem do filme: ao passar para o lado soviético o cientista e sua noiva acabam vivendo situações de violência, agressão, perseguição e morte – tendo como exemplo aqui o assassinato do “capanga” que vigia o cientista. Essa ideia engendra uma crítica ao comunismo e opõe liberdade x opressão, tendo em mente, sobretudo, a oposição Estados Unidos e URSS. A impossibilidade de viver em paz, de ir e vir sem ser vigiado, são mazelas próprias da realidade comunista.



Cartaz produzido pela CIC Vídeo (Responsável pela versão brasileira do filme) em 1967

Conflito e Tecnologia: As “paranoias” da Sociedade Americana

O filme começa dentro de um navio que está levando cientistas para um congresso internacional sobre física quântica. A primeira cena mostra um amigo do cientista Armstrong reclamando aos funcionários sobre a temperatura – muito baixa – do navio.



A imagem é referente a uma cena que aparece na primeira sequência do filme, ambientada na entrada do Navio.

Ao mostrar, logo no início da história, um termômetro indicando zero grau de temperatura, o cineasta indica que estamos sob o “clima” da Guerra Fria. Ao reclamar a temperatura, os funcionários respondem ao também cientista: “Porque vocês cientistas não resolvem o problema da Calefação?” Aqui o papel dos cientistas neste contexto fica evidente – eles desempenham um papel importante na sociedade para a resolução do conflito. Mais uma vez aqui podemos citar Antônio Tota ao demonstrar o duplo papel dos cientistas na sociedade americana:

“Na paradoxal situação de uma “Guerra sem guerra”, o consumo se tornou o motor do desenvolvimento tecnológico. Os inventos militares eram aproveitados e adaptados ao uso doméstico com enorme velocidade. Enquanto os primeiros jatos cruzavam a barreira do som, poderosos motores da RollsRoyce e da Pratt & Whitney encurtavam a distância entre os países. Investimentos privados tornavam as comunicações mais simples e eficientes. Polímeros plásticos substituíam a madeira, tecidos e metais. Mais longe, mais rápido, mais eficaz: a técnica, mais do que a força militar, garantiam a coesão nacional.” (TOTA, 2009: 184)

Caminhando no enredo, a um clima de suspeita começa a se instalar entre a noiva e o cientista que sempre parece mantê-la longe de seus assuntos. A noiva representa a sociedade americana, sempre afastada dos assuntos oficiais, sempre tendo seus desejos

(ela estava ansiosa para se casar com o cientista) e vontades colocados em segundo plano. Assim, ao desembarcar, a noiva de Armstrong parte para uma livraria para buscar a encomenda de um livro para o cientista – que continha informações, como verifica-se, sobre a missão em que ele iria se envolver na URSS – e é acompanhada do amigo cientista de Armstrong. Na sequência que irá se desenrolar a partir de então vamos ter dois aspectos importantes desenvolvidos e problematizados pelo filme.



Nesta cena representada pelo fotograma acima, o cientista amigo de Armstrong ao ficar ao longe, atrás da estante, vigiando, incorpora a noção do medo causado pela constante vigilância entre os dois blocos. A paranoia de estar sendo vigiado a todo instante, não sabendo em quem confiar, fratura a imagem de uma grande fraternidade/irmãdade vivida pelos americanos e tão difundida no imaginário social⁵. Temos aqui, então, um dos aspectos observáveis nesta produção cinematográfica capazes de apontar um fator de convulsão do imaginário social e de metamorfose da identidade nacional: os americanos viviam sob um regime de desconfiança, constantemente ameaçados em todas as suas atitudes. Isso é ainda mais significativo se pensarmos a virada que irá ocorrer na situação política americana durante a Guerra Fria com a *Caça às Bruxas* do Macarthismo, que iniciou uma perseguição dentro do país que criou divisões e oposições entre americanos, fazendo aumentar o nível de desconfianças mútuas e causando rupturas no imaginário social que seriam sentidas até mesmo

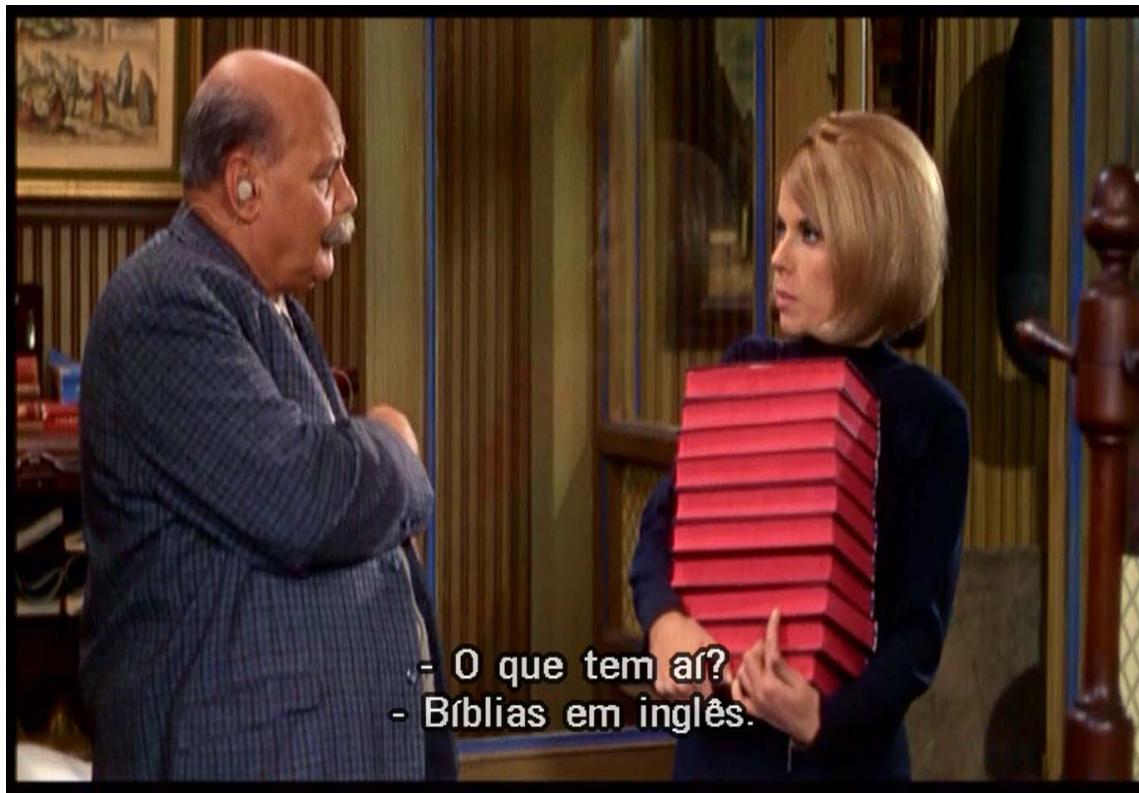
⁵ O Historiador Robert A Divine, vai dizer no livro *America: Passado e Presente*, que os americanos sempre se viram, ao longo da história, como irmãos, iguais, um grande todo. Essa noção vai ser fraturada durante o período de Guerra Fria em razão dos medos causados pela paranoia da constante observação, da traição e deserção, etc.

posteriormente ao conflito bipolar, dando uma nova configuração à identidade nacional americana.

Chamados por uma missão histórica, por um *destino manifesto*, de ser representante da liberdade e do *american way of life* essa sociedade se vê privada, assustada e não é mais plena em sua vocação. Neste ponto, o debate sobre os valores morais apontado no início deste ensaio ganha corpo: em que medida os indivíduos são responsáveis pelas suas ações em sociedade, em público? Até que ponto o individualismo é uma característica positiva? E neste caminho, desembocamos em mais uma contribuição de Antônio Tota, que vai dizer que a identidade americana é distorcida durante a Guerra Fria, pois uma sociedade que sempre foi individualista tem por missão agora agir em prol do coletivo, pensando em todos, pensando em seus compatriotas. (TOTA, 2009: 182)

Tempos de Crise: religião e moralidades no cerne da Guerra

Retornado ao enredo, o dono da livraria, ciente do propósito do livro, vê o amigo do cientista à espreita dos movimentos da noiva de Armstrong. Fica temeroso e pede para que a mulher tome cuidado com o livro. A noiva e assistente de Armstrong se sente confusa, mas segue adiante com seu dia. Na cena seguinte, o dono da livraria é abordado por uma de suas assistentes que carrega uma pilha de livros nas mãos perguntando quem era o tal cientista. O senhor ignora a pergunta feita pela jovem e questiona que livros são aqueles que ela carrega. A jovem responde dizendo que são “Bíblias em inglês”. O senhor manda que a jovem jogue as bíblias no depósito e que “reze” pelo cientista.



Cena da saída da noiva de Armstrong da Livraria, onde se estabelece o diálogo entre o dono da livraria e a funcionária após a tensão causada pelo acompanhante da mulher.

A cena, aparentemente acessória, é muito interessante. Aqui, de maneira sutil, Hitchcock explora mais uma vez a delicada situação do imaginário e identidade nacional americanos ao tocar na questão da religião. Ao mandar que “jogue as bíblias no depósito” o cineasta demonstra com sua trama que a religião vinha sendo deixada de lado, que os princípios bíblicos/cristãos que sempre foram definidores da identidade nacional americana estavam caindo em “desuso”. A história do filme, ao apresentar um homem que não deseja se casar e que mantém relações com sua noiva fora do matrimônio, assassino (o que contrariaria os Dez Mandamentos), mentiroso, etc., critica essa crise dos valores morais que são, antes de tudo, religiosos. É um mundo em desconstrução; um mundo que foi sendo corrompido desde a Segunda Guerra Mundial e encontrava-se em um processo longo de deturpação em função do ambiente caótico, confuso e perturbador da Guerra Fria. Dia após dias – e essa será, também, uma metáfora explorada pelo filme – os americanos se chocam com situações onde é necessário abrir mão de velhos costumes e hábitos, vivenciando uma realidade em que são obrigados a deixar de lado deveres de ordem moral para cumprir o dever com uma nação em conflito.

A história segue e Armstrong aparentemente foge para Berlim Oriental em busca de uma fórmula física que seria responsável pela paz mundial ao aniquilar o perigo de uma explosão nuclear, sendo seguido por sua noiva que insiste em estar com ele. Após se instalar em Berlim Oriental e ser devidamente apresentado pelos órgãos de imprensa – e esse é um aspecto importante ao qual Hitchcock não poupa esforços, demonstrando o papel da publicidade como meio propagandístico das políticas de ambos os blocos -, Armstrong começa a conviver com o ressentimento de sua noiva que permanece sendo constantemente cobiçada pelo amigo cientista que, neste ponto da história, aparece como o responsável pela entrada e permanência do cientista e professor no lado soviético. Esse é um detalhe importante – a cobiça do “inimigo” (afinal de contas este personagem é o *outro*, o comunista) na “sociedade” americana, aproveitando-se das fragilidades e dos medos dela.

A ameaça subversiva: as culturas alternativas na década de 1960

O ponto importante da história é quando Armstrong vai a uma fazenda ao encontro de um senhor. Chegando lá identifica-se para uma local desenhando um símbolo “Pi” – π -, o mesmo que constava em uma página do livro que foi levado até o cientista por sua noiva. Como está sendo vigiado, Armstrong é seguido por um encarregado soviético que descobrirá os seus planos de retorno aos Estados Unidos. Para se livrar da situação, com a ajuda da mulher local, o cientista mata o homem que é enterrado, junto aos seus pertences, no quintal próximo a casa da fazenda. Após isso o sentimento de culpa será constante, tanto pelo ato realizado, quanto pelo medo de seus planos fracassarem e colocarem ele e sua noiva em risco. Compartilhando com sua noiva os seus verdadeiros motivos, ela volta a estar ao seu lado e começa assim uma corrida contra o tempo para conseguir a fórmula e sair de Berlim com auxílio da organização.

Várias tentativas de fuga começam a acontecer, tendo em vista que agora precisam os dois esconderem-se das autoridades soviéticas que estão cientes dos crimes de Armstrong e de suas verdadeiras intenções. Nesse rumo, o cientista e sua noiva que estão a caminho de um correio para conseguirem seu passaporte clandestino para fora de Berlim encontram uma condessa que os identifica e começa a pedir ajuda para migrar para os Estados Unidos. A condessa alega que sua permanência em Berlim é perturbadora, pois ela não se adapta ao clima de austeridade, ao frio extremo, à cultura, etc. Ela ainda informa ao casal que eles (o Governo) não a quer lá, mas que ela só pode rumar para fora de Berlim Oriental com o aval de um responsável.



Cena em que Armstrong e sua noiva estão à mesa de um café junto a Condessa negociando seu pedido de auxílio para ir aos Estados Unidos.

Aqui podemos refletir sobre a construção e o significado desta personagem para a trama. A condessa é uma mulher extremamente extravagante, colorida, chamativa, escandalosa, incontida, dramática; ela destoa de todo o cenário a sua volta, desde as roupas até a forma de se movimentar. Ela insiste em ir com o casal, mas é vista com desconfiança e desconforto pelo cientista. No entanto, cai nas graças da noiva que aceita ajudá-la. A mulher, por ser muito chamativa e um tanto exacerbada em seu comportamento, coloca em risco toda a operação de fuga e leva o casal a ser perseguido mais uma vez pela polícia local, sendo ela mesma atropelada por este em um beco de escadaria qualquer e desaparecendo do enredo.

A condessa incorpora a metáfora das culturas alternativas, dos movimentos de esquerda, sociais, do rock'nroll, que começam a querer surgir nos Estados Unidos durante esse período da década de 1960. Essas ideias, esses movimentos, não são aceitos dentro dos muros autoritários e severos do mundo soviético, não se encaixam. Entretanto, eles “só precisam de um responsável” para entrar nos Estados Unidos. Quando a noiva de Armstrong (lembrando que está representando a sociedade) simpatiza com a condessa e aceita ser sua responsável, colocando em risco todo o plano e toda a

sua vida, a mensagem levada pelo filme explicita de maneira muito bem construída o perigo da associação da sociedade americana com esses movimentos “alternativos e socializantes”(DIVINE, 2007: 631) que surgiam naquele momento; movimentos que corrompiam a moral e os bons costumes dos cidadãos americanos.O momento em que ela é retirada violentamente do rumo de fuga e da companhia do casal é importante para pensar a relação aqui implicada: a perseguição das autoridades soviéticas ao casal não permitiu que ela os acompanhasse. Ou seja, o conflito em que estavam vivendo os americanos não deveria permiti-los abrir espaço para essas novas ideias, pois elas os colocariam em perigo.

As “Grades Soviéticas”: a arte propagandística comunista e questão da liberdade

Em mais uma tentativa de fuga, a última, o casal vai estar no teatro à espera de um momento oportuno para sair. O cientista será reconhecido por uma bailarina⁶ que irá denunciar a sua presença no local.



Cena do teatro onde, após reconhecer Armstrong entre a plateia, a bailarina alemã sairá às pressas do palco para anunciar à segurança sobre a presença do casal no local

A bailarina – uma artista – é a metáfora da arte política soviética. Uma arte austera, impiedosa, cruel, denunciativa, que caminha lado a lado com a política oficial, com o governo e com o autoritarismo do regime. Hitchcock soube explorar a noção da observação, da perseguição que se vivia naquele momento, a partir do papel da arte no mundo soviético. Uma arte que era capaz de perseguir a liberdade, impedir os

⁶ A bailarina aparece na cena em que Armstrong desce do mesmo avião que ela, desembarcando em Berlim Oriental.

movimentos de quem se colocasse em seu caminho. Um inimigo é apontado nesta construção para causar impactos no espectador.

Cientistas e propaganda: o monopólio da opinião pública

Após se verem cercados, Armstrong tenta arquitetar uma saída: ele observa o cenário do palco, percebe a ideia de chamas e grita *Fogo!* Causando uma grande confusão no teatro, as pessoas correndo, impedindo a ação das autoridades na captura do casal.



Sequência seguinte à cena da bailarina, no teatro. Armstrong se vê sem saída ao ser cercado pelas autoridades berlineses e grita “Fogo!”, começando um situação caótica para possibilitar sua fuga em meio à multidão

Outra metáfora importante é trazida aqui e coloca em voga, novamente, o papel dos cientistas: perto de uma situação de desfecho de um conflito (um dos lados teria que sair vencedor, sejam as autoridades ou o casal) a atitude do cientista pode causar tamanha confusão que impossibilitou a conclusão daquele momento. Ora, em um mundo onde a ciência ganhou papel de extrema relevância devido às ameaças de uma Guerra Nuclear, os cientistas possuíam o equilíbrio da balança. Todas as soluções, estratégias, etc, eram definidas a partir do trabalho desenvolvido pelos cientistas, seja na URSS como nos Estados Unidos. E o mais importante: a sociedade escuta. A massa é capaz de ser mobilizada a partir das direções lançadas pela ciência e assumirem o papel de controle dos rumos históricos a cada momento.

Uma Guerra Psicológica: Considerações preliminares

Em breves linhas, podemos compreender a forma como a produção *Cortina Rasgada* foi capaz de trabalhar com as questões que gravitavam o universo americano no momento da década de 1960 sob a Guerra Fria. Ao iniciar da trama, acreditamos que todo o motivo do filme está centrado na fórmula secreta ansiada por Armstrong. Contudo, a fórmula é apenas um recurso utilizado – e que se tornou uma marca – por Alfred Hitchcock: o *MacGuffin*⁷, que designa uma desculpa argumental que motivo às personagens desenvolver uma história, mas que na verdade carece de relevância. A formula começou a história, fez o enredo se desenvolver, mas não é o clímax da mensagem do filme.

O enredo leva diversas mensagens ao espectador – que é, sobretudo, a sociedade americana naquele momento – que objetivam construir uma crítica ao contexto em geral, ao papel do indivíduo americano, à situação moral verificada naquele momento, dentro outros aspectos que constatamos ao longo da presente análise. Neste sentido, o ensaio aqui proposto pode apresentar uma importante contribuição para pensar a relação Cinema e Sociedade por utilizar-se de uma fonte cinematográfica ainda não explorada pela historiografia e apontando dimensões sobre a sociedade que vão além de uma superficialidade ocasionada por uma observação primária do filme. Assim, compreendemos que é possível pensar a sociedade americana da Guerra Fria a partir do cinema para além das configurações clássicas mobilizadas por outras análises/fontes, engendrando um caminho que visa compreender a estrutura profunda que se formava e reformava durante o período. Como afirmou o historiador Wagner Pinheiro Pereira:

“Como foi visto, tomamos o cinema/filme como agente histórico, objeto de estudo e fonte documental para o historiador, como um veículo que expressa ideias, imagens, aspirações e esperanças, medos e preconceitos de uma determinada sociedade e de seu tempo” (PEREIRA, 2012: 647)

Bibliografia

- ARAÚJO, Inácio. *Alfred Hitchcock*. Brasiliense: São Paulo, 1982.
- DIVINE, Robert A. *América: passado e presente*. Nordica: São Paulo, 2007.
- FERRO, Marc. *O Filme. Uma contra análise da sociedade*. In: LE GOFF, Jacques e NORA, P. *História: novos objetivos*. Ed: Francisco Alves. Rio de Janeiro, 1976.
- PEREIRA, Wagner Pinheiro. *O Poder das Imagens: Cinema e Política nos governos de Adolf Hitler e de Franklin D. Roosevelt (1933 – 1945)*. Alameda: São Paulo, 2012.
- TOTA, Antônio Pedro. *Os Americanos. Contexto*: São Paulo, 2009.

⁷ Às vezes *McGuffin* ou *Maguffin*.

9.CINEMA, MULTICULTURALISMO E IMIGRAÇÃO

O Multiculturalismo dos Estados Unidos no Filme Crash, No Limite. Andréa Cotrim Silva

FFLCH-USP

Email: cotrim.andrea@gmail.com

Introdução

Quando falamos em multiculturalismo, imaginamos um território, uma comunidade ou uma nação, em que as diferenças estruturais entre as culturas, ali presentes, são transpostas pelo entendimento, o diálogo e o bem-estar social. A diversidade cultural, seja ela caracterizada pela esfera étnica, religiosa, política, linguística, de gênero ou de alteridade torna-se predicado e não uma contenda.

Alguns países como o Canadá gozam de certo prestígio justamente por se autodenominarem multiculturais. A Austrália, por sua vez, é considerada multicultural, não somente pela grande influência de asiáticos e indianos em sua população, além de diversos outros povos que migraram para lá em busca de melhores condições de vida, mas porque assina decretos que protegem desde os aborígenes aos imigrantes de diferentes grupos culturais e étnicos. Para os australianos:

“...a saudável gestão das diferenças culturais é de responsabilidade da sociedade como um todo; numa sociedade pluralista, existem diferenças de valores que contêm o potencial para entrarem em conflito; e é necessária uma prática de ética para a gestão justa e eficiente dos sítios com diferente significado cultural”¹.

Igualmente, os Estados Unidos da América vangloriam-se por abarcar várias culturas em seu país, afirmando-se como um lugar de oportunidades para todos. O conceito *melting pot* ou “caldeirão de culturas” foi largamente disseminado, conferindo aos Estados Unidos, no imaginário popular, um status liberal e democrático. Povos de todos os lugares do planeta imigraram para lá, em busca do sonho de liberdade, em

¹ In: <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/codigo-da-diversidade-cultural.pdf>, acesso em novembro de 2013.

outras palavras, da possibilidade da convivência pacífica entre heterogeneidades culturais.

É fato que conflitos de contato sempre aconteceram. Los Angeles, por exemplo, foi pano de fundo para muitas revoltas raciais, duas delas com grande repercussão: a primeira em agosto de 1965 durante a “Revolta Watts” e a segunda em 1992, após o espancamento de Rodney King, o que fomentou a questão do ódio racial sob o viés de um multiculturalismo nada bem sucedido.

No entanto, é após os atentados de 11 de setembro de 2011 que construções identitárias conflitantes ganham contornos bem específicos, uma vez que ressaltam o nacionalismo exacerbado e as virtudes do povo estadunidense em oposição às de um “Outro” imaginado como perigoso e infiel.

A profusão na mídia de notícias de ataques terroristas por toda parte fez com que a violência adquirisse uma aura onipresente, em especial, no horizonte das grandes cidades. A cultura do Outro, por extensão, é solapada pelo medo que os discursos oficiais, desde então, apregoam, em larga escala, pela mídia:

Nesta hora, as forças americanas e da coalizão estão nos estágios iniciais de operações militares para desarmar o Iraque, libertar seu povo e defender o mundo do grave perigo (...) para minar a capacidade de Saddam Hussein de fazer a guerra.²

O presidente dos Estados Unidos da época, George W. Bush, desmoralizou o governo e o povo do Oriente Médio, intitulando-os de “evil”³ e bárbaros, inclusive em pronunciamentos de conotação religiosa, clamando pelo respeito dos americanos diante da tragédia que o mundo inteiro presencia. O acontecimento assume a categoria de evento na sociedade do espetáculo e *11 de setembro* passa a ter uma inserção histórica, além deservir de precedente para transformar quase todo incidente em um ato terrorista. Retoma-se a narrativa do perigo, desde *Pearl Harbor*⁴, quando o discurso político encontra sua vereda manipulativa. Obviamente, o aparato tecnológico exerce grande impacto na construção e reconstrução de significados desse episódio, apropriando-se de várias mídias que convergiram para a narrativa audiovisual como forma de expressão. A mídia não só difundiu ansiedade; ela funcionou como um meio para intensificar o trauma imediato em vários espaços geográficos e populacionais.

²MOORE, Michael. *The Official Farenheit Reader 9/11*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2004, página. 74 [trad. nossa].

³Evil, em inglês, significa “mal”, “perverso”.

⁴ A esse respeito, ver os documentários *The Fog of War: Eleven Lessons of Robert S. McNamara* (2003) USA – Direção: Errol Morris e *Why we fight* (2005). Inglaterra/ Canadá – Direção: Charlotte Street

A retórica de Bush também assume lugar dentro da cadeia midiática com uma narrativa mais ampla, cuja estrutura resvala a realidade psíquica. A história dominante reafirma a primazia dos indivíduos como vítimas, sobreviventes incitados a erradicar o mal, intensificar a segurança da pátria - combinação de inocência e honradez que caracteriza o *ethos* norte-americano, a partir de então, e a necessidade de retaliação contra um inimigo antiamericano, antidemocrático. O presidente fortalece o sujeito americano como o portador de qualidades louváveis, em contraposição ao “Outro” que o vitimou; ele recorre a vários binômios que imprimem significações já pressupostas: “evil” x “good”; “heroes” x “fanatics” etc.

Embora a linguagem, segundo Pêcheux (1988), presuma outras margens para a interpretação dos enunciados, os efeitos de sentidos gerados na construção da representação americana elencaram inevitavelmente um oponente em comum - o suposto terrorista, o oriental, pois os discursos, sobremaneira os de ordem política, trouxeram uma “aparente” homogeneidade, uma ilusão de transparência que procurou eliminar, o quanto possível, a possibilidade de equívocos e contradições e, desta forma, o povo acabou por associar qualquer cidadão do Oriente Médio a um terrorista em potencial. A ideologia se fez nas práticas sociais, inscritas na história, ou seja, em diferentes acontecimentos e no nível do inconsciente do sujeito. Para Pêcheux (1988), o discurso é o ponto onde se dá a articulação entre fenômenos linguísticos e processos ideológicos, entre língua e história, uma vez que é na materialidade linguística que esses processos ideológicos se manifestam e são observados.

Começava, deste modo, o que alicerçaria posteriormente as medidas governamentais de ataque ao Afeganistão de Bin Laden e ao Iraque, do então ditador Saddam Hussein, outro símbolo do mal, pronto a perpetrar novos ataques terroristas, caso não fosse destruído pelo exército dos Estados Unidos.

Rancière (2010, p. 98) aponta para a gravidade do problema que transpassa o alto nível de visibilidade do evento pós 11/9, já que o governo caracteriza, como vimos, a tragédia na chave religiosa e étnica como um combate entre o bem e o mal. Narrativas excludentescentiam o preconceito que subscreve a cor e o local da alteridade. Entenda-se por alteridade a construção de significado que distingue o “eu” americano idealizado em desconformidade com cidadãos de origens outras que não as encaixadas na categoria WASP (White, Anglo-saxon and Protestant).⁵

O poder hegemônico americano foi o alvo da destruição da ideia de que se tinha sobre a união entre as comunidades; a queda das torres significou, no âmbito simbólico, não só o aniquilamento do centro financeiro do país, mas expôs a vaidade, a arrogância e a fragilidade desta hegemonia (RANCIÈRE, 2010, 97). A ideologia do *American*

⁵WASP corresponde às iniciais para Branco, Anglo-saxão e Protestante. In: WILLIS, Susan. *Evidências do Real: os Estados Unidos pós-11 de setembro*. Tradução de Marcos Fabris, Marcos Soares - São Paulo: Boitempo, 2008.

*Dream*⁶, calcada na igualdade de oportunidades e de liberdade a todos os residentes do país contrapõe-se frontalmente à noção de um “Outro” que, a priori, era o estrangeiro bem-vindo e contribuía para a formação da nação, mas que, agora, inspirava cautela. A ideologia é, sem dúvida, redimensionada, na medida em que o (i)migrante tem de apagar os traços de sua identidade de origem para se ajustar.

Hollywood não poderia se eximir dessa temática e filmes sobre o multiculturalismo fracassado são recorrentes como *Babel* (2006), *Gran Torino* (2008), dentre outros, os quais espelham a paranoia geral da nação, advinda do trauma. Neste sentido, o artigo objetiva semear novos olhares sobre os discursos produzidos pelos norte-americanos após os eventos de 11 de setembro, em *Crash, no limite* (2005), filme ganhador do Oscar em 2006 que, ao invés de assentar verdades ou realidades de forma tácita, propõe uma reflexão em relação ao contexto da época de sua produção. As identidades das personagens mobilizam-se em um panorama que muda de acordo com as contingências. Cada uma delas pertence várias comunidades, simultaneamente, e esbarra em posições desconfortantes, ao longo de sua trajetória no filme. Seja esta representação alegórica ou documental, posto que o diretor, Paul Haggis⁷, também se baseie em fatos reais do seu cotidiano para lançar-se na ficção, o artigo justifica-se pela tentativa de esboçar uma significação de pertencimento.

Logo, procuraremos imprimir uma tradução do *Crash, no limite* como uma teia de significados, na qual é possível estabelecer a conexão entre preconceito, medo e violência. O recorte escolhido é a cidade de Los Angeles, pós-11 de setembro, palco do multiculturalismo, em que a construção de identidades e realidades gera tensão, apontando para o território estadunidense, na plataforma de um filme *multiplot* e fragmentado, cuja intenção de associar a forma ao conteúdo é evidente.

⁶A ideia de *sonho americano* é expressa pela primeira vez em 1931 por James Truslow Adams, refere-se à prosperidade de pessoas que dependem de suas habilidades e de seu trabalho, e não de uma rígida hierarquia social para fazerem sucesso, embora o significado da frase tenha mudado ao longo da história dos Estados Unidos. Para alguns, é a oportunidade de se conseguir mais riqueza do que eles poderiam ter nos seus países de origem; para outros, é a chance de ver seus filhos crescerem com uma boa educação e, finalmente, alguns sonham com a oportunidade de ser um indivíduo sem restrições baseadas em raça, classe, religião etc. Disponível em <http://memory.loc.gov/learn/lessons/97/dreamn>. Acesso em 11 de maio de 2010.

⁷ Em 2003, Paul Haggis foi vítima de um sequestro-relâmpago em *Los Angeles*. Com uma arma apontada para si, sua mulher e ele rodaram durante horas pela cidade antes de serem soltos. Esta experiência traumática é narrada pelo diretor sempre que lhe perguntam sobre sua inspiração para o roteiro do filme. Sua narrativa pessoal resultou em uma tessitura fictícia, rica em detalhes que demonstram como os papéis sociais se constroem em meio a uma sociedade permeada por valores historicamente naturalizados, dando a ver, por meio do cinema, as incertezas e a inabilidade das personagens – e dos seres humanos, igualmente – ao lidarem com o “Outro”.

1- A Representação (simbólica) do Real

No entendimento de Rancière (2010, 97), mais forte do que a ruptura simbólica do capitalismo, representado pelas torres do World Trade Center, o 11 de setembro marca o modo hegemônico da união que se configurou posteriormente, em detrimento da compreensão das causas que levaram ao acidente. Afora, o combate entre o bem e o mal sublimou os conflitos étnicos e religiosos negligenciados há décadas. Na tentativa de simbolizar a União, a política é inadvertidamente substituída pelo consenso de pertencimento da comunidade estadunidense, isto é, os valores morais dessa comunidade tornam-se ainda mais fortes. A pretendida identidade norte-americana é reforçada pelos discursos oficiais que assentavam o suposto ódio alheio contra a liberdade de pensamento da sociedade americana.

Aquele que herda o direito da vítima torna-se o defensor absoluto do direito de vingança (Rancière, 2010, p.103). Se levarmos em consideração que Bush também vinculou a América ao ideal de liberdade e de “presente de Deus para o mundo”⁸, temos um indício de discurso religioso inserido na oratória política, o qual caracteriza uma estreita correlação entre “liberdade” e “presente de Deus”, sendo que a América de ideais livres comunga com a vontade de Deus. Logo, o orgulho americano imprime certo domínio sobre o Sagrado, em nome de uma causa. Além disso, as metáforas religiosas espelham a intolerância que se tem em relação às diferenças, à cultura do outro. Edward Said (2007) contempla as sociedades contemporâneas de árabes e muçulmanos como o palco de um ataque tão maciço em razão do seu atraso, de sua falta de democracia e supressão dos direitos das mulheres - noções fincadas nos conceitos de modernidade, iluminismo e democracia que, de modo algum, são consensuais. Na verdade, tão intolerantes quanto os estados fundamentalistas que objetam, os Estados Unidos, imbuídos dos valores burgueses protestantes e à espera de que seu poderio viesse a construir um modelo de livre mercado no Oriente, atuam dentro e fora de casa e da forma mais conservadora imaginada.

É neste momento que ressurge uma das narrativas míticas: o *western*. Bush diz que quer Bin Laden “vivo ou morto”, relembrando os filmes em que o xerife punha-se na linha de

⁸I. We cannot know all that lies ahead. Yet, we do know that **God had placed us together** in this moment, to grieve together, to stand together, to serve each other and our country. And the **duty we have been given -- defending America and our freedom -- is also a privilege we share**.

II. We're prepared for this journey. And our prayer tonight is that God will see us through, and keep us worthy. Tomorrow is September the 12th. A milestone is passed, and a **mission** goes on. Be confident. Our country is strong. **And our cause** is even larger than our country. Ours is the cause of human dignity; freedom guided by conscience and guarded by peace. **This ideal of America is the hope of all mankind**. Pronunciamento de George W. Bush à nação, em 11 de setembro de 2002 em <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/20020911-3.html>, acesso: 5 de dezembro de 2007 (grifo nosso).

fogo contra o bandido e dava voz de comando, mediante um sistema de justiça duvidoso. A justiça sem limites dos filmes de faroeste permeia o discurso presidencial de exclusão “nós” versus “eles” e lança-se na vereda da vingança a todo custo, em nome de uma *intervenção humanitária* que se sucedeu.

Tal intervenção prorrogou-se por anos e a imagem do Outro como ameaça ainda se mantém viva, especialmente nas representações filmicas. A representação de um *Outro*, assim chamado por carregar quaisquer características que se distanciem - seja na chave étnica, de gênero ou comportamental - da representação das(s) identidade(s)-padrão de um grupo, acaba evidenciando, sobremaneira, os valores e preconceitos desse mesmo grupo. É fato que o fenômeno das representações prescreve um certo distanciamento para poder referenciar aquele que consideramos diferente de nós com imparcialidade, por intermédio das configurações sócio-históricas-culturais vigentes.

O Outro e o seu modo de vida a serem expurgados dão-se de maneira *violenta*, em um espaço onde a imagem é protagonista e deve ser analisada como um texto que tem sintaxe própria.

Propomos uma análise, pelo viés da Hermenêutica sócio histórica, ou seja, a interpretação a partir de nossa genealogia sócio histórica, a fim de compreendermos os paradigmas de um povo em um contexto específico, levando-se em conta o *locus* de enunciação dos interlocutores, a saber: diretor, roteirista, equipe, espectadores diversos, personagens etc.

O *locus* de enunciação pode ser compreendido como a situação de fala do enunciador. Uma vez que um enunciado não se assenta no absoluto; ele deve ser situado em relação a alguma coisa: enunciador e co-enunciador, momento e lugar da enunciação. Todo ato de enunciação é assimétrico: a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, sem garantias de que a sua reconstrução coincidirá com as representações do enunciador.⁹

2- A Representação (Violenta) do Outro no espaço imagético.

Crash, no limite não se exime de espelhar o conflito americano, no microcosmos de Los Angeles. O próprio título já abarca a ideia de colisão. Costurando os discursos de Bush ao da estética filmica, temos o enunciado do persa Farhad, naturalizado

⁹MAINGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo, Cortez, 2004.

americano, cujo direitode comprar uma arma é preterido. Diz o vendedor da loja, o branco Dirk:

Dirk: “Yo, **Osama**, plan the **Jihad** on your own time; what do you want?”¹⁰

Sabemos que a nossa aptidão interpretativa dos enunciados requer o domínio das competências comunicativa, linguística e enciclopédica (MAINGUENEAU, 2004) que devem ser mobilizadas, de forma adequada, enquanto nosso conhecimento prévio (VYGOTSKY, 1998) encadeia as ações e nos permite estabelecer relações. Desta forma, decodificamos esta fala que denota muito mais do que preconceito e discriminação. Solidificado pelo processo ininterrupto de informações catastróficas veiculadas, o vendedor transpira o rancor, o medo “hipnótico” e a xenofobia, capazes de coibir sua habilidade de discernimento. A interpretação do espectador só é possível, mediante as implicações de outros discursos que dialogam com o texto acima citado. Esse jogo com outros textos, ou seja, a *intertextualidade*, denuncia o sujeito construto de um discurso que lhe precedeu e as condições históricas que o alimentaram.“Osama” e “Jihad”¹¹constituem designações anafóricas (MAINGUENEAU, 2004) e remetem ao 11 de setembro. O oriental é definido como ingrato e vingativo. Em outras palavras, um traidor:

Dirk: “You’re liberating my country and I’m flying a 747’s into your mud huts, incinerating your friends. Get out!”¹².

¹⁰“Hey, Osama, planeje sua Jihad no seu tempo; o que você quer?”[trad. nossa].

¹¹ Conceito essencial da religião *islâmica*, entendido como uma luta, mediante vontade pessoal, de se buscar e conquistar a fé perfeita: a “*Jihad Maior*”, é descrita como uma luta do indivíduo consigo mesmo, pelo domínio da alma; e a outra: a “*Jihad Menor*”, é descrita como um esforço que os muçulmanos fazem para levar a mensagem do Islã aos que não têm ciência da mesma (ou seja, daqueles que não se submetem à divindade islâmica e ao seu conceito religioso de paz). A interpretação feita pelo Ocidente de que a *Jihad* é uma guerra violenta destinada a transformar pessoas em islâmicas à força é fundada nos diversos ataques terroristas e militares sofridos pelo Ocidente em nome da religião islâmica e de suas crenças; entretanto há quem afirme que os atentados de homens-bomba ou as ameaças a meios de comunicação ocidentais que ousem fazer qualquer crítica aos pilares da crença muçulmana não seja exatamente a definição de *Jihad*, mas resultado de uma percepção equivocada e oportunista de alguns islâmicos. De acordo com as formas comuns do Islão, se uma pessoa morre em *Jihad*, ela é enviada diretamente para o paraíso, sem quaisquer punições pelos seus pecados. In KHADDURI, Majid. *War and peace in the law of Islam*. Baltimore: John Hopkins University, 1958, página 23.

¹²“Você está liberando o meu país e eu estou voando um 747 é em suas cabanas de barro, incinerando seus amigos. Cai fora!”[trad.nossa].



Farhad corresponde a uma espécie de significante flutuante que evoca emoções e a quem é atribuído o significado de representante vivo do terror. Ainda que Farhad não se relacione logicamente com os objetos responsáveis, pois não é árabe e nada tem a ver com o atentado, há a emergência de tais emoções.

Por analogia, qualquer (i)migrante é temido por não conseguir decifrar o conjunto de regras cívicas e humanitárias que alguns compatriotas infringiram nas incontáveis investidas militares. O sentimento de ódio étnico funde-se à falta de reflexão histórica. Farhad (em destaque, cena dois de *Crash*) é detido pelo segurança. Na *locus* de enunciação do iraniano, ele é um cidadão americano comum. No entanto, a personagem assume identidade de terrorista para o vendedor de armas, para quem toda pessoa do oriente médio é árabe; todo árabe é islâmico e todo islâmico, fundamentalista.

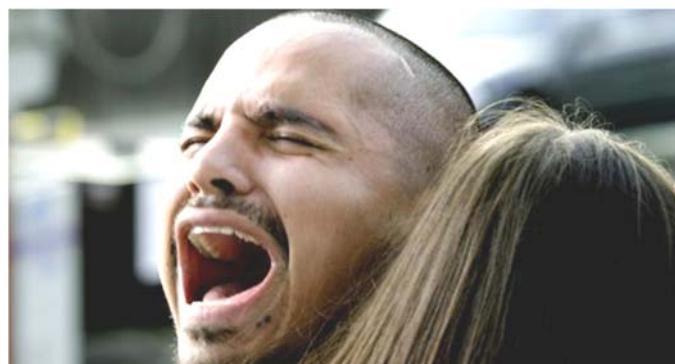
Shereen: They think we're Arab. When did Persian become Arab? ¹³

E, nesse processo contínuo de generalizações, onde o tipo físico faz com que as diferenças sejam anuladas na obtenção de um estereótipo, todo fundamentalista torna-se um terrorista em potencial, uma grande ameaça ao ideal de liberdade. Said (2007, p.19) resume esta premissa errônea como causa do conhecimento distorcido do outro para aprisioná-lo em etiquetas e debates antagonistas. O objetivo parece promulgar uma identidade coletiva beligerante. A polarização islã versus Ocidente advém de pensamentos abstratos que não remetem às influências externas, resultando na imagem dos exércitos muçulmanos associada à ameaça e ao terror com contornos cada vez mais definidos. A autoridade predominante se refere ao oriental árabe, sobretudo, de modo pejorativo, no tocante à fé como “fundamentalista religioso”, disposto à barbárie, à heresia e poligamia.

¹³ “Acham que somos árabes. Quando os persas se tornaram árabes?” [trad.nossa].

As discursividades negativas se estendem na representação dos demais *outsiders*, diante da violência explícita na representação do racismo, do sexism, nas desigualdades de gênero, da mulher silenciada e dos entreves sociais. De um lado o árabe, o latino e o asiático; do outro, construções sobre a elite branca americana, seja na figura do promotor ou da dona-de-casa, que produzem algumas das narrativas discriminatórias e predominantes nos EUA de hoje.

A cenografia, inexoravelmente, constrói sentidos pela combinação da trilha sonora do filme com as mensagens das letras, da cadência do som, dos instrumentos escolhidos e do timbre melódico. Quando, por exemplo, o preconceito e o sofrimento advindo dele são irrepresentáveis, temos o silêncio. Tomemos a cena em que a filha do latino leva um tiro supostamente fatal de Farhad, o iraniano, cujo medo, causado por sucessivos ataques à sua loja, leva-o a reproduzir a violência (re)sentida:



O grito de Daniel está em som *OFF*, aquele cuja fonte não aparece na imagem no momento em que se dá na faixa sonora¹⁴. A dor do pai é silenciada em meio ao caos psíquico das personagens. A política do silêncio se define pelo fato de que ao dizermos algo apagamos outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva. Podemos deduzir que o silêncio, na cena mencionada, assinala o fracasso da tentativa de dialogar, o ruído na comunicação ou a ausência da sociabilização harmônica. Orlandi (1997) alega que “No início é o silêncio. A linguagem vem depois”.¹⁵ Esta noção de silêncio como significação, guiada pelo espaço pictórico, mostra-nos como a cena mobiliza uma multiplicidade de sentidos.

Mas, é na chave do estereotípia contra o negro norte-americano que a narrativa filmica se desenrola. É pela figuração dos afro-americanos que o diretor cria empatia

¹⁴ METZ, C. *A Significação no Cinema*, 1972, página 247.

¹⁵ ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*, 4 ed., Campinas, SP:Editora da Unicamp, 1997.

com o espectador, naquilo a que se propõe articular imageticamente: a potencialização das relações ficcionais, buscando dar conta de revelações transcedentes, dos lugares de enunciação de cada personagem e da reflexão cúmplice e crítica dos espectadores, nos jogos de identificação.

Desnecessário dizer que o negro americano anseia, desde a época da escravidão, pela igualdade de direitos, refutando qualquer referência histórica que o colocara em um patamar inferior, por meio de estigmas diversos como o do transgressor, de natureza diferente, valores divergentes etc. Porém, os afro-americanos ainda enfrentam as sequelas da segregação racial, desde a escravidão, passando pela Reconstrução do Sul, após a Guerra de Secessão às leis *Jim Crow*¹⁶.

Há pouco mais de 140 anos, Lincoln proclamou a abolição da escravatura; todavia, os afrodescendentes ainda não desfrutam dos mesmos direitos de seus compatriotas brancos. Injustiça, opressão social e econômica são a tônica das personagens de pele escura. Não obstante o status alcançado, com muito esforço, por algumas delas, o preconceito marcará, de alguma forma, suas vidas.

Sabemos da luta de Martin Luther King ao exigir que o povo negro desfrutasse das benesses do *American Dream*, inspirando o presidente Kennedy a decretar uma lei, em 1963, proibindo os empregadores de recusar mão-de-obra negra (GERSTLE, 2002). Contudo, a cruzada contra os *Civil Right* stressurge nos estados do Sul e a organização racista Ku Klux Klan ganha força novamente. Willis (2008) questiona se podemos dizer que os sentimentos de ódio temeroso que encontraram expressão na KKK foram extintos.¹⁷ Afinal, o negro (de *Crash*)encontra-se excluído nos bairros nobres de Los Angeles.

As mulheres negras, por exemplo, apresentam-se frágeis e submissas à vontade dos homens. Tanto a mãe drogada do policial (Detective Graham Waters), como a mulher do diretor de televisão (Cameron Tayer), expressam tal apagamento social. Se no passado, a mulher negra era a ama de leite ou serva sexual de seu senhor, hoje, temos Christine, mulher do diretor que é molestada por um policial branco.

16 Leis locais e estaduais em vigor entre 1876 e 1967 no sul dos EUA. Pregavam a segregação racial, sobretudo de negros, em todos os locais públicos. In WILLIS, Susan, 2008 p.113.

17 Criada logo após a guerra Civil Americana, a KuKluxKlan agrupou soldados brancos vencidos, organizando-os em torno de uma rede secreta terrorista. Pregava o ressurgimento da supremacia branca contra as vitórias propostas pelos habitantes do norte reformista (os chamados *scalawags*) e os negros há pouco libertos que supostamente se beneficiaram com a situação. Rapto, estupro e tortura faziam parte dos métodos da KKK. In WILLIS, Susan, *Evidências do Real: os Estados Unidos pós-11 de setembro*. Tradução de Marcos Fabris, Marcos Soares - São Paulo: Boitempo, 2008, p.111.

Do lado de fora das casas muradas e protegidas estão Anthony e Peter, representantes do núcleo negro e pobre do filme. Peter é o assaltante carismático que provoca risos no telespectador ao apresentar traços contraditórios aos esperados de um assaltante negro e pobre. Afinal, Peter diz gostar de componentes da cultura dominante, tais como *hockey*, música *country* americana e patinação no gelo em pleno bairro luxuoso de *Brentwood*. Após o término de cada roubo, sua personagem apega-se à fé, colocando um santinho no painel do carro roubado, para lhe proteger. Cheio de trejeitos, mais humano, menos politizado e, por vezes, debochado, Peter busca sincretizar a cultura religiosa, musical e esportiva dos brancos com a sua e, por isso, é desacreditado pela “sua” gente e pelos demais. Isto ocorre porque o processo de construção de uma identidade discursiva não é algo unívoco, transparente, homogêneo, pois ao mesmo tempo em que certos sentidos são mobilizados, outros são ocultados. As personagens trazem à tona questões como a posse de arma, racismo, desigualdade social e econômica, utilização de drogas, interceptação de veículos roubados, perseguição e desconfiança. As construções discursivas evidenciam o diferente, o Outro, por categorias pouco expressivas como forma de falar e de se vestir, maneirismos gestuais, jargões e tipologia física (cor da pele, textura do cabelo) e sociais, como marcas simbólicas de distinção de grupos. O Outro expurga sua condição distinta e torna-se objeto de temor, evidenciando o quanto violenta pode ser a representação que dele se faz.

A representação da violência exibe agressões verbais e plásticas, mas, sobretudo, simbólicas em menção a um Outro transgressor e diferente de (nós)¹⁸, o qual deve ser punido/banido, de alguma forma, do convívio social. Peter, ao aceitar a carona do policial branco, Hansen, que se diz não-racista, Peter leva um tiro e é banido, de vez, do bairro rico.

¹⁸ Nós, aqui, em sentido empírico.



Fotograma de Peter na cena em que ele aceita a carona do policial branco Hansen.

O figurino do gorro circunscreve sua invisibilidade social e seu modo de ganhar voz e forma, ainda que fantasmagórica, pela transgressão, tornando-o emblema de qualquer negro que se vê encurrulado e forçado a sobreviver na esfera da exclusão. O posicionamento da câmera reforça a subestimação de Peter, filmado de cima para baixo, As personagens brancas, ao contrário, recebem um outro tratamento da câmera e da

angulação; são filmadas de baixo para cima, o que lhes confere um tom de superioridade. Concluímos que a violência pauta o modo pelo qual alguns segmentos públicos ganham notoriedade, uma relativa existência social. Em outras palavras, é pela violência que as personagens negras são encaradas, humanizadas, exorcizadas e, finalmente, redimidas.

Enquanto a América se torna em tese a expressão do multiculturalismo, o “Outro” que se teme no filme, o “outro” que ameaça a supremacia, o “Outro” que incomoda sexualmente é figurado pelo muçulmano, bem como pelo asiático, pelo latino e, sobremaneira, pelo negro. A imagem atribuída à etnia afrodescendente é extremamente pejorativa.

Considerações Finais

O filme esboça uma profunda falta de entendimento dos moradores de Brentwood, onde se dá o enredo, embora professe, por outro lado, a possibilidade de mudança, através da tomada de decisão ou agência das personagens, em uma atmosfera natalina. Algumas narrativas são até reconstruídas no decorrer do(s) *plot(s)*, pelas vivências impactantes e pelos momentos de revelação, fruto dos rastros de dores, perdas e valores postos em cheque/ choque por cada personagem que sofre sempre um desdobramento de si e um deslocamento de ego. É o que acontece com a personagem de Sandra Bullock, socialite da trama: ela evolui até o ápice de seu drama pessoal, após o tombo da escada, quando diserne, de fato, quem era a única pessoa que estava ao seu lado no momento mais difícil - a latino-americana Maria, sua empregada:

Jean: Do you want to hear something funny?

Maria: What's that Mrs. Jean?

Jean: You're the best friend I've got.¹⁹

Jean é a única que expressa, com palavras, seu momento de revelação. Na figura da cena abaixo, Jean abraça Maria, reconciliando-se com ela e consigo mesma.

¹⁹ “Jean: Quer ouvir uma coisa engraçada?

Maria: O que é Mrs. Jean?

Jean: Você é a melhor amiga que eu tenho”[trad. nossa].



O filme encerra o desejo de um mundo melhor com a música “Maybe Tomorrow”, preconizando a mudança, ainda que sutil, da sociedade americana, na eleição de Barack Obama em 2008. Para Eric Foner, o atual presidente dos Estados Unidos é, em si, uma pessoa multicultural e representa a Segunda Reconstrução do país²⁰. Mas, ainda que Obama encarne o arquétipo da multiculturalidade, é cedo para falarmos do preconceito como resquício de uma era de segregação, racismo, perseguição e exclusão. Mais prudente seria dissecarmos as entranhas dos discursos que ressuscitam outras narrativas bem-sucedidas de esperança, inovação, recuperação da economia, paz, nas exímias retóricas de líderes como Martin Luther King, nos anos 1960 ou de Abraham Lincoln, no século XIX, das quais Obama faz uso: “Não pergunte o que os Estados Unidos podem fazer por você, mas o que você pode fazer pelos Estados Unidos”.²¹

Vimos que as características da conclamada identidade norte-americana transfiguraram-se após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Refletimos como diferentes articulações estéticas funcionam na construção filmica que traduz um país abalado e que necessita (des)construir narrativas e identidades, a fim de (r)estabelecer a ordem. Tais figurações se dão de maneira *violenta*, em um espaço onde a imagem é protagonista e deve ser analisada como um texto que possui sintaxe própria.

²⁰ Afirmação proferida no *Encontro Emancipação, Inclusão e Exclusão. Desafios do passado e do presente*, no dia 28 de outubro de 2013, na Universidade de São Paulo.

²¹ Frase discurso de posse de John F. Kennedy.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCOFF, Linda-Martín. *ReclaimingTruth* in www. alcoff. com, acesso em 13 de setembro de 2010.
- BAKHTIN, M. *Marxism and Philosophy of Language*. New York: Seminar Press, 1971.
- BARROS, Diana; FIORIN, José Luiz. *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade* –4^a ed- São Paulo: Edusp, 1994.
- BAUMAN, Zygmunt. *Medo Líquido*; tradução, Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.
- BHABHA, H. K. Chakrabarty, D. (orgs) *Cosmopolitanism*, Duke University Press, 2002.
- BHABHA, H. K. *Local da Cultura*, Belo Horizonte, UFMG, 2003.
- BROWN, Wendy. *Regulating Aversion: Tolerance in the Age of Identity and Empire*. New Jersey: Princeton University Press, 2006.
- CHOMSKY, Noam. *11 de setembro*. Tradução de Luiz A.Aguiar- 8^aed- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CHOMSKY, Noam. *O Império Americano: Hegemonia ou Sobrevivência*, tradução de Regina Lyra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CILLIERS, Paul. *Complexity, DeconstructionandRelativismin Theory, CultureandSociety* in <http://tcs.sagepub.com>, acesso em 24 de fevereiro de 2010.
- DEBORD,Guy. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo: Contraponto. Fiske, J. 1996. Media Matters: Minneapolis, UMPress., 1997.
- GRSTLE, Garry. *Civil Rights, White Resistanceand Black Nationalism, 1960-1968*. In: American Crucible. RaceandNation in theTwentiethCentury. Princeton and Oxford, Princeton University Press, 2002, p.268-310.
- GLASSNER, Barry. *Cultura do Medo*; trad. Laura Knapp – São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. (trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro). Rio de Janeiro: DP&A Editora (tít. Original: The questionof cultural identity), 2005.
- KAPLAN, E. Ann. *Trauma Culture: The Politics of Terror and Loss in Media and Literature*. New Brunswick, New Jersey, London. RutgersUniversity Press, 2002.
- KHADDURI, Majid. *War and peace in the law of Islam*. Baltimore: JohnHopkinsUniversity, 1958.
- KRESS, Gunther. *Literacy in the New Media Age*. London. Routledge, 2003.

MAINIGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo, Cortez, 2004.

MEIRELLES, Fernando. “O método”. In:

<http://hdslr.com.br/2010/07/06/%E2%80%9Co-metodo%E2%80%9D-criado-por-fernando-meirelles-com-os-novos-procedimentos-para-as-filmagens-da-o2/>, acesso em Agosto, 2013.

METZ, Christian. *A Significação do Cinema* – tradução de Jean-Claude Bernadet. São Paulo, Perspectiva, 1972.

MICHAUD, Yves. *A Violência* – trad. L.Garcia. São Paulo, Editora Ática, 2001.

NEIVA JÚNIOR, Eduardo. A Imagem. São Paulo: Ática, 1986.

NICHOLS, Bill. “O eventoterrorista” in MOURÃO, Maria Dora & LABAKI, Amir (orgs). *O Cinema do Real*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

PANOFSKY, Erwin. Significado nas artes visuais, São Paulo, Perspectiva, 1976.

PECORARO, Rossano. *Nilismo e (Pós) Modernidade: Introdução ao “pensamento fraco” de Gianni Vattimo*; posfácio de Gianni Vattimo - Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio: São Paulo: Loyola, 2005.

MOORE, Michael. *The Official Farenheit Reader 9/11*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2004, página. 74.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: umacrítica à afirmação do óbvio. TraduçãoEni Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.

RANCIÈRE, Jacques. *Dissensus: On PoliticsandAesthetics*, Steven Corcoran (ed., tr.), Continuum, 2010.

SAID, Edward. Freedom from Domination in the Future. In: *Culture and Imperialism*. London: Vintage, 1994.

_____ *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (trad. RosauraEichenberg). São Paulo: Companhia de Bolso (tít. Original: Orientalism: Western conceptionsoftheOrient). 2007.

SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin (org). Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. P. 113-133.

SILVA,Andréa A. Cotrim. *CRASH: Identidades em Colisão. O Percurso do Olhar na Esfera do Medo, do Preconceito e da Violência*. Tese de mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, Universidade de São Paulo, 2010 in www.teses.usp.br

VATTIMO, Gianni, and P.A. Rovatti. *Il pensiero debole*. Milan: Feltrinelli, 1983.

VATTIMO, Gianni et ZABALA, Santiago. *HermeneuticComunism- From Heidegger to Marx*. Columbia University Press, New York, 2011.

VIEIRA, Jorge de Albuquerque. “Teoria do Conhecimento e Arte. Formas de Conhecimento: Arte e Ciência. Uma Visão a Partir da Complexidade”. São Paulo: Ed. NESC PUC/SP, 2006.

WILLIS, Susan. *Evidências do Real: os Estados Unidos pós-11 de setembro*. Tradução de Marcos Fabris, Marcos Soares - São Paulo: Boitempo, 2008.

ZIZEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do real*. São Paulo, Boitempo, 2003.

WEBGRAFIA

<http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/codigo-da-diversidade-cultural.pdf>, acesso em novembro de 2013.

<http://www.amc.gov.au/>, acesso em 2 de novembro de 2013.

<https://sites.google.com/site/criticalliteracyeduc5765/what-does-critical-literacy-look-like-in-the-classroom>, acesso em agosto de 2013.

FILMOGRAFIA

Babel (2006). Direção: Alejandro González Iñárritu.

CivicRight (2006). Direção: Jeff Renfroe

Fahrenheit 9/11 (2004). Direção: Michael Moore.

11'09"01" (2004). Direção: Samira Makhmalbaf (Irã), Claude Lelouch (França), Youssef Chahine (Egito), Danis Tanovic (Bósnia), Idrissa Ouedraogo (Burkina Faso), Ken Loach (Reino Unido), Alejandro González Iñárritu (México), Amos Gitai (Israel), Mira Nair (Índia), Sean Penn (EUA) e Shohei Imamura (Japão).

Tiros em Columbine (2002). Direção: Michael Moore.

The Birth of a Nation (1915). Direção: D. W. Griffith.

The Corporation (2003). Canadá. Direção: Jennifer Abbott, Mark Achbar

The Fog of War: Eleven Lessons of Robert S. McNamara (2003) USA – Direção: Errol Morris

Why we fight (2005). Inglaterra/ Canadá– Direção: Charlotte Street

Crise, Multiculturalismo e Cultura Política no Filme “Um Dia de Fúria”. Michel Rocha

Mestrando na FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: michelrocha@usp.br

“*Eu irei para casa!*” diz ao ser interpelado, um homem de meia idade, com aparência de executivo, corte de cabelo militar, camisa, gravata e maleta em mãos que deixa seu carro no meio de um engarrafamento e sai caminhando. Vertiginosamente a narrativa de “*Um dia de fúria*”¹ começa com enquadramentos de câmera objetiva que situam nosso personagem em meio ao caos metropolitano, em um dia de muito calor, com crianças em um ônibus escolar em balburdia, obras na pista, insensibilidade entre as pessoas², uma criança no banco de trás do carro a sua frente que o fita deixando escapar sua solidão, além de um mosquito que o incomoda.

Tudo isto é visto em um ritmo frenético, que tira o fôlego de nosso protagonista que sai de seu carro, em uma espécie de libertação, e dai diz que irá para casa quando questionado de sua ação, aqui nos é apresentada uma primeira pista, em sua placa de carro está inscrito D-fesa³, aludindo a uma postura militar, ou que preze pela ordem. O desenrolar da trama nos trará duas perspectivas, aquele homem transtornado é uma representação do homem da classe média, trabalhador de *colarinho branco*, que se viu acometido por diversos fenômenos conjugados nos anos 1970/80, bem como se vê em rota de colisão com os valores da vida americana no inicio dos anos 1990.

Em outro plano, somos apresentados a nosso segundo personagem, o policial, que está no ultimo dia de trabalho, Martin Prendergast, veterano, que no fim de sua carreira decidiu aposentar-se antes do tempo de serviço para realizar o desejo da esposa. Além de ter saído da realidade das ruas, que consequentemente lhe trazia olhares

¹ *Um dia de Fúria* (Falling down, 1993). Direção de Joel Schumacher, Roteiro: Ebbe Roe Smith. EUA/França. Gênero: Drama/policial/suspense. Distribuição: Warner Bros. Colorido, 113 min.

² É válido acrescentar o conteúdo das placas contidas nos carros, que já encenam uma critica, entre algumas se veem: Liberdade financeira; Ele morreu pelos nossos pecados; Como estou dirigindo? Disque 1-800 coma merda. Aludindo aqui a três valores basilares da cultura americana, a citar; o livre mercado e a propriedade privada, a religião, e por ultimo, o individualismo.

³ Do inglês D-fens. Como o verdadeiro nome do personagem só é revelado no final da trama, aqui optamos por chamá-lo como ele será discriminado até então, sendo consonante na analise como a narrativa se põe.

atravessados no trabalho, sendo visto como um covarde. Prendergast está também no transito, ajuda um colega a tirar um carro da pista, ao qual fora deixado para trás pelo homem que dizia ir para casa, e é daí que ele se apresenta. Chegando ao trabalho, seus colegas satirizam com o mesmo, colocando areia em sua gaveta, aludindo para o local onde o veterano irá residir, no Arizona, local com desertos.

Logo em seguida Prendergast recebe um telefonema de sua esposa que é representada na trama como uma mulher insegura e frágil, que possivelmente possui um trauma, fica tácita no pedido que faz ao esposo para que ele retorne o quanto antes para casa, ela ansiava viajar para a nova cidade que possui pontes inspiradas na cidade de Londres, e é daí que Prendergast canta a canção antiga que faz alusão à ponte do lago Havasu no Arizona⁴, ao final ambos olham a foto de uma criança, que leva o espectador a imaginar que seja filha de ambos.

Em mais um plano, D-fesa - que abandonou seu carro no engarrafamento, liga para uma residência onde uma mulher acompanhada de uma criança - que venha a ser sua filha, preenchem juntas o conteúdo de uma pistola plástica com água, ao atender da mulher, D-fesa não fala ao telefone, tão somente escutando a voz da mulher. Até aqui nossos protagonistas são apresentados e tensionados com uma relação em comum, à família.

Em seguida, D-fesa percorre a pé um caminho que o faz chegar a uma mercearia que tem como atendente/dono um asiático, que de antemão lhe nega o favor de trocar dinheiro para que o mesmo tenha moedas para o telefone público, colocando enquanto condição, o consumo em sua loja, D-fesa retira um refrigerante do refrigerador, mas ao interpelar o preço, é surpreendido com a cobrança de “U\$ 0,85 centabos”, além de retrucar a pronuncia errada da palavra U\$ 0,85 centavos (cents), diz que o mesmo cobra um valor abusivo pelo produto, não permitindo assim que ele tenha moedas suficientes para a ligação, acrescentando que a América investiu considerável quantia em seu país, ensejando assim que minimamente ele possua uma postura coerente, neste sentido, que seja justo com o preço.

Questionando o atendente se ele era chinês, e se na China não se usava a letra C de Cents, o atendente responde que é coreano, fazendo com que o mesmo retruque mais

⁴ A canção possui diversas referências, desde as míticas, com sacrifícios feitos com crianças para sustentação da ponte, a jogos e canções com outra composição, mas sempre com referência as pontes, em Londres a aquela que corta o rio Tâmisa, e nos Estados Unidos a ponte no Arizona, é famosa desde o século XIX em países de língua inglesa, mas remonta a Idade média, e em fins do XVII em língua inglesa.

uma vez, alertando que ainda assim, seu país gastou muito com o lugar de onde ele veio e ele minimamente deveria aprender o inglês. D-fesa toma o taco de beisebol do vendedor coreano que o expulsara⁵, agredindo-o e mostra uma espécie de fúria, que se torna maior quando o coreano lhe diz que leve o dinheiro do caixa, não aceitando ser visto como um ladrão, D-fesa diz ser ele o ladrão, que além de preços abusivos, não reconhece o papel que o seu país (EUA) desempenhou em solidariedade ao deste, a tomada mostra um atributo de D-fesa que se mostrará na narrativa em conflito, seu nacionalismo.

D-fesa propõe assim uma volta no tempo, o ano de 1965⁶ lhe servirá de inspiração para uma sondagem de preços que o coreano vem cobrando em sua mercearia, com o taco nas mãos ele destrói ensandecido tudo aquilo que para ele esteja sendo vendido de maneira abusiva, até chegar ao preço do refrigerante que faria ser possível que ele tivesse as moedas para a ligação telefônica, pagando o produto, o mesmo deixa a loja como se ambos tivessem realizado uma negociação democrática, onde negociante e consumidor estivessem satisfeitos.

Fica clara nesta cena a crítica às políticas multiculturais que foram encenadas nos Estados Unidos entre os anos de 1980/90, uma vez que o diálogo se mostra fracassado, as restrições desta iniciativa se evidenciam pelo caráter de segregação e delimitação de cotas que ela propõe. Tomamos aqui emprestado, as reflexões do antropólogo Néstor Garcia (CANCLINI: 2009) para pensar os limites do que vem a ser

⁵ Dois elementos de constituição da cena devem ser salientados, o vendedor é colocado em um enquadramento de câmera em segundo plano, tendo como primeiro plano um porco onde se poupa moedas, fazendo com que vendedor e porco fiquem justapostos dissimetricamente, induzindo o espectador a ver o coreano com avareza. Em um segundo plano: ao inicio do conflito corporal entre os dois homens, eles derrubam um pote com bandeiras dos Estados Unidos que cai e quebra ao lado do corpo do atendente coreano, que representaria a quebra da ordem multicultural, bem como do referencial dos Estados Unidos.

⁶ O ano de 1965 não é citado como referência de maneira gratuita, é inicio do mandato de Lindon B. Johnson, passara-se dois anos da morte do presidente John F. Kennedy, o país vivia um grande progresso econômico e controle da inflação, a meta do governo era democratizar essa riqueza, implementava-se projetos como a *Grande sociedade* que punha em prática programas como o: *Guerra à pobreza*, este ademais, tinha como proposta a luta contra a pobreza, e o estabelecimento dos direitos civis. As implementações são vistas no; *Medicare*, *Medicaid*, que concediam assistência médica a idosos, deficientes e famílias que fossem providas por mulheres, *Head start* – atendimento pré-escolar de crianças carentes, *Job corps* – treinamento de jovens das periferias com formação incompleta e que requalificava desempregados, *Legal services*, destinado a ampliar o acesso ao sistema jurídico, o *Model cities* que se destinava ao planejamento urbano, o *Food Stamps*, programa de distribuição de alimentos, além dos *CAPs* que atendiam diretamente as comunidades, havia ainda a assistência previdenciária, o combate à poluição, dando traços muito próximos ao *New Deal* de Roosevelt. Johnson promoveu também o nascimento da Nasa, possui a memória de seu mandato ofuscada de certa forma pelo envio de tropas ao Vietnã no ano de 1965. Para uma noção mais detalhada deste período ver: (AZEVEDO: 2005)

o multicultural, que difere da multiculturalidade, e que para o autor tem sua superação teórica na ideia de interculturalismo.

De um mundo **multicultural** – justaposição de etnias ou grupos em uma cidade ou nação – passamos a outro, **intercultural** e globalizado. Sob concepções multiculturais, admite-se a **diversidade** de culturas, sublinhando sua diferença e propondo políticas relativistas de respeito, que frequentemente reforçam a segregação. Em contrapartida, a interculturalidade remete à confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações e trocas. Ambos os termos implicam dois modos de produção do social: **multiculturalidade** supõe aceitação do heterogêneo; **interculturalidade** implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos. (CANCLINI: 2009:17).

Compreendendo o fenômeno como uma teia de tessituras complexas, Canclini adverte “*que as possibilidades de convivência multicultural tem certa analogia com a construção de projetos interdisciplinares.*”(CANCLINI: 2009: 26). Estando muito mais próximo da perspectiva da interseção, estaria também, o multiculturalismo, “*como formulação que em alguns países chegou a funcionar como interpretação ampliada da democracia*”. (CANCLINI: 2009: 26)

Destaca-se, por outro lado, a adoção de uma perspectiva intercultural “*em vias de proporcionar vantagens epistemológicas e de equilíbrio descriptivo e interpretativo, leva a conceber as políticas da diferença não só como necessidade de resistir.*” (CANCLINI: 2009:25). O multiculturalismo estadunidense e o que, na América Latina, chama-se mais propriamente de pluralismo deram contribuições para tornar visíveis os grupos discriminados. “*Mas seu estilo relativista bloqueou os problemas de interlocução e convivência, assim como sua política de representação – a ação afirmativa – costuma gerar mais preocupação com a resistência do que com as transformações estruturais.*” (CANCLINI: 2009: 26).

Não é fácil fazer um mapa com usos tão dispares do multiculturalismo. Nem avaliar seus significados múltiplos, dispersos, nas sociedades. É útil, pelo menos, estabelecer a diferença entre multiculturalidade e multiculturalismo. A **multiculturalidade**, ou seja, a abundância de opções simbólicas, propicia enriquecimentos e fusões, inovações estilísticas mediante empréstimos tomados de muitas partes. O **multiculturalismo**, entendido como programa que prescreve cotas de representatividade em museus, universidades e parlamentos, como exaltação indiferenciada das realizações e misérias daqueles que compartilham a mesma etnia ou o mesmo gênero, entrincheira-se no local sem problematizar sua inserção em unidades sociais complexas de ampla escala. (CANCLINI: 2009:26)

É nítido, que o prisma da multiculturalidade traz a ideia da coesão, da simbiose, da troca e empréstimo, resultando na resignificação de elementos de uma dada cultura material e imagética que por ventura habitem um mesmo espaço, ao contrário dos sincretismos em que resultou o multiculturalismo, que enquanto agenda, se mostrou

segregacionista, delimitadora, que reconhece o diferente no mesmo espaço, mas não dispõe de mecanismos que fomentem o fluxo entre ambos⁷.

D-fesa ao sair da loja do coreano dirige-se a um morro, onde ele descansa, e é tensionado com duas visões, uma casa humilde com uma criança que o fita, e atrás dele um conglomerado de prédios que representam a prosperidade em meio a recessão, ao rasgar parte de um jornal com classificados de emprego e tentar recompor o solado de seu sapato aberto, é surpreendido com a chegada de dois rapazes hispânicos que o questiona do por que de ele estar ali, em seu território, alertando que o mesmo é demarcado, e mais uma vez vemos a xenofobia de nosso personagem, que responde que não viu o aviso, que por ventura estaria demarcado em um grafite, que, por não estar em inglês, não seria inteligível para ele⁸.

Atentando que o contato inicial fora realizado com atrito, D-fesa propõe um recomeço, ao explicar que estava ali no ápice de sua frustração, e só queria sair do espaço dos rapazes em paz, perguntando se era o local um ponto de gangue e salientando que concorda com eles, uma vez que teria animosidade se os visse em seu quintal, aqui, a ideia de propriedade privada, estabelece os limites entre os diferentes. Os rapazes estabelecem que para sua saída após ter infligido seu território seria deixar sua mala, D-fesa simula apanhar a pasta, mas toma em mãos o taco que pegou do coreano, agredindo os rapazes e tomando agora o canivete de um deles, alertando que

⁷ Algumas narrativas filmicas realizadas em Hollywood se prestam como ótimos exemplos das limitações do multiculturalismo nos Estados Unidos. *Gran Torino*, com Clint Eastwood, dramatiza os dilemas de um senhor que vive em um bairro com a presença de hispânicos, negros advindos do gueto, bem como orientais, havendo uma aproximação do mesmo de um garoto asiático, onde ele se torna sua companhia, algo que ele não encontrava mais na família, chegando a deixar parte de sua herança para o garoto, ademais, é retratado os atritos e estereótipos produzidos nos vários contatos entre as pessoas de etnias e culturas diferentes. *Escritores da liberdade* é uma trama que retrata uma história verídica de uma experiência escolar da professora Gruwell que estabelece a escrita de diários entre outros métodos para sensibilizar seus alunos e desenvolver uma trajetória com emancipação, não obstante, uma das suas grandes dificuldades é a tensão entre os grupos ali existentes, com experiências de ódio e exclusão, tenciona-se o encontro de negros, latinos e cambojanos, além do branco visto como opressor, ao final da trama há a comunhão entre os alunos, mas a tensão entre os desiguais persiste nos espaços além daquela experiência. *Crash – no limite* é uma narrativa que estabelece como forma narrativa a tensão entre as possíveis relações que pessoas comuns e desconhecidas constroem em Los Angeles no natal, o filme tem como argumento a capacidade holística nas relações, mostrando que o contato pode ser positivo/redentor ou via atrito/incompatibilidade, o individualismo é ressaltado como algo que obriga as pessoas a se esbarrarem para ter o contato, a referência é feita ao vidro e o aço, elementos que trariam o distanciamento.

⁸ A cena quando se inicia a conversa entre D-fesa e os rapazes hispânicos é composta por ângulos de câmera panorâmica, e enquadramentos contra-plongé (ângulo de câmera que valoriza o indivíduo, sua ação e fala) em D-fesa e de enquadramentos Plongé nos rapazes (ângulo de câmera que valoriza o olhar do espectador, pormenorizando o indivíduo). O Plongé vem do francês mergulho é daí que a câmera está em um contexto de imersão, ou seu inverso.

iria para casa, salientando um direito de todo americano, o de ir e vir.

Logo em seguida a trama volta-se para Prendergast, em seu local de trabalho, aqui é mostrado um ambiente misto quanto a etnias, ele possui como colega de trabalho um japonês, dois negros e dois latinos, e um deles, Sandra, é bem próxima afetivamente⁹. Seu colega japonês traz para ser atendido Mr. Lee, o coreano que D-fesa agrediu, e é daqui que a trajetória de ambos se enlaça, pois ele estranha que um homem branco, esteja percorrendo áreas de minorias, agrida um homem asiático e ao destruir sua loja, pague pelo produto. Prendergast questiona: “*Ele roubou seu taco de beisebol, mas pagou o refrigerante. Esse cara é preconceituoso!*”

Adiante, os rapazes latinos procuram por D-fesa - aqui identificado como o homem branco, para retaliá-lo, um dos rapazes questiona como o homem branco os agrediu, se seria com um cartão de crédito, símbolo da afirmação do consumo. Ao ser identificado em um telefone público, os rapazes atiram a esmo vitimando diversos passantes latinos, e em seguida cometem um acidente de carro. D-fesa sai do telefone¹⁰, e se mostra indiferente às vítimas, caminhando e indo ao encontro dos rapazes acidentados, lhes tomando as armas agora, estando em um ângulo de câmera *contre-plongé* ele atira em um dos rapazes e leva as armas consigo.

Em seguida, em uma panorâmica vemos um parque público onde diversos grupos ali estão reunidos, negros, latinos, um senhor com aparência de doente sentado no chão com uma placa que diz “*Estamos morrendo de Aids, por favor ajude-nos!*”, logo adiante um senhor negro, em uma cadeira de rodas coberto com a bandeira americana e também com um cartaz com os dizeres “*Veteranos sem teto precisam de comida e dinheiro*”. Enquanto observava tudo isso, D-fesa é surpreendido por um rapaz

⁹ A representação das Unidades policiais da Califórnia, e especificamente de Los Angeles como mistas não é fortuita, foi um esforço advindo do governo no final dos anos de 1980 para democratizar o espaço que tinha hegemonicamente brancos, tensionado cada vez mais o cotidiano de trabalho policial, uma vez que boa parte dos infratores eram negros e latinos, dando assim uma dinâmica extremamente étnica a uma problemática que possui relação também com o desmantelamento dos programas de welfare. Loïc Wacquant salienta que para estes grupos o encarceramento lhes é familiar no sentido próprio do termo, pois mais da metade tem ou teve um parente próximo na prisão (30% um irmão, 16% o pai e 10% uma irmã ou a mãe). Desta forma o encarceramento tornou-se assim uma verdadeira indústria – e uma indústria lucrativa. Pois a política do ‘tudo penal’ estimulou o crescimento exponencial do setor das prisões privadas, para o qual as administrações públicas perpetuamente carentes de fundos se voltam para melhor rentabilizar os orçamentos consagrados à gestão das populações encarceradas. Elas eram 1.345 em 1985; serão 49.154 dez anos mais tarde, faturando dinheiro público contra a promessa de economias ridículas(...). (WACQUANT: 2003:31).

¹⁰ Na conversa D-fesa alerta a ex-esposa que irá para casa, mas ela nega, justificando que ele sequer paga a pensão da filha. Aqui é tensionado um elemento muito recorrente nos anos de 1980. Com o desemprego assolando as classes mais baixas, foi muito comum famílias serem sustentadas por mulheres, era uma prerrogativa para algumas modalidades dos programas do welfare, isso levou a críticas da direita conservadora, que atrelou o número crescente de famílias geridas por mulheres a crise familiar.

que lhe pede dinheiro, insistente mente ele tenta conseguir algo, alegando que é um “vet”, indagado se era um veterinário, ele diz ter ido ao Vietnã, quando D-fesa diz que ele teria 10 anos de idade, ele diz ter ido ao Golfo, guerra esta, onde houve sucesso norte americano. O que nos chama atenção nesta tomada são as referencias a questões atreladas aos movimentos sociais que viveram uma prova de fogo nos anos 1980, a citar, os veteranos do Vietnã, junto ao movimento anti-guerra e os homossexuais¹¹.

Os homossexuais tiveram uma guinada em busca de seus direitos em fins dos anos 1950 junto à efervescência dos movimentos em prol dos direitos civis, para tanto, lutavam para o reconhecimento do homossexualismo como estilo de vida, pois até então era tido como uma patologia, só no ano de 1973 que o conselho de psicologia reconhece o homossexualismo como uma opção sexual. No entanto, as ações agressivas da polícia de Nova Iorque no bar *Stonewall Inn* no ano de 1969, deram fôlego ao movimento que teve um grande número de instituições criadas para sua articulação e proteção, e no ano de 1970 organizaram a primeira marcha do orgulho gay, entre suas principais bandeiras, defendiam a legitimidade de sua escolha, alertando que aqueles que se sentiam reprimidos, deveriam levar para suas vidas públicas sua opção, essa perspectiva ficou famosa na bandeira do “*sair do armário*”, junto ao amor livre, bem como a possibilidade do reconhecimento de união entre pessoas do mesmo sexo, onde poderiam agora obter herança de seus companheiros, estas, foram lutas encenadas pelo movimento nos idos de 1970. (TROVÃO: 2010)

Um fenômeno que trouxe uma prova de fogo ao movimento, que já elegia representatividades¹² foi à epidemia da AIDS, que afetou a comunidade de maneira aguda, a direita conservadora que tomava espaço na política, junto ao presidente Ronald Reagan associava o fenômeno a este grupo, como um castigo divino. Em meio a esta crise de saúde publica, os cortes orçamentários em relação à saúde fazia com que o quadro se tornasse mais sombrio, levando lideranças do movimento a repensar as bandeiras do movimento que nos anos de 1970 viam os avanços realizados e sua afirmação como uma festa.

O incentivo ao uso de preservativo, a contenção quanto ao numero de parceiros,

¹¹ Aqui levamos em conta que a referencia que Joel Schumacher faz ao colocar o homem sentado ao chão com o cartaz é ao grupo mais acometido pela difusão da AIDS. Até por que o diretor é gay declarado e mostra simpatia pela causa LGBT.

¹² Um dos nomes mais marcantes pela causa foi o conselheiro de São Francisco, na rua Castro, Harvey Milk, famoso por defender a causa LGBT, possui sua história retratada em um documentário de 1984 premiado no Oscar, bem como em filme também premiado no Oscar pela atuação do ator Sean Penn, além do roteiro original. Milk foi duramente assassinado na prefeitura, junto ao prefeito George Moscone no ano de 1978 após 11 meses de mandato.

fez com que houvesse rachas no seio do movimento, que se fragmentava também pelos distanciamentos, onde até então, se conquistava simpatizantes, neste momento associava-se o ser gay a promiscuidade e a um fim fatal pelo vírus, as estatísticas mostraram que entre 1979 e 1982 o numero de mortes por infecções e doenças atreladas ao porte de HIV foram altíssimas, chegando a ultrapassar os 50% da população gay de determinados espaços.

Em 1985 a comunidade médica toma conhecimento da dinâmica da doença, bem como as estratégias de contenção criadas mostraram que o numero de infectados e mortos diminuíram, fortalecendo o movimento, que prezava antes de tudo pela vida de seus semelhantes, desta forma, a cena em que vemos um homem doente alegando que “*estão morrendo de AIDS*”, faz jus a um quadro de inicio dos anos de 1980¹³, pois na década seguinte o vírus já vinha sendo controlado em meio à comunidade gay com o uso do coquetel, das práticas preventivas, e os demais grupos que não eram tidos como grupos de risco também foram menos acometidos.

No que diz respeito ao veterano que pede ajuda financeira e comida, ele faz jus a memória criada a este, que se viu excluído perante a sociedade, devido às transmissões diárias da guerra (GERSTLE: 2008), que denunciavam os crimes cometidos por soldados no Vietnã, junto a isso, correntes de interpretação alegavam que a geração que lutou a guerra, fora desequilibrada e desligada dos valores da nação, tendo sido este o principal motivo da derrocada americana, desta forma, essa leitura enxergava que a guerra antes de tudo, fora perdida em casa (SPINI: 2005), por essa geração que se drogou, e que não honrou seu país.

Essa perspectiva não exclui o grande número de pessoas que tiveram postura antiguerre criticando o imperialismo norte americano ao entrar em um conflito com a retirada da França. No entanto, os anos de 1980 foi um momento em que a cinematografia e o mercado editorial, davam espaço aos filmes que retratavam o gênero de guerra, e especificamente no caso Vietnã, trouxeram memórias de veteranos enquanto vítimas, período este, que diversas biografias vinham também a público e combatiam uma visão cristalizada do veterano enquanto vilão. Houve espaços onde veteranos do Vietnã se mostraram também pessoas bem sucedidas e que ao retornarem do teatro de guerra construíram vidas pacíficas.

¹³ Uma outra narrativa que representa bem este percalço vivido pela comunidade gay é o filme *Filadélfia*, contracenado por Tom Hanks como um executivo aidético que processa seu empregador por despedi-lo ao saber que o funcionário era portador do vírus e tem como advogado um negro representado por Denzel Washington.

Entre o combate de memórias¹⁴, esses veteranos se viram acometidos também por uma recessão econômica, bem como por políticas conservadoras no inicio dos anos 1980 advindas da administração de Ronald Reagan, que solapou as classes econômicas mais baixas, não é a toa que a representação do veterano no filme venha a ser um negro, o grupo étnico mais afetado.

É salutar acrescentar que diversos fenômenos inseridos no contexto da globalização, entre eles a desregulamentação das leis trabalhistas, a desindustrialização e a polarização (BENKO: 2002; CASTELLS: 1999; IANNI: 2004) estão relacionados intimamente com o conteúdo da narrativa, uma vez que o desemprego, a precarização do trabalho, a violência urbana e a mendicância são condições ao qual nosso protagonista vê ao percorrer a cidade em destino a sua casa, e se vê, mesmo como cidadão que outrora fora privilegiado, fazendo parte desta realidade agora.

Esses fenômenos advém da crise econômica dos anos 1970 ao qual passava o país, onde a reestruturação do capitalismo, promoveu migrações de grandes conglomerados industriais e econômicos do norte do país para o sul, bem como para outros países, em busca de uma mão de obra mais barata, além dos incentivos fiscais, nesse sentido, é que se dá a desindustrialização. As desregulamentações das leis trabalhistas acometem o trabalhador privando o mesmo de usufruir de todos seus direitos conquistados, fomentando contratos e regimes de trabalho que lhe alienem, devido à escassez de ofertas, ou mesmo por se encontrarem em uma condição de obsolescência profissional – como é o caso de nosso protagonista D-fesa, é que muitos optam por este tipo de oportunidade. A polarização é um fenômeno específico de desigualdade, onde o topo e a base da escala de distribuição de renda e riqueza crescem mais rapidamente que a faixa intermediária, traz consigo disparidades cada vez maiores na sociedade.

A ascensão à presidência do país de Reagan, trouxe uma clivagem à dinâmica da nação, essa mudança se opera inicialmente em um sentido ideológico, dito assim, pela perspectiva liberal que esse governo revigorava, porém ficará marcado no imaginário resultante do período, pela postura conservadora que suas propostas traziam, amparadas

¹⁴ É válido salientar que nos anos 1980 houve a recorrência de críticas a guerra advinda dos veteranos que almejavam um outro lugar no imaginário do país destaca-se as produções de Oliver Stone; *Nascido em 4 de julho* que retrata a biografia de Ron Kovic, e *Platoon* que tem um perfil autobiográfico, bem como por outro lado, houveram aquelas produções que ficaram consagradas com a estética do supersoldado que sozinho vence exércitos, com dramatizações que em muitos casos ele retorna a Ásia em um pós guerra com uma outra missão, salvar aqueles que ficaram. A ideia é bem justificada pela grande lacuna existente entre os soldados que foram enviados, as baixas, e o numero que faz referencia aos desaparecidos, provavelmente a produção mais famosa do gênero foi *Rambo*.

por toda uma estrutura de políticos que possuíam interesses semelhantes. As consequências sociais, resultantes das políticas de Reagan, produziram uma série de fenômenos que não podem ser lidos por uma chave, que se não é da polarização e mais ainda da segregação racial, uma vez que o desmantelamento do Estado de bem estar social – *Welfare*, empreendido pelo presidente, tinha majoritariamente na etnia negra, seus beneficiados, e que de forma geral foram mais acometidos pela pauperização continua que nesse momento, aumenta vertiginosamente.

A ascensão de Reagan ao poder, e como representante do partido Republicano, traz consigo, a ascensão de alguns grupos conservadores que possuem na *Nova direita* seu maior expoente, esta, era composta por políticos de vertente tradicional, e notadamente por uma frente religiosa, representada em maioria pela *Direita cristã*¹⁵, bem como pela *Maioria moral* que enxergava os diversos movimentos sociais operados nas décadas anteriores como retrocessos na moral da nação, e vislumbravam o momento político, como oportuno para implementar sua agenda, que colocava em cheque, diversas conquistas operadas por estes grupos.

Corroborando também com a perspectiva do sucateamento do modelo do Estado de bem estar social, esses políticos, tinham a justificativa de que esse modelo dava suporte à vadiagem, bem como a uma dependência do Estado, por um grupo que não produzia lucros em contrapartida aos investimentos governamentais na assistência destes, e assim, sugando quantias exorbitantes dos cofres públicos, que na visão destes políticos conservadores, os governantes de até então, foram coniventes com esta dinâmica, sendo vistos assim como corruptos e perniciosos.

Os anos de 1980 representam assim o afastamento paulatino do Estado no que diz respeito ao amparo do cidadão carente, produzindo um abismo cada vez maior entre aqueles que possuíam riquezas e toda uma parcela pobre que aumentava cada vez mais.

A ambientação de uma Los Angeles caótica¹⁶ e em um dia de calor excessivo, com intolerância entre as pessoas, um homem WASP¹⁷ transtornado, em conflito com o

¹⁵ O que entendemos por direita cristã passa tanto por movimento de cunho religioso e conservador como também por um movimento político que, nas últimas décadas, somando vitórias e derrotas eleitorais e políticas, caminhou de uma posição nascente de outsider nos anos de 1970 para uma das forças políticas mais bem organizadas e influentes, principalmente no Partido Republicano no limiar do século XXI. (FINGERUT: 2009).

¹⁶ O filme foi realizado simultâneo aos Levantes de Los Angeles em 1992 depois da absolvição de três policiais brancos e um hispânico por terem espancado o motorista negro Rodney King, a ação foi filmada e levada como prova em julgamento, gerando a grande revolta que duraram seis dias e trouxe prejuízos catastróficos aos cofres públicos da cidade, perda de casas e estabelecimentos, além dos diversos feridos e

outro estrangeiro e com sua condição de pária econômico, tendo na família sua ultima referencia de estabilidade e pertencimento, faz com que as cenas possuam conteúdo extremamente diegético. Prendergast ao interpelar no hospital a personagem Angelina sobre o perfil do suspeito, o homem branco de camisa e gravata, bem como recorrer ao mapa para traçar o caminho que ele possa estar seguindo, traz a tona outra problemática estadunidense, a marcante distinção racial.

Ao que a trama nos indica, só o policial em seu ultimo dia de trabalho, opera um olhar em problematizar o que o homem branco teria como fim ao percorrer aquele caminho, só a partir deste pensar investigativo, ele descobre que D-fesa se chama William Foster, vem de uma família trabalhadora, é recém-divorciado, o pai foi veterano de guerra, possui uma mãe frágil que sofre com seus problemas, e ele carrega uma grande frustração e descrença nos ideais da nação, paradoxalmente, o homem preconceituoso com os estrangeiros, foi casado com uma italiana, é essa a chave para que Prendergast¹⁸ saiba a que casa Foster se dirige.

O conflito que Foster desenrola consigo mesmo, e ademas, com as pessoas com quem ele topa em seu caminho se dão em dois campos; no declarado: onde ninguém pode impedi-lo de chegar a seu destino final, e um segundo implícito: que não infljam os atributos que ele denota a um cidadão americano, ao ser contrariado, o resultado é visto em suas atitudes, na xenofobia contida na ameaça perpetrada pelo estrangeiro, na revolta, ao se ver enganado pela propaganda, junto a negação enquanto consumidor a ser atendido, acrescente-se, ser igualado a um neonazista, contrapondo ai o direito genuíno da discordância, ser economicamente inviável como o homem que protesta, ter a noção de que as construções na pista consistem em uma forma de angariar orçamentos e por ultimo, ver que o resultado de todos os seus esforços não possui reconhecimento,

mortos. O sociólogo Loïc Wacquant associa ao evento não somente uma revolta de negros por sua opressão descarada, alegando que os saques cometidos também por pessoas latinas e brancas pobres notabiliza o evento como uma revolta da fome, devido à pauperização dos programas de welfare oferecidos no governo Reagan e George Bush. Para uma noção mais detida do evento ver: (WACQUANT: 2001).

¹⁷ O termo é sigla de *White, Anglo-Saxon and Protestant* – Branco, Anglo-saxão e protestante, que faz referencia a genuinidade de ser americano a este seleto grupo que descendia dos puritanos peregrinos que fundaram o país. O sociólogo Andrew Hacker atribuindo o recorrente uso do jargão no vocabulário de quem tratava dos temas étnicos discutiu inicialmente na década de 1950 o significado do termo WASP, e foi quem primeiro utilizou o termo no meio acadêmico. Hoje o termo tomou um tom pejorativo, pois com o multiculturalismo, o WASP torna-se uma camada ínfima na sociedade americana, e a contar do potencial econômico que outros grupos agregaram para si, tornou a denominação pernóstica. Ver: (HACKER: 1957) Ver também: (AZEVEDO: 2002).

¹⁸ Em uma das cenas em que Prendergast conversa com seu chefe, sobre a investigação de Foster, o mesmo alega que não gosta dele, dizendo-lhe que ele não xinga, não fala palavrões, é educado demais, fazendo aqui alusão e critica as acusações a policia de Los Angeles pela truculência no trato com os suspeitos e cidadãos nas ruas.

atentando que nos dias em que vive, um cirurgião plástico é quem possui poder, prestígio e estabilidade.

Foster chega à conclusão de que estudou muito, se especializou, mas os novos tempos o tornaram obsoleto, o que ele não aceita é ser agora o vilão, uma vez que ele relegava esta condição a todos os párias que por ventura ele encontrou naquele dia, que deveriam ser limpos da cidade¹⁹, e do inimigo externo, os soviéticos, ao qual ele produzia mísseis colaborando para a defesa de seu país, a América.

“Um dia de fúria” mostra-se como uma narrativa que percorre as simetrias de seu tempo, mas peca “ao fazer o espectador se identificar com William Foster sem qualquer tipo de distanciamento crítico - que seria conseguido se houvesse a ruptura da coerência da visão de mundo do personagem” (VIANNA: 2002). Joel Schumacher utiliza-se deliberadamente de um “roteiro que faz desaparecer qualquer sobra de problematização sobre a sua ação em si e o que resta, então, para o espectador (o público alvo é indubitavelmente norte-americano) é a contaminação afetiva direta com Foster e a sensação de que, se estivesse em seu lugar, faria o mesmo.” (VIANNA: 2002).

Sobre a pertinência do filme, o crítico de cinema Vincent Canby salienta que:

“Falling Down” é um filme que não poderia ter sido feito em qualquer outro lugar no mundo de hoje. Ele exemplifica um tipo essencialmente americano de filme pop fazendo que, com habilidade e inteligência, se manda atitudes estereotipadas e ao mesmo tempo explora-se com efeito insidioso. ‘Falling Down’ é chamativo, casualmente cruel, quadril e sombrio. Às vezes é muito engraçado, e muitas vezes desagradável na forma como ele manipula os sentimentos mais obscuros de cada um. (CANBY: 1993).

Pensando o papel do cinema como fonte histórica, tomamos aqui a perspectiva da *leitura cinematográfica da história* como sentido, condensando o que o filme traz em suas entrelinhas, seus questionamentos e o papel que os sujeitos realizam ao trazer a público e dentro de uma dinâmica mercadológica, a crítica à sociedade. É neste sentido

¹⁹ Em *Taxi driver* de Martin Scorsese o personagem Travis Bickle vivido pelo ator Robert de Niro, demonstra similar atitude, quando ao percorrer as ruas de Nova Iorque à noite, dirigindo um táxi, vê o tráfico de drogas, a prostituição e tantas outras mazelas das grandes metrópoles. O personagem possui uma evolução na trama ao levar a cabo a ideia fixa de tirar das ruas uma adolescente da prostituição, deixando clara sua obsessão pela limpeza moral das ruas, a contradição se dá na tentativa de assassinato do candidato à presidência Palantine, mostrando-se como um personagem dicotômico, mas que ao final da trama é visto como um herói por salvar a moça, não excluindo que ações inversas possam vir a ser feitas pelo seu ideal de limpeza moral. O personagem D-fesa neste sentido pode ser lido por uma chave similar no que diz respeito à apresentação da problemática sem a crítica, logo, o espectador cria empatia com o personagem, por se identificar com sua revolta perante um estado de coisas que o subtrai cada vez mais, só ao final da trama que Prendergast situa o personagem como aquele de comportamento desviante, que passou dos limites e deve ser recluso para pagar por seus crimes. Fica claro em sua fala: “Você fez tudo isso por que mentiram para você? Eles metem até para os peixes... (fazendo menção à poluição do mar ao redor que reduziu drasticamente a vida marinha).

que pensamos esses sujeitos como ativos de uma cultura política²⁰ e que devido ao suporte de uma indústria cultural massiva, pensando aqui o poder de difusão que Hollywood possui hoje, alcança proporções mundiais, moldando imaginários acerca da sociedade americana.

REFERENCIAS FILMOGRAFICAS

Um dia de Fúria (Falling down, 1993). Direção de Joel Schumacher, Roteiro: Ebbe Roe Smith. EUA/França. Gênero: Drama/policial/suspense. Distribuição: Warner Bros. Colorado, 113 min., Dvd.

Crash – no limite (Crash, 2004). Direção: Paul Haggis, Roteiro: Paul Haggis, Produção: Imagem filmes, Gênero: drama, EUA, Colorado, 113 min., Dvd.

Escritores da liberdade (Freedom Writers, 2007). Diretor: Richard Lagravenese, Roteiro: Richard Lagravenese, Produção: [Danny DeVito](#), Michael Shamberg e Stacey Sher, Gênero: Drama, EUA, Colorado, 123 min., Dvd.

Filadélfia (Philadelphia, 1993). Diretor: Jonathan Demme, Roteiro: Ron Nyswaner, Produção: Sony Pictures, Gênero: drama, EUA, Colorado, 125 min., Dvd.

Gran Torino (Gran Torino, 2008). Direção: Clint Eastwood, Roteiro: Nick Schenk e Dave Johannson, Produção: Warner Bros., Gênero: drama, EUA, Colorado, 116 min., Dvd.

Nascido em 4 de julho (Born on the Fourth of July, 1989). Direção de Oliver Stone, com roteiro e livro de Ron Kovic. EUA. Drama. Distribuição: Universal Pictures. Colorado, 145 min., Dvd.

Platoon (Platoon, 1986). Direção: Oliver Stone, Roteiro: Oliver Stone, Produção: MGM, Gênero: drama, EUA, Colorado, 120 min., Dvd

Taxi driver (Taxi driver, 1976). Direção: Martin Scorsese, Roteiro: Paul Schrader, Produção: Julia Phillips e Michael Phillips, Gênero: drama, EUA, Colorado, 113 min., Dvd.

²⁰ A noção de cultura política, tem como referência os conhecimentos, os princípios e normas que informam e governam mais diretamente os comportamentos e práticas correntemente designados como políticos. Refere-se às expectativas das pessoas a respeito das realidades políticas e aos ideais compartilhados em termos do que a vida pública deve ser, constituindo um padrão coerente que se reforça mutuamente e que concede alguma previsibilidade ao processo político. (AZEVEDO: 1999).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Cecília. *Em nome da “América”: os corpos da paz no Brasil (1961-1981)*. Tese de doutorado – Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

AZEVEDO, Cecília. *A santificação pelas obras: experiências do protestantismo nos Estados Unidos*. In: Revista *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 6. Nº 11, Rio de Janeiro: 7 letras/Ed UFF, 2002. P. 111 – 129.

AZEVEDO, Cecília. *Guerra à pobreza: EUA, 1964*. In: Revista de História 153 (2º - 2005), 305-323.

BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

CANBY, Vincent. **Falling Down (1993)** Review/Film; Urban Horrors, All Too Familiar. Disponível em: www.nytimes.com/movie/review?res=9F0CE0DC113FF935A1575C0A965958260. Acesso: 23/10/13.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. 3º Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOMSKY, Noam. *Novas e Velhas Ordens Mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.

CLOVER, Carol J. "Falling Down" and the Culture of Complaint. In: The Threepenny Review, No. 54 (Summer, 1993), pp. 32-33.

FERRO, Marc. *O filme. Uma contra-análise da sociedade?* In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: Novos Objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

GERSTLE, Gary. *American Crucible. Race and Nation in the Twentieth Century*. Princeton and Oxford, Princeton University Press.

GERSTLE, Gary. *Na sombra do Vietnã: o nacionalismo liberal e o problema da Guerra*. In: Tempo – Revista da Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Vol. 13, Nº 25, Jul. – Dez. 2008, Rio de Janeiro.

GERSTLE, Gary. *Minorities, Multiculturalism, and the presidency of George W. Bush*. In: ZELIZER, Julian E. The presidency of George W. Bush. Princeton University Press, 2010.

HACKER, Andrew. "Liberal Democracy and Social Control". In: American Political Science Review, 1957, vol. 51.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. Trad. José Viegas. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. 8º Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

PINHEIRO, Pedro Portocarrero. *Para entender o fenômeno Carter: Governo, Partido e Movimentos sociais num contexto de crise*. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 2013.

SPINI, Ana Paula. *Ritos de Sangue em Hollywood; mito da guerra e identidade nacional norte-americana*. Tese de Doutorado, orientadora: Cecília Azevedo, UFF, Niterói, 2005.

TROVÃO, Flávio Vilas-Bôas. *O Exército Inútil de Robert Altman: cinema e política (1983)*. 2010. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VIANNA, Alexander Martins. *Neonazismo e Neoliberalismo – o enlace esquecido*. História & Ensino, Londrina, v. 8, p. 121-142, out. 2002.

WACQUANT, Loïc. *Crime e castigo nos Estados Unidos: de Nixon a Clinton*. In: Revista de Sociologia Política. Dossiê Cidadania e violência, Curitiba, 13, p. 39-50, nov. 1999.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. A onda punitiva*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

10. ESTADOS UNIDOS E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

A Influência Liberal de Barack Obama: A construção dos discursos “Dnc Keynote Adress” e “A More Perfect Union” (2004 E 2008). Bárbara Michell

barbara_mitchell@rocketmail.com

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Introdução: considerações gerais sobre o liberalismo americano¹

Este trabalho tem como objetivo a análise dos discursos “A more perfect Union” de 2008 e “DNC² Keynote Address” de 2004, a partir de reflexões que procuram identificar nos discursos de Barack Obama uma herança da tradição liberal norte-americana, dando ênfase na percepção de proposições já apresentadas anteriormente e fortalecidas a partir do governo de Franklin Delano Roosevelt. Neste debate insere-se a perspectiva do liberalismo atrelado ao New Deal ter servido enquanto base para os anos seguintes da política norte-americana (JEFFRIES, 1990.p.418), mas com suas devidas revisões em decorrência de determinados acontecimentos internos e externos (GERSTLE,1994.p.1045).

Percebendo como um aspecto do liberalismo a possibilidade de alteração das suas características ao longo do tempo histórico, Gary Gerstle, em seu artigo *The Protean Character of American Liberalism*, ressalta a permanência de três delas desde sua origem: emancipação, racionalidade e progresso. Desse modo, a análise do desenvolvimento do liberalismo passa pela ressignificação destes termos à luz de acontecimentos históricos inesperados e também se reflete na transformação da composição imaginária da comunidade liberal. Nesse sentido, o autor apresenta os diversos grupos e seus posicionamentos desde antes da Primeira Guerra Mundial. A

¹ Americano será utilizado ao longo deste trabalho como sinônimo de norte-americano e não em referência ao continente.

²Democratic National Convention.

influência do pensamento científico no final do século XIX e início do XX aliado à determinação de alguns liberais com a questão da emancipação social, já que o país se encontrava sob dominação dos interesses econômicos e sociais de uma minoria, fez com que estes solicitasse ao Estado intervenções capazes de reconstruir e educar a sociedade com objetivo de melhorar as relações individuais e grupais. Este caminho era visto como progressista e emancipatório (Idem).

John Dewey, filósofo americano, era adepto ao pragmatismo e comprometido com o alcance da democracia por meio da ação política. Tinha plena convicção no sucesso da democracia americana e era defensor de que este espírito deveria ser integrado às comunidades locais e na vida pública de toda nação para “criar aquilo que chamava de ‘*the great community*’”(KLOPPENBERG,1998.p.91). O sucesso e maior objetivo da democracia, defendia Dewey, era a constante participação e diálogo entre os indivíduos. Os trabalhos deste intelectual foram uma influência para os liberais e especialmente os progressistas.

Como parte integrante da teoria liberal, o pensamento progressista pretendia alcançar a construção de uma comunidade moral através de transformações dos indivíduos. O movimento progressista foi fundamental para o fortalecimento de campanhas que tratavam de questões de gênero, sexualidade e etnicidade (Idem). Em 1910 já era possível perceber o resultado da difusão destas ideias com a fundação da NAACP³, trazendo à tona o questionamento da posição que o negro ocupava naquela sociedade. Em contrapartida, membros da Suprema Corte, a elite corporativa e pequenos empresários adeptos do liberalismo até os anos de 1930 renunciaram ao ideal de emancipação universal e defendiam o capitalismo corporativista e a segregação (GERSTLE,1994.p1047).

O liberalismo sofreu um período de desestabilização com a ascensão do Partido Bolchevique ao poder na Rússia. Contrariando o posicionamento da comunidade liberal de realizar uma revolução libertadora pacífica, o comunismo comprovou a viabilidade do uso da violência para alcançar a emancipação popular, o que poderia se tornar uma influência negativa nos Estados Unidos. A Primeira Guerra Mundial e as ondas racista e nacionalista que a seguiram também foram decisivas para aumentar o questionamento dos liberais a respeito da viabilidade dos seus planos no país. Como agravante desta situação, nos anos 20 ocorre o fortalecimento do posicionamento contrário às

³National Association for the Advancement of Colored People.

interferências governamentais nos Estados Unidos. E é neste contexto de incertezas e de conflitos mundiais – com a eclosão da Segunda Guerra – que mais uma vez o liberalismo se readaptou.

O final dos anos de 1920 e os anos de 1930 serviram enquanto um período de fermentação do pensamento liberal difundido com o governo Roosevelt e o *New Deal*. Concentrados em debater questões práticas e que pudessem restaurar a economia americana, os *New Dealers* passam a preterir o objetivo progressista de formação de uma comunidade moral. Segundo Gary Gerstle, a preocupação com a moralidade passa da reforma dos indivíduos para a da economia, buscando a consolidação de uma indústria democrática, com oportunidades e segurança econômica para a população. Mesmo com um plano enfático em solucionar as consequências da crise de 1929 no país, o governo de Franklin Roosevelt não alijou todas as reivindicações anteriores do movimento liberal. Em seu livro *American Crucible: Race and nation in the twentieth century* o autor afirma: “*During the 1930s and early 1940s, a large state emerged that would regulate America’s capitalist system in the interests of general prosperity and of labor-management harmony; that would provide economic assistance to those deemed unable to help themselves.*” (GERSTLE, 2001, p. 128). Como antes colocado, uma das principais preocupações do movimento progressista era a de deter a exploração capitalista demasiada, garantindo a emancipação da sociedade dos interesses de poucos. O *Welfare State*⁴, solidificado com o programa do *New Deal*, praticava as intervenções necessárias para assegurar a fortificação da economia atrelada a reformas que visavam garantir assistência aos que precisavam de auxílio para se recuperar da crise.

O autor atenta para o papel do nacionalismo cívico nos programas de governo e nos requerimentos populares. Para Gerstle, o CIO⁵, fundamentado em noções do nacionalismo cívico, pressionou o governo Roosevelt a fazer do *New Deal* um programa muito mais à esquerda do que originalmente planejado. Esse nacionalismo cívico, tido pelo autor como progressista, não só deu o primeiro passo na incorporação dos direitos sociais dos americanos em relação à seguridade econômica e oportunidades no mercado, mas também insistiu na integração de imigrantes e dos perseguidos por sua religião e

⁴ Termo cunhado em 1930 pelo Professor Alfred Zimmern em contraposição ao *Warfare State* de Adolf Hitler. Inicialmente foi concebido enquanto um auxílio social para os prejudicados em guerra e, posteriormente, passou a se preocupar em garantir empregos aos necessitados, ajuda médica, casas e educação em locais próprios. In: SCHUYT, Kees. The Sharing of Risks and the Risks of Sharing: Solidarity and Social Justice in the Welfare State. *Ethical Theory and Moral Practice* , Vol. 1, No. 3, Solidarity and the Welfare State (Sep., 1998), pp. 297-311. Acesso: <http://www.jstor.org/stable/27504037>.

⁵Congress of Industrial Organizations.

etnia (GERSTLE, 2001. p.153), evidenciando a introdução de problemáticas sociais nas preocupações governamentais. Até os anos de 1940, a presidência de Roosevelt havia contribuído de forma decisiva com os ideais liberais norte-americanos ao encorajar campanhas que lutavam contra o preconceito e a favor dos direitos civis. Além disso, serviu como inspiração para o movimento operário que lutou por um nacionalismo cívico mais democrático e um *New Deal* favorável aos trabalhadores (Idem).

A crise do liberalismo, segundo o autor, se dá início na chegada dos anos 60 (GERSTLE, 1994.p.1073.). Com a ascensão do movimento pelos direitos civis houve, de forma inesperada para este segmento, o fortalecimento de grupos conservadores brancos em oposição à integração dos negros na sociedade. E a própria esquerda americana, afirma Gerstle, passou a contestar as premissas racionalistas do liberalismo, alegando ser inconsistente o posicionamento liberal em prol da emancipação popular. O autor é extremamente pessimista ao declarar que desde então o liberalismo americano nunca mais foi o mesmo.

A partir de meados dos anos 70 e início dos anos 80 Gary Gerstle aponta para o surgimento de dois programas distintos do liberalismo: o primeiro, oriundo da esquerda, tentou retomar a idéia de comunidade com base na etnia, raça ou gênero. Conhecido posteriormente como multiculturalismo, o movimento surgiu dentro de grupos nacionalistas negros e se difundiu para outros, especialmente entre profissionais da educação, mídia e serviços sociais. Já o segundo programa de tendência direitista, privilegiou a restauração do orgulho nacionalista e militar americano através da exaltação masculina como líder da família, de sua comunidade e de sua nação. O governo de Ronald Reagan e a direita cristã são um exemplo do engrandecimento deste movimento conservador tendo como principais fundamentos a glorificação nacional, o repúdio ao comunismo e um racismo latente. O autor propõe que a eleição de Bill Clinton fomentou uma forma de liberalismo distinto por mesclar particularidades do multiculturalismo e da vertente conservadora anteriormente citada. Se por um lado o governo comprometeu-se em promover a equidade racial e a tolerância cultural, por outro lançou uma política de celebração nacional atrelando a condição de cidadão a termos de obrigação e direitos em que benefícios sociais estavam condicionados a declarações de lealdade ao país (GERSTLE,2001, pp.347-349).

Considerando a emergência deste liberalismo dos anos 90 como um renascimento da nação liberal, Gary Gerstle acredita na renovação concomitante de princípios do nacionalismo cívico, dado que se aspira à criação de uma sociedade com

oportunidades igualitárias, sem negligenciar indivíduos por sua raça, religião, gênero ou credo (Idem). De qualquer maneira, o autor manifesta sua descrença na força deste nacionalismo cívico se comparado ao do governo Roosevelt, já que os liberais contemporâneos não se mostram tão engajados como os anteriores na solução da desigualdade econômica e social. Mesmo que estes tópicos apareçam em seus discursos, a ação efetiva é praticamente inexistente (Idem). A visão de Gerstle sobre o liberalismo da atualidade serve enquanto embasamento inicial para a proposta de análise deste trabalho. Inserindo Barack Obama enquanto participante da renovação liberal iniciada nos anos 90, o estudo de seus discursos será desenvolvido a partir da percepção de proximidades com os ideais liberais.

Os discursos de Barack Obama como parte do movimento de regresso à tradição liberal.

Os discursos escolhidos para o desenvolvimento desta análise estão distanciados temporalmente por quatro anos, mas tal afastamento não provoca uma descontinuidade entre as ideias iniciadas em 2004 e aquelas apresentadas em 2008. Ambos discursos são marcas na carreira política de Obama. Ainda Senador do estado de Illinois na época do “DNC Keynote Address”, Barack Obama ganhou grande notoriedade dentro do partido democrata e no país a partir de sua fala, aumentando suas chances nas eleições para Senador dos Estados Unidos a qual concorria. Susan Milligan em matéria para o *The Boston Globe* afirmou que Obama trouxe um discurso tradicionalmente liberal e se apresentou como representante da nova face do partido democrata na opinião de muitos apoiadores (MILLIGAN, 2004). Dessa forma, não só o jovem Senador de Illinois ganha destaque na política americana, mas também é apontado como um herdeiro da tradição liberal que estava sendo retomada pelo seu partido.

My parents shared not only an improbable love; they shared an abiding faith in the possibilities of this nation. They would give me an African name, Barack, or "blessed," believing that in a tolerant America your name is no barrier to success. They imagined me going to the best schools in the land, even though they weren't rich, because in a generous America you don't have to be rich to achieve your potential. (...) Yet even as we speak, there are those who are preparing to divide us, the spin masters and negative ad peddlers who embrace the politics of anything goes. Well, I say to them tonight, there's not a liberal America and a conservative America there's the United States of America. There's not a black America and white America and Latino America and Asian America; there's the United States of America. The pundits like to slice-and-dice our country into Red States and Blue

States; Red States for Republicans, Blue States for Democrats. But I've got news for them, too. We worship an awesome God in the Blue States, and we don't like federal agents poking around our libraries in the Red States. We coach Little League in the Blue States and have gay friends in the Red States. There are patriots who opposed the war in Iraq and patriots who supported it. We are one people, all of us pledging allegiance to the stars and stripes, all of us defending the United States of America.

In the end, that's what this election is about. Do we participate in a politics of cynicism or a politics of hope? (...)

In the end, that is God's greatest gift to us, the bedrock of this nation; the belief in things not seen; the belief that there are better days ahead. I believe we can give our middle class relief and provide working families with a road to opportunity. I believe we can provide jobs to the jobless, homes to the homeless, and reclaim young people in cities across America from violence and despair. I believe that as we stand on the crossroads of history, we can make the right choices, and meet the challenges that face us. (...) If we do what we must do, then I have no doubt that(...)the people will rise up in November, and John Kerry will be sworn in as president, and John Edwards will be sworn in as vice president, and this country will reclaim its promise, and out of this long political darkness a brighter day will come. (OBAMA, 2004).

O discurso do atual presidente americano se inicia de modo a apresentar a particularidade de suas origens familiares. Este tema é recorrente em suas outras exposições e obras, já que Obama procura exaltar os Estados Unidos como o único país do mundo onde sua trajetória carregada por relações inter-raciais e culturais poderia ocorrer. A integração de imigrantes e diversos grupos étnicos aliados a uma política de tolerância cultural figurou enquanto assunto fundamental no governo de Franklin Delano Roosevelt. A posição de FDR em defesa da inclusão de imigrantes⁶ e da transformação destes em americanos de fato com a reforma legislativa, incluindo direitos antes inexistentes para os estrangeiros, aumentou a sua base de apoio e fez com que os novos beneficiários fossem às urnas votar pelo democrata (GERSTLE, 2001, p.129). Ademais, Roosevelt em discurso proferido em Nova York exalta as contribuições dos imigrantes para os Estados Unidos: “*Here they wove into the pattern of American life some of the color, some of the richness of the cultures from which they came. (...) We gave them freedom. I am proud—America is proud—of what they have given to us.*” (ROOSEVELT, 1936).

Com relação ao discurso ter sido enunciado em Nova York é possível salientar que, como mostra o historiador Thomas Bender, a cidade tem sua política e cultura fundadas em aspectos divergentes das demais. Assim, a ideologia nova-iorquina é compatível à mensagem de FDR naquela época, pois se estrutura na admissão de

⁶ É importante ressaltar que a discussão envolvendo imigrantes neste período era principalmente daqueles oriundos da Europa, mas não considerados como brancos em governos anteriores. De toda forma, este tipo de política serviu como influência para a defesa da integração de outros imigrantes posteriormente.

diferenças e modificações possíveis em sua cultura ao longo dos anos (BENDER, 1993.p.50 -61). Já a crença enfatizada por Obama na questão da América como o país das oportunidades igualitárias, evidencia a influência do *New Deal*. Em documento oficial de 1939 o governo salienta a necessidade de: “*realize progressively the promise of American life in food, shelter, clothing, medical care, education, work, rest, home life, opportunity to advance, adventure, and the basic freedoms*⁷”. Deste modo, Barack Obama acaba por apresentar metas similares às do governo Roosevelt, ilustrando as esperanças de seus pais para o seu futuro nos Estados Unidos e mostrando a importância de FDR na formação da expectativa popular em torno da atuação do *Welfare State*.

A segunda parte destacada do discurso é muito mais uma crítica à política americana atual, em que as etnias, o gênero e as posições políticas funcionam, para muitos, como forma de polarizar a sociedade. A manifestação de Obama retoma a noção de comunidade e reforça a ideia do nacionalismo cívico como alicerce da sociedade americana. Buscando romper com estereótipos já difundidos no imaginário, como os membros do partido republicano não se relacionarem com homossexuais ou o partido democrata ser a escolha daqueles sem religião, o atual presidente evoca o patriotismo como elemento chave de união entre todos os americanos. De tal forma, como anteriormente já dito, é perceptível a inserção de Obama na corrente liberal dos anos 90 tentando unir aspectos tipicamente liberais, no sentido de tolerância racial e cultural, com a celebração da nação como característica do verdadeiro americano.

As propostas de um *Welfare State* aparecem mais uma vez como plano político do que seria o governo Kerry, mas sem fazer menção às origens dessas ideias. A meta aparente do discurso era exaltar o partido democrata sem apontar diretamente aspectos vistos exclusivamente como dele, assim, a oposição se faz entre o governo de George W. Bush, já nesse momento com a popularidade em queda, e a esperança de um novo presidente focado na melhoria da sua população e não somente na guerra ao terror. Evidentemente a mensagem de Obama é bastante clara quando afirma que com a eleição de Kerry os Estados Unidos poderiam regressar à sua promessa – o liberalismo democrata. Todavia, em um país que vivia o caos de duas guerras e um governo oposto

⁷U.S. National Resources Planning Board, AfterDefense- What? (Washington, D.C.: GPO, 1941); James Tobin, "Hansen and Public Policy," Quarterly Journal of Economics 90 (February 1976): 34; NARG 187, 103.71, Box 222, Meeting 21, App. E; Delano to Roosevelt, 14 March 1941, Official File 1092, FDRL; Charles W. Eliot to Roosevelt, undated [May 1941], President's Personal File 1820, FDRL; John D. Millett, The Process and Organization of Government Planning (New York: Columbia University Press, 1947), 63, 118-20; James MacGregor Burns, Roosevelt: The Soldier of Freedom (New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1970), 33-34. In: JEFFRIES, John W. *Op cit.* p.407.

a políticas de bem-estar social, as palavras de Obama desempenham o papel de crítica ao presidente Bush e a sua forma de governo sem apontá-la como algo necessariamente de caráter republicano.

Inicialmente aparecendo apenas como condenação da maneira com que a política americana caminhava, disposta a fortalecer os aspectos que separam a sociedade ao invés de buscar aqueles elementos de convergência, este discurso já apresenta concepções retomadas por Obama em sua candidatura de 2008 e durante o seu governo. A severa disputa entre os partidos, chamada por ele de “política do cinismo”, o perseguiu de forma mais acentuada com a sua campanha à presidência, especialmente por ser um candidato negro e mais inexperiente do que seus opositores, a democrata Hillary Clinton e o republicano John McCain. Por outro lado, a chamada “política da esperança” retrata, ainda que de forma velada, o fortalecimento de um segmento democrata que buscava retomar o caminho liberal presente na história do partido principalmente ao longo do século XX. No entanto, as dificuldades em assumir uma agenda dita liberal e os ataques dos republicanos a políticas de algo remotamente similar ao *Welfare State* fizeram com que Barack Obama procurasse fugir de rótulos políticos específicos (NICHOLS, 2011. pp.231 – 264).

Alan Brinkley, em artigo deste ano para a New Republic, fala sobre o retorno do liberalismo na política americana. Após a emergência de Obama enquanto figura política e a propagação de seus discursos, tanto a esquerda, esperançosa, e a direita extremamente crítica, passaram a classificá-lo enquanto tal, mesmo sem qualquer pronunciamento oficial do atual presidente. A noção de retorno não necessariamente significa que questões do liberalismo sumiram nos Estados Unidos, apenas que durante algum tempo, segundo Brinkley, questões como “*desigualdade, pobreza, imigração ilegal, direitos para os gays e várias outras promessas liberais foram ignoradas ou deixadas de lado*” (BRINLEY, 2013.) no âmbito político. O próprio termo “liberal” passou a ser usado como sinônimo de comunismo ou socialismo pelos republicanos e, com isso, os democratas o viam como um estigma.

O trabalho de John Nichols, *What about Democratic Left Politics*, tem em um de seus objetivos mostrar como uma ala conservadora americana transformou o significado de liberalismo em comunismo e, além disso, negou a participação e importância do movimento socialista americano em sua política. Nichols trata de como até mesmo durante a guerra fria os presidentes e partidos americanos reconheciam o valor das contribuições do partido socialista do país e muitas vezes se inspiravam em obras de

intelectuais de esquerda para o desenvolvimento de ações de cunho social – como é o caso da ajuda de Michael Harrington na “Guerra a Pobreza” do governo Johnson (NICHOLS,2011.pp.239-241). Em 1980, segundo o autor, após a eleição de Ronald Reagan e tensões dentro do partido democrata no sentido de organizar sua agenda de forma coerente com os acontecimentos recentes, iniciou-se o imaginário de que o partido havia se tornado “liberal demais”. Para Nichols a ampla disseminação deste argumento aliado à política do governo Reagan de demonização do comunismo, do socialismo e enfraquecimento da atuação de Harrington no partido democrata foram fundamentais para tachar o liberalismo e o socialismo como sinônimos de comunismo e anarquismo.

O discurso “*A more perfect union*”⁸ foi um dos primeiros momentos da carreira de Obama em que o candidato falou abertamente sobre a questão da raça e do racismo nos Estados Unidos. No entanto, este pronunciamento se deu por conta de acusações que o candidato sofria em decorrência da polêmica envolvendo filmagens do pastor de sua Igreja pregando palavras de ódio contra brancos e contra o país. Em um vídeo de 2001, mas “revivido” pela oposição em 2008, o Reverendo Jeremiah Wright faz considerações que refletiam “*a histórica posição das lideranças políticas negras: para afirmar-se como negro, é preciso negar a América branca*” (LEAL; DINIZ, , 2010. p.113.). Como agravante, o sermão do pastor havia sido poucos dias depois dos atentados terroristas de 11 de setembro, insuflando ainda mais a revolta daqueles que assistiram tanto nos canais de televisão como pelo youtube. Obama neste momento era considerado como “branco demais” por camadas no movimento negro americano que cobravam dele a sustentação “*de uma política de identidade negra*” (Idem.p.111.), posicionamento evitado pelo candidato. Já setores da oposição, responsáveis pelas acusações do democrata ser “negro demais”, aproveitaram a ampla divulgação do vídeo nos jornais americanos para tentar transferir as palavras de Jeremiah Wright para ele.

Em resposta surge “*A More Perfect Union*”, tido atualmente como um dos mais importantes pronunciamentos do atual presidente americano e momento chave para que Obama passasse a ganhar a confiança de muitos eleitores ainda indecisos entre apoiá-lo ou apoiar Hillary Clinton. Primeiramente destaca-se:

Of course, the answer to the slavery question was already embedded within our Constitution - a Constitution that had at its very core the ideal of equal

⁸ Termo retirado do Preâmbulo da Constituição Americana.

citizenship under the law; a Constitution that promised its people liberty, and justice, and a union that could be and should be perfected over time. And yet words on a parchment would not be enough to deliver slaves from bondage, or provide men and women of every color and creed their full rights and obligations as citizens of the United States. What would be needed were Americans in successive generations who were willing to do their part - through protests and struggle, on the streets and in the courts, through a civil war and civil disobedience and always at great risk - to narrow that gap between the promise of our ideals and the reality of their time. This was one of the tasks we set forth at the beginning of this campaign - to continue the long march of those who came before us, a march for a more just, more equal, more free, more caring and more prosperous America. I chose to run for the presidency at this moment in history because I believe deeply that we cannot solve the challenges of our time unless we solve them together - unless we perfect our union by understanding that we may have different stories, but we hold common hopes; that we may not look the same and we may not have come from the same place, but we all want to move in the same direction - towards a better future for our children and our grandchildren (OBAMA 2008.).

Elegendo a criação da Constituição Americana como pano de fundo inicial de seu discurso, o então Senador condena a escravidão, o “pecado original” da nação, em contraposição com as ideias de igualdade, justiça, liberdade e união que seriam intrínsecas a construção do país. Exalta neste contexto as lutas ao decorrer dos anos pela extensão desses direitos aos negros que mesmo com o fim da escravidão ainda eram segregados. A historiadora Cecília Azevedo em *Obama e o retorno da tradição liberal democrata* aponta para o costume dos candidatos à presidência americana recorrerem ao panteão mitológico nacional e, a partir disso, apresentarem suas visões particulares sobre o decorrer da história (AZEVEDO, 2010, p.67). Neste momento de conflito e acusações, Obama se volta para a contradição na formação da nação: entre os direitos garantidos pela Constituição e a escravidão e o preconceito racial latente nos Estados Unidos. Dentro do ideal liberal de união e igualdade na formação da comunidade nacional, Barack Obama coloca sua candidatura como herdeira das lutas raciais e sociais por seu objetivo de uma América “mais justa, mais igual, mais livre, mais humanitária e mais próspera”. Revivendo argumentos tipicamente liberais, o democrata se vê enquanto a melhor escolha para aqueles que valorizam as diferenças individuais, mas acreditam mais ainda na importância de concentração nos anseios comuns de um futuro melhor.

O entendimento de liberalismo de Kevin Mattson em *When America Was Great* é bastante similar ao apresentado no grifo de “A More Perfect Union”. O autor afirma: “*I argue that liberalism is a public philosophy that demands citizens think of themselves as members of a national community committed to greatness(...)* I depict it as a

humanist project committed to pushing people to think beyond the interests of the self” (MATTSON, 2004. p.6.). A inspiração liberal se apresenta deveras evidenciada, ainda mais levando em consideração a ênfase dada a este assunto em grande parte dos pronunciamentos do presidente americano. As pretensões de Obama em amenizar as disputas e polarizações dentro do país e construir uma aliança entre toda a sociedade em busca do bem comum, remetem àquelas já partilhadas pelo movimento liberal do partido democrata e de fora deste. A posição de continuador de um legado a qual ele se coloca, fortalece a percepção de seu discurso como parte de uma tradição há muito existente nos Estados Unidos.

De maneira própria ao contexto do momento, o democrata retomou a questão da sua trajetória familiar de maneira a apresentar não só a unicidade de sua história, mas também para exaltar a capacidade do país em garantir que essa acontecesse. A América é retratada como um local característico pela sua multiplicidade. Desta heterogeneidade, no entanto, não deve surgir a separação, e sim a convicção de que estas variadas peculiaridades são o que os tornam um povo. Nas palavras dele:

I am the son of a black man from Kenya and a white woman from Kansas. I was raised with the help of a white grandfather who survived a Depression to serve in Patton's Army during World War II and a white grandmother who worked on a bomber assembly line at Fort Leavenworth while he was overseas. I've gone to some of the best schools in America and lived in one of the world's poorest nations. I am married to a black American who carries within her the blood of slaves and slaveowners - an inheritance we pass on to our two precious daughters. I have brothers, sisters, nieces, nephews, uncles and cousins, of every race and every hue, scattered across three continents, and for as long as I live, I will never forget that in no other country on Earth is my story even possible. It's a story that hasn't made me the most conventional candidate. But it is a story that has seared into my genetic makeup the idea that this nation is more than the sum of its parts - that out of many, we are truly one.

A visão de Thomas Bender acerca da transição nas metrópoles americanas, antes muito mais próximas aos imaginários jeffersoniano e puritano (BENDER, 1993, p.50 – 61.)⁹, para um modelo de cosmopolitismo social e cultural (Idem) parece algo também esperado por Barack Obama. Bender entendia a Times Square tal como um representante da complexidade da cultura nova-iorquina e “*a celebração de uma complicada conciliação de diferenças*” (Idem). Se relacionarmos as afirmações com o

⁹ Segundo Thomas Bender o ideal puritano se pauta na construção de uma cidade homogênea em sua política e moral, excluindo a possibilidade da diferença e da individualidade. Já a concepção jeffersoniana defende a formação de uma comunidade de proprietários rurais em oposição à urbanização, pois esta propiciaria a diversidade.

propósito do candidato à presidência, nota-se que seu objetivo é inegavelmente uma ampliação do que ocorre em Nova York na concepção do historiador. Assim, o plano de América construído por Obama tenta distanciar o país das mitologias de pequenos proprietários rurais e teorias puritanas, marcadas pela rejeição da diferença e desvalorização das heterogeneidades culturais e políticas (Idem).

Boa parte da manifestação é dedicada a justificar, não defender, as ações do reverendo Wright, apontando para, entre outros motivos, a desconfiança e discriminação que a geração dele, e as anteriores, sofreram ao crescer em um Estados Unidos extremamente racista. Sem negar a permanência do preconceito ao longo de sua própria vida e na atualidade, o candidato à presidência pede que as pessoas, principalmente os brancos, tentem imaginar suas vidas se tivessem menos oportunidades e expectativas apenas pela cor de sua pele. Por outro lado, cita a classe trabalhadora branca como um exemplo de pessoas que não se sentiam privilegiadas por sua cor em face das dificuldades e da pauperização do grupo ao longo dos anos. Mostra também que estas pessoas tinham ressentimento em relação aos negros como consequência de políticas de cotas, benefício oferecido como compensação pelos anos de marginalização sofridos - mas que não foram executados por esta camada branca a qual a fala se dirige. Nesse momento Obama empenha-se na conciliação entre os grupos:

The profound mistake of Reverend Wright's sermons is not that he spoke about racism in our society. It's that he spoke as if our society was static; as if no progress has been made; as if this country - a country that has made it possible for one of his own members to run for the highest office in the land and build a coalition of white and black; Latino and Asian, rich and poor, young and old -- is still irrevocably bound to a tragic past. But what we know -- what we have seen - is that America can change. That is the true genius of this nation. What we have already achieved gives us hope - the audacity to hope - for what we can and must achieve tomorrow. In the white community, the path to a more perfect union means acknowledging that what ails the African-American community does not just exist in the minds of black people; that the legacy of discrimination - and current incidents of discrimination, while less overt than in the past - are real and must be addressed. Not just with words, but with deeds - by investing in our schools and our communities; by enforcing our civil rights laws and ensuring fairness in our criminal justice system; by providing this generation with ladders of opportunity that were unavailable for previous generations. It requires all Americans to realize that your dreams do not have to come at the expense of my dreams; that investing in the health, welfare, and education of black and brown and white children will ultimately help all of America prosper.

O *Welfare state* aparece enquanto elemento capaz de amenizar as dificuldades que americanos brancos e “não brancos” viviam. Se por um lado tentaria atenuar as

disparidades entre as minorias e a classe branca, estaria amparando da mesma forma os últimos. Todos prosperariam a partir de um maior investimento do governo nas áreas da saúde, educação e bem-estar social. É notória a tentativa de desmistificar a ideia negativa (MATTSON, 2004) sobre a intervenção estatal e a noção de *welfare*, buscando, provavelmente, o seu significado nos anos *New Deal*. Não é apenas com os embates sociais, raciais e culturais que Obama precisa lidar, é também uma luta contra os significados negativos que várias questões liberais, presentes no seu planejamento para o país, adquiriram com o passar dos anos. Em caminhos da conclusão do discurso, candidato democrata retoma aspectos da sua fala em 2004 dentro da noção de “política da esperança”:

That is one option. Or, at this moment, in this election, we can come together and say, "Not this time." This time we want to talk about the crumbling schools that are stealing the future of black children and white children and Asian children and Hispanic children and Native American children. This time we want to reject the cynicism that tells us that these kids can't learn; that those kids who don't look like us are somebody else's problem. The children of America are not those kids, they are our kids, and we will not let them fall behind in a 21st century economy. Not this time. This time we want to talk about how the lines in the Emergency Room are filled with whites and blacks and Hispanics who do not have health care; who don't have the power on their own to overcome the special interests in Washington, but who can take them on if we do it together. This time we want to talk about the shuttered mills that once provided a decent life for men and women of every race, and the homes for sale that once belonged to Americans from every religion, every region, every walk of life. This time we want to talk about the fact that the real problem is not that someone who doesn't look like you might take your job; it's that the corporation you work for will ship it overseas for nothing more than a profit. This time we want to talk about the men and women of every color and creed who serve together, and fight together, and bleed together under the same proud flag. We want to talk about how to bring them home from a war that never should've been authorized and never should've been waged, and we want to talk about how we'll show our patriotism by caring for them, and their families, and giving them the benefits they have earned. I would not be running for President if I didn't believe with all my heart that this is what the vast majority of Americans want for this country. This union may never be perfect, but generation after generation has shown that it can always be perfected. And today, whenever I find myself feeling doubtful or cynical about this possibility, what gives me the most hope is the next generation - the young people whose attitudes and beliefs and openness to change have already made history in this election.

Se comparados, o “*DNC Keynote Address*” e “*A more perfect union*” se assemelham bastante nos grifos aqui selecionados sobre o futuro esperado para o país. No entanto, em 2008 os Estados Unidos viviam uma grave crise econômica, o governo de George W. Bush tinha taxas baixíssimas de aprovação assim como a guerra do Iraque. Se em 2004 as ideias de Obama não encontraram a aceitação ou captaram o

público como ele esperava, no ano de sua candidatura havia um número muito maior de americanos que se identificavam com os problemas narrados. A aversão às propostas liberais e o temor do *welfare* indubitavelmente decresciam entre as camadas alvo: as minorias étnicas e a classe média¹⁰. O discurso foi fundamental para a reversão das críticas direcionadas ao democrata no momento, e em apenas 24 horas o vídeo de seu discurso foi assistido 1,2 milhões de vezes no *youtube*.

Kevin Mattson explora um viés liberal correspondente ao apontado acima quando diz “*liberalism as I discuss it here is not pessimistic or cynical, because it believes in the ability of human beings to acquire key characteristics or virtues that can make them fulfill their responsibilities (...), that is, engaged in public questions and able to think beyond the needs of the self*” (MATTSON, Kevin. 2004). O bem-estar de todos compõe elemento chave desta sociedade capaz de assimilar a importância do coletivo acima do interesse individual. No caso de “*A more perfect union*”, Obama tenta demonstrar que alcançando a melhoria nacional, os americanos conseguiram satisfazer as suas necessidades particulares e, desta maneira, não haveriam prejudicados dentro da população. O princípio de comunidade defendido pelos progressistas e depois “repaginado” na ótica do *New Deal* com o reforço da integração dos imigrantes e preocupação com as questões da economia reaparece neste discurso reforçando a necessidade dos americanos em se perceberem enquanto um só povo, independentemente da cor ou cultura, lutando por políticas de melhoria da educação, saúde e proteção dos trabalhadores contra a exploração demasiada dos empresários, que aparecia como reivindicação no final do século XIX dentro do movimento de emancipação social.

Considerações Finais: O liberalismo democrata e as políticas universalistas de Obama.

Levando em consideração os discursos trabalhados e a própria historiografia utilizada é possível pensar que Barack Obama, ao menos nos momentos escolhidos, manifesta em sua fala grande influência de temáticas tidas como da tradição liberal democrata. Deste modo, mesmo de forma implícita, retoma tópicos clássicos aplicados pelo movimento liberal ao longo da história americana. Por outro lado, a resistência da

¹⁰Especialmente se levarmos em conta que Obama venceu as eleições de 2008.

população em face ao imaginário do que seria o liberalismo em 2013 e as críticas desmedidas de parte do partido republicano, no sentido de tentar assimilar medidas de bem-estar social com o comunismo, mostram-se como um dos desafios para a implementação dos planos de Obama no país. Fiso de qualquer forma que não tenho como objetivo julgar a viabilidade das propostas do atual presidente, quanto mais se suas estratégias políticas são as mais adequadas.

Apenas corroboro com a percepção de que os discursos do democrata são bastante próximos dos desenvolvidos pela cultura política liberal americana.

Segundo Cecília Azevedo, “*A more perfect union*” apresenta que Obama pretendia privilegiar políticas fiscais e sociais universalistas no combate das disparidades existentes na comunidade americana, sejam por questões sociais como étnicas (AZEVEDO,2010, p.72.)

Desta forma, a união idealizada por ele seria no sentido de suprimir os desníveis da qualidade de vida dos americanos sem se utilizar de medidas que pudesse fazer com que algum grupo se sentisse desfavorecido. J.R. Pole em *Igualdade: um dilema Americano* debate o significado de igualdade na sociedade americana e o conflito entre os favoráveis e contrários às práticas de cotas para minorias. Este não é o propósito da análise, mas ao final de seu texto o autor pontua:

Se os Estados Unidos, por qualquer disposição futura, alterassem deliberadamente seu curso na direção do pluralismo proporcional, estariam inquestionavelmente bem fundamentados nas leis e costumes discriminatórios de sua história. Não me parece impossível, contudo, imaginar políticas que procurem identificar privações e necessidades sociais e educacionais, e receitar remédios efetivos para elas, sem defini-las nos termos da desacreditada terminologia racial ou o inseguro e imprevisível *status* de etnicidade (POLE, 1993.p.77).

O pluralismo proporcional é apresentado por Pole enquanto medidas favoráveis a determinadas minorias, mas que não levam em consideração os indivíduos e sim o grupo a qual eles pertencem, por exemplo: negros, gays, mulheres etc. Obama propõe em seus discursos uma mudança neste tipo de ação, defendendo a introdução das de cunho pluralista, mas sem ignorar as desvantagens vividas por estas categorias. No entanto, a diminuição das ações específicas para solução dos problemas de raça não significa que o combate será anulado. A redução destas medidas seria em conjunto com a introdução de projetos universalistas. Justamente por abranger toda a sociedade, a possibilidade do universalismo procura romper com o estigma negativo de projetos

assistencialistas, principalmente quando vistos como sinônimo de auxílio para “preguiçosos” ou então benefícios para poucos.

O nacionalismo cívico abarcado por Barack Obama ainda deve lutar com o nacionalismo étnico que perdura nos Estados Unidos. A dificuldade da classe média, apontada no discurso, em reconhecer a carência de muitos como consequência do preconceito racial, comprova a permanência de traços deste nacionalismo no país. A mitologia da inferioridade do negro ou do imigrante, que ocupa lugares subalternos por culpa própria, atrapalha a solidificação do imaginário de comunidade próspera trazida pelos princípios liberais e retomadas nas falas citadas. De qualquer forma, o projeto de Obama para os Estados Unidos se apresenta, neste momento, como uma mudança drástica se comparado aos governos de George W. Bush, George Bush e Ronald Reagan. Até mesmo o governo do democrata Bill Clinton não trazia de maneira tão evidente aspectos do liberalismo moderno americano.

É possível perceber que o programa de Barack Obama recorreu a aspectos do passado liberal democrata para formação de uma estrutura política divergente das que figuraram no país, pelo menos, desde os anos de 1980. O liberalismo passa por mais uma etapa da sua trajetória em que acontecimentos históricos influem na sua constituição. Enquanto isso, Obama cresce como uma possível força de renovação do liberalismo democrata. Em contrapartida, os discursos evitam a classificação do candidato como liberal em decorrência do imaginário atual negativo em referência a essas questões.

Referências Bibliográficas:

Fontes Primárias:

MILLIGAN, Susan. In Obama, Democrats see their future. **The Boston Globe**. Julho, 2004.
Disponível:

http://www.boston.com/news/local/articles/2004/07/27/in_obama_democrats_see_their_future/

OBAMA, Barack. **2004 DNC Keynote Address**. Boston: 27 de Julho, 2004.
Disponível: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A19751-2004Jul27.html>

_____. Barack. **A More Perfect Union**. Filadélfia. 18 de Março, 2008.
Disponível: <https://my.barackobama.com/page/content/hisownwords>

ROOSEVELT, Franklin Delano. **Address at Roosevelt Park**, Nova York. 28 de Outubro, 1936. Disponível: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=15211>.

U.S. National Resources Planning Board, AfterDefense- What? (Washington, D.C.: GPO, 1941); James Tobin, "Hansen and Public Policy," Quarterly Journal of Economics 90 (February 1976): 34; NARG 187, 103.71, Box 222, Meeting 21, App. E; Delano to Roosevelt, 14 March 1941, Official File 1092, FDRL; Charles W. Eliot to Roosevelt, undated [May 1941], President's Personal File 1820, FDRL; John D. Millett, The Process and Organization of Government Planning (New York: Columbia University Press, 1947), 63, 118-20; James MacGregor Burns, Roosevelt: The Soldier of Freedom (New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1970), 33-34. In: JEFFRIES, John W. The "New" New Deal: FDR and American Liberalism, 1937-1945. **Political Science Quarterly**, Vol. 105, No. 3 (Autumn, 1990), pp.397-418. p.418. Disponível: <http://www.jstor.org/stable/2150824>. Acesso: 07/08/2013.

Fontes Secundárias

AZEVEDO, CECÍLIA. Obama e o retorno da tradição liberal democrata.. In: ALMEIDA, Erica; DINIZ, Eugenio; PECEQUILO, Cristina (orgs.). ALMEIDA, Erica; DINIZ, Eugenio; PECEQUILO, Cristina (orgs.). **Os Estados Unidos no Mundo Atual**. Juruá Editora: Paraná, 2010.

BENDER, Thomas. Nova York em Teoria. In: BERLOWITZ, Leslie; DONOGUE, Denis; MENAND, Louis. **A América em Teoria**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.p.50 -61.

BRINLEY, Alan. The L Word Lives: Is it safe to say “liberal” again? **The New Republic**. Estados Unidos da América: 30 de Janeiro, 2013. Disponível: <http://www.newrepublic.com/article/112271/liberal-epithet-not-after-obama-speech>.

GERSTLE, Gary. **American Crucible. Race and nation in the twentieth century.** Princeton: Princeton University Press, 2001, p. 128.

_____. The Protean Character of American Liberalism.**American Historical Review.**v. 99, nº4, p. 1043 - 1073. October, 1994.

JEFFRIES, John W. The "New" New Deal: FDR and American Liberalism, 1937-1945. **Political Science Quarterly**, Vol. 105, No. 3 (Autumn, 1990), pp.397-418. Disponível: <http://www.jstor.org/stable/2150824>. Acesso: 07/08/2013.

KLOPPENBERG, James T. **The Virtues of Liberalism.**Oxford University Press, 1998.

LEAL, Paulo Roberto; DINIZ, Vinícius Werneck. A representação midiática de Barack Obama e o descentramento das identidades. pp.102-116. In: ALMEIDA, Erica; DINIZ, Eugenio; PECEQUILO, Cristina (orgs.). **Os Estados Unidos no Mundo Atual.** Juruá Editora: Paraná, 2010.

MATTSON, Kevin. **When America Was Great– The fighting faith of postwar liberalism.** Routledge: Nova York, 2004.

NICHOLS, John. "What about Democratic Left Politics". In: **The "S" Word: A Short History of an American Tradition.Socialism.**Brooklyn: Nova York, Verso, 2011. pp.231 – 264.

SCHUYT, Kees. The Sharing of Risks and the Risks of Sharing: Solidarity and Social Justice in the Welfare State. **Ethical Theory and Moral Practice** , Vol. 1, No. 3, Solidarity and the Welfare State (Sep., 1998), pp. 297-311. Acesso: <http://www.jstor.org/stable/27504037>

Mídia e Democracia na América. Tatiana Poggi

Tatiana Poggi¹

De modo crítico e irreverente, Chambers e Kopstein procuram resgatar o debate sobre a sociedade civil, defendendo que esta esfera não consiste simplesmente num mundo onde impera o consenso, isento de coerção ou violência.

No artigo intitulado “*Bad civil society*” (CHAMBERS;KOPSTEIN, 2001), os autores recuperam perspectivas liberais tradicionais sobre sociedade civil, as quais afirmam, ainda que por caminhos diferentes, que uma sociedade civil robusta e vibrante fortalece e enriquece a democracia. Remontando à visão toquevilliana de que as virtudes e viabilidades da democracia dependem da robustez da vida associativa², Chambers e Kopstein investigam o sentido de democracia para o pensamento liberal, suas contribuições e limitações, e como foi se tornando consenso, influenciando fortemente o debate sobre sociedade civil. A questão da democracia é colocada, assim, em termos de possibilidade de livre participação e construção de sujeitos coletivos mobilizados em torno de uma causa ou projeto de sociedade. Uma sociedade civil robusta e desenvolvida ofereceria mais possibilidades para tal, e isso é entendido como um ambiente plenamente democrático.³

Mas que dizer de uma sociedade civil repleta de organizações autoritárias, intolerantes e antidemocráticas? Até que ponto organizações desse tipo contribuem para o fortalecimento da democracia? O artigo de Chambers e Kopstein faz com que nos defrontemos com essas questões e pensemos se apenas a existência de uma multiplicidade de formas associativas garante, por si só, mais democracia. “A questão mais importante com que nos deparamos é que tipo de sociedade civil promove democracia. Em outras palavras, a escolha não é realmente entre isolamento e

¹ Professora PUC-Rio.

² Sobre essa discussão ver: TOCQUEVILLE, Alexis. **Democracy and the terrain of association**. New Jersey: Princeton Univ. Press, 2000. Sobre esse debate os autores se referem aos trabalhos de: WALTZER, Michael. The civil society argument. In: MOUFFE, Chantal. **Dimensions of radical democracy**. London: Verso, 1992. COHEN, Joshua; ROGERS, Joel. **Associations and democracy**. New York: Verso, 1995. COHEN, Jean; ARATO, Andrew. **Civil society and political theory**. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

³ Para esta vertente, a democracia restringe-se à quantidade e variedade de formas associativas. Deixa de lado o fato de que, em uma sociedade desigual, as oportunidades de participação política, realização profissional, ganhos materiais, acesso à cultura, etc. não são democraticamente distribuídas sendo, portanto, uma democracia imperfeita.

participação, mas entre diferentes tipos de participação.” (CHAMBERS;KOPSTEIN, 2001.p.838)

Isso porque, segundo os autores, além das qualidades positivas associadas à sociedade civil como possibilidade de participação direta, liberdade de associação e construção de sentidos de coletividade, pertencimento e confiança, esta comportaria também um lado menos harmonioso, menos virtuoso, um lado “*bad*”. Partindo do caso de Benjamim Smith, membro da *World Church of the Creator*, que em julho de 1999 perseguiu a tiros judeus, negros e asiáticos, Chambers e Kopstein entendem que sociedade civil pode também ser palco de manifestações de violência e coerção e que o aumento da participação em organizações com tal caráter não fortalece, ao contrário, enfraquece a democracia, mesmo aquela pensada nos moldes do liberalismo. O artigo revela ainda que o debate acadêmico não tem dado conta das implicações teóricas e empíricas colocadas por essas expressões de violência organizada na sociedade civil, sendo frequentemente explicadas como inadequações, desvios à norma social.

O debate sobre o papel das expressões de violência na sociedade civil é também uma querela no campo do marxismo, em especial entre os interpretes de Antonio Gramsci. A discussão é deflagrada a partir das análises de Norberto Bobbio acerca das diferenças entre o pensamento de Marx e Gramsci. Bobbio pontua que a sociedade civil em Marx integra o momento estrutural, das relações materiais, condicionando e regulando o Estado. A sociedade civil é, desse modo, entendida como positiva, momento ativo, *lócus* da mudança e do desenvolvimento histórico. O Estado, na interpretação de Bobbio, seria marcado por seu caráter coercitivo, entendido como um instrumento da dominação de classe, subordinado à sociedade civil. Diante disso, Bobbio conclui que a concepção marxiana de Estado seria respectivamente instrumentalizante, particularista e negativa.

O diferencial trazido por Gramsci, segundo Bobbio, seria principalmente o lugar distinto ocupado pela sociedade civil, não integrando mais o momento estrutural, mas o superestrutural, relativo às relações ideológico-culturais. “Bobbio parece supor que a alteração efetuada por Gramsci o leva a retirar da infra-estrutura essa centralidade ontológico-genética [explicação da história], explicativa para atribuí-la a um elemento da superestrutura, precisamente à sociedade civil.”(COUTINHO, 1981, p.88)Ao identificar na sociedade civil gramsciana o “novo motor da história”, base para toda e qualquer mudança social, Bobbio inverte a relação marxiana básica estrutura-

superestrutura, além de identificar a sociedade civil como o momento ideológico da superestrutura, estando, portanto, ausente a coerção, o controle e a violência.⁴

Entendemos que os conceitos gramscianos são mais bem entendidos quando tratados de modo combinado. Os pares conceituais do filósofo sardo se relacionam de forma dialética e, por essa razão, uma separação entre coerção e consenso, força e persuasão, dominação e hegemonia, sociedade civil e sociedade política, Estado ampliado e estrutura social só deve ser feita, quando muito, para fins didáticos.

Bobbio parece não dar maior importância a esse movimento imprescindível que é a dialética, talvez a maior herança de Marx em Gramsci. Ele interpreta os conceitos de forma demasiadamente separada, como se a sociedade civil fosse a esfera reservada à hegemonia e esta, por sua vez, fosse composta unicamente por relações de consenso e persuasão. Coerção, dominação e força; por outro lado, seriam exercidas na sociedade política, o que ele qualifica como componente negativa do Estado ampliado. Visto desse prisma, contudo, como entender as expressões de violência e intimidação presentes na sociedade civil?

A comunicação aqui proposta vem estreitar essa lacuna, aprofundando uma discussão tangenciada durante a pesquisa de doutorado sobre neofascismo: o crescimento dos crimes de ódio nos EUA no último terço do século XX, em especial após as conquistas angariadas pelo movimento pelo direitos civis, e sua inserção em um ambiente supostamente livre e aberto ao diálogo e à negociação, a democracia liberal. Através da discussão sobre o aumento recente de grupos que incitam ódio e a violência e dos crimes motivados pelo ódio e intolerância, pretendemos contribuir para o recente debate, trazido por Ellen Wood, Domenico Losurdo e Robert McChesney, sobre caráter complexo e paradoxal da democracia contemporânea.

Os três, bem como os autores do artigo acima mencionado, discutem a dimensão violenta e antidemocrática, assim como o caráter exclusivista, coercitivo e pouco participativo da democracia moderna. Por caminhos distintos, esses autores analisam criticamente a conjuntura democrática atual, em especial a norte-americana, questionando inclusive o caráter “democrático” dessa.

⁴ A interpretação de Bobbio influenciou de formas diferentes muitos outros autores como Hugues Portelli, Giovanni Semeraro, Carlos Nelson Coutinho, etc. Foi também fortemente criticada no que diz respeito à inversão entre estrutura e superestrutura e à forma esquemática como aborda os conceitos gramscianos. Dentre os críticos destaco: ANDERSON, P. *Afinidades Seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002. DIAS, Edmundo Fernandes et alli. *O Outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996. BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

À exceção de McChesney, os demais autores procuram recuperar discussões teóricas sobre democracia, cidadania e sociedade civil para então seguirem com suas críticas e ponderações. Chambers e Kopstein resgatam o debate liberal sobre sociedade civil livre, pujante e harmônica e questionam até que ponto se consegue manter vivo um ambiente democrático com crescentes apelos à violência e ao autoritarismo; até onde a democracia consegue resistir às forças antidemocráticas. Wood e Losurdo também dialogam com a matriz liberal, a primeira indo mais além ao traçar um panorama histórico do desenvolvimento da democracia enquanto pensamento e prática social desde a Antiguidade clássica.

Wood salienta as diferenças entre liberdade, pluralismo e democracia, enfatizando que os primeiros integram governo ativo do povo, expressão política do poder popular. Por essa razão, a autora defende que o capitalismo é incompatível com a democracia, uma vez que, apesar da cidadania no capitalismo ser mais abrangente e amplamente inclusiva se comparada à ateniense, é também demasiadamente passiva, pouco militante, alienada e alienante para maioria de seus integrantes. Não há democracia capitalista em que o poder ou a vontade da maioria prevaleça sobre os imperativos da acumulação e do mercado. (WOOD, 2006)

Losurdo é o mais enfático no que toca ao nível de autoritarismo corrente nas relações políticas e sociais, a ponto de caracterizar o regime norte-americano atual como bonapartista *soft*. Segundo ele, o bonapartismo *soft* comportaria três dimensões. Primeiramente, o véu democrático, representado pelas eleições e pela liberdade de imprensa, torna-se cada vez mais frágil, em vista: do controle da imprensa e da mídia por um número extremamente restrito de megacorporações; e do desenvolvimento da competição eleitoral se dar sobre uma única base, ou seja, defendendo um projeto de nação bastante similar. Tais aspectos esvaziam a ideia de competição e as alternativas políticas em debate. Além disso, o autor aponta a facilidade dos presidentes hoje, especialmente o norte-americano, em exercer amplos poderes estendidos - na forma do Estado de exceção, da aprovação de atos patrióticos ou da declaração de guerras “preventivas” - legitimado por um gigantesco aparelho propagandístico. O alto nível de absenteísmo e alienação, impressos na sociedade civil, completam o quadro do bonapartismo *soft*. (LOSURDO, 2004.p.300-322)

A discussão sobre a monopolização da mídia trazida por Losurdo é, por sua vez, mais profundamente desenvolvida pelo professor de comunicação social Robert McChesney. Seu trabalho conjuga a análise do impacto da globalização e dos avanços

tecnológicos recentes com o desenvolvimento do neoliberalismo e o processo de concentração de capital na indústria cultural. McChesney afirma que o nível de monopolização e comercialização da mídia compromete seriamente o poder de difusão de informação, debate e politização das sociedades contemporâneas e, consequentemente, o potencial democrático delas.

A peça principal das políticas neoliberais é, invariavelmente, a reivindicação de desregulamentar a mídia comercial e os mercados de comunicação. Na prática, isso significa que são “re-regulamentados” para servir aos interesses empresariais. (...) o sistema de mídia comercial existente é tão importante para o projeto neoliberal, pois é singularmente brilhante ao gerar o tipo exato de falsa cultura política que permite que a dominação empresarial prossiga sem usar um Estado policial nem enfrentar resistência popular efetiva. (McCHESNEY, 2005.p.218-234)

O que podemos perceber a partir das críticas dos autores é que o próprio significado de democracia foi se transformando no tempo, adquirindo por vezes facetas mais inclusivas e participativas, por outras, mais excludentes e alienantes.

Os anos de construção do reformismo democrata norte-americano e, analogamente, as experiências dos Estados de Bem-Estar social na Europa do pós-Segunda Guerra Mundial foram marcados especialmente por políticas públicas que universalizaram os direitos políticos - sufrágio universal - e que agregam à democracia um conteúdo material, pela conquista dos direitos sociais e econômicos.⁵

Herdeira das tradições revolucionária francesa e socialista, essa abordagem mais inclusiva e social de democracia se traduziu em políticas públicas implementadas nos países centrais por aproximadamente três décadas. Todavia, não reinou única e soberana, sendo fortemente atacada por versões modernas do ideário formal e liberal de democracia.

A matriz teórica das recentes perspectivas menos inclusivas e participativas, não raro associando democracia à livre competição de mercado, remonta aos escritos de Ludwig von Mises, Friedrich Hayek, Karl Popper, Joseph Schumpeter e, mais recentemente, por Norberto Bobbio.⁶ Esse ideal de democracia, intimamente associado

⁵ Sobre essa discussão ver: Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU,1948. http://www.prr3.mpf.gov.br/imagens/boletim_info/dudh-onu.pdf LIPSET, Seymour Martin. **Political Man: the social bases of politics**. New York: Doubleday, 1960. DAHRENDORF, Ralf. **Class and Class conflict in industrial society**. California: Stanford Univ. Press, 1959. FRASER, Steve; GERSTLE, Garry (org). **The rise and fall of the New Deal Order:1930-1980**. New Jersey: Princeton Univ. Press, 1989. SCHLESINGER Jr. Arthur. **The coming of the New Deal 1933-1935**. Boston: Houghton Mifflin, 2003.

⁶ Sobre essa discussão ver: SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura,1961. FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril

ao projeto neoliberal de sociabilidade, foi ganhando cada vez mais espaço e legitimidade ao final do século XX, fruto de uma maior organicidade intelectual e política dos projetos conservadores, do enfraquecimento político-social dos reformismos e do agravamento da crise estrutural do capital.

Ao passar por esses diferentes contextos, podemos observar entendimentos distintos sobre o significado e a abrangência do direito à cidadania, à participação política, à liberdade, à dignidade sócio-econômica, etc. A comparação se faz necessária de modo a percebermos que a democracia, como modo de sociabilidade e organização política alternativa ao republicanismo clássico, ao autoritarismo monárquico ou ditatorial, é uma construção histórica e social, uma construção em debate e em transformação. Democracia é um campo de disputa, não um caminho singular, natural, típico de sociedades capitalistas ocidentais.

O aumento exponencial dos crimes de ódio, bem como a contrapartida vista nos projetos e programas públicos e privados de combate e prevenção do ódio social vêm expressar um aprofundamento das contradições e dos conflitos na sociedade norte-americana. A vitória da democracia capitalista sobre o dito “totalitarismo socialista” não trouxe a harmonia, o consenso e a prosperidade tão largamente anunciados. Se o neoliberalismo e a democracia liberal são o caminho para a prosperidade e para a paz, sem espaço para outra alternativa, há algo no mínimo estranho com esse ideal que nos aprisiona em um mundo cada vez mais empobrecido e cheio de ódio.

Um estudo sobre crescimento dos crimes de ódio numa sociedade que se coloca como pilar da liberdade e da democracia pretende demonstrar que a sociedade civil está longe de ser um terreno restrito às relações pacíficas, pautadas no consenso. Organizações de cunho fascista, segregacionista e fundamentalista, carregadas de conteúdo violento e autoritário, se desenvolvem no seio, e não à margem, da sociedade civil.

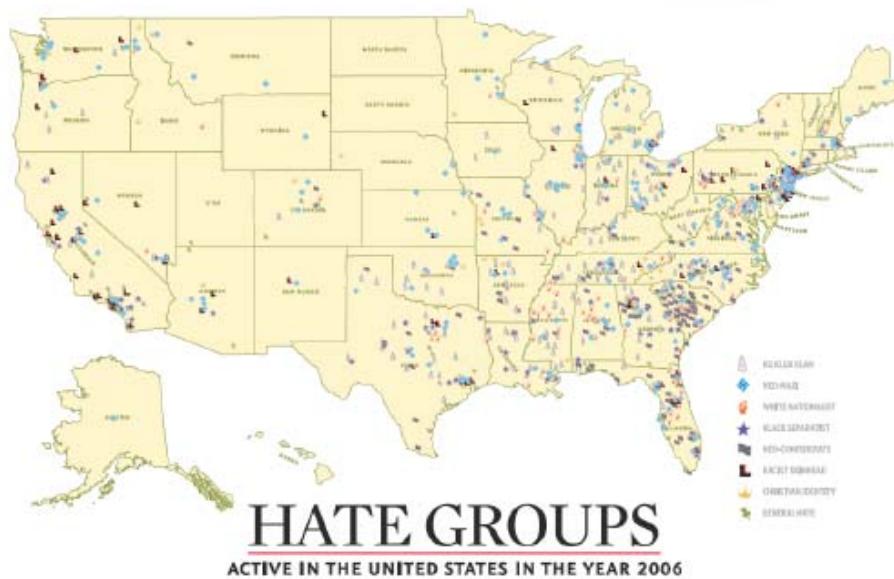
Abaixo, reproduzimos uma tabela e um mapa, produzidos e retirados da página eletrônica da organização *Southern Poverty Law Center*, que mostram o crescimento e distribuição de grupos de ódio nos EUA.

Cultural, 1984. HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
BOBBIO, Norberto. **O filósofo e a política: antologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

Southern Poverty Law Center
Annual List of Active Hate Groups in the U.S.A.

Year	total	Nº. of Klan	Nº. of Neo-Nazi	Nº. of Skinhead	Nº. of Black Separist
1996	241	73 Klan	67 Neo-Nazi	37 Skinhead	n/a
1997*	474	127 Klan	100 Neo-Nazi	42 Skinhead	12 Black Separist
1998	537	163 Klan	151 Neo-Nazi	48 Skinhead	29 Black Separist
1999	457	138 Klan	130 Neo-Nazi	40 Skinhead	21 Black Separist
2000*	602	110 Klan	180 Neo-Nazi	39 Skinhead	48 Black Separist
2001	676	n/a	n/a	n/a	n/a
2002	708	n/a	n/a	n/a	n/a
2003	751	n/a	n/a	n/a	n/a
2004	762	n/a	n/a	n/a	n/a
2005	803	n/a	n/a	n/a	n/a
2006	844	n/a	n/a	n/a	n/a
2007	888	155	207	90	n/a
2008	926	186	194	98	n/a

HATE MAP - Southern Poverty Law Center



Em nome da democracia são defendidos muitos programas privados e políticas públicas desde meados dos anos 1980. Expressões de violência e projetos autoritários de sociedade sempre existiram nos EUA. Todavia, o conflito entre democracia e autoritarismo só veio a se acirrar durante a crise social em fins dos anos 1970, oriunda da queda de lucratividade do setor de manufaturados, observada nos países centrais a

partir de meados da década de 1960, e do desmantelamento do reformismo democrata.⁷ Surgiram, a partir de então, centenas organizações antidemocráticas e antiliberais, defendendo uma outra faceta do capital, assentada no autoritarismo, no antoliberalismo, na intolerância e, muitas vezes, no racismo aberto.

Assim é possível entender como a batalha do capital contra os direitos sociais e as políticas distributivas, típicos do reformismo, vai se tornando menos evidente conforme a construção de consenso em torno da agenda neoliberal, embora não cesse a batalha em nome da democracia e da tolerância. É justamente nos anos 1990 e 2000 que surgem os mais incisivos programas privados voltados para a denúncia e auxílio a vítimas do ódio e da intolerância. É também durante a década de 1990 que é aprovada a emenda de agravante de crime quando motivado por ódio.

O trabalho desenvolvido por agências públicas e entidades privadas, seus avanços e desafios no combate e prevenção dos crimes de ódio, visa tentar controlar expressões de ódio e violência, assim como fortalecer as bases do respeito e da tolerância na sociedade norte-americana.

Apesar de o FBI e o Departamento de Justiça, agências federais de investigação e segurança pública, prezarem oficialmente pela integridade de todos os cidadãos e seus estabelecimentos indiscriminadamente desde os anos 1960 - especificamente a partir do *Civil Rights Act* de 1964 - nota-se que debates, projetos e medidas legislativas mais enfáticos e voltados especificamente para o problema do crime de ódio só apareceram em fins da década de 1980. Destacamos algumas iniciativas do governo no combate e preevenção aos crimes de ódio: o relatório informativo *A policymaker's guide to hate crimes* produzido pelo Departamento de Justiça em 1997; as legislações que contribuíram para o combate dos crimes de ódio, como o *Hate Crime Statistics Act*, de 1990 (USC 534, t.28); o *Violent Crime Control and Law Enforcement Act*, de 1994(28 U.S.C. 994), o *Local Law EnforcementHate Crimes Prevention Act*; investigações do FBI sobre atuação de grupos neofascistas; programas educacionais do *Bureau of Justice Assistance* voltados para o treinamento de policiais e promotores e para a conscientização de jovens.

⁷ Para uma explicação sobre a superprodução no setor de manufaturados e o consequente declínio da taxa de lucro nos EUA e demais países centrais ver: BRENNER, Robert. **O boom e a bolha**. Rio de Janeiro: Record, 2003. Para uma discussão sobre as transformações e perda de espaço político do reformismo democrata ver: FRASER, Steve; GERSTLE, Gary (org). *The rise and fall of the New Deal Order:1930-1980*. New Jersey: Princeton Univ. Press, 1989. BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: Unesp, 1991.

Esse intervalo de tempo, entre 1964 e fins dos anos 80, foi marcado pelo aumento significativo de grupos promotores do ódio organizado, os grupos de ódio. Grupos de ódio investem pesadamente na difusão ampla e gratuita de materiais de mídia, impregnados de uma visão de mundo violenta e intolerante. Tal poder de difusão cresceu exponencialmente com a popularização da internet no início dos anos 1990. As décadas de 1980 e 1990 foram palco de manifestações de terrorismo doméstico, como a série de roubos e assassinatos perpetrados pela *The Order* e o atentado ao prédio do FBI na cidade de Oklahoma, todos em nome da causa ariana.⁸

Pesquisas desenvolvidas pelo *Department of Justice* (DOJ) indicam que a maioria dos perpetradores não estão necessariamente ligados a grupos de ódio, agindo em causa própria. Esses indivíduos agem motivados por ressentimento ante ao progresso econômico de um dado grupo étnico e/ou racial; ou em reação a uma suposta ameaça à segurança e valorização de seu bairro. Há também aqueles que efetivamente representam um coletivo organizado, planejando ataques em nome de um projeto de sociedade, como em uma missão de cunho religioso e nacionalista. Mas o que demonstra a pesquisa é que esses são a minoria, se comparados aos ataques impulsivos, no calor do momento, perpetrados por indivíduos não vinculados a grupos de ódio.⁹

Muitos grupos de ódio não incentivam diretamente a prática da violência física ou o engajamento em atividades criminosas, agem mais construindo justificativas ideológicas para elas. A mensagem simplesmente é passada e, inevitavelmente, alguma hora, alguém, muitas vezes sequer filiado a algum grupo de ódio, acaba cometendo um crime. Uma análise complexa da situação há de levar em consideração essa variável do contexto atual, no qual o poder de alcance de uma visão de mundo extrapola em muito os limites do conjunto de integrantes oficiais, influenciando comportamentos de um número potencialmente infinito de adeptos ou sensíveis a mensagem de ódio.

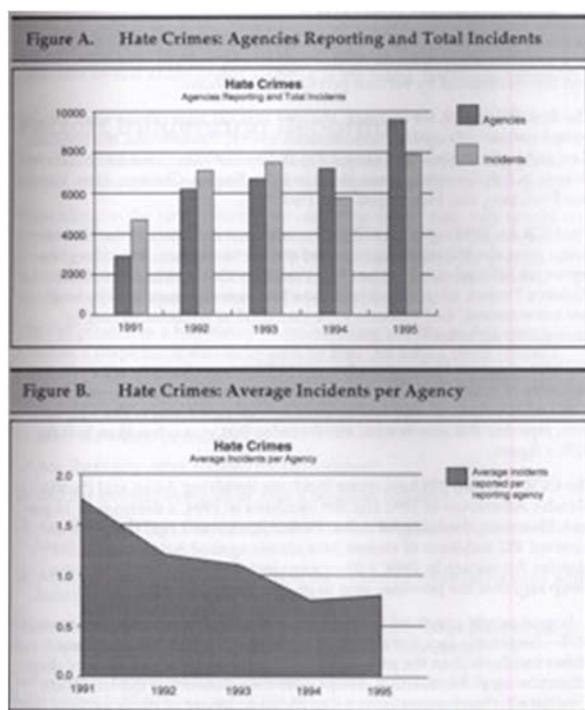
⁸ Em nome da “causa ariana” e da construção do lar ariano no noroeste do EUA, a *The Order* se envolveu nos anos 1980 em uma série atos criminosos: falsificação, assalto a bancos (Seattle U\$25.000 e Spokane U\$3.600), *shopping centres* (Seattle’s Northgate shopping mall U\$500.000), carros-fortes (*Continental Armored Transport Company* U\$40.000 e *Brinks* U\$3.600.000), o bombardeio da maior sinagoga de Idaho e o assassinato do radialista Alan Berg. O montante do dinheiro roubado foi distribuído entre líderes de importantes organizações fascistas, dentre os quais Richard Butler da *Aryan Nations*, William Pierce da *National Alliance*, Tom Metzger da *WAR*, Louis Beam, Frazier Miller da *North Carolina Knights of the Ku Klux Klan* e Bob Miles de *Mountain Church*.

Conhecido como Oklahoma City Bombing, o atentado de 1995 teve como alvo um prédio do FBI. O responsável foi um jovem de 27 anos, Timothy McVeigh, com fortes ligações a milícias paramilitares, matando 167 pessoas e ferindo outras 650.

⁹ Policymaker’s guide to hate crimes.1997.p.21. Bureau of Justice Assistance. U.S. Department of Justice. Alderman Library, University of Virginia.

Crimes de ódio, porém, não devem ser entendidos como simples explosões de raiva motivada pelo preconceito, mas inseridos num contexto que envolve condições sócio-econômicas desfavoráveis, o papel da mídia na construção e reforço de estereótipos e mesmo experiências negativas vividas pelo agressor envolvendo alguma minoria. Todas essas variáveis contribuem para criar um clima propício para o surgimento de uma onda de crimes de ódio.

Abaixo reproduzimos dois gráficos contidos no *Hate Crime Statistics* de 1995 sobre crescimento e denúncia dos crimes de ódio. Pode-se comparar os resultados com os dados da tabela apresentada no início da comunicação



O primeiro gráfico mostra, à semelhança da tabela, que de forma geral os crimes de ódio aumentaram entre 1991 e 1995. Contudo, se levarmos em consideração o aumento exponencial de agências reportantes no mesmo período, a análise do quadro torna-se outra. Com mais agências oficiais locais participando da coleta e reportando às instâncias federais, o número de incidentes registrados têm, de fato, que aumentar. O que não significa que as estratégias oficiais e privadas de controle e prevenção não estejam surtindo resultados, mas ao contrário demonstram que a sociedade como um todo está mais engajada na denúncia, na coleta e, em última instância, na luta pela garantia dos direitos civis de todos. O último gráfico traz a média de incidentes por

agências reportantes, revelando uma queda constante no número médio de denúncias, com um leve aumento em 1995.

Desse modo, podemos perceber que a preocupação crescente em torno da segurança nacional desempenhou um papel relevante na condução das políticas públicas e dos projetos privados discutidos nessa comunicação. O medo da ameaça terrorista será um dos grandes motivadores, maior talvez que a defesa retórica da democracia e da tolerância, dos projetos sociais e medidas legais encampados pelas diversas esferas governamentais.

No setor privado, destacamos as atividades desenvolvidas pela *Anti-Defamation League* (ADL) e pelo *Southern Poverty Law Center* (SPLC), voltadas para prevenção e combate às expressões de ódio e violência contra grupos minoritários. Os projetos procuram alcançar grupos sociais diversos - das vítimas aos perpetradores - bem como dimensões sociais variadas, com iniciativas nas áreas da educação, jurídica e processamento de informações. Chamam atenção os seguintes projetos: *Hatewatches*, sistemas de monitoramento das atividades de grupos de ódio (ADL, SPLC); os projetos *A World of Difference* e *Holocaust Education and Rememberance* (ADL); programa de treinamento e conscientização escolar *Teaching Tolerance* e o sistema de auxílio legal gratuito a vítimas de crime de ódio *Legal Action*.

A análise dos processos civis, dos mapas de ódio e dos sistemas de monitoramento, desenvolvidos pelas entidades privadas, bem como das estatísticas e relatórios do FBI e das legislações contra crimes de ódio, ajudam a perceber a dimensão de atuação e o impacto social dos grupos de ódio nos EUA para além dos discursos produzidos por eles. Tais documentos revelam tentativas de organização de estratégias de oposição e controle por parte da sociedade política e civil. O caráter informativo-educacional por parte de alguns programas e repressivo-condenatório por parte de outros demonstra o investimento público e privado em estratégias de coerção e de construção de consenso em prol da democracia. Contudo, há de se considerar o nível de eficácia de tais estratégias diante da defesa de uma democracia nos termos liberais, uma democracia tal qual vem operando atualmente e que, como temos observado, não vem se mostrando capaz de por fim ao ódio, à intolerância e à violência. O problema colocado é: será suficiente uma agenda somente em torno da democracia?

A dimensão “bad” da sociedade civil vem crescendo em nossos tempos. Mais do que um problema relativo ao preconceito culturalmente adquirido, educação e

informação insuficientes, falta de representatividade e envolvimento cívico, acreditamos que a “*bad civil society*” é também um problema de justiça social.

A configuração do capitalismo em fins do século XX e início de XXI apresenta-se sob a especial interação e desenvolvimento de três processos: a mundialização da finança, o avanço da agenda neoliberal e uma nova organização do trabalho enxuta e flexível.(CHESNAIS, 2005; ANTUNES, 2007; CORIAT,1994) O neoliberalismo fora, pouco a pouco, ganhando terreno sob a alegação de fracasso do modelo reformista-keynesiano. Os novos direcionamentos da economia política neoliberal se definiriam pela maximização dos lucros, fazendo recuar as restrições impostas pelas políticas keynesianas, reforçando as desigualdades patrimoniais. Aquelas, ao oferecerem aos trabalhadores certas garantias de emprego, legislação referente às condições de trabalho e segurança social emperravam o livre caminho da lucratividade e ainda haviam, segundo a retórica neoliberal, levado o país a um quadro de estagnação e crise inflacionária.

Às portas de 1990 os EUA traziam na bagagem um déficit público e privado astronômico, uma economia demasiadamente exposta a ondas especulativas, falência por endividamento de inúmeras empresas e queda dramática na qualidade de vida.¹⁰

Assim, discursos que enfatizassem as crises econômica e moral, perda de *status* social e incompetência e traição governamental nos âmbitos interno e externo tornaram-se demasiadamente atraentes para setores da sociedade que, mais do que nunca, sentiam-se desorientados. Imersos em um contexto de insegurança e sentindo-se ameaçados por mudanças que não lhes favoreciam, frações dos setores médios e das classes dominadas tenderam a estereotipar seus medos na figura do “outro”. Este, visto como inimigo, destituído da moral implícita do “ser americano” e desrespeitando o credo instituído pelos pais fundadores, acabou por legitimar sentimentos de rejeição e ataques violentos. O governo, por sua vez, não mais estaria a serviço ou prezaria pela segurança do “verdadeiro” americano, o “americano médio” e seu núcleo familiar patriarcal e moralista. Ao contrário, seus projetos estariam muito mais comprometidos com as causas de humanistas seculares, de grupos destituídos de valores morais e dos ditos setores “parasitários” da sociedade, mais especificamente negros e imigrantes

¹⁰ O debate em torno da condição econômica e posição hegemônica dos EUA é abordado parcialmente por esse texto. O contraponto pode ser visto em: MEDEIROS,C., 2001; TAVARES, M.T&FIORI, J.L(org),1998.

latinos, pouco empenhados nas “coisas do trabalho” e basicamente interessados em viver dos programas do Estado.

Acreditamos que o processo de precarização da qualidade de vida - observado com o avanço do neoliberalismo e as novas formas de organização do trabalho - aliado à onda de reações às conquistas do movimento pelos direitos civis e relativas uma sociedade multicultural acabaram levando diferentes segmentos sociais, em especial da classe trabalhadora e da pequena burguesia, a criar “bodes expiatórios”, externando seus medos e descontentamentos de forma violenta e autoritária.

Estudos sobre a base sócio-econômica dos integrantes de organizações fascistas e outros grupos de ódio na Europa demonstram a íntima ligação entre o aumento do desemprego e o apoio a partidos e grupos extremistas.(JACKMAN;VOLPET, 1996; MITRA, 1988; VOERMAN;LUJCARDIE, 1992; PFAHL-TRAUGHER, 2000) Nos EUA, o quadro é similar. Lá também são os desempregados, subcontratados, jovens bem instruídos, mas desesperançados com a falta de perspectiva no mercado de trabalho, ou seja, parcela da classe trabalhadora que vem experimentando queda na qualidade vida, que buscam suporte e algum senso de existência em grupos de ódio como milícias, organizações segregacionistas, neofascistas e grupos religiosos fundamentalistas.(DIAMOND, 1995; BERLET;LYONS, 2000; APPLE, 2003; FINGUERUT, 2009)

A reação deu-se, então, na forma da ascensão de movimentos sociais de cunho patriarcal-moralista (movimento anti-gay, anti-feminista, anti-aborto) e de uma expansão sem precedentes de organizações segregacionistas e neofascistas. Grupos de ódio são um fenômeno social complexo e perigoso porque expressam descontentamentos legítimos acerca da queda de qualidade de vida nos EUA, canalizando os medos e as esperanças de setores sociais variados para uma alternativa política ainda mais discriminatória, desigual, opressora e violenta que a democracia liberal.

Apostando em estratégias variadas e sofisticadas de construção da cultura, as organizações atuais vão mobilizando um contingente crescente, se alimentando das mazelas estruturais do próprio sistema e da complacência gerada pelo preconceito, pela xenofobia e pelo furor contrarrevolucionário impressos na democracia liberal. Através da produção de materiais de mídia, cultos religiosos, comícios, eventos culturais ou atentados terroristas, essas organizações promovem e incentivam a violência e a eliminação daqueles que não se encaixam no padrão humano e político envisionedo.

Preconceitos vários, todos socialmente construídos, são alimentados ao extremo, naturalizando a violência. Crises, depressões e as limitações da democracia liberal em prover bem-estar e estabilidade mínimos são outros componentes, que levam multidões de desesperados a projetar seus medos em teorias conspiratórias e “bodes expiatórios”, concebendo soluções violentas e autoritárias como alternativas desejáveis.

O apelo e a popularidade de saídas salvacionistas e autoritárias são sintomáticos de fissuras profundas, que comprometem a estabilidade da democracia capitalista.¹¹ A sedução provocada pelo fascismo, pelo segregacionismo e pelo fundamentalismo religioso utiliza-se de condições sociais, políticas e econômicas desfavoráveis; envolve e fascina por apresentar, ao menos na retórica, soluções rápidas, seguras e definitivas para um cenário de descrença e instabilidade; torna-se irresistível por seu tom acusatório do “outro” como fonte do problema, isentando os demais de qualquer contribuição na construção de um cenário social adverso.

Uma solução efetiva para o problema há de levar em conta todos esses aspectos. Grupos de ódio hoje se organizam primordialmente na sociedade civil, mas seu crescimento revela um problema de ordem social mais geral. Entendemos que o caminho para uma sociedade menos intolerante e autoritária está justamente em olhar para além do âmbito da sociedade civil, incentivando não somente a construção de organizações privadas afinadas com o multiculturalismo e com a democracia, mas

¹¹ Diversas correntes teóricas apontam, por caminhos distintos, a falência da democracia, ainda que associada a outros elementos, como chave explicativa para se entender a emergência de alternativas violentas e autoritárias.

Autores marxistas associam a falência ou fraqueza da democracia liberal ao acirramento dos conflitos de classe e a incapacidade do sistema de assimilar divergências profundas. BAUER, Otto. O fascismo. In: FALCON, Francisco et.alli(org). **Fascismo**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. POULANTZAS, Nicos. **Fascism and Dictatorship**. NLB: London, 1974. KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Autores de orientação liberal apontam para o abalo do liberalismo democrático, de tal modo que seus métodos não se mostram mais eficazes para a resolução dos conflitos de interesses dos grupos dirigentes. O fascismo refletiria a irrupção das massas no cenário político, conduzidas por um líder forte. MANHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Bologna, 1957. BRACHER, Karl Dietrich. The Role of Hitler: perspectives and interpretations. In: LAQUEUR, Walter. **Fascism: a reader's guide**. Middlesex: Pelican Books, 1979.

Há ainda estudos de influência weberiana, adaptações modernas do arquétipo da dominação carismática. Filha da crise, a dominação carismática é o resultado de situações extraordinárias internas (psíquicas, religiosas) e/ou externas (econômicas, políticas). No caso da Alemanha, os fatores culturais e psicológicos que importam para o predomínio de formas carismáticas de tipo fascista teriam sido: o colapso relativamente recente da monarquia; resquícios por parte de alguns setores sociais de aspiração à autoridade suprema/heróica; o impacto traumático da guerra e do tratado de Versalhes; valores militaristas e chauvinistas. Somou-se a isso a profunda crise econômico-social do entre guerras. Da incapacidade da República de Weimar, uma organização estatal pautada na dominação impessoal, racional e legal em lidar com essa crise global teria surgido a brecha necessária para a aceitação de um novo sistema de governo, agora baseado no exercício do poder pessoal. KERSHAW, Ian. **Hitler: um perfil do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

lutando igualmente pela implementação de políticas públicas inclusivas e uma organização do trabalho menos desigual.

Bibliografia

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir. (org). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. São Paulo: Unesp, 1991.
- APPLE, Michael. **Educando à Direita: Mercado, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- BERLET, Chip & LYONS, Mathew. **Right-wing populism in America: too close for comfort**. New York: Gilford Press, 2000.
- BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOBBIO, Norberto. **O filósofo e a política: antologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
- BRENNER, Robert. **O boom e a bolha**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: Unesp, 1991.
- CHAMBERS, Simone; KOPSTEIN, Jeffrey. Bad civil society. **Political Theory**. vol.29.N.6. December, 2001.
- CHESNAIS, François (org). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CONSTANT, Benjamin. **Escritos de Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso**. Rio de Janeiro: Revan, 1994.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- DAHRENDORF, Ralf. **Class and Class conflict in industrial society**. California: Stanford Univ. Press, 1959.
- DIAS, Edmundo Fernandes et alli. **O Outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DIAMOND, Sara. **Roads to Dominion: right-wing movements and political power in the United States**. NY: Gilford Press, 1995.

DOBRATZ, Betty; SHANKS-MEILE, Stephanie. **The White separatist movement in the United States:White Power, White pride.** Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 2000.

FRASER, Steve; GERSTLE, Gary (org). **The rise and fall of the New Deal Order:1930-1980.** New Jersey: Princeton Univ. Press, 1989.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Vol.2 e 3.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

JACKMAN, Robert; VOLPET, Karin. Conditions favouring parties of the extreme-right in Western Europe. **British journal of Political Science.** 26.n.4, 1996.p. 501-521.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou Bonapartismo.** Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2004.p.300-322.

MARX, Karl. **Os Pensadores.** nº35. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

McCHESNEY, Robert. Mídia global, neoliberalismo e imperialismo. MORAES, Dênis (org.) **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

MITRA, Subrata. The national Front in France: a single issue movement? In: BEYNE, Klaus von (ed). **Right-wing extremism in Western Europe.** London: Frank Cass, 1988.

PFAHL-TRAUGHER, Armin. Die Entwicklung des Rechtsextremismus in Ost und Westdeutschland. **Aus Politik und Zeitgeschichte.**n.39, 2000.p.3-14.

RIDGEWAY, James. **Blood in the face: the Ku Klux Klan, Aryan Nations, Nazi Skinheads, and the rise of a new white culture.** New York: Thunder's Mouth Press, 1995.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura,1961.

SWEEZY, Paul; MAGDOFF, Harry. **A crise do capitalismo americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VOERMAN, Gerrit; LUJCARDIE, Paul. The extreme-right in Netherlands. **European Journal of Political Research.** 22.n.1, 1992.p.34-54.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2006.

Anti-Defamation League:

- Anti-Defamation League. A World of Difference Institute. http://www.adl.org/education/edu_awod/awod_history.asp.
- Anti-Defamation League. Holocaust Education and Remembrance. http://www.adl.org/education/edu_holocaust/default_holocaust.asp.

Southern Poverty Law Center:

- Southern Poverty Law Center. Hate map. <http://www.splcenter.org/get-informed/hate-map#s=CA>
- Southern Poverty Law Center. Teaching Tolerance. <http://www.splcenter.org/what-we-do/teaching-tolerance>.
- Southern Poverty Law Center. Legal Action. <http://www.splcenter.org/get-informed/case-docket?keys=&agenda=21&landmark>All>

Department of Justice:

- Bureau of Justice Assistance. U.S. Department of Justice. A policymaker's guide to hate crimes. 1997. Alderman Library, University of Virginia.
- CRS bulletin. Community Relations Service. U.S. Department of Justice. Hate Crime: the violence of intolerance, 1998. Alderman Library. University of Virginia.
- Federal Bureau of Investigation. National Alliance. Parts 1-13. File number 157-12589.
- Federal Bureau of Investigation. Aryan Nations. Part 1. BT 177A-21.
- Federal Bureau of Investigation. U.S. Department of Justice. Training Guide for Hate Crime .
- Federal Bureau of Investigation. U.S. Department of Justice. Reported Hate Crime in USA (1992-2000); Research on Bias Motivation. Hate Crime Statistics. <http://www.fbi.gov/about-us/cjis/ucr/hate-crime/2000> .

Legislação relativa aos crimes de ódio:

- Hate Crimes Prevention Act. National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2010/Division E (H.R.2647). <http://www.opencongress.org/bill/111-h2647/show>.
- Hate Crime Statistics Act - 1990 (28 U.S.C. 534). Library of Congress - Thomas. Washington D.C.
- Violent Crime Control and Law Enforcement Act - 1994 (28 U.S.C. 994 note). Library of Congress - Thomas. Washington D.C.

11. RELAÇÕES INTERAMERICANAS E II GUERRA MUNDIAL

Financiadores da Boa Vizinhança: Estado, Iniciativa Privada e as Relações Interamericanas durante a II Guerra Mundial. Érica Monteiro

Doutora em História Social pela UFRJ
ericagdaniel@hotmail.com

A comunicação que ora apresento é uma reflexão sobre algumas questões discutidas na minha tese de doutorado, intitulada “Quando a guerra é um negócio: a cooperação das empresas privadas norte-americanas nos projetos desenvolvidos pelo governo F. D. Roosevelt para a América Latina no contexto da II Guerra Mundial”.

A Política de Boa Vizinhança foi o amálgama que condensou o projeto do Estado aos imperativos privados, ao redefinir as relações interamericanas, na primeira metade do século XX. Esta política promoveu uma aproximação entre a América Latina e os Estados Unidos e, concomitantemente, expandiu as relações comerciais e abriu o mercado consumidor para as indústrias norte-americanas.

O período da II Guerra Mundial foi um momento crucial para a edificação da supremacia das companhias privadas norte-americanas de comunicação de massa no mercado latino-americano e para a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos no continente.

Nessa comunicação, o objetivo é discutir a relação do bloco multinacional (representado pelas indústrias de capital intensivo, de consumo de massas, empresas multinacionais, bancos de investimentos, empresas varejistas voltadas para o mercado de massas e para a expansão do comércio exterior) com o governo F. D. Roosevelt. E analisar como os interesses desse grupo, na expansão das relações comerciais com a América Latina, articulou-se com as novas orientações da política externa norte-americana, a qual foi atribuída a alcunha de “Política de Boa Vizinhança”.

Busca-se interrogar como se estabeleceu essa relação, quer pela capacidade de persuasão de setores da iniciativa privada, quer pela conjuntura política e econômica que fizeram com que o Estado se aproximasse desses grupos empresariais e financeiros. Procura-se, portanto, compreender como as convergências e tensões resultantes contribuíram para a

consolidação das relações interamericanas no período e para a constituição de um mercado consumidor para os produtos norte-americanos na América Latina.

As críticas ao *New Deal* aumentaram substancialmente a partir de 1935-1936, o que marcou um novo momento da administração F. D. Roosevelt, denominado pelos trabalhos historiográficos de Segundo *New Deal*. O período foi marcado especialmente pela quebra da estratégia de cooperação entre o governo e a classe empresarial, que havia sido estabelecida pelos códigos da NIRA e pelo início de uma postura governamental incompatível com os interesses das grandes empresas e corporações. (HAWLEY, 1995)

“Agora o governo denunciava o ‘egoísmo’ dos ‘empresários e seu desprezo pelo que chamava de ‘interesses nacionais’. Os criticados, por sua vez, passaram a vislumbrar tendências ‘socialistas’ ou ‘comunistas’ nas reformas empreendidas pelo governo”. (PAMPLONA, 1995, p. 56)

Nesse sentido, o projeto de uma nação unida em prol da recuperação independentemente de interesses particulares desfez-se neste período. (PERKINS, 1967, p. 37)

Passado o período dos Cem Dias, o grupo que representava o grande capital, apesar dos ataques empreendidos pelo governo a suas fortunas, havia cedido em alguns aspectos às medidas implantadas pela filosofia kenesiana, utilizada pelo *New Deal*, sobretudo por temer um surto revolucionário que poderia emergir devido à gravidade da crise. No entanto, não havia consenso sobre a postura a ser tomada frente a política governamental, tanto que parte deste grupo usava a imprensa e o rádio para atacar o *New Deal* e denunciá-lo como um programa socialista. Para organizar a oposição, alguns políticos conservadores e industriais norte-americanos, detentores de grandes fortunas, reuniram forças e formaram a *American Liberty League*, que teve por intuito arregimentar a opinião anti-*New Deal*. (GRAHAM JR, 1976, p. 400)

O capital industrial voltado para o mercado interno rapidamente se organizou juntamente com conservadores dos partidos Republicano e Democrata e já em 1934 fundam a American Liberty League, um aparelho privado com o intuito de estabelecer oposição às reformas sociais e à legislação trabalhista proposta pelo New Deal. (FIGUEIREDO, 2008, p. 51.)

A *American Liberty League* que inicialmente foi financiada pela família Du Pont, *General Motors* e *Sun Oil*, (DIAMOND, 1995, apud FIGUEIREDO, 2008, p. 52.) tinha em suas fileiras grupos empresariais conservadores (John J Rasok, Jouett Shouse e os DuPonts), e até mesmo políticos democratas, como Al Smith (BADGER, 1989, p. 285), que repudiavam as intervenções governamentais propostas pelo *New Deal*, por restringir a ação de suas indústrias. A presença de Smith nesta organização demonstra que havia correntes e posturas divergentes entre os Democratas a respeito do projeto de governo de F. D. Roosevelt. Como apontam Berlet e Lyons, “juntamente como muitos fascistas, eles viam o *New Deal* como prova de uma aliança sinistra entre o capital financeiro internacional e organizações trabalhistas controladas por comunistas com o objetivo de destruir a livre empresa”. (BERLET & LYONS, 2000, p. 163)

Por outro lado, como assinala Ferguson, durante este período segmentos da indústria de capital intensivo, bancos de investimentos e comerciais, com interesses voltados para o mercado internacional, passam a formar um grupo de apoio ao Partido Democrata e o *New Deal*. (FERGUSON, sd, p. 7). Em troca deste apoio, esta fração do capital industrial, comercial e financeiro pressionou o governo por uma política de baixas tarifas alfandegárias (BERLET & LYONS, 2000, p. 162), pois pertenciam a setores que estavam interessados na ampliação do mercado internacional e na constituição de um mercado de massas, a fim de que pudessem expandir as vendas de seus produtos e consolidar suas marcas. Afinal, eram líderes no mercado doméstico e mundial em seus segmentos e, ao se aliarem a financistas internacionais, almejavam conquistar o livre comércio global (FERGUSON, 1984, p. 46). Este grupo atuava em diversas agências, tais como *Business Advisory Council*, o Comitê para o Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Relações Estrangeiras. (BERLET & LYONS, 2000, p. 164-165)

Segundo Hodgson (HODGSON, 2005, p. 215-249), apesar de, durante os trinta primeiros anos do século XX, a maioria dos norte-americanos, exceto em períodos de guerra, não estivesse interessada em relações estrangeiras, havia dentro dos Estados Unidos uma pequena elite de intelectuais e homens de negócios que veio a constituir um American foreign policy establishment. Esse grupo criou periódicos (como o *Foreign Affairs*) e conselhos (como *Council on Foreign Relations*) para estimular a reflexão sobre as relações entre os Estados Unidos e o resto do mundo. Estes institutos trabalhavam para expandir o poder e a influência do país no mundo, apesar da oposição interna dos defensores do isolacionismo.

O *Council on Foreign Relations* foi criado em 1921. Dele participaram um grupo de influentes republicanos, como Elihu Root, William Howard Taft, Philander C. Knox, Henry Cabot Lodge, Charles Evans Hughes, Frank B. Kellogg e Henry L. Stimson (HUNT, 1987, p. 137). Para Hodgson, a Política da Boa Vizinhança, consolidada anos mais tarde por F. D. Roosevelt, foi influenciada por este grupo, que, desde o início do século, defendia maior participação dos norte-americanos na política externa. (HODGSON, 2005, p. 215-249)

Cabe ressaltar que algumas medidas tomadas por F. D. Roosevelt vinham ao encontro dos interesses de grupos empresariais ligados às atividades de comércio exterior. São exemplos de tais favorecimentos, por parte do governo, a esta parcela do empresariado a expansão das atividades do *Reconstruction Finance Corporation*,¹ que passou a incluir a concessão de empréstimos, já praticada dentro dos Estados também em operações voltadas para o mercado exterior, e a própria criação do *Export-Import Bank*, em 1934, que subsidiava exportações de produtos norte-americanos através do capital advindo do *Reconstruction Finance Corporation*. (SMITH, In: BERNSTEIN, 1969).

Ao aprovar o *Securities and Exchange Act* em 1934, criado para regular o mercado de valores mobiliários, a despeito da oposição da comunidade financeira de *Wall Street*, F. D. Roosevelt aumentou o apoio diante de importantes representantes de grandes casas de comissão (*commission houses*): James Forrestal da Dillon, Read e Robert Lovett da Brown Brothers, Harriman e corretores de comissão (*commission brokers*) como E. A. Pierce e Paul Shields. Afinal, este grupo se opunha aos antigos banqueiros de *Wall Street* e em suas empresas havia os que defendiam uma legislação mais branda e os que desejavam se aproximar do governo para poderem colocar as práticas comerciais sob o âmbito da legislação federal a fim de influenciá-las. (BERNSTEIN, 1969, p. 271.)

Esse último grupo é denominado por Ferguson como “multinacional bloc” (bloco multinacional). Dele fizeram parte empresas como IBM, *General Electric*, RCA, *Zenith*, *Pan Am*, *Coca-Cola*, *International Harvester*, *Sears Roebuck*, ITT, *Reynolds Tobacco*, *American Tobacco*, *Standard Oil*, etc. (FERGUSON, In: FRASER, 1989, p. 23); bancos de investimentos, como *Goldman Sachs*, *Lehman Brothers*, *Harriman*,

¹ Agência independente do governo norte-americano, criada em 1932, durante o mandato de Herbert Hoover. Mantida durante o governo Roosevelt, forneceu empréstimos tanto para governos locais, quanto para bancos, ferrovias, dentre outros ramos de negócios.

Dillon Read; bancos comerciais, como *Chase National Bank*, *Bank of America*, e empresas varejistas, como a Edward A. e a Lincoln Filene.

Quadro 1 - International competitive status of selected U.S. firms and industries in 1929 and 1935 (*Status* da competitividade internacional das empresas e indústrias americanas selecionadas em 1929 e 1935)

Petroleum (post-red line negotiations)	Copper (pre-depression)	Petroleum (pre-red line negotiations)
Electrical Machinery	Paper	Steel
Farm Implements	Tabacco	Shoes
Packing (?)	All other	Rubber
Ford	Auto Companies	Chemicals
		Textiles
		Copper (post-depression)

Increasing Internationalism

Increasing Nationalism

Fonte: WILKINS, 1974, note 28, apud: FERGUSON, 1984, p. 53.

Este apoio, como aponta Ferguson, ainda que tenha sido consolidado durante o segundo *New Deal*, estruturou-se antes mesmo da primeira eleição de F. D. Roosevelt, momento em que vários grandes banqueiros de investimentos, que se opunham aos interesses da *House Morgan*, principal beneficiária da política republicana e do “System 96” nos anos áureos da política do *laissez-faire*, já na eleição de 1928 engrossaram as fileiras do Partido Democrata (FERGUSON, 1984, p. 53). As críticas ao *Bank Morgan* vinham também dos bancos comerciais, como o *Bank of America* (FERGUSON, 1989, p. 70). O *Bank of Morgan* sofreu uma severa investigação logo que F. D. Roosevelt chegou ao poder. Tal iniciativa pode estar relacionada aos interesses de grupos de banqueiros que se viam prejudicados pelas ações desta casa bancária, muitos dos quais estavam ao lado dos democratas.

Além disso, Ferguson argumenta que o grupo de capitalistas industriais da área de capital intensivo, por usarem em seu segmento um menor número de trabalho humano, sofreu

menos do que outros ramos, com as turbulências pelas quais passava o mundo do trabalho durante o período do *New Deal*. Tal fato ajudou a proximidade desse setor com o governo, a despeito de outros ramos que, criticavam as medidas por ele tomadas, no que tange à classe trabalhadora e à regulação da indústria. Berlet e Lyons afirmam que:

Multinacionalistas [capital financeiro e indústrias multinacionais] aceitaram ou favoreceram políticas keynesianas de intervenção ativa do governo na economia, incluindo os programas de bem-estar social pelo bem da paz social, ajuda a países estrangeiros para o desenvolvimento de mercados externos e grandes orçamentos militares para subsidiar indústrias de alta tecnologia e manter um grande contingente de tropas externamente.² (FIGUEIREDO, 2008, p. 47.)

Este bloco multinacional começou a se distanciar de outras comunidades de negócios, dentro dos Estados Unidos, após a I Guerra Mundial, quando passou a defender, com maior ênfase, uma política econômica para o mercado exterior que estimulasse as exportações e diminuição das tarifas comerciais. Anteriormente a este período, a comunidade empresarial norte-americana foi solidamente partidária da política republicana e aliada do sistema financeiro, liderado, com algumas exceções, por indústrias voltadas para o mercado interno e para políticas protecionistas, ligadas ao trabalho intensivo. (FERGUSON, 1984, p. 62)

O grupo empresarial ligado às indústrias de capital intensivo, depois da I Guerra Mundial, teve um crescimento econômico que as levou a liderar seus segmentos no mercado mundial. Diferentemente do que ocorre com o capital industrial, voltado para o mercado interno. A comunidade empresarial norte-americana começou a se dividir devido às transformações econômicas após a I Guerra Mundial. O bloco multinacional começou a ganhar unidade de grupo e a crescer durante os anos 1920, aproveitando-se do aumento da renda nacional e iniciou a formulação de seus negócios, tanto no campo do trabalho, quanto no que tange ao comércio, de forma separada dos demais setores da comunidade de negócios. (FERGUSON, 1984, p. 63)

No entanto, as crises decorrentes dos primeiros anos após a Depressão de 1929 e a volta do padrão ouro fizeram com que o bloco multinacional se dividisse e perdesse, de certa forma, homogeneidade e espaço político. Tal grupo volta a emergir a partir do Segundo *New Deal*, quando ocorre, ainda que parcialmente, uma recuperação da renda nacional. (FERGUSON, 1984, p. 61)

² “[...] business multinationalists accepted or favored Keynesian policies of active government intervention in the economy, including social welfare programs for the sake of social peace, foreign aid to develop international markets, and big military budgets to subsidize high technology industrie and support large troop commitments abroad.”

Assim, com a desintegração da coalizão que sustentou o primeiro *New Deal* e sob os efeitos dos conflitos, tanto entre os diversos setores industriais quanto das classes sociais, o governo buscou formar um novo grupo de aliados. Ao promover medidas que favoreciam o livre comércio e os tratados de reciprocidade comercial (*Reciprocal Trade Agreements Act – RTAA*), a partir de 1934, F. D. Roosevelt provocou uma mudança fundamental na política comercial dos Estados Unidos, chegando a enviar para o Congresso um novo projeto que dava ao seu Secretário de Estado, Cordell Hull, autoridade para negociar e baixar tarifas (FERGUSON, 1989, p. 18). O Congresso aprovou a solicitação e permitiu que o governo diminuísse as tarifas em 50%, em relação ao que estabelecia a *Smoot-Hawley*, por um período de três anos, com possibilidade de renovação desse prazo e, além disso, autorizou que estas novas regras fossem postas em prática através de acordos executivos que dispensavam a aprovação por parte do Senado.

O ataque feito por Hull à tarifa *Smoot-Hawley*, além de outras políticas que se seguiram, contribuiu para eliminar entraves nas relações comerciais interamericanas e, consequentemente, estimular a colaboração militar entre os estados americanos (WOOD, 1967, p. 285.). Afinal, entre 1934 e 1939, o governo norte-americano fechou vários acordos comerciais sob essas novas bases, inclusive com latino-americanos, tais como Brasil, Guatemala, Haiti, Cuba, Equador, El Salvador, Costa Rica etc. Assim, concordando com a análise de Pike, acredito que a implantação da Política de Boa Vizinhança e as novas relações diplomáticas com a América Latina que dela decorreram emergiu devido às novas demandas comerciais e às recentes correlações de força que se estruturaram na sociedade norte-americana após a Depressão.

Além disso, tais medidas também aproximaram o governo dos industriais do bloco multinacional e o colocaram do lado oposto ao bloco ligado aos setores químicos, siderúrgicos, dentre outros, voltados para o mercado interno.

Assim, as grandes indústrias de tecnologias de capital intensivo, os estabelecimentos mercantis, voltados para o mercado interno – casos da Macy's e a Gimbel's (BLUM, 1977, p. 116), que tiveram um grande crescimento durante a II Guerra Mundial – e as empresas do setor financeiro, interessadas na criação de um mercado de massas e no desenvolvimento do mercado externo, compuseram o grupo de apoio do New Deal e do Partido Democrata.

O apoio ao bloco multinacional foi essencial para a própria sustentação do *New Deal*, na medida em que, como afirma Limoncic,

[...]sem o apoio deste segmento empresarial, [...] o New Deal dificilmente teria reunido recursos político suficientes para fazer frente à oposição patronal representada, dentre outros, pela Liberty League e a National Association of Manufacturers, assim como pela constitucional Educational League e outros grupos de pressão formados ao longo dos anos 1930 e 1940. (LIMONCIC, 2003, p. 149-150.)

Cabe ressaltar que, ainda que os membros da indústria que abraçaram a *Liberty League* fossem ligados majoritariamente aos interesses do mercado interno, houve em suas fileiras, em escala menor, uma parcela de capitalistas financeiros que por vezes não conseguiram ter seus interesses contemplados no projeto social-democrata de F. D. Roosevelt (FIGUEIREDO, 2008, p. 46). No entanto, como ressalta Ferguson,

Problemas terríveis naturalmente são obstáculos na tentativa de por em prática um plano, como nenhum outro, tão complexo como o New Deal. Por exemplo, empiricamente pode ser muito trabalhoso verificar quais partidos ou políticas uma firma ou indústria está apoando num ponto particular. Está claro também que algumas indústrias dispõem de dinheiro, pelo menos, para dar algum apoio a ambos os partidos (embora tanto a lógica como a história sugira que este apoio não será oferecido igualmente). (FERGUSON, 1984, p. 52.)³

Desta forma podemos notar que o apoio do bloco multinacional teve um papel fundamental para a reeleição de F. D. Roosevelt, em 1936, e para as diretrizes assumidas nos rumos da política externa norte-americana, sobretudo durante a II Guerra Mundial. A análise deixa evidente que o vínculo que se estabeleceu entre diplomacia e negócio foi essencial para a o processo de expansão da hegemonia norte-americana sobre a América Latina, bem como para a consolidação do predomínio das empresas norte-americanas nos mercados dessa região no pós-guerra.

A pesquisa demonstra que a nova reorientação da política externa do governo norte-americano durante a II Guerra Mundial, não se limitou às iniciativas e projetos emanados do Estado, mas contou também com a aliança de setores e agentes da iniciativa privada dos Estados Unidos interessados na expansão das relações comerciais desse país com a América Latina.

Referências Bibliográficas

³ “Formidable problems naturally stand in the way of attempts to apply a scheme such as this to any event as complex as the New Deal. For example, empirically ascertaining which parties or policies a firm or an industry is supporting at a particular point can be very laborious. It is also clear that some industries can afford to extend at least some support to both parties (though both logic and history suggest that this support will not be afforded equally).”

BADGER, Anthony. *The New Deal: the depression years 1933-1940*. Hounds mills: Macmillan, 1989.

BERLET, Chip & LYONS, Matthew. *Right-wing populism in America: too close for comfort*. New York: Gilford Press, 2000.

BERNSTEIN, Barton J. "The New Deal", in: *Towards a New Past: dissenting essays in American history*. New York: Vintage Books, 1969.

BLUM, John Morton. *V Was For Victory. Politics and American Culture during World War II*. San Diego/New York/London: a Harvest Book, 1977.

FERGUSON, Thomas. "From Normalcy to New Deal: Industrial Structure, Party Competition, and American Public Policy in the Great Depression", *International Organization*, vol. 38, nº. 1, Winter, 1984.

FERGUSON, Thomas. "Industrial Conflict and the Coming of the New Deal: The Triumph of Multinational Liberalism in America", In: FRASER, Steve e GERSTLE, Gary. *The Rise and Fall of the New Deal Order, 1930-1980*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1989.

FERGUSON, Thomas. *The Fall of the House of Morgan and the Origins of the New Deal*. New York: Oxford University Press.

FIGUEIREDO, Tatiana Silva Poggi de. "Neofascismo em Cena: o avanço conservador norte-americano e o caso da National Alliance". Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008, (Dissertação de Mestrado).

GRAHAM JR, Ottis L. "Anos de Crise", In: LEUCHTENBURG, William (org.) *O Século Inacabado. A América desde 1900*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HAWLEY, Ellis W. *The New Deal and the problem of monopoly. A study in economic ambivalence*. New York: Fordham University Press, 1995.

HODGSON, Godfrey, "The Foreign Policy Establishment", In: FRASER, Steve e GERSTLE, Gary. *Ruling América – A History of Wealth and Power in a Democracy*. Cambridge, Massachusetts, London, Hardvard University Press, 2005.

HUNT, Michael H. *Ideology and U.S. Foreign Policy*. New Haven and London: Yale University Press, 1987.

LIMONCIC, Flávio. *Os inventores do New Deal. Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003, (Tese de Doutorado).

PAMPLONA, Marco A. *Revendo o sonho americano: 1890-1972*. São Paulo: Atual Editora, 1995.

PERKINS, Dexter. *A Época de Roosevelt, 1932-1945*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1967.

PIKE, Frederick B. *FDR's Good Neighbor Policy: Sixty Years of Generally Gentle Chaos*, Austin: U.T. Press, 1996.

WOOD, Bryce. *The Making of the Good Neighbor Policy*. New York: The Norton Library, 1967.

HEALTH FOR THE AMERICAS: As animações dos estúdios Walt Disney voltadas para as famílias latino-americanas no contexto da Política da Boa Vizinhança (1940-1946). Paula Broda

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
paulabroda@gmail.com

Apresentação e objetivos

“*This is going to be a picture of you*”¹, diz logo no início o narrador em um dos primeiros curtas da série *Health for the Américas*, lançado em 30 de junho de 1945. Tal fala parece postular os objetivos das fontes analisadas nesta pesquisa: apresentar uma imagem daquele que assiste à animação, criar uma identificação entre objeto e espectador. Mas quem é *você* na frase acima? Por que delinear *sua* imagem? E quem é o *outro*, que fará o julgamento de como você é ou *precisa* ser?

A partir de tais questões, o presente artigo pretende refletir sobre as relações entre os Estados Unidos e a América Latina no contexto da II Guerra Mundial, momento em que a Política de Boa Vizinhança ganha destaque para a consolidação do discurso de união, cooperação e segurança hemisférica promovido pelos EUA. Nesse momento, a cultura e o cinema foram utilizados para difusão do *american way of life*, projetando, construindo e repensando as representações² tanto de América Latina quanto de Estados Unidos.

Assim, as fontes analisadas consistem no conjunto de sete³ animações educativas produzidas pelos Estúdios Walt Disney, entre 1945 e 1946, encomendadas pelo U.S. Treasury Department, cuja produção foi supervisionada pelo órgão estatal Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA). São elas: *Cleanliness brings health* (1945), *Infant Care and feeding* (1945), *Insect as carriers of diseases* (1945), *The human body* (1945), *The unseen enemy* (1945), *Environmental Sanitation* (1946), *Planning for good eating* (1946). Todas as produções tem formato de curta-metragem e foram

¹ The Unseen Enemy, 1945, 37s.

² Segundo Roger Chartier, ainda que esteja em constante processo de ressignificação, a representação pode levar à generalização de uma ideia ou imaginário específico como uma verdade absoluta, criando estigmas e estereótipos, paradigmas que se renovam e persistem por anos

³ Originalmente foram produzidos dez curtas, porém apenas sete foram localizados para a realização da pesquisa.

direcionadas à circulação na América Latina, abordando temáticas relacionadas à higiene e saúde, com foco na prevenção de doenças e a educação alimentar. Privilegiando aspectos ideológicos e estéticos presentes nas animações, analisamos o discurso difundido bem como a construção da imagem dos povos latino-americanos nessas obras, uma vez que nelas podemos identificar a veiculação de estereótipos da América Latina e estratégias de propaganda – direta ou subliminar – do *american way of life*.

OCIAA, Walt Disney e a Política de Boa Vizinhança

A série *Health for the Americas* faz parte de um momento em que os estúdios de Hollywood foram chamados para produzir filmes de propaganda, documentários e animações que demonstrassem a necessidade da colaboração de toda a sociedade estadunidense e de seus vizinhos latino-americanos naquele momento de crise mundial em prol de um único objetivo: a segurança das Américas⁴, que de início procurava-se manter neutra perante o conflito. Nesse sentido, alguns setores políticos estadunidenses afirmavam que era preciso rever o modo como as relações interamericanas se davam até aquele momento, alterando estas ligações com determinados países e trazendo-os como aliados dos EUA, principalmente aqueles que realizavam trocas comerciais com a Alemanha. Por esse motivo, as animações analisadas fazem parte dos chamados *esforços de guerra*⁵. O historiador Alexandre Valim aponta que

os Estúdios Disney renovaram os contratos para a produção de curtas educacionais e filmes de propaganda para serem distribuídos por todo o seu hemisfério. (...) À medida que se fazia urgente a manutenção da mão-de-obra para o fornecimento de matérias primas, diversos desenhos animados foram criados com o fito de instruir trabalhadores acerca de como evitar doenças, como ter um cotidiano asseado e uma alimentação saudável. (VALIM, 2011, p. 148)

Procurando repensar suas atitudes para com seus vizinhos, o governo estadunidense criou, em 1940, uma agência responsável por toda a articulação e

⁴ A expressão “segurança hemisférica” é presença constante nos documentos sobre as relações dos EUA com a América Latina. Esta retórica faz parte da Política de Boa Vizinhança que, apesar de sempre se voltar para a América Latina, usa a imagem do hemisfério para construir a ideia de união, cooperação econômica e na defesa do território entre todos os países durante o período da guerra. In: SOUZA, Marquilandes B. de. *Rádio e propaganda política – Brasil e México sob a mira norte-americana durante a Segunda Guerra*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004, p.31.

⁵ Este termo se refere à mobilização social de recursos (industriais, bélicos, humanos, financeiros, etc.) para dar suporte às forças militares estadunidenses na II Guerra Mundial.

construção dessa nova relação entre EUA e América Latina. Surge, assim, em 1941, o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*. Esse organismo estava plenamente vinculado à Política de Boa Vizinhança, uma vez que, para o presidente Franklin D. Roosevelt, “era fundamental garantir que o hemisfério tivesse uma atitude conjunta seguidora dos princípios promovidos pelos Estados Unidos no que tange às relações internacionais”⁶. Nesse sentido, os EUA procuravam afirmar sua liderança continental – ameaçada, principalmente, pela Alemanha nazista –, aumentar seu mercado consumidor e garantir matéria prima para seu parque industrial.

O *Office*⁷ foi dirigido em toda sua exigência por Nelson Rockefeller, cuja família possuía diversas empresas que faziam negócios com países latino-americanos, principalmente na exploração de petróleo. Além disso, a Fundação Rockefeller foi uma das grandes responsáveis pelo investimento de capital em pesquisas e programas voltados à saúde da população latino-americana, incluindo aqui a abertura da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo e diversos outros centros de pesquisa na América do Sul e Central.

De acordo com o historiador Marquelandes Borges de Souza, outra importante motivação da Política de Boa Vizinhança foi o aumento da presença alemã no continente, principalmente na América do Sul. Tal influência teria acontecido por meio da intensificação das relações comerciais e do aparato propagandístico difusor da ideologia Nazista⁸, além da grande quantidade de imigrantes daquele país, que formavam colônias fechadas, como na região sul do Brasil e na Argentina. Segundo Souza, a construção das relações da Política de Boa Vizinhança ocorreu de forma diferenciada no continente, exigindo um tratamento específico em cada lugar. Entretanto, as diversas Conferências Inter-Americanas demonstram que houve certa resistência dos países do Cone Sul em aceitar essa política estadunidense, principalmente por parte da Argentina⁹.

⁶ ROOSEVELT *apud* SOUZA, Marquelandes. *Op. cit.*, 2004, p.31.

⁷ A partir deste ponto, o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* será referido como *Office* ou OCIAA.

⁸ SOUZA, Marquelandes. *Op. cit.*, p. 28.

⁹ As conferências Interamericanas não serão o foco do artigo, porém são importantes para compreender melhor as relações e negociações entre os países da América. Sobre o histórico das Conferências Interamericanas, ver o capítulo 3 da tese de doutorado de ZAGNI, Rodrigo M. *Integração e identidades em conflito: As políticas culturais dos Estados Unidos para a América Latina durante a Segunda Guerra Mundial e a montagem do moderno sistema Pan-Americano. (os casos de Brasil, México e Argentina)*. Dissertação de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo – USP, 2011.

Por conta disso, diversos intelectuais, artistas e políticos circularam pelo continente naquele período. Em 1941, Walt Disney foi indicado pelo próprio presidente Roosevelt para fazer parte de uma das equipes que pretendia mapear e conhecer mais de perto os vizinhos latino-americanos, aprendendo um pouco de sua história e costumes locais, a fim de que Disney pudesse realizar produções que ajudassem a elaborar e consolidar uma identidade pan-americana, que tanto apresentasse a população latino-americana ao povo dos Estados Unidos, quanto vice-versa.

A escolha do nome de Walt Disney não se deu por acaso. Já nos anos 1930, período de recessão devido à crise econômica, os filmes foram utilizados para tentar disseminar na população confiança e otimismo na recuperação econômica do país. Exemplo dessa empreitada foi uma das primeiras produções da Walt Disney, *Os três porquinhos*, que venceu o Oscar de melhor curta de animação em 1934. No curta, o lobo mau representava a depressão e sua conhecida música tema “quem tem medo do lobo mau?” procurava rechaçar o medo e a desesperança coletiva¹⁰. De acordo com o historiador Sidney Leite, “na avaliação do governo norte-americano, o cinema deveria atuar intensamente, a fim de instigar a sociedade a lutar em todas as frentes contra os inimigos”¹¹. Nesse sentido, em tempos de guerra, houve uma série de princípios fundamentais que nortearam as produções do período, as quais também se aplicaram às animações, tais como: “enfatizar o heroísmo e bravura do soldado norte-americano”, “identificar o cenário com precisão, se possível valendo-se de mapas do local onde se passa o conflito abordado pelo roteiro”, “apresentar pequena mensagem das tropas aliadas na região, apontando as dificuldades enfrentadas, mas, ao mesmo tempo, transmitindo otimismo quanto à vitória que se avizinha”¹².

Na década de 1940, os Estúdios Walt Disney realizaram diversos curtas educativos para o governo dos Estados Unidos, produzidos para circular, primeiramente, entre a população civil estadunidense e os soldados que estavam na guerra. Convidado pelo OCIAA, que também pagou as despesas da viagem, Disney visitou Argentina, Brasil e Chile. Enquanto sua equipe ainda passou por Guatémala, Bolívia e México, ele voltou para Los Angeles, onde começou a produção de “*Saludos amigos!*”¹³, lançado em 1942. De acordo com o historiador Rodrigo Zagni, a

¹⁰ LEITE, Sidney Ferreira. “A guerra nas telas do cinema: a experiência de Hollywood”. *Líbero*, São Paulo, ano VI, vol 8, nº 11, 2004.

¹¹ Idem, p. 119.

¹² Idem, p. 121.

¹³ No Brasil o filme recebeu o nome de “Alô amigos!”

abordagem do desenho – a mesma da viagem de Disney – revela que esses países foram privilegiados na política de aproximação dos EUA por serem aspirantes “à liderança [da] região e exerciam enorme influência, como pólos irradiadores de cultura, em relação às demais repúblicas latino-americanas”¹⁴.

Apesar da produção final ter resultado em um único longa-metragem composto de vários curtas independentes, a biografia de Disney escrita por sua filha Diane Disney Miller aponta que seu pai tinha planos diferentes:

quando papai voltou a Hollywood, já tinha idéias para quatro histórias, prontas para fazer. Então, ele seguiu adiante e fez os filmes. O primeiro era sobre o Brasil, o segundo sobre a Argentina, o terceiro sobre o Chile e o quarto sobre o Peru; mas, depois de fazê-los, surgiu um problema. Os distribuidores lhe disseram: “Walt, se você lançar um filme sobre o Brasil na Argentina, eles não vão querer vê-lo. Sabemos, também, que não podemos vender o da Argentina no Brasil. O peruano não poderá ser exibido no Chile, nem o chileno no Peru. Você tem que reunir esses filmes em um só. (MILLER, 1960, p. 155)

Assim, com a reunião dos curtas, Disney cria o personagem Zé Carioca, já tão estudado pela historiografia¹⁵. De acordo com Miller, o filme, que custou 280 mil dólares para ser produzido, resultou em uma renda bruta de 1.200.000 a 1.300.000 dólares, sendo um grande sucesso tanto na América do Sul quanto nos Estados Unidos¹⁶.

É nesse período, também, que surgem os primeiros desenhos com temáticas relacionadas à saúde pública, mas que diferentemente de *Health for the Americas*, também circularam dentro dos EUA. Segundo Alexandre Valim,

Apesar de toda produção da Disney Studios Inc. ter sido projetada, originalmente, para fins não comerciais, alguns destes foram exibidos, também, no circuito comercial, gerando uma receita que não só cobriu completamente os gastos contratuais, como rendeu lucro para o governo dos EUA. (VALIM, 2011, p. 148)

¹⁴ ZAGNI, Rodrigo M. “Imagens projetadas do Império – O cinema Hollywoodiano e a construção de uma identidade americana para a Política de Boa Vizinhança”. *Cadernos PROLAM/USP*, São Paulo, ano 8, vol. 1, 2008, p. 80

¹⁵ Como exemplos de análise, ver TOTA, Antônio Pedro. *Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2000 e FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *O Rio de Janeiro que Hollywood inventou*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

¹⁶ MILLER, Diana Disney. *A história de Walt Disney (como foi contada à Pete Martin)*. Rio de Janeiro: Editora Vecchi, 1960. p. 155.

Em 1945, foi lançado o segundo filme encomendado pelo OCIAA, *The three caballeros*¹⁷. Em um espaço de três anos, segundo Zagni, é possível perceber a conjuntura da guerra refletida nos personagens: o México passou a ser considerado um “bom” vizinho, aproximando-se das políticas propostas pelos Estados Unidos e, por isso, neste curta surge o galo Panchito, que apresenta o México para Donald e Zé Carioca. Por outro lado,

reflete também o distanciamento da política externa dos EUA da Argentina, por conta dos desentendimentos havidos nas conferências Pan-Americanas e sua relutância em reconhecer a hegemonia estadunidense na liderança continental; pela ausência de referências ao país, que deixara de ser um bom vizinho, ao contrário do que acontece em “Alô, amigos!”. Já Brasil e México, cujos personagens simbolizavam a fidelidade aos EUA, recebiam de volta sua amizade no plano simbólico no mesmo em que, no plano real, os dois países reconheciam oficialmente a hegemonia estadunidense e sua liderança hemisférica, consolidando o modelo do moderno sistema pan-americano vigente do pós-guerra até pelo menos a Guerra das Malvinas, em 1982. (ZAGNI, 2011, p. 81)

Ainda em 1945 foram lançados os três primeiros curtas da série *Health for the Americas*, que possuem características bem diferentes dos dois outros longa-metragens e os curtas com mesma a temática da série, as quais abordaremos a seguir.

A *Health for the Americas*

Desde os anos 1930 é possível perceber algumas modificações no comportamento dos Estados Unidos em relação à América Latina. O historiador Lars Schoultz coloca que no governo do presidente Franklin D. Roosevelt pode ser notada uma mudança de postura para com a América Latina nas correspondências entre departamentos governamentais estadunidenses, que aos poucos deixaram de utilizar termos pejorativos para se dirigir ao povo latino-americano. A percepção e os interesses voltados à América Latina levaram à adoção de uma postura mais diplomática, colaborativa e negociadora com o resto do continente por parte dos EUA, principalmente em relação à América do Sul. Summer Welles, secretário assistente do Estado, deu ao recém-eleito presidente Roosevelt três páginas de texto sobre a América Latina e sua importância como parceira dos Estados Unidos para ser usado em seu discurso de posse, sugerindo a proibição do envio de forças armadas estadunidense para

¹⁷ Chamado no Brasil de “Você já foi à Bahia?”

qualquer país latino-americano, ainda que tal proposta enfrentasse muita resistência internamente.

Hollywood, assim, caminha nesse mesmo sentido, oscilando produções que apresentavam a América Latina como a terra da paixão, da preguiça e da ociosidade, berço do desajuste e da bandidagem (visível em diversos filmes do gênero faroeste, nos quais os antagonistas constumam ser mexicanos), e filmes em que ela aparece como um lugar exótico, festiva, paradisíaca, dotada de uma ingenuidade quase infantil. Deste modo, é possível notar que a série *Health for the Americas* diluiu as tensões internas dos países, apresentando a população como um todo homogêneo, festivo e inocente, quase como uma criança que necessitava urgentemente de orientação de alguém experiente. Este papel de guia é conferido aos Estados Unidos, que apresentam uma proposta de modernização aos países “atrasados” da parte sul do continente. Tal proposta, paradoxalmente, é pautada por antigos princípios que regem até hoje a sociedade estadunidense, como a ideia de Destino Manifesto¹⁸.

As animações abordam três focos: higiene, transmissores de doenças e alimentação saudável, sendo que o primeiro tema aparece em praticamente todas as animações. Em *Planning for good eating, Infant care and feeding* e *The human body*, o narrador enfatiza a explicação sobre os grupos alimentares (que são divididos em três: (a) produtos animais: voltados para formação e fortalecimento da musculatura humana; (b) vegetais e frutas: para a formação dos ossos e dentes; (c) grãos e raízes: energia para as ações diárias, movimentação e trabalho) e como suas propriedades atuam no corpo. O leite entra como um fator essencial no crescimento das crianças. É dessa combinação que resulta a saúde e, assim, a resistência contra doenças e dá a força necessária para enfrentar o dia-a-dia.

Já em *Cleanliness brings health, The unseen enemy* e *Insects as carriers of disease*, a narrativa procura mostrar quem são os vetores das principais epidemias da América Latina (malária via picada de mosquitos infectados; tifo pelo piolho; diarreia

¹⁸ Segundo a historiadora Mary Junqueira, esta era uma concepção nacionalista que se apoiava na ideia do Direito Natural, concedida pela divina providência aquele país, de tomar para si toda a parte continental norte da América. Era a “predestinação” que levava a população a crer que havia o direito de se apropriarem dos demais territórios (fosse mediante compra ou anexação), uma vez que o discurso corrente apregoava que os estadunidenses eram detentores de valores superiores aos demais povos. Há, principalmente após a independência da Inglaterra, uma ideia de que se tratava de um povo eleito por Deus que deveria mostrar à humanidade a melhor maneira de construir um país a partir de princípios éticos e morais, e que qualquer outro modelo estaria na direção errada. In: JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos: a consolidação da nação*. São Paulo: Ed. Contexto, 2001. p. 34-35.

ou qualquer outro tipo de doença gástrica através do consumo de alimentos nos quais moscas tenham pousado ou a ingestão de suas larvas), seu ciclo de vida e transmissão.

Enquanto os curtas já citados são narrados em terceira pessoa (por um narrador onisciente que interage diretamente com os personagens), *Environmental sanitation*, apresenta um ponto de vista da personagem principal, que também é o narrador. Trata-se da visão da própria cidade, contando-nos sua origem e crescimento. Este é a única animação que trata de uma cidade urbana, embora parte da bucolidez do pequeno vilarejo rural para mostrar sua história de progresso, isto é, como deixou de ser vila para se tornar uma grande urbe e todos os problemas que a falta de planejamento ao longo do processo de evolução urbana podem causar.

Para desempenhar esse papel, os curtas analisados utilizam uma ideia de América Latina flexível e com uma população homogênea, afirmando que várias regiões ainda se encontravam longe do ideal (estadunidense) de sociedade desenvolvida. A personagem principal da série é Charlie, também conhecido como *Careless Charlie* ou *Careful Charlie*. Ele aparece em quatro dos sete curtas analisados, e costuma ser referido como *careless Charlie* por seu descuido em relação à alimentação e aos hábitos nada higiênicos. Entretanto, como mostrado em *Insects as carriers of disease*, esse comportamento não é motivado exatamente por desleixo, e sim pela inocência e ignorância da personagem que é um homem bom e trata todos bem, incluindo os insetos que transmitem doenças. Essa inocência é usada como justificativa para diversas ações prejudiciais à saúde, não apenas de Charlie, mas de outros personagens que aparecem em *Health*, o que nos sugere a visão de uma América Latina inocente e inconsciente de seus atos, presa às tradições que são transmitidas pela sucessão de gerações. Nas demais animações, as personagens principais também são homens, porém seus nomes não são mencionados.

Em nenhum dos desenhos há uma identificação explícita, mas fica claro a opção por não apresentar um tipo mestiço de sociedade. Charlie definitivamente não é negro, mulato ou descendente de indígenas mas, da forma como é representado, pode ser considerado como pardo ou branco pobre, o que também ocorre com as mulheres e crianças. Isso dá uma flexibilidade à série, criando um estereótipo latino-americano comum, isto é, um sujeito que reside em qualquer localidade da América Latina majoritariamente hispânica. Não identificamos em Charlie traços que remetam à “brasileiridade”, como ocorre com os personagens especialmente para produções conhecidas de Walt Disney, como “*Saludo amigos!*” e “*The three caballeros*”.

As crianças são tratadas como pequenos aprendizes de seus pais, mas que merecem atenção e cuidados constantes ao longo de seu crescimento, para que se tornem fortes e saudáveis e, assim, possam contribuir com o trabalho da família.

Dos sete curtas analisados, a figura da mulher aparece em cinco – *Planning for good eating*, *Cleanliness brings health*, *Infant care and feeding*, *The unseen enemy* e *Environmental sanitation* – ainda que ela só tenha papel de destaque nos três primeiros citados. A mulher está sempre relacionada à condição de esposa e mãe, ou seja, o trabalho na lavoura só se dá na companhia do marido, ainda que ela reine absoluta nas questões privadas, na administração da casa e nos cuidados dos filhos. Em *Planning for good eating*, o narrador dá ênfase na atuação e no empenho da senhora Charlie em readequar os hábitos alimentares da família e sugerir maior diversidade de frutas, legumes e verduras plantadas no quintal, a fim de que possa haver variedade o ano todo. Mesmo com este único destaque, os curtas apostam em uma visão conservadora do papel da mulher, sempre relacionada aos trabalhos domésticos. Podemos inferir que, em alguma medida, isso seja decorrência da própria interpretação de Walt Disney sobre as mulheres latino-americanas: ao narrar a passagem de seu pai pela América Latina, Diana Disney Miller afirma que

os latino-americanos achavam que o lugar das mulheres é em casa. Lá uma mulher não segue o marido em viagens nem aparece em público com ele; por isso mamãe estava sendo constantemente empurrada para fora do caminho. (MILLER, 1960, p. 154)

Miller ainda aponta que, ao longo da viagem do pai, por diversas vezes sua mãe Lillian Disney foi retirada de fotos oficiais e momentos no qual Disney tratava de negócios. Para a família Disney, isso significou, conforme colocado por Miller, que a mulher latino-americana não tinha atuação ativa na sociedade que não fosse no âmbito doméstico. Como visto em *Health for the Americas*, a ação masculina é majoritária nas animações, em diversos aspectos: o narrador (a voz é sempre masculina); a atenção e importância dada aos filhos das famílias (aparecendo sempre mais que as meninas, acompanhando os pais na lavoura ou executando as lições passadas pelo narrador); o único personagem recorrente na série – Charlie, responsável pelas mudanças profundas em prol da saúde de sua família.

Assim, os desenhos dos Estúdios Walt Disney apontavam que o atraso e a debilidade da saúde da população latino-americana resultavam de costumes “antiquados” e “anti-higiênicos”, creditando a culpa desta situação a um suposto desinteresse dos indivíduos

em manter a alimentação saudável e na falta de cuidados básicos que geravam em grandes epidemias como malária e cólera. Em momento algum a pobreza das famílias ou sua condição precária de moradia, por exemplo, eram levadas em consideração ou mencionadas, sendo vulgarmente julgadas como “despreocupação” ou “falta de interesse”. Por isso, *Health for the Americas* insiste na importância da instrução da população para manutenção de sua saúde.

Desta forma, como já mencionado, a união de hábitos saudáveis de higiene, boa alimentação e a eliminação de transmissores de doenças seria importante para que o indivíduo se mantenha produtivo. Por meio de análise dos curtas podemos inferir que é sua obrigação pessoal buscar e zelar por essas ações. O indivíduo, deste modo, tem que agir por conta própria. Não há menção de políticas públicas ou da presença de um Estado que o ampare e ensine sobre as questões agrícolas. Quem tem esse caráter pedagógico acaba sendo a própria animação, produto do OCIAA e, por conseguinte, do governo dos Estados Unidos.

De acordo com Maria Eliana Labra, a constituição do ensino de saúde pública nas escolas e universidades fez parte de um processo sócio-político-ideológico não nacional, articuladas a uma rede de instituições (estadunidenses) voltadas para a América Latina¹⁹. Tal posicionamento político se dava em nome de uma solidariedade pan-americana que pretendia se consolidar. Já o historiador peruano Marcos Cueto aponta que este investimento em saúde pública também pode ser relacionado à questão da segurança nacional, que passava pelo controle de epidemias (como a febre amarela) que ameaçavam também os Estados Unidos, principalmente na fronteira com o México.

Segundo William L. Schurz, historiador especialista em América Latina e professor da Universidade de Michigan, em relatório de 1941 sobre a América Latina, um dos principais problemas das repúblicas latino-americanas estava justamente na questão da saúde, com altos índices de epidemias e mortalidade infantil²⁰. No entanto, para o autor, muitos dos problemas poderiam ser resolvidos através de simples medidas sanitárias, que inclusive poderiam solucionar questões sobre os diversos problemas econômicos da América Latina e seu atraso desenvolvimentista.

Schurz também afirma que o problema da saúde era crônico em regiões com maior taxa de analfabetismo entre a população, principalmente a rural. Por isso, nossa

¹⁹ LABRA *apud* MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. *Elites em negociação*: Fundação Rockefeller e a faculdade de medicina de São Paulo (1916 – 1931). Bragança Paulista: Edusf, 2003. p. 24.

²⁰ SCHURZ, William L. “Public health, social welfare and labor”. In: WHITAKER, Arthur P. *Inter-American Affairs 1941: An annual survey* – nº 1. Nova York: Columbia University Press, 1942.

hipótese é de que este seja o motivo para que *Health for the Americas* seja quase sempre ambientado no campo, particularmente em pequenas propriedades de terra onde as personagens praticam agricultura de subsistência, onde trabalham e tiraram do solo seu sustento. A premissa é que os latino-americanos são agraciados por poderem cultivar no quintal de casa tudo o que precisam para alimentação saudável. Há, deste modo, uma ideia de que o solo da América Latina daria todo e qualquer tipo de alimento que se plantasse, sugerindo uma “vocação” agrária dos países latino-americanos, ainda que uma modernização e industrialização fosse urgentemente necessária. Podemos inferir, assim, que os curtas sugerem, em alguma medida, que a saída para o atraso dos países seria investir em uma indústria voltada para a produção de matérias-primas.

A necessidade de reforçar o papel do indivíduo na construção de uma sociedade, somado à caractéristica inocência e ignorância retratadas nos curtas no levam a pensar na sugestão de um “renascimento” da América Latina. Mary Junqueira aponta para a existência, nos EUA, daquilo que chama de “Adão Americano” e *selfmade man*²¹. De acordo com a autora, o adão americano seria aquele que, após a independência das treze colônias, surgiu como um novo homem, “independente, absolutamente autônomo, determinado e ativo, o oposto do europeu”²². Ele é inocente tal qual Adão, quando vivia no paraíso, sem pecados. Tinha como missão construir o (novo) mundo a partir do zero, movido pelas melhores intenções. Já o *selfmade man* é visto como um pioneiro rústico, que desenvolve sua força física através do árduo trabalho diário no campo, mas tem um caráter distinto: é determinado naquilo que precisa fazer.

Se pensarmos no homem latino-americano apresentado pela *Health for the Americas*, tanto em seus atributos – fortes, com braços e ombros largos, altos – quanto em suas ações – a disposição e energia para aprender ou reparar os erros apontados pelo narrador – podemos considerar que há uma fusão desses dois modelos propostos por Junqueira. É construída uma representação que abarca tanto o perfil de camponês que labuta pelo seu progresso (e, consequentemente, o da América Latina), como o homem do campo, puro, ingênuo que precisa ser modelado. Assim, é possível inferir que a produção de Walt Disney, por um lado, estimula o desenvolvimento da América Latina de modo que esta supere a condição de subordinada e dependente. Por outro lado, é preciso ressaltar que essa autossuficiência é relativa, uma vez que a proposta não é de uma América Latina livre, e sim subordinada à liderança dos EUA que coloca

²¹ JUNQUEIRA, Mary. *Op. Cit.* 2001, p.36.

²² Idem, p. 49.

indiretamente nos curta suas questões morais e modelos de comunidade, sociedade, saúde, economia, etc. como metas a serem atingidas pelos países latino-americanos. E, para atingi-las, é preciso trabalhar.

Por mais que as narrativas procurem, em geral, explicar o funcionamento do corpo humano, para que seja possível entender como as doenças atacam e prejudicam o indivíduo, bem como a importância de uma alimentação saudável, a série tem um objetivo central bem definido: se o homem não se cuidar, pode adoecer e, deste modo, não estará apto ao trabalho. Assim, percebemos que o trabalho é praticamente a finalidade existencial do ser humano. Se ele não puder realizá-lo, não será próspero nem alcançará o progresso (pessoal e da comunidade).

Este trabalho, no entanto, não busca exatamente o enriquecimento, mas a plena realização do ser humano, pois seria a chave para a construção e uma nova sociedade. Na visão das animações de Walt Disney, o esforço desembocaria quase que naturalmente no progresso. *Environmental Sanitation* aponta para este pico: o supermercado, local onde os trabalhadores (agora consumidores, ainda que não sejam assim chamados) podem escolher os melhores alimentos sem necessariamente precisar trabalhar arduamente para cultivá-los. As sociedades podem, então, dedicar-se a novas atividades como o lazer, a educação e outros tipos de ofícios que não os diretamente relacionados à terra. O trabalho, agora, serve para a manutenção do progresso conquistado.

Nota-se, assim, que embora a questão monetária não seja diretamente explicitada, o consumo está presente no discurso narrativo, unindo-o ao modelo ideal de sociedade em que a América Latina deveria chegar. Este é, na concepção estadunidense, um direito básico do cidadão de acordo com o *american way of life*. Para os historiadores Leandro Karnal e Sean Purdy, na sociedade estadunidense o consumo está atrelado à liberdade e aos direitos civis²³. Logo, para “superar” esse estágio onde o consumo não faz parte daquela população, as sociedades latino-americanas precisavam apenas se livrar da “persistência teimosa”, segundo as palavras de Schurz, de seus costumes “anti-higiênicos e antiquados”²⁴ que continuavam levando sua população à morte.

²³ KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Ed. Contexto, 2007. p 213.

²⁴ SCHURZ, William L. *Op.cit.* p. 153.

Tais costumes são percebidos como outro entrave ao desenvolvimento da sociedade, como fica subentendido, por exemplo, no modo como a mãe latina-americana cozinha os alimentos (no chão). O narrador aponta que, embora preparar a comida ali seja um problema sanitário, aquela mulher não poderia ser inteiramente responsabilizada por seus atos porque, para ela, sua atitude não estava errada, já que foi assim que ela aprendeu com sua mãe a cozinhar, “como sempre foi seu costume”²⁵. Esses costumes são, para Schurz, os responsáveis diretos pelas constantes epidemias que assolavam a América Latina, causando altíssimas taxas de mortalidade, principalmente infantil²⁶. Assim, nota-se que a visão estadunidense tanto do relatório quanto dos curtas analisados apostam em um discurso oficial higienista e científico, portanto, *verdadeiro*, chamando hábitos e tradições vulgarmente como “costumes locais”. Ao final, por mais que *Health for the Americas* tente valorizar as qualidades, a força e a inocência dos latino-americanos, percebemos que ela também coloca uma representação preconceituosa, construindo-os como atrasados, supersticiosos, passivos e ignorantes, reforçando antigos estereótipos.

O exemplo citado acima está no curta *Cleanliness brings health*. Este curta, que opõe uma família feliz (saudável) a uma triste (doente), deixa muito claro que esses sentimentos estão relacionados à forma como a saúde apresenta-se no meio familiar, possibilitando a prosperidade coletiva. Em momento algum os rostos da família doente aparecem por inteiro, todos os membros têm seus olhos cobertos por chapéus ou lenços (no caso da mulher, esta costuma aparecer segurando um lenço nas mãos, indicando um possível choro da personagem), demonstrando certa vergonha por suas ações. A visível condição de pobreza daquele ambiente familiar não é questionada pelo narrador, condicionado aquela situação como mera consequência dos costumes anti-higiênicos, resultando em descuido com a saúde e falta de produtividade no trabalho. Para o narrador, o estado precário da família é consequência da omissão e do desinteresse em trabalho. A outra família, por outro lado, mantém-se saudável e ativa, pois aprenderam e executaram as propostas sugeridas pelo narrador.

Tais propostas estão geralmente pautadas em um discurso sanitarista que procura utilizar metáforas para tornar as explicações claras. Mas, apesar dessa preocupação em garantir o discurso científico, ao longo de toda animação os transmissores são

²⁵ “Ela cozinha no chão como sempre foi seu costume” [“She cooks on the floor as has always been her custom”], *Cleanliness brings health*, 2min 41seg.

²⁶ SCHURZ, William L.*ibidem*.

generalizados, chamados todos de “micróbios”, sem preocupação em distinguir o que é vírus, bactéria, protozoário, etc. Ao mesmo tempo em que existe uma preocupação minuciosa para esclarecer os processos de transmissão de doença há uma grande simplificação do discurso. Deste modo, pode-se perceber que os Estúdios Walt Disney acreditavam que *Health for the Americas* circularia em meio a uma audiência que seria, conforme apontado pelo relatório de Schurz, analfabeta (embora as animações tenham circulado em grande capitais, como o Rio de Janeiro), e não possuía qualquer tipo de conhecimento sobre saúde básica ou alimentação. Assim, ignoram-se os conhecimentos prévios daquelas populações a quem as animações se destinam, apontando-os vulgarmente como “costumes locais”. Além de sugerir um tipo popular que personifica a América Latina toda como hispânica, os curtas apontam que a população desta parte do continente precisava urgentemente ser instruída e guiada pelos Estados Unidos a fim de rumar ao progresso e à modernização de suas sociedades.

Conclusão

A II Guerra Mundial marcou um momento importante na alteração da percepção da América Latina no cenário mundial. Esta, que até então era vista apenas como produtora agrária, passa a ser uma região estratégica para diversos países, que rivalizam entre si este mercado consumidor, como é o caso da Alemanha e dos Estados Unidos. A América Latina também assumiu uma posição principal na reorganização das políticas externas estadunidenses, considerada fundamental para os assuntos de segurança hemisférica. Tal alteração também se deu, de acordo com Rodrigo Zagni,

no âmbito dos projetos de construção de sua hegemonia [dos EUA], o que obrigou a elaboração de políticas culturais para a construção ficcional de uma tradição de cooperação a-histórica, acompanhada por benefícios e promessas sob Roosevelt. (ZAGNI, 2008, p. 342)

Entretanto, é clara a resistência de diversos países em aceitar que o imperialismo dos Estados Unidos controlasse as políticas internas latino-americanas, resistindo a diversas propostas, acordos e sanções. Em tempos de guerra, os governos latino-americanos valeram-se desta disputa para negociar e barganhar instrumentos para sua própria industrialização. A mudança de postura política dos EUA, nesse sentido, facilitou tais negociações, uma vez que foi preciso reconhecer a soberania das repúblicas latino-americanas e a promessa de não intervenção estadunidense nos

assuntos internos dos Estados, ainda que esta “mudança” não tenha sido igual em todos os lugares. As intervenções militares na maioria dos países da América Central continuaram, enquanto na América do Sul a intervenção cultural possibilitou maior difusão do *american way of life* e da ideia de consumo atrelada à liberdade democrática. Esperamos ter contribuído com novas problemáticas e objetos para compreensão da Política de Boa Vizinhança e as relações de mão dupla entre os países. É preciso que a série *Health for the Americas*, assim como outras animações de outros estúdios, ganhem um foco mais cuidadoso da historiografia, considerando as especificidades deste tipo de documento. O pouco conhecimento sobre a série *Health for the Americas* foi um dos principais desafios encontrados ao longo do projeto, revelando o quanto ainda é escasso o uso dos desenhos animados como fonte no ofício do historiador. Por esses motivos, insistimos na importância de uma atenção especial ao estudo das animações na análise histórica, já que essas trazem em si diversas questões políticas, sociais, culturais e econômicas atreladas, características de uma época.

Bibliografia

- CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. *Revista Estudos Avançados*. Vol.5 n.11. São Paulo, Jan./Abr. 1991.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *O Rio de Janeiro que Hollywood inventou*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos: a consolidação da nação*. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.
- KARNAL, Leandro; PURDY, Sean, et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.
- LEITE, Sidney Ferreira. “A guerra nas telas do cinema: a experiência de Hollywood”. *Líbero*, São Paulo, ano VI, vol 8, nº 11, 2004.
- MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. *Elites em negociação: Fundação Rockefeller e a faculdade de medicina de São Paulo (1916 – 1931)*. Bragança Paulista: Edusf, 2003.
- MILLER, Diana Disney. *A história de Walt Disney (como foi contada à Pete Martin)*. Rio de Janeiro: Editora Vecchi, 1960.

SCHURZ, William L. “Public health, social welfare, and labor”. In: WHITAKER, Arthur P. *Inter-American Affairs 1941*: An annual survey – nº 1. Nova York: Columbia University Press, 1942.

SOUZA, Marquilandes B. de. *Rádio e propaganda política: Brasil e México sob a mira norte-americana durante a Segunda Guerra*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004.

TOTA, Antônio Pedro. *Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

VALIM, Alexandre Busko. “Da boa vizinhança à cortina de ferro: política e cinema nas relações Brasil-EUA em meados do século XX”. In: MUNHOZ, Sidnei J.; SILVA, Francisco C. T. da. (Orgs.). *As relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI*. Maringá: Eduem, 2011.

ZAGNI, Rodrigo M. *Integração e identidades em conflito: As políticas culturais dos Estados Unidos para a América Latina durante a Segunda Guerra Mundial e a montagem do moderno sistema Pan-Americano. (os casos de Brasil, México e Argentina)*. Dissertação de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo – USP, 2011

_____. “Imagens projetadas do Império – O cinema Hollywoodiano e a construção de uma identidade americana para a Política de Boa Vizinhança”. *Cadernos PROLAM/USP*, São Paulo, ano 8, vol. 1, 2008.

Consenso e Entretenimento: A influência da Walt Disney na sociedade americana durante a Segunda Guerra Mundial. Diogo Salles

Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense

A indústria do cinema hollywoodiana teve uma participação importante durante a Segunda Guerra Mundial. A entrada dos Estados Unidos no conflito foi consequência de uma ação ofensiva inesperada por parte do Japão e o ataque a Pearl Harbor em 8 de dezembro de 1941 foi seguido de declarações de guerra por parte dos dois outros membros do Eixo, Alemanha e Itália. Assim, começaram a surgir os antagonismos que tiraram os EUA de sua posição de indecisão e neutralidade dos anos anteriores para uma efetiva participação junto aos Aliados de 1942 em diante. De um lado, a ameaça da selvageria e crueldade japonesa, de outro, o potencial perigo da máquina de guerra alemã sobrepuiser-se à resistência inglesa e garantir acesso direto ao Atlântico e ao continente americano. Porém, os antagonismos mencionados não nasceram prontos. Eles tiveram que ser construídos com a urgência necessária para movimentar uma população até então reticente quanto ao envolvimento direto no conflito em direção aos campos de batalha. Daí a relevância de Hollywood nesse momento. Foi a ela que o governo recorreu como forma de legitimar esse envolvimento. Na política, a postura de Franklin Roosevelt justificava a intervenção ao resgatar ideais como o da defesa das virtudes e direitos essenciais muito valorizado e recorrente no imaginário social norte-americano¹. Mas existiam forças maiores do que a do discurso político que poderiam ser usadas em favor da criação de legitimidade para a guerra. Noam Chomsky, ao comentar sobre o lado escolhido pela mídia e pelos grandes veículos de comunicação e entretenimento diz:

Confrontar o poder é custoso e difícil; altos padrões de evidência e argumento são exigidos, e análise crítica é naturalmente não bem-vinda por aqueles que estão em posição de reagir vigorosamente e determinar o nível de recompensas e punições. Conformidade com uma “agenda patriótica”, em contraste, não impõe tais custos.²

¹James Chance. Sonhos de perfectibilidades: a excepcionalidade americana e a busca de uma política externa moral. In: American em Teoria, p. 242.

² Noam Chomsky. Necessary Illusions, p. 19.

Sendo assim, na busca por aliados para ajudar a firmar a nova “agenda patriótica”, o discurso governamental passava a dispor de ferramentas poderosas para chegar até a população.

A indústria do cinema já havia se consolidado há muito como uma dos principais e mais lucrativos ramos na economia nacional. Seu público era extenso e o produto que vendia era acessível e muito bem aceito. Com o passar do tempo a contribuição dos estúdios deixou de se resumir à campanha pela venda de bônus de guerra para as tropas. Tanto o governo quanto os grandes produtores encontraram no momento crítico do país uma oportunidade para capturar mais a atenção da população norte-americana, seja como espectadores nas salas de cinema, seja como possíveis recrutas ou contribuintes para o esforço de guerra. O papel que Hollywood desempenhou foi o de fornecer os devidos exemplos dos comportamentos e atitudes mais adequados para aquele momento, mostrando que aquela luta era uma luta de todos.

Esse cenário abre um enorme leque de possibilidades de estudo. Dentre elas concentrarei o esforço desse trabalho no caso da empresa produtora de filmes animados Walt Disney. Da mesma forma que o *star system* (sistema de estrelato) criava uma relação quase simbiótica entre os grandes astros do cinema de antes e durante a guerra com os estúdios com que estavam contratados (Clark Gable estava para a MGM assim como Humphrey Bogart estava para a Warner), a Disney também possuía um elenco seletivo de personagens que povoaram e povoam o imaginário cultural dentro e fora dos Estados Unidos. Apesar de personagens como Mickey e Donald não serem de carne e osso eles tinham tanta força para encantar e cativar as plateias quanto as estrelas da vida real. Esse poder não era ignorado pela direção da empresa nem pelo governo.

A parceria da Disney com o governo norte-americano teve início com o Escritório do Coordenador de Assuntos Inter-Americanos - *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), que financiou o produção dos longas animados *Saludos Amigos!* (1943) e *The Three Caballeros* (1945), além de uma série de desenhos educativos voltados para os mercados latino-americanos. O exemplo do OCIAA demonstra que desde as manobras de aproximação diplomática e cultura da Política da Boa-vizinhança, o governo norte-americano estava ciente de como tirar proveito da força das propriedades intelectuais Disney.

Quando a guerra chegou aos Estados Unidos, a situação da empresa era muito diferente daquela da década anterior. Nos anos 1930, a Disney presenciou o sucesso estrondoso de seus personagens nas telas de cinema e nas prateleiras de lojas de brinquedos e a marca da companhia começava a ter um alcance internacional. Em termos de inovação, ela sempre buscou estar à frente do mercado com relação a avanços tecnológicos e técnicos. *Steamboat Willie* (1928), desenho que marcou a estreia de Mickie, foi o primeiro a apresentar efeitos sonoros e músicas sincronizados com as ações em cena. *Flowers ans Trees* (1933), da série *Silly Symphonies*, mostrou como era possível fazer as cores Technicolor funcionarem em uma animação. *Branca de Neve e os Sete Anões* (1937),

foi pioneiro enquanto longa-metragem animado, além de uma das maiores bilheterias de sua época. Porém, os anos 1940 chegaram e a empresa encontrava dificuldades de encontrar novos rumos criativo após Branca de Neve. Quando uma direção foi tomada, o retorno obtido não foi o esperado. A sequência de filmes composta por *Pinocchio* e *Fantasia* (de 1940), *Dumbo* (1941) e *Bambi* (1942) trouxeram grandes evoluções técnicas a custo de gastos que não foram compensados e propostas mais ousadas para plateias pouco dispostas. Em 1941, uma greve de funcionários coloca a empresa num estado de fragilidade maior conforme a relação entre a direção e os empregados fica menos amistosa.

A entrada dos EUA na guerra e a subsequente firmação de contratos para produção de filmes junto a órgãos do governo e forças armadas teve tanto motivações patrióticas, de alinhamento político e ideológico, quanto pelas necessidades por que a Disney passava. Entretanto, os desenhos de guerra do estúdio não devem ser entendidos como simples propaganda ou vetores de mensagem governamental. Não se pode negar que a orientação por parte do governo era utilizar o poder da indústria do entretenimento para criar um consenso junto à população. O surgimento do *Bureau of Motion Pictures* (BMP), como um segmento do *Office of War Informatin* (OWI), tinha como objetivo esclarecer, junto aos estúdios, quais conteúdos eram relevantes para serem transmitidos ao público. O *Government Information Mannual for the Motion Pictures* foi a publicação dessa instituição que determinava como tópicos importantes a serem explorado pelos produtores de filmes: “As Questões - por que combatemos, a paz; O inimigo - sua natureza; Nossos aliados; Trabalho e produção; A Frente Doméstica - sacrifício; e As Forças Armadas dos Estados Unidos - sua tarefa na frente de batalha”³. Por outro lado, a relação da Disney com seus contratos governamentais não chegou nem perto de ser satisfatória. As constantes intervenções de funcionários dos governo ou das forças armadas, a perda do controle criativo e a inevitável dependência dessas condições colocou o estúdio numa situação em que ele não mais existia para fazer filmes, mas fazia filmes para poder continuar existindo⁴. Dentro da direção da empresa, Walt Disney realmente considerava-se um artista. Suas propostas de levar a animação para patamares nunca antes atingidos com filmes como *Fantasia* e *Bambi* eram objetivos que transcendiam questões financeiras e administrativas. A frustração de Walt residia no fato consumado de que, com a guerra e as novas parcerias, “os Estúdios Disney não eram mais os Estúdios Disney. Eles eram agora uma instalação de filmes educativos e institucionais, um braço do governo...”⁵.

Considerando os problemas internos da Walt Disney e o beco sem saída no qual a empresa encontrava-se após a assinatura dos contratos com o governo já é possível desconsiderar a ideia de

3 Otto Friedrich. A cidade das redes, p. 214; A. C. Gomes de Mattos. Do cinematógrafo ao cinema digital, p. 96.

4 Neal Gabler. Walt Disney – The triumph of the american imagination, edição e-book.

5 Ibidem.

que esse alinhamento político e ideológico dava-se sem problemas ou desentendimentos. Prova disso, ironicamente, foi o sucesso do primeiro filme lançado pela parceria Disney-Departamento do Tesouro. *The New Spirit* (1942) era um curta-metragem animado que ensinava às plateias sobre a importância de pagar seus impostos, o que isso dizia sobre seu caráter e como isso ajudava o país naquele momento difícil. Esse primeiro exemplo ilustra o quanto pouco satisfatório a aliança com o governo acabou acabou sendo para a empresa. Primeiramente, com a produção do desenho a direção da empresa “aprendeu duas terríveis, mas valiosas, lições que iriam determinar sua conduta de negócios durante o período de guerra: primeiro, que os filmes governamentais operavam sob um cronograma e sob padrões diferentes das animações comerciais, e segundo que o estúdio agora estava sempre devendo satisfações ao governo...”⁶. As consequências que isso teve no resultado final do filme são evidentes. *The New Spirit* não tem a mesma qualidade e esmero técnico considerados como marcas registradas das produções do estúdio até então.

Por último, a questão do retorno financeiro. Apesar do sucesso de *The New Spirit*, houve um sério movimento dentro da opinião pública e do legislativo quanto ao pagamento dos gastos da produção que o acordo com o Departamento do Tesouro previa. Para os congressistas era ultrajante que a população desse pagar seus impostos para financiar um filme que ensinava às pessoas a importância de pagar impostos. Como se não bastasse, o contrato assinado previa o pagamento dos custos de produção, publicidade e distribuição do filme. Isso acabou colocando a animação a preço de custo, uma vez que Walt Disney se comprometeu a pagar parte das demais despesas administrativas que a produção envolvia. Dessa forma, o mais novo sucesso acabou acumulando mais prejuízos e dores de cabeça que só tenderiam a piorar, uma vez que o Escritório de Contas do governo iria manter o estúdio preso pela carta do contrato assinado⁷.

Em contrapartida, ainda havia os compromissos com a RKO, distribuidora regular da Disney desde o lançamento de Branca de Neve em 1937, que também precisava ser atendida com uma certa quantidade de curtas animados para os cinemas. Essas animações mantinham a fórmula tradicional das produções das produções do estúdio: o protagonista da história é retirado de seu lugar de conforto ou conduzido a situações de conflito que dão origem a diversas piadas e a um humor predominantemente gráfico. Erwin Panofsky, um dos estudiosos de destaque da Escola de Warburg, que consolidou o método de análise iconográfica e iconológica na primeira metade do século XX⁸, afirmava que

6 Neal Gabler. Op. cit.

7 Ibidem.

8 Para uma síntese e crítica ao método cf. Peter Burke. *Iconografy and Iconology*. In: *Eyewitnessing – The uses of images as historical evidence*, edição e-book.



Figura 1: os cartazes aumentam a expectativa de Donald quanto ao alistamento

... os primeiros filmes Disney ... representavam, por assim dizer, uma destilação quimicamente pura de possibilidades cinematográficas. Eles conservavam os elementos folclóricos mais importantes [característicos das primeiras narrativas desenvolvidas para o cinema] - sadismo, pornográfica, o humor gerado por ambos, e a justica moral - quase sem diluição e amiúde fundem esses elementos numa variação sobre o motivo primitivo e inexaurível de Davi e Golias ...⁹

Entretanto, o tema das animações tradicionais passou a refletir, a partir de 1942, o contexto da guerra, com personagens como Donald e Pluto sendo colocados para interagirem com o ambiente do quartel militar ou do campo de batalha¹⁰.

Os primeiros desses desenhos foi Donald Gets Drafted, lançado quatro meses depois de The New Spirit. Sem o caráter propagandístico do último, a história mostra Donald entrado no Exército após receber sua carta de alistamento. Depois de ser aprovado para ingressar nas forças armadas, o pato descobrirá que, na realidade, o Exército não era nada daquilo que ele estava esperando. O que marca em Donald Gets Drafted é o quanto o caráter satírico em relação à instituição militar e seus valores sobrepõe-se ao aspecto apologético que se esperaria que uma produção desse tipo, para a época em que foi feita, deveria ter.

9 Erwin Panofsky. Estilo e meio no filme. In: Teoria da Cultura de Massa, p. 331.

10 Na definição de Peter Burke, as fórmulas dizem respeito a “esquemas de pequena escala, como figuras em uma determinada pose... que podem ser colocadas em prática quando necessárias e adaptadas a diferentes situações”. Os temas, por sua vez, são “esquemas de larga escala, cenas ‘padrão’ como batalhas, conselhos, encontros, partidas, banquetes, procissões e sonhos, elementos recorrentes em narrativas longas...”



Figura 2: a mensagem do cartaz como reflexo das expectativas de Donald

As primeiras cenas mostram Donald indo até a central de alistamento. Ao som da música *The Army is not the Army anymore*, a empolgação do protagonista só vai aumentando conforme ele observa os cartazes de propaganda militar colocados na calçada. Imagens e textos ressaltam o valor das cavalaria, das tropas de choque e das boas condições de vida que o Exército pode dar. Numa sequência desses cartazes (Figura 1) são colocados anúncios como *Healthful Exercise* (Exercício Saudável), *Breakfast in Bed - Join Now* (Café-da-manhã na cama- Junte-se agora) e *Everybody is pals in the Army* (Todos são parceiros no Exército). Em outra série de imagens, são retratadas mulheres vestidas com roupas de desfile ou enfermeiras com legendas como *Fall in - It's time to fly* (Entre - É hora de voar), *Pretty Hostess - Join Now* (Anfitriãs bonitas - Junte-se agora) e *Be Irrisistable - Join the Airs Corps* (Seja irresistível - Junte-se à aviação). Nesse último, é mostrado que, da perspectiva de Donald, ele imagina-se dentro da propaganda quando deixa de enxergar o soldado do desenho para ver a si mesmo fazendo parte do cartaz (Figura 2). Chegando na central de alistamento, Donald assina o termo de compromisso com a certeza de que será um piloto de avião. Na sala do exame médico ele é jogado de mão em mão por médicos que testam seu pulso e medem seus batimentos cardíacos. Um médico coloca uma lanterna no ouvido do pato e o raio de luz sai pelo outro lado; o médico conclui dizendo simplesmente “Hum... Nada aqui”. Verifica-se que Donald tem pé-chato. Ao ser colocado um cartão verde para que a cor seja identificada, o personagem exita e opta pela cor azul; o médico replica “Perto o bastante”. Assim, o alistamento de Donald é concluído, suas medidas são tiradas para o uniforme e ele é mandado para iniciar o treinamento militar.

O desenho até esse ponto parece adotar um tom mais crítico do que positivo para a temática do alistamento. Donald é levado a assinar documentos que vão comprometê-lo a uma relação com o Exército e não lhe é explicado nada sobre o que isso representa de fato. Não há mais a narração propagandística de *The New Spirit*, o pato está sozinho agora e se deixa levar pelo seu sonho de virar piloto de avião. A cena do exame médico não aborda a seleção para recrutas como uma escolha cuidadosa e bem balizada daqueles que vão fazer parte da frente de batalha. Muito pelo contrário, os critérios para a aprovação da avaliação de Donald parecem os mais flexíveis e menos exigentes possíveis. Em sua dissertação de mestrado sobre os desenhos de guerra estrelados pelo Pato Donald, a autora Barbara Velasco aborda esse retrato da primeira entrada de Donald no Exército a partir da perspectiva de Michel Foucault em *Vigiar e Punir*. Segundo essa linha, o pato estaria sendo re-significado enquanto indivíduo para entrar nos parâmetros de um instituição que deve ser considerada como maior do que ele próprio¹¹.

No quartel, Donald se vê de encontro a realidade, o seu sonho de voar não poderia estar mais longe de se concretizar. Os aviões passam voando no céu, enquanto ele os observa do chão frustrado, realizando uma marcha. A ambição do pato em ser piloto tem um significado mais relacionado com a imagem que se tinha dos membros da força aérea pela sociedade em guerra do que pela simples piada de Donald ser um pássaro que não consegue voar. O historiador da Segunda Guerra Mundial, Max Hastings comenta que

Jovens de todos os países achavam romântico fazer a sua parte na guerra como cavaleiros do ar ... Jovens da “geração Lindbergh” entusiasmavam-se com a ideia de pilotar monomotores rápidos e ágeis, de um só assento, que davam aos pilotos um poder sobre seus próprios destinos, algo incomum entre os guerreiros do século XX.¹²

Conforme o pato mostra-se cada vez mais inapto ao treinamento militar, é introduzido o vilão da história. Pete Beef (João Bafo-de-onça) é o mais antigo dos antagonistas dos curtas-metragens Disney. Sua estreia aconteceu junto a do próprio Mickey Mouse em *Steamboat Willie* (1928) e, desde então, ele atormentou a vida do principal trio de heróis do estúdio, Mickey, Donald e Pateta, seja individualmente ou em grupos. Fato interessante é que o vilão é colocado no papel de sargento responsável pelo treinamento de Donald. Sendo assim, a figura de autoridade, que sintetiza todas as ideias de hierarquia, respeito e submissão das relações no meio militar, é representada pela figura do vilão.

11 Barbara Velasco. *Das Disney's Face – Representações do Pato Donald sobre a Segunda Guerra*, p. 44.

12 Max Hastings. *Inferno – O mundo em guerra 1939-1945*, p. 490.



Figura 3: Donald resume sua experiência no Exército em uma palavra

A decepção de Donald com o Exército é expressada literalmente durante o desenho. Depois que um incidente acaba fazendo Donald disparar sua arma accidentalmente contra o sargento Beef, ele é colocado para descascar batatas na cozinha. Nessa cena, o pato forma com a casca de uma das batatas a palavra “phooey”, decepção (Figura 3). O desenho termina com a mesma música com que teve início, o hino *The Army is not the Army anymore*. O tom irônico desse final é bem evidente. Enquanto no começo a empolgação de Donald em alistar-se estava ligada a uma série de expectativas com as emoções e oportunidades que ele poderia encontrar, ao fim da história esse espírito é substituído pela frustração da propaganda enganosa que o convenceram a comprar.

A força dessas ideias fica clara quando se pensa no papel de Donald na história. Ele funciona como elo entre os espectadores e os acontecimentos. Da mesma forma que em *The New Spirit*, assistindo o desenho aprendemos juntos com Donald a partir do momento em que vemos e vivemos a história através dele. Assim, a imagem negativa que é construída em torno das forças armadas e, indiretamente, da guerra em si, acabou sendo transmitida para as audiências da época. Essa mensagem podia ir completamente contra aquilo que se esperava da construção de um consenso mas não estava longe da perspectiva de seus realizadores.

Desde o princípio, a chegada da guerra afetou a vida da companhia das piores formas possíveis. Nas horas que se seguiram aos bombardeios em Pearl Harbor em 8 de Dezembro de 1941, a diretoria foi informada de que os escritórios do prédio em Burbank teriam que ser ocupadas por tropas do exército, improvisando uma base antiaérea para proteger a fábrica de aviação Lockheed, vizinha da sede do estúdio. Além disso, um grande número de funcionários foi afastado de suas funções conforme as convocações tiveram início. Como o porte do estúdio era consideravelmente modesta em comparação a gigantes como MGM, Warner e Twentieth Century-Fox, a redução do efetivo prejudicou o andamento e a manutenção da qualidade esperada das produções Disney. Somou-se a isso a já discutida perda de liberdade criativa e autonomia institucional trazida pelos contratos com o governo e as forças armadas. Porém, ainda havia os resultados que os EUA estavam encontrando nas batalhas com as forças japonesas no Pacífico. Nos primeiros quatro meses de lutas, os exércitos norte-americanos estavam encurralados pelos japoneses, tentando defender suas bases e posições estratégicas. Apesar do circo montado pela mídia e governo em relação às batalhas em Corregidor e Bataan, exaltando o protagonismo de generais como Douglas MacArthur, uma derrota ainda era uma derrota e, em meados de 1942, as Filipinas foram perdidas para o Japão.

Donald Gets Drafted reflete um ponto de vista sobre a guerra naqueles primeiros momentos. Ao invés de glória e realização individual, na prática o que se recebia não chegava nem perto do encomendado. Isso vale para o sonho de Donald de tornar-se piloto, a expectativa de Walt Disney de recuperar sua empresa com as parcerias com o governo e até para a esperança de vitória na guerra. No entanto, o rumo dos acontecimentos estava para mudar. A situação no Pacífico virou-se a favor dos Estados Unidos e, com isso, a abordagem das produções Disney “autorais” (sem influência direta do governo ou das forças armadas) ao tema da guerra também começaram a inclinar-se para o lado da exaltação e valorização da luta e da entrega ao ideal da vitória.

O último desenho de guerra estrelando Donald foi *Commando Duck* (1944). A animação começa com o pato dentro de um avião, preparando-se e recebendo as instruções para uma missão de infiltração e destruição de bases inimigas. Após o salto de paraquedas, Donald precisa lidar com os obstáculos do terreno e os soldados inimigos em seu caminho para cumprir seus objetivos. Esses soldados rivais são claramente retratados como estereótipos de japoneses. O humor da maioria das cenas é concentrado na maneira afetada como os vilões interagem entre si. Quando Donald está navegando por um rio, atrás da mata verifica-se uma fileira de armas apontadas para o pato. O último soldado da fila prepara-se para atirar conforme o bote de Donald passa por ele, “Hora de atirar agora, por favor, eu acho”, ele diz; “Não, não. Por favor, espere. O costume japonês diz,

“sempre atire em um homem pelas costas”, outro soldado interrompe; “Ah, obrigado. He, he, he!”, o primeiro agradece e os tiros só começam a ser disparados logo em seguida.

Em sua definição sobre estereótipos, Peter Burke diz que uma das principais reações de um encontro com culturas diferentes é a “construção, consciente ou inconsciente, de outra cultura como contrária a da sua própria. Dessa forma, o ser humano é ‘transformada no outro’”. Os estereótipos desse tipo são completas inversões da imagem que a testemunha tem de si mesma. “Os estereótipos mais crús são aqueles baseados na suposição de que ‘Nós’ somos humanos e civilizados e ‘eles’ são pouco diferentes de animais”¹³. Introduzir os japoneses como traiçoeiros que “só atiram pelas costas”, ou pessoas de comportamento estranho que não podem ser levadas à sério era uma forma de fortalecer a imagem dos norte-americanos e para eles mesmos. Barbara Velasco aponta que colocar Donald para vencer os exércitos japoneses sozinho servia como uma forma de ridicularizar a capacidade militar do inimigo: “O Japão foi derrotado por um único soldado; sendo ele despreparado e desajeitado”¹⁴.

A mudança entre *Donald Gets Drafted* e *Comando Duck* é considerável. Do tom quase melancólico da primeira para a exaltação da força do “eu” e da fraqueza do “outro”. Essa alteração também está ligada ao andamento da guerra nos campos de batalha da vida real. Em 1944, os EUA já haviam revertido sua situação no Pacífico, haviam ingressado no norte da África e estavam arregimentando forças para libertar a Europa.

Em *Donald Gets Drafted*, a Disney ainda não tinha sido capturada pelo calor da batalha. Apesar de terem sido produzidos mais três curtas com as trapalhadas de Donald e o sargento Beef (*The Vanishing Private*, *Sky Trooper* e *The Old Army Game*), formando uma série de desenhos que compartilhavam de uma mesma dinâmica, um novo momento exigia novas formas de abordar a temática da guerra. Max Hastings comenta que

... é característica de todos os conflitos que, enquanto os inimigos não comecem a atirar, os navios não comecem a afundar, e os entes queridos – ou ao menos os camaradas – não comecem a morrer, nem mesmo os guerreiros profissionais costumam ter um senso de urgência e inclemência.¹⁵

Da mesma forma que a população e a sociedade responderam a tal demanda por urgência e inclemência, a Walt Disney acompanhou esse movimento, seguindo o fluxo que decidiria o final da guerra e contribuindo para fortalecê-lo.

13 Op. cit.

14 Op. cit. p. 129.

15 Op. cit. p. 247.

Fontes:

The New Spirit. Direção de Wilfred Jackson. Produção de Wat Disney. Vozes de Cliff Edwards, Clarence Nash, Fred Shields. 1942. EUA.

Donald Gets Drafted. Direção de Jack King. Produção de Walt Disney. Roteiro de Carl Barks, Jack Hannah, Harry Reeves. Vozes de Billy Bletcher, John McLeish, Clarence Nash. EUA.

Comando Duck. Direção de Jack King. Produção de Walt Disney. Voz de Clarence Nash. 1944. EUA.

Bibliografia

BERLOWITZ, Leslie; DONOGHUE, Denis; MENAND, Louis (org). A América em Teoria. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1993.

BURKE, Peter. Eyewitnessing – The uses of images as historical evidence. Reaction Bookes, edição e-book, Londres, s/d

CHOMSKY, Noam. Necessary Illusions – Thought Control in Democratic Societies. South End Press, Boston, 1989.

ELIOT, Marc. Walt Disney – O Príncipe Sombrio de Hollywood. Marco Zero, São Paulo, 1995.

FINCH, Christopher. The Art of Walt Disney. Harry N. Abrams, New York, 1973.

FRIEDRICH, Otto. A Cidade das Redes – Hollywood nas anos 40. Companhia das Letras, São Paulo, 1988.

GABLER, Neal. Walt Disney – The triumph of the american imagination. Alfred A. Knopf, edição e-book, Nova York, 2006.

HASTINGS, Max. Inferno – O mundo em guerra 1939-1945. Intrínseca, Rio de Janeiro, 2012.

KERSHAW, Ian. Dez decisões que abalaram o mundo – 1940-1941. Companhia das Letras, São Paulo, 2008.

LIMA, Luiz Costa (org). Teoria da Cultura de Massa. Paz e Terra, 2º edição, Rio de Janeiro, 1978.

MATTOS, A. C. Gomes de. Do cinematógrafo ao cinema digital – breve história do cinema americano. Rocco, Rio de Janeiro, 2006

MAY, Lary. Making the american consensus> the narrative of conversion and subversion i World War II films. In.: ERENBERG, Lewis; HIRSCH, Susan (org.). The war in american culture – society and conciousness during World War II. The University of Chicago Press, Chicago, 1996.

SCHATZ, Tomas. O gênio do sistema – A Era dos Estúdios em Hollywood. Companhia das Letras, São Paulo, 1991.

VELASCO, Bárbara. Das Disney's Face – Representações do Pato Donald sobre a Segunda Guerra. Dissertação de Mestrado, orientador: José Walter Nunes, UNB, 2009.

A Política de Boa Vizinhança Estadunidense na América Latina: O Caso dos Centros Binacionais. Rodrigo Pinnow

Mestrando em História – UFPEL/CAPES
rodrigopinnow@gmail.com

Introdução:

Geralmente as relações culturais entre a América e os Estados Unidos são mencionadas com ênfase a partir da década de 1940, período conhecido como de penetração da cultura estadunidense, em que a política externa dos Estados Unidos e seus órgãos de “exportação” cultural agem fortemente para alcançar suas metas. Porém, o processo de formação dos centros binacionais iniciou-se em meados da década de 1930, sem registros na historiografia sobre as peculiaridades das ações dos consulados nos países latino-americanos.

Não há como negar: a Segunda Guerra Mundial é o ponto de virada na história das relações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos. No entanto, a ideia de uma Política de Boa Vizinhança, que incluía a cultura na agenda internacional, foi pensada algumas décadas antes, na gestão do republicano Herbert Hoover. Eleito em novembro de 1928, Hoover embarcou numa viagem de recreação. Pretendia mudar alguns aspectos importantes da política externa americana (TOTAL, 2000, p. 28)

A afirmação de Antonio Pedro Tota é a mesma encontrada na obra de Lars Schoutz (2000, p. 325), embora não esteja referenciada em sua bibliografia. Entretanto, prefere-se considerar a interpretação um pouco mais atualizada de Alves (2009) no artigo “Olhares sobre a política de boa vizinhança (1933-1945)” em que o autor considera a afirmação improcedente, ressaltando que no decorrer de 1928 a 1933 seria impossível prever a real noção das intenções de Hitler, lembrando que, obviamente, seus discursos eram diretamente claros quanto aos propósitos da ideologia nazista. Todavia, a Alemanha possuía sérias limitações militares em função das normativas do Tratado de Versalhes, ou seja, a aproximação dos Estados Unidos com a América Latina não seria em função única e exclusivamente do temor ao Nazismo.

O artigo de Alves (2009) propõe uma visão panorâmica das transformações da política externa estadunidense no decorrer do período entreguerras. Entretanto, ao término da leitura ficam dúvidas e discussões historiográficas que só serão elucidadas com o estudo mais aprofundado das ações dos representantes estadunidenses espalhados pela América Latina e porque não dizer no mundo. Entende-se que a dinâmica de um processo como esse, deve, invariavelmente, ser estudado a partir de baixo, partindo de uma pesquisa centrada nas fontes produzidas pelos órgãos

de diplomacia e inteligência, ou então de outros subsídios além dos habituais manuais de imperialismo que cercam as análises sobre o tema. A questão *sine qua non* para toda e qualquer pesquisa é sua viabilidade, para que paulatinamente possa-se construir uma argumentação embasada em processos ordenados e direcionados a elucidação do objeto de pesquisa.

Ainda que a noção de Política de Boa Vizinhança (PBV)¹ apresente, na grande maioria das obras, poucas variações, o termo apresenta a política externa estadunidense focada na América Latina entre 1933 e 1945, período em que Franklin Delano Roosevelt atuou à frente da nação estadunidense. Porém, não é intenção deste trabalho fazer um levantamento historiográfico, em que sejam destacadas as ações do Governo Roosevelt no sentido Estados Unidos – América Latina, mas sim no sentido América Latina – Estados Unidos, uma vez que as ações dos consulados não se mostram alinhadas com o que é descrito na historiografia. Ou seja, por que não inverter a lógica de pensamento? E se os cônsules estadunidenses alocados na América Latina estruturaram o verdadeiro esqueleto da PBV, fornecendo todas as informações necessárias para que os demais órgãos do governo estadunidense pudessem agir e, assim, executar um roteiro construído por ambas as partes e não apenas pela cúpula do governo estadunidense?

Estes agentes, conforme as fontes dos centros binacionais são responsáveis por uma ação conjunta entre as elites locais das principais capitais latino-americanas juntamente com os cônsules, ordenadamente espalhados no continente. Porém, esse indício não será o suficiente para que se possa presumir qualquer afirmação, muito pelo contrário, se em solo brasileiro foram criados centros binacionais de norte a sul, na América não foi diferente. Nesse sentido, é conflitante pensar que a PBV, ainda incipiente no início da década de 1930, definiu todas as ações nas América Latina.

Nos primeiros anos da década de 1930, a política hemisférica estadunidense inovava em alguns aspectos, fugindo do antigo intervencionismo. Embora, nesse período, fosse imperativa para o governo estadunidense a presença e influência no território latino-americano para garantir seus interesses, principalmente econômicos e mesmo que, em muitos casos tal presença contrariasse os princípios wilsonianos da autodeterminação dos povos², percebe-se uma contradição, alguns detalhes que de certa forma apresentam um processo de transformação, um novo horizonte que se abria.

¹ Implementada durante os governos de Franklin Delano Roosevelt nos Estados Unidos (1933 a 1945), a chamada política de boa vizinhança tornou-se a estratégia de relacionamento com a América Latina no período. Sua principal característica foi o abandono da prática intervencionista que prevalecera nas relações dos Estados Unidos com a América Latina desde o final do século XIX. A partir de então, adotou-se a negociação diplomática e a colaboração econômica e militar com o objetivo de impedir a influência europeia na região, manter a estabilidade política no continente e assegurar a liderança norte-americana no hemisfério ocidental. Disponível em: <HTTP://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RelacoesInternacionais/BoaVizinhanca>. Acesso em 15 de Out. 2012.

² O Princípio da Autodeterminação dos Povos, em termos bastante simples, é aquele que garante ao povo de qualquer país, o direito de se autogovernar e escolher o seu próprio destino sem interferências externas. Juntamente com o propósito de desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e ao fortalecimento da paz universal, ele foi inserido definitivamente no âmbito do direito internacional e diplomático com a ratificação da Carta das Nações Unidas em 1945, depois do fim da Segunda Guerra Mundial, estando previsto em nossa Constituição Federal em seu art. 4º, II.: Disponível em : <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2011/03/488913.shtml>. Acesso em 15 de Out. 2012.

Em uma interessante contradição de seu próprio conteúdo, para promover o princípio da autodeterminação nas Américas, era preciso primeiro que se espalhasse pelo continente a democracia e os valores norte-americanos por meio de intervenções feitas pelos Estados Unidos, como de fato ocorreu na época. Ou seja, até chegar à autodeterminação, os países da América Latina teriam ainda que passar pela implementação, vinda de fora, da experiência norte-americana, que lhes permitiria, posteriormente, atingir a liberdade (PECEQUILO, 2011, p. 116)

Considerando os efeitos devastadores da crise de 1929 no âmbito econômico e seus desdobramentos no mundo, quais seriam as orientações do governo estadunidense para seus agentes espalhados pela América Latina? Estariam estes aguardando orientações de “cima para baixo”, imóveis? Ou articulando, melhor, aproveitando o crescente interesse dos sul-americanos em sorver toda uma cultura que significava que representava modernização e progresso, como era comumente propagado, para que através dela fosse possível reequilibrar a economia estadunidense?

Nessa releitura, em que os consulados ganham um novo papel, imagina-se a chegada de Franklin Delano Roosevelt ao poder, com todo um estudo executado e direcionado à América Latina, com seu crescente potencial que certamente beneficiaria a nação *yankee*. E obviamente caberia ao mesmo, assumindo, realizar ações emblemáticas e um discurso que marcasse o período de transição da antiga política estadunidense, para a nova postura, embasada na ação de seus cônsules, ou melhor, na construção prévia do que viria a ser PBV de seu governo.

A Política de Boa Vizinhança (PBV/*Good Neighbour Policy*) representou uma mudança abrupta na política norte-americana, começando pela retirada das tropas que ainda estavam no continente, o abandono das intervenções armadas e interferências políticas e econômicas, seguindo-se a instalação de um processo de consulta e cooperação que passava a reconhecer a América Latina e suas nações como soberanas e parceiras igualitárias dos Estados Unidos (PECEQUILO, 2011, p. 117)

Nesse sentido, entre 1930 e 1933, pode-se apresentar um processo de gestação da PBV, diferentemente do que encontramos na historiografia. A antecipação das ações mencionadas sempre a partir de 1940 pode ter ocorrido no caso brasileiro, com a criação do primeiro centro binacional estadunidense, fundado na capital brasileira da época, Rio de Janeiro, já em 1937, porém desde

1931 sendo planejado com ajuda de instituições estadunidenses já consolidadas em território nacional.

Certamente, entre 1933 e 1937, período de fundação do primeiro centro binacional, o governo Roosevelt ampliou a ação dos consulados no Brasil e destacou novos “agentes” para que toda a América Latina fosse de fato “coberta”. De acordo com a pesquisa realizada, supõe-se ter encontrado a primeira instituição definida como centro binacional estadunidense na América Latina, localizada na Argentina, na capital Buenos Aires, fundada em 1927. Período em que Herbert Hoover ainda estava à frente da presidência dos Estados Unidos e inicialmente pensava em estreitar as relações com a América Latina.

O Instituto Cultural Argentino Norte Americano, ICANA, é uma instituição privada sem fins lucrativos, criado e dirigido por argentinos, cujo principal objetivo é promover o intercâmbio cultural e educacional entre os povos da Argentina e dos Estados Unidos. ICANA foi fundada em 1927. Desde então, sua evolução crescente permite-lhe manter uma posição forte no contexto da educação³.

Em 1938, ano marcado pela constituição dos centros binacionais no continente latino-americano, tem-se a criação de dois centros: O Instituto Cultural Peruano Norte-Americano⁴ (fundado no Peru, na capital Lima em 02 de junho de 1938) e o Instituto Chileno Norte-Americano (fundado no Chile, na capital Santiago em 24 de novembro de 1938). Salienta-se que todos os centros possuem características de fundação muito semelhantes.

O Instituto Chileno Norte-Americano (ICNA) é uma empresa privada fundada em 24 de novembro de 1938. Nossa missão é promover e educar no idioma Inglês como uma ferramenta essencial para o mundo de hoje e é uma habilidade comunicativa universal e coragem. Queremos ser um centro educacional e cultural, ativo e participante dinâmica do processo de desenvolvimento, com entrada a partir da interação da cultura chilena e norte-americanos em suas várias formas, garantindo cada vez mais profundo conhecimento dos valores representativos de ambos os povos⁵.

³ Disponível em : <http://www.icana.org.ar/indexInstitucional.php>. Acesso em 20. fev.2013.

⁴ Mais informações acessem: http://www.icpna.edu.pe/contenido.aspx?cod=9&cod_1=6.

⁵ Disponível em: <http://www.norteamericano.cl/index.php>. Acesso em 20. fev.2013.

Os demais centros foram fundados na Bolívia, Colômbia e Equador todos no decorrer da década de 1950, seguindo a mesma lógica dos anteriores, porém com processos de formação tardios. Certamente, não se pode julgar o processo de implementação dos centros binacionais sem uma análise mais aprofundada, preferencialmente comparando os processos de fundação e os responsáveis pelos mesmos, buscando indícios que levem até as articulações dos consulados e embaixadas. Porém, não se pode deixar de lado a hipótese de todos terem sido parte de um plano de ação estadunidense, talvez orquestrado por seus representantes na América Latina.

Estudo de Caso: O Instituto Cultural Brasileiro Norte Americano (ICBNA)

A história oficial do ICBNA, relatada no Livro Digital Comemorativo aos 70 anos do Instituto Cultural Brasileiro Norte Americano⁶, informa que o instituto foi criado por um grupo de intelectuais gaúchos, “liderados” por Erico Verissimo, que tinham como principal objetivo difundir a cultura estadunidense em Porto Alegre através do intercâmbio cultural, com anseio de uma aproximação entre as duas culturas. Porém, observando mais atentamente a 1º página da ata de criação institucional em 14 de Julho de 1938 fica evidenciado que a ideia inicial surgiu na palestra ministrada pelo Cônsul dos Estados Unidos aos três bacharelados que compunham o grupo de Erico Verissimo. Abaixo segue a transcrição do trecho que dá origem ao primeiro registro da história do ICBNA:

Às 20hs do dia 14 de Julho de 1938, reuniram-se na residência do Sr. G.W.Ray Cônsul dos E.E.U.U. da América do Norte pessoas interessadas em concretizar a ideia de criação de um instituto cultural surgida numa palestra entre o Sr. Guy.W.Ray e os bacharelados João Kessler Coelho de Souza, Dante Sfoggia e Paulo Augusto Simões Pires. Após uma rápida dissertação sobre a utilidade e alta significação de um instituto dessa natureza, no sentido de promover um intercâmbio cultural entre as duas nações amigas, o Dr. Renato Barbosa propôs que devesse ser eleita a primeira diretoria do instituto ao qual resolveu se dar o nome de I.C.B.N.A , iniciais que significam Instituto Cultural Brasileiro Norte Americano. A 1º diretoria do I.C.B.N.A ficou assim constituída: Presidente: Dr. Renato Barbosa, Vice-presidente: Escritor Érico Veríssimo, 1º Secretário: Escritor Limeira Tejo, 2º Secretário: Bacharelando Paulo Augusto Simões Pires, 1º Tesoureiro: Bacharelando Dante Sfoggia, 2º Tesoureiro: Bacharelando Bruno Schuetz Arquivista: Bacharelando João Kessler Coelho de Souza⁷

Analizando o texto inicial da ata, no momento de formação da instituição, percebe-se que já existia uma relação anteriormente estabelecida com o Cônsul Guy.W. Ray, pois o mesmo é escolhido por unanimidade como 1º sócio honorário do ICBNA e no fim da 1º página,

⁶ Disponível em: <http://www.cultural.org.br/Livro70anos/Default.htm>. Acesso em: 10 de Out.2013.

⁷ ICBNA. Documentos de fundação: Livro de atas de 1938 a 1940. pg 1.

exaltadamente, está registrada uma promessa de dedicação e empenho no crescimento da instituição. Porém, não fica exatamente claro de quem partiu a supracitada ideia de criação do instituto, pode-se pensar no Cônsul, nos intelectuais ou quem sabe em algum acordo pré-estabelecido pela nação, através de um personagem conhecido e citado nas fontes do instituto: o ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha⁸.

A ideia surgiu numa palestra, em que o foco principal seria a troca de culturas. Obviamente, o conhecido grupo de intelectuais era bastante influente e referenciado na capital. Entretanto, mais uma vez, somente através das fontes institucionais não há como explicar a aproximação do cônsul com os supostos intelectuais. Como os intelectuais conheceram o cônsul? Quem promoveu a aproximação? Qual o contexto que propiciou tal encontro? Talvez, no decorrer do texto, analisando as demais fontes, alguns indícios possam ajudar na compreensão do processo, mas há lacunas que certamente não poderão ser preenchidas, pelo menos não agora.

Busca-se problematizar as entrelinhas dos documentos, como no caso da análise da ata de fundação e das demais documentações institucionais. Tendo por base tantas informações, são notáveis os questionamentos possíveis quando relacionamos o ICBNA, seus intelectuais, Porto Alegre, a situação do país e do mundo. O mágico de historiar o passado são as diversas possibilidades de investigação e o uso das fontes como possíveis guias, não como verdades absolutas. Se assim fosse, bastaria incorporar as ideias apresentadas no livro digital, confiar na história que uma séria e importante instituição propaga, envolvendo-se na alegoria criada de um suposto universo intelectual, amostrado no ICBNA e presente na memória de todos que passaram pela instituição⁹.

Contudo, mesmo com inúmeras interpretações distintas sobre o tema, a pesquisa tenta encontrar caminhos para compreensão e problematização do que ainda não foi questionado, de uma engrenagem, uma possível ferramenta de difusão cultural e como já foi dito anteriormente, por muito tempo, mais especificamente sete décadas, está engrenagem/ferramenta foi considerada como representação de status e avanço pela chamada elite intelectual porto alegrense¹⁰, esquecida pela historiografia, necessitando invariavelmente ser analisada com as peculiaridades que não se incorporam ao discurso de americanização utilizado pelas obras referenciadas e analisadas no decorrer do trabalho. Salienta-se o desejo de construção de algo novo por parte destes intelectuais. Influenciados ou não pelo representante estadunidense, no caso o Cônsul Guy.W.Ray, desejaram a aproximação com a cultura estadunidense, anos antes da fundação do *Office of the coordination of Inter-American Affairs (OCIAA)* de Nelson A. Rockefeller, criado em 1941.

Tendo por base as obras e fontes pesquisadas não é possível afirmar a condição dos centros binacionais como resultado das primeiras ações da política de boa-vizinhança, pois não existe menção a tais instituições, mas levando em conta a atuação inicial do Cônsul estadunidense e as fontes encontradas na instituição, pode-se considerar que o OCIAA teve na

⁸ Em março de 1938, Oswaldo Aranha foi nomeado Ministro das Relações Exteriores. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/oswaldo_aranha. Acesso em 16 Out 2012.

⁹ Referencia-se aqui a ideia de que Porto Alegre fora celeiro de uma cultura intelectual muito rica, principalmente de acordo com os relatos dos responsáveis na construção da história do ICBNA e suas testemunhas.

¹⁰ Elite intelectual é o termo utilizado na historiografia institucional para se dirigir a seus alunos, colaboradores, diretores e principalmente aos fundadores na década de 1930.

figura dos consulados seus antecessores nas medidas tomadas para propagação do pensamento estadunidense na América Latina.

Na época, o Rio Grande do Sul era comandado pelo interventor General Osvaldo Cordeiro de Farias, responsável pela ampliação dos quadros do magistério e da rede de escolas no estado. Promoveu uma intensa campanha de brasiliização no sistema educacional, onde a ênfase de atuação foi fundamentalmente na área de colonização alemã. A ação do governo foi pontual na proibição do ensino do idioma nas escolas, imprensa, lápides de túmulos com inscrições alemães e qualquer coisa que fizesse alusão à Alemanha (PESAVENTO, 1985).

Como compreender a inserção da cultura estadunidense em meio ao processo de nacionalização do Estado Novo? Os fundadores do ICBNA possuíam liberdade para articular a difusão do inglês neste período? De acordo com o relatório do período de 1938 a 1943 apresentado ao Presidente Getúlio Vargas pelo então interventor Gen. Cordeiro de Farias não há nenhuma citação autorizando ou desautorizando ensino de inglês no formato de cursos livres no estado e tampouco iniciativas de fundação de centros binacionais.¹¹

Para fugir de perigosas generalizações, continua-se a análise documental, examinando o segundo encontro da então diretoria, também considerada conselho deliberativo, realizado na sede do Consulado dos Estados Unidos no dia 26 de julho de 1938 e no mesmo horário do encontro anterior, às 20 horas.

Em meio aos trâmites de criação institucional, os locais para encontro dos intelectuais pareciam ser o grande problema inicial do grupo. De acordo com a descrição na ata, só foi possível realizar o segundo encontro graças ao Cônsul Guy.W Ray, personagem que ganha grande destaque sempre que citado nos registros institucionais. Aliás, percebe-se na descrição deste segundo encontro o forte interesse do Cônsul na organização da instituição e principalmente sua atuação como uma espécie de guia (consultor) em todas as etapas de discussão de ideias e nos caminhos a serem percorridos para que fosse consolidada a tão esperada troca de culturas.¹²

Um dos então sócios, Sr. Álvaro Soares, sugere que fosse criado o conselho fiscal e também uma comissão consultiva formada por 10 membros. Ao que tudo indica, conselho e comissão seriam o núcleo “duro” do ICBNA e responsáveis pela tomada de decisões juntamente com a diretoria. Nesta mesma noite, houve um chamado para que todos os sócios se empenhassem na busca de uma sede provisória, mas não é mencionado como seriam os meios para aquisição da mesma e principalmente como seria o processo de entrada de novos sócios na instituição.¹³

Alguns aspectos chamam a atenção nas premissas abordadas logo no 2º encontro: Primeiramente, o que em certo momento soa como uma reunião de intelectuais, um formato de clube de inglês ou algo parecido, do primeiro para segundo encontro, apresenta uma estrutura institucional bastante organizada, ou seja, em uma semana a ideia do Instituto amadurecia vertiginosamente. Em meio as discussões, destaca-se mais uma vez a participação do Cônsul,

¹¹ Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/> Acesso em 12 de Jan de 2013.

¹² ICBNA. Documentos de fundação: Livro de atas de 1938 a 1940.pg 2.

¹³ ICBNA. Documentos de fundação: Livro de atas de 1938 a 1940.pg 2.

sendo escolhido como membro permanente do conselho fiscal e presidente da comissão consultiva.¹⁴

Além disso, a incipiente instituição que se formava tinha pretensões bastante altas, eis aqui pontos interessantes para reflexão, como por exemplo, o estabelecimento por parte de todos os presentes que seriam convidados para sócios honorários o Embaixador dos Estados Unidos da América, Sr. Jefferson Caffery¹⁵, o ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha e o descrito equivocadamente em ata como Cônsul Geral dos Estados Unidos Willian Carter Burdett¹⁶.

No fim da redação sobre o conteúdo discutido no segundo encontro, encontram-se os primeiros indicativos da criação de uma biblioteca bilíngue que teria como papel principal difundir a literatura estadunidense para que os sócios pudessem usufruí-la e apreciá-la. Embora seu nome tenha sido pouco citado nos dois primeiros encontros, mas sempre lembrado em qualquer texto elaborado pelos colaboradores do ICBNA, pode-se associar o desejo de criação da biblioteca institucional a Erico Verissimo em função de sua ligação com a Livraria do Globo.

No período entre 1930 e 1940, Erico Verissimo atuou na editora como escritor, tradutor, colaborador de revistas entre outras atividades e principalmente entusiasta da literatura brasileira e estadunidense (TORRESINI, 1999, p. 67). Tendo em vista suas funções na editora e a aparente amizade com o Cônsul, evidencia-se o interesse do intelectual na proliferação literária, assim como a expansão das obras de língua estrangeira no País e principalmente na consolidação do ofício de escritor.

Tais indícios talvez coloquem o escritor como um dos protagonistas no processo de inserção da cultura estadunidense em Porto Alegre, obviamente por ser um dos difusores da cultura literária estadunidense através de suas traduções. Todavia, somente as informações obtidas nas fontes do ICBNA o associam ao processo de fundação do instituto. Em suas memórias autobiográficas¹⁷, o nome da instituição jamais foi citado, o que parece estranho, pois a ênfase narrativa da historiografia institucional descreve o escritor como um líder no processo de intercâmbio que nascia, ou melhor, da própria instituição.

No caso da exaltação de Erico Verissimo sempre expressada por aqueles que contaram sua história no ICBNA, falando pela perspectiva de exame das fontes institucionais não é possível afirmar que o mesmo liderou o processo como um todo. Por outro lado, as fontes não revelam em sua amplitude toda a rede social da época e tampouco as ações de Verissimo em nome do instituto. Portanto, como já foi dito anteriormente, somente aprofundando a análise e

¹⁴ ICBNA. Documentos de fundação: Livro de atas de 1938 a 1940.pg 2

¹⁵ Foi embaixador dos EUA em vários países de 1926 até 1955, trabalhando nos governos dos Presidentes Coolidge, Hoover, Roosevelt, Truman e Eisenhower. Disponível em: <http://history.state.gov/departmenthistory/people/caffery-jefferson>. Acesso em 15 de out de 2012.

¹⁶ No *U.S Department of state Office of Historian* temos duas referências ao nome Willian Carter Burdett : A primeira informa que Willian Carter Burdett (1884-1944) foi Enviado Extraordinário e Plenipotenciário ministro na Nova Zelândia, nomeado em 08 de julho de 1943, cargo assumido em 4 de dezembro de 1943 e falecido em 14 de janeiro de 1944. A segunda diz que Willian Carter Burdett Jr. (1918-1995) foi Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Malawi, nomeado em 08 de abril de 1970, assumindo em 13 de maio de 1970. Aparentemente nenhum foi Cônsul geral e levando em conta a falta de informações mais precisas na ata, entende-se que a nomenclatura do cargo foi mencionada de maneira equivocada.

Disponível em: <http://history.state.gov/departmenthistory/people/burdett-william-carter>. Acesso em 12 de nov de 2012.

¹⁷ Solo de Clarinete 1 (2005), Solo de Clarinete 2 (2005), Gato Preto em Campo de Neve (2005) e A Volta do Gato Preto(2006).

talvez em futuras pesquisas, possa-se afirmar que o mesmo foi líder do processo ou apenas mais um protagonista, na mesma escala de importância de seus colegas citados como intelectuais.

Eis o risco da escolha de discursos continuistas, sem prévia interpretação de como foi elaborado o enredo da narrativa institucional. Não há intenção de qualificar ou desqualificar Veríssimo e sua participação na fundação do ICBNA, validando como falácia ou verdade absoluta, mas sim a intenção de esclarecer como cada indivíduo colaborou para formação da instituição. Consequentemente, no momento em que a análise documental se confronta com a história ou “estória” criada pela historiografia institucional, necessariamente torna-se imperativo que o historiador, imbuído de seu crivo investigativo proporcione ao leitor, no mínimo, uma pista para formulação de uma ideia do que venha ter acontecido no passado, informando o mesmo que as verdades absolutas são construídas através de um enredo, que no caso do ICBNA exalta a intelectualidade como ícones da vanguarda porto-alegrense.

Prover o “sentido” de uma estória através da identificação da *modalidade de estória* que foi contada é o que se chama explicação por elaboração do enredo(...) A elaboração de enredo é a via pela qual uma sequência de eventos modelados numa estória gradativamente se revela como sendo uma estória de um tipo determinado (WHITE, 2008, p.23)

Compreende-se que referida instituição com setenta anos de atuação produziu, através de sua história, uma série de outras “estórias” que constituem um universo específico de formação da sociedade gaúcha. Tais “estórias” permanecem até o momento inabaladas, sem indagações e ocultadas, pois mesmo a instituição possuindo decretos de utilidade pública, o acervo institucional permanece restrito.

Seguindo a lógica de apresentar pelo viés historiográfico o ICBNA, conhecendo o enredo apresentado pela narrativa institucional, precisa-se desmistificar o conceito de intelectualidade proposto pela instituição, aplicado de forma contemplativa, principalmente quando a pesquisa é focada nos vultos responsáveis por sua fundação. Com isso, obriga-se a ressaltar a obra de Gramsci, na qual se comprehende ser esclarecedora. Corroborando o distanciamento e a interpretação sobre a instituição no qual se dispõe esta pesquisa:

Quando se distingue entre intelectuais e não intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não intelectuais, porque não existem não intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um

“filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1982, p. 07-08)

Dois encontros e muitas indagações, ou seja, uma amostra de um acervo revelado, de uma parte da historiografia porto-alegrense sendo exposta para reflexão e apontando inúmeros caminhos de análise e pesquisa.

No primeiro dia de agosto do referido ano, realiza-se o terceiro encontro do ICBNA no mesmo horário na sede da Associação Comercial de Porto Alegre. Desta vez o espaço foi conseguido graças ao sócio Érico Mello. Constatata-se no decorrer da descrição dos fatos em ata que novos nomes vão surgindo e certamente há uma campanha, ainda não mencionada, de associação de novos membros.¹⁸

Aparentemente, pelo menos seguindo a documentação até o terceiro encontro, percebe-se não haver grande destaque para este ou aquele sócio. Com exceção da figura do Cônsul Guy W. Ray, sempre citado, como no caso deste novo encontro, em que por ser estadunidense, deixa de ser membro permanente do conselho fiscal e é escolhido em seu lugar o brasileiro Dr. Pedreira. O Cônsul comunicou recebimento de uma circular do Depto de Estado de Washington a notícia da criação da Divisão de Relações Culturais¹⁹. Tal registro em ata apresenta a ligação direta com o governo estadunidense e com as articulações que poderiam facilitar a consolidação do ICBNA.²⁰

Certamente, a criação de instituições com a chancela estadunidense na América Latina era de grande interesse do governo estadunidense em função do período entre guerras, porém, por qual motivo essa ambição se fez ausente da historiografia no que diz respeito a cultura e educação? Todo esse processo ocorre durante o Estado Novo torna-se, no mínimo, surpreendente. Não seria necessária uma autorização especial para abertura de tal instituição neste período de ditadura? Afinal de contas, qual o sentido dessa nacionalização que abre espaços para demais culturas que não a brasileira?

Tentou-se aqui pontuar o processo inicial de fundação do ICBNA e com isso levantar alguns questionamentos que propiciem reflexões acerca dos centros binacionais, utilizando, no caso, o primeiro centro binacional do Rio Grande do Sul. Infelizmente não há como descrever

¹⁸ ICBNA. Documentos de fundação: Livro de atas de 1938 a 1940.pg 3.

¹⁹ O Departamento de Estado estabeleceu um Escritório de Relações Culturais Internacionais em 01 de junho de 1959 e, posteriormente, rebatizou-o Bureau de Assuntos de Educação e Cultura, em 17 de abril de 1960. No ano seguinte, o Departamento elevou a posição de assistente especial para a Coordenação de Relações Internacionais Culturais e Educacionais, incorporando o posto de secretário-assistente de Estado. O Departamento tinha estabelecido uma Divisão de Relações Culturais, em 1938. As relações culturais também faziam parte das atribuições do Secretário Adjunto primeiro de Estado para Assuntos Públicos criados em 1944. Em 1978, o Bureau foi extinto e suas funções transferidas para a Agência Internacional de Comunicações (posteriormente a Agência de Informação dos EUA) no âmbito do Plano de Reorganização n° 2 (91 Stat. 1637). Em 1 de outubro de 1999, nos termos da integração da Agência de Informação dos EUA para o Departamento de Estado, esta posição foi revitalizada. Sessão 2305 da Lei de Autorização de Relações Exteriores para os anos fiscais de 1998 e 1999 (112 Stat. 2681-825) aumentou o número de secretários adjuntos de Estado de 20 a 24. Disponível em: <http://history.state.gov/departmenthistory/people/principalofficers/assistant-secretary-for-educational-cultural-affairs>. Acesso em 15 Ago.2012.

²⁰ ICBNA. Documentos de fundação: Livro de atas de 1938 a 1940.pg 3.

todo o processo num único artigo, mas acredita-se que a amostra incipiente da história dessa instituição levanta indícios que podem ser comparados aos demais centros espalhados pela América Latina

Considerações Finais:

Ao que tudo indica, no fim da década de 1930, com o crescimento das ações da Alemanha nazista houve um processo ampliação da PBV através dos centros binacionais, estrategicamente posicionados nas grandes capitais dos países da América Latina. Os exemplos citados são um forte indicativo desta estratégia, o que corrobora a ideia deste artigo de que a articulação estadunidense possa ter ocorrido de maneira premeditada através de seus consulados no continente. Por tudo até agora apresentado, pode-se pensar numa etapa anterior de preparação da América Latina e por que não dizer de testes ainda não mencionados na historiografia, em que os agentes consulares estadunidenses pilotaram a construção da PBV entre o fim da década de 1920 e os primeiros anos da década de 1930, considerando, nessa hipótese, a fundação do primeiro centro na Argentina, para que no decorrer do Governo Roosevelt a interpretação dos resultados obtidos fossem focados no fortalecimento sociocultural e econômico estadunidense, tendo como base os estragos causados pela crise de 1929 e caminhos para superá-los. Dessa forma, a visão proposta por aqui redimensiona as análises sobre a supracitada “americanização” dos países latino-americanos.

Tal hipótese colocaria em cheque afirmações generalizantes e mudaria o foco de análise para documentação diplomática entre os países da América Latina e Estados Unidos. Trata-se de analisar a política externa estadunidense tendo por base uma estrutura fragmentada e não uniforme como a historiografia apresenta. Ampliando o olhar historiográfico para as peculiaridades de cada País e seu respectivo tecido sociocultural. Se após várias décadas de pesquisa sobre o tema tais centros juntamente com as articulações dos consulados ficaram ausentes da historiografia, como não afirmar que o tema tem sido tratado de maneira generalizante ou, no mínimo, sem contemplar todas as possibilidades evidentes no processo?

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

ICBNA. Documentos de fundação: Livro de atas de 1938 a 1943;

Propostas de adesão de sócios: 1938;

Decreto de utilidade pública estadual 1951;

Decreto de utilidade pública municipal 1963;

Correspondências recebidas: Secretaria do Estado dos negócios do interior 12/10/1938;

Telegрафo recebido 12/10/1938 – Embaixador Americano Jefferson Caffery;

Carta do consulado Del Uruguay 12/10/1938 – Cônsul A.F. Brueggemann;

MINISTÉRIO FEDERAL. Relatórios Ministeriais: Relações Exteriores de 1938 a 1944. Disponível em: <http://www.nd.edu/~kic/brazil/pindex.htm>. Acesso em 17 de out. 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo Paiva. **O Brasil e a economia mundial 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

AMADO, Luiz Cervo; RAPOPORT, Mario. **História do Cone Sul**. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1998.

ALVES JR., Alexandre Guilherme da Cruz. **Olhares sobre a política de boa vizinhança (1933-1945)**. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 4, N°22, Rio, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 2. Ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil 1998.

BULL, Heddley. **A Sociedade Anárquica**. Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI/FUNAG). São Paulo, 2002.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Apolítica da língua na era Vargas : proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil /** Cynthia Machado Campos. – Campinas, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história/Michel de Certeau**; tradução de Maria de Lourdes Menezes ;*revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Analise social da ideologia**. São Paulo: EPU, 1988.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2^a Ed. São Paulo: Editora USP, 2006.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Ismos em Conflito: Germanismo, Americanismo e Nacionalismo nas emissoras de Porto Alegre no contexto da Segunda Guerra Mundial**. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Salvador/BA, 1 a 5, setembro de 2002.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas e técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação**. 14^a ed. Porto Alegre: s.n, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1982.

GOLDMAN, Frank Perry. **Os pioneiros americanos no Brasil: educadores, sacerdotes, covos e reis**. São Paulo: Pioneira, 1972.

INSTITUTO CULTURAL BRASIL NORTE-AMERICANO. Cultural 70 anos. **Livro digital comemorativo aos 70 anos do Instituto Cultural Brasil Norte - Americano**. Disponível em <<http://www.culturanocultural.com.br>>. Acesso em: 17 out. 2012.

JAMBEIRO, Othon. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação**. Salvador. Edufba, 2004.

JENKINS, Keith . **A História Repensada** / Keith Jenkins; tradução de Mario Vilela. -3. Ed. 3^a impressão. São Paulo: Editora. Contexto, 2011.

KARNAL, Leandro. et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. 2^a Ed. São Paulo. Contexto 2007.

KRAWCZYK, Flávio (org). **Da necessidade do Moderno: o futuro de Porto Alegre do século passado. Porto Alegre**. Secretaria Municipal de Cultura. 2002.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Contemporâneo**. 9^a ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **História de Porto Alegre**. 3^a Ed. Porto Alegre. UFRGS. 1999.

MACHADO, Ronaldo. **Entre o Centro e a Periferia: Érico Veríssimo nos Estados Unidos**, 1944. UFRGS. Da página 1 a 7. 2005.

MACHADO, José Olavo. **Rio Grande do Sul no período republicano**. Santo Ângelo. Ed. Itambé. 1973.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Relações internacionais: economia política e globalização**. Brasília: IBRI, 2002.

MARTINS, Estevão Chaves de Resende. **História das Relações Internacionais**. In VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamaron . Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier Universitária, 2011.

MATHEWS, Gordon. **Cultura Global e Identidade individual : à procura de um lar no supermercado cultural**. Tradução Mário Mascherpe, Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MOURA, Gerson. **Autonomia da dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, . **O tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense. 1984.

PECEQUILO,Cristina Sorenu. **A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?**/Cristina Soreanu Pecequilo. -3ed. ampl.eatual.-POA.Editora da UFRGS,2011

PESAVENTO, Sandra Jatahy . **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PETERSEN, Germano Filho. **Porto Alegre: História e Urbanização**. 3^a Ed. Porto Alegre. Editora La Salle. 1984.

PINSKY, Jaime. et al. **História da América através de textos**. 10^a Ed. São Paulo: Editora Contexto. 2007.

Revista Helb Ano 4 - Nº 4 - 1/2010 6.Nogueira, Margareth. **Os Centros Binacionais Brasil-Estados Unidos: sua importância na história do ensino de línguas no Brasil**.

ROSE, R.S. **Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil 1930-1954**/R.S Rose;Tradução Ana de Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras,2001.

SILVA, Kalina Vanderlei. et al. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2^a Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

SYRRET, Harold C. **Documentos Históricos dos Estados Unidos**. Traduzido por Octavio Mendes Cajado.São Paulo.Cultrix.1960.

SCHOUTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Bauru: Edusc, 2000

TRINDADE, Hélgio. **O Nazi-fascismo na América Latina – Mito e Realidade**. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

TORRESINI, Elisabeth Rochadel. **Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40**. São Paulo. EDUSP: Com-Arte; PortoAlegre: UFRGS, 1999.

TOTA, Antonio Pedro – **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra** / São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THOMPSON, E. P. **Miséria da Teoria: um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

WHITE, hayden. **Meta-História: A imaginação histórica do Século XIX** / Hayden White; tradução de José Laurêncio de Melo.-2.ed.1reimpr.-São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008

12. POLÍTICA EXTERNA NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Entre Ruanda e Kosovo: A política externa dos Estados Unidos e a questão do direito de ingerência durante a gestão Bill Clinton (1994 e 1999). Bárbara Lima

PPGHC/IH/UFRJ
bbr.lima@gmail.com

Considerações Iniciais

Encerrando um sombrio e reticente posicionamento na defesa dos Direitos Humanos ao longo da Guerra Fria, a década de 1990 assiste ao aumento de violações humanitárias e a sua vinculação com a segurança internacional. Afirmar que o fim da Guerra Fria acarretou mudanças significativas no cenário internacional é, sem dúvida, lugar comum. Mas entre a queda do Muro de Berlim, o declínio do Socialismo Real e a intensificação da globalização e circulação de fluxos — de pessoas, capitais e serviços — o Pós-Guerra Fria nascia, então, envolto nas incertezas quanto às novas disputas mundiais e os mecanismos de solução de controvérsias a serem utilizados. De acordo com Samuel Huntington, verifica-se a emergência de uma ordem mundial de caráter “uni-multipolar”, isto é, um cenário internacional “constituído por uma superpotência e várias potências altamente significativas” (HUNTINGTON, 2000, p. 20).

Nesse cenário, inúmeros conflitos e excessos afloraram a partir da década de 1990 ao redor do mundo. Na África, no Leste Europeu, Oriente Médio ou na América Latina, conflitos intra-estatais passaram a produzir um número elevado de vítimas fatais e a sensibilizar cada vez mais pessoas.⁴⁰⁷ Genocídio, limpeza étnica, expurgos, nuvens de refugiados. As tragédias humanitárias passam a provocar — ou deveriam ao menos provocar — indignação e alguma atitude naqueles que as assistem.

Com base nessas considerações, o objetivo geral deste texto é analisar a política externa dos Estados Unidos e a questão do direito de ingerência durante a gestão Bill Clinton, a partir de uma comparação entre as atuações desse país nos casos das violações humanitárias ocorridas em

⁴⁰⁷ Podemos destacar como principais conflitos desse período: Libéria, em guerra civil entre 1989-1996 — e novamente de 1999 a 2003; Senegal (1990); Ruanda (1990-1994); Iraque (segunda guerra do Golfo), em 1991; Somália (1991); Serra Leoa (1991-2002); Croácia e Bósnia, entre 1991 e 1995; Haiti (1994); Kosovo no ano de 1999. Devido à longa duração de muitas dessas guerras, muitas ainda inconclusas, são citadas apenas com a data de seu início.

Ruanda, no ano de 1994, e em Kosovo cinco anos mais tarde. No que se destaca que a ação direta no caso kosovar, através de uma mobilização inédita da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e a inação diante dos massacres consequentes da guerra civil entre hutus e tutsis em Ruanda. O que implica o questionamento da responsabilidade diante direito de intervenção humanitária, circunscrevendo este trabalho pelas seguintes questões: por que os Estados Unidos não intervieram em Ruanda e agiram em Kosovo? Os interesses estratégicos determinam o direito de ingerência e a preocupação com os direitos humanos? Qual a configuração do sistema internacional e da soberania diante das violações humanitárias?

Nesse sentido, proponho como hipótese que a inação diante dos crimes ocorridos em Ruanda e a intervenção em Kosovo evidenciam a existência de uma retórica humanitária por parte dos Estados Unidos, determinando que a prática da ingerência humanitária por parte desse país corresponde a um engajamento seletivo, sujeito às determinações de política externa e em acordo com o interesse nacional na área de conflito. Enquanto delimitam-se como objetivos específicos (a) apreender o papel ocupado pelas questões humanitárias na política externa da gestão Bill Clinton e determinar se há um padrão e os argumentos que levaram a intervenção nos Balcãs e a não-intervenção na África; (b) analisar as relações estabelecidas no Pós-Guerra Fria entre os Direitos Humanos, o direito de ingerência e os princípios internacionais de Soberania e não-intervenção; e (c) discutir as implicações da utilização do direito de ingerência como mecanismo de solução de controvérsias humanitárias no sistema internacional contemporâneo.

As interpretações sobre o mundo pós-bipolaridade

As análises sobre o mundo que emergia no início da década de 1990 foram polêmicas e inúmeras. Entre apostas em um retorno as relações estritamente baseadas no tradicionalismo estocêntrico ou na supressão desse pela globalização, na desordem mundial, na reinvenção das rivalidades ideológicas ou no recrudescimento das lacunas econômicas entre países ricos e pobres, sobressaíram as teses sobre “O Fim da História” e o “Choque de Civilizações”.

Cada qual a seu modo, ambas contribuíram fortemente da visão sobre as relações internacionais e os conflitos vindouros e para a reestruturação do discurso e do desempenho dos Estados Unidos no contexto pós-Guerra Fria. Por isso, ainda que linhas bem amplas, serão apresentadas tais teses, sem estendermos a análise ou crítica das obras. Bem como a opção também se volta para trabalhar os artigos elementares e não os livros, visto que esses, além de se apresentarem em versões menos extensas, resguardam a primazia das ideias que impactaram os mundos acadêmico e não acadêmico a partir de 1989.

O sentimento de “vitória sedimentava-se, em grande parte, sobre o artigo que Francis Fukuyama publicou, em 1989, “The End of History?” ou “O Fim da História”. Nele era proclamado o triunfo do Oeste (Occidente, capitalista) sobre o Leste (Oriente, socialista). Em suma, o triunfo da ideia de ocidente e seus respectivos valores.

A ideia de Yoshiro Francis Fukuyama, um filósofo e economista político neoconservador nascido em 1952, de origem nipo-estadunidense e professor na conceituada Johns Hopkins University, é bastante controversa desde o surgimento. Mas também é minimamente simples: a conclusão da Guerra Fria consolida a vitória dos Estados Unidos, pois, em linhas gerais, a partir de uma perspectiva hegeliana, a exclusividade da democracia e do liberalismo econômico no contexto Pós-Guerra Fria. Nas palavras dele:

What we may be witnessing is not just the end of the Cold War, or the passing of a particular period of postwar history, but the end of history as such: that is, the end point of mankind's ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government. (FUKUYAMA, 1989, p. 2)

Para o autor, esse contexto seria transitório, representando o ocaso da ideologia socialista soviética — para ele, também em voga na China —, e bastante inconstante. Nesse sentido, não houve aposta no fim dos conflitos internacionais, ao contrário: o mundo se encontraria dividido em Estados históricos e pós-históricos e isso seria determinante para os conflitos. Além, é claro, da permanência das violências nacionais e étnicas, as controvérsias em torno do petróleo e o acesso a novas tecnologias e os fluxos migratórios.

Sucede que, para além das diversas críticas que provocou, ao colocar sua abordagem como herdeira da dialética hegeliana, e também influenciada por Alexandre Kojève (1902-1968), Fukuyama reconduziu as noções de movimento, sentido e propósito. Com isso, o sentido e o movimento da humanidade — ou o que é História — havia, com o colapso da União Soviética, encontrado ou facilitado o encontro com o propósito, ou seja, a universalização da democracia liberal, sem antítese.

Junto com essa perspectiva, outra proposta explicativa do Pós-Guerra Fria, e também que ajudou a modelar a postura dos Estados Unidos, foi o “Clash of civilizations” (“Choque das Civilizações”), de Samuel P. Huntington, reconhecido professor do Department of Government na Harvard University e coordenador de planejamento do National Security Council entre 1977 e 1978. Com publicação posterior ao texto de Fukuyama, em 1993, Huntington dispõe uma explicação culturalista, ou neotribalista para alguns autores, para os conflitos mundiais. Para ele, “o choque de civilizações dominará a política global. As linhas de cisão entre as civilizações serão as linhas de batalha do futuro”. (HUNTINGTON, 1994, p. 120)

Na concepção do acadêmico nascido em 1927, civilizações seriam as cadeias de

identificação subjetivas, responsáveis por sustentar entidades culturais entre os homens, isto é, religião, mitos e heróis, idioma, instituições e hábitos, capazes de entrar em conflito tanto no interior quanto entre grupos civilizacionais, em níveis micro e macro, respectivamente.

Ocorreria que, para o autor, (1) as diferenças entre as civilizações se tornariam inconciliáveis a ponto de fomentar conflitos, em especial (2) devido à intercomunicação decorrente da globalização e da intensificação dos fluxos migratórios os grupos tomariam maior consciência de suas civilizações e ao fato de que (3) os Estados-nação deixariam de ser o único foco de representatividade identitária, cedendo espaço aos fundamentalismos religiosos, ampliando (4) o recrudescimento das divergências entre os ocidentais e os não-ocidentais. Ao mesmo tempo em que (5) as características civilizacionais são constantes e pouco mutáveis e (6) o sucesso do regionalismo econômico está em crescimento e tende a ser bem-sucedido entre os que possuem características culturais comuns.

Huntington previra a existência de conflitos motivados por religiões, racismos, divergências políticas, dentre outras causas. Mas assegurava, especialmente, um confronto mais amplo do “Ocidente contra o resto”, devido ao ocaso da União Soviética, à predominância dos Estados ocidentais nos campos político, financeiro e tecnológico e à tentativa de universalização de valores ocidentais — o que pode ser lido como exercício de criação de uma única civilização. Portanto, os embates pós-1991 seriam, em substituição à bipolaridade, derivados do choque inevitável entre divergentes civilizações.

A este trabalho, “O Fim da História” e o “Choque das Civilizações” interessam como as manifestações de uma ideologia que deram importantes contornos aos discursos e às práticas estadunidenses no Pós-Guerra Fria. Um e outro influenciam a concepção estadunidense sobre o devir pós-bipolaridade: a universalização dos valores ocidentais, de ideais como constitucionalismo e estado de direito — ou “império da lei” —, democracia, direitos humanos, igualdade, individualismo, laicidade, liberdade, liberalismo e livre mercado.

É essa noção pretensiosa, fundamentada na difusão de valores espontaneamente, ainda que conflituosa para Fukuyama e beligerante para Huntington, que regeu os Estados Unidos nesse período. Ainda que não esteja em discussão ou seja objetivo primordial do texto creditar validade ou retorquir às duas ou a uma das abordagens, elas não podem ser ignoradas ao se estudar política externa do país durante o governo Bill Clinton.

A Gestão Clinton-Gore e a política externa dos Estados Unidos

O Pós-Guerra Fria é o momento em que os Estados Unidos precisaram buscar a reconcentração de poder após a luta bipolar das quatro décadas anteriores. De fato, não parece

correto falar em potência dominante nessa conjuntura internacional. Os Estados Unidos desempenham o papel de uma hiperpotência com excedente ou excesso de poder em todas as suas manifestações. Nesse contexto, o país promoveu a substituição da estratégia para a política externa, o “Containment”, implementada desde fins da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ao mesmo tempo em que se tateava a formulação de um novo paradigma norteador de política externa e de estratégia.

O momento exigia

reorganizar o sistema mundial, de forma que a hegemonia dos Estados Unidos pudesse ser mantida a custo mais baixo. Para forjar uma liderança renovada, os Estados Unidos precisavam colocar em operação uma série de instituições e práticas legitimadoras supranacionais [...]. (VIZENTINI, 2003, p. 5)

Impõem-se aqui a necessidade de esclarecer que, segundo Voltaire Schilling (2004, p. 281), apesar de ocupar esse espaço privilegiado, o país estava “longe de capitanear um novo projeto imperialista. Entre outras razões, porque o poder norte-americano, ao contrário do clássico poder imperial, marcado pelo centralismo e pelo verticalismo, se dá em forma de redes, onde cada uma das partes goza de ampla autonomia”.

Mary Kaldor (2003, p. 1-2) também nega uma prática imperialista por parte dos Estados Unidos a partir de 1990, visto que “if America were truly an empire, sure it would be able to extend democracy to other regions, to impose its systems to the rest of the world? The United States has the capability to be immensely destructive, but much less capability to do ‘compellance’.”

Pode-se ver, então, como o país passa a trabalhar para dinamizar e expandir novos valores que passa a julgar interessantes. Ao mesmo tempo em que esses valores tornam-se habituais para grande parte do mundo. Em contrapartida, o cenário internacional pretensamente positivo não era tão abrangente quanto as previsões de Francis Fukuyama. Os gastos financeiros acumulados medindo forças e disputando zonas de influência com o inimigo soviético foram bastante onerosos para o “vencedor” — certamente inferior a crise econômica da União Soviética. Ainda que o presidente na época, George Bush, reunisse os sucessos de ter liderado o país “rumo à vitória” na Guerra Fria e na primeira guerra do Iraque (1991), a situação econômica nos primeiros anos da década de noventa era preocupante.

Embora estejamos falando de uma superpotência, essa condição do país encontrava-se bastante debilitada ao fim da Guerra Fria. Segundo o economista René Garcia Jr. (2000. p. 4), a conjuntura pré-eleitoral era de crise:

Naquele momento, os Estados Unidos eram o país, segundo os principais

economistas, que apresentava as perspectivas econômicas mais sombrias, tendo uma taxa de desemprego igual à média da Europa e quatro vezes superior a do Japão, e um profundo desequilíbrio fiscal e no balanço de pagamentos, além dos piores índices de competitividade.

Em 1990, os gastos com Defesa dos Estados Unidos chegavam à casa dos US\$ 376 bilhões, enquanto os índices sociais seguiam em declínio. A inflação, índice de preços ao consumidor, atingia a marca dos 5,4%; o déficit fiscal o montante de US\$ 350 bilhões; os gastos com o sistema nacional de saúde um pouco mais de US\$ 690 bilhões; e o número de cidadãos desempregados a dez milhões de pessoas (GASPARI, 1992; OITO, 2000).

Entretanto, não se pode entender tal retração econômica como perda de poder, pois

o controle de várias estruturas do sistema [militar, tecnológica e ainda a econômica] permitiu que os Estados Unidos sustentassem sua hegemonia, enquanto promoviam a sua renovação. Certamente, isso não eliminava a tarefa da recuperação das bases internas da liderança, revivendo as raízes do poder americano, mas pelo menos tornava o caminho mais tranquilo e com grande margem de manobra. (PECEQUILO, 2001, p. 22).

Como resultante dessa necessidade de renovação e recuperação estadunidense, Bill Clinton, um político de pouca projeção nacional, ascendeu politicamente vencendo as prévias do Partido Democrata e disputando a eleição presidencial de 1992. A experiência política do advogado, formado por University of Oxford e Yale Law School, resumia-se a dois mandatos de governador do estado de Arkansas — seu estado natal — até aquele ano. Ao seu lado o jornalista Al Gore compunha a chapa como candidato a vice-presidência.

A campanha presidencial, desse modo, dicotomizou o então e bem-sucedido presidente Bush e os novatos sem grande experiência política do Partido Democrata. Havia naquele momento uma preponderância de fatores domésticos sobre as questões externas, o que centrava as demandas em torno de mudança, reformas governistas, supressão do déficit e ampliação das exportações (PECEQUILO, 2001).

Apesar da pouca expressão política — já que o estado de Arkansas certamente não é um dos mais importantes da federação —, Clinton apresentou uma plataforma eleitoral que atendia às principais reivindicações de seus concidadãos. Com o slogan “*the economy, stupid*”⁴⁰⁸, a sabida falta de intimidade e interesse do candidato em política externa ficava menor diante de promessas de diminuição dos gastos com defesa, redução da carga tributária, geração de empregos e, dentre outros pontos, uma reforma no sistema de saúde. Al Gore, de seu lado, era considerado um político

⁴⁰⁸ O slogan desenvolvido pelo estrategista democrata James Carville, diz: “a economia, estúpido”; ou, na apropriação feita pelo eleitorado, “É a economia, seu estúpido!”.

jovem e arrojado, cuja militância política e trabalhos jornalísticos voltavam-se para a questão ambiental.

Suas propostas de governo eram tão expressivas naquele momento, que os levaram a derrotar o Republicano George Bush em busca da reeleição, apesar do sucesso desse frente à opinião pública estadunidense.

No discurso de posse, em 20 de janeiro de 1993, Bill Clinton assinalava claramente os problemas sociais e econômicos do país:

Today, a generation raised in the shadows of the Cold War assumes new responsibilities in a world warmed by the sunshine of freedom but threatened still by ancient hatreds and new plagues.

Raised in unrivaled prosperity, we inherit an economy that is still the world's strongest, but is weakened by business failures, stagnant wages, increasing inequality, and deep divisions among our people. (FIRST inaugural address of William J. Clinton, 20 jan. 1993)

Por mais urgente que as questões domésticas se colocassem e houvesse economias mais prósperas que a dos Estados Unidos naquele momento — especialmente Japão, União Europeia, China — a geoeconomia não substituiu a geopolítica na gestão Clinton - Gore, pois não havia como equacionar a abdicação da condição de *hiperpotência* como fator de crescimento econômico e vice-versa. Objetivava-se sim aparar os custos com Defesa que fossem possíveis, sem prejudicar o desempenho do país e equilibrar o orçamento federal com um gestão mais eficiente (NYE, 2002).

While America rebuilds at home, we will not shrink from the challenges, nor fail to seize the opportunities, of this new world. Together with our friends and allies, we will work to shape change, lest it engulf us.

When our vital interests are challenged, or the will and conscience of the international community is defied, we will act; with peaceful diplomacy when ever possible, with force when necessary. The brave Americans serving our nation today in the Persian Gulf, in Somalia, and wherever else they stand are testament to our resolve. (FIRST inaugural address of William J. Clinton, 20 jan. 1993)

Nesse sentido, nos primeiros momentos do governo, previa-se que “quase um terço do orçamento com Defesa poderia ser cortado em 1997 sem enfraquecer a segurança internacional” (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 528). Portanto, “os Estados Unidos não abdicariam de sua liderança internacional, mas reformulariam significativamente o seu conteúdo” (PECEQUILO, 2001, p. 65).

Na prática, a grandiosidade bélica internacional estadunidense fora mantida ao redor do mundo, sustentando bases militares e satélites com a finalidade de enfrentar as novas ameaças e mostrar-se comprometido com a agenda ética. Sem prejuízo de ação, parte do Produto Interno Bruto, PIB, destinada à Defesa, após oito anos de governo, chegou à metade, numa média de 3% ou US\$ 280 bilhões.

Com habilidade para gestão pública e firme no cumprimento das propostas de campanha, comprometido com os problemas domésticos concomitantemente ao aumento de interesse em política externa, Clinton e Gore concluíram um bom primeiro mandato e abocanharam um segundo, em 1996. E no segundo discurso de posse, em janeiro de 1997, o presidente reeleito declarou:

The world is no longer divided into two hostile camps. Instead, now we are building bonds with nations that once were our adversaries. Growing connections of commerce and culture give us a chance to lift the fortunes and spirits of people the world over. And for the very first time in all of history, more people on this planet live under democracy than dictatorship.

[...] education will be every citizen's most prized possession. Our schools will have the highest standards in the world [...].

Everyone who can work, will work, with today's permanent under class part of tomorrow's growing middle class. New miracles of medicine at last will reach not only those who can claim care now, but the children and hardworking families too long denied.

We will stand mighty for peace and freedom, and maintain a strong defense against terror and destruction. (SECOND Inaugural Address of William J. Clinton, January 20, 1997)

Ao passo que *a casa era colocada em ordem*, com o desenvolvimento de soluções a curto e a longo prazo para as promessas de campanha, a gestão Clinton-Clinton trabalhou pela consolidação de um novo paradigma estratégico e o desenvolvimento de uma política externa para o Pós-Guerra Fria. Essa construção fora permeada por três aspectos fundamentais, que foram: a concepção de Estados Unidos como *Nação Indispensável*; a redução dos gastos com Defesa sem prejuízo da participação no cenário internacional; e o comprometimento do país com a disseminação dos valores universais e com o combate às novas ameaças.

A economia e os arranjos domésticos eram prioridades, mas desde 1993 o Assistente do Presidente para Assuntos de Segurança Nacional, Anthony Lake, trabalhou na substituição da Estratégia da Contenção — anteriormente descrita como a praticada ao longo da Guerra Fria — pelo Engajamento & Expansão. Lake (1993) afirmava que Clinton “*not only pledged a domestic*

renaissance, but also vowed to engage actively in the world in order to increase our prosperity, update our security arrangements and promote democracy abroad’.

É preciso esclarecer aqui que a promoção da democracia ocupa grande destaque nessa apropriação por parte dos Estados Unidos da agenda ética, tanto que Clinton era bastante firme ao defender que “*Ultimately, the best strategy to ensure our security and to build a durable peace is to support the advance of democracy elsewhere. Democracies don't attack each other, they make better trading partners and partners in diplomacy*” (State of the Union Address, January 25, 1994).

Por isso, *A National Security Strategy of Engagement and Enlargement* defendia, de forma simplificada: (a) a disseminação de valores domésticos norte-americanos, isto é, a democracia, livre mercado e o império da lei, a todas as nações; (b) incentivos à democracia e à livre iniciativa econômica; (c) a ação efetiva contra Estados que se opusessem aos valores democráticos e a implementação de políticas específicas que proporcionem a democratização destes; e (d) a criação de uma agenda para a defesa dos direitos humanos e das liberdades individuais (PECEQUILO, 2001).

Entre Ruanda e Kosovo – o Engajamento Seletivo

Enfáticos na promoção de democracia pelo globo, os EUA consideravam que a ascensão da economia de mercado viria a reboque e, por conseguinte, o incremento à economia estadunidense e de seus aliados seria inevitável. Disso extrai-se uma ciranda de implicações: a democracia favorece o crescimento da liberdade, segurança e prosperidade global.

Aí, como dissera Huntington, caminhava-se para um choque de civilizações capitaneado pelos Estados Unidos. Pois o Ocidente instituía uma demarcação que o opunha ao resto do mundo e passava a dispor da democracia, e mesmo dos valores estadunidenses, como universais. Pretendia-se converter a *pactomania* militar da Guerra Fria numa *pactomania* comercial com as democracias emergentes.

Expunha-se dessa forma como os Estados Unidos permaneceriam participativos do cenário internacional. Mas mais que isso: despontava como o interesse nacional estadunidense era e deveria ser visto como comum a todos. Concomitantemente, criou-se um discurso sólido sobre as questões humanitárias, apropriando-se daquilo que se convencionou a agenda ética do Pós-Guerra Fria para construir a política externa e as esferas de atuação dos Estados Unidos nesse contexto. As principais demandas humanitárias pós-1991 envolveram a promoção, dentre outros aspectos, de

liberdade religiosa e convivência étnica no seio de um Estado, dos direitos de mulheres e crianças, e a prevenção de crimes de guerra. Para a promoção e a defesa dos direitos humanos em escala global, foram estabelecidos seis campos de atuação distintos.

First, it emphasized accuracy in its monitoring, reporting, and advocacy. [...] Second, the Clinton administration promoted accountability and reconciliation to redress past abuses. It strongly supported the Yugoslav and Rwanda war crimes tribunals as well as efforts to establish tribunals for Cambodia, Indonesia, and Sierra Leone. [...] It also worked hard to push for the creation of an International Criminal Court that the United States could support. Third, the administration challenged ongoing abuses by principled, purposeful engagement with allies and adversaries alike. (HISTORY of the Department of State During the Clinton Presidency (1993-2001). Global Issues I. Released by the Office of the Historian, Bureau of Public Affairs, p. 3)

Esses três primeiros dão conta de que os Estados Unidos colocavam-se pró-direitos humanos por princípios, por ordenação ética, investindo em monitoração de violações humanitárias e contribuindo para a consistência da legislação internacional através do estabelecimento dos tribunais penais *ad hoc* e da proposição do inalcançado Tribunal Penal Internacional. Enquanto os demais afirmam o comprometimento do país em gerar estruturas e parcerias internacionais para promover os direitos humanos, em especial a partir do segundo mandato Clinton – Gore.

[Fourth] integrate human rights into bilateral relations was its implementation of what was known as the Leahy Amendment. In 1998, the Foreign Operations Appropriations Act began to include language (drafted by Sen. Patrick Leahy, D-VT) that funds appropriated under the act should not be made available to any unit of the security forces of another country if the Secretary of State had credible evidence that such units had committed gross violations of human rights. [...] Fifth, the administration sought to strengthen transnational partnerships that helped promote human rights. A global network of government officials, activists, thinkers, and practitioners worked together to promote democracy, human rights, and the rule of law. [...] Sixth, the administration sought to promote human rights at home. The Department significantly expanded its outreach on human rights to Congress, the media, NGOs, and corporations through briefings, public diplomacy, and the Web. (HISTORY of the Department of State During the Clinton Presidency (1993-2001). Global Issues I. Released by the Office of the Historian, Bureau of Public Affairs, p. 3)

Tomando por base esses pontos, poder-se-ia dizer que a atuação do governo Clinton se propõe muito mais ao gerenciamento diplomático de crises que a aplicação do direito de ingerência

como mecanismo de solução de controvérsias humanitárias. Contudo, os Estados Unidos não se mostraram obtusos quanto ao uso da força.

Mostraram-se, de fato, seletivos. Foram hierarquizados criteriosamente quais eram os espaços preferenciais de atuação dos Estados Unidos, a saber, em ordem de importância: a Europa, Eurásia, a região do Pacífico e o Leste Asiático, devido ao temor de que ali surgissem lideranças regionais capazes de rivalizar com o poderio estadunidense; o Hemisfério Ocidental (Canadá e México, especialmente) por sua proximidade geográfica; o Sul e o Sudeste Asiático e o Oriente Médio, como garantia de acesso a reservas energéticas e pelo grande foco de instabilidade na região (islamismo, terrorismo); e por fim, a África.

Sobre a Europa, documentos recuperam a importância da manutenção da OTAN e a criação da PFP⁴⁰⁹, explicando, além disso, que “*our strategy of engagement and enlargement is central to U.S. policy toward Europe. European stability is vital to our own security*” (A National Security Strategy of Engagement and Enlargement, February 1996). Já a África é considerada uma área franca para a expansão da democracia e econômica. Por isso os principais investimentos dos Estados Unidos foram no estabelecimento de um sistema eleitoral livre e na observação das eleições em alguns países, na liberdade de imprensa, o incentivo para o fim de regimes ditatoriais e estímulo ao desenvolvimento econômico. O continente africano é sedutor por seu contingente populacional — mão-de-obra e consumidores em abundância — e repelente pela violência humanitária e as grandes pandemias, com destaque para AIDS.

Joseph Ki-Zerbo (2006, p. 49) explica que os Estados Unidos se predispuaram a atuar no vazio deixado pelos antigos colonizadores europeus, em especial França e Bélgica, devido aos “interesses planetários em matéria de abastecimento de produtos brutos energéticos, indispensáveis para sua economia, em particular sua indústria de ponta [...], como o famoso coltran ou o cobalto [...]” que lá são abundantes. Ao mesmo tempo em que as empresas multinacionais poderiam atuar com menos entraves nessa região que em outras, e assim a África também contribuiria para a retomada econômica estadunidense.

⁴⁰⁹ Com o intuito de ampliar a esfera de atuação dos Estados Unidos, seja como mecanismo diplomático pautado na ameaça do uso da força, na ampliação das parcerias ou como a criação de instituições multilaterais mais adequadas às idiossincrasias dessa política externa, o governo Clinton procurou manter e ampliar a OTAN. A principal iniciativa nesse sentido — se é que não se trata da maior mobilização político-diplomática do país no período —, fora a consolidação da *Partnership for Peace* (Parceria Para a Paz, PFP), o primeiro passo para a manutenção e a ampliação geográfica dessa organização militar no Pós-Guerra Fria, o que incluía o desenvolvimento de parceria estratégica com a Rússia — o antigo pior inimigo.

O país investe na promoção de democracia e eleições livres e de certo modo contribui para diminuir calamidades, misérias, contudo, quando as exigências são maiores, como as diversas modalidades de genocídio e conflitos civis, os Estados Unidos tendem a ser reticentes. Diz-se em *A National Security Strategy of Engagement and Enlargement* que o país utilizou a força em algumas questões, como a somali, e noutras — Ruanda, Sudão, Angola, Serra Leoa e Libéria — a atuação destinou-se a apaziguar os sofrimentos dos refugiados através de assistência humanitária. O texto afirma que

Such efforts by the United States and the international community must be limited in duration and designed to give the peoples of a nation the opportunity to put their own house in order. In the final analysis, the responsibility for the fate of a nation rests with its own people. (A National Security Strategy of Engagement and Enlargement, February 1996)

Já o texto de *National Military Strategy* silencia acerca de uma parceria ou da necessidade de construção de mecanismos inter-regionais de segurança e cooperação, nem o comprometimento estadunidense em oferecer suporte às alianças regionais existentes, como a Organização da Unidade Africana à época. Afirmava apenas: “*Our forces deploy to Africa to participate in humanitarian or peace operations as national interests dictate*” (*National Military Strategy of the United States of America*, 1995).

Os documentos deixam claro não somente o comprometimento diferenciado dos Estados Unidos nos conflitos regionais, mas principalmente o que seria engajamento seletivo. Os Estados Unidos apontaram claramente o quanto de pragmatismo havia na tomada de decisão acerca do direito de ingerência e nesse contexto a África e a Europa ocupam lugares distintos. Pois, se o grau de investimento no uso da força por razões humanitárias é alto, o retorno precisa ser igualmente alto.

O fator determinante para o envolvimento direto dos Estados Unidos num conflito regional ou na contenção das novas ameaças globais é o interesse nacional estadunidense. A estratégia Engajamento & Expansão é bastante clara nesse sentido:

When our national security interests are threatened, we will, as America always has, use diplomacy when we can, but force if we must. We will act with others when we can, but alone when we must. We recognize, however, that while force can defeat an aggressor, it cannot solve underlying problems. (A National Security Strategy of Engagement and Enlargement, February 1996)

Ou como também explica *National Military Strategy* (1995): “*When more significant interests are at stake and our capabilities would make a difference, we must also be prepared to deploy forces, usually in conjunction with allies and friends, but alone if we must*”. Desse modo, os Estados Unidos não estavam negando o uso da força, mas condicionando-o criteriosa e

reiteradamente aos seus interesses nacionais. O direito de ingerência, portanto, era admissível quando os mesmos estivessem ameaçados. O engajamento humanitário dos Estados Unidos mostrava-se, de fato, seletivo.

Desta perspectiva, é fácil compreender o baixo grau de vontade política associado a Ruanda (não havia interesse) e à Chechênia [por exemplo,] (riscos altos demais) e o alto grau associado à Bósnia e, da mesma forma, a Kosovo (proximidade da Europa, temor de uma guerra mais ampla nos Balcãs, mobilização da opinião pública, vitalidade da OTAN após a Guerra Fria). (FALK, 2006, p. 6)

Michael MacKinnon (2000, p. 27) pontua que três questionamentos passam a determinar a contribuição dos Estados Unidos para missões humanitárias:

Are the resources (personnel, funds, etc) required available? Is American participation necessary for the mission's success? Is the American role 'tied to clear objectives' and can 'an endpoint for US participation' be identified? Does domestic and Congressional support exist for the proposed operation, or can it be generated? And, lastly, are the command and control arrangements acceptable?

Com isso os Estados Unidos sobrepõe seus interesses, certeza de sucesso, menor risco em ação e apoio popular e institucional como mecanismos determinantes para o direito de ingerência.

No caso de Ruanda, os Estados Unidos focaram seus esforços militares no resgate de cidadãos estadunidenses. Como exemplo, destaca-se o comunicado do presidente Clinton sobre a questão ruandesa três dias após a morte do presidente ruandês e o início do genocídio:

Finally, let me say just a brief word about a very tragic situation in the African nation of Rwanda. I'm deeply concerned about the continuing violence following the assassination of the President, the Prime Minister, and other officials as well as some of our United Nations peacekeepers. There are about 250 Americans there. I'm very concerned about their safety, and I want you to know that we're doing all we can to ensure their safety. (The President's Radio Address, April 9, 1994. 1994 Public Papers of the President of USA, Books I & II, The U.S. Government Printing Office, p. 660)

Tanto que numa carta ao Congresso Clinton escrevera que

*As violence in the capital escalated, the State Department ordered the departure of U.S. Government employees and dependents. Combat-equipped U.S. military forces began deploying to Burundi to be in a position to conduct possible noncombatant evacuation operations of U.S. citizens and designated third-country nationals. [...] **It did not become necessary for U.S. forces to enter Rwanda.** [...] I am pleased to report that these operations were successful, that no hostilities were encountered, and that no casualties were suffered by U.S. forces in this operation. I took these actions pursuant to my constitutional authority to conduct foreign relations and as Commander in Chief. I am providing this information as part of my effort to keep the Congress fully informed, consistent with the War Powers Resolution. (Letter to Congressional Leaders on the Evacuation of United States Citizens From Rwanda and Burundi. April 12, 1994. 1994 Public Papers of the President of USA, Books I & II, The U.S. Government Printing Office. p. 678-679) [grifo nosso]*

A única vez que o Clinton usou a expressão genocídio para referir ao caso ruandês foi para dizer, em 15 de julho de 1994, que os Estados Unidos não poderiam manter diplomatas num país cujo “*regime supports genocidal massacre*” e, portanto a embaixada no país seria fechada (Statement on the Closing of the Embassy of Rwanda July 15, 1994. 1994 Public Papers of the President of USA, Books I & II, The U.S. Government Printing Office. p. 1257).

Mas sobre Kosovo, cinco anos mais tarde, o presidente Clinton não hesita ao explicar por quais motivos era necessário intervir:

Do our interests in Kosovo justify the dangers to our Armed Forces? I've thought long and hard about that question. I am convinced that the dangers of acting are far outweighed by the dangers of not acting—dangers to defenseless people and to our national interests. If we and our allies were to allow this war to continue with no response, President Milosevic would read our hesitation as a license to kill. There would be many more massacres, tens of thousands more refugees, more victims crying out for revenge. (Address to the Nation on Airstrikes Against Serbian Targets in the Federal Republic of Yugoslavia (Serbia and Montenegro), March 24, 1999. 1999 Public Papers of the President of USA, Books I & II, The U.S. Government Printing Office. p.452)

De fato, a situação kosovar materializava aquela noção de que quando os interesses ameaçados fossem demasiadamente importantes o direito de ingerência seria aplicado. Há mais interesse nacional em intervir em Kosovo que em Ruanda. Por isso, Roméo Dallaire (2004 apud SHAKE hands with the devil: The journey of Roméo Dallaire. DVD.) afirma:

The world is ruled by a belief that will permit other genocides. The superpowers had no interest in you. They were interested only in Yugoslavia. The guiding principle was that in Rwanda it's tribalism, it's history repeating itself. In Yugoslavia, it's different. It's 400 years of historic conflict between great religions of the world. It's ethnic cleansing. It's European security. It's white. Rwanda is black. It's in the middle of Africa. It has no strategic value. And all that's there, they told me are people, and there are too many anyway. Standing here, I say to you that Roméo Dallaire, as Force Commander, failed the Rwandan people since January 1994.

A fala de Dallaire explicita por que os Estados Unidos intervieram em Kosovo, mas não em Ruanda: o país direciona o seu uso da força para regiões que lhe sejam estratégicas. O sofrimento ruandês não interessava à gestão Clinton-Gore, mas o kosovar sim.

Considerações Finais

Nos anos Clinton, a política externa “pautou-se pela busca da hegemonia, tentando viabilizar sua estabilidade. Colocar-se-á a sombra da política de direitos e regimes internacionais

razoavelmente aceitos e reconhecidos, serve à construção de reconhecimento” (VIGEVANI; OLIVEIRA, 2001, p. 76).

Assemelhava-se a uma *gangorra multilateralismo/unilateralismo*. No geral não se assinalava sequer um falso equilíbrio, mas a conveniência. Como a motivação multilateralista pela manutenção e a expansão da OTAN se transforma em unilateralismo quando os Estados Unidos e seus aliados optaram pela intervenção em Kosovo, contrariando a negativa do Conselho de Segurança sobre o tema. Ou, em termos econômicos, quando o governo tentou, em 1997, obter o *fast track* para romper com as dificuldades de negociação em torno da ALCA.⁴¹⁰

Mas em especial na decisão de retirar as tropas estadunidenses da Somália em 1994, após a morte de soldados da *Operation Task Force* e a exposição violenta dos corpos pelas ruas da capital Mogadíscio, transmitida via televisão. Esse evento modificou de forma consistente a postura dos Estados Unidos, a ponto do senador Mitch McConnel (Partido Republicano - Kentucky) declarar: “*Multilateralism is dead, killed... in alleys of Magadishu*” (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 535). Como efeito os Estados decidiram não intervir em Ruanda quando o genocídio assolou o país.

The 1994 genocide marked one of the low points of the Clinton administration's foreign policy tenure. As President Clinton subsequently noted during his visit to Kigali in 1998, the United States failed to intervene to stop the genocide from taking place. (HISTORY of the Department of State During the Clinton Presidency (1993-2001, p. 12)

Em linhas gerais a Gestão Clinton-Gore foi marcada por um *assertive multilateralism*, isto é, quando diante do fracasso da diplomacia era possível o uso da força pelos Estados Unidos em consenso com os aliados. No momento seguinte, o governo Clinton não descartava a possibilidade de uma ação unilateral caso seus interesses parecessem ameaçados (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 555).

A despeito de se considerar a política externa dos EUA sob Clinton cronologicamente ou pela motivação, era possível observar a retomada ou continuidade de dois princípios norteadores de política externa presentes na Guerra Fria: a defesa dos princípios democráticos e a expansão da liberdade econômica capitalista, contudo num contexto *sui generis*.

⁴¹⁰ O *fast track* corresponde a uma medida legislatória nos Estados Unidos, a qual legitima o Executivo para firmar tratados comerciais sem a participação e interferência do Congresso. O Legislativo delegaria à presidência suas prerrogativas decisórias e poderia vir a analisá-los somente após a conclusão deles pelo presidente. Para maiores informações sobre o assunto, sugiro: PECEQUILO, 2001.

Como bem definiu o Secretário Christopher, os Estados Unidos encontraram “cinco áreas de oportunidade” para atuar no Pós-Guerra Fria: a promoção da segurança econômica global, o fortalecimento da segurança europeia, em face dos conflitos nacionalistas possíveis, o avanço da paz no Oriente Médio, o controle de armamentos e não-proliferação nuclear e o combate ao terrorismo, ao narcotráfico, as violações humanitárias e ao crime internacional (CHRISTOPHER, 1995 apud PECEQUILO, 1995, p. 159).

Nesse sentido, Clinton buscou harmonizar interesses nacionais e internacionais. Tanto que, para Henry Kissinger (1997, p. 960), em seu governo o país apresentou, pela terceira vez, uma tentativa de construção de uma nova ordem internacional através da ampliação de valores domésticos estadunidenses para o mundo, ou seja, “remodelar o ambiente internacional segundo a imagem da América”.

Esse empenho é um dos aspectos que amplia e molda a prática de um novo intervencionismo humanitário estadunidense no Pós-Guerra Fria. Porém, Ruanda e Kosovo comprovam que nem toda a tragédia humanitária recebe a mesma atenção por parte dos Estados Unidos.

Fontes:

A NATIONAL Security Strategy of Engagement and Enlargement. The White House, February 1996. Disponível em: <www.fas.org/spp/military/docops/national/1996stra.htm> Acesso em: 28 out. 2003.

A NATIONAL Security Strategy for a new century. The White House, October 1998. Disponível em: <www.fas.org/man/docs/nssr-98.pdf> Acesso em: 11 out. 2006.

ADDRESS to the nation, March 24, 1999. Disponível em: <www.pbs.org/newshour/bb/europe/jan-june99/address_3-24.html> Acesso em: 04 abr. 2004.

CLINTON remarks to people of Detroit, October 22, 1996. Disponível em: <<http://www.usemb.ee/clintond.php3>> Acesso em: 09 nov. 2003.

FIRST Inaugural Address of William J. Clinton, January 20, 1993. Disponível em: <www.usapresidents.info/inaugural/clinton-1.html> Acesso em: 23 set. 2005.

LAKE, Anthony. **From Containment to Enlargement**. Assistant to the President for National Security Affairs Address at the School of Advanced International Studies. Johns Hopkins University. Washington, D.C. September 21, 1993. Disponível em: <<http://www.fas.org/news/usa/1993/usa-930921.htm>> Acesso em: 29 out. 2003.

NATIONAL Military Strategy of the United States of America. A strategy of flexible and selective engagement. Washington DC, 1995.

SECOND Inaugural Address of William J. Clinton, January 20, 1997. Disponível em: <www.usa-presidents.info/inaugural/clinton-2.html> Acesso em: 23 set. 2005.

STATE of the Union Address, February 17, 1993. Disponível em: <www.usa-presidents.info/union/clinton-1.html> Acesso: 23 set. 2005.

STATE of the Union Address, January 25, 1994. Disponível em: <www.usa-presidents.info/union/clinton-2.html> Acesso em: 23 set. 2005.

1994 Public Papers of the President of USA, Books I & II. The U.S. Government Printing Office. Disponível em: <<http://www.gpoaccess.gov/pubpapers/search.html>> Acesso em: 31 maio 2007.

1999 Public Papers of the President of USA, Books I & II. The U.S. Government Printing Office. Disponível em: <<http://www.gpoaccess.gov/pubpapers/search.html>> Acesso em: 31 maio 2007.

Referências bibliográficas:

CHRISTOPHER, Warren. America's leadership, America's opportunity. Foreign Policy 98, Spring 1995, pp. 6-27. Apud PECEQUILO, C. S. **Política Externa**. Resenha. v. 4, n. 2, Set./Out./Nov. 1995.

FALK, Richard. Soberania e Direitos Humanos: a busca da reconciliação. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/itdh/0500/ijdp/falk.htm>> Acesso em: 26 set. 2006.

FRANÇA, Paulo Roberto C.C. A guerra do Kosovo, a OTAN e o conceito de “intervenção humanitária”. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FRASER, Cameron. US Foreign policy after Cold War. New York: Routledge, 2005.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? The National Interest. Summer, 1989.

GARCIA JR., René. Uma economia passada a limpo. *Jornal do Brasil. Internacional*. Rio de Janeiro, 5 nov. 2000. p. 4.

GASPARI, Elio. Sopro de Juventude. *Veja*, São Paulo, ano 25, edição 1261, n. 41, p. 36-41, 11 nov. 1992.

HISTORY of the Department of State During the Clinton Presidency (1993-2001). Global Issues I. Released by the Office of the Historian, Bureau of Public Affairs. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ho/pubs/8523.htm>> Acesso em: 29.10.2003.

HUNTINGTON, Samuel P. Choque das civilizações? *Política Externa*. v. 2, n. 4, Mar. 1994.

_____. A Superpotência solitária. *Política Externa*. Vol 8, nº 4, Mar/Abr/Maio de 2000.

KALDOR, Mary. American Power: from “compellance” to cosmopolitanism? *International Affairs*. n. 79, v.I, 2003.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

KI-ZERBO, Joseph. Para quando a África? Entrevista com René Holeistein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LAKE, Anthony. From Containment to Enlargement. Assistant to the President for National Security Affairs Address at the School of Advanced International Studies. Johns Hopkins University. Washington, D.C. September 21, 1993.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Formação do Império Americano. Da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NYE, Joseph. O paradoxo do poder americano. Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: UNESP, 2002.

OITO anos: A gloriosa e conturbada Era Clinton (1992-2000). *Jornal do Brasil. Internacional*. Rio de Janeiro, 5 nov. 2000, p. 6.

PECEQUILO, Cristina S. Os Estados Unidos: hegemonia e liderança na transição. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SCHILLING, Voltaire. América: a história e as contradições do Império. Porto Alegre: L&PM, 2004.

SHAKE hands with the devil: The journey of Roméo Dallaire. Produção e direção de Peter Raymond. Canadá: White Pine Productions, 2004. DVD.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de. A política externa norte-americana em transição: de Bill Clinton a George W. Bush. *Política Externa*. Vol 10, nº 2, set./out./nov. 2001.

O sionismo político pela ótica dos estrategistas norte-americanos (1945-1948). Luiz Salgado Neto

Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense
Doutorando em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
salgado_neto@yahoo.com.br

Para aqueles que observam a política externa norte-americana neste início de século XXI, a relação entre Estados Unidos e Israel parece inquebrantável. Nas últimas décadas, Washington tem se alinhado às políticas israelenses no Oriente Médio com notável fidelidade. O próprio Presidente norte-americano Barack Obama, em visita a Israel em 2012, aprofundou essa percepção, ao reafirmar os “laços inquebrantáveis” entre Estados Unidos e Israel¹.

Porém, aqueles que se dedicam a uma análise mais aprofundada percebem que tal ligação estreita esconde uma relação muito mais complexa do que pode parecer à primeira vista. Por trás de toda a aparência de proximidade está uma relação dinâmica e complicada e que, por vezes, traz dificuldades à política externa norte-americana no Oriente Médio. Por outro lado, ainda com mais força, essa proximidade atual pode confundir aqueles que se propõem a estudar a atuação dos Estados Unidos no processo que levou à criação do Estado de Israel.

Uma afirmação muito difundida alega que a criação de um Estado judeu na Palestina atendia a interesses dos Estados Unidos. Alguns chegam a afirmar que o moderno Israel teria sido “criado” pelo governo norte-americano de então, sob a presidência de Harry Truman (1945-53), por conta de interesses econômicos. Segundo José Luis Fiori, “Israel foi uma criação e segue sendo um protetorado anglo-saxônico, que opera, desde 1948, como instrumento ativo de defesa dos interesses estratégicos anglo-americanos no Oriente Médio” (FIORI, 2009). Já o historiador Mário Sérgio de Moraes afirmou em entrevista à Folha de São Paulo, em 2008, por ocasião dos 60 anos do Estado judeu, que Israel se constituiu como “uma espécie de ‘ponta de lança’ dos interesses norte-americanos [para] solidificar o seu domínio na região” (EUA..., 2008).

Evidentemente, os defensores desta tese têm conhecimento de que o Estado judeu foi proposto no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da aprovação da Resolução 181, ocorrida na Assembleia Geral em 29 de novembro de 1947, que previa a partilha da Palestina em dois Estados, um árabe e outro judeu. No entanto, esses autores afirmam que a ONU foi apenas uma ferramenta institucional utilizada pelos Estados Unidos e por outras potências imperialistas para legitimar a criação de uma entidade estatal artificial, com o objetivo de alcançar seus próprios interesses econômicos. A ONU seria apenas um instrumento para conceder “status legal” ao Estado judeu (TOLEDO, 2001, p. 72).

¹ LANDLER, Mark; RUDOREN, Jodi. In Israel, Obama seeks to offer reassurance of ‘unbreakable bonds’. *The New York Times*, 20 de março de 2013 [online].

Embora o governo Truman tenha agido em momentos chave em apoio ao sionismo, ao realizarmos um estudo detido sobre as discussões que ocorreram nos Estados Unidos entre 1945 e 1948, percebemos claramente que não havia consenso interno quanto à Questão da Palestina² e às demandas dos sionistas. Na verdade, a discussão sobre a criação de Israel gerou uma profunda fissura no interior do governo norte-americano de então.

Nesse aspecto, merece atenção a análise da própria política externa norte-americana. Por vezes, a atuação internacional dos Estados Unidos tem sido analisada como algo consensual. Tais análises têm como base teórica o entendimento do Estado como ente homogêneo e unívoco, uma visão que ofusca as cisões dentro dos governos. Estudos recentes, baseados em grande maioria na perspectiva metodológica da teoria da política burocrática, demonstram que são frequentes as fissuras no interior de governos.

Segundo essa abordagem teórica, diferentes agências estatais possuem suas próprias agendas políticas, de acordo com a função exercida no Estado. Os oficiais dos órgãos governamentais possuem uma forte ligação à sua instituição, que os leva a crer que sua atividade é a mais fundamental do Estado, e, por conta disso, entendem que o governo deve agir segundo suas orientações. Além disso, cada órgão possui sua própria agenda de exercício de poder frente a outras instituições, buscando maximizar sua posição dentro de um determinado governo (SAIYA, 2005, p. 1-2). Portanto, esse pressuposto teórico nos leva a perceber o dissenso, a despeito do discurso do consenso.

Perceber essas fissuras e divergências é algo muito importante para os estudiosos da política externa norte-americana. No caso específico dos Estados Unidos, o Departamento de Estado tem a função de elaborar estratégias e de formular a política externa de uma forma geral. Contudo, é o Presidente quem possui a última palavra. Por outro lado, o Presidente é o Comandante-em-Chefe da nação, mas é o Congresso que aprova a guerra. Isso frequentemente leva a conflitos entre diferentes poderes do Estado ou entre distintos órgãos no interior do poder executivo (SMALL, 1996, p. xiii-xv).

Frequentemente, o embate entre diferentes setores do governo norte-americano quanto a assuntos internacionais se deve à divergência de visões sobre quem tem a legitimidade de lidar com a política externa. Muitos oficiais no Departamento de Estado se autoproclamam os pensadores mais adequados para lidarem com a política externa dos Estados Unidos. Segundo eles, ao contrário dos cargos que possuem a alternância comum às democracias – o presidente e os parlamentares – os oficiais das relações exteriores são servidores do Estado que vivenciam diversas mudanças de governo. Eles enxergam a política externa como algo “institucional”, que transcende governos e opiniões passageiras da população. Essa postura, evidentemente,

² O que estou denominando de Questão da Palestina é o impasse ocasionado pelo conflito entre judeus e árabes palestinos sobre a posse e o uso do território para objetivos nacionais. Ambos os lados reivindicavam para si a Palestina como o solo sobre o qual seria construído seu “Estado nacional”. Em primeiro lugar, portanto, deve se ter em mente que este é um conflito fundamentalmente *político*. Embora ambos os lados façam frequentes alusões a fundamentos religiosos, o conflito se caracteriza como uma luta entre dois grupos por um mesmo território. Como diz François Massoulié (1996, p. 47), “o conflito se resume a esse dado fundamental: a ocupação efetiva, simbólica e política por um grupo humano de um território já habitado por outro grupo humano.”

entra em choque com as percepções do Presidente e dos Congressistas sobre suas prerrogativas em política externa.

Os principais opositores do sionismo nos Estados Unidos no período pós-Segunda Guerra eram os estrategistas, atuando em diferentes órgãos do poder executivo. Na ausência de uma denominação melhor, estou utilizando o termo “estrategistas” em um sentido bastante amplo, englobando os formuladores da política externa norte-americana no Departamento de Estado, analistas militares no Departamento de Defesa e agentes de inteligência da Agência Central de Inteligência (CIA). Em todo o período de discussões sobre o sionismo, esses agentes oficiais se mostraram avessos a um apoio norte-americano à criação de um Estado judeu na Palestina.

Com isso, os líderes sionistas e os apoiadores do sionismo³ acusavam os estrategistas de serem pró-árabes e antissionistas, alguns chegando mesmo a afirmar que eram antisemitas. No entanto, embora não possamos negar que havia antisemitas entre os estrategistas, essa não foi a razão para que os principais oficiais dessas instituições adotassem uma postura tão avessa aos desígnios sionistas. Na verdade, os estrategistas não eram “arabistas”, como acusavam os sionistas e como avaliam alguns historiadores (OREN, 2007, p. 425). A principal divergência entre os estrategistas de política externa e os apoiadores do sionismo não se deu por uma tendência “arabista” no interior do Departamento de Estado. O ponto central era uma radical diferença de concepções sobre como fazer política externa.

Os estrategistas norte-americanos avaliavam a Questão da Palestina sob o ponto de vista dos interesses considerados “vitais” para a segurança do país. Segundo eles, o conflito entre árabes e judeus possuía implicações em variadas esferas de atuação dos Estados Unidos no Oriente Médio. Estavam envolvidos aspectos econômicos, geopolíticos e militares que não poderiam ser desconsiderados. Para entendermos melhor esses interesses, devemos agora analisar a presença dos Estados Unidos no Oriente Médio nesse período.

A presença dos Estados Unidos no Oriente Médio

Até o século XX, o interesse norte-americano no Oriente Médio estava focado no esforço missionário e no estabelecimento de laços comerciais. Representantes de organizações missionárias e agentes comerciais já atuavam no interior do Império Otomano desde as primeiras décadas do século XIX. No entanto, Washington não possuía uma posição política de relevo nesse período. Os Estados Unidos não eram

³ Após a Segunda Grande Guerra, o sionismo norte-americano estava organizado politicamente em torno do *American Zionist Emergency Council* (AZEC). Criado em 1939 com o nome de *American Emergency Committee for Zionists Affairs* (AEZCA), o Comitê contava com vinte e quatro membros representando as maiores organizações sionistas dos Estados Unidos (BERMAN, 1990, p. 76). Tinha como objetivo precípua criar uma forte base de apoio político dentro e fora da comunidade judaica norte-americana (RAIDER, 1998, p. 215-6). Renomeada em 1943, a AZEC passou a ser presidida por Stephen Wise e Abba Hillel Silver. Além disso, os sionistas obtiveram um apoio político considerável entre vários setores organizados (sindicatos, grupos religiosos, organizações filantrópicas e parte da imprensa), bem como da maioria dos Congressistas, tanto do Partido Democrata quanto do Partido Republicano.

um ator político relevante no interior do Império Otomano, que estava sob clara influência de potências europeias – inicialmente França e Grã-Bretanha, e no início do século XX, Alemanha.

No início do século XX, tendo os Estados Unidos assumido uma postura mais internacionalizada após a guerra contra a Espanha, em 1898, o Oriente Médio passou a ter uma maior importância nos cálculos norte-americanos. Porém, em termos estratégicos e econômicos, o primeiro esforço de entrada na região ocorreu somente após o fim da Primeira Grande Guerra.

Na verdade, com a dissolução do Império Otomano, resultado de sua derrota na guerra, iniciou-se uma ampla corrida pelos recursos do Oriente Médio, especialmente o petróleo. Encontrado pela primeira vez na Pérsia⁴, em 1908, o petróleo passou a ser cada vez mais central para as estratégias das potências estrangeiras na região.

Ciente disso, o governo dos Estados Unidos voltou sua atenção para o Oriente Médio, buscando, a partir de então, obter uma participação mais efetiva nos assuntos dessa parte do globo. Ao fim da Primeira Grande Guerra, o governo norte-americano percebeu a importância militar do petróleo, no primeiro conflito em que o produto fez a diferença nas batalhas terrestres e navais. A utilização do produto pelos britânicos em tanques e em navios de guerra foi considerada um fator vital na vitória contra a Alemanha (BRONSON, 2006, p. 15-6). Ao lado disso, evidentemente, o petróleo passou a ser percebido como um produto de extrema importância econômica.

Assim, no período imediatamente posterior à Primeira Grande Guerra, a atuação dos Estados Unidos no Oriente Médio passou a ser caracterizada pelas incessantes tentativas de obtenção de petróleo. Esse era, na verdade, apenas o primeiro passo, pois os Estados Unidos miravam um horizonte mais à frente, isto é, uma posição econômica mais significativa na região.

Uma aproximação ainda mais significativa se deu com a eclosão da Segunda Grande Guerra e o aumento da demanda por petróleo. Durante o curso da luta contra o Eixo, houve uma tentativa ainda mais forte dos Estados Unidos para assumir posições no Oriente Médio. Com o uso mais acentuado do petróleo na Segunda Guerra, comparativamente à Primeira, o Presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) e seus assessores mais importantes começaram a se preocupar com os estoques petrolíferos dos Estados Unidos. Da mesma forma que na Primeira Grande Guerra, o consumo do produto por conta do conflito superava o que o país era capaz de produzir. Como o Oriente Médio já era reconhecido por ser a maior reserva inexplorada do planeta, seria necessário encontrar um parceiro na região.

Porém, tal aliado precisava satisfazer a dois quesitos: estar fora da influência britânica, ou, pelo menos, com uma menor dependência que pudesse ser arregimentado para o lado norte-americano; e,

⁴ O nome “Pérsia” foi utilizado até 1935, quando então o país passou a se denominar Irã.

principalmente, ter um governo sem tendências nacionalistas ou que se aproximasse de ideias socialistas. Um país se enquadrou perfeitamente nesse papel: o Reino da Arábia Saudita.

Até a década de 1920, a Península Arábica estava dividida em territórios controlados por diversos clãs rivais. Havia duas regiões principais: o Hedjaz, parte ocidental da península, englobando Meca e Medina, controlado pelo Emir Hussein bin Ali, do clã hachemita e aliado dos britânicos; e o Nedj, na parte central e oriental, controlado por Abdel Aziz Ibn Saud, do clã saudita; além desses dois rivais, a disputa envolvia ainda o clã Rashid, que havia sido aliado dos otomanos. Em 1925, Ibn Saud venceu a luta política contra seus adversários, unificou todas as regiões da Península Arábica e autoproclamou-se “rei do Nedj e do Hedjaz”. Em 1926, recebeu do Congresso Islâmico o título de “Guardião dos Lugares Sagrados”, ou seja, Meca e Medina, e em 1932, proclamou a fundação do Reino da Arábia Saudita. (MASSOULIÉ, 1996, p. 24-5).

Os Estados Unidos prontamente perceberam o potencial deste novo ator regional e estabeleceram relações diplomáticas com a monarquia saudita já em 1933. E neste mesmo ano, a *Standard Oil of California* (SOCAL) obteve a concessão de extração de petróleo no país. Pela primeira vez, os Estados Unidos obtinham uma importante vitória diplomática na região.

Em 1943, quando iria expirar a concessão de extração de petróleo conferida à SOCAL, Roosevelt declarou a Arábia Saudita área vital para a segurança dos Estados Unidos e concordou em fornecer auxílio econômico para este país (LIPPMAN, 2005, p.4). Em 1944, a SOCAL se uniu à *Texas Oil Company* (-TEXACO), que já atuava secundariamente em alguns países da Ásia, e ambas fundaram sua subsidiária na Arábia Saudita com o nome de *Arabian-American Company* (ARAMCO), que se tornaria um dos principais vetores nas relações norte-americano-sauditas⁵ (BRONSON, 2006, p. 18).

Entretanto, a parceria entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita não pode ser vista apenas através das preocupações em torno do petróleo. Durante a Segunda Guerra, os Estados Unidos reconheceram a importância da Arábia Saudita por razões geoestratégicas. As Forças Armadas norte-americanas instalaram bases militares no país, tanto para abastecer os soviéticos na luta contra os nazistas, como para servir de ponto de escala de aviões militares que partiam da Europa para o Pacífico. Essa parceria em tempo de guerra estreitou as relações entre norte-americanos e sauditas, que perdurou mesmo após a guerra contra o Eixo. E, assim, o país que anteriormente havia sido visto por Roosevelt como um local “distante” passou a entrar nos cálculos estratégicos dos Estados Unidos (LIPPMAN, 2005, p. 3). Dessa forma, como afirma Rachel Bronson (2006, p. 3), considerações além da economia ditavam a natureza da parceria.

A partir de 1942, os Estados Unidos empreenderam um esforço diplomático mais intenso na Arábia Saudita. Até então, apenas oficiais de níveis intermediários atuavam no país. Mas em abril deste ano, o

⁵ Em 1980, após anos de debates entre oficiais sauditas e executivos e oficiais governamentais norte-americanos, o governo da Arábia Saudita nacionalizou a ARAMCO (JAFF e ELASS, 2007, p. 39). Porém, as relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita continuaram sólidas.

governo de Washington enviou para Jeddah, a então capital saudita, o primeiro oficial residente. E em 1944, a Legação em Jeddah foi elevada a Embaixada (LIPPMAN, 2005, p. 3).

Paralelamente ao estabelecimento de laços institucionais, os membros da área de segurança, defesa e relações exteriores do governo dos Estados Unidos empreenderam, ao longo da primeira metade da década de 1940, negociações para uma maior aproximação política com a Arábia Saudita. O ápice desse processo foi o encontro entre o Presidente Roosevelt e o Rei Ibn Saud.

Após vários meses de conversações prévias, em 14 de fevereiro de 1945 ocorreu o emblemático encontro entre o Presidente dos Estados Unidos e o Rei da Arábia Saudita a bordo do cruzador *USS Quincy*, quando Roosevelt retornava da conferência de Yalta. Os relatos do encontro entre os dois líderes não deixam dúvidas sobre os laços que estavam sendo construídos entre os dois países. Ambos foram amigáveis e cordiais. Quando Ibn Saud embarcou no *Quincy*, o Presidente e o Rei rapidamente trocaram ótimas impressões. O Rei saudita informou que se sentia como um “irmão gêmeo” do Presidente norte-americano, já que ambos possuíam muito em comum: eram muito parecidos em idade, na responsabilidade como Chefes de Estado e pelos problemas físicos; ambos eram fazendeiros; e “ambos tinham responsabilidade de proteger e defender seus povos”. Roosevelt anunciou que daria dois presentes a Ibn Saud: uma cadeira de rodas e um avião de passageiros DC-3, equipado com um trono rotativo, para que o monarca pudesse girá-lo e se voltar para Meca para fazer suas orações durante as viagens (EDDY, 1954, p. 27). Roosevelt estudara a cultura saudita, a história do Islã e dos árabes e aprendeu sobre os hábitos alimentares muçulmanos, indicando a importância atribuída por ele a esse encontro (LIPPMAN, 2005, p. 7).

Com isso, após um significativo esforço para construir laços com a Arábia Saudita, os estrategistas viam o sionismo como algo extremamente prejudicial. O apoio norte-americano aos desígnios sionistas poderia minar a confiança estabelecida entre Estados Unidos e os árabes.

Os grupos pró-sionistas criticavam duramente essa visão dos estrategistas. Diziam que essa era uma postura baseada na fria, calculista e desumana *realpolitik*. Assim, advogavam uma política externa pautada pela moralidade, por valores humanitários e por preceitos de lei internacional. Especialmente após o Holocausto, muitos defendiam a ideia de que somente um Estado poderia livrar os judeus de outro massacre. Por conta disso, diziam que era dever dos Estados Unidos agirem para evitar um novo Holocausto. Já os estrategistas, afirmavam que, embora o sionismo contivesse aspectos morais válidos, qualquer decisão deveria ser pautada, em primeiro lugar, pelos interesses do país.

Portanto, a divergência em torno do sionismo estava relacionada a diferentes visões sobre qual deveria ser a ação dos Estados Unidos na arena internacional, especialmente nesse momento, o início da Guerra Fria.

A Guerra Fria e o Oriente Médio

A proximidade entre os Estados Unidos e os países árabes do Oriente Médio se concretizou no período do nascimento da Guerra Fria. Com um novo Presidente norte-americano e diante da deterioração da relação entre Estados Unidos e União Soviética, o Oriente Médio passou a ser visto como uma área em que o comunismo deveria ser contido, especialmente após a enunciação da Doutrina Truman.

Até o fim da Segunda Grande Guerra, o governo dos Estados Unidos pensava o Oriente Médio apenas como um campo de oportunidades econômicas, onde deveria combater o monopólio britânico em favor de sua política liberal de “portas abertas” (*open doors*). Sua adversária mais poderosa era a Grã-Bretanha, que possuía importantes ativos na região.

Porém, com o fim da guerra, emergiu o temor de que os países árabes se afastassem do bloco ocidental e, consequentemente, a União Soviética pudesse avançar pelo Oriente Médio. Além disso, em uma eventual guerra contra a rival, os Estados Unidos precisariam do petróleo árabe para mover sua máquina de guerra.

Com isso, as divergências de interesses entre Estados Unidos e Grã-Bretanha no Oriente Médio começaram a diluir, embora não tenham sido extintas, no contexto da Guerra Fria. Diante do pior cenário, isto é, o aumento da influência da União Soviética na região, os formuladores da política externa dos Estados Unidos resolveram alinhar a política norte-americana à britânica (HAHN, 2004, pp. 20-1).

Dessa forma, o Oriente Médio passou a ser visto como uma área de importância geopolítica para os Estados Unidos. Já durante a Segunda Guerra ficara claro que a região possuía grande importância estratégica. Os Estados Unidos utilizaram o território da Arábia Saudita como base para sua ação na Ásia e no Pacífico e no início da Guerra Fria, uma das questões delicadas na relação entre Washington e Moscou era a ocupação soviética do norte do Irã e a questão dos estreitos turcos, cujo tratado a União Soviética queria rever.

Ainda que a situação precária dos judeus na Europa e o conhecimento dos horrores do Holocausto fizessem com que grande parte da sociedade norte-americana simpatizasse com o sionismo, os estrategistas se mostraram profundamente contrários e não pouparam esforços para pressionar o Presidente rumo a uma política que fosse afeita às suas análises.

Para os estrategistas norte-americanos, o Oriente Médio era apenas um ponto em que se travava um embate mais amplo. Tendo assumido um papel de ator global, a atuação dos Estados Unidos deveria ser consistente com considerações globais. Os estrategistas afirmavam que o cerne da política externa norte-americana deveria ser o confronto com a União Soviética. Logo, todo esforço político deveria ser direcionado para a contenção da expansão do comunismo. Assim, a política externa norte-americana, nos mais diferentes pontos do planeta, deveria se coadunar com a estratégia geopolítica mundial, e não buscar analisar demandas morais específicas (SPIEGEL, 1985, p. 2).

Por conta disso, os estrategistas alegavam que os interesses norte-americanos no Oriente Médio eram muito significativos para permitir que as decisões do governo fossem tomadas com base apenas em questões humanitárias. Eles concordavam que a situação dos judeus no pós-guerra permanecia grave e que o fato de judeus viverem dispersos pelo mundo sem um Estado era uma condição que favorecia a perseguição, mas o Presidente dos Estados Unidos não deveria agir com base exclusivamente nessas premissas. Se a população quisesse fazer algo para aliviar a situação dos judeus sobreviventes do Holocausto, isso não deveria colocar o país em risco. Assim, outras medidas eram necessárias.

Uma questão de fundamental importância era a boa vontade dos países árabes com relação aos Estados Unidos em uma eventual guerra contra a União Soviética e no processo de construção da ordem do pós-guerra. A esse respeito, o apoio ao sionismo seria desastroso para as boas relações com o mundo árabe.

Com efeito, é no contexto da rivalidade entre as duas superpotências que a Questão da Palestina, com todo seu potencial de desestabilizar o Oriente Médio, entrou na conta da balança de poder dos Estados Unidos. Esta questão seria então encarada com a máxima cautela pelos formuladores das políticas de segurança e de relações internacionais dentro do governo norte-americano.

Assim, durante três anos, entre sua entrada na presidência, em 12 de abril de 1945, e a declaração de fundação do Estado de Israel, em 15 de maio de 1948, Truman sofreu dois vetores de pressão, que lhe impuseram sérias dificuldades políticas internas. De um lado, havia o campo pró-sionista, formado por assessores presidenciais na Casa Branca, a maioria dos Congressistas e grupos diversos da sociedade civil, que apelavam para que o Presidente adotasse medidas favoráveis ao sionismo. Por outro lado, para se contrapor a essa pressão, formou-se um campo antiissionista, que incluía vários opositores do projeto de Estado judeu, mas que tinha com principais agentes o Departamento de Estado, o Departamento de Defesa e a Agência Central de Inteligência (CIA).

Diante disso, a Questão da Palestina se tornou uma celeuma para o Presidente Truman, uma “dor de cabeça”, segundo suas próprias palavras. Herdando uma delicada política construída por seu antecessor, Truman se viu em uma posição extremamente delicada.

Os fundamentos da oposição ao sionismo entre os estrategistas

O primeiro contato de Truman com a Questão da Palestina como presidente foi o memorando do Secretário de Estado Edward Stettinius Jr., de 18 de abril de 1945, sobre a grande probabilidade dos sionistas irem procurá-lo para que alinhasse sua política com os objetivos do sionismo. Stettinius advertiu Truman afirmando que a questão era complexa e que ele deveria ter em mente os compromissos assumidos por Roosevelt aos governantes árabes. Stettinius escreveu:

Como o senhor está ciente, o Governo e o povo dos Estados Unidos têm muita simpatia pelos judeus perseguidos da Europa e estão fazendo tudo que está a seu alcance para aliviar seu sofrimento. A questão da Palestina, contudo, é altamente complexa e envolve questões que vão muito além da situação dos judeus da Europa. [...] Há uma tensão contínua na situação do Oriente Próximo em grande parte como resultado da questão da Palestina e como nós temos interesses nesta área que são vitais para os Estados Unidos, pensamos que a questão como um todo deve ser conduzida com o máximo cuidado e tendo em vista os interesses de longo prazo deste país.⁶

O fundamento da carta era a lógica da Guerra Fria, pois havia o temor quanto à entrada da União Soviética no Oriente Médio. E a Arábia Saudita não era a única preocupação, mas todos os países árabes deveriam ser atraídos para o lado ocidental.

Essa percepção foi manifestada com maior intensidade pelos oficiais norte-americanos em atuação na União Soviética. Em 23 de outubro de 1945, o embaixador norte-americano em Moscou, Averell Harriman, apresentou o que eram, em sua avaliação, as tendências políticas da União Soviética no Oriente Médio. Para Harriman, a União Soviética possuía dois objetivos estratégicos na região: “segurança e engrandecimento”. Além disso, segundo ele, a política soviética para a Palestina era “conduzida com o objetivo de eliminar a influência britânica” e que, para isso, Moscou agia para que os árabes concluíssem que a União Soviética, “de todas as grandes potências, não possui interesse na imigração judaica para a Palestina e que é, portanto, amiga dos árabes”⁷.

Além disso, Harriman também advertiu que os soviéticos estariam tentando se aproximar da *intelligentsia* árabe do Iraque, para exercer influência neste país. Harriman afirmou que se Moscou tivesse sucesso, elementos pró-soviéticos iraquianos causariam problemas para o governo e poderiam, inclusive, oferecer o poder aos soviéticos.

Esse temor não era de todo incompreensível. Anteriormente, o oficial norte-americano no Iraque James Moose advertira o secretário de Estado, em 20 de agosto de 1945, que em conversa com o Ministro do Exterior iraquiano Fadhil Jamali, este o informara que o Ministro soviético em Bagdá fazia propaganda favorável à União Soviética e contrária aos Estados Unidos entre os iraquianos. O cerne da argumentação soviética era o contraste entre a oposição soviética ao sionismo e o apoio dos Estados Unidos. Segundo Moose, Jamali informara também que o Ministro soviético pressionava o governo iraquiano a fechar um acordo de comércio⁸.

⁶ Mensagem do Secretário de Estado, Edward Stettinius Jr., ao Presidente Harry Truman. FRUS, 1945, Vol. VIII, p. 705.

⁷ Carta do Embaixador dos Estados Unidos na União Soviética, Avrell Harriman, ao Secretário de Estado, Edward Stettinius Jr., 23 de outubro de 1945. FRUS, 1945, Vol. V, p. 901-8.

⁸ Telegrama do *Chargé* no Iraque, James Moose, para o Secretário de Estado, Edward Stettinius Jr., 20 de agosto de 1945. FRUS, 1945, Vol. VIII, 1945, p. 723-4.

Dias depois, Moose enviou outra carta para o Secretário de Estado, em que dizia que havia uma generalizada desaprovação ao sionismo no Iraque. Segundo Moose, a Questão da Palestina deixava os iraquianos mais nervosos do que o próprio Iraque. Ele terminou a carta dizendo:

Um governo tem perseguido uma política e tem obtido notável sucesso aqui. Ele não tem feito declarações de política ou preferência, e os nacionalistas árabes olham para ele de forma simpática. Este governo é o da URSS. Ele tem obtido crescente influência no Iraque através de se abster de emitir declarações sobre a Palestina. A tendência entre os nacionalistas extremistas é buscar a ajuda da União Soviética contra o sionismo, assim como contra as nações simpáticas [ao sionismo]. A arma secreta da União Soviética na região tem sido sua habilidade em manter silêncio, e esta arma tem sido efetiva em construir a boa vontade e uma considerável medida de influência, enquanto obtém para a URSS ampla liberdade de ação⁹.

Seguindo esta mesma percepção, Loy Henderson, Diretor da Agência do Departamento de Estado para o Oriente Médio, advertiu o Presidente dos Estados Unidos sobre as intenções da União Soviética na região. Segundo ele:

A União Soviética parece estar determinada a minar a estrutura que a Grã-Bretanha tem mantido, para que o poder e a influência da Rússia possam irromper desimpedidos pela Turquia e através do [estreito] de Dardanelos para o Mediterrâneo e através do Irã e pelo Golfo Pérsico até o oceano Índico. Durante os últimos cinco anos, duas grandes barreiras à expansão russa desapareceram, nominalmente, a Alemanha a Oeste e o Japão a Leste. A julgar pelos recentes eventos no Oriente Próximo, a Rússia parece agora estar se concentrando na remoção de uma terceira barreira ao Sul [Grã-Bretanha]¹⁰.

Além disso, Henderson afirmou que os soviéticos estavam tendo sucesso neste sentido. Assim, ele advogou uma posição mais firme dos Estados Unidos no Oriente Médio, para elevar o padrão de vida e os níveis educacionais e culturais da população da região. Henderson dizia também que os países médio-orientais estavam solicitando ajuda econômica aos Estados Unidos, mas Washington não estava os ajudando¹¹. Ele então concluiu com uma advertência: “Se medidas forem adotadas, devem ser tomadas imediatamente, antes que a União Soviética vá tão longe no Irã e na Turquia, que não possa ser repelida”¹².

Citar a Turquia não era casual. Os estrategistas norte-americanos viam a posição desse país como essencial para conter a União Soviética. Aliás, a Turquia era um dos mais graves motivos das desavenças entre norte-americanos e soviéticos, que resultaram na Doutrina Truman, um conjunto de ideias apresentadas pelo Presidente ao Congresso dos Estados Unidos, em 12 de março de 1947. Após argumentar sobre o perigo dos grupos comunistas que poderiam derrubar os governos da Grécia e da Turquia, Truman enunciou as palavras que sintetizam a doutrina que leva seu nome: “Eu acredito que a política dos Estados Unidos deve

⁹ Telegrama do *Chargé* no Iraque, James Moose, para o Secretário de Estado, Edward Stettinius Jr., 22 de agosto de 1945. FRUS, 1945, Vol. VIII, 1945, p. 725-6.

¹⁰ *Ibidem*, p. 3.

¹¹ *Ibidem*, p. 3.

¹² *Ibidem*, p. 4.

ser apoiar os povos livres que estão resistindo a tentativas de subjugação por minorias armadas e por pressões externas.” Deve ser ressaltado que Truman atrelou a questão da Turquia à segurança e à ordem no Oriente Médio¹³. Desse modo, os estrategistas argumentavam que de nada adiantaria proteger a Turquia se as outras partes do Oriente Médio ficassem vulneráveis à penetração soviética.

Isso fica claro em um documento de 21 de junho de 1946, quando o Comando Conjunto do Estado-Maior preparou um relatório sobre a Questão da Palestina e sobre as relações com os países do Oriente Médio. Os chefes do Estado-Maior demonstram sua preocupação com relação à União Soviética seguintes termos:

Quanto à importância de um Oriente Médio estável, aliado das Potências Ocidentais, é óbvio que esta área funciona como tampão [*buffer*] entre a Rússia e a *lifeline* da Grã-Bretanha no Mediterrâneo. Se os povos do Oriente Médio se voltarem para a Rússia, isso teria o mesmo impacto, de muitas maneiras, que teria a conquista dessa área pelos soviéticos. Sob essas condições, mesmo se a Turquia mantiver sua integridade política e interna, é altamente questionável se ela poderia permanecer em sua posição no [estreito de] Dardanelos e manter sua condição como um não-satélite da Rússia¹⁴.

Contudo, outros estrategistas viam a questão de um ponto de vista ainda mais catastrófico. Em 2 de agosto de 1946, o oficial norte-americano em Moscou, Elbridge Durbrow, enviou um telegrama ao Secretário de Estado contendo informações inquietantes sobre a postura soviética quanto à Questão da Palestina:

Nós temos dado indicações que a URSS favorece um estado árabe na Palestina e se opõe às demandas sionistas. Nessas circunstâncias, o Kremlin pode estar em uma posição melhor para perseguir sua política se nós tomarmos uma decisão sobre a Palestina que provoque mais antagonismo dos árabes contra os EUA. O ressentimento árabe contra os EUA e o RU [Reino Unido] não será localizado. Isso significará o ressentimento muçulmano contra os EUA e o RU, do Norte da África através do Levante, Arábia, Iraque, Irã e Afeganistão, à Índia e possivelmente até a Indonésia. Se tal situação for criada, a URSS provavelmente se apoderaria da situação e a exploraria completamente, em um empreendimento para obter uma vitória política máxima, frente à qual os ganhos soviéticos no Azerbaijão pareceriam insignificantes. Tal desenvolvimento poderia significativamente anular nosso apoio à integridade turca, pois poderia significar um cerco a este país¹⁵.

¹³ Doutrina Truman. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp> Acesso em: 2 out. 2013.

¹⁴ Memorando da Chefia Conjunta do Estado-Maior para o Comitê Coordenado dos Departamentos de Estado, Guerra e Marinha, 21 de junho de 1946. FRUS, 1946, Vol. VII, p. 632-3.

¹⁵ Telegrama do Oficial em Moscou, Elbridge Durbrow ao Secretário de Estado, 2 de novembro de 1946. FRUS, 1946, Vol. VII, p. 721, nota 93.

Assim, percebemos que a visão dos estrategistas era de que a União Soviética poderia utilizar o antagonismo árabe para se expandir, não só pelo Oriente Médio, mas para todo o mundo de maioria muçulmana. Nesse sentido, a contenção de uma expansão soviética pelo Oriente Médio era vista como a tarefa primordial dos Estados Unidos. Evidentemente, era algo reconhecido que a situação dos judeus desabrigados na Europa era calamitosa, mas os objetivos estratégicos deveriam ser priorizados. Deveriam ser buscadas, portanto, outras áreas onde os judeus pudesse ser assentados. A Palestina era uma área sensível dentro do pensamento estratégico norte-americano na Guerra Fria. Se o Presidente e a população quisessem colaborar para aliviar a situação dos judeus, isso não poderia prejudicar a própria segurança do Estado. Segundo seu ponto de vista, era a função institucional dos estrategistas alertarem o Presidente dos perigos de tal curso de ação.

A Questão da Palestina na ONU

Em fevereiro de 1947, a Grã-Bretanha anunciou que abdicaria do Mandato e passou a questão para ser solucionada pela recém-criada ONU. Após muitas discussões, a decisão final ficou para novembro de 1947, quando o plano de partilha da Palestina seria votado na Assembleia Geral. Alguns pesquisadores afirmam que os Estados Unidos agiram convictos na ONU. Segundo Aura Gomes (2001, p. 81), os Estados Unidos agiram na ONU “a serviço do sionismo”.

Contudo, a postura dos delegados norte-americanos na ONU contradiz essa tese. A atuação norte-americana nas Nações Unidas foi muito confusa e ambígua. Isso era amplamente reconhecido mesmo pelos sionistas, que viam as ações dos representantes dos Estados Unidos com extrema preocupação. Durante uma reunião ocorrida em 19 de junho de 1947, o líder sionista Abba Hillel Silver disse ao Secretário de Estado George Marshall que, em sua visão, o governo norte-americano se manifestara anteriormente favorável à partilha, mas que, naquele momento, diante do que ocorria na ONU, os sionistas não estavam certos se o governo dos Estados Unidos ainda possuía essa posição¹⁶.

Com efeito, os estrategistas adotaram sua posição dentro do governo para pressionar o Presidente a agir na ONU de acordo com sua oposição ao sionismo. Em um relatório de 17 de outubro de 1947, a CIA advertiu o Presidente sobre as implicações estratégicas do voto norte-americano favorável à partilha:

O acesso ao petróleo do Golfo Pérsico, assim como o impedimento do controle do Mediterrâneo por uma potência maior, hostil e expansionista, são considerados essenciais para a segurança dos Estados Unidos. A partir deste ponto de vista, a maior ameaça à segurança dos Estados Unidos reside na possibilidade de progressiva penetração soviética

16 Memorando de conversação entre George Marshall, Abba Hillel Silver e Loy Henderson, 19 de junho de 1947. FRUS, 1947, Vol. V, 1947, p. 1105-7.

no Mediterrâneo e no Oriente Médio, seja diretamente, através de satélites ou através da ação de comunistas locais¹⁷.

Porém, os apoiadores do sionismo diziam que não haveria risco dos árabes se alinharem à União Soviética, pois Moscou havia se manifestado favorável ao plano de partilha. De fato, em maio de 1947, o representante soviético na ONU, Alexander Gromyko, anunciou que seu governo apoiava a partilha da Palestina. Porém, essa postura não aliviava os temores dos estrategistas norte-americanos, que desconfiavam que esse curso de ação era apenas uma tática para que os soviéticos pudessem se estabelecer permanentemente no Oriente Médio como participantes de uma força de paz.

Em um relatório de 17 de outubro de 1947, lê-se em um relatório da CIA:

A determinação árabe para resistir à partilha da Palestina é tal que qualquer tentativa de forçar esta solução levaria ao conflito armado, apresentando a oportunidade para a extensão da influência soviética. Qualquer estabelecimento firme da influência soviética nos Estados árabes seria não apenas perigoso em si mesmo, como tenderia também a isolar a Turquia e o Irã.¹⁸.

Assim, o apoio soviético à partilha seria apenas uma estratégia para criar um confronto regional que demandaria uma força de estabilização. E a União Soviética, como uma das maiores potências do pós-guerra, necessariamente seria parte de uma eventual força de paz.

Após intensos debates e oscilações, Truman decidiu apoiar a partilha e determinou que os oficiais norte-americanos agissem na ONU segundo essa orientação. Contudo, apesar de uma decisão presidencial favorável, a posição dos estrategistas não havia se alterado. Após a decisão de Truman de votar pela partilha, eles permaneciam convictos em sua posição e continuavam a prever que esse curso de ação criaria contrariedade entre os árabes, o que, por sua vez, seria utilizado pelos soviéticos para aumentar sua influência no Oriente Médio.

Enfim, em 29 de novembro de 1947, ocorreu na Assembleia Geral da ONU – sob a presidência do brasileiro Oswaldo Aranha – a votação da Resolução 181, que previa a partilha da Palestina em dois Estados. O resultado da votação registrou 33 votos favoráveis, 13 contrários e 10 abstenções. E, apesar de todas as tentativas dos estrategistas, sob a ordem de Truman, o voto norte-americano foi favorável.

Contudo, os estrategistas continuaram suas atividades. Assim que a partilha foi aprovada, eles iniciaram esforços para que o voto favorável à partilha causasse o menor dano possível à influência dos

17 CIA. *The current situation in the Mediterranean and the Near East*. ORE 52, 17 de outubro 1947. Disponível em: <http://www.foia.cia.gov/sites/default/files/document_conversions/89801/DOC_0000256625.pdf> Acesso em: 29 set. 2013.

18 *Ibidem*, p. 2.

Estados Unidos no Oriente Médio. Mas, na verdade, como resposta ideal, muitos deles pensavam que a melhor solução era reverter a decisão da partilha. Porém, como recuar em uma decisão do próprio Presidente da República, que se pronunciava a favor da implementação da decisão da ONU?

A oportunidade surgiu quando vieram a público as notícias da explosão de violência que havia tomado conta da Palestina após a decisão da ONU. No final de 1947 e início de 1948, o Cônsul Geral norte-americano em Jerusalém, Robert Macatee, enviou para Washington uma série de correspondências narrando o curso dos acontecimentos na Palestina. Seus informes levantaram sérias dúvidas sobre a viabilidade do plano de partilha. Segundo ele, a violência era extrema e já se contavam milhares de mortos. Além disso, o governo da Palestina estava em desintegração, com todos os serviços vitais paralisados. O Cônsul Geral dizia ainda que os árabes ameaçavam publicamente a Comissão da ONU criada para implementar a partilha e, segundo ele, todas as esperanças de implantar a partilha por meios pacíficos haviam desaparecido¹⁹.

Diante desses novos acontecimentos, os estrategistas norte-americanos iniciaram um movimento para reverter a partilha. Essa orientação fica clara no anteprojeto da posição dos Estados Unidos em relação à Partilha da Palestina, preparado pelo Conselho de Segurança Nacional em 17 de fevereiro de 1948. Neste documento, a apenas três meses da retirada britânica da Palestina, vemos claramente quais eram as preocupações da cúpula da área de segurança do governo: a reconstrução da Europa e a garantia de que, em uma guerra contra a União Soviética, os Estados Unidos pudessem contar com os estratégicos suprimentos de petróleo do Oriente Médio:

A maior ameaça à segurança dos Estados Unidos e à paz internacional é a URSS e seu agressivo programa de expansão comunista. Em face dessa ameaça, os Estados Unidos não podem adotar medidas que desconsiderem o que se segue:

- a. O acesso irrestrito aos recursos petrolíferos do Oriente Médio é essencial para a plena economia dos Estados Unidos e para a recuperação da economia da Europa sob o ERP [*Economic Recovery Project*].
- b. Em caso de guerra, o petróleo e certas áreas estratégicas do Oriente Médio irão figurar de forma proeminente para um desempenho de sucesso em tal guerra travada pelos Estados Unidos.
- c. Uma atitude amigável ou ao menos neutra dos povos árabes em relação aos Estados Unidos e a seus interesses é requisito para a busca de quantidades adequadas de petróleo para os propósitos mencionados acima e para utilização de áreas estratégicas sem custos proibitivos em tempo de guerra.²⁰

Fica claro o temor de que a União Soviética utilizasse os distúrbios na Palestina para conseguir obter áreas de influência no Oriente Médio. Era necessário agir com extrema cautela:

¹⁹ Aerograma do Cônsul Geral em Jerusalém, Robert Macatee, ao Secretário de Estado George Marshall, 9 de fevereiro de 1948. FRUS, 1948, Vol. V, parte 2, p. 605-7.

²⁰ Anteprojeto da posição dos Estados Unidos com respeito à Palestina, 17 de fevereiro de 1948, p. 2. Disponível em: <http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/israel/large/documents/index.php?documentdate=1948-02-17&documentid=3-12&collectionid=ROI&pagenumber=1> Acesso em 24 out. 2013.

O Comando Conjunto do Estado Maior tem indicado que nenhuma medida deve ser tomada que possa levar os povos árabes a se distanciarem das Potências Ocidentais, pois os Estados Unidos têm interesses vitais em matéria de segurança nesta área²¹.

Assim, a posição oficial do Estado-Maior era o estabelecimento de um regime de tutela (*Trusteeship Agreement*²²), em que a Palestina seria administrada pelas Nações Unidas ou pela Grã-Bretanha. O Estado-Maior foi taxativo quanto à postura dos Estados Unidos na ONU: “Em caso de reconsideração do problema da Palestina pela Assembleia Geral, os Estados Unidos devem propor a criação de um *trusteeship* na Palestina, tendo o Conselho de *trusteeship* como a autoridade administrativa”²³.

Seguindo esse ponto de vista, o Embaixador dos Estados Unidos na ONU, Warren Austin, fez uma controversa declaração no Conselho de Segurança, em 19 de março de 1948. Nessa ocasião, Austin afirmou que, diante da situação violenta na Palestina, a partilha não poderia ser executada por meios pacíficos. Ao fim da leitura de seu pronunciamento, Austin propôs um regime de *trusteeship* das Nações Unidas para a Palestina²⁴. Houve um rebuliço na ONU. Oficialmente, os Estados Unidos, que haviam defendido o plano de partilha, agora defendiam um plano diferente. Por uma série de ruídos de comunicação ou por uma ação deliberada do Departamento de Estado (o episódio ainda é alvo de controvérsias²⁵), a proposta apresentada representou um recuo na posição oficial norte-americana de apoio à partilha.

Truman ficou extremamente irritado com o discurso de Austin, mas não o desautorizou²⁶. No entanto, os rumos dos acontecimentos na Palestina desacreditaram a proposta de *trusteeship*, pois no início de 1948 os sionistas haviam conseguido se fixar nas áreas alocadas ao Estado judeu pelo Plano de Partilha. A

²¹ *Ibidem*, p. 3.

²² Dispositivo jurídico das Nações Unidas em que uma área conflituosa estaria sob a administração da ONU até que se chegasse a uma solução negociada.

²³ Anteprojeto da posição dos Estados Unidos com respeito à Palestina, p. 14.

²⁴ Pronunciamento realizado pelo Representante dos Estados Unidos nas Nações Unidas, Warren Austin, diante do Conselho de Segurança, 19 de março de 1948. FRUS, 1948, Vol. V, parte 2, p. 742-3.

²⁵ Clark Clifford disse posteriormente que Truman leu o pronunciamento, mas o enxergou como um plano de contingência, a ser utilizado somente após serem esgotadas as tentativas de implementar a partilha por meios pacíficos. Suas afirmações sugerem que Austin apresentou o plano apressadamente a Truman e não o explicou satisfatoriamente, o que levou o presidente a se equivocar (A. RADOSH e R. RADOSH, 2009, p. 303-4). Contudo, Clifford foi um personagem atuante nos acontecimentos e um pró-sionista que sempre afirmou que Truman esteve convicto de que era necessário apoiar a criação de um Estado judeu na Palestina. Assim, o testemunho de Clifford não será utilizado neste trabalho para afirmar que o Departamento de Estado enganou Truman. O próprio Truman, em suas memórias, não diz nada sobre o ocorrido entre ele e Austin. Ele se limita a dizer que Austin fez a declaração, que a proposta de *Trusteeship* era apenas temporária e que era parte da política norte-americana. (TRUMAN, 1956, p. 161-3) Ele chega, inclusive, a elogiar Austin, dizendo que foi “afortunado” por ter ao seu lado “um homem com suas altas qualificações para ser indicado ao delicado trabalho na ONU” (TRUMAN, 1956, p. 164). Com isso, não foi possível pela documentação apreender se Truman deu aval ou não à declaração de Austin. Em minha avaliação, o mais provável é que tenha havido um ruído na comunicação. Contudo, o episódio permanece controverso.

²⁶ Segundo Steve Spiegel (1985, p. 34), Truman não desautorizou ou repreendeu Austin publicamente porque seus níveis de aprovação já estavam baixíssimos e reverter a posição anunciada oficialmente na ONU faria parecer que ele não tinha o controle do governo e nem autoridade sobre seus subordinados. Seja como for, qualquer atitude de Truman não poderia reparar o estrago que já havia sido feito.

partir de então, a discussão se deu em torno da decisão de reconhecer ou não o Estado judeu quando proclamado.

Até às vésperas da retirada britânica da Palestina, programada para o dia 15 de maio de 1948, permaneceram vivas as contendas internas entre, de um lado, elementos pró-sionistas na Casa Branca e no Congresso e, de outro, elementos antissionistas no Departamento de Estado, no Departamento de Defesa, no Conselho de Segurança Nacional e na CIA. O tempo corria e a posição dos Estados Unidos não era definida, o que deixava todos os envolvidos angustiados.

Em 12 de maio de 1948, a apenas três dias do fim do Mandato, ocorreu a reunião em que os embates entre os setores do governo pró e antissionistas atingiram o clímax. O Assessor Presidencial Clark Clifford defendeu com veemência o reconhecimento do Estado de Israel a ser proclamado, refutando todas as objeções do Departamento de Estado e argumentando que o reconhecimento do Estado judeu era de interesse dos Estados Unidos. Além disso, Clifford argumentou que os políticos do Partido Republicano se aproveitariam da situação para atacar Truman, tentando desgastá-lo e vencê-lo nas eleições de 1948. O discurso de Clifford na reunião foi eloquente, pois ele usou toda sua experiência como jurista para agir como advogado do reconhecimento do Estado judeu. Porém, ele tinha um rival à altura no debate: o Secretário de Estado George Marshall.

Durante a reunião, Marshall rebateu as análises de Clifford como “erradas”, pois, segundo ele, as medidas propostas não teriam o resultado esperado. Além disso, Marshall asseverou: “o conselho oferecido pelo Sr. Clifford está baseado em considerações políticas domésticas, enquanto o problema que está nos confrontando é uma questão internacional”. E, surpreendentemente, Marshall concluiu da seguinte forma: “eu digo com tristeza que se o Presidente seguir os conselhos do Sr. Clifford e se nas eleições eu tiver que votar, eu votarei contra o Presidente”.²⁷

Portanto, a discussão assumiu uma extrema gravidade, o que deixou o Presidente atordoado²⁸. Truman devia lidar agora não mais com uma divergência, mas com uma manifestação clara de ruptura dentro do seu governo. Diante de sua contrariedade, Marshall poderia renunciar à chefia do Departamento de Estado, o que deixaria Truman em uma delicada posição. Se o Secretário de Estado se retirasse de seu cargo, muitos dos projetos de Truman para a política internacional no pós-guerra ficariam comprometidos. Marshall era fundamental para os planos do presidente. Além de ser um militar altamente respeitado, estava à frente do ambicioso programa de reconstrução da Europa. O Plano Marshall era importantíssimo para a política externa norte-americana no contexto da Guerra Fria, visto como um instrumento fundamental para evitar que a Europa Ocidental caísse em mãos comunistas.

27 Memorando de conversação da reunião de 12 de maio de 1948. FRUS, 1948, Vol. V, parte 2, p. 975.

28 Segundo Clark Clifford, houve um silêncio desconcertante na sala após Marshall ter pronunciado essas palavras. Durante cerca de 20 segundos, Truman não disse coisa alguma. Após isso, falou calmamente que estava ciente das dificuldades da situação e das implicações de política interna. E, ainda segundo Clifford, Truman saiu da sala sem indicar claramente se aceitaria ou não os conselhos de Marshall. (BENSON, 1997, p. 156).

Por outro lado, fechar os olhos às pressões de amplos setores da sociedade norte-americana também era uma péssima opção para Truman. Por conta de suas hesitações e ambiguidades, Truman já fora severamente criticado pela imprensa, por políticos do Partido Republicano e atacado até mesmo por seus companheiros do Partido Democrata.

Por fim, em meio ao vórtice que se transformara a política externa norte-americana para a Palestina, Truman decidiu reconhecer o Estado judeu. Quando David Ben-Gurion declarou a fundação do Estado de Israel no primeiro minuto do dia 15 de maio de 1948, horário de Tel Aviv, o governo dos Estados Unidos foi o primeiro país a reconhecer o recém-fundado Estado.

Assim terminava a luta dos estrategistas em sua posição contrária ao apoio norte-americano ao Estado judeu.

Considerações finais

Por conta da postura norte-americana em apoio à partilha e em reconhecimento ao Estado judeu, os Estados Unidos sofreram alguns reveses nos anos subsequentes à fundação de Israel, tendo perdido grande parte da simpatia que haviam obtido por se oporem ao imperialismo franco-britânico. No entanto, muitos países se mantiveram próximos a Washington, especialmente a Arábia Saudita, que dependia dos Estados Unidos para manter sua independência.

Por conta disso, todos os cenários catastróficos previstos pelos estrategistas norte-americanos não se confirmaram. Embora tenha havido alguns prejuízos, os norte-americanos continuaram a ter uma presença importante no Oriente Médio. Nas décadas seguintes, os Estados Unidos tentariam, a despeito da presença de Israel (e de suas vitórias militares contundentes), uma aproximação com líderes árabes, mesmo os mais nacionalistas como o Presidente egípcio Gamal Abdel Nasser (1954-1970). Apesar de não conseguirem firmar um front único árabe contra os soviéticos, os Estados Unidos conseguiram obter ou manter parcerias importantes na região.

Toda a discussão em torno do sionismo nos demonstra claramente que a política externa dos Estados Unidos é caracterizada por ser um “caleidoscópio”. Os estrategistas não são a única voz a ser ouvida em assuntos internacionais. O Congresso, os assessores presidenciais, a imprensa e várias organizações civis abordam assuntos internacionais e entendem que a legitimidade da atuação externa do país se deve exatamente esse caráter democrático. Para muitos, a política centrada nos estrategistas é elitista, aristocrática e antidemocrática.

Portanto, diante da oposição ferrenha do Departamento de Estado, do Departamento de Defesa e da CIA, resta-nos concluir que os defensores da tese de que os Estados Unidos “criaram” Israel transplantam a parceria atual para a década de 1940. Tal interpretação busca uma linearidade inexistente entre a postura dos Estados Unidos quanto ao sionismo no pós-Segunda Guerra e a parceria do século XXI. Uma parceria que,

na verdade, foi elaborada por meio de um processo contraditório, repleto de idas e vindas e não isenta de fricções. Uma relação, por vezes conturbada, mesmo hoje, quando muitos levam o discurso da “aliança inquebrantável” a sério demais.

Documentação

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA. *Freedom of Information Act Electronic Reading Room*. Disponível em: <<http://www.foia.cia.gov/>>. Acesso em: 24 out. 2013.

EDDY, William. *FDR meets Ibn Saud*. Washington: American-Mideast Educational & Training Services, 1954.

TRUMAN, Harry. *Years of trial and hope*: vol. II, 1956. Disponível em: <<http://archive.org/details/yearsoftrialandh000234mbp>> Acesso em: 24 out. 2013.

UNIVERSITY OF WISCONSIN DIGITAL COLLECTIONS – UWDC. *Foreign Relations of United States* – FRUS, 1861-1960. Disponível em: <<http://uwdc.library.wisc.edu/collections/FRUS>>. Acesso em: 24 out. 2013.

Referências bibliográficas

BENSON, Michael T. *Harry Truman and the founding of Israel*. Westport: Praeger Publishers, 1997.

BERMAN, Aaron. *Nazism, the Jews, and American Zionism* (1933-1948). Detroit: Wayne University Press, 1990.

BRONSON, Rachel. *Thicker than oil*: American's uneasy partnership with Saudi Arabia. New York: Oxford University Press, 2006.

EUA tinham interesse em criar Israel. *Folha Online*. São Paulo, 8 maio 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/podcasts/ult10065u399487.shtml>> Acesso em: 23 out. 2013.

FIORI, José Luís. A visão sagrada de Israel. In: *Valor Econômico*. São Paulo, 28 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/a_visao_sagrada_de_israel.pdf> Acesso em 23 jun. 2013.

GOMES, Aura Rejane. A Questão da Palestina e a criação de Israel. 2001. 142f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

HAHN, Peter L. *Caught in the Middle East*: U.S. policy toward the arab-israeli conflict (1945-1961). Chapel Hill: University North Carolina Press, 2004.

JAFF, Amy Myers; ELASS, Jareer. *Saudi Aramco*: national flagship with global responsibilities. James A. Baker III Institute for Public Policy / Rice University, March 2007. Disponível em: <<http://www.bakerinstitute.org/programs/energy->>

forum/publications/docs/NOCs/Papers/NOC_SaudiAramco_Jaffe-Elass-revised.pdf> Acesso em: 22 jan. 2013.

LIPPMAN, Thomas W. The day FDR met Saudi Arabia's Ibn Saud. In: *Link*, vol. 32, Issue 2. New York, April-May 2005. Disponível em:

<<http://www.ameu.org/getattachment/51ee4866-95c1-4603-b0dd-e16d2d49fcbe/The-Day-FDR-Met-Saudi-Arabia-Ibn-Saud.aspx>> Acesso em: 17 jun. 2013.

MASSOULIÉ, François. *Os conflitos do Oriente Médio*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

OREN, Michael. *Power, faith and fantasy: America in the Middle East, 1776 to the present*. New York/London: W. W. Norton and Company, 2007.

RADOSH, Allis; RADOSH, Ronald. *A safe haven: Harry S. Truman and the founding of Israel*. New York: Harper Collins Publisher, 2009.

RAIDER, Mark. *The emergency of American Zionism*. New York: New York University Press, 1998.

SAIYA, Nilay. The U.S. recognition of Israel: a bureaucratic model analysis. In: *Concept: an interdisciplinary journal of graduate studies*. Villanova, 2005. Disponível em: <<http://concept.journals.villanova.edu/article/download/254/218>> acesso em: 25 out. 2013.

SMALL, Melvin. *Democracy and diplomacy: the impact of domestic politics on U.S. foreign policy (1789-1994)*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

SPIEGEL, Steven L. *The other Arab-Israeli conflict: making America's Middle East policy, from Truman to Reagan*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

TOLEDO, Cecília. Israel: cinco décadas de pilhagem e limpeza étnica. In: *Marxismo Vivo*, maio de 2001, p. 64-77.

MESA DE ENCERRAMENTO

A Epopéia Americana: A Construção e a Monumentalização Histórica dos Estados Unidos no Filme “O Nascimento De Uma Nação” (1915) De David W. Griffith. Wagner Pereira*

“[Um bom filme é] o que faz o público esquecer seus problemas. Um bom filme tende também a fazer com que as pessoas pensem um pouco, sem deixar que elas suspeitem que estão sendo levadas a pensar. Em um aspecto quase todos os filmes são bons ao mostrarem o triunfo do bem sobre o mal”.

David Wark Griffith

Na introdução do livro *Hollywood's America*, os historiadores Steven Mintz e Randy Roberts argumentam que para compreender a sociedade dos Estados Unidos da América ao longo do século XX era preciso ir ao cinema. Segundo Mintz e Roberts, além do cinema americano figurar, desde as primeiras décadas do século passado, como uma importante indústria do entretenimento para aquele país, “[seus] filmes ajudaram a formar a própria imagem e promoveram a unificação de símbolos em uma sociedade fragmentada entre linhas de etnia, classe, região e gênero” (MITZ & ROBERTS, 1993, pp.01-02). Seguindo esta interpretação, o cinema americano parece ter atuado em duas frentes na medida em que se fixava no plantel da cultura: ao mesmo tempo em que figurava como escolha primeira de entretenimento do cidadão americano – posição que ocupou por boa parte do século XX, suas produções expunham não apenas àquele país, mas ao mundo todo, valores e premissas que acabariam tendo o poder de influenciar seus espectadores sobre a visão que tinham da “América” e de si mesmos.

Afinal, a concepção de cinema atualmente dominante foi, incontestavelmente, originada e desenvolvida por Hollywood, especialmente nas décadas de 1920 e 1940. Por outro lado, Hollywood não teria conseguido configurar-se como o maior império das imagens, assumindo o papel da mais importante instituição ideológico-cultural americana em escala mundial, sem o apoio dos Estados Unidos da América, do qual é, afinal de contas, fiel servidor.

* Professor Adjunto de História da América no Instituto de História e no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH/PPGHC-UFRJ). Coordenador do Laboratório de Estudos Históricos e Midiáticos das Américas e da Europa – Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEHMAE-UFRJ) e pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO-UFRJ. E-mail: wagnerpp@historia.ufrj.br

Para o belga Jean-Claude Batz, “*o cinema dos Estados Unidos da América acompanha a diplomacia do dólar do mesmo modo que os missionários seguiam antigamente os conquistadores*”. Visão polêmica para o público de cinema em geral, habituado a considerar o cinema americano “the best in the world”, como um santuário cultural autônomo, uma ilha artística que resiste vitoriosamente, “salvo infelizes exceções”, às chuvas do *green power*, do poder do dólar, e da política. (HENNEBELLE, 1978, p.29.)

Charles Ford colocou como epígrafe de sua obra *Hollywood Story* a opinião do cineasta francês Marcel Carné: “*Por trás do cinema americano há algo mais do que a força do dólar. Queira-se ou não, há inteligência*”. Realmente é fato que Hollywood inventou astuciosos processos de fabricação, propagou uma estética eficaz, atraiu talentos respeitáveis.

A hegemonia da produção cinematográfica americana veio se consolidando nos mercados internacionais desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), mas foi a partir do final da década de 1920 e durante toda a década de 1930 que essa supremacia se evidenciou com mais força e eficácia. Vários fatores contribuíram para essa consolidação, fatores esses que chegaram ao seu amadurecimento artístico e cultural durante a chamada época de ouro de Hollywood, notadamente durante as décadas de 1930 e 1940. Foi nesse período que se deu a consolidação da produção cinematográfica americana como uma produção consumadamente industrial, inserida no processo de linha de montagem como já o eram a fabricação de automóveis, eletrodomésticos e alimentos enlatados¹. Com certeza, o que distinguiu e ainda distingue a produção cinematográfica hollywoodiana de todas as outras produções mundiais é a sua característica essencialmente industrial, com uma produção marcada pela extrema racionalização e planejamento; podendo-se encontrar, numa ou noutra cinematografia de outros países, alguns traços que se assemelhem aos do modo de produção hollywoodiano, mas este ainda se faz único na sua caracterização enquanto o mais bem acabado modo de produção industrial de filmes. (PEREIRA, 2012, pp.172-173.)

A historiografia que se propõe compreender essa indústria de entretenimento e seus produtos culturais (em especial, os filmes) tem demonstrado que são algumas as possibilidades de aproximação a este objeto de estudo. Pode-se tentar compreender Hollywood através, por exemplo, de seu “sistema de estrelato” (*star system*), pela organização de seus principais estúdios em sua conhecida integração vertical (*studio system*), pelo estudo da obra de seus diretores ou roteiristas ou através da chamada análise filmica de uma obra ou um conjunto específico de filmes, reunidos por objetivos diversos. É natural que estas perspectivas não se mostrem excludentes umas das outras, mas no caso específico da análise de um filme ou de várias obras em conjunto, faz-se mister um conjunto de metodologias para que a interpretação da obra filmica trate de tentar desvelar as metáforas, alegorias e intenções no filme inseridas.

¹ Segundo Thomas Schatz, Harry Warner, um dos chefões da Warner Bros., pensando em seu estúdio e no modo como produzia filmes, “*considerava-se, no início dos anos 1930, o Henry Ford da indústria cinematográfica, encarando o estúdio como uma fábrica de produtos padronizados e de preço razoável destinados a uma massa homogênea de consumidores*”. De certo modo, era este o tipo de visão que grassava por toda Hollywood, com sutis diferenciações que variam de um estúdio para outro. SCHATZ, 1991, p. 147.

Neste aspecto, o presente estudo pretende centrar-se na análise da trajetória histórica de David Wark Griffith (1875-1948), cineasta responsável – antes mesmo do surgimento e da consolidação de Hollywood – pela estruturação definitiva da linguagem narrativa, estética e técnica do cinema clássico² americano, padronizando um modelo que continua sendo exportado e copiado mundialmente até os dias de hoje, e de sua produção cinematográfica mais representativa: *O Nascimento de Uma Nação* (*The Birth of a Nation*, 1915).

O sucesso dos filmes monumentais de David Griffith levou a estruturação e consolidação da indústria cinematográfica de Hollywood nos Estados Unidos da América. Seus filmes configuraram produções vultosas, reconstituições espetaculares, com cenários magníficos e revolucionários; contando ainda com orquestra, milhares de figurantes, centenas de bailarinos, atores renomados e, não poderia faltar, um público imenso que lotava as salas de cinema para ver as suas superproduções cinematográficas.

Situando, porém, é preciso lembrar que os alicerces plantados por Griffith dizem respeito a um cinema narrativo particular, o cinema clássico dominante na indústria. Nesse mesmo momento de final da Primeira Guerra, aparecem também, concentradas na Europa, as marcas de outros caminhos, mostrando que a polêmica do cinema é parte integrante de um processo cultural mais amplo e diversificado. Entram mais decisivamente em cena artistas com outra formação, cujo referencial inclui as novas experiências na poesia, na música e nas artes plásticas. São intelectuais que não se formaram no interior da cultura de massa, que assumem uma postura de atenção ao cinema como técnica e de crítica ao filme corrente no mercado, postulando a afinidade da nova arte com a modernidade tal como vista pelas vanguardas do início do século [XX]. Querem um cinema que desperte uma nova sensibilidade, dê conta da complexidade da experiência humana no universo urbano-industrial em transformação. O cinema clássico que Griffith nem bem ajudara a construir é já alvo da crítica. Esta vem do expressionismo, dos teóricos franceses e, nos anos vinte, de um Eisenstein, de um Vertov, do surrealismo. Nesta perspectiva, Griffith não é o mesmo herói. Se ajudou a consolidar um cinema possível, os dissidentes ligados à arte moderna lembram que há outros possíveis. Griffith, como pai, é então assumido como o responsável maior pela primeira e definitiva “queda” que amarrou o novo olhar à narração composta nos moldes do folhetim e do melodrama oitocentistas. Seu maior pecado: tornar consistente o famoso encontro entre a técnica do cinema e a narratividade. Encontro provável, todos admitem, mas não imposto pela ordem da natureza; fator histórico e cultural, portanto controverso. Nas discussões em torno de 1920, Griffith permanece, como até hoje, a figura do mestre, mas sua significação é já ambígua: herói e vilão, avanço e recuo, abertura de horizontes e particularização. (XAVIER, 1984a, pp.12-14.)

Em termos históricos, a contribuição e identificação do cinema de David Wark Griffith (e sua utilização referencial da literatura clássica inglesa do século XIX, representada especialmente pelas obras de

² Hollywood desenvolveu um modelo narrativo que lhe foi fundamental para a transformação de seu cinema em um eficiente veículo de ideologia: o modelo de narrativa clássica. A construção de tal modelo significou, segundo Ismail Xavier, “*a inscrição do cinema (como forma de discurso) dentro dos limites definidos por uma estética dominante, de modo a fazer cumprir através dele necessidades correlatas aos interesses da classe dominante*”. Cf. XAVIER, 1984b, p.29. A narrativa clássica foi toda embasada na noção – originária da estética naturalista – segundo a qual a obra desaparece enquanto tal, dando lugar a um espelho ou a uma janela transparente através do qual podemos apreciar a fatia da realidade que ela “imita” ou reproduz. Assim o modelo clássico de narrativa empregado pelo cinema americano visava o desaparecimento do filme enquanto tal e visava “*montar um sistema de representação que procurava anular a sua presença como trabalho de representação*” extinguindo as mediações entre plateia e o mundo representando “*como se todos os aparatos de linguagem utilizados constituíssem um dispositivo transparente – o discurso como natureza*”. XAVIER, 1984b, pp.31-32.

Charles Dickens³) para a construção e a monumentalização da história, da cultura e da identidade nacional coletiva dos Estados Unidos da América foi compreendida pelo cineasta soviético Sergei Eisenstein da seguinte forma:

Sabemos onde o cinema apareceu primeiro como um fenômeno mundial. Conhecemos a relação indissolúvel entre o cinema e o desenvolvimento industrial dos Estados Unidos. Sabemos como a produção, a arte e a literatura refletem o fôlego capitalista e a estrutura dos Estados Unidos da América. E também sabemos que o capitalismo norte-americano encontra seu reflexo mais claro e mais expressivo no cinema norte-americano. [...]

Para entender Griffith, deve-se visualizar uns Estados Unidos compostos de mais do que visões de automóveis velozes, trens aerodinâmicos, fios de telégrafo, inexoráveis correias de transmissão. É se obrigado a compreender este segundo rosto dos Estados Unidos também – os Estados Unidos tradicionais, patriarciais, provincianos. E então se ficará consideravelmente menos espantado com esta vinculação entre Griffith e [Charles] Dickens.

Os fios destes dois Estados são entrelaçados no estilo e personalidade de Griffith – como nas mais fantásticas de suas sequências de montagem paralela.

O mais curioso é que Dickens parece ser a fonte de *ambas* as linhas do estilo de Griffith, que refletem as duas faces dos Estados Unidos: os Estados Unidos Provincianos e os Estados Unidos Super-Dinâmicos.

Isto pode ser detectado imediatamente no Griffith “íntimo” da vida norte-americana contemporânea ou passada, onde Griffith é profundo, nos filmes, que Griffith me contou terem sido “feitos para mim e invariavelmente rejeitados pelos exibidores”.

Mas ficamos um pouco espantados quando vemos que a construção do Griffith “oficial”, suntuoso, o Griffith dos tempos tempestuosos, de ações vertiginosas, de perseguições excitantes – também teve como fonte o mesmo Dickens! (EISENSTEIN, 1990, pp.173 e 175.)

A relação entre o cinema de David W. Griffith e a História dos Estados Unidos da América foi percebida também pelo cineasta Glauber Rocha, o maior expoente do Cinema Novo Brasileiro, ao considerar que:

Griffith, produto típico do neocapitalismo norte-americano, é neste novo espaço terrestre, revolucionário, na medida em que diferenças climáticas (*o sol americano contra a luz europeia*), religiosas (*o protestantismo quer fundar a Terra Prometida*) alteram as práticas da cultura confinada no idealismo católico violentado pelo pragmatismo da revolução industrial. [...]

O Nascimento de uma Nação, visão de um sulista fracassado que faz crítica idealista da brutalidade industrializante do Norte Vencedor, é o *Velho Testamento* que exclui os negros do processo histórico *elegendo* as classes brancas.

³ O cineasta soviético Sergei Eisenstein traça o seguinte paralelo entre as obras literárias de Charles Dickens e os filmes de David W. Griffith: “O que foram os romances de Dickens para seus contemporâneos, para seus leitores? Há uma resposta: eles geraram a mesma relação que o filme gera com o mesmo extrato em nossa época. Eles compeliram o leitor a viver com as mesmas paixões. Eles apelaram para os mesmos elementos bons e sentimentais, como o faz o cinema (pelo menos na superfície); eles de modo semelhante tremeram diante do vício, do mesmo modo extraíram o extraordinário, o incomum, o fantástico, da existência aborrecida, prosaica e cotidiana. E revestem esta existência comum e prosaica com sua visão especial. Iluminada por esta luz, refratada da terra da ficção de volta à vida, esta trivialidade assumiu um ar romântico e pessoas entediadas ficaram agradecidas ao autor por dar-lhes a fisionomia de figuras potencialmente românticas”. EISENSTEIN, 1990, p.180.

Os escravos pagaram o preço do desenvolvimento norte-americano, mas conseguiram (*como no Brasil*) defender a sua *Kultura**frykana* das violências protestantes que foram devoradas e vomitadas no paganismo dos *spiritual, blues, jazz, rocks* que se transformaram na linguagem libertária das estruturas neuróticas *Ymperyalystz*.

Ocultando os negros (e os índios), Moisés/Griffith canta o nascimento de uma nação branca, protestante, capitalista, democrática, liberal, justificando a violência em nome dos ideais de riqueza que elege o homem (*e a mulher*) ao Parayzo.

Intolerance (1916) é o *Novo Testamento* que adverte o *Apocalipse*: o Estado massacra a Revolução Cristã, o Estado massacra Negros e se o Estado insiste na Intolerância Genocida corre o perigo de ser subvertido pelo Povo.

O Democrata Griffith exige uma nova Guerra Civil do Bem contra o Mal: Vejam a corrupção de Nabucodonossor. Vejam a loucura desta economia empobrecida pela concorrência contra o imperialismo europeu que desorganizou o mercado com a Primeira Guerra Mundial. Vejam este país sem mercado colonial que pertence ainda à Europa (o Imperialismo Britânico). Vejam esta sociedade que viaja in/conscientemente para a Falência social e política de 1929.

Além de *O Nascimento de uma Nação* e *Intolerância*, Griffith realizou muitos filmes e morreu tentando reformar o sistema: pastor protestante, profeta sem massas, gênio incompreendido, capitalista falido, moralista marginal vitoriano (*o filho cinematográfico do romancista Charles Dickens*), Griffith é a reencarnação Estética de Abraham Lincoln, o Presidente que enfrentou os escravocratas do Sul, venceu a Guerra Civil e foi arruinado num Teatro. (ROCHA, 1978. Apud. LABAKI, 1995, pp.24-25.)

DAVID W. GRIFFITH E O NASCIMENTO DA LINGUAGEM CINEMATOGRÁFICA

Considerado o “pai do cinema”, o “Shakespeare do cinematógrafo” que descobriu uma linguagem e instituiu uma gramática, transformando um invento mambembe em arte, David Llewelyn Wark Griffith nasceu em La Grange, no estado sulista e rural do Kentucky, em 22 de janeiro de 1875, num ambiente marcado pelo impacto da derrota sulista na Guerra de Secessão Americana (1861 -1865). Proveniente de uma família requintada, mas pobre, Griffith passou sua infância ouvindo histórias sobre os bons tempos da civilização cavalheiresca do Velho Sul, uma sociedade paradisíaca, onde supostamente senhores e escravos viviam em harmonia, sobre as façanhas heroicas do exército da Confederação e sobre a derrota que o exército da União impôs ao estilo de vida aristocrático dos sulistas.

O seu pai, o coronel Jacob “Thunder Jake” Wark Griffith, foi médico e capitão de cavalaria, tendo servido na Guerra de Secessão como oficial do exército confederado. Faleceu quando Griffith tinha sete anos, deixando-o cercado da aura de heroísmo familiar num passado perdido. Afinal, Griffith ouvia como a sua mãe costurava fardas para os soldados confederados e como o seu pai voltou derrotado para casa, encontrando o Sul semidestruído. Ouvia também outras histórias, sobre como os negros emancipados – o sistema era escravagista – tornaram-se “capertbaggers”, servindo de testas-de-ferro para as negociatas dos brancos nortistas, que se aproveitavam daquebra do Sul para consolidar a sua hegemonia. E ouviu, ainda,

histórias sobre o terrorismo dos negros, de como eles se voltaram contra seus antigos senhores. (MERTEN,1995, pp.24-25.)

Griffith estava muito longe dos homens de ciência e tecnologia que foram os primeiros a fazer sucesso no cinema. Americano romântico, na adolescência, mostrou-se ser um rapaz carente e com grandes expectativas em relação ao futuro. Com a morte do pai a família emigrou para a cidade, onde ele dividia o tempo entre os estudos de jornalismo e os empregos – entregador de jornal, ascensorista e auxiliar em livraria. Ambicioso, tentou interpretar pequenos papéis no teatro da cidade, em 1899, escrevendo pequenos dramas; os quais, ele próprio, não considerava bons o suficiente. No entanto, em 1914, Griffith começou a atuar como ator em Nova York, com o nome artístico de Lawrence Griffith.

Em 1906, aos trinta e um anos de idade, recém-casado com a atriz Linda Arvidson, que conhecera numa turnê por Los Angeles, e estabelecido em Nova York, Griffith travou seu primeiro contato com a arte cinematográfica, ao oferecer um roteiro para o cinema, baseado em “A Tosca”, para Edwin S. Porter, realizador do filme *O Grande Roubo do Trem* (*The Great Train Robbery*, 1903).

No mesmo ano, os poemas e novelas escritos por Griffith encontraram aceitação nas colunas da *Collier's* e da *Cosmopolitan*; sua peça teatral “A Fool and a Girl” (“Um Tolo e uma Moça”) encontrou também seu caminho ao ser acertado a sua montagem em um teatro de Washington. No entanto, dado o fracasso de público e de crítica, foi a sua primeira e última peça teatral encenada. No mesmo ano, Griffith recebeu o convite de Edwin S. Porter e Thomas Alva Edison para atuar como ator nas produções da *Edison Manufacturing Company*. O convite foi aceito e Griffith atuou numa série de filmes, tais como *Salvo do Ninho de uma Águia* (*Rescued from the Eagle's Nest*, 1908). Ao mesmo tempo, Griffith atuou em vários filmes de Wallace Mac Cuchen da *Biograph*.

Na *Biograph*, Griffith desenvolveu trabalhos como ator de cinema e como escritor de curtos sumários de histórias que poderiam ser transformadas em filmes de um rolo. Passou a ser conhecido como ator cheio de ideias e, quando o diretor costumeiro da *Biograph* adoeceu e seu substituto se revelou insatisfatório, os diretores da companhia aceitaram a sugestão de um empregado para testar o talento de Griffith. Este concordou, com a condição de poder voltar a representar se por acaso viesse a fracassar.

Na verdade, Griffith pouco sabia sobre o universo das produções cinematográficas. Na época, porém, não se exigiria dele o trabalho completo de cinematografia que diretores como Edwin S. Porter tinham feito. A *Biograph* fora pioneira na separação e na especialização das tarefas de feitura dos filmes, em grande parte porque empregava um habilidoso cinegrafista, G.W. “Billy” Bitzer, que preferia lidar com a câmera e deixar que outros lidassem com os atores. O diretor na *Biograph* incumbia-se tão somente de escalar os artistas, ensaiar quando havia tempo, passar instruções aos atores e estimulá-los de fora, enquanto a câmera rodava. Neste aspecto, a principal contribuição de Griffith consistiu, naquele momento, em distinguir cinema e teatro. Ele escreveu:

Quando entrei para a *Biograph*, no número 11 da Rua 14, em Nova York, a projeção de um filme não passava de uma representação teatral fotografada. Ao mesmo tempo, o principal atrativo dessa última forma de espetáculo, os diálogos, não existia. A câmera, conforme o costume da época parecia estar pregada no chão [...]. A Iluminação era fornecida ora pela luz natural, ora por lâmpadas de mercúrio dispostas parcimoniosamente no palco. [...] Todas as cenas eram filmadas, do começo ao fim, de um único ângulo. Não existia nenhuma forma de transição para ligar as sequências. (Apud. ARAUJO, 1995, p.37.)

Segundo Paulo Emílio Salles Gomes, David W. Griffith interessou-se pela câmera e pelas diferentes modalidades virtuais de sua utilização. Um homem como Georges Méliès tinha a mentalidade de artesão-artista, e realizava uma forma de espetáculo nova, porém ligada à tradição teatral: por essa razão, não ousava infringir algumas normas tradicionais da linguagem.

Para Méliès, a câmera devia ficar sempre a uma distância convencional da cena representada, como num teatro um espectador conserva-se sempre à mesma distância do palco. Já para Griffith, a câmera era apenas um aparelho registrador: por que não aproximá-la mais dos atores em determinadas cenas, para tornar mais visíveis algumas expressões fisionômicas? Essa foi a primeira grande novidade introduzida por Griffith nas fitas de dez minutos que realizava no tempo de duas ou três por semana.

Para isso, Griffith contou com o apoio de Billy Bitzer, o único que parecia inconformado com a falta de ambição de seus colegas para explorar o novo meio. Os resultados revelaram-se encorajadores, e a etapa seguinte foi, em certas cenas, aproximar a câmera ainda mais do ator, apesar das objeções dos donos da *Biograph*, que por um lado temiam a reação do público – poderia achar esquisito que no meio de uma cena fosse mostrado apenas um pedaço da personagem – e por outro, sentiam-se roubados em não aproveitar o corpo inteiro de atores. Até mesmo os atores reclamavam. Vindos do teatro, se espantaram com os novos métodos, afinal acreditavam que o público pagava para vê-los de corpo inteiro. (Apud. ARAUJO, 1995, p.40.)

Griffith foi paciente. Levou-os para ver as projeções e mostrou-lhes como um plano mais próximo do rosto não era uma mutilação do corpo, mas, ao contrário, realçava a intenção dramática da cena. Além disso, a luz de Billy Bitzer e a maquiagem especialmente concebida para as filmagens, diferentemente da maquiagem teatral usada até ali, salientavam ainda mais suas interpretações.

Graças à nova luz, aos planos aproximados e novas técnicas de maquiagem, mudou também a interpretação dos atores, que passaram a gesticular menos exageradamente. (ARAUJO, 1995, p.37.)

O diretor de cinema, todavia, tinha ainda mais uma tarefa, sem correspondente preciso na literatura ou no drama: cumpria-lhe dar continuidade ao filme. Por continuidade não se entendia apenas o esclarecimento do público a respeito do que estava acontecendo na trama, mas também prender-lhe a atenção, emocioná-lo, cativá-lo e fasciná-lo. Neste aspecto, seu primeiro filme, um melodrama intitulado *As Aventuras de Dolly* (*The Adventures of Dolly*, 1908), satisfez aos empregadores. Dali a quinze dias ele era incumbido de dirigir

toda a produção da *Biograph*, o que significava dois filmes de um rolo por semana e uma comédia adicional de meio rolo ou um melodrama curto. Ele cumpriu esse programa durante mais de um ano e meio; depois disso, entregou os filmes mais curtos e alguns dos filmes de um rolo aos novos diretores que ele treinara.

Desta forma, em 1908 inicia-se na sua vida um período cinematográfico extremamente fecundo e muito produtivo; sobretudo, nos primeiros anos, nos quais iniciou sua carreira, como cineasta, e percursos de várias mudanças e evoluções técnicas e conceituais, na arte cinematográfica, que se estendem desde: a criação do modelo e do padrão fundamental da indústria cinematográfica americana; o início dos moldes e sistematização das superproduções; o aprimoramento da montagem paralela; realização de novas formas de enquadramento, como o *close-up*; desenvolvimento do *travelling* – realização de uma cena com a câmera em movimento; continuidade e unidade de ação nos filmes de batalha; cenografia em dimensões extraordinárias; além de um número espantoso de filmes realizados anualmente, somando-se na sua produção mais de trezentos e noventa e oito filmes, entre curtas-metragens e longas-metragens.

A ambição de Griffith ia mais longe: ele pretendia fazer do cinema um espetáculo autônomo, em que o espectador não assistisse apenas ao drama representado, mas se sentisse dentro dele. Griffith desenvolveu a técnica da montagem paralela, na qual duas ações que se desenvolvem ao mesmo tempo alternam-se na tela. Griffith pensava, sobretudo, no efeito emocional que causava a montagem: a capacidade de envolver o público, de dirigir sua atenção e mesmo seus sentimentos para certos aspectos da história. Sobre essas inovações cinematográficas, Linda Arvidson Griffith, esposa do cineasta, recorda em suas memórias *When The Movies Were Young* (*Quando os Filmes Eram Jovens*), da seguinte passagem: Em outubro de 1908, cinco meses e vinte e nove dias após o seu início como diretor na *Biograph*, Griffith fez um filme, *Muitos Anos Depois* (*After Many Years*), que deixaram pasmos e perturbados os que trabalhavam com ele. O enredo fora tirado de *Enoch Arden*, de Tennyson, a história de um homem que, tendo naufragado no mar, volta para casa muitos anos depois para encontrar a esposa casada de novo e os filhos crescidos.

Assistindo-o na sala de projeção, o pessoal da *Biograph* percebeu que se tratava de um filme diferente de qualquer outro feito até então. A câmera fora trazida para tão perto dos atores que as figuras humanas enchiam o quadro. Em algumas tomadas eram até maiores do que o próprio quadro e só se viam dos joelhos para cima. Pela primeira vez os espectadores puderam ver expressões faciais em todo o correr do filme. Em determinado ponto havia três tomadas separadas da mesma cena para manter o ator perto da câmera enquanto ele se movia no espaço aberto. Conforme ressalta o cineasta Sergei Eisenstein, a partir dos comentários de Lewis Jacobs, autor do livro *The Rise of the American Films* (1939):

O próximo passo lógico era aproximar a câmera ainda mais do ator, no que é hoje chamado de primeiro plano...

Nunca, desde *O Grande Roubo do Trem*, de Porter, cerca de cinco anos antes, um primeiro plano fora visto em filmes norte-americanos. Usado então apenas como um truque (o fora da lei era mostrado atirando na plateia), o primeiro plano se tornou em *After Many Years* o complemento dramático natural do plano geral e do plano total. Indo além do que ousara antes, numa cena

mostrando Annie Lee meditando e esperando pela volta do marido, Griffith ousadamente usou um amplo primeiro plano de seu rosto.

Todos no estúdio *Biograph* ficaram chocados. “Mostrar apenas a cabeça de uma pessoa? O que as pessoas dirão? Isto vai contra todas as regras do cinema!”...

Mas Griffith não tinha tempo para discutir. Tinha uma outra surpresa, até mais radical, a oferecer. Imediatamente depois do primeiro plano de Annie, inseriu a fotografia do objeto de seus pensamentos – seu marido, naufragado numa ilha deserta. Este corte de uma cena para outra, sem conclusão também, desencadeou uma torrente de críticas contra a experiência. (EISENSTEIN, 1990, p.192.)

E a novidade mais surpreendente era que o filme, como o original de Tennyson, contava duas histórias paralelas, passando da esposa para o marido abandonado numa ilha deserta.

“Como é que você pode contar uma história passando assim, de repente, de um assunto para o outro?” perguntaram a Griffith os empregados, de acordo com Linda Arvidson Griffith. “As pessoas não entenderão o que está acontecendo”. E Griffith teria respondido: “Dickens, por acaso, não escreve desse jeito?” (GRIFFITH, 1969, p.66. Apud. SKLAR, 1978, p.67.) Griffith não encontrara sua inspiração para movimentar-se livremente através do espaço e do tempo em *Mary, Queen of Scots*, nem em *O Grande Roubo do Trem*, mas nos romances e nos poemas épicos tradicionais. O enredo do século XIX, num momento crucial, serviu de veículo para a redescoberta dos recursos fundamentais do cinema. Desta vez, graças ao crescimento e desenvolvimento do estilo cinematográfico de Griffith, eles não tornariam a perder-se.

Já a técnica do campo/contracampo, segundo Ismail Xavier, foi utilizada magistralmente em *A regeneração do Alcoólatra* (*A Drunkard's Reformation*, 1909), em que um homem alcoólatra vai ao teatro com sua filha e assiste a um melodrama sobre a regeneração de um alcoólatra. Chocado em ver representados os males do vício e identificar o sofrimento imposto à sua própria família, o homem sai regenerado, voltando a ser novamente um bom chefe de família. Para obter esse resultado de dramatização da tomada de consciência pela personagem, Griffith, pela primeira vez, faz o uso da técnica do campo/contracampo: alterna a imagem do palco (ação) e a imagem do alcoólatra na plateia (reação); repetida a alternância, seguimos as suas mudanças de expressão à medida que a ação evolui no palco. Pela montagem, a situação vivida em determinado espaço é decomposta. Na sucessão das imagens, vemos ora uma porção deste espaço, ora outra – uma direção do olhar, e sua inversão, de modo a observar campos opostos. Evidencia-se, assim, os efeitos do espetáculo sobre a consciência culpada do espectador. Neste jogo espelcular de olhares, em que a identificação do personagem com o que observa no palco tem como meta óbvia criar uma identificação com a situação semelhante por parte das plateias dos cinemas, observadoras tanto do drama no palco, quanto do personagem que o observa. Ou seja, este melodrama moralista se estrutura dando agulhadas no vício e premiações à virtude; no contexto do sermão visual, há prazer na representação do pecado, pois, como justificava Griffith, “é preciso mostrar a face escura do pecado para fazer brilhar a face iluminada da virtude”. (XAVIER, 1984a, pp.19-21.)

O papel de David W. Griffith foi crucial no período de transição, de mudança na linguagem, após o Primeiro Cinema, entre 1908 e 1913-1915. Seu trabalho, como demonstra Tom Gunning, foi o de responder o desafio de “integrar o cinema à cultura dominante”, em resposta a uma verdadeira “crise da estética cinematográfica” revelada pela incapacidade de conseguir adaptar obras literárias famosas de uma maneira inteligível para a nova plateia. O uso que Griffith começou a fazer da alternância, de tempos e espaços, da técnica do campo/contracampo, da aproximação da câmera para definir psicologicamente e do ponto de vista subjetivo os personagens, deu aos filmes uma nova legibilidade, capaz de transmitir “o conteúdo moral e psicológico da narração”⁴. (GUNNING, 1984, pp.79; 83; e 85; COSTA, 1995, p.31.)

No entanto, mesmo encontrando anualmente técnicas novas de aumentar o ritmo e construir a tensão dramática de seus filmes, a ambição artística de Griffith entrou em conflito com o conservadorismo da administração. Os funcionários da *Biograph* eram, ao mesmo tempo, administradores da *Motion Picture Patents Company* e seguiam à risca a cautelosa política de produção do Truste. Nenhum dos seus filmes poderia ter mais de dois rolos de comprimento; os nomes de Griffith e dos atores não podiam figurar nos filmes nem lhes era permitido receber publicidade pessoal. À proporção que crescia sua habilidade e autoconfiança, Griffith começou a se irritar com essas restrições, ainda mais quando a *Biograph* mantinha suas restrições à produção de filmes de longa-metragem, tão almejados pelo cineasta. A habilidade narrativa e a vontade de abordar temas mais complexos esbaravam no padrão rígido de um único rolo (dez – quinze minutos) do qual a companhia não abria mão. Griffith queria mais espaço para elaborar motivações, sugerir significados, ampliar o horizonte da narrativa.

Na Europa e nos Estados Unidos, os filmes mais longos começavam a surgir e obtinham certo impacto, tornando-se, a partir de 1912, uma opção viável para alguns produtores. No entanto, havia o problema de que a maior duração estaria ligada à afirmação da ideia dos “filmes de arte”, cuja proposta era usar atores e peças famosos como tática para tornar o cinema “mais artístico” (XAVIER, 1984a, p.31.)

No princípio de 1913, Griffith foi passar o inverno no sul da Califórnia, onde começou a desenvolver o projeto de um filme de quatro rolos sem informar os diretores da companhia em Nova York. Planejava realizar um filme bíblico épico, baseado na história de Judite e Holofernes, tirado do melodrama teatral de Thomas Bailew Aldrich, de 1904, *Judite de Betúlia* (*Judith of Bethulia*, 1913). No rochoso descampado que se estende na parte do oeste do Vale de São Fernando, construiu um amplo cenário de cidade murada. E ali realizou o seu primeiro longa-metragem, que assinalou a concretização do estilo cinematográfico por ele desenvolvido nos últimos cinco anos.

⁴ Segundo Ismail Xavier, desde 1908, os enredos edificantes e a vontade de fazer dos filmes uma espécie de “imitação da vida” marcavam o esforço do cineasta na instauração de uma nova ordem no imaginário da tela. A consistência da ficção passa a ser também uma questão de enquadramentos adequados, de mudanças de escala na dimensão dos corpos da tela. A filmagem em locação, fora do estúdio, favorece essas transformações. O uso das locações permitiu maiores variações na composição das cenas, seu efeito maior sendo uma nova relação entre o espaço *in* (captado pela câmera) e o espaço *off* (fora de quadro). A nova relação entre *in* e *off* faz parte do processo de legitimação da decupagem, da divisão das cenas em diferentes visões parciais articuladas – os planos. Pouco a pouco, aumentou a complexidade e variedade de movimentos dentro do seu quadro, de maneira que a marca de qualidade dos filmes de Griffith passou a ser a rica composição e os detalhes de cenário e sua direção dos intérpretes, ou da sua *mise-en-scène*. Logo, assumiu a responsabilidade, que até então pertencera aos operadores, de escolher as posições da câmera, para que cada tomada fosse escolhida com o maior cuidado e se tornasse esteticamente mais significativa. Cf. XAVIER, 1984a, pp.32-33.



David W. Griffith: a projeção da figura icônica do cineasta

Cartaz do filme “Judith de Bethúlia” (1913)

A tônica do enfoque da sua epopeia, adotada por Griffith, foi o espetáculo. Procurando ultrapassar os italianos e chamar a atenção do novo público da classe média para as qualidades especiais dos filmes que o drama jamais igualaria, criou cenários opulentos e encheu-os de gente, esforçando-se por conseguir uma variada coreografia de movimento nas tomadas sucessivas: linhas de pessoas que morriam de fome para dentro das portas de Betúlia, o poder irresistível da compacta cavalaria assíria em plena investida, o embate ruidoso de centenas de infantes, as danças serpentinas das huris na tenda de Holofernes. (SKLAR, 1978, p.72.)

A direção da *Biograph* irritou-se com o desprezo de suas regras demonstrado por Griffith, engavetando por mais de seis meses a exibição do filme *Judite de Betúlia*. Inviabilizadas as relações entre o cineasta e a companhia, Griffith decidiu pedir sua demissão em setembro de 1913. Como no período da *Biograph*, Griffith não assinava sua produção e poucos sabiam ser ele o responsável pelo sucesso e eficácia do que para o público eram os *Biograph Films*, o cineasta decidiu publicar no *New York Dramatic Mirror* um anúncio de seu rompimento com a companhia, tornando público o que considerava serem suas inovações. O texto apresenta-o como “*D.W. Griffith, produtor de todos os grandes sucessos da Biograph, que revolucionou o drama cinematográfico e fundou a técnica moderna desta arte*”, informando que o cineasta estava agora à disposição dos interessados⁵. Em seguida, o anúncio enumera filmes e as inovações de Griffith, incluindo o *close-up*, os grandes planos gerais, a montagem paralela (chamada de *switschback*), a sustentação do suspense, o escurecimento da imagem como marca de pontuação, a interpretação mais contida dos atores. Em tudo, o cineasta sublinhava o seu próprio mérito no reconhecimento do cinema como arte genuína. (XAVIER, 1984a, pp.30-31.) Embora tivesse exagerado ao reivindicar para si os méritos de criador de técnicas fundamentais do cinema, muitas das quais já tinham sido praticadas por Edwin S. Porter, Griffith, à diferença dos predecessores, foi realmente o primeiro a compreender que cada nova técnica não era apenas

⁵ O anúncio foi reproduzido no livro: HENDERSON, Robert M. *D.W. Griffith: The Years at Biograph*. Nova York: Farrar, Strauss & Giroux, 1970. p.113.

um truque para chamar a atenção, mas um sinal, um modo especial de comunicação, um elo na cadeia do discurso cinematográfico. Portanto, foi o primeiro a forjá-las num estilo completo e original de movimentação de imagens.

Durante o inverno de 1913-1914, Griffith fez rapidamente quatro longas-metragens para a *Mutual*, que foram bem recebidos e exibiram alguns dos seus truques visuais mais imaginativos, mas destinavam-se essencialmente a dar cumprimento às suas obrigações, pois ele encontrara, por fim, o assunto que estava procurando, o único tema que poderia levar a sua assinatura: um filme sobre a Guerra de Secessão Americana.

A HISTÓRIA NO CINEMA: “O NASCIMENTO DE UMA NAÇÃO” (1915)

O filme *O Nascimento de uma Nação* (*The Birth of a Nation*, 1915) ajudou a consolidar a imagem idealizada da República W.A.S.P. (*White-Anglo-Saxon-Protestant*) americana e a disseminar o medo do “perigo negro”.

A origem do filme foi o romance e a peça de teatro de Thomas Dixon Jr. Intitulada *O Homem do Clã* (*The Clansman*). Em 1902, Thomas Dixon Jr., advogado e sacerdote batista, muito incomodado com o êxito permanente mensagem antiescravista da obra literária e adaptação teatral de “A Cabana do Pai Tomás ou A Vida Entre os Humildes (*Uncle Tom’s Cabin or Life Among the Lowly*, 1851-1852), escrita por Harriet Beecher Stowe (1811-1896), resolveu escrever um romance “contando a verdadeira história da escravidão e da Reconstrução”, intitulado *As Manchas do Leopardo* (*The Leopard’s Spots*, 1902), em que descrevia os males que os negros causaram nos Estados Unidos, particularmente durante o período da Reconstrução (1865-1872), e dramatizava a necessidade de segregar, reprimir e expulsar os negros. Em 1905, Thomas Dixon Jr. publicou um segundo romance, intitulado *O Homem do Clã*, em que apresentava uma visão bastante favorável da “tarefa cumprida” pela Ku Klux Klan⁶ que, por meio de ações terroristas, procurava intimidar a população negra e mantê-la excluída da vida pública. Em 1906, *The Clansman* foi adaptado para o teatro, fracassando em Nova York, embora tenha obtido enorme sucesso por praticamente todo o

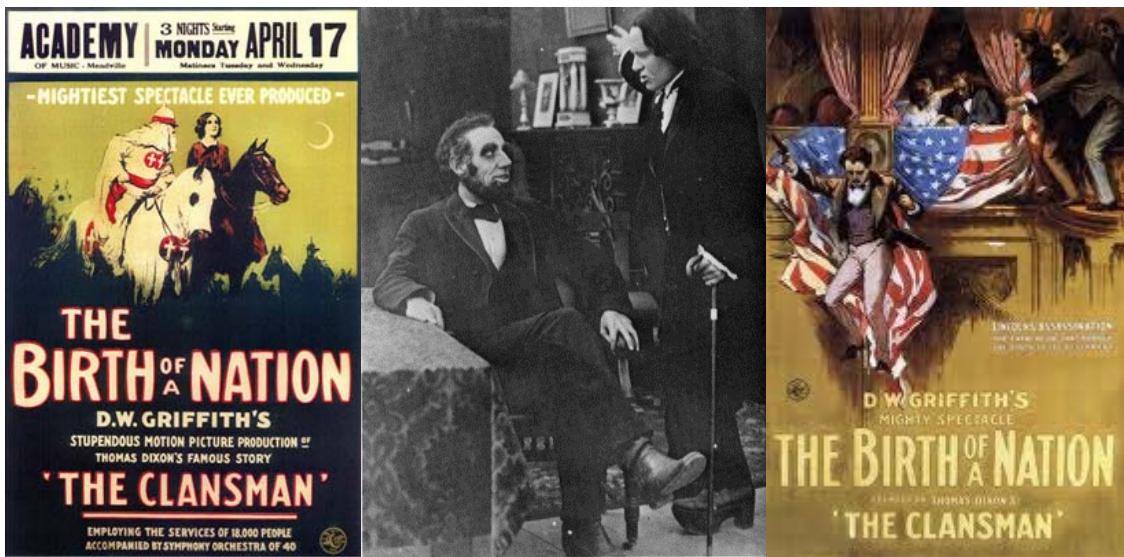
⁶ A Ku Klux Klan, formada por sulistas brancos em 1866, teve sua constituição adotada em 1867 e revisada em 1868. Organização extralegal que recorria a ameaças e à violência em seus esforços para tirar os radicais do poder e restabelecer a supremacia branca nos Estados que se achavam sob o império da Reconstrução. Segundo o seu programa, definia-se como “uma instituição de Cavalheirismo, Humanidade, Misericórdia e Patriotismo, [...] cujos objetivos peculiares são: 1º) Proteger os fracos, inocentes e indefesos contra as indignidades, injustiças e ultrajes dos “sem-lei” violentos e brutais; acudir aos injuriados e oprimidos; socorrer os sofredores e infelizes e, sobretudo, as viúvas e os órfãos de soldados confederados; 2º) Proteger e defender a Constituição dos Estados Unidos, e todas as leis promulgadas em conformidade com ela, e proteger os Estados Unidos e seu povo de toda a invasão, venha esta de onde vier.; 3º) Ajudar e assistir na execução de todas as leis constitucionais, e proteger o povo do sequestro ilegal e do julgamento que não seja pelos seus pares, em conformidade com as leis da terra”. Cf. KU KLUX KLAN – Organização e Princípios (1868). In: SYRETT, 1995, p.225.

país. Em 1912, David Griffith se interessou pelo tema e, com outros sócios, comprou de Dixon os direitos para uma adaptação cinematográfica por vinte e cinco mil dólares. Esta foi a base para o filme *O Nascimento de uma Nação*.

Thomas Dixon Jr. acreditava na superioridade da raça ariana, na violência, na superioridade do branco sobre o negro e do homem sobre a mulher. Em especial, queria despertar a atenção e a preocupação do povo americano para a questão do “perigo negro”, um problema nacional emergencial. Segundo ele, a presença do negro, tanto nortista quanto sulista, ameaçava a civilização branca, anglo-saxônica e protestante (WASP – White-Anglo-Saxon-Protestant) dos Estados Unidos e a santidade da mulher branca, representando uma ameaça tão grande em 1900 quanto em 1868. “*Há sangue negro demais por aqui*”, adverte uma personagem de Dixon, “*capaz de tornar mulata a República inteira*”. Esta obsessão desgastava Dixon. Por isso, quando aceitou vender o seu romance para o cinema, reservou o direito de supervisão sobre as formas em que seria adaptado. Mas o seu material somente ocupou a segunda parte do relato cinematográfico: período da Reconstrução e criação da Ku Klux Klan. Dessa forma, o filme – fiel às suas intenções – jogou com a suposta sexualidade primitiva do homem negro “sub-humano” e com as implicações desta para a sobrevivência da raça anglo-saxônica.

Em linhas gerais, a história é ambientada durante o período da Guerra de Secesão Americana (1861 - 1865) e da Reconstrução (1863/1865-1877), que devastou o país, dividindo-o em duas facções distintas: a parte favorável à União e a facção confederada. Da mesma forma, duas famílias sulistas são sensivelmente tocadas e veem-se separadas pela guerra: os Cameron, favoráveis à secessão e os Stoneman, que defendiam a União.

No início da trama a vida no Velho Sul é apresentada de forma paradisíaca e romântica, com suas crinolinas, suas noções cavalheirescas, suas damas de belos vestidos e modos educados, seu amor à terra e seus negros, personagens benignas, brandas ou cômicas.



Cartazes e cena do filme *O Nascimento de Uma Nação* (1915)

A família Cameron é bastante unida, sentimental e possuía dois fiéis escravos negros. Stoneman, o político da União, é, por outro lado, uma personagem equívoca, desde a primeira cena, pois é o pai da heroína, mas discorda da política do “bondoso e sábio” Lincoln (o presidente divinizado dos EUA), além de possuir uma amante mulata e proteger outro mulato, Silas Lynch, a quem depois concede um mandato no Sul derrotado, para descobrir, tardiamente, que havia protegido um vilão.

Antes da queda de Atlanta, Ben Cameron cai prisioneiro de seu amigo Phil Stoneman, cujo pai é conselheiro de Lincoln. Ben, machucado em combate, apaixona-se por sua enfermeira Elsie, irmã de Phil.

Mesmo a paz decretada, não é suficiente para arrefecer os ânimos, conciliar e desarmar os espíritos. Abraham Lincoln é assassinado por um extremista e os violentos conflitos são ainda mais acirrados por políticos inescrupulosos; somando-se ao caos a ação de grupos de escravos livres, que promoviam a anarquia.

Neste meio tempo, Flora, a caçula dos Cameron, encerralada no alto de um penhasco por um ex-escravo e agora soldado, se suicida para não ser violentada por ele, jogando-se no precipício. Para vingar a irmã, Ben, que acabou sendo salvo pela intervenção de Lincoln, rompe com Elsie e parte para participar da fundação do que tornaria a Ku Klux Klan, irmandade fundada, segundo o filme, com a pretensão de restabelecer a ordem.

Na batalha final, uma tropa anarquista de dissidentes negros, liderada por Silas Linch, cerca os Cameron, que serão salvos, no último momento, pelos cavaleiros da Ku Klux Klan, liderados por Ben Cameron. Logo em seguida, o jovem herói parte para a casa dos Stoneman, onde salvar a sua namorada, filha do notório político radical, de ser violentada pelo mulato Silas.

Os créditos não citam Dixon, nem o presidente Wilson como consultores, mas a influência deles paira sobre o filme. Dixon forneceu o enredo; Wilson, as notas eruditas ao pé de página. Decidido a convencer o público quanto à credibilidade histórica do filme, Griffith invocou *A History of the American People*, um livro de Wilson sobre a Reconstrução sulista, para enfatizar e autenticar as cenas fortes mostradas na tela. “*Meu objetivo*”, disse Dixon a respeito da adaptação inicial de seu romance para o teatro, “é ensinar ao Norte o que ele jamais soube: o enorme sofrimento do homem branco durante o terrível período da Reconstrução; é mostrar para o mundo que o homem branco precisa manter-se, e há de manter-se, superior”. (Apud. LITWACK, 1997, p.138.)

O Nascimento de uma Nação surgiu durante o período mais repressivo e violento na história das relações raciais no Sul dos Estados Unidos. Entre 1890 e 1915, à luz da tensão racial acentuada pela crescente evidência de independência e afirmação do negro (o “Novo Negro”), os brancos buscaram impor rígidos padrões de segregação racial, corrompendo o sistema judiciário e sustentando níveis extraordinários e sem precedentes de violência e brutalidade, culminando com incêndios e linchamentos públicos de homens e mulheres negros. Ao mesmo tempo, as teorias científicas raciais, além da disseminação de caricaturas desumanizadas, reconfortavam os brancos e reforçavam suas crenças e práticas racistas.

Inserido neste cenário, *O Nascimento de uma Nação* procurava alertar para a natureza do “Perigo Negro” e justificar as atrocidades racistas cometidas durante o período da Reconstrução, a partir da história de duas famílias – os Cameron, da Carolina do Sul (o ideal rural) e os Stoneman da Pensilvânia (o impulso abolicionista dos republicanos radicais) – e das relações entre elas. Griffith procurou apresentar uma visão de um Norte desorientado, induzido por fanáticos radicais como Austin Stoneman e demagogos mulatos como Silas Lynch (o protegido de Stoneman), juntamente com aproveitadores escusos nortistas e sulistas, usou os votos dos ingênuos e ignorantes escravos recém-alforriados para vincular um despotismo negro ao Sul.

Através de imagens fortes, o filme imprimiu nos americanos uma visão determinada da realidade. A Reconstrução, diz um subtítulo, foi “*a agonia que o Sul suportou para que nascesse uma nação*”. A câmera capta graficamente os detalhes soturnos dessa “agonia”: homens negros ingratos, corruptos, impudentes, cheios de ambições inflamadas pela abolição e pelos direitos civis,

aterrorizam brancos indefesos, expulsando-os das calçadas, bloqueando-lhes o acesso às urnas e cortejando suas mulheres. Os negros brandem cartazes com dizeres: “Direitos Iguais, Política Igual e Casamento Igual”. Ridicularizam e acorrentam os antigos donos. Abusam das “almas fiéis” (os criados dos Cameron) que ainda sentem orgulho de seus senhores brancos. Zombam do governo democrático, sentando-se descalços nas assembleias legislativas, tomando uísque diretamente do gargalo da garrafa e comendo frangos não desossados ao mesmo tempo em que aprovam um estatuto legitimando casamentos inter-raciais. Por fim, enlouquecidos pelo poder e pela luxúria, os negros inevitavelmente se lançam sobre as posses mais valorizadas dos homens brancos: suas mulheres. Gus, um “renegado negro” depravado, ex-escravo dos Cameron, obriga uma moça branca (a caçula Cameron) a saltar para a morte numa tentativa de resguardar a sua pureza virginal. E Silas Lynch, cuja luxúria é aguçada pela candidatura a governador de província, tenta forçar uma donzela branca amordaçada e indefesa (a filha de Austin Stoneman) a casar-se com ele: “*Vou construir um Império Negro*”, diz ele, “*e você, como minha rainha, reinará ao meu lado*”. (LITWACK, 1997, pp.138-139.)



Cenas do filme *O Nascimento de Uma Nação* (1915)

Ao mesmo tempo em que explora todos os tradicionais estereótipos de raça, a maioria de seres passivos e bondosos, o filme introduz a imagem relativamente nova do negro como agressor (“o crioulo ruim”), que assume nesse processo os disfarces de um revolucionário (Lynch) e de um brutamonte pervertido sexual (Gus). O importante não é que os negros sejam representados como maus ou simpáticos: é estarem todos desumanizados, desde os servos domésticos, cegamente fiéis, submissos e saciados, até a massa bruta de mesquinhos, estúpidos, insolentes e brutais escravos alforriados. Mas, sem dúvida, o vilão mais perigoso é o mulato Silas Lynch, que combina a sexualidade e a luxúria do negro selvagem com as proezas intelectuais e organizadas que só o seu sangue branco pode explicar.

Neste aspecto, resta a Ku Klux Klan (“os libertadores da década de 1870”) mobilizar e esvaziar as ruas para salvar o Sul da “anarquia do domínio negro” e restabelecer a supremacia branca. Nitidamente, insinua o filme, só o fim da Reconstrução merece ser comemorado – a triunfal redenção da honra, da virtude e da raça quando, nas palavras de Woodrow Wilson, “finalmente terminou o domínio negro dos aventureiros sem escrúulos e se estabeleceu a ascendência natural, inevitável, dos brancos, a classe responsável”.

Evocando o espírito e o tema principal do filme, a sofrida família Cameron se refugia em uma cabana ocupada por dois veteranos da União, a quem une forças para resistir aos soldados negros que a perseguem. A legenda diz tudo: “*Os antigos inimigos do Norte e do Sul estão de novo unidos em defesa comum de seu berço ariano*”. Na conclusão do filme, até os nortistas ingênuos e enganados (os Stoneman), que havia inicialmente apoiado a Reconstrução, acabam se dando conta da sua tolice. A redenção do Sul – e da nação – recebe inclusive uma sanção bíblica, com Jesus Cristo no “altar do amor fraterno” supervisionando (ou assim parece) o triunfo glorioso da Ku Klux Klan e da supremacia branca. Nesta redenção, segundo Dixon e Griffith, nasceu efetivamente a nação americana: ou seja, só depois de os brancos recuperarem a supremacia absoluta à base de uma consciência racial nacionalizada, e só depois de o Norte aquiescer à “solução final” do Sul para o “problema racial”⁷.

⁷ LITWACK, 1997, p.136. O filme mostrou ser um sucesso extraordinário, tornando-se uma das maiores atrações de bilheteria da história do cinema. Sua estreia, em 4 de fevereiro de 1915, contou com a participação de veteranos de guerra, conseguindo ficar 44 semanas em cartaz. O custo da produção foi de US\$ 110.000, chegando a render US\$ 15 milhões desde então. Ou seja, foi um êxito de bilheteria sem precedentes, tornando-se um filme essencial para o surgimento de Hollywood. O sucesso do filme não se restringiu apenas aos EUA, pois, de 1915 a 1946, cerca de 200 milhões de pessoas assistiram-no em todo o mundo, sendo o sucesso particularmente mais impressionante na Alemanha e na África do Sul. O presidente Woodrow Wilson viu *O Nascimento de Uma Nação* em sessão privada na Casa Branca. Foi o primeiro longa-metragem produzido ali, e um dos mais indicados para um presidente sulista que abraçava a ideologia da segregação racial e mantinha um discreto silêncio sobre o triunfo do terrorismo branco em sua terra natal. “É a História escrita em relâmpagos”, foi, segundo consta, o comentário dele sobre o filme, “e eu só lamento que seja tudo tão terrivelmente verdadeiro” (alguns anos mais tarde, quando o filme incitou tensões raciais, Wilson o qualificaria de “uma produção infeliz”). Mas para os afro-americanos, o filme permanece como um dos principais artefatos de uma ideologia racial que lhes nega a própria humanidade. Com *O Nascimento de uma Nação*, escreveu Ralph Ellison, “a propagação de imagens subumanas de negros tornou-se, financeira e dramaticamente, lucrativa. O negro como bode expiatório podia ser vendido como diversão, podia até ser exportado. Se o filme se tornou o maior manipulador do sonho americano, para os negros esse sonho contém uma forte dose da matéria de que são feitos os pesadelos”. Apud. LITWACK, 1997, p.141. É importante lembrar, segundo Leon F. Litwack, que os principais artistas “negros” do filme eram brancos com os rostos pintados de negro; os verdadeiros afro-americanos só aparecem, na maior parte, em cenas de multidão. Depois de “pesar cuidadosamente todos os detalhes concernentes”, observaria Griffith, mais tarde, “a decisão foi não ter sangue negro entre os protagonistas”. Alguns argumentam, em defesa de Griffith, que ele foi o primeiro diretor a empregar negros como extras (ele os acomodava em tendas segregadas, nas vizinhanças do estúdio Griffith). No entanto, o simples uso desses extras trouxe alguns problemas efetivos: em uma das sequências de brigas, envolvendo tanto artistas negros como brancos de rostos pintados, o combate se tornou tão violento que vários atores precisaram ser hospitalizados. Cf. LITWACK, 1997, p.140.

BIBLIOGRAFIA:

- ARAUJO, Inácio. *Cinema: o mundo em movimento*. São Paulo: Scipione, 1995.
- COSTA, Flavia Cesarino. *O Primeiro Cinema*. São Paulo: Scritta, 1995.
- EISENSTEIN, Sergei. “Dickens, Griffith e Nós” (1943). In: _____. *A Forma do Filme*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- FORD, Charles. *Hollywood Story*. Paris: La Jeune Parque, 1968.
- GRIFFITH, Linda Arvidson. *When The Movies Were Young* (1925). Nova York: Dover, 1969.
- GUNNING, Tom. “De la fumerie d’opium au theater de la moralité: discours moral et conception du septième art dans le cinema primitif américain”. In: MOTTET, Jean (Ed.). *D.W.Griffith: Colloque International*. Paris: Publications de La Sorbonne / Éditions L’Harmattan, 1984.
- HENNEBELLE, Guy. *Os Cinemas Nacionais Contra Hollywood*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LITWACK, Leon F. “Nascimento de uma Nação - The Birth of a Nation”. In: CARNES, Mark C. (org.). *Passado Imperfeito. A História no Cinema*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.
- MERTEN, Luiz Carlos. *Cinema: um zapping de Lumière a Tarantino*. Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed., 1995.
- MINTZ, Steven; ROBERTS, Randy. *Hollywood’s America. United States History Through Its Films*. Nova York: Brandywine Press, 1993.
- PEREIRA, Wagner Pinheiro. “O Cinema e as Teorias de Limpeza Racial nos Estados Unidos da América, União Soviética e Alemanha Nazista: Doutrinação e Extermínio”. In: MONTEIRO, Yara Nogueira & CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Orgs.). *As Doenças e os Medos Sociais*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012a.
- _____. *O Poder das Imagens. Cinema e Política nos Governos de Adolf Hitler e Franklin D. Roosevelt (1933-1945)*. São Paulo: Alameda, 2012b.
- ROCHA, Glauber. “Griffith”, 12/08/1978. In: LABAKI, Amir (Org.). *FOLHA conta 100 Anos de Cinema*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- SCHATZ, Thomas. *O gênio do sistema: a era dos estúdios em Hollywood*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SKLAR, Robert. *História Social do Cinema Americano*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.
- SYRETT, Harold C. (org.). *Documentos Históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.
- XAVIER, Ismail. *D. W. Griffith*. São Paulo: Brasiliense, 1984a.

_____. *O Discurso Cinematográfico – A Opacidade e a Transparência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984b.

Martin Luther King e os Direitos Civis: A Visão Conservadora. Rodrigo Farias¹

IUPERJ
azel79@gmail.com

Quarenta e cinco anos após sua morte, o lugar de MLK no panteão dos modernos heróis norte-americanos parece assegurado. Os sinais são claros: por decisão federal, desde 1983, a 3^a segunda-feira de janeiro lhe é dedicada; em outubro de 2011, sua imagem foi eternizada em um memorial em Washington e o movimento dos direitos civis que ele ajudou a liderar é frequentemente lembrado como o grande marco na história dos movimentos sociais do século XX. Mais que um líder *negro*, King se tornou um ícone nacional, uma fonte de inspiração para os americanos os que buscam se engajar no bom combate por uma sociedade mais justa.

Em retrospecto, pode parecer estranho para um brasileiro do século XXI que King, cuja reivindicação essencial era a igualdade de direitos civis teoricamente já consagrados na Constituição americana pelo menos desde o fim da Guerra Civil, tenha sido uma figura controversa. Claro, entende-se que ele tivesse detratores no Sul segregado, onde o racismo entranhava-se na própria letra da lei; a imagem dos membros encapuzados da Ku Klux Klan, não raro com uma cruz em chamas ao fundo, é provavelmente reconhecida pela maioria das pessoas cultas, mesmo não especializadas. Mas a verdade é que as críticas a King e ao movimento dos direitos civis não se limitaram aos segregacionistas *strictu sensu*, e a posição do Sul nem sempre foi defendida com a linguagem óbvia de uma KKK. Muitas vezes, elas assumiram formas bem mais sutis, que até contornavam a questão racial propriamente dita. Naturalmente, não nos referimos aqui às críticas ocasionais de aliados, geralmente focadas na propriedade do *método* de protesto — por exemplo, liberais preocupados com as consequências políticas de um ataque mais incisivo ao *Establishment* sulista, cuja influência em comissões-chave do Congresso era considerável. Esses ao menos reconheciam que o problema existia e, em linhas gerais, tinham objetivos comuns com os direitos civis. Outros grupos, porém, tinham divergências de fundo *ideológico* em relação ao movimento de King; e, ainda que pudessem alegar simpatia pelas finalidades últimas da campanha, analisavam-no a partir de premissas bem diferentes. É deles de que trataremos aqui.

Em 19 de novembro de 1955, doze dias antes do famoso incidente com Rosa Parks em Montgomery, Alabama, que deflagrou o movimento dos direitos civis, *National Review* chegou às ruas. Fundada por um jornalista de apenas 30 anos, William F. Buckley Jr., a revista começava com grandes ambições: ser para a direita intelectualizada americana o que a *New Republic* ou a *Nation* eram para os liberais. Em outras palavras, um semanário voltado para pessoas cultas, formadoras de opinião, com o objetivo de contrabalançar a alegada supremacia ideológica do liberalismo nos EUA do pós-guerra. Falando em nome de

¹ Este artigo se baseia em uma pesquisa de doutorado defendida recentemente na UFF, à qual remetemos o leitor interessado em um aprofundamento. Cf. SOUSA, 2013.

um *conservadorismo* que congregava correntes até então largamente díspares, a *NR* teria um papel formador para essa faixa do espectro político durante a Guerra Fria. Sob a batuta de Buckley e seus colaboradores, o movimento conservador distinguiu-se de organizações e aspectos da direita americanas tidas como “extremistas” e portanto inaceitáveis, como a John Birch Society e a KKK, por um lado, e o antisemitismo, por outro. Esse conservadorismo elegante e culturalmente sofisticado, que procurava oferecer uma alternativa viável às posições liberais, nem por isso deixava de ter muito em comum com os extremistas nos alvos que escolhia para suas críticas. Isso é particularmente visível no caso dos direitos civis. Mas, como a *National Review* era uma revista de opinião e teve uma certa pluralidade de abordagens ao longo dos anos, vamos examinar aqui apenas alguns dos argumentos mais recorrentes pelos quais a *NR* fazia causa comum com os segregacionistas no que dizia respeito especificamente ao ativismo de protesto pelos direitos civis e à figura de Martin Luther King.

O primeiro registro sobre os direitos civis na revista aparece em abril de 1956, por ocasião de um lance famoso do boicote de Montgomery, liderado por King. Numa tentativa de minar o movimento, as autoridades municipais enquadraram 89 líderes do movimento, King incluído, numa lei antiboicote de 1921. Em desafio, todos os indiciados se apresentaram ao mesmo tempo à polícia, o que chamou a atenção da imprensa para a campanha contra a segregação dos ônibus locais. Em uma nota não assinada na seção “The Week”, intitulada Foul, de 18/4/1956, o próprio William F. Buckley Jr. diz:

A lei do Alabama sob a qual os líderes do boicote negro foram condenados é, obviamente, uma lei ruim — como é qualquer lei que penaliza seres humanos por exercerem, de forma legítima, seu direito ao protesto contra quaisquer leis ou costumes que consideram ofensivos. [...]

Nós acreditamos que a força da lei não deve ser usada pelo governo federal para forçar a integração. E acreditamos que a força da lei não deve ser usada para privar negros de seu direito de protestar, ou do direito de competir com instituições ou negócios estabelecidos. Se os negros quiserem assumir o fardo econômico de estabelecer uma linha de ônibus separada, eles devem ter permissão para fazê-lo, e as pessoas brancas de Montgomery, se possuem orgulho, devem ser rápidas em permitir isso a eles. Da mesma forma, para a segregação à qual se afeiçoam, os brancos devem estar preparados para pagar o custo total — vinte centavos por corrida, em vez de dez, se preciso for.

Apesar de simpático ao movimento, o texto já traz uma das principais premissas das críticas que logo seriam feitas pela *NR* aos ativistas pelos direitos civis: a desconfiança em relação ao uso do Estado como instrumento de reforma. Ela era decorrente do que o historiador George H. Nash apontaria como um dos três componentes básicos do pensamento conservador americano no pós-guerra: o *libertarianismo*, que, junto com o *tradicionalismo* dos chamados conservadores culturais e o *anticomunismo* que animava praticamente toda a direita (e grande parte da esquerda) nos Estados Unidos, informavam a equipe da *National Review* (NASH, 1979). Ora, na visão libertária, influenciada por figuras como Friedrich Hayek, autor de *O Caminho da Servidão*, o Estado possui uma perigosa tendência a abusar de seus poderes, mesmo quando guiado por boas intenções, e por isso deve ser limitado às suas funções básicas, como a segurança e a manutenção da lei e da ordem. Fazer dele um instrumento de reforma social, expandindo suas funções, era, além de pouco

eficiente, era abrir o caminho para a tirania. Reformas do tipo reivindicado pelos negros de Montgomery deveriam, quando necessário, ser feitas pela própria sociedade, de forma “orgânica”, sem o uso do poder estatal. Boicotes organizados por uma comunidade local descontente contra uma prática adotada por uma empresa de ônibus eram compatíveis com essa premissa, daí a simpatia de Buckley; mas essa boa-vontade se mostraria efêmera. Uma breve olhada no contexto nos mostra por quê.

O movimento de Montgomery não surge isoladamente. Ele aparece no momento em que uma série de decisões da Suprema Corte vinha desferindo golpes cada vez mais fortes na segregação racial institucionalizada no Sul do país. O mais recente e controverso vinha de *Brown v. Board of Education*, decisão de 1954 que declarava ilegal a segregação nas escolas públicas americanas, uma das principais características do sistema escolar sulista. Mais do que qualquer outra decisão o gênero, *Brown* gerou comoção, pois tinha grande abrangência e tornava fora da lei um dos pontos mais caros à ordem racial sulista. Não por acaso, os sulistas reagiram num esforço de “resistência massiva” que incluiu desde protestos irados de congressistas até manifestações populares, promessas eleitorais de volta ao *status quo ante* e atos de terrorismo. No plano mais intelectual, discussões sobre o federalismo americano e os direitos dos estados reemergiram com grande força, não raro aproveitando argumentos que datavam de antes da Guerra Civil. Afinal de contas, tinha o governo federal o direito de destruir o modo de forma tão drástica o modo de vida tradicional de toda uma região do país?

Quando o movimento dos direitos civis evoluiu para causas mais amplas, do fim da segregação nos ônibus de Montgomery para o combate à segregação em geral em todo o Sul, o apelo à intervenção federal se tornou central em sua estratégia. Segundo os preceitos delineados pela não violência de Gandhi, e depois adaptados e explicados pelo próprio Martin Luther King, o movimento dos direitos civis procurava dramatizar a injustiça da segregação racial e, por meio de grandes manifestações e da desobediência civil, induzir os cidadãos do Norte e especialmente o governo central a se mobilizarem contra o cassação de direitos e a opressão entranhadas nas chamadas leis Jim Crow.² Eles sabiam que, sem ajuda externa, seria muito difícil, senão impossível, reverter décadas de preconceito institucionalizado e garantir seus direitos constitucionais. Ao contrário dos conservadores da *National Review*, não estavam mais dispostos a esperar por uma mudança “orgânica” necessariamente lenta e gradual. Como diria King:

Por anos até agora eu tenho ouvido a palavra “Espere!”. Ela ressoa no ouvido de cada negro com uma familiaridade perfurante. Esse “Espere!” tem quase sempre significado “Nunca”. Nós temos que perceber, junto com um de nossos renomados juristas, que “justiça atrasada demais é justiça negada”.³

² “Jim Crow”, originalmente um personagem de espetáculos itinerantes, se tornou sinônimos das leis que institucionalizavam a segregação racial nos estados sulistas.

³ A citação é do melhor tratado de King a respeito da estratégia não violenta adotada por ele e sua SCLS: *Letter from a Birmingham jail* (1963). Disponível em: http://www.africa.upenn.edu/Articles_Gen/Letter_Birmingham.html. [Acesso em: 1º de junho de 2013.]

A partir daí, é fácil entender como a *NR* interpretou, nesses primeiros anos, o movimento dos direitos civis. Claro, é preciso esclarecer que o racismo não era um elemento na *ideologia* conservadora que se formava. Nenhum de seus componentes — o tradicionalismo, o libertarianismo ou o anticomunismo — tratava de questões raciais. Mas, sendo homens de sua época, esses homens e mulheres refletiam valores e ideias em circulação, e isso transparecia nas maneira como liam os eventos do seu tempo. Ideias racistas podiam, portanto, aparecer em qualquer segmento do espectro político. No entanto, no caso de comunistas, socialistas e liberais, a preocupação com a promoção do igualitarismo tornava-os, em média, muito mais abertos a propostas reformistas. Já com os conservadores, desconfiados do reformismo supostamente “utópico” dos liberais e em alerta contra o uso de ideias igualitárias como instrumentos de subversão em um mundo bipolar, era diferente. Numa era plena de contestações e exigências de reforma, o conservadorismo, às vezes inadvertidamente, se prestou com facilidade à manutenção de uma ordem racista. Pois, ao enquadrar a estratégia dos direitos civis essencialmente em termos libertários, isto é, como um embate entre um poder central em perigosa expansão e estados reclamando o direito de viverem segundo suas próprias tradições — e isso numa época em que o mundo era ameaçado pelo *coletivismo* tirânico do comunismo —, os editores da *NR* acabaram se pondo ao lado destes últimos, a despeito dos variados argumentos pontuais com que justificaram essa atitude. Naturalmente, em se tratando de uma revista de opinião cuja principal matéria-prima eram comentários sobre os fatos do dia e que reunia os mais diversos (e por vezes idiosincráticos) colaboradores, havia outros elementos nas críticas direcionadas aos direitos civis. Alguns podem ser considerados como tipicamente conservadores, como o questionamento à desobediência civil como ferramenta legítima de protesto e também a desconfiança das grandes mobilizações populares como meio de pressão sobre o Congresso. Todos esses três aspectos estavam na base da estratégia dos direitos civis e da liderança de Martin Luther King. Vejamos alguns exemplos das reações da *National Review*.

Em 1961, um grupo de ativistas do *Congress for Racial Equality* (CORE), uma das várias organizações aliadas de King na luta pelos direitos civis, resolveram testar a eficácia das leis que proibiam a segregação racial nos terminais rodoviários do Sul. Chamadas de *freedom rides* (“jornadas da liberdade”), tais viagens frequentemente resultavam em multidões furiosas atacando os ônibus dos ativistas, e considerável repercussão na imprensa. Buckley então comentou, em artigo intitulado *Let us try, at least, understand* (“Tentemos, ao menos, entender”), de 03/6/1961:

Contudo, é irrelevante aqui que Jim Crow nas rodoviárias nos pareça desnecessário, e mesmo errado. Não parece errado ao sulista branco mediano, nem a experiência diz que o sulista branco mediano deva ser razoável ao fazer essa concessão específica. Como o Professor Richard Weaver tem escrito em NATIONAL REVIEW, o que o Norte está pedindo ao Sul é que abandone o seu regime, o conjunto de tradições e convenções e ajustes que compõem um modo de vida que é diferente do nosso. O Sul vê o ataque a Jim Crow como meramente uma proposição em uma série sorítica⁴ cujo fim necessário é o abandono, para um governo estranho e cosmopolita alojado numa capital remota do leste, Washington, do direito de determinar a forma, e a qualidade, da vida sulista. Não importa que nós (cujo Jim Crowismo é mais sofisticado) discordemos ou desaprovemos esse regime, ou da parte dele

⁴ Referente a “sorites”, definido pelo *Houaiss* como: “polissilogismo no qual o atributo da primeira proposição se torna sujeito da segunda, o atributo da segunda, sujeito da terceira, e assim sucessivamente, e no qual a conclusão une o sujeito da primeira e o atributo da última”. (HOUAISS ELETRÔNICO, 2009).

que requer a separação das raças. Isso é o que *eles* sentem, e *eles* sentem que a vida *deles*, cabe a *eles* estruturar [...].

Buckley não questiona que os sulistas vejam Washington como representando um “governo estranho e cosmopolita”. Está muito mais preocupado em pedir ao leitor que tenha empatia para com eles, que se coloque em seu lugar, do que com a violência que tomou lugar contra os ativistas. Sim, ele dá a entender que Jim Crow é um erro, mas isso é secundário. É o esmagamento da autonomia do Sul em nome da igualdade racial que está no centro do artigo. Assim apresentada, a posição do Sul, e por extensão das pessoas que se deram ao trabalho de ir às rodoviárias para agredir ativistas de ambas as raças que ousaram partilhar o mesmo ônibus e as mesmas instalações, soa quase como justificada, como *compreensível*. Se havia alguém a quem responsabilizar, subentende-se, não seriam muito mais os que haviam despertado tais sentimentos? Os ativistas, talvez? O governo? Ambos?

Não é que *National Review* negasse que havia um problema com a segregação. Mais de uma vez ela lamentou os atos de violência e a paixão motivada pelo preconceito racial. Mas, quando se tratava de forçar os sulistas a buscar uma solução, de chocá-los com atos de desafio às suas regras raciais, invariavelmente a revista se punha, ainda que com uma linguagem eventualmente conciliatória e alguns eufemismos, ao lado do *Establishment* branco. Podemos ver esse padrão na forma como a revista reagiu a alguns dos pontos altos da atuação de King e sua *Southern Christian Leadership Conference* (SCLC).

Em 1963, a violência da repressão a manifestações pelos direitos civis em Birmingham, Alabama, favoreceu uma maior cooperação do governo liberal de John Kennedy com os negros ativistas. Um resultado disso foi a grande Marcha sobre Washington por Empregos e Liberdade, em 28 de agosto, um evento multirracial que procurava mostrar ao país e ao mundo como a questão dos direitos civis podia ser ampla — a questão econômica já vinha no título — e gozava do apoio de vários setores da sociedade. Até hoje, a Marcha é lembrada como um dos pontos altos do movimento e da carreira de King, que fez história com seu discurso *I Have a Dream* (KING, 1968). Para os organizadores, contudo, a manifestação seria uma demonstração de força, visando a acelerar um novo projeto de lei de direitos civis em tramitação no Legislativo, além de uma exortação de alcance nacional contra a injustiça e a violência da discriminação racial. Mas, para *National Review*, o evento, que viria a reunir mais de 200.000 pessoas, teve um significado bem diferente. Na véspera de sua realização, a revista lançou um editorial não assinado (portanto, um posicionamento oficial) redigido por Buckley, intitulado *When the plaintiffs go marching in*. Nele, após assinalar que a marcha começara a granjeiar apoios não diretamente relacionados aos direitos civis, desde grupos judeus até o clero protestante e o próprio presidente Kennedy, diz Buckley que ela carecia de “um propósito definido”, visto que já havia um projeto de lei sobre os direitos civis no Congresso, e era “por natureza indisciplinada”. O projeto em si era uma medida “duvidosa em sua genealogia constitucional e efeito sociológico” como solução para a “controversa situação racial” do país, e esse era um defeito que não se resolvia com o “estampido de centenas de milhares de pessoas em Washington que anseiam por uma peça de legislação, e danem-se os argumentos contra ela”. Se os congressistas votassem a favor do projeto tão-

somente por causa do clamor da multidão à sua porta, então o prejuízo seria duplo: tanto à causa do progresso interracial quanto à das instituições livres. Estar-se-ia substituindo — e aqui Buckley ecoa uma crítica milenar à democracia — a reserva e a meditação necessárias à apreciação serena do projeto pela *mobocracy*.⁵

Manifestações de massa, em uma sociedade livre, devem ser reservadas para situações nas quais simplesmente inexiste dúvida quanto ao curso moral correto. Se é verdade que não se pode confiar no Congresso para redigir uma lei manifestamente justa e de forma imperativa, então, e só então, a pressão da multidão tem lugar. Mas o emprego da multidão em circunstâncias que clamam por pensamento e discussão e meditação é um recurso perigoso. Qual sociedade, em que tempo da história, foi livre, e justa, e civilizada, e governada pela multidão?⁶

O problema negro, diz ele ainda, é do tipo que “não pode ser resolvido nem pela mais artística peça de legislação”. E explica:

O próprio Salomão não conseguiria aparecer com uma lei nacional que drenasse os ressentimentos de James Baldwin⁷ quando lhe recusaram uma bebida no aeroporto de Chicago ou foi insultado por um policial na Times Square.⁸ O tipo de “progresso” projetado sob a lei de direitos civis é o tipo de progresso baseado na premissa de que se pode levar as pessoas a fazerem, sob pressão coercitiva, coisas que elas não estão dispostas a fazer. [...] Existem realmente amigos verdadeiros e sábios da raça negra que creem que uma lei federal, deduzida artificialmente da Cláusula de Comércio da Constituição e da 14^a Emenda, cujo efeito marginal será instruir pequenos comerciantes do Sul Profundo sobre como eles devem conduzir seus negócios, não é de forma alguma o caminho para promover o tipo de entendimento que é a base de uma relação progressiva e caridosa entre as raças.

O ceticismo quanto à eficácia da lei se baseia no fato de que a raiz do problema, o preconceito racial, não poderia ser extirpado com estatutos. Mais uma vez, parte-se do princípio de que o Estado não pode substituir os processos orgânicos da própria sociedade. Da mesma forma, o libertarianismo de Buckley não admite a pretensão de se ditar a comerciantes individuais a quem e como devem atender em seus negócios, que, afinal, são privados. Ao tentar resolver um problema, a solução estatista reivindicada pelos direitos civis e seus aliados acabava criando outros, de maior consequência. Afinal, quando o Estado começa a microgerenciar os negócios cotidianos dos cidadãos, não se está no mesmo “caminho da servidão” de que Hayek falava? Seria certo violar direitos para proteger outros? Essa argumentação continuou a ser recorrente na *NR*, e frequentemente aparecia nas críticas a leis antidiscriminatórias.

⁵ Derivada de *mob*, “multidão”, *mobocracy* seria literalmente o “domínio ou governo da multidão”. Na linguagem erudita da filosofia política clássica, o termo correto seria “oclocracia”.

⁷ Escritor, poeta e crítico social americano, Baldwin (1924-1987) destacou-se como um dos mais ácidos críticos da discriminação racial nos EUA. Sua postura combativa, no entanto, por vezes beirava um certo niilismo, e suas críticas se estendiam não só ao racismo em si, mas daí à toda a civilização americana e até à religião cristã, o que o tornou um alvo frequente da *National Review*. Entre suas obras mais conhecidas na época de que estamos tratando, contam-se *Notes of a native son* (1955) e *The fire next time* (1963).

⁸ Alusão a dois incidentes em que Baldwin relatou ter sido vítima de discriminação.

Mas, se a Marcha sobre Washington era um erro por tentar forçar a mão do Congresso, que dizer da atuação do movimento dos direitos civis em si? À parte o clamor pela intervenção federal — sempre um anátema à luz do libertarianismo embutido na linha conservadora da *National Review* —, haveria mérito na maneira como o movimento se conduzia nos anos 1960?

A resposta curta é que a revista sempre deu espaço a questionamentos e mesmo invectivas contra a maneira como o movimento era conduzido. A não violência, por exemplo — que, em retrospecto, pode parecer um dos grandes méritos da metodologia do ativismo negro da época — também podia ser apresentada de uma perspectiva desfavorável. Isso porque a não violência, aliada próxima da desobediência civil, geralmente implicava uma *provocação* ao oponente, demonstrando, ao mesmo tempo, que não se reconhecia a legitimidade de determinada norma imposta por ele e desafiando-o à repressão. Caso esta acontecesse, em se mantendo a atitude não violenta, o ônus moral (e, deve-se dizer, midiático) seria todo dele — o que um dos introdutores do pensamento gandhiano nos EUA, Richard Gregg, batizou de “jiu-jitsu moral” (GREGG, 1960).

O caso mais dramático, e trágico, desse tipo de tática foi no “Domingo Sangrento” em Selma, Alabama, em 7 de março de 1965. Os organizadores, dos quais a SCLC fazia parte, preendiam marchar de Selma até a capital do estado, Montgomery, e para isso era necessário cruzar uma ponte, a Edmund Pettus. Mas lá eles se depararam com uma barreira policial organizada pelo xerife local, Jim Clark, um segregacionista convicto. Ao tentarem negociar, os manifestantes receberam ordem para desbandar e voltarem para suas casas. Pouco depois, os policiais atacaram os ativistas, sem nenhum pudor diante da imprensa que registrou tudo em fotos de brutalidade impressionante. O fato causou indignação e mal-estar em todo o país, acrescentando mais um exemplo à longa lista de abusos contra negros em protestos pacíficos. Mas a *National Review* recusou-se a engrossar o rol dos indignados. No editorial não assinado *Why they riot*, de 9 de março de 1965, seus petardos foram em direção contrária:

O Rev. Martin Luther King pode ser pessoalmente um homem não violento. O que ele tem provado com seus atos públicos, entretanto, e provado de novo e de novo, é que ele é a fonte da violência nos outros. Não é o costume de um homem de paz fazer ameaças como a de King em 18 de fevereiro: “É hora de dizermos àqueles homens [empresários brancos], ‘Se vocês não fizerem algo sobre isso, nós praticaremos formas mais amplas de desobediência civil’. Nós poderemos marchar para fora desta igreja esta noite e ficar de pé no tribunal a noite toda.” Se esse é o tipo de coisa que um homem sai dizendo por aí, então a paz não é o que ele está procurando.

E prossegue:

King, o apóstolo da não violência, o ganhador do Nobel? Em 24 de fevereiro, um homem do *Times* em Selma, Roy Reed [...], afirmou assim os objetivos de King: “O raciocínio dos negros em realizar marchas noturnas é provocar o elemento racista nas comunidades brancas a mostrar seu pior”. Não violentamente, é claro.

Após o “Domingo Sangrento”, King, que não tinha participado da primeira marcha, comandou uma outra, até apenas a ponte Edmund Pettus, onde comandou uma sessão de oração. A SCLC estava tentando obter uma ordem judicial garantindo a não interferência da polícia, o que só foi conseguido mais tarde. Finalmente, no dia 21 de março, o plano original de marchar até Montgomery começou a ser levado a cabo, agora com garantias da justiça e proteção da Guarda Nacional e do FBI. Após alguns dias de marcha, em 25 de março, King e mais 25.000 pessoas chegaram ao capitólio estadual na capital. Depois do comício, tentou-se entregar uma petição ao governador George Wallace, notório segregacionista, que se recusou a receber os ativistas. Na mesma noite, a ativista branca Viola Luzzo, que ajudava no transporte dos ativistas, foi assassinada por membros da Ku Klux Klan.

As marchas de Selma são consideradas um dos grandes impulsionadores para a aprovação da Lei de Direito ao Voto (*Voting Rights Act*) de 1965, uma das peças legislativas mais importantes da história americana. No entanto, à época, o que a *National Review* tinha a dizer? Em *The Selma campaign*, de 23 de março — portanto pouco antes da conclusão da última marcha —, eis a sua perspectiva:

O xerife Clark e seus rapazes, os durões brancos e milicianos são motivo para náusea, é certo; e aqueles policiais estaduais do Alabama, em aparência e comportamento, não são Príncipes Encantados. Mas [...] pensar-se-ia [ser] um dever mencionar, em uma frase ou duas, que o alinhamento da disputa não é precisamente Anjos Bons v. Anjos Maus. O Dr. King, em seus discursos, fala em ajudar os oprimidos de Selma a exercitar seus direitos constitucionais de votar, mas é difícil ver o que menores de 21 e gente de fora da cidade, que formam suas linhas na sede do tribunal, têm a ver com o voto em Selma; e mais de uma vez seus soldados locais se recusaram a assinar quando finalmente chegava a sua vez na mesa de registro. Todos os americanos têm o direito à assembleia e a petições, mas nenhum tribunal jamais sugeriu que esse direito abrange o bloqueio deliberado das autoestradas e pontes públicas, e dos escritórios de funcionários públicos — tudo isso sendo características normais e repetidas da atual campanha do Dr. King, como também das passadas. Muitos cidadãos ficam encantados ao ouvir o Dr. King renunciar ao uso da violência, mas alguns têm se perguntado onde está a linha de demarcação moral e legal separando o uso da violência e — de forma proposital, deliberadamente — a provocação da violência que a natureza de uma dada situação garante que ocorrerá.

Sobre o problema do direito dos negros ao voto, uma questão importante em 1965, Buckley já havia dado uma sugestão. O foco do problema — os muitos obstáculos, legais e extralegais, que as minorias raciais enfrentavam para obter o registro eleitoral nos estados do Sul (cf. MYRDAL, 1975, vol. 1) — podia ser resolvido não com proteções extras aos negros, como era o espírito da Lei de Direito ao Voto, mas com a aplicação das mesmas barreiras aos *brancos*. Em ideia mencionada em 1957, no contexto de uma (rara) divergência pública com outro articulista, seu cunhado L. Brent Bozell, sobre o problema racial, Buckley afirmou:

...o Sul deve, se se resolver a suspender os direitos políticos do negro marginal, fazer isso por meio de leis que se aplicam igualmente a negros e brancos, mantendo-se assim no espírito da Constituição, e na letra da Décima-Quinta Emenda a ela. (*A clarification*, 07/9/1957.)

Tal proposta se repetiria várias vezes ao longo dos anos, mostrando um entendimento peculiar do que a democracia americana deveria ser. Afinal, em vez de igualar as pessoas por um direito, Buckley prefere igualá-las pela negação dele, uma proposta que, naturalmente, jamais foi viável nos EUA dos anos 1950 e 60, por mais repetida que fosse pelo editor da *NR*. Nesse ponto, o elitismo parece suplantar o libertarianismo, que normalmente valoriza direitos *individuais*, a despeito de raça ou classe social. Considerando a natureza dos obstáculos aos exercício do voto pelos negros sulistas — testes de leitura deliberadamente dificílimos, recusa sistemática dos funcionários responsáveis em atender negros, taxas *per capita* proibitivas para os pobres, a exigência de um “padrinho” branco para o registro no cadastro eleitoral, além da intimidação violenta — a proposta buckleyana parece curiosamente alheia à raiz da questão, abstrata até, como se se tratasse de mera questão de formalidades legais.

Resumindo, então, o que temos de mais comum a respeito da posição da *National Review* sobre os direitos civis e Martin Luther King? A não violência é criticada, e o seu corolário, a desobediência civil. Mas a questão negra como uma questão moral, um dos grandes pontos no discurso dos direitos civis tal como King o entendia, não é levada em consideração. A indecência básica da segregação, ainda que mencionada, nunca é o foco, mas os incômodos e eventuais abusos dos militantes, sim. Tanto pelo que dizia, quanto pelo que *apresentava em segundo plano ou omitia*, a posição editorial básica da *National Review* era de oposição ao movimento dos direitos civis. Naquele momento de contestação e debate nacional, em grande parte impelido pelo próprio movimento, isso significava, na prática, um posicionamento a favor do *status quo* segregado. Embora essa postura tenha se manifestado de muitas formas em resposta a vários eventos diferentes, e tenha incluído chaves interpretativas que incluíam desde a teoria da conspiração ao estilo macarthista (o ativismo negro como manipulação comunista, cf. *Integration is communization*, de Richard Weaver, na *NR* de 13/7/1957) a uma pretensa superioridade cultural dos brancos do Sul (cf. o editorial *Why the South must prevail*, de 24/8/1957) ou sugestões de diferenças intelectuais entre as raças (*Intelligence or prejudice?*, de 01/12/1964), foi o ângulo libertário a base teórica mais frequente para as críticas aos direitos civis. Libertarianismo que, não raro, vinha tingido com um certo ceticismo antidemocrático, como se viu na referência de Buckley à *mobocracy* e à sua proposta de solução para as diferenças de acesso ao voto por parte de negros e brancos no Sul.

Tal oposição não se limitou apenas ao período em que King e seu movimento viveram. Nos anos 1980, Buckley se opôs à criação de um feriado nacional em homenagem a King pelo governo Reagan. E levou alguns anos até que a *National Review* começasse a reconhecer que seus posicionamentos anteriores sobre o problema racial nos EUA estavam equivocados. O próprio Buckley viria a reconhecer, em entrevistas já no fim da vida e de maneira muito lacônica, que se arrependia da oposição à intervenção federal em apoio aos direitos civis. Mas foi um dos editores da atual geração da revista, Ramesh Ponnuru, quem melhor resumiu o cerne da dificuldade dos conservadores do pós-guerra em lidar com a questão racial americana:

Os eleitores podem razoavelmente concluir que uma filosofia política que põe limites tão estritos ao governo que não permite a ele banir a discriminação racial em circunstâncias tais como as do Sul em meados dos anos 60 é defeituosa.

O que ela é. Olhando para trás, parece óbvio que os goldwateristas⁹ deixaram de dar peso suficiente à reivindicação negra por justiça. Mesmo aqueles que concordavam que os negros estavam sendo tratados injustamente não viram a retificação dessa injustiça como uma necessidade urgente, e esse erro moral afetou o seu julgamento político a respeito da intervenção federal. (PONNURU, 2010.)

Desde a eleição de Barack Obama, têm sido comuns as denúncias de que parte da feroz oposição ao seu governo tem uma viés racial. Além disso, as discussões nos EUA de hoje a respeito dos programas sociais do governo e os problemas com os imigrantes sugerem que o país, embora não conte mais com leis discriminatórias evidentes como no tempo de Jim Crow, ainda está longe de uma perfeita harmonia entre raças e etnias. Mas, como mostra a história da *National Review*, tais dificuldades, não apenas no campo prático das políticas públicas em si mesmas, mas também no dos princípios ideológicos em que elas se inspiram, vêm de muito tempo. Talvez o reexame dessa história, e de como princípios teoricamente de liberdade puderam ser usados de maneira a favorecer um sistema social particularmente opressor, possa contribuir para servir de advertência para os perigos da leitura apressada da realidade com base apenas em princípios ideológicos *a priori*. Afinal, como já se disse uma vez, “O tolo aprende à sua custa, e o sábio, à custa do tolo”.

Referências bibliográficas

- BUCKLEY ONLINE (Complete writings of William F. Buckley). Disponível em: <http://cumulus.hillsdale.edu/buckley>. [Último acesso: 13 de julho de 2013.]
- BOGUS, Carl T. *Buckley: William F. Buckley, Jr., and the rise of American conservatism*. Bloomsbury Press, 2011.
- GREGG, Richard B. *The power of nonviolence*. 2nd edition. 1960. Disponível em: <http://www.nonviolenceunited.org/pdf/thepowerofnonviolence0206.pdf>. [Acesso em: 15 de julho de 2013.]
- HOUAISS ELETRÔNICO. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- KING, Martin Luther. *Letter from a Birmingham jail*. 1963. Disponível em: http://www.africa.upenn.edu/Articles_Gen/Letter_Birmingham.html. [Acesso em: 1º de junho de 2013.]
- MYRDAL, Gunnar. *An American dilemma: the Negro problem and modern democracy*. New York: Pantheon Books, 1975. 2 vol.

⁹ Referência aos apoiantes da candidatura do senador republicano Barry Goldwater à presidência em 1964. Considerado um conservador, e com forte discurso libertário, Goldwater apoiou a tese dos direitos dos estados contra as políticas federais de apoio aos direitos civis. *National Review* e seu círculo editorial foram alguns dos mais fortes apoiadores de sua candidatura, na qual vários de seus editores e colaboradores, como o próprio Buckley, se engajaram. Portanto, onde se lê “goldwateristas”, pode-se perfeitamente ler “conservadores”.

NASH, George H. *The Conservative Intellectual Movement in America since 1945*. New York: Basic Books, 1979.

NATIONAL REVIEW. Edições diversas. Disponível no *EBSCO host National Review Archive*, via New York University Library: <http://library.nyu.edu> [ultimo acesso em: julho de 2012.], e na coleção de volumes encadernados do Russell Kirk Center for Cultural Renewal, de Mecosta, Michigan.

PONNURU, Ramesh. The Right's civil wrongs. *National Review*. 21 de junho de 2010. Disponível em:

<http://www.nationalreview.com/articles/229953/rights-civil-wrongs/ramesh-ponnuru>. [Acesso em: 19 de julho de 2013.]

SOUSA, Rodrigo Farias de. William F. Buckley Jr., *National Review* e a crítica conservadora ao liberalismo e os direitos civis nos EUA, 1955-1968. Niterói, 2013. 371 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1495.pdf>. [Acesso em: 3 de novembro de 2013.]

As American Girls: Migração, Sexo e Status Imperial em 1918. Thaddeus Blanchette. Ana Paula da Silva¹

PhD em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional

Professor Adjunto

UFRJ-Macaé

macunaima30@yahoo.com.br

PhD em Ciências Humanas, PPGSA, UFRJ

Professor Visitante

UFV

ana51@uol.com.br

As endiabradadas American Girls têm revolucionado parte da nossa jeunesse doreé. Louras na maioria, quase todas fausses maígres, exibindo à vontade as pernas, as buliçosas dançarinhas têm tido sucesso sem precedente no Rio.

Revista Fon-Fon, 31/11/1917

Mr. Rowley,

Penso que devemos ser rigorosos e difíceis na emissão de passaportes para vagabundas dessa estirpe, especialmente quando elas estão viajando para os países da América Latina².

Memorandum, Bureau of Citizenship dos EUA, 2/1/1918

¹ Uma versão desse trabalho já foi publicado no jornal *Horizontes Antropológicos*: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832009000100004&script=sci_arttext

² NARA, RG 84, Foreign service Posts of the Department of State: Brazil: Rio de Janeiro Embassy. U.S. Secretary of State to Consul General, Rio de Janeiro 1/2/1918. This is a handwritten note attached to the document containing correspondence dated 28/1/1918, referred to below.



Fig 1: As *American Girls* fazem pose para a Revista *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, 8/12/1917. p.24

A mulher solteira – especialmente se for jovem – ocupa um espaço privilegiado nos discursos sobre os perigos da imigração. Em primeiro lugar, ela costuma ser apresentada como alguém que seria exposta às ameaças da escravidão sexual, uma vez estando ela fora da rede protetora da família e longe do olhar do governo de seu país de nascimento. Neste sentido, seu projeto imigratório é tido como algo que representa um perigo à sua *pureza* e *liberdade*, estas duas características sendo sempre articuladas com relacionamentos sexualmente monogâmicos sancionados pelo Estado e/ou a Igreja.

Mas a jovem solteira e imigrante é também entendida como um perigo à nação. Seu deslocamento internacional representa um perigo tanto para o país de recepção, quanto para o país de origem. No primeiro caso, ela é vista como uma fonte de possíveis “maus costumes” e/ou ameaças biológicas (doenças venéreas, miscigenação etc.), estas quase sempre relacionadas ao seu comportamento sexual. No segundo caso, ela é uma ameaça em potencial ao *status* de seu país de origem, alguém cujo comportamento (e particularmente seu comportamento sexual) pode macular a reputação de sua terra natal. Em destaque particular nesse quadro

encontra-se a *prostituta*³, tida como o caso-limite de migração feminina. Enquanto todas as jovens desacompanhadas são suspeitas, a prostituta declarada, em muitos casos, é sumariamente proibida de deslocar-se internacionalmente e atrai todo tipo de vigilância e repressão.

Mas em suas tentativas de controlar as fronteiras, proteger seus cidadãos e salvaguardar a nação, como é que o Estado pode determinar quem é puta e quem não é? Como analistas do tema do sexo comercializado e migrações internacionais têm observado (Augustín 2007; Blanchette & da Silva 2005; Brennan 2004; Piscitelli 2004 entre muitos outros), a prostituição é, acima de tudo, um comportamento e não uma categoria fixa de identidade. Ao que parece, em vez de *descobrir* prostitutas em trajetórias de migração, o Estado as *inventam*. Numa maneira análoga àquela desvendada por Bruno Latour em seu estudo sobre laboratórios científicos (2000), o Estado aplica um conceito moral e político previamente formado (*prostituta*) a uma grande gama de mulheres que podem ou não estar se prostituindo.

Embora ambas as nações receptoras e originárias das imigrações tentem identificar e impedir os fluxos migratórios de prostitutas, é o dilema da segunda destas que, a meu ver, oferece os mais interessantes subsídios para a reflexão antropológica. Eis por que enquanto um Estado receptor pode ser completamente arbitrário em suas definições de *prostituta*, o Estado originário há de contrabalançar seus esforços neste sentido com as devidas responsabilidades de garantir os direitos de suas cidadãs. Tipicamente, esse dilema é resolvido através da construção de uma segunda categoria que permite ao Estado exercer poder repressor e tutelar sobre uma determinada porção de suas emigrantes. Nas experiências históricas dos últimos cem anos no mundo Atlântico, esta categoria tem sido predominantemente a da *mulher traficada*.

No presente trabalho, pretendemos apresentar um estudo da forma com que um Estado nacional tratou a questão da migração feminina “questionável”, empregando a categoria de *traficada* não para salvaguardar os direitos humanos e/ou constitucionais de suas cidadãs, e sim para sanear a reputação da nação em um momento em que projetos de expansão de *status* nacional estavam em destaque. O caso analisado aqui envolve um grupo de dançarinas estadunidenses trazidas ao Brasil durante a Primeira Guerra para trabalhar em teatros e casas noturnas no Rio de Janeiro. Ele é interessante pois, embora os funcionários do Departamento de Estado americano envolvidos na situação se referissem às mulheres como “traficadas”, seus depoimentos e suas atividades em torno da questão nos permitem descobrir um complexo de valores morais e de interesses que subjaziam e informavam as suas ações, revelando a luta antitráfico no início do século XX como uma *superfície de emergência*⁴, na qual discursos referentes à nação, à feminilidade e à *organização dos povos* se manifestaram.⁵

³ Entendemos como *prostituta* a mulher que vende comercialmente serviços sexuais. Também usamos como sinônimos *trabalhadora sexual* e *puta*. Todos os três termos são usados como categorias ômicas, nativas tanto do universo do sexo comercializado, quanto do universo dos agentes que tentam controlar os fluxos migratórios de mulheres solteiras

⁴ Definida por Foucault como uma área cultural e social através do qual o discurso se manifesta (1972:41)

⁵ Entendemos a *organização dos povos* como uma série de discursos referentes às supostas características básicas e imutáveis que supostamente formam “a essência” (biológica ou cultural) de um determinado povo e que podem ser utilizadas para situar aquele povo em uma estrutura hierárquica com referência a outros povos.

O passaporte e o tráfico de escravas brancas

Poucos estudiosos das migrações transnacionais têm se detido na história do passaporte. Este documento, sem o qual a migração transnacional se torna imensamente complexa, é um artefato razoavelmente novo, cuja história está intimamente ligada ao recrudescimento das fronteiras nacionais durante e depois a Primeira Guerra Mundial (Torpey, 2000:111-121).

A universalização do passaporte como documento de identidade internacional aconteceu em um contexto no qual a vigilância sobre os movimentos transnacionais atingiu novos ápices. Como John Torpey adverte, com o avanço do Estado moderno e o declínio da servidão, da escravidão e de outras formas de trabalho forçado, o poder de autorizar ou proibir o movimento das pessoas foi retirado dos indivíduos e centralizado nas mãos dos Estados e do sistema internacional de Estados. A criação do sistema moderno de passaportes, desta forma, "sinalizou a aurora de uma nova era nos assuntos humanos, em que os Estados individuais e o sistema internacional de Estados [...] monopolizaram a autoridade legítima para permitir os movimentos dentro e através de suas jurisdições". Tal monopolização manifestou determinados interesses, entre os quais podemos destacar uma maciça preocupação com a questão dos "homens sem mestre"⁶, ou seja, o indivíduo livre, sem raízes, em movimento, sem necessidade de prestar contas a ninguém (Torpey, 2000:8-9).

O sistema de passaportes era visto em grande parte como defesa contra a ameaça que esse indivíduo sem dono representava. É notável o fato de que o sistema tenha tomado suas feições atuais somente *após* a Primeira Guerra – ou seja, depois que a ameaça do inimigo externo concreto tinha sido afastada – e cresceu em paralelo com uma jurisprudência internacional que se configurou como uma defesa social contra duas "maldades" específicas que representavam a face dupla, engendrada, do indivíduo sem dono: o homem *anarquista/bolchevique* e a mulher *prostituta/escrava branca* (Deflem, 2002:65-70). Para o fim do presente artigo, é obviamente essa personagem fêmea, a *escrava branca e traficada*, que é do nosso interesse.

O consenso entre a grande maioria dos estudiosos do tópico é que o chamado *tráfico de escravas brancas* era essencialmente um mito cujo combate seguia as características clássicas de um pânico moral (Rosen, 1983:112-136; Ringdal, 2004:313-320; Irwin, 1996; Grittner, 1990; Dozema, 2000. Para discussões sobre a questão no Brasil, veja-se Kushnir, 1996, e Rago, 1991. Para o conceito de *pânico moral*, veja-se Cohen, 1972). Como explica o pesquisador Brian Donovan, narrativas hiperbólicas sobre o tráfico eram extremamente populares nos Estados Unidos no início do século XX. Tipicamente, tais narrativas relatavam a história de uma moça, supostamente "pura" e "inocente" (leia-se virgem), que é aliciada por figuras suspeitas (muitas vezes não-brancos) do submundo e que rapidamente cai num "mundo de degradação", no qual é forçada a manter relações sexuais com uma série de homens repugnantes e socialmente inaceitáveis. Embora sem muito fundamento na realidade, tais histórias eram amplamente divulgadas pela mídia da época. Brian Donovan, por exemplo, encontrou pelo menos 15 peças de teatro e seis filmes sobre escravidão branca produzidos nos EUA entre 1900 e 1920, além de incontáveis livros e panfletos.

⁶ Para uma discussão do conceito de "homens sem mestres" no contexto inglês, ver Bier (1985).

A onda de indignação que essas narrativas ajudaram a criar foi responsável por pelo menos 30 investigações sobre prostituição em cidades norte-americanas nos anos anteriores à Primeira Guerra e por legislações, em cerca de 44 estados americanos, que proibiam ou limitavam a prostituição (até então, de acordo com Ruth Rosen, algo considerado um delito menor na maior parte do território norte-americano). O pânico moral sobre o tráfico de escravas brancas atingiu seu ápice nos EUA em 1910, quando o Ato Mann criminalizou o transporte de mulheres “para fins imorais” (Donovan, 2006:1).

Nickie Roberts, em seu estudo sobre a história da prostituição, é categórica na descrição do fenômeno:

O “tráfico de escravas brancas”, supostamente um tráfico internacional organizado de mulheres, era uma fantasia vitoriana. [...] Os moralistas da classe média estavam convencidos de que um “tráfico de mulheres”, operado por redes bem estabelecidas do submundo, estava ocorrendo bem debaixo dos seus narizes, e eles teriam pouca dificuldade em criar um pânico público sobre este ultraje não-existente (Roberts, 1998:299).

Donovan, mais ponderado, concorda essencialmente com a caracterização de Roberts. Embora seja impossível saber quantas mulheres de fato foram traficadas, tudo indica que o número das vítimas era bem pequeno, se por “traficada” quisermos indicar o tipo de experiência da “depoente típica” popularizada pelas narrativas de escravidão branca (moça raptada e transformada à força e à contragosto em prostituta). De acordo com Donovan, essas narrativas não refletiam a realidade, mas “as condições históricas e sociais de sua produção”:

O meio ambiente político, econômico e cultural da Época Progressiva [nos EUA] criou um solo fértil para a fixação dessas histórias na consciência pública. As narrativas de escravidão branca desenvolveram-se nos EUA durante um período marcado por urbanização rápida, o ingresso de um maior número de mulheres no mercado de trabalho e a mudança na composição racial das cidades americanas. Esses deslocamentos sociais convergiam nas narrativas de escravidão branca. A poética das histórias criou uma voz poderosa para a enunciação das preocupações acerca da velocidade e da direção da transformação social (Donovan, 2006:1-2).

Nas narrativas do tráfico de escravas brancas estamos, então, cara a cara com as preocupações acerca do “indivíduo sem dono” que o sistema de passaportes foi criado para resolver, aqui tipificado pela mulher que está em trajetória de deslocamento do interior dos EUA e do mundo das afeições (a família) para a cidade e o mundo do trabalho. Tal deslocamento coloca-a (nas palavras de um oficial consular americano, do qual falaremos mais adiante) longe do alcance de “seus protetores naturais” (isto é, o pai, o marido, os irmãos, ou o líder religioso) e atinge seu ponto mais radical quando a trajetória é projetada para além da cidade, para o estrangeiro exótico, depravado e não-branco. Podemos ver um exemplo⁷ desse estilo de narrativa no musical *Thoroughly Modern Millie*, no qual a protagonista, moça do interior dos EUA, viaja para a cidade e, por

⁷ Esse filme é ambientado em 1922 e, embora produzido em 1967, repete com fidelidade a narrativa de escravidão branca que era tão popular no início do século XX nos EUA.

pouco, não acaba nas garras de uma organização criminosa chinesa, especializada no extravio de mulheres brancas americanas para o exterior para fins de prostituição forçada (Donovan, 2006:2).

No início do século XX, a mulher, em sua trajetória em direção à modernidade e ao individualismo, era vista como especialmente vulnerável ao desvio, e teve que ter seus passos regulados pelo Estado. Este era particularmente o caso quando sua trajetória a levava para além das fronteiras de seu país de origem e, em especial (no caso de mulheres brancas européias e estadunidensas), quando tal percurso acabava em países entendidos como "não-brancos" – por exemplo, os países na nova fronteira de expansão imperial dos Estados Unidos na América Latina.

Os EUA e a sedução da América do Sul na *Belle Époque*

A Guerra Espanhola de 1898 serve como marca d'água para a segunda fase da expansão dos Estados Unidos na área cultural e geográfica, conhecida como América Latina⁸. Essa fase foi marcada por estratégias imperialistas mais tradicionais no Caribe e na América Central (com invasões, ocupações militares e o estabelecimento de regimes diretamente subordinados aos interesses de Washington), mas na América do Sul – e particularmente no Brasil – a expansão foi mais gradativa, progredindo pelos eixos de expansão econômica e de dominação do campo simbólico/cultural, de forma específica na área de entretenimento popular, com especial destaque para os filmes e a música (Rosenberg, 1982:35-37; Tota, 2000:13-21).

As repúblicas sul-americanas representavam um desafio para os Estados Unidos. Em primeiro lugar, elas eram grandes e distantes demais para serem militarmente conquistadas e ocupadas. Estavam também associadas a poderosos interesses europeus – destacadamente o Império Britânico. Por fim, configuravam espaços entendidos como não-brancos, dominados pela Igreja Católica, portanto, seguindo a ideologia social darwinista da época, eram subrevoluídos. No século XIX, de acordo com a historiadora Emily Rosenberg, esses países eram largamente entendidos pelos intelectuais americanos como moral e racialmente deficientes e incapazes de desenvolver governos ou mercados estáveis e modernos (Rosenberg, 1998:500).

Todavia, com a expansão dos interesses comerciais americanos na região, começou a nascer uma outra ideologia, que se baseava numa releitura da antiga Doutrina Monroe. O "corolário Roosevelt à Doutrina Monroe" estabelecia as bases para um pan-americanismo que pregaria uma pretensa semi-igualdade entre as repúblicas do hemisfério, uma nova ordem em que os Estados Unidos assumiriam o papel de guia dos passos das demais nações – à força, se fosse necessário (Lefeber, 1989:81-85, 218-230; Salvatore, 1998:81-82). Essa reformulação simbólica criou uma curiosa feminização das nações sul-americanas dentro do campo representacional norte-americano. Como salienta Ricardo D. Salvatore, o pan-americanismo caracterizava esses países como "nações adultas", mas feminizadas:

⁸ A 1ª fase, é claro, veio antes da Guerra Civil Americana (1861-1865) e foi marcada pela Revolução Texana (1835) e a Guerra com o México (1848).

Entre 1890 e 1930, alguns países da América Latina – mais notavelmente a Argentina e o Brasil – integraram suas economias com os circuitos mercantis do Norte, recebendo cada vez mais bens norte-americanos em troca de exportações de matérias-primas. Como resultado, a América do Sul se transformou [no imaginário pan-americano] numa consumidora fêmea fascinada pelos bens e pela cultura da América do Norte, madura suficiente para casar-se com o capital e a cultura norte-americana. (Salvatore, 1998: 83)⁹.

Salvatore (segundo Stephen Greenblatt, 1991) caracteriza o discurso imperial dos EUA dessa época como uma *máquina de representações (representacional machine)*, "um conjunto de mecanismos, processos e aparatos que produz e circula as representações que constituam as diferenças culturais". Tais representações formaram a base do império tanto quanto o poder militar, econômico ou diplomático (Salvatore, 1998:72). Em sua construção de diferenças capazes de representar o poder e o prestígio dos EUA na América Latina, essa máquina, porém, não só circulava determinados indivíduos, certas histórias, imagens e representações, como também impedia outros de circularem.

No caso do Brasil, uma espécie de reconfiguração na população americana residente (permanentemente) no país aconteceu durante a primeira metade do século XX. Ela aumentou de 649, em 1884, para 3.795, em 1940 (Blanchette, 2000:136) e também se *imperializou*, configurando-se cada vez mais como uma colônia, claramente associada aos projetos de projeção de poder e *status* de seu país de origem em *terras brasiliis*. Indícios desse processo podem ser vislumbrados nas publicações populares do Rio de Janeiro da época, com crescentes destaques para escolas, igrejas, festas americanas e, particularmente, para a contextualização destas como integrantes da *haute culture carioca*¹⁰. Todavia, se esse processo de imperialização, por um lado, envolvia a propagação de eventos e a celebração de indivíduos, famílias e instituições capazes de aumentar o prestígio dos EUA no Brasil, ele também envolvia a censura, a repressão e a expulsão dos elementos capazes de afetarem negativamente tal prestígio.

⁹ Salvatore vai além, situando o Brasil e a Argentina como países que, nessa construção simbólica, teriam alcançado o *status* de "homens". Todavia, é mister salientar que esse processo levou algum tempo e só se completou no final do período em questão. Na época aqui retratada (1917-1918), o Brasil ainda estava bastante feminilizado na imaginação imperial estadunidense.

¹⁰ Esta afirmação é baseada numa análise conduzida pelo autor dos arquivos das revistas *Fon-Fon* e *O Malho* para o período de 1902-1920.



Sykes, *My, How You Have Grown!*
Philadelphia Evening Public Ledger, 1923.
 Courtesy of *Philadelphia Inquirer*.

Fig 2: “Nossa, como você como você tem crescido!” Tio Sam seduz a moça América Latina enquanto o velho Europa alarma-se com a cena. A charge (do *Philadelphia Evening Public Ledger* de 1923) expressa a visão de uma América Latina amadurecida e feminilizada, então corrente nos EUA (In: Pozas, 1998:528).

Um documento de 1946 da *American Society of Rio de Janeiro*¹¹ (que tanto naqueles tempos quanto hoje reúnia a elite da comunidade fluminense-americana) nos revela essa dupla ação. Pleiteando o reconhecimento oficial do Departamento de Estado dos EUA para suas atividades no Rio, a *Society* destacou seus trabalhos patrióticos de apoio aos soldados e aos marujos americanos na cidade durante as guerras mundiais, e seus esforços para abrir os mercados brasileiros ao comércio estadunidense. Todavia, em outros documentos anexados ao pedido, a *Society* também caracterizou como obra patriótica suas tentativas de “remover os americanos vagabundos de praia” residentes no Rio e destacou o Consulado Geral dos EUA e a

¹¹ NARA, RG 84.2 – documentos das embaixadas americanas, Unclassified and Classified Documents, Rio de Janeiro Embassy, Box 367, “American Society of Rio de Janeiro”, 1946. A informação sobre a remoção de vagabundos vem de um documento anexo, originalmente escrito pela Society em 1940:

...The most important function of the Society is the relief work. This, of necessity, receives less publicity than any other activities since the officers feel that this work should be done without calling unnecessary attention

pólicia do capital como aliados nessa empreitada¹². Infelizmente, a documentação disponível da *Society* não entra em maiores detalhes sobre essas atividades de profilaxia imperial, mas o que existe deixa claro que, na nova fronteira imperial dos EUA, certos tipos de americanos não eram bem-vindos e, se insistissem em firmar presença no Rio, encarariam uma aliança de forças oficiais (vindas da embaixada e da polícia local) e particulares (vindas da associação dos "bons americanos" residentes na cidade), aliança esta que os pressionaria a abandonar a Cidade Maravilhosa.

Resumindo, o crescente monopólio do Estado para (des)legitimizar os movimentos internacionais através do sistema de passaportes, o pânico moral em relação à escravidão branca e o nascente campo de lei internacional combinavam-se para intensificar a vigilância sobre o deslocamento de cidadãos americanos – em especial, das cidadãs. Simultaneamente, o crescimento da presença dos Estados Unidos na América do Sul, através da expansão de seu comércio e do aumento de seu prestígio cultural, criava uma espécie de imperialismo sedutor (nas palavras de Pedro Tota), em vez de conquistador. Para poder seduzir, as *máquinas de representação* desse imperialismo precisavam fazer circular determinadas imagens, histórias e pessoas, e também inibir outras de circular. Era de se esperar então que, se os "vagabundos" americanos não eram bem-vindos no Rio de Janeiro, suas primas "vagabundas" seriam ainda mais fortemente repelidas.

As American Girls

No final de novembro de 1917, a Baxter and Willard Company, um grupo americano de *vaudeville*¹³, composto de uma banda e dúzias de jovens dançarinas e cantoras, desembarcou para uma temporada no Rio de Janeiro, aceitando o convite de Djalma Moreira, dono do Teatro Phenix e do Clube Palace (também conhecido como International Club). A tropa foi muito bem recebida e os jornais e as revistas de variedades da cidade publicaram várias fotos das *American Girls* e elogiaram o espetáculo por elas protagonizado. Como a revista *Fon-Fon* advertiu: "as *American Girls* [...] têm agradado no Teatro Phenix, apresentando originalíssimas dansas e cantos de seu paiz" (*Fon Fon*, 31/11/1917. p.20).

Todavia, lendo as entrelinhas nas colunas de fofocas, podemos ver que a dança e o canto não eram as únicas coisas a serem oferecidas pelas *girls*. Segundo a *Fon-Fon*, "As endiabradadas *American Girls* têm revolucionado parte da nossa *jeunesse doreé*. Louras na maioria, quase todas *fausses maïgretes*, exibindo à vontade as pernas, as bulícosas dançarinas têm tido sucesso sem precedente no Rio" (*ibid, idem*). Seu sucesso era pelo menos parcialmente atribuído ao fato de que o charme mais íntimo das *girls* era accessível, aparentemente, a determinados senhores abastados da boemia carioca. Na primeira semana de dezembro de 1917, a *Fon-Fon* reportou que a companhia Baxter and Willard "já estava desfalcada de quinze artistas".

¹² NARA RG84, Foreign Service Posts of the Dept. of State: Brazil: Rio de Janeiro Embassy: Box 146. Prescott Childs to George Black, 22/7/1942.

¹³ *Vaudeville* e *burlesque* eram duas formas do teatro popular americano do início do século XX, de maneira geral, análogas ao teatro de revista carioca.

É quase desnecessário dizer que pertencem ao bello sexo. As quinze artistas que deixaram o palco do Phenix para desfrutaram ephemeros idylicos em vários pontos do Rio fazem parte do trepidante grupo das *American Girls* (*Fon Fon*, 8/12/1917. p.24).

A coluna de fofocas da *Fon Fon* deliciava-se com as aventuras das *girls* – sempre bem acompanhadas por ilustres figuras masculinas da sociedade carioca – em suas viagens a Paineiras, Corcovado, Santa Teresa, Confeitaria Colombo e Teatro Municipal. Maliciosamente, o colunista da revista comparava o comportamento delas ao dos marujos americanos: "Não há dúvida, as *american girls* estão na ordem do dia e em toda parte, como a jovial marinhagem dos navios de guerra do seu admirável paíz, quando estão ancorados no nosso porto". Desnecessário dizer qual era a reputação dos integrantes da Marinha Americana, sendo que em outros números da revista e de seus competidores eles eram constantemente caracterizados por seu grande apetite sexual (*Fon Fon* 15/12/1917, s/p; *O Malho* 16/2/1918, s/p).

A competidora da *Fon Fon*, a revista *O Malho*, ia mais além, publicando um artigo de Max Linder que ridicularizava a predileção da elite masculina carioca pelas *Girls*. Intitulado "Originalíssima", esse texto tomou forma de um diálogo entre dois homens e merece ser citado por extenso por causa das revelações mais explícitas que faz do comportamento das americanas e de seus pretendentes:

- Sabes que sou doido por tudo quanto é dos Estados Unidos.
- Sim. Conheço o teu entusiasmo pelos homens e pelas cousas da grande República....
- Ah, meu caro! Tudo quanto é norte-americano é magnífico: não parece nada com o que há em outros paízes, é superior ao conhecido em todo o mundo. Pois muito bem. Não imaginas a ventura que me acaba de ser dada...
- Arranjaste uma nomeação para a América do Norte...
- Não tanto. Conquistei uma bailarina americana.
- Bravo!
- As bailarinas americanas são as melhores do Universo. E são as mulheres mais interessantes, mais arrebatadas e mais originais que já pisaram o Brazil e os corações dos Brazileiros que freqüentaram theatros – e especialmente camarins. Estupendíssimas!
- Vamos à conquista.
- Uma bailarina apaixonou-se por mim...
- Ou tu é que...
- A paixão foi mútua. O caso é que ella ficou mesmo pelo beiço...
- Bem dizes que as americanas são originaes...
- Muito. Andei a render-lhe homenagens uns douis dias. Mostrou-se esquiva. Confesso que já estava desanimado. Mandei-lhe então uma pulseira, que me custou douis contos. A rapariga,

sensibilizada com a prova, não escondeu mais a inclinação que tinha por mim. E foi logo às do cabo. Os americanos não perdem tempo! Marcou-me uma entrevista, no hotel em que mora, que, por sinal, é de nossos bons hotéis onde são só admittidas famílias.

– Famílias? E ella lá está?

– Trata-se de uma exceção aberta como mais uma demonstração do nosso amor aos Estados Unidos. Ah! Se fosse de outra nação, lá não ficaria dez minutos....

– Bem. Marcou-te a entrevista.

– E eu lá fui. A mulherzinha recebeu-me como se fosse intima de dez annos. Não teve a menor cerimônia. Offereceu-me um jantar, ou antes mandou preparar-me um banquete de primeira ordem. Não posso dizer que m'o ofereceu porque fui eu quem o pagou. Houve champagne a rodo. E ella, sempre à vontade, tomou uma carraspana que... não te digo nada! Deu para cantar e dansar e fez um barulho de tal ordem que dahi a pouco havia gente a bater à porta. Quase veiu a polícia!

– Originalíssimo.

– No dia seguinte, continuando a não fazer cerimônias comigo, pediu-me um conto de réis pela manhã. À tarde quis por força que lhe desse um collar que vira no Luiz de Rezende...

– E tu...

– Dei-lhó, é claro. Fomos depois passear de automóvel. A certa altura, quis champagne. Entramos numa confeitoria. Bebeu umas três garrafas. Voltamos. Quis tomar aperitivos na [Confeitoria] Colombo. Lá fomos. Alli a cousa esquentou, com a mistura das bebidas. E, de repente, levando mal os olhares de certa rapariga, que estava numa mesa próxima, não esteve com uma nem duas: levantou-se e esmurrou-a antes que eu podesse intervir. O cavalheiro que acompanhava a agredida tomou a defesa d'esta – mas achou que devia faze-lo, metendo-me a bengala. Reagi com uma cadeira, que lhe arrumei nas costas. Fechou-se o rolo. Acabamos na polícia onde fui obrigado a postar fiança para que minha adorada bailarina não ficasse presa.

– Muito interessante...

– Original, pois não é?

– Mas tú, à vista do ocorrido, achas-te conveniente dar por terminada a paixão...

– Que! Fiquei firme. Não calculas a série de couças que houve depois. Gastei dinheiro à bessa. O diabrete, sempre original, exigia-me presentes que custavam os olhos da cara. Eu hesitava em attender-lhe os desejos, declarava-me, com muita graça, que, no dia seguinte, não me receberia mais. Impagável!

– Vê-se que as bailarinas americanas não se parecem nada com as bailarinas ou não de outras nacionalidades....

– Inconfundíveis! Mas ouve o resto. Quanto a pileques, aquillo era um por dia. E já se sabe: davam sempre em resultado fortes escândalos. Às vezes, à hora de começar o espectáculo, batia a pé e não entrava em scena. Era uma patuscada. Havia muita, e grossa, que eu é que tinha de pagar... Correu o negócio assim até que um dia, vendo que não havia dinheiro que chegasse para lhe satisfazer os caprichos, recusei-me, com pretexto qualquer, a asignar-lhe um cheque. Pois

muito bem. Foi isso pela manhã. À tarde, quando fui ve-la, encontrei-a em companhia de outro homem, muito contente, a beber champagne. Levantou-se, e disse-me que me puzesse ao fresco quanto antes, se não queria me atirasse uma garrafa à cara.

– E que fiz este?

– Ri-me e sahi. Originalíssima!

Decididamente, as bailarinas americanas não se parecem com as de qualquer outro paiz.... (Linder, 1917.)¹⁴.

O texto acima nos fornece uma série de informações interessantes a respeito das *girls* e de seus pretendentes. Em primeiro lugar, elas se comportavam como as *prostitutas de luxo* cariocas da época. Em seu estudo sobre a prostituição no Rio no final do século XX, Magali Engels Vainfas chama a atenção para essa categoria de prostituta que muitas vezes trabalhava com dançarina ou “artista” e freqüentava “os ‘music-halls’ [...] as casas de chope, os cafés-concertos [...] [e as] confeitorias e teatros” (Vainfas, 1985:41-42). A graça do artigo de Linder reside no fato de que as “originalíssimas” *American girls* agiam exatamente como as “bailarinas ou não de outras nacionalidades” residentes no Rio de Janeiro de então. O incidente na Confeitaria Colombo é especialmente relevante nesse contexto, uma vez que Vainfas afirma que “a freqüência da ‘Colombo’ dividia-se em dois horários que eram observados com rigor: entre 14 e 17 horas o público era constituído pelas ‘senhoras de família’ e, a partir das 17 horas e 30 minutos começavam a chegar as ‘prostitutas’” (*ibid.*:42). O lugar, portanto, era freqüentado por duas categorias morais de mulher, que eram aparentemente separadas por regras costumeiras e rígidas que diziam respeito ao horário de freqüência de cada grupo. Podemos levantar a hipótese de que a americana e seu pretendente violaram essas regras, chegando no horário “de família” enquanto a americana agia como uma “mulher pública”. Alternativamente, a americana poderia ter entrada na briga com uma prostituta nativa. De qualquer maneira, a escola do Colombo como cenário para o confronto é significante em termos da classificação moral da dançarina.

Em segundo lugar, o artigo e as ilustrações que o acompanham deixam claro que os homens que disputavam o charme das *girls* eram da elite carioca. Linder tipifica-os como “entusiastas” da República norte-americana, considerando-a uma potência emergente e uma fonte de inovações. O autor contrasta a “grandezza” dos EUA com a vulgaridade das dançarinas, comentando acerbamente que elas tinham permissão de residir num “hotel de família” apenas em razão do grande prestígio que aquele país usufruía na capital federal brasileira. Podemos então encarar o texto de Linder como um discurso que ironizava as imagens produzidas pelas máquinas de representação do poder imperial americano. Aqui, vemos os EUA e os americanos descritos como “magníficos”, “superiores”, “originais” e “os melhores do universo”, no entanto, suas *girls* comportavam-se exatamente como as prostitutas cariocas ou “de outros paízes”. Até os valores referentes à impetuosidade e à originalidade americana eram invertidos no artigo, com a dançarina “não perdendo tempo” (pois como todo americano sabe, tempo é dinheiro) e “sem a menor cerimônia” indo

¹⁴ Neste trecho, mantive a ortografia do original de 1917.

diretamente ao que interessava: negócios. A graça do “Originalíssima” reside no fato de as dançarinas de Baxter and Willard serem, enfim, tão comuns.

É mister lembrar neste contexto que as tentativas dos Estados Unidos mobilizarem as Américas na Primeira Guerra tinham sido calcadas na noção de que os EUA trariam um novo e original sopro de valores democráticos e morais à guerra. A propaganda americana da época situava os interesses do país na guerra como “diferentes” daqueles dos demais participantes, pois supostamente os EUA tomaram a decisão de lutar contra as Potências Centrais para protegerem os direitos de navegação dos países neutros e, mais tarde, para assegurarem a governança democrática da Europa.

A presença das *American Girls* no Rio de Janeiro e seu sucesso entre a jovem elite da cidade desafiavam as representações produzidas pelo imperialismo americano. As *girls* simbolicamente associavam os Estados Unidos, suas inovações e suas culturas com o meretrício feminino, justamente no momento em que aquela nação tencionava forjar uma coalizão do hemisfério, sob a sua liderança, para intervir na Primeira Guerra. É interessante notar que um dos assuntos largamente discutidos nos jornais e nas revistas cariocas, na mesma época do escândalo das *girls*, era a forma que a intervenção pan-americana na guerra iria tomar. Os Estados Unidos sustentavam a posição de que deveriam intervir ativamente na guerra, enquanto as demais repúblicas americanas ajudariam a sustentar a força bélica dos aliados com suplementos e matérias-primas. O número de 1º de dezembro de 1917 de *O Malho* publicava uma charge criticando esta posição, com Tio Sam explicando que ele “resolveria a briga” e Jeca (representando o Brasil) “cuidaria da bóia”. Tal atitude era largamente vista como fruto de certa arrogância americana e, talvez por essa razão (entre outras), o espetáculo de dúzias de moças americanas comportando-se “modernamente” e “virilmente” feito marujos – ou melhor ainda, como as dançarinas polacas, “francesas” e mulatas, tão freqüentemente encontradas nas ruas do Rio de Janeiro de então – deliciava o público carioca. Enfim, o que é que a americana – ou o americano – tinha de tão especial?

O império contra-ataca

A presença das *American Girls* no Rio de Janeiro não tardou a suscitar reação do corpo diplomático americano. No dia 28 de janeiro de 1918, o cônsul geral dos Estados Unidos no Rio enviou um relatório ao Secretário de Estado¹⁵ americano descrevendo o problema e as medidas que foram tomadas para enfrentá-lo, e fazendo sugestões para evitar tais situações no futuro.

O documento iniciava caracterizando o grupo Baxter and Willard como “uma companhia ordinária de *burlesque* ou *vaudeville* americano, cujos membros são majoritariamente fêmeas e recrutadas pelas agências mais baratas de *vaudeville*”. A presença da tropa no Brasil foi explicada pela aproximação entre este país e os EUA e pela expansão e possibilidade de alcance da cultura americana no Brasil. A grande popularidade do

¹⁵ O ministro federal que controla o Departamento do Estado – o Itamarati dos EUA.

cinema americano, em particular, foi citada como o fator que teria preparado o terreno para as viagens de companhias de teatro ao Brasil, "até então raras".

De acordo com o cônsul geral, essa situação era problemática, pois "uma companhia de *burlesque* normal, que faz shows nas casas de ópera de 20 e 30 centavos em nosso país [os EUA] tem, muitas vezes, normas elásticas de moralidade".

Transplantar uma agremiação desse tipo, cheia de jovens americanas bonitas, com poucas reticências e que são ambiciosas para fazer seu caminho no mundo e se divertirem tanto quanto possível, invariavelmente pressupõe a possibilidade de problemas. É proverbial a tendência dos jovens ricos sul-americanos para pegar, dos coros das companhias viajantes, amantes e para gastar relativamente grandes somas de dinheiro com as mulheres dessa classe¹⁶

O problema "pressuposto" não era então que as *girls* estivessem sendo "traficadas" contra a sua vontade, nem que seus direitos fossem violados: o problema era, simplesmente, que muitas delas iriam se engajar em relações sexuais com a elite nativa em troca de dinheiro. A associação do grupo Baxter and Willard com Djalma Moreira abriria amplas possibilidades para esse tipo de comportamento, já que Moreira era dono de um clube que atraía "um público de jogadores baratos [...] viajantes comerciais, outros turistas, jovens boêmios e a classe menos ofensiva de meretrizes" – muitas das quais "vivem através da mesa de jogo quando não têm um protetor temporário para pagar suas contas". Após seus shows, as jovens americanas freqüentavam o clube de Moreira, "onde, como é o costume de todas as mulheres não-acompanhadas, elas recebem seus jantares sem terem que pagar – presumivelmente em consideração por terem amigos homens que consumirão e pagarão as bebidas".

O cônsul conversou com Mr. Baxter e descobriu que o dono da tropa não estava disposto a censurar a moralidade de suas funcionárias, "sendo que ele quer que elas se divirtam e não se ausentem do palco". Baxter não forçava as jovens a ir ao clube de Moreira, mas afirmou que a "inclinação natural" delas seria freqüentar um ou outro clube desse tipo e, mantendo-as no Palace, ele "poderia vigiá-las e prevenir sua associação com indivíduos masculinos perigosos". Em outras palavras, Baxter estava a fim de ganhar dinheiro e não de proteger a moral ou a reputação de suas funcionárias.

Mas a verdadeira ameaça que as *girls* representavam para o projeto imperial americano não era em função dos programas eventuais que elas pudessem fazer durante sua viagem, e sim a possibilidade de que escapassem do controle de Mr. Baxter, fixando residência no Brasil por um tempo indeterminado e estabelecendo-se como prostitutas locais.

Este problema foi exemplificado pelo caso da jovem dançarina Mary Wilson, que resolveu se ausentar das apresentações do grupo para ser a companheira de Frederico Haas (ou Merat), descrito como "um homem de negócios da classe baixa e um rufião" – ou, em bom e velho carioquês, um malandro. Wilson

¹⁶ NARA, RG 84, Foreign service Posts of the Department of State: Brazil: Rio de Janeiro Embassy. 28/1/1918. Consul General of Rio de Janeiro Embassy to U.S. Secretary of State.

aparentemente deixou o grupo de Baxter and Willard para trabalhar como prostituta para Haas e foi presa, bêbada, "numa pocilga nas margens da cidade". Sendo americana, seu caso não foi tratado como o das prostitutas normais da época: ela foi encaminhada pelo cônsul ao sanatório Dr. Eiras, em Botafogo. Todavia, seu companheiro Haas liberou-a e, em seguida, Wilson apareceu no Consulado Americano à procura de seus pertences (que tinham sido confiscados pelo cônsul). Eles foram devolvidos com certa má vontade, pois, de acordo com o cônsul geral, era impossível e ilegal mantê-los em sua posse, sendo Wilson maior de idade. O cônsul aparentemente aproveitou a visita de Wilson para adverti-la sobre os riscos que ela estava correndo, deixando para trás a proteção de seu empregador em terras estranhas, pois ouvira em troca a afirmação da jovem de que "ela estava entrando na vida"¹⁷ por sua livre e espontânea vontade e gostava disto".

O caso Wilson era a principal razão pela qual o cônsul geral escrevia ao secretário de Estado americano, denunciando o que ele chamava de "essa variante ainda mais sutil e insidiosa de escravidão branca". Todavia, o problema representado por Wilson não era as eventuais coações que a jovem poderia encontrar no Brasil, e sim a ameaça que ela significava para as representações do poder imperial americano. O cônsul deixou este ponto claríssimo no final de seu relatório, ao fazer recomendações para a resolução de futuros casos do mesmo tipo:

Tenho viajado pela Índia Britânica a serviço de nosso governo. Lá, tenho visto que um homem pode obter, em troca do dinheiro, mulheres de toda a nacionalidade, *menos as inglesas* [ênfase no original]. Na Índia Britânica, a prostituta inglesa, ou a mulher que parece estar vulnerável à prostituição, é instantaneamente deportada. Os britânicos que dominam a Índia pensam, corretamente, que nenhum nativo deve poder dizer que ele tem gozado das atenções de uma mulher da casta dominante ou superior.

Embora reconheça que possa ser difícil tomar esse tipo de atitude com respeito à América Latina, tenho a honra de, urgentemente e também respeitosamente, convocar a atenção do Departamento [de Estado] para uma nova fase do problema social que estamos enfrentando ao tratar com esses países [...]¹⁸

Encontramos aqui uma afirmação do projeto imperial sendo implementado na América do Sul pelos EUA e a sua clara articulação com o comportamento sexual de cidadãs americanas na região. Nessa acepção, os EUA devem dominar a América Latina de uma maneira análoga à da Grã Bretanha na Índia. Tal dominação resultará em populações claramente ordenadas em *superiores e dominantes* (americanas) e *inferiores e dominadas* (latinas) e, segundo essa ordenação, a sexualidade das mulheres do grupo superior teria que ser rigorosamente controlada para que nenhuma delas "caísse" nas mãos dos homens do grupo inferior – pelo menos fora das relações matrimoniais¹⁹. Aqui exposto está o verdadeiro problema

¹⁷ "The life" em inglês, um eufemismo comum na época para a prostituição.

¹⁸ NARA, RG 84, Foreign service Posts of the Department of State: Brazil: Rio de Janeiro Embassy. 28/1/1918. Consul General of Rio de Janeiro Embassy to U.S. Secretary of State.

¹⁹ Nem todos os relacionamentos entre latino-americanos e estadunidenses eram problemáticos, pois o cônsul aparentemente aceitava os casamentos de mulheres americanas com membros estabelecidos da elite carioca. Todavia, é mister lembrar que as *American Girls*

representado pelas *American Girls*: ao forjarem relações sexuais comerciais com as “castas inferiores” da América Latina, elas enfraqueceram as representações de *status* nacional que situava os EUA como uma força dominante na região.

Ciente da ameaça, o cônsul geral americano sugeriu que no futuro “qualquer empecilho que a Divisão de Passaportes [Passport Bureau] pudesse colocar no caminho de organizações teatrais americanas [como a de Baxter and Willard] poderia se tornar uma obra de utilidade patriótica”. No caso dos grupos que eventualmente transpussem essas barreiras, o cônsul sugeriu que seus gerentes deveriam assinar um termo de responsabilidade em relação às suas funcionárias femininas, sendo forçados a reportar qualquer deserção de uma delas do grupo. Em casos assim, o Consulado Americano deveria ameaçar a mulher em questão com a perda de sua cidadania americana.

Podemos perceber que as sugestões do cônsul foram levadas a sério pelo governo americano, pois anexado ao relatório está um memorando do Bureau de Cidadania americana (*Citizenship Bureau*), em que a questão da revogação foi aparentemente levada a sério, e cujo autor confirma “que devemos ser rigorosos e difíceis na emissão de passaportes para vagabundas dessa estirpe, especialmente quando elas estão viajando para os países da América Latina”²⁰.

Conclusão

A prostituição de mulheres americanas no Rio de Janeiro, vista pelos funcionários do Departamento do Estado, não era dessa forma uma questão de direitos humanos, e sim de prestígio dos EUA, pois permitia que “os nativos” pudessem “gozar das atenções de uma mulher da casta superior”. A América Latina, subordinada e feminizada nas representações sobre o poder estadunidense na região, não poderia abranger indivíduos americanos cujo comportamento pessoal colocava tais representações em dúvida. As atividades das *girls* na prostituição de luxo, como Linder notava, serviam como um foco particularmente aglutinador de discursos em que os “originalíssimos” americanos – viris, másculos e inovadores – poderiam se transformar em meretrizes comuns, nada originais.

Diante desse dilema, o Departamento de Estado mobilizava a categoria *escravidão branca* não para resguardar os direitos das mulheres americanas na região, mas sim para policiar sua sexualidade e seus corpos, mantendo-os dentro dos limites permitidos pelas representações do poder americano. *Proteção de cidadãs vulneráveis* significava então limitar os movimentos de “mulheres suspeitas” e – quem sabe – ameaçá-las com a revogação de sua cidadania, caso elas transpussem os limites impostos por seu governo

não estavam se engajando em prostituição com homens das classes populares, e sim “jovens da elite”. O nexo do problema, então, eram as relações sexuais comerciais, seja com quem fossem conduzidas.

²⁰ NARA, RG 84, Foreign Service Posts of the Department of State: Brazil: Rio de Janeiro Embassy. U.S. Secretary of State to Consul General, Rio de Janeiro 1/2/1918. This is a handwritten note attached to the document containing correspondence dated 28/1/1918, referred to above

de origem. Na análise final, o protegido aqui era o Estado americano – ou, mais precisamente, as representações de seu novo poder imperial na América Latina.

Bibliografia

- ABRAHAM, Itty; VAN SCHENDEL, Willem (orgs.), *Illicit Flows And Criminal Things: States, Borders, And the Other Side of Globalization (Tracking Globalization)*. Bloomington, Indiana: Indian University Press. 2005.
- AUGUSTIN, Laura Maria. *Sex at the Margins: Migration, Labour Markets and the Rescue Industry*. London: Zed Books. 2007.
- BEIER, A.L. *Masterless Men: The Vagrancy Problem in England 1560-1640* London: Meuthen. 1985.
- BLANCHETTE, Thaddeus. *Gringos*. Tese de mestrado, sob a orientação de Profa. Dra. Giralda Seyferth.. PPGAS/MN/UFRJ. 2000.
- BLANCHETTE, Thaddeus & SILVA, Ana Paula. ““Nossa Senhora da Help”: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana”. IN: *Cadernos Pagu* #25. Campinas: UNICAMP. 2005.
- BRENNAN, Denise. *What's Love Got to Do With It? Transnational Desires and Sex Tourism in the Dominican Republic*. Durham and London: Duke University Press. 2004. p. 249-280.
- COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics*. London, Mac Gibbon and Kee, 1972.
- DEFLEM, Mathieu. *Policing World Society: Historical Foundations of International Police Cooperation*. Oxford, UK; New York: Oxford Press. 2002.
- DOEZEMA, Jo “Loose Women or Lost Women? The re-emergence of the myth of 'white slavery' in contemporary discourses of 'trafficking in women'”. *Gender Issues*, Vol. 18, no. 1, Winter 2000, pp. 23-50.
- DONOVAN, Brian. *White Slave Crusades: Race, Gender, and Anti-vice Activism, 1887-1917*. Normal Illinois: University of Illinois Press. 2006
- FOUCAULT, Michel *The Archaeology of Knowledge & The Discourse on Language*. NYC: Pantheon Books. 1972.
- GREENBLATT, Stephen *Marvelous Possessions: The Wonder of the New World*. Chicago: University of Chicago Press. 1998.
- GRITTNER, Frederick K. *White Slavery: Myth, Ideology, and American Law*. Taylor & Francis. 1990.
- IRWIN, Mary Ann ”'White Slavery' As Metaphor Anatomy of a Moral Panic”. IN: *Ex Post Facto: The History Journal*. Volume V. History Department, San Francisco State University. 1996. s/p (versão on-line <http://userwww.sfsu.edu/~epf/1996/wslavery.html>).
- KUSHNIR, Beatriz *Baile de Máscaras*. RdJ: Imago., 1996
- LATOUE, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo, UNESP, 2000.

- LEFEBER, Walter. *The American Age: United States Foreign Policy at Home and Abroad Since 1750.* New York: W.W. Norton. 1989.
- LINDER, Max “Originalíssima”. IN: *O Malho*. 8/12/17. Rio de Janeiro. 1917. p.21-22
- PISCITELLI, Adriana. “On Gringos and Natives: Gender and Sexuality in the Context of Transnational Sex Tourism in Forteza Brazil.” IN: *Vibrant* Vol. 1, #1. 2004. s/p (versão on-line www.vibrant.org.br/downloads/a1v1_ogn.pdf)
- POZAS, María del Carmen Suescun. “From Reading to Seeing: Undoing Imperialism in the Visual Arts”. IN: Salvatore, Joseph, et al (org.) *Close Encounters of Empire: Writing the Cultural History of U.S.-Latin American Relations*. Durham, NC: Duke University Press. 1998. p.525-556.
- RAGO, Margareth *Os Prazeres da Noite*. SP: Paz e Terra. 1991.
- RINGDAL, Nils Johan. *Love for Sale*. New York: Grove Press, 2004 [1997].
- ROBERTS, Nickie. *As Prostitutas na História*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1998 [1992].
- ROSEN, Ruth. *The Lost Sisterhood: Prostitution in America, 1900-1918*. The Johns Hopkins University Press. 1983
- ROSENBERG, Emily. *Spreading the American Dream: American Economic and Cultural Expansion, 1890-1945*. New York: Hill and Wang. 1982. p.497-514.
-
- “Turning to Culture”. IN: Salvatore, Joseph, et al (org.) *Close Encounters of Empire: Writing the Cultural History of U.S.-Latin American Relations*. Durham, NC: Duke University Press. 1998.
- SALVATORE, Ricardo D. “The Enterprise of Knowledge: Representational Machines of Informal Empire”. IN: Salvatore, Joseph, et al (org.) *Close Encounters of Empire: Writing the Cultural History of U.S.-Latin American Relations*. Durham, NC: Duke University Press. 1998. p.69-106.
- TORPEY, John. *The Invention of the Passport: Surveillance, Citizenship and the State*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 2000.
- TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.
- VAINFAS, Magali Engels *Meretrizes e Doutores: O Saber Médico e a Prostituição na Cidade do Rio de Janeiro, 1845-1890*. Dissertação de Mestrado, UFF. Rio de Janeiro. 1985.

Coleções de documentos

National Archives and Records Administration (NARA – Arquivos nacionais dos EUA). RG 84, Foreign Service Posts of the Department of State: Brazil: Rio de Janeiro Embassy.